

A sueca Monica Zetterlund trouxe um dos vários boleros apresentados ontem no Festival

O Sr. Gama e Silva garantiu que os cassados cumprirão "inexoravelmente" os 10 anos de proscricção da vida pública que lhes foram impostos, liquidando, assim, com esperanças de anistia. O Presidente do Banco Central, Sr. Rui Leme, informou que em breve os bancos serão obrigados a fechar suas agências deficitárias. (Páginas 3 e 7)

O Reitor Grayson Kirk, à esquerda, entrega o Prêmio Cabot a Nascimento Brito

A Northrop Aircraft, fabricante dos jatos supersônicos F-5, está negociando a venda de seus aparelhos ao Brasil, segundo afirmaram ontem dois representantes da fábrica, Srs. G. D. Mac Adams e H. W. Deffedach, que chegaram ao Rio logo depois de o Departamento de Estado ter autorizado a venda de jatos militares aos países da América Latina.

O Brasil pretende comprar inicialmente 19 Northrop F-5A, que ficarão na Base Aérea de Santa Cruz. Segundo informações da Força Aérea, este é apenas um dos vários itens de sua reestruturação que prevê a aquisição, a longo prazo, de 150 aparelhos de primeira linha. (Página 15)

Athenagoras estuda com Paulo VI os pontos divergentes que separam 600 milhões de católicos de 157 milhões de ortodoxos orientais. No Rio, o Cardeal-Arcebispo receberá memorial onde a Reforma Luterana é classificada como "erro grave contra nossa Sagrada Doutrina" e onde se pede a suspensão dos festejos do 450.º aniversário da criação da Igreja. (Páginas 2 e 10)

BABA — Precisa-se para 2 crianças, mulheres, que dê referências.

**um suplemento
especial do
JORNAL DO BRASIL**

Paulo VI e Athenagoras rezam juntos em São Pedro

SÍMBOLO DE PAZ



O Papa Paulo VI e o Patriarca Athenagoras, líder da Igreja Ortodoxa, abraçam-se nas escadarias da Basílica de São Pedro

Câmara dos Comuns aprova a instituição do aborto gratuito na Grã-Bretanha

Londres (UPI-JB) — A Câmara dos Comuns enviou ontem para aprovação automática da Rainha Elizabeth II um decreto que autoriza a realização gratuita do aborto intencional na Inglaterra.

O decreto foi aprovado à noite de anteontem pela Câmara dos Comuns depois de violentas discussões. De acordo com a Constituição não escrita do Reino Unido, a Rainha não tem o direito de vetar a lei.

LEGALIZAÇÃO

Provavelmente a Soberana assinará o decreto amanhã mesmo, mas as novas disposições só entrarão em vigor dentro de seis meses.

Segundo o decreto, o Serviço Nacional de Saúde Pública pode realizar abortos gratuitamente desde que haja recomendação de dois médicos. O projeto foi apresentado na Câmara, pelo parlamentar liberal David Steel. O debate durou 24 horas e 28 minutos, tendo sido o mais discutido projeto dos últimos 16 anos.

Os adversários da reforma, entre eles vários parlamentares católicos e alguns médicos, obtiveram concessões destinadas a evitar que o aborto se torne uma "simples formalidade".

Qualificada de revolucionária pelos seus partidários, en-

tre os quais vários médicos e personalidades religiosas anglicanas, a lei deverá trazer, segundo seus adeptos, não somente uma solução aos problemas pessoais mas também a da questão dos abortos clandestinos. Estes últimos foram calculados em uns 100 mil anualmente.

A nova lei, que substitui outra de 1861, considera como projeto de lei apresentado na Câmara, pelo parlamentar liberal David Steel. O debate durou 24 horas e 28 minutos, tendo sido o mais discutido projeto dos últimos 16 anos.

Os adversários da reforma, entre eles vários parlamentares católicos e alguns médicos, obtiveram concessões destinadas a evitar que o aborto se torne uma "simples formalidade".

Qualificada de revolucionária pelos seus partidários, en-

Nascer ou não nascer

Departamento de Pesquisa

Um inquérito recente revelou que, anualmente, se registram no Brasil quase dois milhões de abortos provocados. Apesar desses números, a lei brasileira considera o aborto crime grave contra a vida, e pune a mulher e seu cúmplice, como co-autores, a penas de um a dez anos. As várias hipóteses de aborto estão previstas no Código Penal, entre os Artigos 124 e 127.

Na Suíça, na Suécia e no Japão, pelo contrário, o aborto está previsto pela lei, embora sob determinadas condições. Na União Soviética, a liberdade de abortar durou de 1929 a 1936, quando as vagas dos hospitais ficaram saturadas, tal o número de mulheres que procuravam internação. Nos Estados Unidos, o aborto é crime de homicídio, embora o número de casos seja grande — cerca de 650 mil por ano.

UMA QUESTÃO DE CENTÍMETROS

Diz a lei brasileira:

"É crime da gestante provocar aborto em si mesma, ou consentir que outrem lhe provoque. Pena de detenção de 1 a 3 anos.

É crime de terceiros provocar aborto sem o consentimento da gestante. Pena: reclusão de 3 a 10 anos.

Provocar o aborto com o consentimento da gestante resulta em reclusão de 1 a 4 anos, que pode ser de 3 a 10 anos se a mulher for menor de 14 anos, alienada, débil mental, ou se o consentimento for obtido mediante fraude.

Se a mulher sofrer lesão grave em consequência do aborto, as penas são acrescidas de 1/3 a quem o provoca. Em caso de morte as penas são duplicadas."

A lei sueca, que permite o aborto, adotou o critério da Igreja Luterana, segundo o qual o feto só é tido como ser humano depois de ter alcançado um comprimento equivalente a 30 centímetros. A lei do aborto, na Suécia, data do século XIII, quando se estabeleceram penas severas para evitar tal prática. Ainda no século XVII, aplicava-se a pena de morte a quem praticasse a operação.

Com o passar dos anos, a legislação foi-se tornando mais liberal, até que em 1930 o Parlamento sueco aprovou uma lei regulamentando a maneira de se processar o aborto, legalizando-o em certos casos, mas fazendo sempre sérias restrições, para evitar o relaxamento moral da sociedade. Em 1931, cerca de 70 mulheres perderam a vida depois de abortarem, o que deixou as autoridades seriamente preocupadas.

A lei sofreu várias emendas, até que em 1939 teve a sua regulamentação ampliada, para atender principalmente a motivos humanitários e eugênicos: seria permitido o aborto quando o nascimento do filho viesse a ameaçar a vida ou a saúde da gestante, ou quando a gravidez fosse provocada por estupro, ou ainda se a mulher fosse engravidada antes dos 15 anos. No caso de menores de 15 anos, a intervenção só é permitida se os responsáveis o desejarem. O aborto também é autorizado em casos de suspeita de que a criança possa herdar doenças físicas ou mentais dos pais.

Em 1963 houve alterações ligeiras na lei, permitindo o aborto terapêutico nos casos em que a criança apresenta defeitos graves, durante o período fetal, provocados por fatores como a talidomida, os raios X etc.

No Japão, um médico pode tomar uma decisão de aborto. O aborto é considerado também uma medida de controle populacional.

Na Finlândia, na Noruega e na Dinamarca existem prescrições semelhantes às da lei sueca.

SÍMBOLO DE PODER



O Xá Xáyrá, depois de autocoronar-se, coroa Farah Diba

Xá Xáyrá do Irã sobe ao trono distribuindo seguro de vida

Tecra (AFP-JB) — Todas as crianças que nasceram ontem no Irã terão seguro de vida grátis e todos os noivos que se casarem receberão uma aliança de presente, por ordem do Xá Xáyrá Mohamed Reza Pahlevi que realizou ontem sua autocoronação no Salão dos Espelhos do Palácio de Golestan.

Apesar dos inúmeros ensaios feitos para a cerimônia, o Príncipe herdeiro Reza Pahlevi, de seis anos, violou as normas do protocolo, tentando ficar ao lado do pai, no momento em que o cortejo se dirigia para o Salão dos Espelhos. O menino foi discretamente reconduzido a seu lugar.

LONGA ESPERA

O Xá Xáyrá esperou 26 anos por esta cerimônia, porque queria que seu povo saísse da miséria e do analfabetismo antes de se tornar Imperador dos Imperadores do Irã. Ontem se realizou uma cerimônia de grande luxo, onde só a carruagem que o conduziu do Palácio de Mármore ao Palácio de Golestan custou NC\$ 185.000,00. O carro veio de Viena e os cavalos da Hungria.

Para a cerimônia, sua mulher, Farah Diba, que foi coroada Imperatriz, usou um vestido Dior exclusivo e um manto de veludo verde de oito metros de comprimento. Suas damas estavam vestidas de seda branca.

O trono Nadr, que o Xá Xáyrá estreou ontem, é talvez a maior reunião de pedras preciosas do mundo em uma só peça. Tem... 28.733 gemas incrustadas em ouro: enormes diamantes, rubis, safiras e brilhantes. O cinto do Imperador contém uma esmeralda de 175 quilates cercada por 205 diamantes. O cetro, a espada e o manto também são recobertos de pedras preciosas. Por fim a coroa, que tem 380 diamantes de 444 quilates, cinco esmeraldas de 199 quilates, duas safiras de 19 quilates e 378 enormes pérolas.

Segundo a tradição da monarquia persa, que comemorou ontem seu 2.400º aniversário — sendo a mais antiga do mundo — o Xá Xáyrá colocou a coroa sobre a sua própria cabeça perante 500 convidados especiais, enquanto o resto do país acompanhava a cerimônia pela televisão.

O Governo do Irã não poupou esforços nem divisas para divertir o povo na coroação, e a cerimônia, que decorreu exatamente como havia sido prevista, com exceção da quebra do protocolo pelo Príncipe herdeiro e

da hesitação do Xá Xáyrá no momento de colocar a coroa sobre a cabeça de sua mulher. Farah Diba é a primeira mulher de um Xá Xáyrá a ser coroada Imperatriz e regente do Irã em caso de vacância. O ato deveria simbolizar o início de uma campanha pela emancipação da mulher.

ESPERANÇA E SOBERANIA

Terminada sua autocoronação, o Xá Xáyrá apresentou seu filho ao povo e pronunciou uma alocução na qual declarou: "Sómente abrigo em meu peito uma esperança: conservar com a ajuda de Deus a independência e a soberania do Irã e trabalhar pelo progresso do povo iraniano".

A maior riqueza do Irã é o petróleo. As refinarias são exploradas por companhias estrangeiras e o Estado recebe 50% dos lucros. O Irã preocupa muito as Nações Unidas, porque, segundo dados oficiais, parte da população é toxicodependente, dando preferência ao ópio.

PARA TODOS VEREM

Cento e um tiros de canhão foram disparados no momento da coroação, as bandas executaram o Hino Nacional em todo o território do Irã, aviões da Força Aérea lançaram folhetos explicativos sobre as montanhas e as trombetas e tambores foram tocados como nos velhos tempos da monarquia.

Quando acabou a cerimônia, o Imperador dos Imperadores e a Imperatriz deixaram o Salão dos Espelhos no som dos clarins reais, seguidos pelas 500 pessoas que assistiram à cerimônia: Generais, oficiais do Exército, membros do Conselho de Ministros, Embaixadores, o Príncipe Aga Khan, a Begum e outras personalidades.

As 12h20m o cortejo regressou ao Palácio de Mármore: a carruagem austríaca foi na frente e, em determinado momento, Farah Diba pediu que as portas fossem abertas para que o povo visse melhor as suas jóias. A multidão deu vivas ao Imperador e à Imperatriz. O Príncipe herdeiro viajou sozinho, numa carruagem de cristal.

Uma recepção oficial com danças e canções folclóricas encerrou ontem à noite a cerimônia, com homenagem especial ao Xá Xáyrá, que comemorou, além de sua autocoronação, seu 48º aniversário.

Cidade do Vaticano (AFP-JB)

— O Papa Paulo VI e o Patriarca Athenagoras co-celebraram ontem, na Basílica de São Pedro, uma cerimônia semelhante ao sacrifício da missa, à exceção das partes do cânone, pela primeira vez na história do cristianismo, desde o cisma de 1054, e comprometeram-se a intensificar os esforços para promover a união final dos 600 milhões de católicos e 157 milhões de ortodoxos orientais.

Procedente de Zurique, o Patriarca da Igreja Ortodoxa Oriental chegou a Roma em visita oficial de quatro dias ao Vaticano, para analisar com Paulo VI os pontos divergentes que separam as duas Igrejas. Athenagoras é o primeiro Patriarca que visita Roma desde 1451: o último morreu quando tentava negociar a unidade.

OS PACIFICADORES

O Patriarca desembarcou no aeroporto de Roma, às 10h30m, a bordo de um avião em cuja fuselagem havia a seguinte inscrição: "Paulo VI e Athenagoras, os Pacificadores". Acompanhavam-no quatro metropolitanos ortodoxos e o milionário grego Onassis.

As milhares de pessoas que esperavam o Patriarca na Praça de São Pedro aplaudiram-no calorosamente quando cruzou as colunatas de Bernini, enquanto os sinos da Basílica ressoavam por toda a praça. Athenagoras foi recebido pelo Cardeal Paolo Marella, Arcebispo

da Basílica e por todos os membros do Capitulo.

Vestido de branco e com a estola dourada que ganhou de presente do Patriarca durante sua viagem a Istambul em julho último, Paulo VI colocou-se no átrio da Basílica para receber Athenagoras e ao vê-lo, abriu os braços visivelmente emocionado.

Os dois chefes de Igrejas caminharam juntos até o altar situado diante do túmulo de São Pedro, enquanto o coro da Capela Sistina entoava os versículos do Evangelho segundo São João: "Eu vos dou um mandamento: amai-vos uns aos outros como vos amei".

COCELEBRAÇÃO

Paulo VI e Athenagoras sentaram-se voltados para a assistência, e composta na sua maioria pelos participantes do Sínodo Episcopal e altos signatários da Igreja e iniciaram imediatamente a cocelebração.

O Papa fez uma breve prece em latim e procedeu à leitura, em italiano, de uma pastoral da carta de São Paulo aos Filipenses. O Patriarca desejou a paz aos fiéis, em grego, e um diácono entoou, logo em seguida, o Evangelho segundo São João, que evoca o lava-pés dos Apóstolos por Cristo.

Em linhas gerais, a cocelebração na prece efetuou-se sob a forma de missa sem comunhão, caracterizando-se pela leitura da Epístola e do Evangelho, o canto do Prefácio, a Oração dos Fieis e o Pai-nosso, concluindo com a bênção dos

dois chefes de Igrejas, respectivamente em latim e grego.

BELÍOS DA PAZ

Terminada a cerimônia, o Papa e o Patriarca pronunciaram suas saudações. Paulo VI ressaltou que nunca as duas Igrejas estiveram tão próximas da união e Athenagoras assinalou que o que une os cristãos é muito maior do que o que os separa.

Finalmente Paulo VI e Athenagoras trocaram o beijo da paz e em seguida o Papa beijou os quatro metropolitanos ortodoxos e o Patriarca fez o mesmo com os Cardeais Eugênio Tisserant, Decano do Colégio dos Cardeais, Amleto Cicognani, Marella e Bea.

Sob uma grande ovação, Paulo VI e Athenagoras deixaram a Basílica de São Pedro, ao som do Aleluia.

Depois da cerimônia na Basílica, o Patriarca visitou a Basílica de São Paulo Extra-Muros, onde foi recebido pelos membros do Sínodo e homenageado por mais de 10 mil pessoas. Paulo VI não o acompanhou e provavelmente não o acompanhará em suas viagens fora de Roma, uma vez que ainda está se restabelecendo.

Hoje, Paulo VI e Athenagoras se reunirão a portas fechadas. Durante sua estada em Roma, o Patriarca ficará hospedado na Torre de São João, onde João XXIII fez seu último retiro espiritual antes de morrer. Os quatro metropolitanos ficaram fora da Cidade do Vaticano.

Papa propõe fidelidade e renovação

Cidade do Vaticano (AFP-JB) — O Papa Paulo VI afirmou em sua saudação ao Patriarca Athenagoras, na Basílica, que "O Espírito Santo nos pede, de modo mais imperativo do que nunca, que sejamos um só corpo", revelando que a vontade do Espírito Santo se manifestou "através da renovação atual da Igreja e na vontade de fidelidade mais atenta e dócil, que constitui a condição fundamental de nossa aproximação."

Proseguindo dizendo que na Igreja Católica o Concílio Vaticano II foi uma das etapas da obra de renovação, seguida pela renovação da legislação canônica, quando se procurou suprimir certos obstáculos à fraternidade cristã.

Proseguindo dizendo que na Igreja Católica o Concílio Vaticano II foi uma das etapas da obra de renovação, seguida pela renovação da legislação canônica, quando se procurou suprimir certos obstáculos à fraternidade cristã.

O Papa ressaltou a seguir que a Igreja Católica considera com atenção e caridade o movimento de renovação prosseguido, paralelamente, pela Igreja Ortodoxa da qual foi importante etapa a Conferência de Rodas.

"Mais do que em discussões sobre o passado, a superação do que nos separa ainda será conseguida na colaboração positiva para responder ao que o Espírito pede hoje à Igreja", disse o Papa.

Acrescentou que a incredulidade de muitos de nossos contemporâneos é assim mesmo um caminho pelo qual o Espírito Santo chama as Igrejas e lhes dá nova consciência da urgência de agrupar na unidade os filhos de Deus dispersos.

É este testemunho comum de uma fé humildemente certa de si mesma que o Espírito Santo pede perante todas as Igrejas de nosso tempo.

Em sua alocução, Paulo VI explicou que desejou consagrar o XIX Centenário do Martírio de Pedro e Paulo à renovação e aprofundamento da fé, "pois o restabelecimento de uma comunidade profunda entre cristãos só será possível dentro de tal renovação."

Dirigindo-se ao Patriarca Athenagoras, Paulo VI afirmou: "Tudo isto lembra e expressa simbolicamente o fato de que vossa visita ocorre quando a Igreja do Ocidente se dispõe a realizar a celebração de todos os santos. Avançaremos todos in nomine Domini".

Patriarca prevê a união para breve

Cidade do Vaticano (AFP-JB) — O Patriarca Athenagoras, chefe da Igreja Ortodoxa, declarou que católicos e ortodoxos avançam para sua união no discurso que proferiu em São Pedro, ao responder as palavras de boas-vindas de Paulo VI. "Chegamos até Sua Santidade, como um irmão para outro irmão, para devolver-vos o beijo de caridade e paz de Nosso Senhor Jesus Cristo e expressar-vos nossa profunda estima", disse o Patriarca.

"Agradamos em sumo grau faz-lo — prosseguiu — não somente para o venerável Bispo de Roma, portador da graça apostólica nesta sede que por honra e ordem é a primeira no organismo das Igrejas cristãs. Sede cuja santidade na Igreja indivisa constitui um bem permanente e um tesouro de todo o mundo cristão".

"Mas, além disso, sentimos

alegria por chegar ao lado de um Papa de eminente valor espiritual e inspiração cristã, que possui na humildade dos sublimos num serviço adaptado de Deus, da Igreja e do homem."

O Patriarca acrescentou: "Encontramo-nos neste lugar ao lado de Sua Santidade, preparando-nos de coração e espírito para marchar para uma comunhão eucarística, no sentimento do Senhor ao lavar os pés de Seus Apóstolos".

"Neste momento excepcional ouvimos o grito do sangue dos Apóstolos Pedro e Paulo, a voz da Igreja das catacumbas e dos mártires do Coliseu, convidando-nos a terminar a obra santa começada".

"A obra da perfeita conjunção da Igreja dividida de Cristo". O Patriarca ortodoxo frisou em seguida dois fatos, "que levam o alvoreço a todos os

corações: em primeiro lugar, não existe um só pastor ou doutor cristão que não se dê conta da necessidade urgente de curar o mal da divisão."

Por outro lado, o que une os cristãos é muito maior do que o que os separa."

Depois de frisar a necessidade de intensificar o diálogo da caridade, para fazer do mesmo o fator que preceda o diálogo teológico, o Patriarca concluiu que isso levará a uma exata apreciação das questões.

"Podemos assim distinguir, disse Athenagoras, os pontos da fé que devem ser necessariamente confessados em comum, dos outros elementos da vida da Igreja que não afetam a fé".

Pontos, pois, que "segundo a tradição de cada Igreja, podem ser divergentes, constituindo aspectos próprios da vida de cada uma delas, respeitados pelo outro culto".

Um passo para a realização do sonho

Mark Steve Especial para o JB

Cidade do Vaticano (UPI-JB) — A chegada do líder espiritual da Igreja Ortodoxa Oriental ao Vaticano, ontem, constitui um grande passo no sonho milenar de reunião das maiores e mais antigas Igrejas da Cristandade.

O Papa Paulo VI e o Patriarca Ecumênico Athenagoras de Constantinopla (Istambul) encontraram-se, pela primeira vez, em Jerusalém, em 1964. Mas o encontro de ontem é o primeiro a ser realizado em território papal, há mais de 500 anos.

A UNIÃO

O objetivo principal da reunião é acabar com a cisão entre as duas Igrejas, que data de quase um milênio, em 1054.

O movimento em favor da união vem ganhando impulso desde o Concílio Vaticano I, promovido pelo Papa João XXIII, com a finalidade de unificar a Cristandade.

Em 1963, o Papa fez um apelo à Igreja Oriental em favor da unidade: "Que as barreiras que nos separam caiam por terra".

Athenagoras apoiou a idéia. Mas, ao contrário do Papa, cuja palavra é ordem para a Igreja Católica, o Patriarca Ecumênico, em relação aos outros Patriarcas Orientais, é apenas o primus inter pares. E nem todos os outros participam de seu entusiasmo pela reunião das duas grandes Igrejas.

As divergências entre a Igreja Católica e a Ortodoxa Oriental começaram a surgir, a partir do momento em que o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano, e o Imperador Constantino mudou a sede do Império para Constantinopla, hoje Istambul.

A luta pelo poder político entre Roma, Constantinopla e Alexandria, além de outras cidades do Mediterrâneo, agravada pelas diferenças geográficas e diversidade de costumes, contribuíram para o aparecimento de disputas internas na Igreja, naquela ocasião.

Uma série de Concílios foram convocados no Oriente pa-

ra combater as heresias, e grupos de cristãos, excomungados por Roma, organizaram igrejas separadas.

Uma grande cisão ocorreu em 867, quando o Papa Nicolau I excomungou o Patriarca Photius, de Constantinopla, que, por sua vez, excomungou o Papa. O cisma não durou, mas preparou o caminho para uma cisão formal em 1054, quando Michael Chagaparius, Patriarca de Constantinopla, foi excomungado.

As tentativas de acabar com a cisão, duas décadas mais tarde, fracassaram, como também aquelas feitas, posteriormente, nos séculos XIII e XV.

O último Patriarca de Constantinopla a visitar Roma morreu em 1451, fracassando uma tentativa de reunião, logo depois.

POMO DA DISCORDIA

As primeiras diferenças surgiram em relação às objeções dos ortodoxos feita a um novo Credo Romano no sentido de que o Espírito Santo viera através de Cristo e de Deus Pai.

As principais diferenças residem na rejeição, por parte dos Ortodoxos, do primado do Papado, da infalibilidade papal, da crença de que a Virgem Maria nasceu sem o pecado original e da proibição contra o divórcio e casamento do clero.

A maioria dos ritos orientais admite homens casados para o sacerdócio, embora o viúvo não possa casar de novo, e os bispos tenham de ser solteiros. O divórcio é permitido por adulterio e por outras razões.

As duas igrejas, porém, estão acordadas, de um modo geral, em questões de fé e de moral, sendo que Roma reconheceu a validade não só do clero oriental como da liturgia bizantina.

Dos 158 milhões de fiéis ortodoxos, 135 milhões estão na Europa, a maioria dos quais é eslava, inclusive russos. A África possui 15 milhões, a Ásia e os Estados Unidos, três milhões cada, e a América do Sul, meio milhão.

Os principais patriarcados que se juntaram a Constantinopla na cisão de 1054, são os de Antioquia, Alexandria e Jerusalém, cada uma das quais possui também Patriarcas católicos.

Existem também Patriarcas Ortodoxos em Atenas, Belgrado, Bucareste, Damasco, Moscou e Sófia, além das igrejas ortodoxas eslavas de Polónia, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia.

Athenagoras visitou, recentemente, o Vaticano, onde manteve contato com muitos dos Patriarcas Orientais, tendo acabado de visitar os de Belgrado, Bucareste e Sófia.

BEIJO DA PAZ

Num gesto de grande significação em favor da unidade, o Papa Paulo VI, no encerramento do Concílio do Vaticano, em 7 de dezembro de 1965, anunciou o levantamento da excomunhão, depois de nove séculos, do Patriarca Ecumênico Oriental, e o Patriarca Athenagoras, numa cerimônia em Istambul, fez o mesmo em relação ao Papa.

Menos de dois anos mais tarde, é o próprio Athenagoras, com suas barbas brancas, quem vem trazer o beijo da paz.

Tanto o Papa quanto Athenagoras têm sido cautelosos nas previsões a respeito da época em que se concretizará a união de suas Igrejas, sendo que Athenagoras, com 80 anos, lamentou que ela não ocorresse durante sua vida.

Dois acontecimentos significativos parecem ter apressado o movimento de união. Um foi a iniciativa do Papa Paulo VI de visitar Athenagoras em primeiro lugar, um gesto que dissolveu muito da oposição dos outros Patriarcas Orientais à declaração anterior de Athenagoras, expressando seu desejo de visitar Roma. O outro foi a substituição em maio do Primado da Igreja Ortodoxa Grega, contrário à união, pelo Arcebispo Ieronymos, que é favorável à união, contando com longa atividade no Concílio Mundial das Igrejas.

É difícil ser livre sem prosperidade, afirma Costa e Silva

Belo Horizonte (Succursál) — Ao receber ontem em Ouro Preto o Grande Colar da Inconfidência, o Presidente Costa e Silva afirmou que é muito difícil existir liberdade sem que haja prosperidade, "e é por isto que precisamos criar neste País uma atmosfera de otimismo, e não de cada vez maior no nosso futuro".

— Esta é, afinal, a linha deste Governo — acentuou. A visita do Marechal Costa e Silva à Cidade-Monumento durou 90 minutos e começou com a inauguração de um trecho das obras da estrada de contorno de Ouro Preto, que servirá aos pesados caminhões de minérios que atualmente passam pelo centro urbano da cidade, abalando os alicerces de seus prédios históricos.

A CHEGADA

O Presidente da República foi de carro a Ouro Preto, mas antes de chegar inaugurou o trecho da nova estrada e visitou a fábrica de alumínio Minas Gerais. Acompanhado do Governador Israel Pinheiro, dos

Ministros da Justiça e dos Transportes e dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar, o Marechal Costa e Silva desceu de seu carro em frente à Escola de Minas e Metalurgia, na Praça Tiradentes, sob vaia de grupos de estudantes, interrompidas quando o Presidente lhes acenou.

A CONDECORAÇÃO

O Presidente atravessou a praça a pé, sendo recebido pelo Prefeito Genival Alves, que o levou ao Museu da Inconfidência, para mostrar-lhe algumas peças e ler a carta de sentença de morte de Tiradentes.

Na sala das peças da força em que morreu Tiradentes houve a entrega do Grande Colar da Inconfidência, concedido ao Presidente por decreto do Governador Israel Pinheiro.

Agradecendo à homenagem, o Marechal Costa e Silva lembrou que já recebeu várias medalhas, "inclusive em outros países", mas apontou aquela como a que mais o emocionava, "concedida aqui no forte da

nacionalidade brasileira e no berço da República".

O Presidente visitou também a Igreja do Pilar, toda revestida de ouro. Antes de voltar a Belo Horizonte, de helicóptero, em companhia do Governador Israel Pinheiro, prometeu ao Prefeito Genival Alves que a estrada de contorno de Ouro Preto ficará pronta no dia 21 de abril.

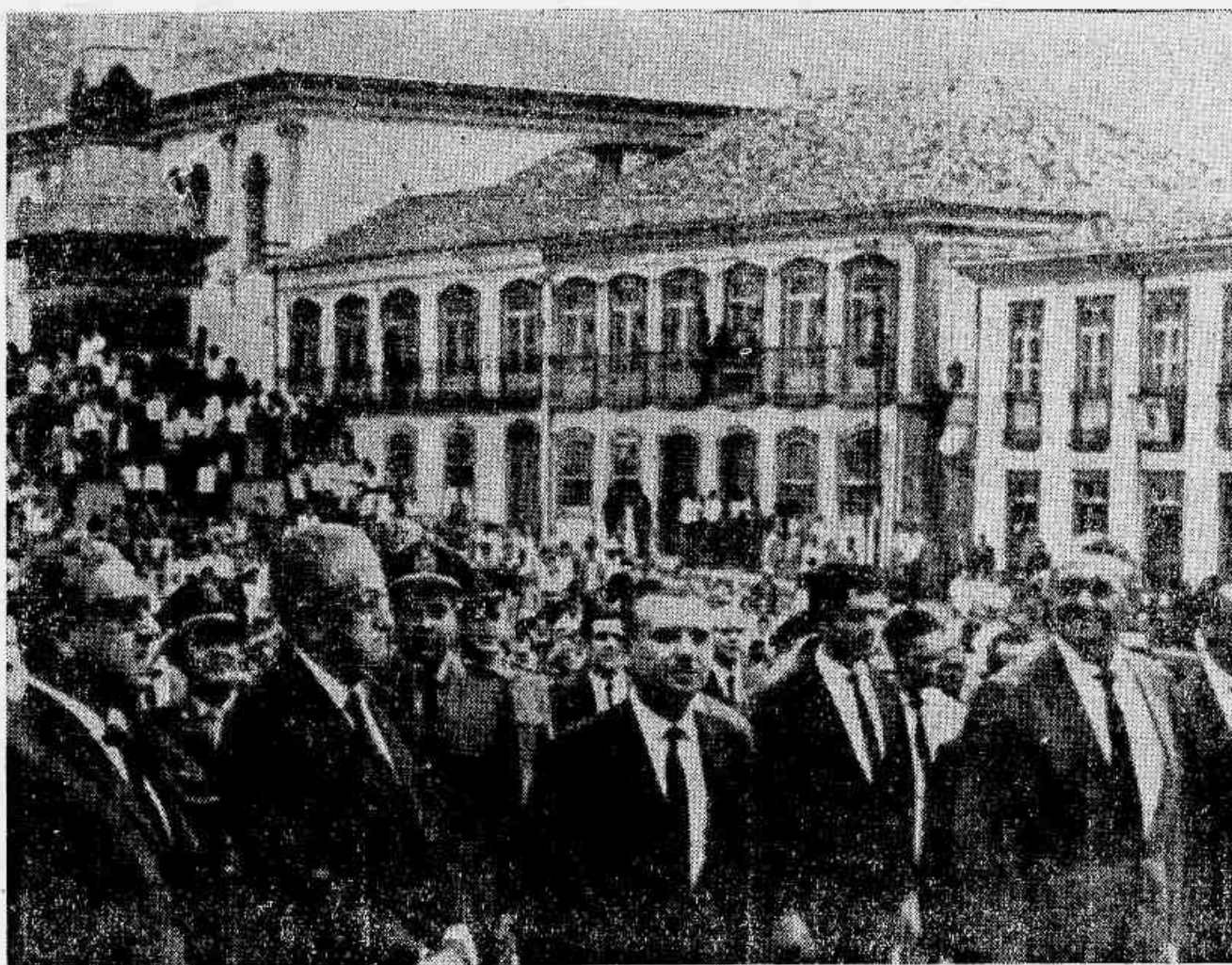
ESQUECIMENTO

Preocupado em não reter por mais tempo o Presidente em Ouro Preto, o Governador Israel Pinheiro acabou esquecendo de ler a parte final da justificativa da outorga do Grande Colar da Inconfidência, com que homenageava o Marechal Costa e Silva.

O Professor Alberto Deodato, Presidente da Ordem da Medalha da Inconfidência, criticando a omissão, disse para o Presidente, depois da solenidade:

— No seu discurso de agradecimento, o senhor afirmou exatamente o que o Governador não leu — precisamos de otimismo, fé e crença neste País.

A ALEGRIA DO PASSADO



Costa e Silva, Israel Pinheiro, Rondon e Andreazza encontram Ouro Preto feliz com a proteção aos seus monumentos

Delfim nega plano para ajudar tevês

O Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Neto, afirmou ontem não ter conhecimento de nenhum plano, projeto ou programa do Governo para conceder ajuda financeira às emissoras de televisão cariocas.

Acentuou o Ministro que as instruções do Presidente Costa e Silva sobre o assunto não comportam dupla interpretação: — O Governo não fará favores nem dará tratamento privilegiado a quem quer que seja — e muito menos à custa do Tesouro Nacional.

Martins reclama da asfixia

Brasília (Succursál) — O Deputado Martins Rodrigues declarou ontem que, mantendo-se a asfixia total da Oposição com esta se dando, só lhe restará a formação num movimento extralegal, numa espécie de maquis, por absoluta falta de outros recursos legais. A afirmativa foi feita pelo Deputado ao protestar contra a forma com que se instalaram as comissões mistas do Congresso que opinarão sobre as emendas constitucionais e a lei complementar relativa aos orçamentos-programas, tendo a Oposição impedido a instalação da comissão que opinará sobre a emenda da eleição direta.

Sob protesto geral da Oposição, instalaram-se ontem à tarde três comissões mistas que tratarão das emendas constitucionais. A primeira — que estudará a emenda sobre a eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores — ficou sob a presidência do Deputado Mariano Becker (MDB — gaúcho) e terá como relator o Senador Eurico Resende (ARENA — Esp. Santo).

A que opinará sobre a emenda da aposentadoria aos 30 anos de serviço ficou sob a presidência do Deputado Lopo Coelho (ARENA carioca) e terá como relator o Senador Anário Steinbruch (MDB — E. do Rio).

A que estudará a emenda que suspende a vigência do Item I do Artigo 28 da Constituição (ICM) ficou sob a Presidência do Senador Carlos Lambermont (ARENA — Esp. Santo) e terá como relator o Deputado Dólm Vieira (MDB — Santa Catarina).

O prazo para apresentação de subemendas nessas comissões irá até o dia 31 do corrente, devendo os relatores apresentar seus pareceres no dia 3 de novembro. A discussão da matéria se iniciará no Congresso no dia 6.

Uma comissão que tratará do projeto de lei complementar que regulamentará a votação dos orçamentos-programas ficou sob a presidência do Senador Lino de Matos (MDB — São Paulo) e terá como relator o Deputado Rafael de Almeida Magalhães (ARENA — Guanabara).

Schiavo tem até quarta para defesa

Niterói (Succursál) — O Prefeito de Nova Iguaçu, Sr. Ari Schiavo, afastado do cargo durante 90 dias, em 15 de agosto passado, pela Câmara Municipal, tem prazo até a próxima quarta-feira, dia 1 de novembro, para se defender das acusações por malversação e concorrências públicas ilegais. O prazo de sua suspensão expirará no dia 13 de novembro, mas fontes da Câmara adiantam que é certo o seu afastamento definitivo, uma vez que, dos 19 vereadores, 16 são contra o seu retorno, tendo em vista que as irregularidades de sua administração "saltam aos olhos de qualquer um".

Escola de Minas ganha apoio

O Ministro das Minas e Energia, Coronel Costa Cavalcanti, anunciou ontem a assinatura de dois convênios entre o Departamento Nacional de Produção Mineral, de um lado, e a Escola de Minas de Ouro Preto e o Instituto Costa Sena (da Fundação Getúlio), de outro, ambos visando à ampliação dos trabalhos de pesquisa na Faculdade.

O Coronel Costa Cavalcanti foi o primeiro Ministro das Minas e Energia a visitar a Escola e o fez ontem, depois que o Presidente Costa e Silva voltou a Belo Horizonte. Foi bem recebido pelos estudantes, que o aplaudiram na entrada, e percorreu todo o prédio da Faculdade, visitando também a exposição de pedras preciosas já existente.

Comunicações

O Ministério das Comunicações, Sr. Carlos Furtado de Simas, declarou ontem em entrevista coletiva que a unificação das companhias telefônicas estaduais na EMBRATEL é fator de importância fundamental para a solução dos problemas de comunicações no País, pois "é a única maneira de diminuir o custo operacional das empresas e de alcançar uma unidade tarifária".

Disse também o Ministro Carlos Simas que é certa a

Interior

Seis convênios, no valor total de Cr\$ 75 milhões, foram assinados ontem pelo Ministério do Interior, através do Banco Nacional da Habitação, com a COHAB-MG — Companhia Habitacional de Minas Gerais.

A solenidade foi presidida pelo Ministro Interino do Interior.

Saúde

O Ministro da Saúde, Sr. Leonel Miranda, assinara hoje cedo, no salão de reunião ministerial, no Palácio dos Despachos, um convênio com os Ministérios do Interior e do Trabalho e o Governo mineiro para o estabelecimento de uma ação coordenada de saúde visando à integração de todos os servidores federais, estaduais e municipais no setor específico do saneamento.

O Ministro Leonel Miranda esteve ontem à tarde no interior mineiro (voltou ontem mesmo) inaugurando serviços de

abastecimento de água executados pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais — DNERu — em Mesquita, Aquecena, Santa Maria do Suaçu, Medina, Minas Novas e Araçuaí.

Minas Gerais

O Governador Israel Pinheiro entregou ontem ao Presidente Costa e Silva o pedido de financiamento para o estudo e execução do planejamento integrado de obras na área metropolitana de Belo Horizonte, para aproveitamento dos recursos sócio-econômicos da região.

A solenidade estiveram presentes o Ministro Interino do Interior e o Superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que afirmou ser do interesse do seu Serviço a abertura de crédito idêntico para todos os municípios mineiros com mais de 50 mil habitantes.

Para a aplicação de Cr\$ 18 milhões de implantação e complementação de sistemas de abastecimento de água nos municípios mineiros será assinado hoje cedo um convênio entre o Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para o Abastecimento de Água (Górgio do DNOS) e o Governo mineiro, representado pela COMAG, Companhia Mineira de Águas.

Divulgadas as obras de rodovias preferenciais

O Diário Oficial da União circulará hoje, em Brasília, com o decreto — assinado em Belo Horizonte — em que o Presidente da República aprova o Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais, trechos que deverão estar prontos dentro de um prazo aproximado de três anos.

O novo plano compreende uma relação de 39 trechos, inclusive a implantação de Natal-João Pessoa—Recife—Araçuaí—Eplananda (Bahia) e o restabelecimento da Rodovia Ilha do Fundão (Cidade Universitária) — Mangueiras, no Rio de Janeiro.

O Decreto

É o seguinte o texto do decreto: "Art. 1.º — Fica aprovado o Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais, constituído dos trechos rodoviários constantes da relação discriminativa anexa.

Art. 2.º — Os trechos rodoviários acima especificados deverão ter seus serviços executados mediante guias plurianuais e programas anuais elaborados na forma da legislação vigente.

Art. 3.º — A execução das obras de implantação ou de complementação das rodovias preferenciais será feita pelo DNER, com recursos federais.

Art. 4.º — Quando as obras de implantação ou de complementação das rodovias preferenciais forem executadas por outras entidades públicas que contribuam financeiramente e em proporção igual ou superior à do DNER, cabendo:

a) a execução de obras de arte especiais que facilitem os acessos de rodovias federais a terminais rodoviários, ferroviários e portos;

b) obras rodoviárias federais cujos projetos façam parte de planos integrados de desenvolvimento;

c) a pavimentação de acessos rodoviários a núcleos urbanos des- de que:

a) O acesso fique compreendido entre uma rodovia federal pavimentada e o limite do perímetro urbano;

b) tenha uma extensão máxima de 5 km;

c) a pavimentação tenha sido executada em condições técnicas compatíveis com o tráfego, a critério do DNER.

Art. 5.º — Ficam revogados o Decreto n.º 57.933, de 13 de outubro de 1955, e quaisquer outros que contrariem as disposições do presente decreto.

Art. 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação."

O Plano

O Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais é o seguinte: "Ordem de Ouro Preto (implantação e pavimentação);

1. BR-255

a) Cuiabá—Cuiabá (implantação e pavimentação);

b) Cuiabá—Araçuaí—Uberlândia (pavimentação);

2. BR-259

a) Rio Verde—Jatá (implantação e pavimentação);

b) Jaciara—Ela Vazia (implantação);

c) Estrada Inter-nacional sobre o Rio Apa, em Bela Vista.

3. BR-265

a) Natal—João Pessoa—Recife—Araçuaí—Eplananda (implantação e pavimentação);

b) Foz de Iguaçu—Uberlândia (implantação e pavimentação);

c) Uberlândia—Itabuna—Canarana (implantação e pavimentação);

d) Canarana—Lambari—João Neiva (implantação);

e) Estrada de Cuiabá—Rio Negro (implantação e pavimentação);

f) Foz de Iguaçu—Santa Cruz (implantação e pavimentação);

Travessia e construção de travessia;

4. BR-266

a) Santa Cruz—Mangaratiba—Angra dos Reis—Parati (implantação e pavimentação);

b) Jataí—Ela Vazia (implantação e pavimentação);

c) Jataí—Ela Vazia (implantação e pavimentação);

d) Jataí—Ela Vazia (implantação e pavimentação);

e) Jataí—Ela Vazia (implantação e pavimentação);

f) Jataí—Ela Vazia (implantação e pavimentação);

5. BR-267

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

6. BR-268

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

7. BR-269

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

8. BR-270

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

9. BR-271

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

10. BR-272

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

11. BR-273

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

12. BR-274

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

13. BR-275

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

14. BR-276

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

15. BR-277

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

16. BR-278

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

17. BR-279

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

18. BR-280

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

19. BR-281

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

20. BR-282

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

21. BR-283

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

22. BR-284

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

23. BR-285

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

24. BR-286

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

25. BR-287

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

26. BR-288

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

27. BR-289

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

28. BR-290

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

29. BR-291

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

30. BR-292

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

31. BR-293

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

32. BR-294

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

33. BR-295

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

34. BR-296

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

35. BR-297

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

36. BR-298

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

37. BR-299

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

38. BR-300

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

39. BR-301

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

40. BR-302

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

41. BR-303

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

42. BR-304

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

43. BR-305

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

44. BR-306

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

45. BR-307

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

46. BR-308

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

47. BR-309

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

48. BR-310

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

49. BR-311

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

50. BR-312

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

51. BR-313

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

52. BR-314

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

53. BR-315

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

54. BR-316

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

55. BR-317

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

56. BR-318

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

57. BR-319

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

58. BR-320

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

59. BR-321

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

60. BR-322

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

61. BR-323

a) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

b) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

c) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

d) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

e) Fortaleza—Jaguatibe (pavimentação);

f) Jaguaribe—Fortaleza (pavimentação);

62

Coluna do Castello

Chance ao MDB para
eleger senadores

BRASÍLIA (Sucursal) — Setores da ARENA mostram-se preocupados em assegurar, através da modificação das leis partidárias e eleitorais, condições de sobrevivência ao MDB. Entende-se afinal que frustrar o Partido de oposição é abrir caminho ao fortalecimento da frente ampla e até mesmo fortalecer inclinações ou inspirações subversivas.

Dentro desse espírito, os principais articuladores de emendas e projetos do comando da ARENA afastaram a ideia do mutirão, estranha tentativa de transformar a eleição majoritária para o Senado em eleição sob regime de legenda partidária, através da qual os candidatos às duas vagas disputariam numa faixa partidária única, incluindo os subcandidatos apresentados pelas sublegendas, para que, tudo somado, somente a ARENA elegeisse senadores em 1970. O MDB faria no máximo dois senadores pela Guanabara, com o que perderia, em face da lei eleitoral, condição para sobreviver como Partido político.

O Sr. Rafael de Almeida Magalhães, que articula o projeto das sublegendas, de comum acordo com outras personalidades da ARENA, pretende eliminar a sublegenda para as eleições legislativas, inclusive de senador, entendendo que assim facultará ao grêmio de oposição eleger um certo número de representantes no Senado, de modo a que possa sobreviver ao episódio eleitoral. O Sr. Djalma Maranhão figura entre os defensores da liberalização da legislação partidária, preocupado com o espírito institucional que a deve informar.

A sublegenda se implantaria apenas para as eleições de governadores e prefeitos, ou seja, tratar-se-ia de expediente específico para assegurar ao Partido ditto revolucionário a posse do Poder Executivo. É claro que a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, não sendo tecnicamente disputável fora de certa faixa muito estreita, dispensa essas cautelas de tipo político e eleitoral.

Sem embargo o Sr. Rafael de Almeida Magalhães pensa em introduzir, no projeto de estatutos da ARENA, critérios mais amplos para escolha de candidato presidencial, de maneira a estimular uma efetiva participação do Partido numa decisão que o poder revolucionário reivindica para si mesmo.

De qualquer forma, esses critérios mais amplos funcionarão como um primeiro princípio de contradição a insinuar-se na faixa civil e política.

O recesso

Observa o Sr. Ernani Sátiro que o Sr. Mário Covas está mais zangado do que ele. Mas espera que, por efeito dos dez dias de recesso que começam amanhã, os ânimos esfriem e se restabeleça a cordialidade nas relações entre Maioria e Minoria na Câmara.

O recesso foi decidido pelas duas Casas do Congresso, a partir da consideração de que a próxima semana está dividida por um feriado, dia 2 de novembro, e por um dia santo, 1.º de novembro. O período santificado ou feriado foi estendido a toda a semana.

Quanto à mensagem do Governo encaminhando o projeto de normas para elaboração do Orçamento Plurianual, apesar da urgência, será examinado rapidamente depois do dia 7, com quase metade do prazo comido pelo recesso.

A ameaça do Ministro

A ameaça do Ministro da Justiça, de coninar o Sr. Juscelino Kubitschek, caso ele exerça ostensiva atividade política, causou um certo espanto no Congresso. Um deputado da ARENA observava que o Poder não se manifesta gratuitamente, isto é, sem causa, sem motivo e sem objetivo. Logo, deve haver alguma coisa atrás de uma declaração que não foi produzida por nenhum fato novo.

Quanto ao local escolhido para confinamento do ex-Presidente da República — Brasília —, considera-se na frente ampla que essa será uma contribuição especial do Governo para estimular o movimento.

Problema idêntico ao de 1953

O Sr. Renato Archer cedeu ontem sua vez de falar ao Deputado Osmundo Lima Filho. Seu discurso seria sobre política atômica, e diz ele que iria se limitar a repetir tudo quanto disse em 1953, pois de lá para cá o problema não se modificou nem os erros foram corrigidos.

Acrescenta ele que o debate ocorrido recentemente dentro do Governo foi idêntico ao que ocorreu, anos atrás, nos Estados Unidos, quando militares e civis disputaram o controle da política atômica. Lá, venceram os civis e aqui, os militares.

Cédula única oficial

A propósito da carta do Deputado Rui Santos ao Senador Filinto Müller, sobre a extensão da cédula única oficial a todo o País, esclarece o Sr. Geraldo Costa Manso, Diretor de Secretaria do Superior Tribunal Eleitoral, que a lei já consagrou essa extensão, embora não tivesse o dispositivo respectivo sido posto em prática no último pleito em face de um ato complementar que o suspendeu apenas para aquela eleição de 1966.

Lacerda irá a Estados

Informa o Sr. Renato Archer que o Sr. Carlos Lacerda calcula que em 16 dias dará conta de suas conferências nos Estados Unidos. Voltando ao Brasil, ele dedicará as últimas semanas antes do Natal a visitar algumas cidades. Essas visitas estão sendo programadas e com elas se instalarão comissões regionais da frente ampla em diversos pontos do País.

Carlos Castello Branco

O ESPELHO DA SITUAÇÃO



Na reunião do Conselho Universitário, Valmor Soares (da blusa clara), do DCE, explica a Aragão que acabou de sair do DOPS e viera defender os estudantes

Conselho Universitário da
UFRJ decide só suspender
alunos da Fac. de Direito

Por 18 votos contra 13, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro rejeitou, ontem, a proposta de expulsão de 12 estudantes da Faculdade de Direito, decidindo pela suspensão por 24 meses dos reincidentes e por 12 dos primários. A direção do CACO enviara ainda esta semana um recurso ao Rector Moniz de Aragão solicitando a redução das penas.

A reunião de ontem do Conselho Universitário foi a mais longa de sua história: durou cinco horas e foi interrompida por apertes e discursos exaltados do Professor Gondim Neto, que pediu a expulsão dos alunos. A defesa dos estudantes coube ao Presidente do DCE, Sr. Valmor Soares, que saiu do DOPS, onde estava preso, diretamente para a Reitoria.

EXALTAÇÃO

A reunião — que foi secreta — para os próprios auxiliares do Rector Moniz de Aragão — teve início com os discursos exaltados do Professor Gondim Neto e do Diretor da Faculdade Nacional de Direito, Professor Hélio Gomes. O primeiro exibiu uma nota oficial em que os estudantes atingem a moral dos professores (inclusive sua filha Regina Gondim, também professora na FDI), e o Professor Hélio Gomes leu a carta que a atual direção do CACO lhe enviara horas antes pedindo que a expulsão fosse revogada.

Quando as discussões já atingiam cerca de duas horas e os ânimos se encontravam bastante exaltados — os gritos do Professor Gondim Neto eram ouvidos do lado de fora da Reitoria —, chegou o Presidente do DCE, Sr. Valmor Soares, todo barbaudo e com o blusão sujo. Explicou ao Rector que acabava de ser solto pelo DOPS e pediu permissão para fazer a defesa dos estudantes acusados, que já estavam reunidos nas escadarias do prédio esperando pelo resultado.

Acertando o pedido do Presidente do DCE, o Rector Moniz de Aragão pediu a um de seus auxiliares um palete e uma gravação, que foram emprestadas ao estudante.

Já a esta altura era grande a divisão de opiniões dos conselheiros. Uns defendiam a expulsão, outros queriam a suspensão e uns poucos recusavam-se a opinar sem um conhecimento mais profundo do problema. A entrada do representante do DCE que, segundo disse aos conselheiros, vai ser processado sob a acusação de ter sido o principal responsável pela passeata estudantil realizada anteontem no Centro da Cidade — causou um certo burburinho na reunião, mas foi aprovada pela maioria.

A DEFESA

Ao defender seus colegas, o estudante Valmor Soares, baseou-se na tese de que violência gera violência, afirmando que o principal responsável pelos movimentos estudantis na Guanabara é a própria Polícia, "que não sai das portas de nossas Faculdades e que nos trata como se fôssemos criminosos em potencial".

Bessalou que a comissão de inquérito instaurada na Faculdade de Direito para apurar os movimentos políticos carecia de objetividade e obediência a impulsos pessoais de alguns professores. Em seguida perguntou aos conselheiros o que eles classificavam de indisciplina e argumentou:

— Será indisciplina lutar por algo que achamos justo, como lutar contra as anuidades e os acordos que visam internacionalizar a nossa Universidade? Será indisciplina exigir o direito de criticar, dentro de nossas Faculdades, aquilo que achamos e reputamos errado?

Com ligeiros apertes do Professor Gondim Neto, a defesa do estudante Valmor Soares levou quase uma hora. Embora não concordasse com a maioria dos pontos expostos pelo Presidente do DCE, o Conselho Armandu Peregrino foi um dos que mais combateram na reunião a expulsão dos 12 estudantes que até o fim da punição não poderiam cursar outra Faculdade, recomendando uma suspensão, de acordo com o que já havia proposto o Diretor da Faculdade de Odontologia, Professor Abelardo de Brito.

VOTAÇÃO

O Rector Moniz de Aragão depois incluiu a votação. O resultado favoreceu os estudan-

tes, por 18 votos contra 13. O ex-Rector Pedro Calmon manifestou-se contrário à expulsão, mas o Diretor Hélio Gomes e o Professor Gondim Neto mantiveram a decisão de punir os estudantes com a expulsão.

Segundo o Rector Moniz de Aragão, os estudantes atingidos pelo processo à expulsão, quando e onde quiserem, um recurso para tentar diminuir a punição. Informou que o pedido do CACO foi anexado ao processo e que os autos estão à disposição do Deputado Alfredo Trunjan, que antes do início das discussões enviara à Reitoria uma petição solicitando adiamento do julgamento, a fim de que ele, escolhido para advogar a causa dos estudantes, pudesse estar a par do problema a fim de preparar a defesa.

QUESTÃO DE JUSTIÇA

O Professor Armando Peregrino achou que a revogação do pedido de expulsão dos estudantes da Faculdade de Direito foi "um ato de justiça, praticado para resguardar a dignidade da Universidade Federal". Afirmando que não entrava no mérito da questão, que também a ele não interessava no momento saber quem estava ou não com a razão, argumentou que a expulsão dos estudantes poderia originar uma profunda crise na Universidade e acrescentou:

— Se ela vier nos enfraquecer, como temos feito até aqui. Mas ela será enfrentada com justiça.

O Professor Gondim Neto, que no final afirmou que a opinião dos conselheiros é "soberana e irreversível", mostrou-se bastante escabrinhado com a decisão, comentando que "os meninos até que são bons, mas têm uma turminha lá que é um caso muito sério".

SITUAÇÃO

Se o Conselho Universitário tivesse apoiado a decisão da Congregação da Faculdade de Direito, os estudantes teriam decretado hoje uma greve geral que atingiria toda a UFRJ e parte da UEG. Os manifestos de convocação já estavam prontos para a distribuição em todas as Faculdades. Mas os estudantes deverão utilizá-los, pois estão programando movimento final, que tanto poderá manter as determinações atuais da DES como voltar atrás — se as considerarem impraticáveis — e reestruturar em novas bases o vestibular para 1968.

Na semana que vem os Diretores das Faculdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro prepararão um relatório sobre as possibilidades do cumprimento do edital da DES, que determina às Universidades federais de todo o País a realização do vestibular no mesmo dia e hora.

Na realidade, embora a DES publique nos jornais de hoje um edital desmentindo as notícias anteriores, segundo as quais o vestibular coincidentemente vigora para toda e qualquer Faculdade, um primeiro edital distribuído no Ministério da Educação afirmava isso. O próprio Professor Epilogo de Campos, Diretor do DES, disse isso na segunda-feira ao distribuir o primitivo edital:

— Nós damos verbas e por isso temos o direito de exigir o cumprimento do edital. É para todas. Sem exceção.

DOPS apura baderna estudantil
para aplicar Lei de Segurança

O Diretor do DOPS, General Lucídio Arruda, recusou-se a falar sobre a apuração de responsabilidades pela baderna estudantil de anteontem à tarde de quarta-feira, na Avenida Rio Branco. O rapaz já conta com várias entradas no DOPS e se diz Presidente da extinta UNE.

O estudante Marco Antônio, da Faculdade de Filosofia, detido logo após o movimento, não negou que Vladimir também participou da manifestação. Vladimir também foi identificado pelo Sr. Sebastião Macário, vigia da obra de onde os estudantes retiraram o maldito protetor a fim de estabelecer uma barreira, como "o homem que mandava atirar pedras e paus contra os carros, dizendo: 'O negócio é botar pra quebrar'".

Diversos estudantes, entre eles Vladimir Palmeira, Marco Antônio, Luis Paulo, Pedro Paulo, Ana Maria, Vera Lucia, Arno de tal e Carlos Alberto (da Faculdade de Engenharia), deveriam ser indicados, pois foram reconhecidos e apontados por diversas testemunhas das cenas de vandalismo. O

O MAIOR RESPONSÁVEL

O acadêmico Vladimir Palmeira, filho do Senador Rui Palmeira, foi acusado, ontem, pelas autoridades da Secretaria de Segurança, como o maior

responsável pelos comícios e desordens desencadeados às últimas horas da tarde de quarta-feira, na Avenida Rio Branco. O rapaz já conta com várias entradas no DOPS e se diz Presidente da extinta UNE.

O estudante Marco Antônio, da Faculdade de Filosofia, detido logo após o movimento, não negou que Vladimir também participou da manifestação. Vladimir também foi identificado pelo Sr. Sebastião Macário, vigia da obra de onde os estudantes retiraram o maldito protetor a fim de estabelecer uma barreira, como "o homem que mandava atirar pedras e paus contra os carros, dizendo: 'O negócio é botar pra quebrar'".

Diversos estudantes, entre eles Vladimir Palmeira, Marco Antônio, Luis Paulo, Pedro Paulo, Ana Maria, Vera Lucia, Arno de tal e Carlos Alberto (da Faculdade de Engenharia), deveriam ser indicados, pois foram reconhecidos e apontados por diversas testemunhas das cenas de vandalismo. O

Negrao encomenda fórmula contra o ardil

O Governador Negrao de Lima pediu ao Secretário de Segurança, General Dario Coelho, que elabore fórmula capaz de reprimir qualquer manifestação estudantil na rua, a fim de que não se repita o que ocorreu anteontem na Avenida Rio Branco, onde foi impossível a ação dos policiais, de vez que integrantes da passeata armaram um esquema, impedindo a entrada, por qualquer das transversais, de carros da PM.

O Governador pediu que seja montado um esquema pela Secretaria de Segurança, no sentido de intervir imediatamente nessas ocasiões, através de uma tática policial que possibilite a intervenção antes ou durante a manifestação, e nunca depois, conforme ocorreu quarta-feira. O Sr. Negrao de Lima pediu ainda que a Polícia aja com mais energia na ocorrência de novos incidentes.

DE SURPRESA

O Governador mostrava-se bastante aborrecido durante todo o dia de ontem por causa das manifestações estudantis do dia anterior, e explicou que realmente

os estudantes levaram vantagem sobre a Polícia, merecendo uma tática inteligente. Todo o esquema policial estava montado no Ministério da Educação, "onde nada ocorreu", mas os grupos se reorganizaram na Avenida Rio Branco, "lugar distante de onde os policiais se encontravam".

Se a manifestação estudantil fosse realizada mais próxima do Ministério da Educação — continuou — ela seria reprimida imediatamente, porque os policiais iriam a pé. Mas com aquele ardil dos estudantes, tudo se tornou difícil. Mas posso afirmar que isso não acontecerá mais.

Depois de uma pausa, afirmou ser essa "uma das provas de que a Polícia tem de ser mais rígida na sua ação, porque a população não pode ser sacrificada, quando deseja chegar cedo a seus lares, após um dia de trabalho intenso".

— Foi um crime o que eles fizeram. Além de promoverem agitação e transtorno a volta de pessoas para suas residências, ainda tiveram a audácia de retirar madeiramentos e máquinas de

DOPS tem ordem para concluir rapidamente o inquérito e remetê-lo à Justiça, quando, então, será pedida a prisão de todos os envolvidos.

PROFISSIONAIS

Linor Brito — que se declara Presidente da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) — e um outro — que se intitula Secretário da mesma entidade e é conhecido como Reforma Agrária — também foram notados nos acontecimentos de quarta-feira, no Centro. Ambos são filhos estudantes e acusados, inclusive, pela Polícia, de terem "negociado" com fumos particulares, em benefício próprio, boxes do novo restaurante do Calabouço. Trata-se de elementos detidos, várias vezes, pelo DOPS, e também pela Polícia Federal. Certa feita foram detidos como suspeitos de autoria do atentado terrorista praticado contra a sede dos Voluntários da Paz, na Praia do Russel, o qual vitimou gravemente três pessoas.

NENHUM DETIDO

O Secretário de Segurança, não desapaço com o Governador Negrao de Lima, afirmou ao JORNAL DO BRASIL não haver nenhum estudante detido, "pelo menos do seu conhecimento". Sobre a baderna, afirmou que a maioria dos manifestantes não era composta de estudantes, e sim de "pessoas que todos já devem saber quem são".

— Porque os arruaceiros não condenaram também o acordo MEC-União Soviética, ou invés de se preocuparem somente com o MEC-USAD? Ainda por cima, empunham cartazes dando vivas a Guevara. Isso não mais acontecerá.

Dario promete reprimir nova manifestação

O Secretário de Segurança, General Dario Coelho, declarou ontem que reprimirá com energia qualquer nova perturbação da ordem pública e social, como a de anteontem, pela qual foram responsáveis "desordeiros que se intitulavam estudantes".

O saldo da ordem — disse o General Dario Coelho — apresentou carros com pneus furados a piques, ripas de segurança de obras arrancadas, e carros amassados — e indica que não se pode ter mais condescendência, havendo necessidade de se impor o peso da autoridade.

COOPERAÇÃO

Após frisar que nem sempre a Polícia de Segurança é bem compreendida, o General Dario Coelho conceitua os órgãos de informações a uma análise cuidadosa das manifestações estudantis — Calabouço, Museu de Arte Moderna e a anteontem — nas quais, partindo de reuniões que deveriam ser pacíficas, estudantes mais exaltados e elementos extremados infiltrados em seu seio promoveram desordens e depredações.

— A Polícia — disse o General Dario Coelho — tem meios para coibir tais

Delegado confirma prisão de 4 em S. Cruz

O Sr. Iseu Ferreira do Vale, delegado substituído da Delegacia Distrital de Santa Cruz, confirmou, ontem, perante a CPI que investiga violências praticadas pela Polícia, que os cinco estudantes presos às vésperas da reunião do FMI-BIRD permaneceram detidos naquela Delegacia no período entre 28 de setembro e 1.º de outubro último. Entretanto, ainda, o Sr. Iseu Vale que ele mesmo comunicara, por telefone, ao General Osvaldo Niemeyer, Superintendente de Polícia Executiva, a permanência dos estudantes na delegacia, e que no dia 3, quando visitou San-

ta Cruz, o militar indagou se os estudantes tiveram bom tratamento.

Também prestou depoimento, ontem, na CPI das violências, o Comissário Caetano Lacerda Santiago, de Santa Cruz, que confirmou a passagem dos estudantes pelo Distrito de Santa Cruz.

Segundo o Comissário, o Delegado Ariosto Fontana declarou, após manter contato telefônico com o General Osvaldo Niemeyer, ter recebido ordens do militar para manter presos os estudantes, pois o General afirmara tratar-se de deliberação superior. Ao terminar a

ligação telefônica, o delegado virou-se para o comissário e disse: "Isto é uma bomba para nós, Caetano".

SECRETARIO

O requerimento para o comparecimento do Secretário Dario Coelho à CPI das violências ainda não foi recebido pelo Presidente Amarel Peixoto. O requerimento, já aprovado automaticamente na CPI, pois conta com quatro assinaturas dos seus sete integrantes, terá, ainda, de ser aprovado em plenário, para então ser expedido ao Secretário Dario Coelho.

Comissão estudará o caso do
vestibular e pode alterá-lo

Embora pessoalmente considere o vestibular coincidente determinado pela Diretoria de Ensino Superior do MEC impraticável, o Rector Moniz de Aragão nomeará uma comissão para estudar o problema e apresentar um relatório final, que tanto poderá manter as determinações atuais da DES como voltar atrás — se as considerarem impraticáveis — e reestruturar em novas bases o vestibular para 1968.

Na semana que vem os Diretores das Faculdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro prepararão um relatório sobre as possibilidades do cumprimento do edital da DES, que determina às Universidades federais de todo o País a realização do vestibular no mesmo dia e hora.

CONFUSÃO

O vestibular do próximo ano já foi apelidado de vestibular-confusão, porque nos cursos preparatórios e Colégios Universitários nenhum professor sabe ainda qual a informação mais segura: se a inicial, segundo a qual o vestibular coincidente incluirá todas as Faculdades do País, públicas ou particulares, se apenas as federais.

Na realidade, embora a DES publique nos jornais de hoje um edital desmentindo as notícias anteriores, segundo as quais o vestibular coincidentemente vigora para toda e qualquer Faculdade, um primeiro edital distribuído no Ministério da Educação afirmava isso. O próprio Professor Epilogo de Campos, Diretor do DES, disse isso na segunda-feira ao distribuir o primitivo edital:

— Nós damos verbas e por isso temos o direito de exigir o cumprimento do edital. É para todas. Sem exceção.

No dia seguinte, como a repercussão do edital fosse péssima entre as Universidades particulares e estaduais de todo o Brasil, o Ministério voltou atrás e a assessoria do Professor Epilogo de Campos (que está em Belo Horizonte com o Ministro Tarso Dutra) distribuiu edital que só falava nas federais.

ENGENHARIA

O Professor Lindolfo Dias Carvalho, que foi coordenador-geral da CICE — Comissão Interescolar das Concursos de Habilitação às Escolas de Engenharia —, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que em 1968 o vestibular será unificado apenas nas seguintes escolas de Engenharia: Nacional da UFRJ, Centro Técnico e Científico da PUC, que compreende a Escola de Engenharia, o Instituto de Matemática, Física e Química, além da Escola de Engenharia da PUC de Petrópolis e o Instituto de Matemática da UFRJ.

Tanto a Universidade do Estado da Guanabara como a Universidade Federal Fluminense não participarão de exame único, por terem decidido fazer um concurso completamente diferente do tradicional.

CURSOS PREPARATÓRIOS

Um grupo de vestibulandos do Curso Hélio Alonso, de Direito, Filosofia, Economia e Psicologia esteve ontem no JB reclamando contra o edital da Diretoria do Ensino Superior, marcando para o mesmo dia e hora, em todo o País, os vestibulares para as faculdades federais.

Achem os vestibulandos que a medida, visando a acabar com os excessos, resolveria o problema apenas na teoria, pois na prática acarretará uma

procura demasiadamente grande das faculdades oficiais, aumentando a concorrência e provocando, ao contrário, grande número de excedentes.

VESTIBULAR DE NITERÓI

Os estudantes pedem ao Professor Epilogo Gonçalves de Campos, Diretor do Ensino Superior do MEC, que o vestibular volte a ser o que era, pois essa mudança foi feita faltando pouco para a sua realização.

Além disso, há também o problema da Universidade Federal Fluminense, pois lá as inscrições para o vestibular foram encerradas a 10 de outubro. Todos os candidatos tiveram que pagar a taxa de R\$ 30,00 e, caso não se registre a medida tal importância ficará perdida, pois os candidatos em sua grande maioria moram no Rio e pretendiam fazer exame aqui e em Niterói; como o edital impede isso, preferiram fazer só no Rio e desistir de Niterói.

MEDICINA

Vestibulandos de Medicina distribuíram ontem uma nota onde afirmaram ter-se reunido para discutir o edital sobre o vestibular coincidente baixado pelo Ministério da Educação e Cultura, chegando à conclusão de que deve vigurar para o próximo ano o vestibular único com direito à opção, como foi feito em 1966 e 1967.

Consideraram ainda os vestibulandos não ser concebível, "a esta altura dos acontecimentos", a alteração das normas do vestibular único. Um memorial com assinaturas dos candidatos à Medicina deverá ser entregue nas próximas horas ao Diretor do Ensino Superior, professor Epilogo de Campos.

Aplausos mais demorados no Festival foram para 8 canções

Com um atraso de 55 minutos começou ontem no Maracanãzinho a parte internacional do II Festival da Canção, com mais de 15 mil pessoas aplaudindo demoradamente as canções da Austrália, Chile, Suíça, Canadá, Holanda, México, Alemanha e Japão, além da composição de Paul Misrahi, *Rapsódia Brasileira*, feita especialmente para a abertura do concurso.

Quanto o público ainda aplaudia a canção da Holanda — *Não Brinque Comigo* — as reclamações começaram nos bastidores do Maracanãzinho: Donald Lautrec e Elisabeth List diziam que foram prejudicados porque a distribuição do som não havia sido perfeita, e a cantora holandesa afirmava que alguns músicos do júri "devem ter percebido meu esforço em cantar um tom acima do da orquestra".

O ESPETÁCULO

A primeira canção apresentada foi a da Austrália, *Quando o Amor Vem Chegando*, de Peter Horiken, que foi também o cantor. A música é bastante ritmada, e até antecedeu algumas modificações. Seu arranjo original era apenas para instrumentos de corda e piano, mas o autor, depois de ouvir a parte nacional do concurso, decidiu acrescentar metais, por causa do tamanho do estádio.

Em seguida veio a música do Chile, *Aproxima-te de Mim*, de Jaime Atria, com Sônia Garcia. É um bolero-balada e tem um refrão que agradou ao público.

Feita especialmente para agradar os sul-americanos — segundo admitiu seu próprio autor Lars Farinlo — a música da Suécia, *Você e Nosso Filho*, foi apresentada em seguida, na interpretação de Monica Zetterlund, que já havia se apresentado para o público do Maracanãzinho no último domingo.

A quarta música foi a da França, representando a Bolívia. É uma música lenta, em ritmo de bolero, que faz um apelo aos gêmeos em favor da paz mundial. Foi cantada por Sônia Garcia, bolívina que mora no Rio há mais de um ano. Seu compositor — José Peruchino — é diretor do Conservatório Nacional da Bolívia, enquanto o letrista, Ricardo Parra, é estudante de Direito em seu país.

Em seguida veio ao palco o canadense Donald Lautrec, por quem o público feminino mostra certas preferências. Defendeu a música *Não te Quero Mais*, que tem um ritmo ligeiro e fala de um amor não correspondido. O próprio Lautrec fez a letra — de parceria com Marcel Lefebvre — e a música, de parceria com François Cosmeau.

Regida pelo próprio compositor, Frans Mijls, a música da Holanda, *Não Brinques Comigo*, foi apresentada por Elisabeth List. A melodia começa com um dobrado militar e termina com algumas notas da marcha nupcial. A letra é de Cees Nooteboom.

Uma canção, a música da Venezuela, apresentada em seguida por Mario Suarez, foi prejudicada porque, desconhecendo o tamanho do estádio onde é realizado o Festival, sua autora, Aura Gonzalez, preparou um arranjo apenas para instrumentos de corda.

O Rei do Calipso, Mighty Sparrow, apresentou-se em seguida, com a música *Sem Dinheiro, Sem Amor*. Para as mulheres, a música ridiculariza a importância que elas dão ao dinheiro. A música é de sua própria autoria.

A cantora suíça Arlette Zola interpretou, em seguida, a música *Só Amo Você*, de ritmo ligeiro, quase um *je-je-je*, que é o seu gênero preferido. Segundo ela mesma explicou, não gosta de cantar coisas tristes. A música é de Claude Salin e a letra de Gil Caraman.

O México foi o décimo país a se apresentar, com a música *Amar*, de autoria de Consuelo Velazquez, cantada por

Daniel Riolobos. Ensaíada apenas uma vez, a música da Hungria *Pára, Ouve uma Palavra*, é uma mistura de folclore com música contemporânea, em um ritmo bastante lento. A música, de Andras Bagya, foi cantada por Janos Kocs.

O francês Hervé Villard, representando Mônaco, veio em seguida para defender a música *O Avião do Infinito*, uma canção de amor bastante triste. A música havia sido ensaiada cinco vezes, porque a partitura veio incompleta e teve de ser reconstituída de memória, pelo compositor Jacques Revaux.

Oração, de Augusto Colo Campos, cantada por Carmita Jimenez — representando o Peru, foi a concorrente seguinte. É um bolero, e como as outras duas músicas sul-americanas apresentadas — Venezuela e Bolívia — faz um apelo de paz ao mundo.

Uma das músicas bem cotadas — a da Alemanha, veio em seguida: *Você Virá Comigo*, composta por Horst Jankowski e Carl Schaubler, e interpretada pelo próprio Jankowski. A música revela influência do jazz e tem uma letra romântica.

Representando o Japão, veio uma espécie de bolero, do compositor Katsuhisa Hattori, e interpretado pela cantora Mie Nakano, que é uma das favoritas para o prêmio de melhor intérprete do Festival.

Um *je-je-je* foi a última música apresentada, representando a Argentina. A dupla Bárbara e Dick defendeu a canção argentina de José Rossino e letra de Tim Crona.

JÚRI

O júri internacional, para 14 homens, tem apenas uma mulher: a compositora Chabuca Granda, representante do Peru. Os demais integrantes do júri são Henri Mancini (Presidente, com direito a voto somente em caso de empate); Nelson Riddle, dos Estados Unidos; Jacques Brel, da Bélgica; Francis Lai, da França; Augusto Algueró, da Espanha; Brian Wiley, da Inglaterra; Peter Fenves, da Hungria; Nico Fidenco, da Itália; Ishai Spira, de Israel; Hachidai Nakamura, do Japão; Mário Mota Pereira, de Portugal; Lucio Gatica, do Chile; Mariano Mores, da Argentina; Wolfram Rohering, da Alemanha; e o maestro Isaac Karabitschewsky, representante do Brasil.

CRITÉRIO

A primeira reunião do júri internacional, na manhã de ontem, o maestro Isaac Karabitschewsky não esteve presente, porque não foi avisado a tempo. Todos os demais integrantes ouviram as músicas apresentadas na noite de ontem, achando o nível muito superior às concorrentes do ano passado, segundo informações de Henri Mancini e Nelson Riddle, que participaram do I Festival, assim como Nakamura e Chabuca Granda.

A maioria dos jurados achou que as músicas "devem correr o mundo", e por isso vão tanto às brasileiras, da primeira parte, quanto às concorrentes estrangeiras.

Segundo explicou Nelson Riddle após a reunião, cada jurado fará uma escolha pessoal, apontando suas preferências através de comentários escritos nas fichas individuais, ou pela distribuição de pontos.

Sómente após o segundo espetáculo, amanhã à noite, serão anunciadas as 20 finalistas, que serão apresentadas no espetáculo de domingo, e das quais serão dez vencedoras. A primeira classificada receberá o Galo de Ouro Maior, além de NCr\$ 13 500,00.

O intérprete da música classificada em primeiro lugar receberá um prêmio de NCr\$ 6 750,00.

Do segundo ao quinto lugares, também serão atribuídos os troféus do Galo de Ouro, em tamanhos decrescentes, além de prêmios em dinheiro. Do sexto ao décimo lugar serão distribuídas medalhas de ouro, tanto para os compositores, quanto para os intérpretes.

O CALOR ANDINO



A chilena Sônia Garcia abriu o espetáculo com um bolero.

O AMOR DE UM SÓ



O canadense Donald Lautrec cantou um amor não correspondido.

Brel condena os que só pensam em si

Em vez de falar de música e de sua carreira, o compositor belga Jacques Brel, (radicado na França), componente do júri internacional, usou sua entrevista coletiva para falar um pouco dele próprio e também de sua filosofia de vida, que ele define em poucas palavras: "acho que o homem é como uma ferramenta: deve estar sempre disponível e voltar-se sempre para o que está ao seu redor e não para si próprio".

Jacques Brel confirmou também que parou de cantar definitivamente, "porque agora quero me dedicar a outras coisas; quero ter tempo bastante para escrever não apenas músicas, mas poesias também". E é por isso que no Rio ele participará do Festival apenas como jurado, não estando incluído em nenhum dos shows internacionais promovidos pela direção do concurso para preencher os intervalos dos espetáculos.

OPINIAO DE JACQUES BREL

O compositor belga, numa de suas músicas, mais conhecidas, critica, com muita ironia e sarcasmo, os burgueses. E, segundo ele, isto não é gratuito.

— Considero o burguês como alguém que abandonou seus sonhos em proveito dos seus interesses. Eu sou a favor dos sonhos. Por isso sou contra os burgueses. Quanto aos pequenos burgueses, eles pertencem à mesma raça dos grandes e são talvez até mesmo piores.

Sobre as beatas — tema de sua composição *Les Bigotes* — Jacques Brel não pensa nada:

— Eu apenas rio delas. Sua opinião sobre as guerras também foi dada em poucas palavras:

Todas as guerras são estúpidas.

Possou falar porque fui criado na guerra. E, como solução, Jacques Brel sugeriu que, em vez do serviço militar obrigatório, "todos os rapazes de 20 anos deveriam ser obrigados a fazer uma viagem ao redor do mundo. César já fez isto, mas, infelizmente, já tem muito tempo".

Demonstrando ser um adepto das definições curtas e diretas, Jacques Brel disse da liberdade:

E o direito que o homem tem de se enganar.

Para ele, o amor "é o sexo que dura muito tempo". O sexo, "o amor que dura pouco tempo". A religião, "esta não existe, para mim, é claro".

Sobre os grandes artistas da Bélgica:

— A Bélgica não tem artistas. Apenas banqueiros e padres.

NÃO CANTO O AMOR, FAÇO-O

— O amor não tem lugar em minhas canções — disse ele quando lhe perguntaram qual a mulher que lhe serviu de inspiração para *Ne me Quitte pas*. Esta música não fala de amor. Ela é um hino à covardia. Utilizei o amor apenas como exemplo do que queria dizer. O amor é para ser feito e não para ser cantado.

Jacques Brel divide os cantores fran-

ceses contemporâneos em dois grupos: os que fazem músicas para serem dançadas, como Gilbert Bécaud, Charles Aznavour e Alain Barrière, e os que fazem canções, onde as palavras são tão ou mais importantes que a música. Neste grupo, ele inclui Georges Brassens, Léo Ferré e ele próprio.

— Aliás, eles são fáceis de ser distinguidos. Os adeptos das músicas para dançar são os proprietários de carros grandes e extravagantes. Os outros possuem carros pequenos e discretos.

POLÍTICA

Voltando às definições, disse Jacques Brel que "a política é aquilo que a gente espera que os outros façam em nosso lugar".

— Não sou político. Mas se o fosse e tivesse que fundar um partido, não importaria o nome eu lhe daria. O fundamental seriam as ideias: de esquerda.

Sobre a monarquia, disse apenas: "O Brasil teve muita sorte".

Jacques Brel concluiu a entrevista com outras definições:

— As mulheres são como as Cidades. A mais bonita Cidade do mundo é sempre a próxima.

— A ternura é o que falta nos homens. Ela é o contrário da velocidade, da rapidez, que mata a ternura.

— A censura é a arma dos impotentes.

— Os filmes de Jean-Luc Godard não são feitos para pensar.

Mancini alerta para julgamento errado

O compositor norte-americano Henri Mancini disse ontem em entrevista coletiva no Copacabana Palace que é muito grande a responsabilidade do júri do Festival da Canção na indicação das músicas vencedoras, pois "não deve deixar-se influenciar por um arranjo bem feito ou por um bom intérprete, que às vezes fazem sobressair composições de má qualidade".

Mancini acha que melodia e letra não se separam, mas, ao contrário, devem constituir um todo, e, como Presidente do júri internacional, afirmou que aprova o critério adotado para a seleção das músicas — ouvi-las antes, durante e

depois dos espetáculos — porque "um jurado não pode formar sua opinião ouvindo apenas uma vez as composições".

FILMES E MILTON

Afirmou o compositor que as trilhas sonoras feitas para o cinema nunca devem sobrepor-se ao gabarito do filme em termos de arte, "considerando que a música constitui apenas um apoio à obra cinematográfica".

Após a rápida entrevista coletiva que concedeu, o autor de *A Pantera Cor-de-Rosa* foi levado pelos jornalistas até o terraço do Copacabana Palace para ou-

vir Milton Nascimento, que cantava algumas de suas composições ao violão.

Após ouvir Travessa e Morro Velho, Henri Mancini cumprimentou entusiasmado o compositor brasileiro, que fazia aniversário e ouviu o *Parabéns pra Você* de um grupo de pessoas, entre as quais Mancini.

Quando Milton Nascimento terminou a pequena amostra de suas músicas, Henri Mancini, que ouvia com a maior atenção, perguntou-lhe se ele sabia ler e escrever música. Ante a resposta negativa de Milton, disse que se admirava pelo fato de que "tudo isso brote apenas do sentimento".

Poucos estrangeiros foram à praia

Os alemães Horst Jankowski, sua noiva Heidi e Carl Schaubler, e o francês Pierre Barouh foram os únicos estrangeiros que preferiram ir à praia, aproveitando a manhã de sol que fez ontem, enquanto a maioria das delegações permanecia na pérgula do Copacabana Palace.

Enquanto Pierre Barouh voltava rapidamente para o hotel, aborrecido com os fotógrafos que o perseguiram, os alemães ficaram na praia até as 15h, sem ligar para as pessoas que os rodeavam. Kim Novak e o italiano Fabrizio Mioni permaneceram nos seus apartamentos, queixando-se de mal-estar e febre.

OS ISRAELENSES

Os israelenses Dov Selzer, compositor, Geula Gill, cantora, chegaram ontem de manhã ao Rio. Tomaram parte do segundo espetáculo do Festival Internacional da Canção, amanhã à noite, junto com a Espanha, Jamaica, Haiti, Brasil, Tcheco-Eslováquia, Inglaterra, França, Iugoslávia, Estados Unidos, Romênia, Bélgica, Itália, Portugal e Suécia.

A cantora com a qual Dov Selzer representa Israel é *Verdade*, "uma canção romântica com indagações sobre o amor". Geula Gill, que já esteve no Brasil há dois anos, canta em Israel e vai se apresentar em dois concertos em Nova Iorque, depois do Festival.

Falando sobre a música israelense Dov Selzer disse que "ainda não há um

gênero nacional, pois os israelenses nascidos no país são muito jovens — 18 a 19 anos, e as músicas que são feitas agora têm influências variadas, desde a brasileira até a romena.

Dov Selzer, que nasceu na Romênia, disse que sua música é popular e romântica e falou de algumas de suas composições "no gênero bossa nova", para ele um "ritmo diferente e excitante".

Geula Gill falou também de sua experiência no Exército de Israel, durante a recente guerra com os árabes, e disse: "não sou um bom soldado, e minha ajuda consistiu em cantar para as tropas, a fim de animá-las". Das músicas brasileiras que mais canta, Geula Gill citou *Eu Decei-me no Mar*, de Dorival Cayrol.

A RADIO FRANCESA

O maior faturamento em anúncios na França é feito pela Rádio Europa 1 num total de US\$ 26 milhões por ano, segundo afirmou ontem o seu Diretor, Lucien Morisse, um dos convidados especiais do II Festival Internacional da Canção, que já veio ao Rio no ano passado, também para assistir ao concurso.

Informou Lucien Morisse que a Rádio que dirige, "a mais ouvida em toda a Europa", cobra de US\$300 a US\$800 para cada 30 segundos de anúncio, durante seu período de funcionamento — das 6h até uma da madrugada — ge-

ralmente com a programação dirigida, em especial, para os jovens.

Embora a música brasileira ainda não tenha muita penetração na Europa, Lucien Morisse disse que nos seus programas especiais de sábado e domingo "sempre inclui músicas de Chico Buarque, Elis Regina e Jair Rodrigues". A receptividade não é grande ainda porque o público europeu sempre fala em samba ou carnaval quando se lembra do Brasil.

Lucien Morisse pretende levar consigo algumas canções brasileiras, mas devido à dificuldade de encontrar passagens para o dia 21, não pôde assistir à parte nacional do II Festival Internacional da Canção, "que seria a mais interessante", segundo afirmou mais tarde.

INGRESSOS

Ontem à tarde, bem em frente aos postos de venda da ADEG — principalmente no Teatro Municipal — os camistas vendiam arquibancadas para o espetáculo de domingo no Maracanãzinho por NCr\$ 15,00 cada uma, enquanto o preço normal, tabelado pela Secretaria de Turismo era de NCr\$ 4,00.

As cadeiras de pista, tabeladas a NCr\$ 6,00, para o espetáculo final do II Festival Internacional da Canção, chegaram a ser vendidas a NCr\$ 30,00 cada uma, prevendo-se que hoje e amanhã o aumento seja maior ainda.

Andy acha que sucesso é muito relativo

Andy Williams, cantor norte-americano que ajudou a popularizar, como intérprete, várias canções de Henri Mancini (*Moon River*, *Days of Wine and Roses*, *Charade*), é de opinião que as músicas de assimilação mais fácil tendem a fazer mais sucesso num festival e a sair vencedoras, embora sejam logo esquecidas e superadas.

Roberto Carlos é o cantor brasileiro que Andy Williams faz questão de conhecer, porque, "segundo me explicou um representante da CBS no Brasil, ele é o único que supera todas as vendas num país em que a média de discos que um cantor vende é de cerca de 50 mil. Por isso quero ser apresentado a quem consegue vender tantos discos".

O PRESIDENTE E O CANTOR

Diz Andy que "a guerra do Vietnã me contribuiu para torná-lo mais popular do que o Presidente Johnson, pois o povo norte-americano está, em

sua quase totalidade, contrário ao conflito".

Mas, solicitado a dar sua opinião sobre a guerra, Andy Williams preferiu esquivar-se:

— Não entendo o suficiente de política para responder, e até Bob Kennedy, com quem conversei sobre o assunto, admite que o problema é muito complexo. A única coisa que posso dizer é que sou contra todas as guerras, e é uma pena que os políticos não se entendam tão bem como nós, que usamos a música como palavra.

DUO OURO NEGRO

Raul Cruz e Emílio Pereira, do Duo Ouro Negro, que representará Portugal, deram ontem uma pequena demonstração do que sabem fazer, no saguão do Hotel Excelsior, onde cantaram e tocaram ao violão *Arrastão* e *Saudosa Maloca*, com muito ritmo e uma batida bem marcada, deixando excelente impressão.

Família é o importante para C. Sevilla

A dançarina e cantora espanhola Carmen Sevilla, acompanhada do seu marido, o compositor Alberto Algueró, afirmou ontem em entrevista coletiva que dá mais valor na sua vida aos filhos, ao marido e à casa, deixando em segundo plano sua carreira artística, que é, apesar disso, "também muito importante".

Disse que não seria capaz de participar de um concurso de beleza porque já se considera *madurita* e prefe-

re dar oportunidade às mais jovens:

— Se eu ainda tivesse 18 anos, talvez me arriscasse.

ALGUERO

O compositor Alberto Algueró, também espanhol, e membro do júri internacional, revelou que já ouviu metade das composições concorrentes, mas ainda não tem uma opinião formada, e espera que a vencedora "seja capaz de levar o nome e o prestígio

do Festival aos quatro cantos do mundo". Revelou ainda que aprecia todos os gêneros de música, desde o *a-gô-gô* ao *je-je-je*, mas julga que "todas as músicas têm o seu momento".

Afirmou que sua mulher acaba de concluir dois filmes este ano: *La Guerrillera*, sobre a história da revolução mexicana e a atuação de Pancho Villa; e *El Camión de Rocio*, ambos de Julio Alemán. No cinema gosta muito de Luis Buñuel, de quem se disse "um grande amigo".

Glória de Fame foi cantar com Count

O cantor George Fame que val defender *Celebración*, de Bill Martin e Phil Coulter, pela Inglaterra, revelou ontem que a maior emoção de sua vida até agora foi cantar com a orquestra de jazz norte-americana de Count Basie, em maio último, em Londres.

Sobre a música de protesto, à qual se opõe, afirmou: "A política é para os políticos e a música é para os músicos." Disse não acreditar que o afastamento dos Beatles de suas audiências públicas em Londres possa abrir maior mercado para outros cantores, pois considera que o conjunto "nun-

ca prejudicou os outros cantores ingleses, porque cada um tem seu próprio público".

NÃO É A MESMA

Informou que seu estilo de cantar é "romântico", e que prefere interpretar os *blues*. Diz-se um admirador da música afro-brasileira.

— Eu já conhecia Astrud e João Gilberto quando eles estiveram na Europa, mas notei agora que a música que se faz aqui no Brasil é diferente da que é exportada.

Acha que a música de protesto, de uma certa forma, "afeta o público", mas considera que isso só é válido quando feito sutilmente:

— A música é um conjunto de ritmo, melodia e harmonia. A letra é apenas alguma coisa que se acrescenta à composição, porque é possível entender universalmente a música sem as palavras.

A pergunta — "qual o preconceito que gostaria de ver derrubado pela atual geração?" — respondeu: "A libertação da Escola da Inglaterra."

O SOL E O SAL



Mei Nakno fugiu para molhar o pé durante um intervalo dos preparativos para o show à noite no Maracanãzinho

"Fui surpreendido, no dia de ontem — domingo, com o noticiário sob o título *Muitas operações fracassam porque policiais não se entregam com Celso Franco*, e no qual a Polícia Militar é mencionada como fator "prejudicial" ao bom andamento das inúmeras modificações que são tentadas ou introduzidas no trânsito na Guanabara.

E o mais grave, senhor Diretor, é que tais críticas são atribuídas a "elementos do meu Gabinete" sem identificar tais elementos, o que esconde um propósito leviano, de fomentar com notícias falsas e imprecisas um clima de mal-estar entre a alta administração do Departamento de Trânsito e o Comando da Polícia Militar.

Na realidade, senhor Diretor, existe um perfeito e cordial entendimento entre o Diretor do DTR, e a PMEG, da qual recebemos uma eficiente colaboração material e humana, notadamente do 3.º Batalhão. Não é justo, pois, que tanto esforço e sacrifício, por vezes até individual de oficiais e soldados, venha a ser empanado perante a opinião pública pelo simples desejo de um Repórter em "fazer notícia" caçada numa inverdade. Contando com o cavalheirismo e a atenção que sempre recebo do JORNAL DO BRASIL, gostaria de recolocar as coisas em seus devidos lugares, salientando que, somente tenho conseguido realizar algo em favor do público e do automobilista carioca, no trânsito da cidade, graças ao desprendimento e à colaboração dessa magnífica instituição que é a nossa Polícia Militar.

Celso de Mello Franco, Diretor do Departamento de Trânsito — Rio, GB."

Doença curável

"Últimamente falam muito sobre a agonia e morte inevitável do cinema. Por causa da televisão. Dizem que a televisão invadiu os lares e substituiu o velho cinema.

É verdade? O cinema com sua tela grande, larga, colorida não é comparável com a minúscula, mísera televisão. Já não falo sobre os possíveis defeitos do aparelho, estes "corre-corre" (fixação vertical fraca), imagem turva ou ridiculamente distorcida etc., etc. Mesmo os programas, sempre supercarregados da propaganda comercial, com raras exceções são monótonos e de baixa qualidade. Em busca do apoio material e lucros fáceis, a televisão se emburrou entre política e comércio, e agora converteu-se em aparelho de propaganda comercial. Neste ponto a televisão é também incomparável com o cinema.

O cinema, hoje em dia, está oprimido, subjugado. Isso sim. Oprimido pela falta de bons filmes. Subjugado pelo interesse comercial insensível dos proprietários dos cinemas com frequência aumentando os preços da entrada.

O cinema e teatro são considerados como as armas mais poderosas na arte de educação popular. Mas privar as telas de cinema de bons filmes e limitar de propósito o número dos espectadores em consequência desta política aumentista, política miope, significa abaixar a importância do cinema e provocar a sua morte prematura. O que projetam atualmente nas telas do cinema não pode chamar educativo para nenhum espectador: aventuras, maioria de espionagem abstrato, super-homens, ensinando as variedades da violência, pornografia ou westerns. É difícil dizer o que é maior idiotice: se dos produtores, fabricando tais filmes, ou a estupidez dos exibidores comprar e expô-los ao público?

Os filmes nacionais? Anos atrás sobre eles foi bastante escrito por Moniz Viana e outros críticos. O quadro quase não se modificou.

Quanto aos preços de ingressos no cinema, eu me lembro do seguinte fato: Anos atrás viajei muito pelo Estado do Rio de Janeiro. Lembro-me dos cinemas de Valença e Resende. Estes cinemas exibiram os filmes bem selecionados, frequentemente mudados, a preços duas ou três vezes menores que os de outros cinemas. E todos dias os cinemas ficavam cheios de espectadores, dando lucros consideráveis. Este exemplo pode servir como lição para muitos proprietários do cinema. Eles podem refletir o que é mais vantajoso: ver todos os dias, com exceção de alguns domingos, o cinema meio vazio, ou trabalhar com a carga completa e sempre ter lucro garantido.

Anatole Fillipoff — Niterói, RJ."

Pernambuco

Poucos Estados brasileiros serão mais gratos à consciência nacional que Pernambuco, que todos aprendemos a amar na infância, nas escaramuças das batalhas travadas para repelir as invasões estrangeiras, na saga romântica dos seus heróicos filhos, na civilização do açúcar, povoada de aristocráticos senhores de engenho, com seus casarões e suas senzalas.

Por muitos motivos, aos quais não estará alheia uma firme determinação de crescer e progredir, Pernambuco tornou-se, desde muitos anos, o principal pólo de desenvolvimento do Nordeste. A desigual distribuição da riqueza, produto de uma estrutura de produção anacrônica e superada, fez do Estado campo fértil à agitação esquerdista; idealistas e aventureiros deram-se ali as mãos para fazer de Pernambuco o que em pouco seria conhecido no País e no exterior como o *barril de pólvora* do Nordeste, criando uma situação realmente grave para responder, se não à indiferença, ao menos à lentidão das soluções reclamadas por uma conjuntura injusta e desumana.

A implantação da SUDENE em Recife, em meio ao surto desenvolvimentista inaugurado no Governo Kubitschek, levou ao Nordeste e a Pernambuco, de modo especial, a consciência de que o desenvolvimento econômico passara a ser, mais que uma remota possibilidade, um imperativo de paz social. Os incentivos fiscais e a intensa atividade, gerada pela SUDENE, não produziram, nos primeiros tempos e ainda agora, resultados suficientemente dramáticos para que se possa crer que os problemas estão resolvidos, longe disso. Mas é inegável que a noção da necessidade de planejar trouxe ao Nordeste uma saudável contribuição à mudança da velha mentalidade. A conturbada situação política vivida no País a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros há de ter frustrado

a velocidade da arrancada nordestina, freada ainda pela falta de qualidades executivas dos dirigentes da SUDENE de então.

A Revolução de 1964 não foi insensível à grave situação em que encontrou Pernambuco. Algumas tentativas bem intencionadas foram feitas lá para contornar e equacionar os problemas. A desapropriação da Usina de Caxangá, promovida pelo IBRA, não deu, no entanto, os resultados esperados. Outras providências, em vários setores, não foram suficientes senão para aliviar a pressão decorrente do subemprego, da fome e da miséria.

O Governo Nilo Coelho, instalado em fins de 1965, encontrou Pernambuco em situação bastante melhor que a deixada a seu antecessor pelo *líder camponês* Miguel Arrais. Até agora, no entanto, não parece ter encontrado o seu caminho. Não obstante o cumprimento judicioso dos seus deveres administrativos, cobrando impostos e fazendo as obras possíveis, implantando o regime de três turnos escolares e pagando em dia ao funcionalismo, falta ao Governo de Pernambuco, até agora, aquele ritmo seguro e cadenciado dos Governos que sabem onde estão indo.

Não se poderá negar ao Governador Nilo Coelho probidade nem seriedade no exercício do seu mandato. Pode-se cobrar-lhe, no entanto, maior dinamismo e mais entusiasmo no encaminhamento das soluções tantas vezes postergadas. É imperioso que não se esqueça, o Governador de Pernambuco, de que a tranqüilidade reinante em seu Estado é apenas aparente. Não desapareceram os fenômenos que no passado bem recente germinaram a desconfiança e o desespero. Cumpre-lhe, portanto, a inerte tarefa de recuperar o tempo perdido, não deixando que se perca, por falta de coragem e de imaginação, esta oportunidade que lhe foi dada para passar à História como o pacificador de Pernambuco.

Ninguém é de Ferro

A semana que vem será um modelo de País que não deseja desenvolver-se. Já na segunda-feira o comércio não abrirá as portas, porque a data é dedicada ao comércio e os empregados do comércio fizeram com os lojistas um acordo pelo qual trocam seis horas e meia do sábado pelas oito da segunda.

Quarta-feira é dia santo — de todos os Santos, aliás — e desde já estamos sob a ameaça de ponto facultativo. Se não vier o decreto, também não haverá trabalho, porque a complacência se encarregará de abonar as faltas em massa. Afinal, os chefes vão emendar as oportunidades, tão certo quanto dois e dois são quatro. Elas por elas, será dia de rendimento escasso nas repartições públicas. Logo, o setor privado, que tem de lidar com o labirinto da burocracia, custeará a folga.

Já está decidido que quinta-feira será feriado, em respeito aos mortos. Entre a quinta e o sábado, espremida e inferiorizada, a sexta-feira acabará enforcada pelo consenso unânime, a título de recuperação das energias para o desenvolvimento

Progresso em Cheque

O Brasil é possivelmente um dos poucos países do mundo em que o cheque sem fundos não circula porque é proibido por lei, e o cheque com fundos não circula porque "não aceitamos cheques".

É difícil descobrir as origens de tão original situação. Certamente não terá passado pela cabeça do inventor do cheque esta hipótese absurda de um país em que, a despeito da existência de um sistema bancário, com a sua correspondente legião de gerentes, contadores e tudo mais, o cheque não é aceito livremente na maioria dos estabelecimentos comerciais.

Na raiz de tudo há de estar, quase que com toda certeza, a nossa tradicional inclinação para não observar o cumprimento da lei que põe na cadeia o emite de cheques sem fundos. Claro que não chega a ser um consolo, para quem recebe o cheque insuficiente, a prisão do emite de má fé. Mas, já que nada lhe acontece, é perfeitamente compreensível a reserva com que se olha aqui o cheque bancário — evita complicações e aborrecimentos.

A instrução com que o Banco Central determinou recentemente o cancelamento da conta bancária de emitentes de cheques sem fundos já foi um progresso, no sentido de dar tratamento mais sério à questão.

Agora, a Comissão de Justiça da Câmara acaba de aprovar projeto que confere ainda maior

com que Governos e oposições se bastam em palavras. Sábado é meio expediente para alguns e de folga para quase todos. Não há como duvidar de que o côro em favor da liberação dos salários, a feição compungida de políticos e empresários que pedem chorosos mais um pouco de inflação e o palavreiro inútil sobre desenvolvimento fazem uma perfeita maquete de País que está felicíssimo com o seu atraso secular. Pois quem quer progresso não espera que ele venha por decreto ou caia do céu, mas aproxima-se dele pelo esforço de trabalho. Não há dúvida de que este espírito de descanso é fruto da humanização que se instalou no País, extremamente liberal no particular dos feriados. Não perde uma data, este Governo, para animar a folga remunerada.

O Brasil estava mais engrenado com o espírito de trabalho, e do Governo não partia a iniciativa de truncar o esforço nacional de recuperação. O exemplo federal desanimava, pelo menos, o apelo à folga, com ou sem pretexto, tão latente no Governo estadual.

segurança ao cheque e proíbe, ao mesmo tempo, os estabelecimentos comerciais de afixarem cartazes anunciando que não o aceitam.

É medida digna da aprovação do plenário, que deve agora examiná-la. Cheques sem fundos haverá sempre, em qualquer país do mundo, e cumpre ao comércio, à indústria ou a quem quer que transacione com cheques tomar todas as cautelas possíveis para reduzir a um mínimo as possibilidades dos que sacam habitualmente a descoberto. As autoridades incumbem, por outro lado, fazer cumprir a lei, de modo a que a tentação de imaginar saldos fictícios seja um risco desanimador, que só os estelionatários profissionais tenham a coragem de correr, com a consciência de que vão encontrar pela frente a mão pesada da Justiça.

Bem utilizado, o cheque é um instrumento capaz de facilitar extraordinariamente a vida no mundo difícil e agitado em que vivemos. Num certo sentido, é até mesmo um fator de desenvolvimento, um símbolo de progresso e de estabilidade.

Transformando em lei o projeto, a Câmara Federal estará prestando um inestimável serviço ao País, que a esta altura, heirando os cem milhões de habitantes e transpondo todos os dias as barreiras do subdesenvolvimento, não pode mais dar-se ao luxo de prescindir do cheque como uma peça essencial às relações do seu povo. O cheque — com fundos e até sem fundos — é um sinal de civilização, afinal de contas.

ARENA e MDB articulam-se contra mensagem presidencial

Brasília (Sucursal) — O Congresso entrou em efervescência, com o MDB e amplos setores da ARENA a repelir a mensagem com a qual o Presidente da República encaminhou o projeto de lei complementar sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos.

Provocou o abespinhamento geral a invocação do Parágrafo 3.º do Art. 54 da Constituição, que permite ao Governo exigir a votação e discussão dos seus projetos de lei ordinária no prazo de 40 dias, sob pena de aprovação automática por decurso de prazo. No caso, não se trata de lei ordinária, mas de lei complementar, cuja aprovação, nos termos do Art. 53 da Constituição, só se verifica por manifestação expressa da maioria absoluta dos congressistas. A mensagem seria, portanto, flagrantemente inconstitucional.

O Congresso não poderia admitir a aplicação dos prazos aos projetos de lei complementar, sem abrir um precedente capaz de debilitá-lo definitivamente. Se os prazos podem ser invocados para esse tipo de matéria, poderão ser invocados também para as emendas constitucionais, a homologação das leis delegadas, a apreciação dos Orçamentos Plurianuais, dos planos e dos programas do Governo. As consequências afetariam a já reduzida área dos poderes remanescentes do Congresso.

Além da inconstitucionalidade enervada na mensagem, o Senador Carvalho Pinto indica a existência do mesmo defeito no projeto que a acompanha. E que nele se

diz que a tramitação dos Orçamentos Plurianuais observará as normas do Art. 54 (prazos rígidos). Lembra o Senador que, ao incluir no projeto preceito nesse sentido, o Governo confessava a inconstitucionalidade, pois, se a tramitação excepcional fosse admitida para essa matéria, dentro do Art. 54, não seria necessária qualquer referência.

O problema se complica ainda mais, engrossando a reação, porque a Comissão de Orçamento da Câmara protestou contra o conteúdo do projeto, no qual identifica um atentado às suas atribuições específicas, além de confirmar a voz geral quanto à inconstitucionalidade da mensagem. As reclamações já chegaram ao Líder Ernani Sá-tiro, que pediu moderação aos companheiros e aceitou conversar a respeito do assunto. Não se espera, no entanto, que o Líder ampare a resistência, levando ao Marechal Costa e Silva apelo para que retire a mensagem.

Na Comissão Especial, criada para dar parecer ao projeto, a inconformidade é grande, dela participando o relator Rafael de Almeida Magalhães. Dirigentes da ARENA iniciaram articulações junto ao MDB, para verificar a possibilidade de um acordo para a tramitação rápida de projeto oriundo dos próprios Partidos. Nesse caso, a Comissão Especial recusaria a mensagem do Governo e, mediante esforço conjunto das lideranças, o Congresso atenderia à necessidade de elaborar com urgência uma lei complementar que resguardasse suas prerrogativas. Mas o MDB

contra a mensagem por meio de questões de ordem que serão levantadas na primeira reunião do Congresso, não esperará pela Comissão. Desencadeará a luta

Emendas

A oposição entende que os precedentes não permitam crer em reação eficaz.

O Secretário-Geral do MDB, Sr. Martins Rodrigues, denuncia o comportamento da Mesa no caso da tramitação das emendas constitucionais. Observa que a direção do Congresso, depois de manter as emendas engavetadas durante quatro meses (descumprindo a Constituição, que exige tramitação conclusiva em 60 dias), designou um calendário "que não esconde suas intenções". As comissões designadas para opinar sobre os quatro primeiros projetos de emenda deveriam instalar-se ontem, abrindo-se imediatamente, até terça-feira, o prazo de apresentação de subemendas; os pareceres seriam dados na sexta, depois de dois feriados, e a discussão em plenário se iniciaria na segunda-feira seguinte.

Afirma o Sr. Martins Rodrigues que a Mesa, "subversiva ao Governo, agiu maliciosamente na tentativa de impedir o debate da revisão constitucional. Só assim se explica o acodamento, que lança as emendas num período prejudicado por feriados e prevê o início da discussão para uma segunda-feira, quando, por ser escassa a presença dos parlamentares, será possível à ARENA manobrar para o encerramento".

A revolução não violenta

Tristão de Athayde

Falei ontem da necessidade que o mundo moderno tem dos santos e dos heróis, para protegê-lo contra a corrupção dos sibaritas e a pretensão dos tecnocratas.

Neste mês de outubro em que morreu fuzilado, nas selvas bolivianas, um dos heróis mais puros do processo violento de reformar a face da terra, morria há 25 anos passados um dos santos, em sentido lato do termo, do processo não violento de operar essa transmutação de valores: o Cardeal Dom Sebastião Leme.

Se a imolação dos heróis de hoje se opera em meio ao crepitar das metralhadoras, a dos santos de todos os tempos se faz no silêncio das noites indormidas ou das renúncias inconfessadas.

Dom Leme pertenceu naturalmente a esse segundo tipo de imolados. Aparentemente era o hábil eclesiástico que sabia como ninguém lidar com todos os homens, de todos os tipos, tanto dentro como fora da Igreja. Era também o orador comunicativo e espontâneo, que nunca se esmerou em burilar homilias e por isso mesmo falava à inteligência das elites e ao coração das massas, igualmente humano e igualmente aberto a tudo em que palpasse a vida. Político com os políticos, paciente com os tradicionalistas, jovem com os jovens, afoito com os temerários, fazia-se tudo com todos, como aconselhava São Paulo. Mas, longe de ser um oportunista, era paulis-

ta e não apenas paulino, na intocabilidade de sua Fé e na paciência na realização dos seus propósitos. E o maior desses propósitos foi sempre o de pregar a primazia dos valores espirituais e dos métodos espirituais na realização desses valores sociais. E é nisso que estava sempre o segredo de sua extraordinária equação entre a intocabilidade dos seus propósitos e a flexibilidade dos seus meios de ação. E tanto um como outro extremo da sua personalidade estavam ligados por um sentido profundo de santidade, isto é, de silêncio, de renúncia, de humildade, de naturalidade, de paciência e de sofrimento bem sofrido.

Suas noites indormidas, maceradas por insônias sucessivas e irremovíveis, fizeram parte integrante de sua atuação como pastor de um rebanho difícil, que ele procurou sempre elevar acima da categoria de passividade pastoril para a responsabilidade do autopastoreio. Sua marca foi precisamente a de despertar os fiéis do conformismo para a responsabilidade. Nesse sentido se antepôs, no Brasil, ao espírito renovador de dois Papas — Pio XI e João XXIII. A Pio XI se antecipou quando desde 1926, em sua famosa Pastoral, ainda como Arcebispo de Olinda e Recife, lançou o plano dessa ação católica que viria a ser a "menina dos olhos" de Pio XI e representava a mobilização dos fiéis para uma ação

efetiva na sociedade. A João XXIII se antecipou, também, como ao Concílio, quando abriu a Igreja no Brasil, e com um instrumento como a Liga Eleitoral Católica, em 1934, conseguiu sobrepor-se ao dilema do clericalismo ou do saudosismo do partido católico ou do isolacionismo do gueto fariseico, por uma colocação da Igreja no meio dos acontecimentos, que de certo modo prefigurava a grande obra de João XXIII e do Vaticano II, no plano da Igreja Universal.

E tudo isso, entretanto, calcado sobre meios humanos, suasórias, fraternos, mas sempre na base da primazia dos fins e dos meios sobrenaturais e livres, que hoje seguramente o colocariam na ala mais renovadora da Igreja.

Sua figura, portanto, no plano da santidade, está hoje mais atual do que nunca, no momento em que a heroicidade se apresenta como regeneradora e promotora da revolução social contemporânea, do Extremo Oriente, o Vietnã, à América Latina, nas selvas bolivianas ou colombianas.

Todos aqueles que anseiam pela Revolução da Não Violência não podem deixar de venerar, na memória de Dom Leme, há 25 anos de sua morte, um exemplo e uma lição, que um padre Hélder continua a pôr em prática e deve ser o nosso caminho a seguir, como os heróis da violência seguem o deus.

Reitor de Columbia entrega o Prêmio Maria Cabot a Brito

Passarinho anuncia a criação de novos 1300 mil empregos

Belo Horizonte (SUCURSAL) — O Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, anunciou, em entrevista coletiva, a criação de 1300 mil novos empregos no País e a instituição do contrato coletivo de trabalho, nos moldes em que foi introduzido pela Pemex, empresa estatal de petróleo do México, para seus funcionários.

Aconselhou os trabalhadores a lutarem pela instituição do contrato coletivo de trabalho como a única forma de defesa contra o contrato individual, "pelo qual o mais fraco tem de aderir ao mais forte, como num simples contrato de adesão". Disse, ainda, que a "fome é antiga no País e quem duvidar que leia o livro de José de Castro".

TRANSFORMISTA

O Ministro Jarbas Passarinho afirmou sua posição de solidarista cristão, de "subversivo, no bom sentido da palavra".

Disse que, antes de tudo, é um transformista que acompanha as evoluções do próprio Estado que não pode ser, jamais, inibitista.

Acentuou que a fome não decorre da política salarial.

Os trabalhadores assalariados — disse — podem estar passando fome e não seria razoável que eles estivessem lutando pela sobrevivência se o Governo, através de medidas gerais, não tivesse também adotado uma política de contenção inflacionária.

Segundo o Ministro, o arrêcho é da inflação e não do salário.

Para o Ministro, quem mais sofre com a política salarial é o funcionário público, "esse pobre envergonhado, que percebe NCRs 180,00 e leva vida de classe média".

Ratificou o Sr. Jarbas Passarinho que o salário é baixo, "mas somente poderá ser aumentado através da repartição da riqueza nacional, da fixação realista do residuo inflacionário e da manutenção do salário médio real por medidas neutralizadoras da inflação futura".

A solução não é aumentar

Nova Iorque (UPI-JB) — O Diretor do JORNAL DO BRASIL, Sr. Manoel Francisco do Nascimento Brito, recebeu na noite de ontem o Prêmio Maria Moors Cabot, das mãos do Reitor Grayson Kirk, na Universidade de Columbia, pelas suas contribuições ao jornalismo.

Descrito como "um jornalista jovem, dinâmico, esclarecido e promotor de paz", o Sr. Nascimento Brito ganhou o Prêmio Moors Cabot por ter feito do JORNAL DO BRASIL "um dos mais respeitados e responsáveis jornais do Hemisfério", segundo o discurso do Professor Richard Baker, que o saudou.

OS LAUREADOS

Quatro outros jornalistas — Peter Aldor, de El Tiempo de Bogotá; James S. Copley, da Copley Press Inc., da Califórnia; James S. Goodsell, do Christian Science Monitor, de Massachusetts; e Ramón José Veasquez Mujica, do El Nacional, de Caracas — foram laureados.

Os prêmios criados pelo financista Godfrey Lowell Cabot em 1939, em memória de sua mulher, Maria, consistem em uma medalha de ouro, mil dólares e despesas de viagem. Todos os jornalistas foram laureados "pelas suas grandes contribuições ao aumento da amizade internacional e compreensão nas Américas".

Discurso lembrou modernização

É o seguinte o texto do discurso do Professor Grayson Kirk, Reitor da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, concedendo o Prêmio Maria Moors Cabot ao vencedor brasileiro:

"Sr. Presidente, Tenho a honra agora de apresentar-lhes Manoel Francisco do Nascimento Brito, Diretor-Executivo do JORNAL DO BRASIL, do Rio de Janeiro.

O bom jornalismo tem sido enriquecido nos últimos tempos pela aparição de jovens diretores de jornal, esclarecidos e dinâmicos, que não somente melhoraram os seus próprios órgãos de divulgação como inspiraram outros a erguer-se a padrões mais elevados. Nascimento Brito tem sido um abridor de caminhos entre esses líderes jornalísticos. Como diretor do JORNAL DO BRASIL, comandando sua política editorial e sua administração, ele modernizou um órgão de 76 anos de idade e fez-lo um dos mais respeitados e responsáveis jornais do Hemisfério.

Manoel do Nascimento Brito nasceu no Rio de Janeiro. Recebeu de padres beneditinos sua educação primária e se formou advogado na Universidade do Brasil. Serviu na Segunda Guerra Mundial como piloto na Força Aérea Brasileira. Quando assumiu a direção do JORNAL DO BRASIL e sua estação de rádio nos primeiros anos da década de 50, o jornal, embora conhecido por seu apoio a causas civis, tinha apenas uma pequena circulação.

Manoel do Nascimento Brito fez muitas reformas. Transformou a feitura do jornal e organizou uma equipe editorial vigorosa, que se faz notar no Brasil pela

O Presidente da Universidade de Columbia, Dr. Grayson Kirk, fez um histórico dos Prêmios Cabot e destacou que o Hemisfério fez grandes progressos no sentido da compreensão e cooperação, mas ainda há muito a ser realizado.

Ao terminar, asseverou que os prêmios foram oferecidos a esses cinco jornalistas pelo seu excelente trabalho e a contribuição que prestaram, e não representam nenhum pequeno interesse.

PRÊMIO É DE TODOS

Nova Iorque (AFP-JB) — Ao agradecer ontem o Prêmio Maria Moors Cabot, horas antes de recebê-lo, o jornalista brasileiro Nascimento Brito, Diretor do JORNAL DO BRASIL, afirmou que era uma honra para ele e para o seu jornal o que lhe foi proporcionado pela Universidade de Columbia "por valiosos serviços aos povos da América".

— O JORNAL DO BRASIL — continuou — sempre foi um paladino nas relações interamericanas e na compreensão entre todos os povos americanos, e o prêmio que nos é concedido esta noite deve ser também em reconhecimento ao trabalho frutífero realizado por todo o pessoal do jornal, não apenas por seu Diretor.

sua capacidade profissional e espírito de corpo, aumentando grandemente o alcance e a profundidade da cobertura de noticiário, criando no Brasil pela primeira vez uma seção diária sobre assuntos internacionais, uma seção feminina e uma seção de pesquisas que fornece os antecedentes a respeito dos assuntos mais importantes, o que acentua sua reputação por prestação de serviços públicos relevantes.

Como prova de que o bom jornalismo compensa, a circulação diária do JORNAL DO BRASIL sob sua direção cresceu de dez vezes e a dos domingos ainda mais.

Manoel do Nascimento Brito frequentemente escreve artigos de fundo e outros sob seu nome para o jornal e também dirige outros setores do JB, inclusive a RÁDIO JORNAL DO BRASIL.

Através de seu jornal e estação de rádio, Nascimento Brito tem dado forte apoio à cooperação interamericana. Apenas há dois meses, o seu JORNAL DO BRASIL e um outro que já foi premiado aqui, o El Mercurio de Santiago do Chile, assinaram um acordo de cooperação técnica que dispõe sobre troca de material editorial, a criação de um serviço conjunto de notícias para ampliar a cobertura de noticiário internacional e interamericano, assim como de assistência técnica a outros jornais latino-americanos.

Sr. Presidente:

Por seus vigorosos e proveitosos esforços no sentido de elevar os padrões de jornalismo nas Américas, Manoel do Nascimento Brito merece o Prêmio Maria Moors Cabot.

pelo seu reconhecido trabalho de amizade internacional e de união dos povos da América.

O Sr. Nascimento Brito recebeu ainda mensagens de felicitações da Cia. T. Janer, do Ministro José Vamberto, do Ministro Delfim Neto, do jornalista Tito Leite, do Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Luis de Souza Lima, Srs. Elieser Magalhães, Conrad Wroos, Roberto de Mendonça e Comandante Maxwell Lloyd. O Embaixador de Israel, Sr. S. Divon cumprimentou-o em telegrama enviado para Nova Iorque.

Cumprimentos de Auro e Jeremias

O Presidente do Senado, Sr. Auro de Moura Andrade, afirmou em sua mensagem de congratulações que "a concessão do Prêmio Moors Cabot ao ilustre jornalista representa o reconhecimento internacional de seus altos méritos e constitui uma homenagem à imprensa e ao povo de nosso País".

Do Governador do Estado do Rio, Sr. Jeremias Fontes, o Sr. Nascimento Brito recebeu o seguinte telegrama:

"Em nome do povo fluminense, felicito-o por ter recebido o Prêmio Moors Cabot. Felicito também o JORNAL DO BRASIL,

quômetros para o término de seu sub-trecho.

quômetros para o término de seu sub-trecho.

quômetros para o término de seu sub-trecho.

quômetros para o término de seu sub-trecho.

Gama e Silva tira em Minas as esperanças dos cassados

Belo Horizonte (SUCURSAL) — O Ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, liquidou ontem com as esperanças de conseguirem anistia alguns homens públicos que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Presidente Castelo Branco, ao afirmar que "os cassados não têm direito de vida pública que lhes foram impostos".

Esta afirmação do Ministro Gama e Silva significa que o atual Governo não pensou, não pensa e nem pretende pensar em conceder anistia a nenhum dos cassados, entendendo os círculos políticos de Minas que está definitivamente afastada a hipótese de o Sr. Jânio Quadros ser anistado antes de findos os dez anos de sua cassação.

CONFINAMENTO Especialmente sobre o Sr. Jânio Quadros, disse o Ministro Gama e Silva, "não tratei deste assunto com o Presidente. A imprensa tem imaginação prodigiosa".

Quanto ao confinamento do Sr. Juscelino Kubitschek, o Ministro da Justiça afirmou que apenas dera uma resposta sobre a hipótese

de ser "forçado a determinar o confinamento do ex-Presidente, citando a cidade de Brasília, porque considera um castigo morar em Brasília, que é uma fatalidade inevitável e irreversível".

O Ministro da Justiça explicou que existem restrições legais ao comportamento dos cassados. Por isso, não há necessidade do Estatuto dos Cassados, no qual nunca pensou em época alguma. A tese de que os efeitos dos atos institucionais sobre aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos está em vigor, foi, inclusive, confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos. Portanto, no seu entender, qualquer cassado que vier a exercer atividades públicas-partidárias, através de pronunciamentos políticos, ou escrevendo artigos políticos na imprensa, está sujeito às sanções legais, que aconteceram ao jornalista Hélio Fernandes, que produziu um artigo de natureza política e teve de cumprir a pena que lhe foi imposta.

Qualquer violação, pelos cassados, das restrições que lhes são impostas por lei não será tolerada pelo Ministério da Justiça — acrescentou.

"Frente" reduz ameaça a prova de humor negro

A ameaça feita pelo Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, de determinar o confinamento do Sr. Juscelino Kubitschek em Brasília, pelo prazo de 60 dias, foi considerada como "ironia e manifestação de humor negro" por dirigentes da frente ampla, que não se sentiram abalados com a notícia publicada ontem pelos jornais e baseada em declarações do Ministro em Belo Horizonte.

O Ministro foi muito irônico em Belo Horizonte — disseram, salientando que "o Governo Costa e Silva está consciente de que uma represália contra qualquer personalidade frentista significará o desencadeamento de um novo fato físico favorável à frente ampla", e que "o Presidente da República está se mostrando, nos últimos dias, menos refratário a conselhos de seus assessores políticos".

O SENTIDO

No entender de alguns líderes frentistas, "o confinamento do Sr. Juscelino Kubitschek em Brasília, de que o Sr. Gama e Silva falou, não pode ser considerado senão como ameaça ao construtor do novo Distrito Federal, de que será forçado a contemplar de perto sua obra".

Fransam que "não se pode levar na conta de ameaça uma ironia de partidarismo do humor negro de que se revelou o Sr. Gama e Silva".

Para outros, o Governo segue plano inclinado

Os elementos da Oposição contrários à frente ampla receberam como mais uma manifestação do endurecimento da política do Governo as declarações do Ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, feitas em Belo Horizonte, advertindo os cassados de que não podem se envolver em atividades políticas.

Esses setores moderados da Oposição apontam as declarações do Ministro como "mais uma consequência do plano inclinado que tanto o Governo, no caminho do endurecimento, desde o encontro do Sr. Carlos Lacerda com o ex-Presidente Goulart, em Montevideu".

ORDEM E AGUARDAR

Enquanto isso, a palavra de ordem dentro de frente ampla é aguardar os acontecimentos. Os frentistas acham que os próximos meses serão consumidos na absorção, pelo Governo e por outros forças, do encontro entre os Srs. Lacerda e Goulart, que chegou em determinados círculos, a provocar traumas, dos quais ainda não se recuperaram.

Provavelmente a partir do próximo ano a frente desencadeará mais um passo no seu processo de desenvolvimento. Os frentistas se regozijaram quando o Governo declarou que pretendia enfrentá-la politicamente, e estão convencidos de que a frente ampla é o único instrumento de ação política de que hoje dispõe o País. Com o Governo na defensiva, ela é que

Acham, também, que o Governo, "que tanto nos ajudou, não querará nos ajudar ainda mais cometendo a violência de cercar a liberdade de ir e vir de um cassado, como o Sr. Juscelino Kubitschek".

ENCONTROS

Hoje é esperado no Rio o Deputado Osvaldo Lima Filipe, do MDB e da frente ampla, e credenciado pelo Sr. João Goulart para falar em seu nome nos entendimentos que interessam à estruturação da frente. O parlamentar pernambucano se reunirá com alguns ex-trabalhistas para debater aspectos da ação política oposicionista, a partir da necessidade da revisão da atual política salarial.

Está previsto que no encontro será formulada a ação política junto aos trabalhadores, para a montagem de um esquema destinado a dar ampla base popular à luta pela revisão das normas de reajustamento dos salários.

Primeiro, é intenção dos ex-trabalhistas entrar em contato com dirigentes sindicais para conhecer a receptividade do plano, e em seguida, iniciar ação discreta, destinada principalmente a forçar a organização dos trabalhadores em seus sindicatos.

tem proposto os temas para debate público. Em primeiro lugar, o das eleições diretas, que suscita crise no próprio aparelho político do Governo. Em seguida, o tema da revisão da política salarial do Governo, também suscitando a ação política, como sua principal bandeira para a conquista das simpatias populares.

Ha, dentro da frente, quem ache que o desenvolvimento da crise econômico-financeira que o País ainda vive poderá levar o Governo, no próximo ano, quando a situação se agravar, a apelar para os frentistas, como ponto de apoio e sustentação política e popular. Argumentam que as lideranças políticas e populares estão representadas, de fato, no movimento criado pelo Sr. Carlos Lacerda. No momento em que o Governo resolve, realmente, partir para uma política agressiva e popular, lerá que atingir os mesmos objetivos que os líderes da frente vêm reclamando desde que instalaram o movimento.

FALTA DE RESPEITO Brasília (SUCURSAL) — O Deputado Martins Rodrigues, Secretário-Geral do MDB, comentou a declaração do Ministro da Justiça sobre o possível confinamento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek como sendo uma falta de respeito ao cargo que o Sr. Gama e Silva exerce, ao Governo e à opinião pública do País.

Congelada esvazia a CADEP

Quatro organizações varejistas já pediram a baixa da CADEP, uma delas já a obteve e várias outras pretendem fazer o mesmo, porque, segundo alegam os comerciantes, a obrigação de vender carne congelada junto com a carne verde está afugentando muitos fregueses.

MDB perde urgência de Segurança

Brasília (SUCURSAL) — A ARENA impôs nova derrota ao MDB, ontem, na Câmara, rejeitando, por 220 votos contra 60, o requerimento de urgência para a tramitação do projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional.

A consequência imediata da decisão é que a proposição somente poderá ser apreciada e votada no próximo ano.

Diamantina conclui rodovia em junho



Ministro Andreazza e o Diretor do DNER, eng. Eliseu Resende, acompanhados de autoridades, percorrem a rodovia Diamantina-Curvelo

O Ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, acompanhado do diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, eng. Eliseu Resende e de outras autoridades, percorreu ontem a rodovia de acesso a Diamantina à BR-259, tomando conhecimento dos serviços ali desenvolvidos pelas firmas Brasil Construtora, Barbosa Melo e Pioneira.

Na oportunidade o eng. Eliseu Resende reiterou seu propósito de ver concluído aquele trecho em junho do próximo ano, conforme está programado. Compromisso nesse sentido foi assumido pelos empreiteiros, devendo assim, até aque-

la data, estar Diamantina ligada a Curvelo, por asfalto.

INSPEÇÃO

O ministro Mário Andreazza e o diretor Eliseu Resende, acompanhados de sua comitiva, seguiram na manhã de ontem, em avião, para Diamantina, onde foram recebidos pelo prefeito e autoridades locais.

A seguir, rumaram, de carro, para Curvelo, com uma parada no acampamento da Pioneira, no Rio das Velhas, onde foi oferecido um lanche à comitiva.

Verificaram aquelas autoridades que a execução dos serviços vem se desenvolvendo em ritmo satisfatório, estando prá-

ticamente concluídos os serviços de terraplenagem.

ASFALTO

A rodovia, com uma extensão de 127 quilômetros, já se encontra asfaltada num total de 61 quilômetros, com base em 67 quilômetros e sub-base em 79 quilômetros.

Desses totais, a Pioneira já asfaltou quase 29 quilômetros, restando-lhe para concluir seu sub-trecho 16,3 quilômetros. A firma Barbosa Melo realizou o revestimento asfáltico de quase 20 quilômetros, restando-lhe 24,7 quilômetros. A Construtora Brasil já concluiu o asfalto de 13 quilômetros, faltando 25

quilômetros para o término de seu sub-trecho.

CARATER PREFERENCIAL

A rodovia Diamantina-Curvelo está incluída no plano preferencial rodoviário ora em execução pelo DNER em todo o território nacional, com vigência revigorada no novo decreto presidencial, assinado ontem e transmitido à imprensa pelo ministro Mário Andreazza, mediante o qual novas rodovias se incluem no plano rodoviário prioritário. A permanência dessa rodovia como preferencial foi anunciada pelo eng. Eliseu Resende durante a entrevista, o que assegura a sua inauguração para junho vindouro.



O Presidente Costa e Silva corta a fita inaugural do trecho asfaltado do contorno rodoviário de Ouro Preto, tendo-se ainda o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, o Governador Israel Pinheiro, o Diretor do DNER, eng. Eliseu Resende e outras autoridades

Em expressiva solenidade, que contou com a presença do Governador Israel Pinheiro, do Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, de titulares de outros Ministérios, do diretor-geral do DNER, eng. Eliseu Resende, além de autoridades federais, estaduais e municipais, o Presidente Costa e Silva descerrou a placa que significou a inauguração do asfalto em 5 quilômetros do contorno rodoviário de Ouro Preto, pertencente à BR-040.

A obra, a exemplo de outras existentes em Minas Gerais, está incluída no plano rodoviário do Governo federal em caráter prioritário, devendo ficar concluída em 21 de abril

próximo, se não houver motivo de força maior.

OBRAS

O contorno de Ouro Preto tem a extensão de 12,5 quilômetros, dos quais 5 quilômetros, que constituem a via de acesso a Saramenha, já estão pavimentados e foram hoje inaugurados pelo Presidente da República.

Os 7,5 quilômetros restantes a serem implantados e asfaltados tiveram hoje o início autorizado pelo Chefe da Nação e constituem resultado de um novo projeto elaborado pelo 6.º Distrito Rodoviário, sob a chefia do eng. Jorge Pinto de Carvalho, a ser executado pelas Indústrias Reunidas Paulo Simoni.

O objetivo da obra é desviar o tráfego pelo centro da cidade de Ouro Preto, o que constitui a antiga aspiração de seus moradores e vem sendo pleiteada, como medida indispensável à preservação do monumento histórico que é aquela comuna.

Conforme se sabe o tráfego pesado pelas ruas de Ouro Preto vinha abalando a estrutura de numerosas obras tombadas pelo serviço de patrimônio artístico e histórico, comprometendo sua estabilidade e colocando em risco um dos mais preciosos monumentos da cultura mineira.

VIADUTO

Para a transposição da linha férrea que serve a Ouro Preto está prevista a construção de um viaduto com extensão de 140 metros, com o objetivo de evitar cruzamentos.

No que diz respeito aos restantes 7,5 quilômetros de rodovia, muito embora as dificuldades topográficas do terreno, sua linha é bem lançada, possuindo apenas 18 curvas com um raio mínimo de 101 metros.

O movimento de terras previsto pelo projeto está estimado em 800 mil metros cúbicos, exigindo-se a obra, incluindo implantação e pavimentação, em 2 milhões de cruzeiros novos.

Após a inauguração da placa comemorativa, o Presidente Costa e Silva, acompanhado do Ministro Mário Andreazza e do diretor Eliseu Resende, seguiu para a cidade de Ouro Preto, onde se realizaram novas solenidades.

Polícia espanhola dissolve manifestação estudantil

Latinos devem defender o que é seu, afirma Ordaz

Washington (UPI-AFP-JB) — O Presidente do México, Gustavo Díaz Ordaz, conclamou ontem a América Latina a lutar unida para obter preços justos e remunerativos para todos os seus produtos, acrescentando que a batalha pelo desenvolvimento econômico e social é hoje a tarefa mais urgente para os países latino-americanos.

Em discurso de forte tom nacionalista, pronunciado na sede da OEA logo após sua chegada a esta Capital para uma visita de dois dias, Díaz Ordaz afirmou que enquanto subsistir o desequilíbrio atual será difícil aspirar à democracia, à estabilidade e a um progresso

que assegure, para a América Latina, um futuro digno.

SOBERANIA

Díaz Ordaz reiterou a fé do México nos princípios contidos na Carta da OEA e manifestou a esperança de que "o nosso Hemisfério seja sempre uma terra de liberdade, onde os homens possam conviver harmoniosamente em paz e o respeito à soberania de cada um de nossos países seja o clima normal".

Numa crítica aberta aos projetos em discussão no Congresso americano, que restringem as importações, Díaz Ordaz disse que devem ser respeitados os acordos

aprovados na Conferência do Comércio de Genebra, que asseguram "preços justos e compensadores por nossas matérias-primas e produtos elaborados".

AJUDA EXTERNA

Depois de afirmar que acredita na integração latino-americana, o Presidente Díaz Ordaz afirmou que "a colaboração internacional, a ajuda e o apoio externos fazem parte da estratégia de nosso Continente, mas dentro de programas que tendam, fundamentalmente, a respaldar nossas economias e não a martimizá-las ou submetê-las a interesses estranhos".

Relações EUA-México em ponto alto

John Alius
Especial para o JB

Cidade do México (UPI-JB) — As relações entre o México e os Estados Unidos, que vêm melhorando, sensivelmente, nos últimos três anos, alcançaram o seu ponto alto, com a reunião, esta semana, entre o Presidente Lyndon B. Johnson e Gustavo Díaz Ordaz.

Os dois presidentes passaram dois dias juntos, hoje e amanhã, em Washington, voando em seguida para a fronteira do México com os Estados Unidos, em Ciudad Juárez, onde será entregue a área de Chamizal, um pequeno pedaço de terra que os mexicanos vêm reivindicando há um século.

Lá, em Chamizal, no dia 29 de outubro, os dois chefes do Estado plantarão, entre outras cerimônias, uma árvore da amizade.

Amizade

Johnson e Díaz Ordaz, que se tornaram bons amigos desde o primeiro encontro, que tiveram, 3 anos atrás, no Rancho texano de Johnson, têm trabalhado, zelosamente, em favor da melhoria das relações entre os seus países, relações essas que atingiram a um nível bem baixo, durante o Governo de Adolfo López Mateos, antecessor de Díaz Ordaz, que assumiu uma posição deliberadamente antiamericana.

A difícil permissão, concedida por López Mateos, aos estudantes esquerdistas de promoverem manifestações antiamericanas, com a inclinação da bandeira americana, nas ruas, resultou na perda de milhões de dólares em capital americano, que deixou o país, além de outros milhões que para ali deixaram de ocorrer.

Johnson, talvez o melhor conhecedor dos sentimentos mexicanos que qualquer outro presidente na história americana, compreendeu que López Mateos e os estudantes não refletiam o verdadeiro pensamento do país vizinho. Na aparência, muitos mexicanos são antiamericanos; mas, no fundo, eles têm uma inveja, ainda que por vezes misturada de inveja, admiração pela riqueza e pelo poder de seus vizinhos do norte.

Assim, quando Díaz Ordaz foi eleito, Johnson não perdeu tempo em sondar o novo Presidente sobre as possibilidades de reparar os danos causados por López Mateos.

Johnson convidou o Presidente eleito para visitar o Texas, havendo os dois descoberto, para satisfação mútua, que se entendiam um no outro. Era natural que isso acontecesse. Ambos são políticos consumidos. Ambos são homens do povo, que se fizeram à própria custa. Ambos gostam de falar francamente.

Cuba

Uma das primeiras coisas que Díaz Ordaz disse a Johnson foi que o México continuaria a não acatar a decisão da OEA no sentido de romper relações com Cuba. López Mateos havia engrandecido a posição do México, desafiando a OEA, e Díaz Ordaz, como um político com grande sensibilidade para o sentimento popular, sabia que não poderia voltar atrás, na questão.

Johnson, que também é político, compreendeu a situação, tudo indicando que, nos três encontros que se seguiram, o assunto não foi mais discutido.

Satisfação

Díaz Ordaz é um homem de sentimentos fortes. Quando considera alguém como amigo, apega-se tenazmente à amizade, na bonança e na tempestade. E nenhum dos problemas que surgiu entre o México e os Estados Unidos, no governo de seu amigo Johnson, provocou

tensão política entre os dois países. Isto não quer dizer que problemas difíceis não existam. Mas significa que Díaz Ordaz e Johnson estão dispostos a enfrentá-los, sem fricção, até que soluções satisfatórias sejam encontradas, na medida do possível.

Johnson está tão feliz com suas relações com Díaz Ordaz, com quem fala através de um intérprete, que se sente mais satisfeito com seus contatos com ele do que com seu outro vizinho Lester B. Pearson, com quem pode falar em inglês.

"Johnson sente que, quando está com Díaz Ordaz, está com um homem da sua própria estirpe — um homem do povo", declarou um veterano repórter da Casa Branca, recentemente. "Pearson fala e age como um intelectual pretencioso, para o gosto de Johnson".

Na conferência de Punta del Este, Johnson e Díaz Ordaz encontravam-se, em mangas de camisa, enquanto discutiam os problemas do Hemisfério.

Problemas

Em Washington discutiram somente matérias específicas das relações entre os Estados Unidos e México e, tendo-se em vista o respeito mútuo, os resultados das conversações são poderosos contributos para o fortalecimento dos laços entre os dois países.

E isto, a despeito de existirem problemas sensíveis entre o México e os Estados Unidos. Um dos principais tópicos das conversações será o problema da fronteira entre os dois países, que se estende por 1 500 milhas.

O México está aborrecido com os Estados Unidos por não mais permitirem que os turistas tragam do México mercadorias, livre de pagamento de imposto, até 100 dólares, e, ainda, por terem reduzido a quota de bebida alcoólica, sem pagamento de imposto, de um galão para apenas um quarto de galão.

Os gastos dos turistas, especialmente em bebidas alcoólicas, é uma das maiores fontes de receita, no país, e as restrições, impostas, há dois anos, provocaram grandes e contínuas reclamações por parte do México. A indústria de Tequila foi das mais atingidas.

Quanto aos Estados Unidos, Johnson pretende discutir o problema dos trabalhadores, com cartão verde. Estes são pessoas que moram no lado mexicano da fronteira e que a cruzam diariamente para trabalhar nos Estados Unidos, utilizando cartões verdes, fornecidos pelas autoridades de imigração.

Os sindicatos americanos vêm pressionando o Governo no sentido de deter o fluxo dos trabalhadores, sob o fundamento de que, sendo os mexicanos mais pobres, trabalham por menor salário, prejudicando a economia local e os trabalhadores americanos.

Trabalhadores das fazendas, no vale do Rio Grande, no Texas, no último verão, fizeram greves, sentando-se na ponte internacional, sobre o Rio Grande, tentando impedir a entrada de trabalhadores mexicanos. O Ministério do Trabalho americano considerou legítima a reação dos grevistas em não permitir a entrada de mexicanos para tomar seus empregos.

Polição

Outra fonte de fricção é a disputa interminável a respeito

do Rio Colorado. O rio corre através do sudoeste dos Estados Unidos, antes de penetrar no México, onde ele constitui a principal fonte de irrigação para o vale Mexicali, que antes era uma região árida, mas hoje está em pleno florescimento.

O México entende que o uso abusivo das águas do rio, nos Estados Unidos, enchendo-a de sais, vem arruinando as colheitas no lado mexicano, provocando prejuízos de milhões e milhões de pesos.

Os Estados Unidos construíram um completo sistema de canais de drenagem, além de outras obras, a fim de solucionar o problema, considerando os dois Governos este entendimento como um exemplo de sua mútua cooperação.

Mas, ultimamente, os fazendeiros do vale Mexicali estão de novo reclamando que as obras não foram suficientes e que suas colheitas continuam sendo arruinadas. Alguns agitadores esquerdistas têm procurado provocar demonstrações antiamericanas na região, mas com pouco sucesso, até agora.

Cooperação

Mesmo quando as conversações se voltaram para os problemas da fronteira, o clima da reunião continuará sendo amistoso. A entrega do Chamizal é um gesto que terá muito boa receptividade no México, simbolizando o respeito da mais poderosa nação do mundo por seu vizinho menor. "O retorno da Chamizal não fará o México mais rico, nem os Estados Unidos mais pobres, mas é uma indicação de que os Estados Unidos estão dispostos a dar ao México, o que lhe é devido", noticiou um jornal mexicano.

Por outro lado, ainda continua presente na memória o desastre causado pelo furacão Beulah, que deu ensejo a uma demonstração de cooperação entre os dois países.

Os encontros

Este será o 16.º encontro entre os Presidentes dos Estados Unidos e do México.

Os encontros formais entre os Presidentes das duas nações, começaram com a visita que William Howard Taft fez a Porfirio Díaz, em Juárez, no ano de 1909.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Franklin Roosevelt visitou o Presidente Manuel Avila Camacho em Monterrey. O Presidente Miguel Alemán recebeu o Presidente Harry Truman, no México, em março de 1947, tendo sido recebido em Washington, em maio do mesmo ano. O Presidente Adolfo Ruiz Cortines encontrou-se com o Presidente Eisenhower três vezes. O Presidente Adolfo López Mateos encontrou-se com Eisenhower em 1959; recebeu o Presidente Kennedy em 1962; conversou com Johnson na Califórnia e mais tarde na área do Chamizal, em 1963. Díaz Ordaz por sua vez, já se encontrou com Johnson três vezes, uma no Texas, outra na Cidade do México, e, informalmente, na Conferência de Punta del Este.

VIZINHOS



Johnson recebeu sorridente, na Casa Branca, o Presidente do México, Díaz Ordaz

Operários da Renault lutam com a Polícia em passeata contra os salários baixos na Bolívia

Paris (AFP-UPI-JB) — Quatro mil operários da fábrica de automóveis Renault, de propriedade estatal, lutaram ontem com a Polícia em Le Mans, a 170 quilômetros de Paris, durante uma passeata de protesto — proibida pelo Governo — contra os salários baixos e a crise econômica.

Manifestações idênticas foram realizadas em Mulhouse, Angers, Alençon e outras cidades do leste da França, sob a liderança das duas maiores centrais sindicais francesas, a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) e a Confederação Francesa e Democrática do Trabalho (CFDT).

FERIDOS

Em Le Mans, onde se encontravam as fábricas da Renault, 36 pessoas ficaram feridas, entre operários e policiais, e 50 foram presas. Os operários lançaram-se sobre as barricadas levantadas nas ruas por choques da Polícia especializada

em sufocar distúrbios, que atacou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo.

Os trabalhadores, a princípio contidos por barreiras de arame farpado, não foram atacados pelos policiais arrancaram os paralelepípedos das ruas para revidar aos ataques.

Greves voltam no Uruguai com Governo lutando ainda para vencer crise política

Montevideo (AFP-UPI-JB) — O clima de tranquilidade observado no meio trabalhista do Uruguai desde a suspensão do estado de sítio, segunda-feira, foi rompido ontem com a decretação da greve dos trabalhadores de transporte do Interior, esperando-se, também, para os próximos dias, uma greve de professores.

Enquanto isso, continua sem solução a crise de gabinete, aberta há quinze dias com a renúncia de cinco ministros — entre os quais o da Fazenda, Amílcar Vasconcelos, que romperia com o Fundo Monetário — por discordarem da implantação do estado de sítio para enfrentar a onda de greves no país.

SURPRESA

Em Washington, os círculos ligados ao FMI manifestaram surpresa ante a decisão do Governo do Presidente Oscar Gestido de reatar as negociações com o Fundo para a obtenção de créditos. Os referidos círculos não esperavam para já a mudança de atitude do Uruguai.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Em 1924, o Presidente eleito, Plutarco Elías Calles, manteve conversações com o Presidente Calvin Coolidge, em Washington, e Herbert Hoover, mais tarde, conferenciou com o futuro Presidente Pascual Ortiz Rubio.

Madri (UPI-AFP-JB) —

Uma manifestação de três mil universitários, em homenagem a Che Guevara e em protesto contra a presença dos Estados Unidos no Vietnã, foi dissolvida ontem pela Polícia, a cassete e com a ajuda de cães policiais, ocorrendo choques, os estudantes defendendo-se com pedras, logo após deixarem o campus da Universidade.

O Governo ameaçou de prisão e dispensa os operários que obedecerem, hoje, às ordens de greve e manifestações, decretadas pelas comissões operárias que reivindicam aumento salarial, e enviou reforços policiais a Madri. Centenas de prisões foram efetuadas nos últimos dias, na Capital e nas províncias, entre as quais as de 200 líderes operários.

SEMANA DE LUTA

Os choques de ontem marcaram a fase final da Semana de Luta proclamada por entidades trabalhistas e estudantes não oficiais, que deve culminar hoje com reuniões e comícios, nos principais centros industriais de Madri e seus arredores, no que se chamou "Grande Dia de Manifestações".

A principal coluna dos universitários deixou em silêncio os limites da Universidade. Vinte policiais a cavalo lançaram-se a galope para dispersá-los, tão logo deixaram o campus, brandindo longos cascates. A marcha parou, mas os estudantes, ao mesmo tempo que se defendiam com pedras, gritavam: "Assassinos", "Liberdade", "União".

CHOQUES

Repelido o primeiro ataque dos policiais, os estudantes se dispersaram, continuando a marcha em direção ao Ministério da Educação, em pequenos grupos. Alguns entraram pela Avenida Princesa, que leva ao centro da cidade, parando o tráfego, enquanto a Polícia montada se reorganizava, já agora reforçada por policiais a pé, que chegavam em veículos blindados, com

mangueiras de água, prontos a entrar em ação.

Os policiais usaram, então, seus cães policiais, pela primeira vez desde que se procedeu a seu treinamento. Dezenas de manifestantes foram detidos nos incidentes, mas não houve feridos, segundo as informações oficiais.

Fontes autorizadas dizem que as prisões de ontem fizeram elevar-se para 500 o total de detidos esta semana, como parte das medidas de repressão do Governo, para impedir as manifestações de protesto de hoje.

OPERÁRIOS

As instruções dadas pelas comissões operárias prevêm greves parciais, uma marcha, sobre Madri e comícios em vários locais da cidade. Inúmeros sindicatos aderiram ao movimento, em particular as associações sindicais de trabalhadores, que agrupam elementos cristãos.

Em seu comunicado de ontem, o Ministério do Governo chamou as comissões operárias "grupos de agitação política, que seguem a orientação e visam aos objetivos do Partido Comunista" e que se propõem "provocar distúrbios nos locais de trabalho".

REPRESSÃO

O comunicado oficial advertiu que foram dadas "ordens rigorosas à Polícia e Guarda-Civil, para uma ação enérgica que impeça e reprima essas concentrações e manifestações". Acrescenta que os participantes serão julgados pelos tribunais. Os Governadores civis de Oviedo, Biscaia e Sevilha publicaram declarações semelhantes.

O Grande Dia de Manifestações assumiu, assim, o aspecto de prova de força entre as organizações sindicais não oficiais e o Governo do General Franco, mas as medidas preventivas e o forte aparato de repressão — opinam os observadores — parecem ter prejudicado seriamente a estrutura das comissões operárias.

A Espanha das greves

Departamento de Pesquisa

Em março de 1939, quando terminou a Guerra Civil espanhola, 400 mil refugiados — a metade dos quais mulheres e crianças — atravessaram os Pireneus fugindo aos vitoriosos franquistas e aos seus aliados alemães e italianos. Esses refugiados constituiriam por muito tempo o núcleo da Oposição espanhola — porque dentro da Espanha, a polícia de Franco tinha força suficiente para manter a ordem. O seu maior núcleo ficou-se em Toulouse, e embora nominalmente o governo exilado da República Espanhola tenha a sua sede no México, Toulouse permaneceu o centro espiritual da democracia espanhola.

A situação começou a mudar em 1962. Até então, a censura mantinha um cuidadoso silêncio sobre agitações sociais. Mas a greve dos mineiros das Astúrias, que data daquele ano, não pôde ser escondida, e ocupou os jornais do mundo inteiro. Acabava a época da ditadura férrea; já não era possível impedir aos espanhóis de 1962 o que os 24 milhões de espanhóis famintos que sobreviveram à guerra civil tinham suportado. Além disso, nesse mesmo ano, Franco chamou um grupo de homens novos para auxiliá-lo no Governo, e seus assessores admitiram que o Generalíssimo, sentindo talvez o peso da idade, já não se interessava por todos os setores do Governo.

Com os homens novos veio uma certa liberalização do regime. Hoje em dia, os intelectuais espanhóis de extrema esquerda já não são incomodados por suas opiniões. O Governo não se opõe firmemente aos estudantes e aos sindicatos clandestinos, e já ninguém é preso por falar mal de Franco. Mas não há qualquer dúvida de que ainda se trata de uma ditadura: em março do ano passado, quando padres, estudantes e intelectuais reuniram-se no Mosteiro dos Capuchinhos, em Barcelona, para lançar um manifesto em favor do sindicato livre dos estudantes, as tropas de Franco cercaram o Mosteiro, cortaram o abastecimento de água, a luz e as linhas telefônicas, e os rebeldes passaram dois dias a sota de asfargos e a pães jogados de uma escola francesa vizinha.

A ALVORADA DAS GREVES

Até 1956, o que se vê é o silêncio completo na política espanhola, além das medidas de Franco para consolidar a sua situação. Em fevereiro daquele ano, uma disputa entre estudantes pró e antifranquistas quebra o marasmo. O ano seguinte começa com uma greve de ônibus e com manifestações estudantis contra o aumento do custo de vida.

Em 1958, quatro mil operários entram em greve nas Astúrias, e afirma-se que os comunistas estão em contato com eles. Em 1960, o gabinete espanhol comunica que duas bombas explodiram em Madri. É a primeira brecha na cortina da censura, que barrava qualquer notícia desse gênero. Em consequência do atentado, 150 pessoas foram presas, e Antonio Donoso é executado por um tribunal militar.

Em 1962, entretanto, que as greves tomam proporções de seriedade. Cerca de 30 000 operários, em diversos pontos da Espanha, participam de manifestações que são apoiadas, em Madri e Barcelona, pelos estudantes. Franco suspende por dois anos o direito dos cidadãos de escolherem livremente a sua residência.

Em 1963, depois de dezenas de greves seguidas por dezenas de julgamentos, com penas que iam até 30 anos, vem uma nova condenação à morte: a de Julian Grimau, líder comunista que retornara licitamente à Espanha, e que era acusado de ter torturado anticomunistas na guerra civil. Quatro meses depois da execução de Grimau, os anarquistas Francisco Granado Gata e Joaquim Delgado Martínez são executados com um requinte medieval: o garrote vil.

Em 1964, vinte bombas explodem em Madri. Em 1965, mil estudantes ocupam a Universidade de Barcelona e proclamam uma Assembleia Livre, para serem, depois, violentamente expulsos. Em 1966, repete-se a "ocupação" da Universidade de Barcelona. Quando o Governo responde fechando a universidade, os estudantes de Madri substituem nos protestos os colegas silenciados.

O ano em curso inaugurou-se com novas greves. Não há sinal, entretanto, de que o governo esteja em perigo. Os partidos continuam na clandestinidade — comunistas, anarquistas, socialistas, falangistas —, e o máximo que o generalíssimo permite são "movimentos" como a Opus Dei, organização de extrema-direita, e o Movimento Nacional, também de direita, formado em grande parte por elementos monarquistas.

Americano acusa o Equador

Washington (UPI-JB) —

O Deputado Thomas Pelly informou ontem à Câmara que o Equador se apoderou em alto mar do navio norte-americano Puritan, depois de disparar contra ele, quando pescava a 112 km da costa equatoriana.

"Por sorte não houve norte-americanos mortos neste último ato de pirataria do Equador, embora o navio sofresse danos em seu casco", declarou Pelly, acrescentando que o Puritan permaneceu detido 2 horas no porto para o qual foi conduzido.

O Equador, como outros países sul-americanos, reclama jurisdição sobre uma extensão de 320 km de suas costas, o que não é reconhecido pelos Estados Unidos.

"Pedi e apresentei a legislação pertinente, para dar proteção de guarda-costas aos barcos pesqueiros de bandeira norte-americana nas costas da América do Sul, mas nosso Governo prefere pagar resgate", queixou-se Pelly à Câmara.

Líder comunista argentino ataca no "Pravda" política de Fidel na América Latina

Moscou (UPI-JB) — O líder comunista argentino Rodolfo Ghioldi, membro do Comitê Central do PCA, atacou ontem Fidel Castro nas páginas do Pravda, comparando a política de exportação da revolução violenta do dirigente cubano à doutrina aventureira de Mao Tsé-tung.

Rodolfo Ghioldi advertiu que os que seguem os conselhos de Fidel para impor o comunismo pela violência poderiam acabar como os comunistas indonésios, exterminados aos milhares depois da tentativa de tomarem o poder pela força, em 1965, num golpe orientado pelos chineses.

ERRO

Ghioldi considera um erro "adaptar a teoria ofensiva a qualquer situação, sem levar em conta as condições objetivas e subjetivas", afirmando que os que acreditam que a revolução pode produzir-se de fora para dentro, artificialmente estimulada através das fronteiras, separam a natureza da revolução do processo da luta de classes.

O líder comunista argentino criticou "o maoísmo e as tendências afins, que absolutizam a forma violenta de revolução", acrescentando que "os táticos objetivos dos aventureiros levam comumente a resultados

lamentáveis, como ocorreu na Indonésia".

Fidel Castro concluiu os comunistas latino-americanos a seguirem o seu exemplo e promoverem a revolução por meios violentos nos países de Cuba, mas vários dirigentes comunistas da América Latina responderam que as condições em seus países diferem das de Cuba de Fulgêncio Batista.

O artigo de Ghioldi é o segundo artigo de um dirigente comunista latino-americano contra Fidel Castro publicado pelo Pravda. O primeiro, do líder chileno Luis Corvalán, foi publicado no começo do ano, com vistas à Reunião de Havana.

Jatos dos EUA bombardeiam Hanói pelo segundo dia

Canhões egípcios atacam jatos de Israel em Suez

Suez (AFP-UPI-JB) — As baterias antiaéreas egípcias entraram em ação, ontem, contra aviões israelenses que sobrevoavam as refinarias de petróleo de Suez, bombardeadas terça-feira. Já então extintos todos os focos do incêndio que destruiu quase 90 por cento da produção da RAU.

A Jordânia enviou reforços para o norte de sua fronteira com Israel, como medida de precaução contra possíveis represálias, motivadas pela resistência árabe nos territórios ocupados depois da guerra de junho. O tráfego pela fronteira só é permitido com passes especiais.

VIOLAÇÕES

As baterias antiaéreas em Suez dispararam pela primeira vez, ontem, às 3 horas (hora local) e suas descargas se prolongaram por 25 minutos, embora não se chegasse a divisar os aviões israelenses, que voavam alto. As 9h30m, voltaram a sobrevoar Suez dois aviões de reconhecimento israelenses, que se retiraram logo. A terceira violação do espaço aéreo egípcio ocorreu às 11h15m.

Ontem foram novamente desmentidas as informações de que caças israelenses Mirage haviam metralhado os

bombeiros que extinguíram o incêndio das refinarias.

PREJUÍZOS

O fogo já foi totalmente dominado e um porta-voz da refinaria de Suez, cujos prejuízos foram menores que em Naar, declarou que as operações poderiam recomençar dentro de dois dias. Calcula-se que os danos, nas duas refinarias incendiadas, se elevam a US\$ 50 milhões, sem contar a perda causada à economia nacional.

Segundo porta-vozes oficiais, ao ocorrerem os bombardeios de terça-feira, havia nas refinarias 96 mil toneladas de petróleo cru, 11 mil de gasolina e 300 barris de asfalto. Todo o asfalto e 35 mil toneladas de petróleo cru foram destruídos, mas os demais estoques se encontram a salvo.

As duas refinarias têm uma capacidade de produção de cerca de 6 milhões e 200 mil toneladas anuais, suficientes para atender 75% das necessidades nacionais, mas estavam produzindo apenas 60% de sua capacidade total, devido à crise no Oriente.

Em Londres, o Primeiro-Ministro Harold Wilson declarou que a Grã-Bretanha perdeu cerca de 20 milhões de libras esterlinas (equivalentes a NC\$ 152 milhões), em consequência do fechamento do Canal de Suez, depois da guerra.

Belonaves soviéticas atacam em Porto Said

Cairo (UPI-JB) — Os três maiores navios da esquadra soviética no Mediterrâneo atacaram hoje em Porto Said e outros três chegaram ontem a Alexandria, numa visita que, para os observadores, tem por objetivo impedir qualquer tentativa de Israel de lançar um ataque total ao Egipto.

O Presidente Gamal Abdel Nasser se entrevistou, ontem, com o Embaixador soviético no Cairo, Sergei Vinogradov, horas depois da partida da RAU do Vice-Ministro da Defesa da União Soviética, General Serguei Sokolov, que ali se encontrava desde sábado, em conferência com altos funcionários do Governo egípcio.

Telaviv não crê que árabes acatem a ONU

Telaviv — Cairo (AFP-JB) — Os círculos políticos de Israel manifestaram-se pessimistas quanto aos efeitos do apelo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para uma observância total do cessar-fogo no Oriente Médio, enquanto os meios políticos da RAU qualificaram de "absurda" a resolução adotada sobre o incidente que resultou no afundamento, sábado, do destróier israelense Eilat.

A resolução condena "todas as violações do cessar-fogo" e lamenta "a perda de vidas e bens nas violências atuais". Reafirma ainda a "necessidade de uma estreita observância do cessar-fogo" e exige o fim imediato das atividades militares, proibidas na região, e a plena cooperação com os organismos supervisores da ONU.

EM ESTUDOS

O Governo israelense está examinando a proposta do Secretário-Geral da ONU, U Thant, para que se duplique o número de observadores da ONU na região do Canal de Suez, e até agora absteve-se de maiores comentários a respeito.

Os meios políticos de Israel julgam que o Egipto demonstrou, mais uma vez, seu desejo de não acatar a ordem de cessação do fogo e julgam que um regime ditatorial como o que existe na RAU terá sempre reações imprevisíveis na situação atual.

ACUSAÇÃO

O porta-voz do Governo egípcio, Hassan Zeyat, acusou os Estados Unidos de incentivarem Israel a agredir os árabes e, assim, prejudicar as perspectivas de uma solução política para a crise.

Comenta-se, no Cairo, que a resolução adotada pelo Conselho de Segurança da ONU é, na realidade, a própria resolução norte-americana, ligeiramente modificada, e que, no não condenar Israel formal-

mente, o Conselho só fez alertar Israel a reincidir em seus atos de agressão.

Os meios políticos da RAU estão tanto mais descontentes quanto — afirmam — ficou claramente demonstrado, pelos observadores das Nações Unidas, que os israelenses foram os agressores em Suez e, mais, antes do afundamento do destróier Eilat, a unidade pós a pique, em princípios de julho, duas lanchas torpedeiras egípcias, dentro de águas territoriais egípcias.

IMPRESSA

O jornal do Cairo, Al Ahram, afirmou que "os novos debates no Conselho de Segurança lembram os ocorridos depois que Israel iniciou as hostilidades, no dia 5 de junho". "Naquela época — disse o jornal — o Conselho de Segurança já não pôde condenar o Estado de Israel, que acabava de cometer uma agressão. Está claro que os Estados Unidos, que apoiam Israel em suas agressões e lhe enviam armas, querem fazer aumentar a tensão no Oriente Médio, até o estado de guerra. Esta política só pode levar a uma maior hostilidade em relação aos Estados Unidos e reforçar os movimentos de libertação nacional frente ao imperialismo israelense".

Akhbar acentuou que "Israel envenena as relações internacionais" e assegurou que, "se não se castigar uma agressão como a de Suez, as forças se desencadearão em todo o mundo".

Também Cumhuri acusou os Estados Unidos de impedirem a condenação de Israel na ONU. Segundo a imprensa egípcia, a nova fase da guerra no Oriente Médio decorre do fracasso das Nações Unidas em condenar a agressão de Israel e conseguir a retirada de suas tropas dos territórios árabes ocupados. O reinício do envio de armas, pelos Estados Unidos a Israel, é citado por todos os jornais como prova de apoio dos norte-americanos à política israelense.

ESTRATÉGIA



Delegados israelenses na ONU acertam a ofensiva diplomática

Ataque a Suez atinge toda economia egípcia

Basile Tesselin
Especial para o JB

Londres (AFP-JB) O incêndio provocado na refinaria de petróleo de Suez pelo bombardeio dos israelenses é um sério golpe à vacilante economia da República Árabe Unida, já afetada pela catástrofe da guerra dos seis dias, segundo os entendidos.

Os egípcios perderam 5.500 mil toneladas de petróleo refinado. Admitem os técnicos que o serviço de transportes corre perigo de ficar paralisado e que a agricultura — base da economia egípcia — será seriamente afetada. A refinaria de Suez atende às necessidades em combustível do Cairo — diesel, butano e querosene — isto é, 75 por cento da produção total.

Resta apenas à RAU a refinaria de Alexandria. O Egipto será obrigado a depender do exterior para manter seu fornecimento de combustível — deve-se recordar, além disso, que os poucos petrolíferos do Sinai, que cobriam uma parte importante das necessidades egípcias, encontram-se em poder dos israelenses desde junho.

O gás líquido produzido pela refinaria era principal fonte de energia para a indústria leve. Os fertilizantes químicos, um subproduto da refinaria e fator essencial na agricultura, serão escassos. A colheita de algodão — já atacada por uma praga — sofrerá em consequência da paralisação do transporte.

A capacidade de produção da refinaria de Suez era de 7.750.000 toneladas anuais; Alexandria produz apenas 1.250.000 toneladas. Entretanto, os técnicos ressaltaram que o implacável bombardeio israelense não somente golpeou gravemente a economia da RAU, como também sua máquina bélica. Sem petróleo, os tanques e aviões não poderão se deslocar.

Iraque denuncia os EUA por suspenderem embargo

Beirute, Líbano (UPI-JB)

Os líderes do Iraque denunciaram ontem a decisão norte-americana de suspender seu embargo de armas ao Oriente Médio e afirmaram haver poucas esperanças de que o conflito árabe-israelense seja solucionado pacificamente.

A denúncia do Governo iraquiano foi feita através do Ministro da Defesa, Major-General Shaker Mahmoud Shukry, e publicada pela imprensa de Bagdá. O Ministro acusou os Estados Unidos de usarem Israel, em sua interferência nos assuntos internos dos países árabes e de todo o Oriente Médio, em geral.

OPINIÃO

Dizem os jornais de Bagdá, citando Shukry, que os árabes estão determinados a libertar a Palestina, não importa quando e apesar do apoio norte-americano a Israel. O Presidente do Iraque, Abdul Rahman Aref, advertiu que os árabes devem estar preparados para enfrentar todas as possibilidades.

lidades, "política, militar e economicamente". Sua entrevista foi publicada no Al-Anwar, jornal pró-egípcio.

Desmentiu o Presidente Aref os rumores de que apelara para a união entre Iraque, Síria, Argélia e Egipto, e declarou ter sugerido apenas o ressurgimento imediato da Comissão Árabe Unida, por causa de sua importância. As visitas que os líderes árabes realizam entre si, disse, são para uma troca de pontos-de-vista.

Os jornais de Beirute também publicaram declarações do Primeiro-Ministro libanês, Rashid Karami, censurando os Estados Unidos por sua decisão de fornecer armas a vários países do Oriente: "Lamentamos que o agressor conte com novos fornecimentos de armas, fato que não contribui para a causa da paz e da justiça" — disse Karami à imprensa. Em Damasco, Síria, os jornais pró-governamentais opinaram que a decisão dos Estados Unidos "incentivará Israel a novos atos de agressão".

Usina bombardeada fica bem no centro de Hanói

Hanói (AFP-JB) — A central elétrica de Hanói, que foi bombardeada ontem ao meio-dia, está situada no centro da Cidade, à margem de um grande lago, um dos passeios favoritos dos habitantes da Capital. A central, estabelecimento industrial mais importante de Hanói, eleva-se no bairro noroeste, a menos de 600 metros do edifício da Presidência da República e do bairro dos ministérios e embaixadas.

Até a primavera passada, a usina era alvo intocável pelos pilotos norte-americanos. A proibição foi levantada dia 19 de maio pela primeira vez.

Entretanto, a usina saiu do ataque com danos sem importância. A maioria dos projéteis caíram longe do alvo. Em vinte segundos, três aviões atingidos pelos projéteis da Defesa Contra Aviação (DCA) caíram em chamas.

Dois dias mais tarde, um domingo, os caças-bombardeiros voltaram ao assalto e desta vez acertaram várias vezes em seu objetivo. As gigantescas chaminés da usina foram atingidas em cheio e duas delas ficaram seriamente danificadas. Hanói ficou sem corrente elétrica.

Nesta cidade subtropical, onde a temperatura alcança na primavera entre 30 e 35 graus, deixaram de funcionar os aparelhos de ar condicionado e as geladeiras, bem como a iluminação.

Entretanto, doze horas mais tarde, a corrente foi restabelecida. Os norte-vietnamitas reforçaram a defesa desse ponto nevralgico.

As dezenas de canhões e metralhadoras pesadas e as rampas de lançamento de foguetes que defendem os acessos da Capital, foi acrescentada uma barreira de globos cativos, em redor da usina.

Assim, o ataque em picada dos aviões norte-americanos se torna quase impossível, como ficou demonstrado no terceiro bombardeio, de julho, e que fracassou completamente.

Ataque à ponte Doumer irrita os vietnamitas

Hanói (AFP-JB) — Para os norte-vietnamitas, o bombardeio de quarta-feira contra a ponte de Long Bien (ex-Paul Doumer) em Hanói, testemunha a decisão norte-americana de subjugá-los através de perdas materiais e humanas cada dia mais importantes.

Entretanto, nenhum norte-vietnamita interrogado pôs em dúvida que a ponte será de novo aberta à circulação, se os danos não forem irreparáveis.

A onda de irritação percebida pelos observadores que se misturavam com as pessoas que foram ver a ponte, de uma das margens do Rio Vermelho, acrescentou-se à cólera provocada pelas informações sobre as inúmeras vítimas das bombas que caíram na cidade.

Tudo isso gerou apenas para — na opinião dos observadores — reforçar a vontade de resistir até o fim. Esse sentimento nunca foi tão sensível como agora na Capital. O valor estratégico da ponte é no momento menos importante do que as considerações psicológicas. Com efeito, a obra, mais que qualquer outra, constitui um símbolo da disposição com que os norte-vietnamitas se entregam à reconstrução.

Tudo mundo sabe em Hanói que a ponte será reconstruída e que o ataque de quarta-feira não constitui uma surpresa.

O jornal do Partido dos Trabalhadores (comunista) Nhan Dan, afirmou ontem que "a resistência antinorte-americana pela salvação nacional entra em sua fase decisiva. Enquanto isso, é em meio a essas provas que o grande poderio da nação heroica se desenvolve da maneira mais completa, mais notável".

Faça o seu paladar viajar pelo mundo

conhecendo e saboreando as especialidades do

LIDADOR

— a despesa fina de sua casa

QUENOS: Camembert - Brie - Pont-Levêque - Port Salut - Roquefort - Petit Gruyère - Emmenthal - Gruyère - Serra da Estrela - Condimentos de azeitonas e noruegueses.

VINHOS: Chateau Figeac - Chateau Mouton Rothschild - Chateau Mouton Baron Philippe.

E AGUARDE AS SUGESTÕES EXCLUSIVAS EM ARCAS E CESTAS DE NATAL.

LIDADOR

Rua Assembleia, 63/65 - tels.: 22-4158 e 52-4950 - Rio de Janeiro - GB

Hanói e Saigon (AFP-UPI-JB) — Pelo segundo dia consecutivo os jatos norte-americanos bombardearam ontem a cidade de Hanói, causando estragos à central elétrica da Capital norte-vietnamita e destruindo dezenas de casas que se encontravam nas proximidades. A Rádio de Hanói denunciou o bombardeio de setores densamente povoados da cidade com bombas de fragmentação que espalham milhares de pedaços de ferro e chumbo.

Os norte-americanos acreditam que abateram 22 aviões MiGs, enquanto as autoridades de Hanói asseguraram que 12 bombardeiros dos EUA foram derrubados, e capturados vivos a maior parte de seus aviadores que se lançaram de para-quedas. Até o momento, os EUA reconheceram a perda de apenas sete aviões.

SUCESSO

A ofensiva aérea dos Estados Unidos foi classificada pelo Comandante-Chefe das Forças dos EUA no Vietnã, General William Westmoreland, como um sucesso completo, devido aos estragos causados à Força Aérea norte-vietnamita.

Segundo Westmoreland, as perdas norte-americanas foram muito pequenas, "menores mesmo que as esperadas", acrescentou. O Comandante das tropas norte-americanas não informou quais foram os alvos atingidos.

Vietcong rejeita paz proposta por Saigon

Saigon (UPI-JB) — Os dirigentes da Frente Nacional de Libertação recusaram ontem uma oferta do Presidente eleito do Vietnã do Sul, General Nguyen Van Thieu, para o início de negociações visando o fim do conflito no território vietnamita. A recusa foi feita antes de o Presidente Thieu concretizar sua proposta, que seria enviada dia 31 a Hanói.

"Como pode falar de paz e de negociações um homem do calibre de Thieu, que vende a sua pátria? Quem pode confiar nele e em seus argumentos? Nosso povo nunca será enganado, nem alimentado ilusões com relação aos argumentos do traidor Nguyen Van Thieu", concluiu a negativa do Vietcong.

O Governo sul-vietnamita

dos pelo bombardeio do Hanói.

A Rádio de Hanói disse que o ataque de ontem provocou maior número de vítimas na população civil que as causadas há dois dias. O bombardeio se concentrou sobre a central elétrica, porém, vários foguetes caíram em diversos bairros de Hanói. Muitas casas foram totalmente destruídas.

Um foguete norte-americano caiu numa casa do bairro de Hué, já bombardeada em agosto, a apenas 50 metros da sede da legação francesa.

Vinte minutos após o primeiro ataque, às 11h45m (hora local), os aviões norte-americanos voltaram e despejaram mais bombas na região de Gia Lam, onde está localizado o aeroporto internacional de Hanói.

BAIXAS

Em Saigon, porta-vozes norte-americanos informaram que até sábado passado os EUA perderam mais 193 soldados, elevando para 14.100 o número de norte-americanos mortos no Vietnã desde 1961, quando iniciaram a intervenção na guerra civil vietnamita.

O total de mortos americanos supera em duas vezes as baixas dos sul-vietnamitas, que tiveram apenas 81 mortos. Também quanto aos feridos, os EUA foram os mais atingidos: tiveram 929 feridos contra apenas 31 entre os sul-vietnamitas e 23 nas demais unidades estrangeiras, segundo a Agência France Presse.

anunciou ontem uma reforma completa na lei de prestação de serviço militar, reduzindo de 20 para 18 anos a idade mínima para a convocação de jovens. O decreto que mudou as leis sul-vietnamitas foi assinado pelo Primeiro-Ministro Nguyen Cao Ky e pelo Presidente Nguyen Van Thieu.

O objetivo da reforma é aumentar o número de sul-vietnamitas que servem nas Forças Armadas, providência exigida há muito tempo pelos conselheiros e diplomatas norte-americanos de Saigon. Atualmente, segundo fontes norte-americanas, apenas uma pequena porcentagem dos homens em idade militar estão realmente servindo nas Forças Armadas sul-vietnamitas.

Estudantes condenam a indústria bélica

Cambridge, Massachusetts (AFP-UPI-JB) — Quatrocentos estudantes e professores manifestaram-se ontem contra o recrutamento de alunos da Universidade de Harvard por funcionários da empresa Dow Chemical, responsável pela fabricação das bombas de napalm utilizadas na guerra do Vietnã.

O recrutamento da Dow Chemical já provocou luta entre a Polícia e universitários em Boston e na Universidade de Wisconsin, onde 54 jovens ficaram feridos. Os funcionários da empresa encarregados de oferecer empregos aos estudantes estiveram detidos ontem por algumas horas na Universidade de Harvard.

INSUBMISSÃO

Em Detroit, Michigan, o Comitê de "eclesiásticos e laicos preocupados pela guerra do Vietnã" divulgou novo manifesto assinado por 18 membros do Clero norte-americano — protestantes, católicos e judeus — comprometendo-se a ajudar a qualquer preço os jovens que se negarem a cumprir o serviço militar por razões de consciência.

Os signatários do documento, que declararam atuar como indivíduos e não como membros de grupos religiosos, lançaram um apelo para que as organizações religiosas defendam o direito da objeção de consciência. O compromisso e a declaração foram divulgados ontem em Detroit pelo reverendo Harvey Cox, teólogo da Universidade de Harvard.

AMOR AOS EUA

Em Houston, o guarda-livros salvadoreño Ernesto Beltran alistou-se ontem no posto de recrutamento do Exército dos EUA para lutar no Vietnã.

Beltran fez economias durante três anos para visitar os EUA, onde chegou no dia 23 de setembro último. Imediatamente procurou incorporar-se ao Exército, sendo rejeitado porque seu passaporte tinha visto de turista.

Sem desanimar, Beltran procurou o Senador John G. Tower e contou seu problema. Poucos dias depois o Senador Tower e o representante Bob Casey apresentaram um projeto para conceder-lhe a cidadania norte-americana, que lhe permitia prestar serviços nas Forças Armadas.

Um agente de seguros dos EUA, Mose East, que conheceu Ernesto Beltran em El Salvador, convocou a imprensa para contar as aventuras da sua protegido e concluiu a narrativa com a seguinte explicação: "Beltran quer dar um exemplo de patriotismo aos jovens norte-americanos. Os EUA sempre ajudaram a seu país".

Deputado pede criação de Comissão de Guerra

Washington (UPI-JB) — O representante Bob Wilson, republicano da Califórnia, sugeriu ao Presidente Lyndon Johnson a formação de uma Comissão de Guerra composta de oficiais de alta patente. Chefes do Estado-Maior Geral e Almirantes em serviço ou reformados para traçar um plano de vitórias no Vietnã livre de pressões políticas.

"Nós, os políticos, os burocratas e os diplomatas, e mesmo nossos aliados não combatentes, demos nossa opinião. Deixemos agora que os peritos militares deem a sua, livre de pressões políticas e de vetos burocráticos", afirma a moção do deputado republicano.

Sears

HORÁRIO ESPECIAL

EM VIRTUDE DO FERIADO DO DIA 30 "DIA DO COMERCIÁRIO" AS LOJAS SEARS DE BOTAFOGO — MEIER — RAMOS E NITERÓI FUNCIONARÃO DIA 28, SÁBADO, ATÉ ÀS 18.30 H.

BOTAFOGO
Praia de Botafogo, 400
Tel. 46-4040

MEIER
Rua Dias Cruz, 255
Tel. 29-0198

RAMOS
Rua Luís Câmara, 688
Tel. 30-9870

NITERÓI
Rua São João, 42
Tel. 2-8448

Informe JB

Policia

O Sr. Armando Pano, Assessor da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, distribuiu ontem à imprensa uma nota sobre a manifestação promovida por estudantes anteontem, na Avenida Rio Branco, nas imediações do JORNAL DO BRASIL.

Diz a nota do Sr. Pano que a Secretaria de Segurança tomou "todas as providências cabíveis na espécie, interferindo, em tempo oportuno, fazendo cessar a desordem e restabelecendo o tráfego".

Ora, é difícil entender o que é que na Secretaria de Segurança se entende por tempo oportuno. A manifestação foi dissolvida porque a certa altura seus líderes ficaram sem assunto, e aí apareceu um galeto batendo palmas e dizendo que "a Polícia vem aí".

A Polícia não vinha ali coisa nenhuma; no entanto, os manifestantes começaram imediatamente a dispersar-se, atropeladamente, em coisa de segundos, desobstruindo o leito da avenida, como se pôde ver perfeitamente, das sacadas do JORNAL DO BRASIL.

A Polícia não apareceu para restabelecer a ordem antes, durante ou depois do pequeno comício improvisado contra o imperialismo. Para não dizer que não veio, apareceram um ou dois guardas de trânsito, que com a ajuda de populares tiraram da Rio Branco as tábuas e o compressor com que se obstruiu o trânsito. Estes guardas, aliás, talvez por nervosismo, talvez por hábito mesmo, entraram logo a apitar desesperadamente, como se a força de apitos a situação se normalizasse mais depressa.

A Polícia, portanto, para restabelecer a ordem, não apareceu, como diz o assessor da Secretaria de Segurança. Nem antes nem depois. O resto é conversa.

Tempos modernos

Está circulando na França um número de Tempos Modernes, a revista de Jean Paul Sartre, inteiramente dedicada ao Brasil.

Artigos de Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Florestan Fernandes, Otto Maria Carpeaux, Jean Claude Bernardet, Antônio Calado e outros. Le Brasil, é o título geral da edição.

No mês passado, Espírito também se ocupou do Brasil, com um longo artigo de seu diretor, Jean Marie Domenach, que aqui esteve recentemente, e outro do Deputado Márcio Moreira Alves.

Invenção

Com a recente regulamentação dos consórcios, já estão sendo inventados outros nomes — que definem o mesmo sistema — para fugir às limitações impostas pelo Banco Central.

Seguro

Há quase seis meses está em Brasília, esquecido em alguma gaveta da Casa Civil da Presidência da República a minuta da regulamentação do seguro obrigatório.

Ao que se sabe, os assessores não conseguem chegar a um acordo sobre o problema.

Concursos

Candidatos aprovados nos concursos de tesoureiro-auxiliar, conferente e

avaliadores, promovidos no ano passado pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro, não conseguem entender porque é que não são nomeados para os cargos, já que a autarquia tem feito, segundo alegam, contratos para admissão de servidores, pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Já que a Caixa não nomeia os concursados, seria talvez o caso de ao menos consultá-los sobre se não aceitariam o contrato precário, até que seja possível fazer a nomeação conquistada em concurso. Em tese, um cidadão aprovado em concurso tem todas as qualificações para preencher os lugares vagos.

Vagas

O Ginásio Pedro Álvares Cabral não vai admitir alunos à primeira série ginasial em 1968. Todas as vagas serão preenchidas pelos repetentes deste ano — do Pedro Álvares Cabral e de outros ginásios do Estado.

Ora, os repetentes de outros colégios deviam repetir nos outros colégios. E, havendo vaga no Pedro Álvares Cabral — uma, duas, três, que sejam —, a admissão deveria ser aberta.

Alienado

Ontem, de 8,30 às 11 da manhã, o Volkswagen azul, chapa 1-60-80, pertencente ao Governo de Minas, esteve estacionado na Avenida Rio Branco, defronte à agência do DCT.

Até aí nada demais; curioso é que lá dentro dormia o motorista, a sono sóito, indiferente ao barulho da chamada principal artéria carioca.

Abuso

Dois guardas da Polícia Militar foram espancados e perseguidos em Copacabana, no último fim de semana, por que advertiram alguns banhistas que jogavam frescobol.

Se não são bons de perna, os PM teriam sido linchados; esconderam-se em casa de um oficial, nas imediações, e quando passou a onda escapuliram encobertos para o quartel.

Só imaginar que isto possa ter acontecido, na praia mais famosa do Rio, faz duvidar que sejamos mesmo uma cidade civilizada, no ano de 1967.

Jogar frescobol, futebol ou qualquer outro jogo na praia não teria a menor importância se não interferisse com o direito à paz dos que não jogam, dos que vão à praia simplesmente tomar banho de mar.

A população tem o dever de colaborar com a Polícia para impedir os abusos, que vão tornando cada vez mais arriscada esta coisa simples que é ir à praia tomar banho de mar.

Incontáveis acidentes e incidentes já ocorreram graças à insistência dos banhistas. Não é possível que a maioria da população continue à mercê de meia dúzia de atletas e exibicionistas desastrados.

E a Polícia que trate de tomar providências para evitar que se repita o episódio do fim da semana passada. Aja com serenidade, mas com firmeza e até com violência, se for o caso. Mas varra a praia dos frescobolistas.

Lance-livre

O Sr. Negrão de Lima vai assinar no dia 5 de dezembro, quando comemora o segundo aniversário do Governo, o documento de instalação do Banco de Desenvolvimento do Estado da Guanabara — que terá por modelo o Investibanco, do Sr. Roberto Campos.

Ao ver desembarcar ontem, em Belo Horizonte, acompanhado de um numeroso grupo de assessores, o Sr. Enaldo Cravo Peixoto, comentou o Ministro Hélio Baitello: "O Enaldo até parece a Rainha da Inglaterra; não dispensa o séquito".

Em telegrama ao Governador Plácido Castelo, o Engenheiro Fernando Távora demitiu-se ontem, em caráter irrevogável, da Superintendência da Companhia de Perfurações do Ceará.

A Nova Fronteira lançou ontem a terceira edição de Cangaço, romance de Emil Farnat, e Comandos do Deserto, de W. B. Kennedy Shaw, da série de guerra da coleção Blitzkrieg.

Será lançado segunda-feira, com um coquetel no Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, o primeiro número da T-Revista Brasileira de Turismo.

Embarcar hoje à noite para Nova Iorque onde reside, o Sr. João Roberto Duplaci Haffers, depois de duas semanas no Rio e em São Paulo. O Sr. Duplaci Haffers, que durante alguns anos chefiou o Escritório do IBC em Nova Iorque, fixou residência lá ao deixar o serviço público, em 1965.

A Banda dos Fuzileiros Navais vai apresentar-se domingo, às 18h, no II Festival Nacional da Criança, no Estádio de Remo, da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Será lançado hoje, às 19h, pelo Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da PUC, o livro Estudos de Época na Literatura, do Professor Domicílio Proença Filho.

Quando voltou ao hotel, na noite em que atirou o violão no público que viajava alucadamente no auditório da TV Record,

Comércio fica aberto o dia todo amanhã porque na segunda cerrará as portas

O comércio vai funcionar amanhã até as 18h30m, para poder fechar suas portas, completamente, segunda-feira, conforme acordo assinado há um mês nesse sentido entre o Presidente do Sindicato dos Lojistas, Sr. Osvaldo Tavares, e o Presidente do Sindicato dos Comerciantes, Sr. Luisant Maia Roma.

Os empregados, no entanto, receberão após o meio-dia o percentual de 35% — garantido em decreto assinado ontem pelo Governador Negrão de Lima —, devendo ser denunciado ao Ministério do Trabalho toda patrão que tentar abrir seu estabelecimento na segunda-feira ou se negar a pagar o acréscimo salarial.

OS TERMOS DO ACORDO

Segundo o Sr. Luisant Maia Roma, o acordo firmado há um mês com o Sindicato dos Lojistas já previa o não funcionamento do comércio na segunda-feira. Entretanto, ele acha que muitos patrões, principalmente os estabelecidos nos subúrbios, vão abrir suas casas e obrigar os funcionários a trabalhar sob ameaça de demissão.

Mas não estamos atentos ao problema — garantiu ele. E informou que até já requisitou ao Ministério do Trabalho força policial para fechar qualquer estabelecimento que proceda assim.

A maior dificuldade para o comércio obedecer está em que a grande maioria deles não tem carteira assinada ou qualquer outra situação legal perante as leis trabalhistas.

SALÁRIO GARANTIDO

Em decreto assinado ontem, o Governador Negrão de Lima garantiu aos comerciantes o acréscimo salarial de 35% pelas horas trabalhadas nos dias de greve que antecederem imediatamente ao carnaval, os dias do Papai, das Mães, dos Namorados e em todos os dias de dezembro, quando é permitido o horário de 13h30m às 18h30m.

CAMARA PARA

Brasília (Socuzal) — A Câmara dos Deputados não realizará sessões nos dias 1 e 2 de novembro, concentrando-se em todas as Santas e Finanças.

Na sessão de ontem, o líder do MDB Sr. Mário Covas, disse da inconveniência da emenda constitucional que estabelece eleições diretas, que será apreciada pelo Congresso no dia 6 de novembro. E pediu à Mesa que adiasse a apreciação do requerimento de cancelamento daquelas sessões, para que fosse tentado um entendimento com a liderança do Governo quanto à transição da emenda constitucional.

Apesar do pronunciamento do líder do Governo, Sr. Bruniú Sátho, favorável à presença do Sr. Mário Covas, o Sr. Aroldo de Carvalho, que presidia os trabalhos, submeteu a proposição à votação e ela foi aprovada.

Leia Editorial "Ninguém é de Ferro"

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, procurado por vários membros do Conselho Deliberativo e da Administração Central da Entidade, em face de insólitas declarações inseridas em manifesto de ontem, atribuídas à representante da Ação Social Arquidiocesana, vem a público esclarecer o seguinte:

1 — Em reunião realizada no dia 24 deste mês, os órgãos superiores da Casa apreciaram e aprovaram um subsídio, elaborado por comissão anteriormente designada, a ser oferecido ao Poder Legislativo, visando à obtenção de recursos para a Legião Brasileira de Assistência, através da criação de uma loteria popular federal.

2 — O referido trabalho, depois de longamente debatido, foi aprovado por quinze votos contra três, tendo a vogal-suplente da ASA, na ausência do titular efetivo, se colocado entre os últimos, com declaração consignada em ata.

3 — Tomou-se, portanto, conhecimento, com geral repúdio e surpresa, daquelas declarações, vasadas em termos injuriosos, inverídicos e descabidos, procurando atingir a instituição, o seu corpo dirigente e os senhores conselheiros.

4 — Estes, reiterando o seu apoio, a anterior decisão do Plenário, de integral solidariedade à Senhora Presidente, D. Yolanda Barbosa da Costa e Silva, aguardam a reunião ordinária do Conselho Deliberativo, já convocada para o dia 31 do corrente, quando, interpondo a autora da entrevista, tomarão as medidas cabíveis.

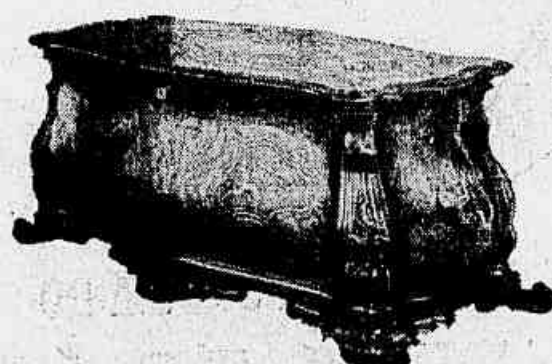
Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1967

Dr. Rinaldo de Lamare
Diretor Superintendente

A TUTTI GLI ITALIANI

Comemorando l'anniversario della Vittoria, il Consolato d'Italia invita tutti i connazionali ad assistere alla Messa per i Caduti di tutte le guerre, che sarà celebrata domenica 5 novembre alle ore 10 nel parco dell'Ambasciata d'Italia, in Rua das Laranjeiras n. 154.

ARTESANATO
A PROPRIETARIA
FABRICA
mantemos a tradição e qualidade de 84 anos em
ARTE MOBILIÁRIA



Móveis de época e Aceitamos encomendas peças avulsas. e reformas.

LEANDRO MARTINS
R. Senador Pompeu 27 - GB - Até 21 hs.
Salão de Exposição e Fábrica

Fiéis pedem a D. Jaime que Igreja não festeje Reforma

Um memorial assinado por um grupo de fiéis católicos, que se confessa "perturbado com a solenidade programada para comemorar o 450.º aniversário da Reforma Luterana", foi entregue ontem ao Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, pedindo o cancelamento do programa, porque considera a Reforma "um erro grave contra nossa Sagrada Doutrina e uma desobediência à nossa Santa Igreja".

O Cardeal Arcebispo, ao receber o memorial, explicou que "embora tivesse de confessar" ter autorizado certa manifestação ecumênica para o dia 31, data da comemoração, tivera já ciência de que seu propósito havia sido alterado por outros fiéis, mas prometeu estudar medidas para que a comemoração não escandalizasse seu rebanho.

IMPULSO AO LIBERALISMO

O memorial dirigido por católicos ao Cardeal é do seguinte teor: "Perturbados com a solenidade programada nesta Arquidiocese para comemorar o 450.º aniversário da Reforma Luterana, queremos manifestar nossa tristeza diante de tão estranha comemoração. A Reforma de Lutero foi um erro grave contra nossa Sagrada Doutrina e uma desobediência gravíssima à nossa Santa Igreja. Sobmos das terríveis consequências trazidas pela Reforma que deu novo impulso ao liberalismo e ao individualismo de tão funestas consequências até os dias de hoje.

Nossa consciência adulta não consegue entender por que motivos católicos, e, para cúmulo da infelicidade, na maioria sacerdotes e freiras, promovem, em casas religiosas, a celebração de uma festa que comemora o erro de Lutero. Representamos um número grande do vosso rebanho, que, por motivos variados, não poderíamos aqui comparecer, nos pediram que fôssemos portadores também de suas atitudes. Não viemos à vossa presença em sinal de protesto, que bem o sabemos não nos compete fazer, mas viemos sim, com a esperança de que V. Ex. ainda pudesse anular tão infeliz e infeliz manifestação. Deixando em vossas mãos este nosso documento de pesar, pedimos a vossa bênção e o vosso paternal conforto".

ção de erro tão grave. Não importa o teor ou o conteúdo dos discursos que serão pronunciados. Não importa, não, se for veementemente defendida a nossa Doutrina contra os erros da Reforma, pois o que ficaria de pé é a realidade da infeliz iniciativa. Dificilmente compreenderíamos que um entoso, acatasse, constrangido, o convite de um irmão separado para assistir tal comemoração, mas os próprios católicos tomarem a iniciativa de festejar a data em que o erro foi cometido, é coisa que nos deixa perplexos e contristados.

Poi com alegria que recebemos as Diretrizes para a execução do que o Conselho Vaticano II promulgou concernente ao ecumenismo, datado de 14 de maio último, por virem essas diretrizes de encontro ao nosso modo de pensar, mas não vemos nesse documento, nem no documento básico do Concílio, nada que encoraje e muito menos permita tão estranha comemoração.

Representamos um número grande do vosso rebanho, que, por motivos variados, não poderíamos aqui comparecer, nos pediram que fôssemos portadores também de suas atitudes. Não viemos à vossa presença em sinal de protesto, que bem o sabemos não nos compete fazer, mas viemos sim, com a esperança de que V. Ex. ainda pudesse anular tão infeliz e infeliz manifestação. Deixando em vossas mãos este nosso documento de pesar, pedimos a vossa bênção e o vosso paternal conforto".

HA EXAGERO

O monge beneditino Dom Estêvão Bittencourt explicou ao JORNAL DO BRASIL que "um dos membros da equipe dirigente do Centro Ecumênico propôs a data de 31 de outubro

para inaugurar o Centro. Assim, o dia da rutura entre os cristãos seria um dia de aproximação dos mesmos", acrescentando que alguns estão exagerando no falar de "testes católicos em homenagem à Lutero".

Para Dom Estêvão Bittencourt o dia 31 de outubro de 1517 foi um dos dias mais infelizes e dolorosos da história do Cristianismo, pois "dividiu-se então a cristandade. Toda a divisão, toda rutura, e começou ao espírito de Cristo. Por isso é que o próximo dia 31 não é dia de festa para os cristãos. Os protestantes sinceros não de reconhecem. Cristo quer que seus discípulos sejam consumados na unidade".

Lembrou Dom Estêvão que mesmo nas suas fuses mais difíceis, a Igreja tira do seu seio a força e a vitalidade para se renovar. Citou o exemplo dos séculos X e XI, quando o Papa estava sujeito às famílias nobres da época, mas Gregório VII, em 1073, obteve a renovação do poder central da Igreja e acrescentou que a reforma verdadeira do século XVI partiu dos conventos e mosteiros e subiu até a hierarquia no Concílio de Trento.

Ninguém pode pretender renovar a Igreja mediante divisão e rixas. Não fora a obra de Deus, mas, sim, obra dos homens. Por isso é que a obra de Lutero não pode merecer o aplauso dos cristãos. Não pode ser comemorada festivamente. O dia 31 de outubro próximo será, antes, um dia em que os cristãos procuram esquecer a divisão acarretada por Lutero, a fim de restaurar a unidade violada — finalizou Dom Estêvão.

Sarnei manda intervir na Santa Isabel

São Luís (Correspondente) — O Governador José Sarnei decretou, ontem, a intervenção na Fábrica de Tecidos Santa Isabel, do grupo Abud. A fábrica é a maior do Estado e estava fechada há alguns dias, em face de violenta crise financeira por que está passando o grupo. A intervenção foi pedida pelos empregados ameaçados de desemprego.

A crise na Fábrica Santa Isabel foi provocada pela difícil situação da indústria têxtil no Maranhão, que já perdeu algumas de suas principais fábricas nos últimos anos. O Governo cuidará, a partir de hoje, de manter a indústria em pleno funcionamento, tendo determinado também a sua recuperação financeira.

você já pode ler no Rio o grande matutino chileno EL MERCURIO

Os fatos que marcam o dia-a-dia do Chile e da América Latina estão no EL MERCURIO, que você encontra agora nos seguintes endereços: Av. Almirante Barroso, 54 — Rua General Roca, 801-F — Rua São Luiz Gonzaga, 119-C — Av. Mem de Sá, 147 — Rua Visconde de Pirajá, 611-C

PREÇO:
dias úteis — NCR\$ 0,70
domingos — NCR\$ 1,30

FÉRIAS com YBARRA

TRÊS MARAVILHOSOS CRUZEIROS.

A melhor maneira de você aproveitar bem suas férias, será realizando um desses três maravilhosos cruzeiros pelos lugares transatlânticos "CABO SAN VICENTE", "CABO SAN ROQUE", totalmente climatizados, com duas piscinas, três bares, vários salões, carnaval a bordo e diversos outros cruzeiros.

ITINERÁRIOS

1.º GRANDE CRUZEIRO À ÁFRICA DO SUL E ORIENTAL
no luxuoso "CABO SAN VICENTE"
SAÍDA: RIO (10/11) — Santos — Montevideo — Buenos Aires — Cape Town — Durban — Lawrence Marquês — Moçambique (Kenya) — Fort Louis (Ilha Maurício) — Port Elizabeth — Cape Town — Santos (16-2-68)

2.º CRUZEIRO AOS CANAIS FOGUINOS
no luxuoso "CABO SAN ROQUE"
SAÍDA: RIO (1/1) — Santos — Montevideo — Buenos Aires — Punta Arenas — Ushuaia — Baía Garibaldi — Buenos Aires (retorno a combinar)

3.º CRUZEIRO AOS CANAIS FOGUINOS
no luxuoso "CABO SAN VICENTE"
SAÍDA: BUENOS AIRES (1/2) — Montevideo — Punta Arenas — Ushuaia — Baía Garibaldi — Buenos Aires

O HOTEL VIAJA COM VOCE

Informações com Seu Agente de Viagens ou

YBARRA
LINHA MARÍTIMA ESPANHOLA
Rio, Av. Rio Branco, 182 — Tel. 23-2167
São Paulo: Praça de Repúblicas, 115 — Telefones: 34-2020 e 35-7045
Santos: Rua Tufatti, 58 — Tel. 2-3102
Rio de Janeiro: Rua do Bahia, 1 019 — Tel. 47-102
Salvador: Av. Estada Unida, 1 — 7.º andar
Recife: Rua Dom Joana, 172 — 3.º andar

GE recebe estagiários da ESG

Sessenta e cinco civis e militares, estagiários da Escola Superior de Guerra, visitaram ontem o parque industrial da General Electric, em Maria da Graça, a fim de conhecer detalhes da fabricação de medidores de energia elétrica, equipamentos de manobra, transformadores e lâmpadas.

A visita faz parte de um programa do curso de 40 semanas, durante o qual os estagiários procedem a um estudo da conjuntura nacional. Na ocasião, o Ministro João Torquato Lemos discursou sobre a importância da indústria na segurança e desenvolvimento do País, dizendo que a implantação de outras indústrias semelhantes à GE pode colaborar, de forma decisiva, no fortalecimento da segurança e da estrutura socio-econômica do Brasil.

Cineasta reclama do INC

O cineasta Renato Neuman esteve ontem no JORNAL DO BRASIL para protestar contra a decisão do Instituto Nacional do Cinema, que excluiu seu filme, Lapa-67, da Categoria Especial. Diante do veto, Lapa-67 não terá direito a ser exibido durante 28 dias por ano no circuito normal, como determina a lei.

Segundo o Sr. Renato Neuman, o INC examinou inicialmente três filmes de uma grande lista — Nossa Senhora dos Remédios de Paraná, de Pedro Foyat; Brasília, Contradições de Uma Cidade Nova, de Joaquim Pedro de Andrade, e Lapa-67, de sua autoria. Os dois primeiros receberam a classificação, mas seu filme não.

SEM MOTIVOS

Alega o Sr. Renato Neuman que seu filme foi excluído da condição de Categoria Especial pela Sr. Gilberto Mendes, Presidente da Comissão do INC, que recusou-se a explicar os motivos do veto ou sequer os critérios adotados para a seleção.

Lapa-67 é um curta-metragem de 20 minutos de duração, em cores, onde o velho bairro da Lapa, seus costumes, suas tradições e seus tipos populares são retratados, entre os quais o mais importante: Manuel Bandeira.

O velho poeta aparece na cena inicial do filme, percorrendo as ruas do bairro, enquanto sua própria voz, ao fundo, recita o poema em homenagem à Lapa, Última Canção do Beco. Diante do veto do INC, este filme não mais será exibido em circuito normal.

Lions fará Semana da Lagoa

O Lions Clube da Lagoa promoverá de 13 a 18 de novembro, com o apoio da Secretaria de Turismo e da VI Região Administrativa, a Semana da Lagoa, que terá exposições da Orquestra Sinfônica da Rádio Ministério da Educação e da Banda de Fuzileiros Navais, regata universitária noturna e concursos de esqui aquático, íatismo, hipismo e de cães.

A Semana da Lagoa será encerrada com uma gincana náutica dos esportistas do mar, uma partida de futebol entre uma equipe do Flamengo e a Seleção da Catumbá e corridas saudando o evento no Jockey Club. Há também um concurso de fotografias — tamanho 24 x 30 cm — para moradores, com inscrições abertas até o dia 10 de novembro.

Ex-alunos da PUC elegem diretoria

Os ex-alunos da PUC elegem hoje, votando nos postos eleitorais que funcionarão durante todo o dia no Centro, Zona Norte e Zona Sul, a nova Diretoria da Associação de Antigos Alunos da PUC (AAAPUC). Concorrerá uma só chapa — Rencontro e Integração da PUC —, integrada por Arnaldo Lacombe (Diretor, 51) e Nelson Janot Marinho (EPUC, 50).

Depois da votação, os ex-alunos vão se reunir no campus da Universidade para um jantar de confraternização, às 20 horas, seguindo-se as apurações. Do programa da chapa única, constam a integração dos ex-alunos na vida da Universidade, através de um intercâmbio eficiente, estímulo à vida social dos ex-alunos no âmbito da PUC e o apoio à Universidade no seu esforço de desenvolvimento.

Lapa continua sob ameaça de enchentes como as que param o bairro há 2 anos

Embora a Administração Regional do Centro e o 2.º Distrito de Obras garantam que este ano não se repetirão as inundações na Lapa e cercanias, elas continuam sendo temidas pelos moradores e comerciantes, que ainda não se esqueceram das mesmas garantias feitas reiteradamente entre os temporais de 1966 e 1967.

Todas as galerias de águas pluviais da área são do início do Século, algumas ainda com abóboda de tijolo, e as obras de substituição e reforma das mais antigas só serão feitas pela SURSAN a partir de abril de 1968. O entupimento destas galerias e as enxurradas que descem do Morro de Santa Teresa são as principais causas das enchentes.

SATISFATORIO

A Administração do Centro informou que o escoamento das galerias pluviais nas chuvas mais fortes dos últimos meses "foi plenamente satisfatório, o que demonstra que as galerias estão realmente sendo limpas e desobstruídas. O escoamento das águas, sobretudo em algumas das ruas mais atingidas, como Gomes Freire, Senador e Riachuelo, chegou a ser excelente".

Já o 2.º Distrito de Obras informou que os trabalhos de verificação dos bueiros e das galerias pluviais são periódicos, e a desobstrução é feita sempre que necessária. Algumas galerias, no entanto, muito antigas, só funcionam com meta-de sua capacidade, como a da Rua do Lavradio.

As galerias da Rua Gomes Freire, esta embora desobstruída há 15 dias, do trecho da Av. Mem de Sá desde o início até a Rua Tenente Possolo, da Rua Frei Caneca e da Rua do Lavradio são as que funcionam em estado mais precário.

MA PERSPECTIVA

Só depois do período das grandes temporais é que a SURSAN terá a verba necessária para construir novas galerias, em substituição às antigas, segundo informam os engenheiros do 2.º Distrito de Obras.

O trabalho do Estado tem se limitado à desobstrução dos rios de areia e das galerias pluviais, o que parece aos engenheiros suficiente para evitar novas enchentes.

Beco do Ico permanece sob ameaça de enxurradas por causa de obra incompleta

O Beco do Ico, na Tijuca, voltará neste verão a ser a mesma lagoa de sempre, pois as enxurradas que descem tanto de um lado (encosta do morro) como do outro (Rua dos Araújo e Travessa Goulart) concentram-se ali sem outros meios de escoamento que uma galeria de águas pluviais que se entupe às primeiras chuvas.

Os moradores, antes agradecidos pelas obras ali feitas pelo Estado para conter uma grande pedra, queixam-se agora que o Instituto de Geotécnica não completou os trabalhos, deixando blocos menores espalhados pelo morro e não se preocupando em canalizar as águas que descem com as chuvas, através de um sistema de drenagem superficial.

ESTAGNAÇÃO

As pedras fragmentadas de blocos maiores não foram retiradas após os trabalhos de atiramento das mals perigosas de todas elas, que se encontravam nos fundos das casas nos 10, 12 e 14 do Beco do Ico. Restam muitas amontoadas pela encosta, empilhando água e facilitando a proliferação de mosquitos.

A não construção de um sistema de canaletas para orientar as águas que descem do morro durante as chuvas certamente provocará o entupimento da galeria de águas pluviais do Bloco do Ico — a única existente — pois uma grande quantidade de terra e detritos descerá pela encosta com as enxurradas, encontrando naquela área uma depressão natural de onde as águas não terão como escoar.

RIO EM CASA

A Sr.ª Vilma Ferreira, residente na Rua Olengarinha, 41, no Grajaú, faz um apelo para que a Secretaria de Obras "tire o rio da porta de minha casa", pois quando chove as

— Por melhores que sejam — acrescenta — as galerias não foram feitas para suportar dilúvios. E se de novo tornar a desabar um temporal, evidentemente a perspectiva não é das melhores.

BOA NOTICIA

Após 40 dias de trabalho e com a presença de todos os operários da SURSAN que realizaram a obra, a Ponte Aires Casal, na rua do mesmo nome, entre Cachambi e Jacaré, foi inaugurada ontem pelo Administrador Regional do Méier, Sr. Vilmar Páris.

A nova ponte é de concreto armado e foi construída em substituição ao velho pontão de madeira, aumentando em seis vezes a capacidade de vazio do Rio Salgado e eliminando, assim, uma das causas de enchentes nos bairros de Jacaré e Cachambi.

Ao lado do Diretor do Departamento de Urbanização da SURSAN, engenheiro Joaquim Barroso Chaves, que discursou sobre os aspectos técnicos da obra agora inaugurada, o Sr. Vilmar Páris afirmou que a ponte de concreto não era uma ostentação, "mas servirá de marco para o progresso da região", e anunciou a construção de outras pontes, nas Ruas Lino Teixeira e Miguel Ângelo.

A solenidade de inauguração da Ponte Aires Casal foi simples: o tradicional corte das fitas ao som do Hino do Estado da Guanabara, executado pela banda das meninas do Lar Antônio de Pádua.

Beco do Ico permanece sob ameaça de enxurradas por causa de obra incompleta

O Beco do Ico, na Tijuca, voltará neste verão a ser a mesma lagoa de sempre, pois as enxurradas que descem tanto de um lado (encosta do morro) como do outro (Rua dos Araújo e Travessa Goulart) concentram-se ali sem outros meios de escoamento que uma galeria de águas pluviais que se entupe às primeiras chuvas.

Os moradores, antes agradecidos pelas obras ali feitas pelo Estado para conter uma grande pedra, queixam-se agora que o Instituto de Geotécnica não completou os trabalhos, deixando blocos menores espalhados pelo morro e não se preocupando em canalizar as águas que descem com as chuvas, através de um sistema de drenagem superficial.

ESTAGNAÇÃO

As pedras fragmentadas de blocos maiores não foram retiradas após os trabalhos de atiramento das mals perigosas de todas elas, que se encontravam nos fundos das casas nos 10, 12 e 14 do Beco do Ico. Restam muitas amontoadas pela encosta, empilhando água e facilitando a proliferação de mosquitos.

A não construção de um sistema de canaletas para orientar as águas que descem do morro durante as chuvas certamente provocará o entupimento da galeria de águas pluviais do Bloco do Ico — a única existente — pois uma grande quantidade de terra e detritos descerá pela encosta com as enxurradas, encontrando naquela área uma depressão natural de onde as águas não terão como escoar.

RIO EM CASA

A Sr.ª Vilma Ferreira, residente na Rua Olengarinha, 41, no Grajaú, faz um apelo para que a Secretaria de Obras "tire o rio da porta de minha casa", pois quando chove as

águas que descem da encosta do morro próximo invadem a sua casa.

Além da água, Dona Vilma reclama também de vacas e cabras que vivem soltas pela rua, e, ao menor descuido seu, invadem o jardim que cuida com "tanto carinho e devoraram todas as plantações". Isso sem falar "na sujeira, pois minha rua não recebe a visita dos garis".

PRESENCIA

— Sempre vou à Administração Regional de Vila Isabel para solicitar uma providência, mas o Estado continua a não me atender. Diversos engenheiros já vieram aos terrenos próximos à minha casa, e se limitam a observar e relatar.

Quando fui reclamar na Administração Regional contra as vacas e as cabras — concluiu Dona Vilma Ferreira — me disseram que o problema é do Departamento de Veterinária do Estado. Com as últimas chuvas, as águas que invadiram minha casa me deram um prejuízo de NCr\$ 10 mil. Ora, como contribuinte, acho que tenho o direito de reclamar, e ser atendida.

Engenheiro naval foi ver na Itália "hover-crafts" para tráfego Rio-Niterói

A intenção de adquirir hover-crafts — ou aerobarcos, que andam sobre as águas em bolsões de ar — para o transporte na Baía de Guanabara levou o Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval, Sr. Salvatore Rosa, à Itália, onde manterá os primeiros contatos com os fabricantes, nos Estaleiros Rodriguez.

O engenheiro, que viajou ontem por conta do Governo do Estado do Rio, afirmou que tais barcos podem fazer o percurso Rio-Niterói em apenas cinco minutos. Há à disposição aerobarcos de 25, 72 ou 140 passageiros, mas as autoridades só decidirão depois de examinar o relatório que o Sr. Salvatore Rosa fará ao voltar, daqui a 15 dias.

RENTABILIDADE

O custo dos hover-crafts, informou o engenheiro Salvatore Rosa, é um pouco maior que o das barcas comuns, mas devido ao seu baixo custo operacional e à alta rentabilidade por passageiro/minuto o preço estará pago após dois anos de operação. Os aerobarcos já são usados na Europa quase toda,

nos Estados Unidos, no Japão e na Argentina.

O Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval irá, depois da Itália, a Genebra, onde pronunciará uma conferência sobre o desenvolvimento da arquitetura na construção naval brasileira, como convidado especial à Assembleia-Geral do Instituto Suíço de Arquitetos Navais.

UM ESTREANTE NO GALEÃO



A Scandinavian Airlines System apresentou ontem no Aeroporto Internacional do Galeão o mais novo aparelho em operação na rota Europa-América do Sul: o DC-8-62, que tem uma fuselagem dois metros mais longa do que os DC-8 comuns, novas poltronas aerodinâmicas e pode voar 9.000 km sem escalas, ainda que com a carga completa. O avião — que ontem estreou na linha — segundo o Gerente Regional da SAS, Sr. Kare Oiestad, oferece mais conforto aos passageiros em detrimento da total capacidade de acomodação, "ou seja, menos poltronas e mais espaço para as pernas". Com maior capacidade de ascensão, o DC-8-62 tem um comprimento de 47,9m, e embora possa acomodar 189 pessoas, só levará 146: vinte na primeira classe e 146 na classe econômica.

DER quer concluir este ano duas galerias que faltam na obra do Túnel Rebouças

O DER está concentrando esforços nas obras do Túnel Rebouças para tentar entregar as duas galerias restantes ao tráfego até o final do ano, permitindo a passagem nos dois sentidos nas horas do rush e incluindo mais esta realização no programa de festividades do segundo aniversário da administração Negreiro de Lima.

A SURSAN informou que fixará brevemente as datas das solenidades de inauguração de diversas obras, a partir do dia 15, que se estenderão durante todo o mês de dezembro. Há, contudo, duas obras que não estarão concluídas até o final do ano: os Viadutos Frederico Schmidt, na Lagoa, e Fernando Ferrari, em Botafogo, que tiveram as inaugurações transferidas para janeiro.

OBRAS DE DEZEMBRO

A entrega ao tráfego controlado das duas galerias restantes do Túnel Rebouças, no sentido do Rio Comprido para a Lagoa, depende das obras que estão sendo feitas na boca do Rio Comprido, onde a encosta em decomposição dificulta os trabalhos de prolongamento do túnel em abóboda falsa. Há, contudo, perspectivas de que a contenção da encosta permita a entrega da segunda galeria ao tráfego até dezembro.

A SURSAN apresentará até dezembro uma série de inaugurações, dentro do programa comemorativo do segundo aniversário do Governo Negreiro de Lima. Por Departamentos, as obras mais importantes serão: a Galeria de Saneamento do Departamento de Saneamento, a galeria de cintura de Botafogo, que coletará os esgotos sanitários do bairro, deixando de poluir a Praia de Botafogo; elevatória de esgotos de Botafogo, que recalcará os esgotos do bairro para o lançamento na Urea, na base do Pão de Açúcar; e final da canalização do Rio Barro, que visa a impedir novas enchentes na Rua Voluntários da Pátria e adjacências.

O Departamento de Urbanização concluirá obras de canalização de trechos de diversos rios para evitar inundações, incluindo obras nos Rios Jacaré, Pedras, Joana, Salgado, Galogi e Maracanã, além da reconstrução de numerosas pontes destruídas, no que é auxiliado também pelo Departamento de Obras. Ainda do Departamento de Urbanização está prevista a inauguração do Viaduto dos Prazeres — terceira etapa do Trevo dos Marinheiros —, que ligará a Avenida Francisco Bicalho à Avenida Presidente Vargas.

CONTENÇÃO

O Instituto de Geotécnica e o Departamento de Urbanização deverão inaugurar obras de contenção nas encostas dos morros, entre as quais as das Ruas Benjamin Batista, Tabaqueira, Santo Amaro, Manoel Soares e Corte do Cantagalo. Não pertencendo à SURSAN, mas subordinado à Secretaria de Obras, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) incluirá nas festividades as seguintes inaugurações: Trevo das Missões, Viadutos de Bonsucesso, Lobo Júnior e Lusitânia; a segunda ponte de acesso à Barra da Tijuca; a duplicação da Estrada do Galeão e abertura de três novas rodovias: Via 11, Estrada do Aterrado de Itaguai e Estrada do Mendanha, além de uma ponte sobre o Rio Jacaré, na Avenida Suburbana, e outras obras de menor porte.

COFRE abre as portas a síndicos para ver preços de adaptações a 60 ciclos

A Comissão de Conversão de Frequência — COFRE — convida os síndicos de edifícios a comparecerem à sua sede — Av. Rio Branco, 277, sobreloja —, sempre que julgarem exorbitante o preço cobrado por uma firma especializada na adaptação dos elevadores para 60 ciclos, a fim de evitar explorações como as denunciadas por uma comissão de síndicos do JB.

O Sr. Roberto Chaves, que chefia interinamente a COFRE, não acredita contudo em chantagem por parte das companhias dos síndicos dos edifícios, conforme foi denunciado no JB, mas esclarece que os técnicos da Comissão têm meios, com o auxílio do Departamento de Edificações da SURSAN, de fiscalizar o preço apresentado pelas firmas.

É CARO

— Estes preços — acrescenta — O Sr. Roberto Chaves — não podem ser superiores a 10% do valor de cada tipo de elevador e variam geralmente entre NCr\$ 850,00 a NCr\$ 3.500,00. A COFRE tem meios de avaliar se um preço é ou não extorsivo e está à disposição de todos os síndicos de edifícios ou interessados, de forma a que a população não seja explorada pelas firmas, conforme já foi constatado no início da mudança de frequência da Zona Rural.

O Sr. Roberto Chaves esclarece que o alto preço cobrado

pelas firmas para a adaptação dos elevadores a 60 ciclos só deve ao valor das peças que necessitam ser trocadas, geralmente exigindo a mudança das engrenagens de bronze. Informa ainda que os edifícios devem providenciar este serviço até o dia 11 de dezembro, quando a energia será desligada às 6h30m e novamente ligada — já em 60 ciclos — às 7 horas, na Zona compreendida pelos bairros do Leblon, Ipanema, Copacabana (posto 61), Gávea e Avenida Niemeyer. O restante da Zona Sul, deverá ter sua frequência mudada somente em fins de 1968.

Professor Fernandes deixa cargo depois de 50 anos de magistério num colégio

Após 50 anos de magistério na Escola Carmelita Santo Alberto, onde foi também estudante, o Sr. Alvaro Rosadas Fernandes abandona a carreira que lhe deu "muitas alegrias e uma só tristeza" para se dedicar à Odontologia que exerce há 47 anos.

Suas bodas de ouro serão festejadas no próximo domingo em "cerimônia que deverá ser ainda mais bonita que a dos 40 anos", quando recebeu uma bula pontifícia dando-lhe o grau de Comendador.

MEIO SÉCULO

Começando sua carreira de professor aos 15 anos, como adjunto do Prof. Barros no 1.º ano do Colégio Santo Alberto, o Sr. Alvaro Rosadas lecionou também nos 2.º e 4.º anos e no Admissão, preparando turmas pequenas e ingressando no Ginásio.

— Os alunos de hoje são muito mais vivos e inteligentes do que os de há 50 anos não que estes fossem burros, mas havia maior atenção, respeito e disciplina. Hoje os estudantes são mais dissipados, talvez por causa da televisão e dos métodos educativos modernos, fazendo com que os professores usem mais autoridade — frisou o Sr. Alvaro Rosadas.

Conta que as alegrias, em 50 anos de profissão, foram muitas, e as maiores: ter seus quatro filhos e um neto como alunos, e ver os estudantes progredirem na vida. O fato mais triste e chocante de sua experiência foi encontrar um ex-aluno pedindo esmola na rua.

Ilha do Governador ganhará 1,5 km de praia com atêrro que particulares vão fazer

A Ilha do Governador ganhará mais um quilômetro e meio de praia no Zumbi, Pitangueiras e Engenhooca, onde começará esta semana as obras de atêrro hidráulico, executadas sem ônus para o Estado, graças a um convênio da Administração Regional com duas firmas particulares.

O Administrador João de Deus Torres Soares, que anunciou o início das obras, informou que nos próximos dias serão inaugurados um cartório de registro civil, um posto do Instituto Félix Pacheco, um posto de veterinária e um cartório do Tribunal Regional Eleitoral. Atualmente, os moradores da Ilha são obrigados a vir à Cidade para utilizar essas repartições.

AS PRAIAS

Os serviços de dragagem do mar, junto às Praias do Zumbi, Pitangueiras e Engenhooca, serão feitos em intervalos de cinco a dez dias, a fim de permitir o atracamento das balsas que transportam víveres e mercadoria para a Ilha de Paqueta.

O proprietário das balsas pretende criar obstáculos à interdição das praias para a dragagem, mas foi convencido a aceitar uma escala de viagens entre Governador e Paqueta, de modo a não prejudicar nem a dragagem nem o serviço de transporte.

Menores vão ver Festival Vila-Lóbos

Maiores de 10 anos poderão assistir ao Festival Internacional Vila-Lóbos, em novembro, apesar de as sessões se realizarem à noite, às 21 horas, na Sala Cecília Meireles e no Teatro Municipal. A permissão foi concedida pelo Juiz de Menores, Sr. Cavalcanti Gusmão, a pedido do Museu Vila-Lóbos.

Linha 410 é problema para Tijuca

Moradores das Ruas General Roca e dos Araújo, na Tijuca, fazem um apelo, através do JORNAL DO BRASIL, ao Departamento de Concessões, para que seja normalizado o tráfego dos ônibus da linha 410, Praça Varnhagem-Antero de Quental.

Alegam os moradores que os ônibus daquela linha trafegam durante o dia superlotados, uma vez que há poucos carros em tráfego para o elevado número de passageiros, e, à noite, depois das 23 horas, desaparecem completamente.

DCT inaugura sua mais nova agência

O DCT inaugura hoje, às 10h, a sua mais moderna e confortável agência postal-telegráfica de todo o País, que se localiza na Rua Visconde de Pirajá, 452/458, em Ipanema, nas imediações da Praça N. S. da Paz, que atenderá também aos Bairros do Leblon e parte do Jardim Botânico. A solenidade contará com a presença de Ministros e diversas autoridades.

A distribuição domiciliar da agência de Ipanema será feita com a divisão da área em 24 distritos, com igual número de carteiros que se apresentarão com uniformes novos. O volume de correspondência diária está avaliado em 300 quilos, correspondendo a 200 caixas de assinantes.

FILATELIA

O DCT informa que a agência de Ipanema terá salões filatélicos semelhantes aos europeus, com todas as comodidades para os colecionadores cariocas: seis mesas individuais, luz própria, lupas para exame mais detido dos selos e outras inovações. Na sala de filatelia haverá venda de selos.

Dentre os convidados, estarão presentes, além de Ministros de Estado, personalidades e intelectuais que moram em Ipanema, entre os quais o poeta Vinícius de Moraes, a esposa de Tom Jobim, que o representará, pois o compositor encontra-se no exterior, Márcia Rodrigues, a Garota de Ipanema, e o ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, além de diretores do Lions e Rotary Clubs.

Pecas de museus irão à escola

Pela primeira vez no Rio, peças do acervo de quatro museus irão a um estabelecimento de ensino — o Instituto Sousa Leão — onde ficarão expostas de 15 a 30 de novembro, a fim de demonstrar que as possibilidades didáticas podem ser motivadas pela museologia.

A promoção, planejada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e pelo Instituto Sousa Leão, que festeja neste ano o 10.º aniversário de sua fundação, contará com a colaboração do Museu da República, da Casa de Rui Barbosa, do Museu da Cidade, do Museu da Imagem e do Som, do Museu do Banco do Brasil, do JORNAL DO BRASIL, do Conservatório Nacional de Teatro e do Serviço de Teatro da Guanabara.

EXPERIÊNCIA

Conservadores de museus, técnicos de educação e professores elaboraram em conjunto um programa, de cujos resultados depende a sistematização da atividade. A cooperação entre museus e escolas poderá, a partir do próximo ano, ser incorporada à rotina pedagógica do Instituto Sousa Leão.

CTB tem mais 100 km de cabos

Mais de 100 quilômetros de cabos telefônicos dos 481 necessários já foram acrescentados à antiga rede subterrânea de 934 quilômetros dentro do plano de expansão e melhoria do serviço de telefones no Rio. Os cabos são os de maior capacidade existentes — 1.818 pares de fios — e sua instalação custa NCr\$ 80,00 por metro, segundo a CTB.

Além da rede subterrânea, existem ainda a rede aérea de cabos, que será aumentada de 1.457 para 1.627 quilômetros; os cabos submarinos, de ligação com as ilhas da Baía de Guanabara, e 758 quilômetros de cabos menores ligando a rede geral aos prédios.

serviços bancários na

ASSEMBLEIA

RUA DA ASSEMBLEIA, 56
ESQ. DE QUITANDA

**BANCO
ECONÔMICO
DA BAHIA S.A.**

O ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO
MAIS ANTIGO DO PAÍS.

AV. RIO BRANCO

R. QUITANDA

R. ASSEMBLEIA

PRODUTOS	GUANABARA 28/10/67	36/10/67 S. PAULO	26/10/67 MINAS	26/10/67 PARANA	25/10/67 R. G. DO SUL
ARROZ (Sc. 60 quilos)	merc. estád. 44,00 a 45,00	merc. estád. 34,50 a 41,50	merc. estád. 44,00 a 45,00	merc. estád. 34,00 a 42,00	merc. estád. x x x
Arrozão	33,00 a 39,00	30,50 a 34,80	33,00	37,00	31,00 a 35,00
Agulha	35,00 a 36,00	31,50 a 33,00	x x x	32,00 a 37,00	30,00 a 34,00
FEIJAO (Sc. 60 quilos)	merc. estád. 22,00 a 23,00	merc. estád. 27,00 a 27,50	merc. estád. x x x	merc. estád. 18,00 a 19,00	merc. estád. 18,00 a 20,00
Salé	19,00 a 20,00	21,00 a 21,50	20,00 a 25,00	17,00 a 20,00	17,00 a 20,00
Prato	22,00 a 23,00	17,00 a 17,50	19,00 a 21,00	16,00 a 18,00	x x x
Muitinho	merc. estád. 13,00 a 13,50	merc. firme 12,50 a 13,00	merc. estád. 12,00 a 13,50	x x x x x x	merc. estád. 10,50 a 11,00
PARINHA DE MANDIOCA (50 quilos) Fina e Grossa	merc. estád. 37,00 a 38,00	merc. estád. 27,00	merc. estád. 28,00	merc. estád. 28,00	merc. estád. 25,00 a 26,00
Ovos (Cx. 30 dz.)	25,00 a 26,00	25,00	25,00	23,00	24,00 a 25,00
Grandes	merc. estád. 1,80 a 1,90	merc. estád. 1,90 a 2,00	merc. estád. 1,50	x x x x x x	merc. estád. 1,30 a 1,40
Medicos	merc. estád. 10,00 a 10,50	merc. estád. 8,50 a 8,70	merc. estád. 9,50 a 10,00	merc. estád. 7,50 a 8,40	merc. estád. 8,50 a 9,00
AVES (p/quilo)	10,50 a 11,00	8,70 a 9,00	x x x	8,00 a 8,40	8,50 a 9,00
Vitao	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.
MILHO (Sc. 60 quilos)	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.
Amarelo mesclado	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.
Amarelo híbrido	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.
BATATA (Sc. 60 quilos)	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.	merc. estád.

EUA com maior intercâmbio comercial procuram clima para investimento privado

Washington (IPS-JB) — O Presidente Johnson, em seu relatório anual ao Congresso norte-americano, afirmou que se verifica um crescimento sem precedentes no intercâmbio mundial, assinalando que os Estados Unidos aumentaram em US\$ 16 bilhões suas exportações no ano de 1966, alcançando a cifra de US\$ 181 bilhões, o que representa um aumento de 9,5% em relação a 1965.

Enquanto isso, o Subadministrador da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional — USAID —, Sr. Herbert Salzman, em palestra na Câmara de Deputados afirmava que o Governo Johnson procura melhorar nas nações em desenvolvimento "o clima propício para os investimentos e comércio da empresa privada".

EXPANSÃO COMERCIAL

Segundo o Presidente Johnson, as importações norte-americanas em 1966 aumentaram a um ritmo duas vezes superior ao das exportações, alcançando o montante de US\$ 25,6 bilhões de aumento, elevação essa maior do que qualquer outra registrada nos anos anteriores ao período 1950-51.

Os Estados Unidos — diz Johnson — estão comprando atualmente a seus amigos no exterior quantidades de artigos jamais alcançadas e, ao mesmo tempo, vendendo-lhes mais da abundância norte-americana. Em 1966, como nos anos anteriores, os Estados Unidos desempenharam um papel importante nos esforços econômicos

para melhorar as condições do comércio mundial e a estimular o crescimento do comércio.

CLIMA PARA INVESTIR

O Presidente da Subcomissão, Deputado Leonard Forstner, concordou em essência com as declarações do Sr. Salzman, mas declarou que a USAID "não pode e deve fazer mais do que tentar de promover a empresa privada norte-americana no exterior". Lembrou o Deputado norte-americano que a afinidade de dinheiro público nas nações em desenvolvimento, achando difícil que os governos, por si só, consigam proporcionar a nova cifra de US\$ 3 a 4 bilhões que o Banco Mundial calcula ser necessária aos países em desenvolvimento.

Beltrão conclui roteiro para quantificar ação plurianual

Belo Horizonte (SUCURSAL)

O Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, anunciou ontem já haver concluído o roteiro para a formulação do Programa Estratégico quantificado relativo aos anos de 1968, 69 e 70.

A identificação e quantificação dos programas e projetos compreendidos nas áreas prioritárias anunciadas no Programa Estratégico de Desenvolvimento serão concluídas até 31 de dezembro por 10 grupos de trabalho coordenados pelo Secretário-Geral do IPEA, Sr. João Paulo dos Reis Velloso.

ROTEIRO INDICATIVO

O Secretário-Geral do IPEA informou que, para o roteiro, no que se refere à

estratégia de desenvolvimento, foram observados os seguintes itens: definição da trajetória de desenvolvimento a ser seguida, como identificação e quantificação das prioridades setoriais, consolidação da infraestrutura econômica, elevação da produtividade agrícola e ruptura das barreiras do abastecimento, consolidação da infraestrutura social, recursos humanos e habitação.

Serão observadas ainda a política de desenvolvimento industrial, para expansão do mercado interno, identificação das oportunidades de substituição de importações e promoção de exportações, perspectivas da taxa de crescimento dos principais setores, formulação e quantificação das políticas instru-

mentais para efetivação da estratégia definida, monetária, fiscal, tarifária, cambial etc.

DOIS NÍVEIS

Segundo informou o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, em cada área estratégica o trabalho será realizado a dois níveis, no de programas setoriais, abrangendo objetivos e definição política, quantificação de demanda e de oferta, ação do Governo, direta (investimentos e produção) e indireta (incentivos ao setor privado) e no de projetos prioritários, para efeito de elaboração do elenco de projetos nos moldes do documento sobre a Ação Coordenadora do Nordeste.

Disse ainda o Sr. João Paulo

dos Reis Velloso que os programas e projetos prioritários serão incorporados ao orçamento plurianual de investimentos, segundo determina o artigo, 63, parágrafo 4.º, da Constituição. O orçamento e o programa do Governo serão elaborados simultaneamente.

Os grupos de trabalho poderão ser subdivididos e, uma vez definidos os termos de referência da tarefa a ser executada, funcionarão com ampla iniciativa.

O programa de Governo deverá estar concluído até o último dia do ano, quando deverá ser aprovado pelo Presidente Costa e Silva, conforme decreto recente assinado.

Comissão aprova alterações no regulamento do capital aberto

A Comissão convocada pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para examinar a minuta elaborada pelo Banco Central para modificar a Resolução nº 16 concluiu ontem por substituir o disposto sobre "sociedades anônimas de capital aberto", trabalho este que será distribuído às empresas e em seguida encaminhado ao Banco Central.

A proposta da Comissão manteve-se moderadamente exigente quanto aos requisitos de distribuição e negociabilidade das ações, mantendo-se os requisitos de idoneidade dos diretores das empresas, das quais se exigirá também idoneidade econômico-financeira para que possam sustentar os valores fixados no Decreto-Lei 167.

Além do rigor nas exigências, a minuta da Comissão torna a futura Resolução mais sistemática e mais simples na sua aplicação, pois propõe a regulamentação e o cancelamento por aplicação de capital, em contradição com o espírito da política de mercado de capitais. Por outra lado, o regulamento das empresas poderá ser feito em parte na própria Bolsa de Valores e não apenas no

Banco Central, desburocratizando assim o sistema.

De outra parte, o público investidor será beneficiado, pois os acionistas de empresas de capital aberto que se identificarem na ato de recebimento das dividendos, sofrerão uma incidência menor de retenção do Imposto de Renda.

CONDICÕES DE REGISTRO

Segundo a minuta, o pedido de registro deverá ser requerido ao Banco Central pelos representantes legais da sociedade, instruídos com os seguintes elementos: 1 — Relativas ao capital social e sua distribuição; 2 — prova de que a empresa dispõe de capital social integralizado igual ou superior a Cr\$ 500.000,00; 3 — prova de que no mínimo 15% do registro capital excetados as ações de tesouraria das empresas de capital aberto, a serem emitidas a 25% ou mais de desconto, na proporção de 0,02% ou então 300 ações pelo menos e de 5% no máximo, para cada título.

Foram dispensadas de cumprir tais requisitos as sociedades cujo capital aberto seja de natureza permanente e regular em qualquer das

Bolsas de Valores do País, valendo como prova de negociação a declaração passada pela Bolsa. As ações de propriedade de fundos ou companhias de investimento serão consideradas, para efeito de determinação do número mínimo de acionistas, como pertencentes, a até 50 acionistas, na proporção de um acionista para cada 500 ações do investimento realizado.

No cálculo das quantidades de ações será considerada o valor nominal mínimo legal, devendo ser convertidas para esta base as quantidades de ações que se referirem a valor nominal diferente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Sem maiores alterações a minuta do Banco Central, a Comissão votou os dispositivos relativos à situação jurídica da sociedade, sua situação econômica e financeira, suas operações, situação dos diretores e conselheiros, administração, situação da sociedade perante o Fisco, situação dos títulos e valores de emissão de ações, situação, situação, situação, situação e cancelamento do registro.

Finalmente, propôs a Comissão a prorrogação até 31 de dezembro de 1968, da validade das certificações, provisórias ou definitivas, de sociedades de capital aberto já expedidas pelo Banco Central. Para isso, as empresas titulares deverão adaptar-se ao disposto na nova Resolução, ficando obrigadas a requerer a revalidação dos respectivos certificados dentro do prazo de 180 dias do encerramento do exercício social ocorrido em qualquer data do ano de 1968, com a apresentação de todos os elementos exigidos para a concessão original de registro.

A Comissão organizada pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e presidida pelo Sr. Alípio de Souza Lustos (Cia. Souza Cruz), foi integrada pelo Sr. Carlos Guerra da Cunha (Brahma), Flávio Vargas (Fábrica Nacional de Cerveja), João Velloso (Cerveja Velosa), e Máximo, Amílcar Souza Teles (Lapa Azul), José Nogueira de Castro (Petrobrás), Nelson Cândido Lima, Manoel Gonçalves e Luis Sérgio Coelho de Sampaio, representantes da Bolsa.

Grupo de Trabalho elabora programa de melhoria para pecuária em três Estados

Belo Horizonte (SUCURSAL) — A Comissão Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE — decidiu, ontem, criar um grupo de trabalho para elaborar, no prazo de dois meses, um programa de melhoria da pecuária de corte nacional, de forma a possibilitar a primeira aplicação dos recursos originados do empréstimo de US\$ 40 milhões concedido pelo BIRD ao Governo federal, em setembro passado.

A reunião, realizada na Delegacia Regional do Banco Central, foi presidida pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzuza, dela participando o Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Nestor José, o Presidente do Banco Central, Sr. Rui Lima, um convidado especial representante do BIRD (Banco Mundial), Mr. Hussein, e representantes regionais da CONDEPE em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

PROJETO CONJUNTO

A criação do grupo de trabalho, segundo informou o Sr. Rui Lima durante a reunião, é uma necessidade, tendo em vista as exigências do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD — para que se possa processar o primeiro desembolso do empréstimo contratado no Rio de Janeiro, no dia 23/9/67, sob o número 516/BR, durante a reunião do FMI. Este empréstimo visa a atender a programas de melhoria da pecuária de corte nacional.

Logo após a criação do grupo de trabalho, o Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, sugeriu, e foi aceita, que — com vistas ao empréstimo — seja elaborado um projeto único para a melhoria da pecuária de corte dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

Trindade apóia encontro de investidores e diz que BNH quer participação privada

O Presidente do Banco Nacional da Habitação, Sr. Mário Trindade, apoiando a iniciativa da Confederação Nacional da Indústria, que convocou o II Encontro de Investidores no Nordeste para o próximo dia 8, em Salvador, afirmou que "tudo que signifique disposição e coragem de investir é animador".

Os encontros de investidores, em busca de novas áreas de expansão — disse —, são acompanhados com atenção e confiança por parte do Banco Nacional da Habitação, de vez que a Lei 4330 deferiu à iniciativa privada uma participação valiosa no encaminhamento da solução do problema habitacional brasileiro.

BNH REPRESENTA OFERTA

O Presidente do Banco Nacional da Habitação declarou ainda que "BNH e iniciativa privada são aliados inseparáveis. Por isso, o encontro de investidores em Salvador reafirma a confiança em nosso programa. No momento em que investidores se voltam para a área do Nordeste, o BNH lembra que tem na região um programa de investimentos habitacionais que representa valiosa oferta de oportunidade para a iniciativa privada, pois a dinâmica das necessidades asseguram um longo e crescente orçamento de recursos a serem aplicados em construções residenciais. Caberá à iniciativa privada capitalizar-se para produzir toda a vasta gama de materiais a serem consumidos. É uma oportunidade excelente para os investidores que voltam suas atenções para o Nordeste."

Decreto sobre consórcios apenas vedou utilização de nome de entidade pública

O decreto proibindo o uso do nome da repartição ou entidade da União nos consórcios ou fundos mútuos de associações de funcionários públicos abertos a pessoas estranhas aos seus quadros não prejudica de forma alguma os consórcios ou mútuos dos empreendimentos atingidos pela medida, pois a questão poderá ser resolvida pela simples troca do nome ou a constituição de uma firma para gerir o negócio.

Apenas as associações de funcionários públicos federais são atingidas pelo decreto e, no caso de ser necessária a alteração do nome do empreendimento, os consórcios ou mútuos não terão qualquer problema porque a existência é de que o nome da repartição ou entidade pública seja cancelado apenas nos anúncios, impressos e material de propaganda.

ALTERAÇÃO

O Presidente da Associação dos Servidores de Administração das Cidades Reunidas, Sr. Ubirajara Sodrê Córdas, responsável por um dos maiores consórcios de automóveis singulares pelo decreto, afirmou ontem ainda não saber com certeza qual a solução a que recorrerá a entidade.

Disse que o consórcio da ASACE é feito com a firma PROVENCO (Promoções, Vendas e Comércio), cabendo à associação dos funcionários a gestão financeira e a administração do empreendimento e à empresa, a venda ao público.

Para decidir o que será feito, o Presidente da ASACE pretende convocar uma reunião das duas diretorias, quando se escolherá a fórmula a ser adotada: tirar o nome da Caixa Econômica do consórcio (e também o da Associação) ou então constituir uma firma (entre a ASACE e a PROVENCO) apenas para administração.

De qualquer maneira — declarou o Sr. Ubirajara Sodrê Córdas — os nossos 300 consórcios não terão problema algum e nem precisão tomar qualquer providência, pois os títulos continuam os mesmos.

RAZÕES

Explicou o Presidente da ASACE que não podia exigir que a venda dos automóveis fosse restrita aos funcionários da Caixa Econômica porque o empreendimento pertence também à PROVENCO.

A respeito da entrada da ASACE no consórcio, segundo o seu Presidente, está no conhecimento das autoridades da Caixa Econômica — determinadas pelo Código de Contabilidade das Cidades Reunidas — e as entidades de classe se por parte das duas últimas autoridades.

Com essas observações, continuou o Sr. Ubirajara Sodrê Córdas, as associações de classe da Caixa vinham mantendo isso, após o conhecimento, ultimamente verificado, tivemos que realizar o consórcio para obter os recursos necessários ao atendimento dos auxílios aos associados."

SEM MUDANÇA

O decreto do Presidente Costa e Silva baixado anteriormente sobre o uso do nome da repartição ou entidade a que estão vinculadas as associações de funcionários de classe apenas da área federal. Se o Governador Negrão de Lima não bair um decreto semelhante, as associações de classe estarão sem mudança.

Governo retifica normas e estabelece novas regras para operações de seguros

Brasília (SUCURSAL) — O Diário Oficial da União publicará, hoje, o texto do Decreto do Presidente Costa e Silva que retifica as normas sobre seguros privados para estabelecer novas regras sobre o início da cobertura do risco e emissão da apólice, capital mínimo necessário às empresas, obrigação do pagamento do prêmio e da indenização e ainda sobre a cobrança dos prêmios por estabelecimentos bancários.

O decreto diz que o prazo máximo para emissão de aditivos de renovação ou de alteração do prêmio, faturas e contas mensais, para efeito de cobrança de prêmio é de 15 dias, contados, respectivamente, da aceitação da renovação, da data em que se verificar a alteração do prêmio e do último dia do mês a que se referirem as faturas e contas mensais. Caberá à Superintendência de Seguros Privados — SUSEP — fixar prazos próprios para atender a peculiaridades de determinadas modalidades de seguros."

CANCELAMENTO

Todas as propostas e apólices de seguros deverão possuir cláusula de cancelamento de contrato, independentemente de notificação, interposição ou protesto, no caso de não ser pago o prêmio no prazo devido. A obrigação do pagamento do prêmio pelo segurado será devida no prazo de 30 dias, contados da data da emissão da apólice, aditivo de renovação ou de alteração do prêmio, faturas e contas mensais.

A cobrança de prêmios de seguro — de acordo com o decreto — será feita obrigatoriamente através de bancos, sendo que todas as apólices, aditivos, faturas, contas mensais e respectivas notas de seguro deverão fixar, obrigatoriamente, o dia, mês e ano do vencimento do prazo de pagamento dos prêmios respectivos.

Nenhuma indenização decorrente do contrato de seguro poderá ser exigida sem a produção de provas de pagamento do prêmio dentro dos prazos fixados.

ACÇÃO EXECUTIVA

Diz ainda o decreto que será executiva a ação de cobrança do prêmio que não for pago

Anteprojeto de reforma do ICM não eliminou falhas do atual Código Tributário

São Paulo (SUCURSAL) — O anteprojeto de lei sobre a reforma da aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, a ser debatido na próxima reunião dos Secretários da Fazenda dos Estados, "não chegou a eliminar todas as deficiências do código tributário vigente, nem regulou convenientemente casos que continuam a exigir disciplina legal" — segundo afirmou, ontem, o Secretário paulista, Sr. Luis Arróbas Martins.

O Secretário da Fazenda de São Paulo afirmou que apenas na última quarta-feira recebeu o trabalho elaborado por uma comissão especial designada pelo Ministro Delfim Neto. Reconheceu, entretanto, "após uma análise ligeira", que o anteprojeto procurou corrigir algumas das falhas da legislação anterior e disciplinar casos omissos — embora, a seu ver, "ainda contenha muitos erros".

AS FALHAS

Em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL, o Secretário Arróbas Martins apontou o que são, no seu entender, os acertos e falhas do anteprojeto de lei sobre a reforma do ICM, elaborado pela comissão especial do Ministério da Fazenda, presidida pelo procurador Jaime Alípio de Barros. Disse que as dificuldades decorrentes da participação dos Municípios no ICM procuraram ser sanadas, por exemplo, através de uma nova sistemática da distribuição das quotas municipais.

— Todavia — assinalou — parece-me que as distorções provenientes da desigualdade econômica entre os municípios não serão equacionadas. Continuará havendo municípios, como o da Capital de São Paulo, que alcançarão a parte do leão, enquanto outros sofrerão sensível queda de receita.

O Secretário abordou o problema das isenções, afirmando não lhe parecer justo que apenas os Estados tenham com o destaque resultante de eventuais isenções, sob a alegação de que, "se os municípios têm participação na importância arrecadada, devem também arcar com a sua parte proporcional nas isenções". — Os Estados, cujas fontes de receita já foram sensivelmente diminuídas, não estão em condições de suportar esta sangria — afirmou.

NECESSIDADE

Disse o Sr. Luis Arróbas Martins que uma revisão em profundidade no quadro tributário nacional "é, de fato, indispensável", uma vez que o código tributário foi promulgado concomitantemente com a reforma tributária, tendo, em consequência, disciplinado situações e tributos intertemporalmente novos, "sobre os quais não se tinha ainda suficiente experiência e de cujo comportamento não se podia fazer previsão segura".

Explicou que, assim, sua posição não é contrária à reformulação, achando-a mesmo oportuna, "porque agora temos quase 10 meses de vigência da nova sistemática e já nos é possível indicar alguns defeitos da legislação vigente e aproveitar as lições desse período de experiência, que embora não seja longo já é alguma coisa".

Adotando ponto-de-vista

Adotando ponto-de-vista me da matéria, entrando em contato com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para o exame das medidas legais cabíveis em defesa da economia pública.

O Sr. Delfim Neto, pronunciou-se, hoje à noite, no Instituto de Engenharia de São Paulo, uma conferência sobre a "Modernização dos Recursos Financeiros mediante Utilização de Moderna Tecnologia".

MAIOR AUMENTO

O setor de refrigerantes — que realizou aumento nos produtos de maior consumo — é objeto de análise especial no relatório que destaca a circunstância de os aumentos configurarem um acréscimo entre as principais empresas, o que é vedado por lei.

O Ministério Delfim Neto determinou ao Grupo de Análise de Custos que prosiga o exa-

O BANCO AUXILIAR DE SÃO PAULO S/A

por seu Conselho de Administração, tem a satisfação de comunicar ao Comércio, Indústria e ao público em geral que, autorizado pelo Banco Central do Brasil, adquiriu o controle acionário do BANCO INDEPENDÊNCIA S/A, visando com isso ampliar a sua rede de agências para melhor servir todos aqueles que o honram com sua preferência.



BANCO AUXILIAR DE SÃO PAULO S/A
CONS. DE ADMINISTRAÇÃO
Rodolfo Marco Bonfiglioli
Presidente



BANCO INDEPENDÊNCIA S/A
DIRETORIA
Dr. Antranik Kissajikian
Presidente

A Diretoria do **BANCO INDEPENDÊNCIA S/A**

nesta oportunidade agradece a todos os amigos e clientes que sempre lhe honram com sua preferência, e se sente satisfeita com a transferência do seu controle acionário para o **BANCO AUXILIAR DE SÃO PAULO S/A**, cuja organização, tradição e operosidade, vem há 39 anos prestando serviços à economia nacional.

Grupo de Análise de Custos relata a Delfim recentes aumentos dos refrigerantes

O Ministério da Fazenda, Sr. Delfim Neto, recebeu ontem o relatório preliminar elaborado pelo Grupo de Análise de Custos sobre os recentes aumentos de preços verificados no setor de refrigerantes, bebidas e águas minerais.

O documento informa que os concessionários de águas minerais decidiram tornar sem efeito o aumento anunciado há duas semanas, como demonstração de seus esforços em cooperar com a política de contenção do custo de vida.

me da matéria, entrando em contato com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para o exame das medidas legais cabíveis em defesa da economia pública.

Advogada revela seqüestro de jornalista há 10 dias pela Polícia pernambucana

Recife (Sueursal) — A advogada Mécia Albuquerque denunciou ontem, em telegrama enviado ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Sr. Leocádio Moraes, o seqüestro do jornalista Irineu José Ferreira, seu constituinte, pela Polícia de Pernambuco.

O jornalista Irineu José Ferreira foi preso há 10 dias pelo DOPS de Pernambuco, acusado de chefiar um comitê do Partido Comunista Brasileiro no Bairro de Casa Amarela, desta Capital, e foi removido para local incerto. A advogada pede que os jornalistas de todo o Brasil protestem publicamente contra "tamanha arbitrariedade".

C APELO

Ela o telegrama enviado pela advogada Mécia Albuquerque ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais:

"Na qualidade de advogada do jornalista Irineu José Ferreira Filho, dirijo-me aos jornalistas brasileiros, reunidos em Conferência Nacional na Cidade de Belo Horizonte, a fim de denunciar o seqüestro pela Polícia Civil do Estado de Pernambuco de meu constituinte, no dia 17 do corrente, por motivos políticos.

Antigo diretor, por duas vezes, da Associação de Imprensa

de Pernambuco, o jornalista Irineu José Ferreira não teve sua prisão formalizada por nenhum mandado, embora permanecesse em local ignorado há 10 dias, sendo de se temer que esteja sofrendo violências físicas.

A Polícia Civil do Estado assume no noticiário dos jornais a responsabilidade pela prisão do referido jornalista, cuja família está em condições de desespero, em virtude do seqüestro. Confio que os homens de imprensa do Brasil, zelando pelas garantias constitucionais, protestem publicamente contra tamanha arbitrariedade."

MDB formaliza denúncia de torturas a Ministro

Brasília (Sueursal) — A direção do MDB dirigiu-se ontem ao Ministro do Exército, General Lira Tavares, apresentando denúncia contra diversos militares e pedindo abertura de inquérito para apurar suas responsabilidades nos maus tratos (torturas e sevícias) infligidos aos presos políticos em Uberlândia, Goiânia e Brasília.

O pedido, assinado pelo Senador Oscar Passos, na condição de Presidente do Gabinete Executivo Nacional do MDB, baseia-se no relatório do grupo de parlamentares que recentemente visitou os presos políticos naquelas cidades e em Juiz de Fora, onde excepcionalmente constatou que todos os prisioneiros estão recebendo tratamento razoável.

OS TORTURADORES

Após invocar o Art. 113 do Código de Justiça Militar, o MDB acusa nominalmente como torturadores os seguintes elementos:

"Em Uberlândia: Oficial do Exército a serviço do Departamento de Polícia Federal ou do Serviço Nacional de Informações, conhecido pelo nome

de Braga, que naquela cidade se encontra entre 30 de julho a 2 de agosto de 1967; Tenente Castro ou Costa, de cor escura, que serve no 6.º Batalhão de Caçadores daquela cidade.

Em Goiânia: Tenente Bandeira, que serve no Batalhão de Caçadores existente naquela Capital; sargento Thompson, que serve na mesma unidade.

Finalmente, em Brasília, Major Zeno José de Almeida Moura, que serve na Polícia do Exército, nesta Capital, Capitão Sôstenes Nogueira, que serve na mesma unidade, Oficial de Dia em serviço no quartel dos Dragões da Independência (RCG), na noite de 31 de julho de 1967; sargento Juvenal Antunes, que serviu e escrevia no IPM sobre atividades guerrilheiras em Uberlândia; sargento Castelo Branco, que comandava a guarda no Quartel da Polícia do Exército de Brasília no dia em que ali foi recolhido o preso Elias Pereira Barbosa; e sargento Milton, que serve na Polícia do Exército de Brasília, possivelmente no Pelotão de Investigações Criminais".

A REALIDADE NA SIMULAÇÃO



Num intervalo da manobra, o soldado procura o lugar mais apropriado para o rancho

Exército encerra manobra no Vale do Paraíba com salto dos pára-quedistas

Wilson Costa e Evandro Teixeira
(Enviados Especiais)

Resende e Pirai — Com o emprego de unidades blindadas por terra e dois mil pára-quedistas saltando sobre Resende, o I Exército dará por encerrada hoje a manobra em todo o Vale do Paraíba, depois de ocupar a cidade e expulsar as tropas vermelhas ali estacionadas.

A conquista do Clube dos 200 para assegurar a posse de Resende em duas jornadas, prevista pelo comandante da manobra, General Manuel Carvalho Lisboa, não foi possível por causa das dificuldades de ordem tática impostas pelo Diretor-Geral dos exercícios, General Adalberto Pereira dos Santos.

CONTRA-OFENSIVA

Como fora decidido na madrugada de anteontem, duas divisões de infantaria iniciaram ontem às 5h30m, a contra-ofensiva sobre o inimigo estacionado em Resende, partindo de diferentes posições: a primeira, a 4.ª DI, conseguiu atingir o objetivo em Volta Redonda, às 11 horas, enquanto a 8.ª DI, com um regimento apenas, não teve sucesso no avanço, porque em Getulândia estacionou com o terreno adverso e a maior capacidade de forças das tropas vermelhas.

Dentro da situação hipotética de movimento de tropas, já que os exercícios são movimentos por meio de quadros e painéis nos diversos quartéis-generais e postos de comando espalhados entre Pirai e Resende, o General Manuel Carvalho Lisboa ordenou o avanço das tropas azuis, às 5h30m, que se encontravam na linha de frente de batalha prontas para atacar.

DESLOCAMENTO

O General Ildefonso Gouveia do Amaral, comandando a 4.ª Divisão de Infantaria, iniciou o deslocamento de seus soldados que estavam diretamente em contato com o inimigo, ultrapassando as tropas do I Exército que guardavam a linha de frente, na altura de Getulândia, Três Poços, Destro e Sanchora do Amparo. Durante todo o dia de ontem a progressão se processou sem maiores dificuldades, e com o sucesso da operação evidenciado, a tropa penetrou às 18 horas no dispositivo inimigo, forçando-o a retirar-se para Barra Mansa, de onde as tropas azuis tentaram expulsá-las para o ataque final a Resende.

Enquanto isso, a 8.ª DI, sob o comando do General Arnaldo Luis Calderari, mandou um seu regimento atacar a região do Clube dos 200, sendo forçado a empregar tropas de reserva para enfrentar o poderio do inimigo e a adversidade do terreno. Mesmo assim não obteve sucesso nas operações. Diante disso, o Comando da DI intervirá hoje com novas tropas, partindo de Volta Redonda para Barra Mansa.

RESERVAS

O Comandante do I Exército em manobra, General Manuel Lisboa, pensa empregar a 1.ª Divisão Blindada, com cerca de dez mil homens, e dois mil pára-quedistas para acelerar a conquista de Resende, hoje, assegurando desse modo a vitória das tropas azuis. Os objetivos visados por estas últimas tropas são os pontos estratégicos localizados em Resende e Lavrinhas.

Paralelamente, e no fim dos exercícios, é bem possível que surjam problemas forçados pela Direção da Manobra, localizada em seu QG, na Academia Militar das Agulhas Negras, isto é, a ação dos guerrilheiros em Tingüá, Serra do Couto e da Mantiqueira. Caso isso venha a ocorrer, o combate a eles estará a cargo das tropas da área de retaguarda do Exército, sob o comando do General Aluísio Guedes Pereira, que dispõe dos homens necessários para liquidá-los.

Em linhas gerais, segundo informaram os alunos do 3.º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a quem cabe o estudo das situações de ordem tática surgidas em toda a manobra, as decisões tomadas pelo Comando do I Exército em manobra coincidem com as da Direção Geral.

Como exemplo, citaram que a ideia de deslocamento da Divisão Blindada ainda na 1.ª fase dos combates partindo da Direção Geral, ao contrário do que foi previsto pelo Comando das tropas azuis, foi realmente efetivada, pela própria situação do desenvolvimento da batalha, quando o regimento da 8.ª DI não pôde mais avançar sobre a região do Clube dos 200. Isso deu tempo para que a Divisão Blindada, que se encontrava no Rio, se preparasse para movimentar os seus carros, entre os quais os Sherman de 25 toneladas, dotados de canhões de 90 milímetros, a fim de entrarem em operação no Vale do Paraíba.

EXPLANAÇÃO

Amanhã, às 7 horas, o Ministro do Exército irá ao QG de Ribeirão das Lajes, onde ouvirá as explicações de todo o desenrolar dos exercícios pelos nove generais diretamente ligados às manobras, para as 10h30m rumar para o QG da Direção Geral da Manobra, na AMAN. Ali aguardará a presença do Presidente Costa e Silva, a quem também será feita uma explanação pelo General Adalberto Pereira dos Santos sobre os exercícios realizados.

As manobras que se encerram hoje visaram a exercitar os comandos das grandes unidades, da 1.ª Região Militar, da Área de Retaguarda do Exército, este no apoio administrativo, unidades de comunicações e os Estados-Maiores. Os exercícios foram realizados na área Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itaipava, e contou com a participação hipotética de 70 mil homens. Na realidade atuaram apenas cerca de cinco mil soldados para a instalação e manutenção dos QGs dos nove generais e 140 oficiais superiores, responsáveis pelas ações táticas de combate.

COMUNICAÇÕES

Na parte de comunicações, entre os muitos aparelhos de rádio e telefone, foi empregado o conjunto rádio E-11 (AN/GRC-106), que é o mais moderno conjunto usado pelo Exército dos Estados Unidos. Possui 28 mil canais sintonizáveis de alta frequência, operando em SSB, com alcance de 80 quilômetros, podendo multiplicar esta distância em face da antena e frequência utilizadas. Para o sucesso do exercício o pessoal das comunicações instalou desde a semana passada 224 quilômetros de fio em toda a região das manobras.

Ontem, na região de Pinheiral foram encontrados diversos fios cortados proposadamente por elementos ainda não identificados, tendo a Polícia do Exército, sob o comando do Major Belfort, entregue o problema da captura dos responsáveis às autoridades policiais de Pinheiral. A ação desses elementos foi considerada como subversiva e a PE espera ouvi-los depois de presos.

Tempo deve começar a melhorar

O tempo no Rio deverá melhorar progressivamente para o fim de semana, segundo a previsão do Serviço de Meteorologia, em consequência da dissipação da frente fria ao norte de Guanabara e do enfraquecimento da massa polar que atueia para a Cidade do Sul de São Paulo.

Faria hoje, há possibilidade de chuvas esparsas, mas enquanto o céu permanecer parcialmente encoberto a temperatura voltará a elevar-se. Ontem, a temperatura máxima foi de 28,1, no Engenho de Dentro, e a mínima, no Alto da Boa Vista, de 18,5.

Rosal dará energia ao E. do Rio

Niterói (Sueursal) — O Presidente das Centrais Elétricas Fluminenses designou ontem um Grupo de Trabalho, que terá como consultor o ex-Ministro das Minas e Energia, Sr. Mauro Thibau, para realizar estudos necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Rosal, no Vale do Itabapoana, projetada para resolver o problema da falta de energia no Norte do Estado do Rio.

As Grupos de Trabalho caberá também a tarefa de coordenar o julgamento da concorrência para elaboração do projeto executivo de Rosal, bem como realizar a pré-qualificação e julgamento das propostas apresentadas por 45 firmas, nacionais e estrangeiras, que disputam o reame do projeto e estudo de viabilidade econômica da obra.

Juscelino será patrono no Ceará

Fortaleza (Correspondente) — O Sr. Juscelino Kubitschek foi escolhido, por unanimidade, para patrono dos bacharéis de 1967 da Escola de Administração do Ceará e o Senador José Ernirio de Moraes para parafinário. Os concluintes vão enviar comunicação aos esboços e convi-los para a festa de formatura, em dezembro.

O Diretor Acadêmico da Escola de Administração do Ceará tem o nome do Sr. Juscelino Kubitschek que, juntamente com o ex-Governador Parafinil Barroso, promoveu a fundação da escola.

Juiz quer ouvir defesa de general

Niterói (Sueursal) — O Juiz Abelard Pereira Gomes, de Caxias, marcou para o próximo dia 6 de novembro uma audiência com o advogado Váler Povoleri Ferreira, que defende o General Francisco Saraiva Martins, acusado de arbitrariedades quando exercia o cargo de Chefe da Divisão de Terras do IBRA, no Núcleo do Município. Somente após a audiência o caso irá a julgamento.

CPI não pôde ver contas de Cafeteira

São Luís (Correspondente) — A CPI da Câmara não pôde examinar as contas da Prefeitura desta Capital por causa do mandado de segurança concedido ao Prefeito Cafeteira, tendo os deputados, numa sessão muito agitada, autorizado a Mesa a pedir ao Governador a intervenção na Prefeitura quando julgar conveniente. A Câmara recorrerá ao Tribunal de Justiça contra a decisão do Juiz da Vara Municipal no Prefácio, que agora terá prazo para apresentar suas razões, tudo indicando que a crise entre o Legislativo e o Executivo se prolongará mais 30 dias.

BANCO DE MINAS GERAIS S. A. ASSINA SEU SEGUNDO CONTRATO COM O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO



O Banco de Minas Gerais S.A. — que foi o primeiro estabelecimento particular de crédito a assinar convênio de refinanciamento com o Banco Nacional da Habitação — assinou mais um contrato com o organismo responsável pela política habitacional do País.

O Contrato, assinado agora, destina-se à construção de setenta e sete unidades residenciais em Duque de Caxias, no Estado do Rio. As casas serão construídas pela Empresa Mercantil e Urbanizadora Itaboraí.

O Banco de Minas Gerais S.A., entidade presidida pelo Dr. Flávio Pentagna Guimarães, dá, assim, prosseguimento à sua política de assistência às forças produtivas da Nação e de apoio às iniciativas do Governo no setor econômico e social.

A foto fixa o instante em que firmaram o contrato, os Diretores do BNH, Doutores Luís Carlos Vieira da Fonseca, Carlos Luís Pinto e Milton da Silva Coelho, presentes os Diretores do Banco de Minas Gerais S.A., Srs. Celito Caldas e Paulo Naves, e o Sr. Jarbas Prates Filho, pela Empresa Mercantil e Urbanizadora Itaboraí.

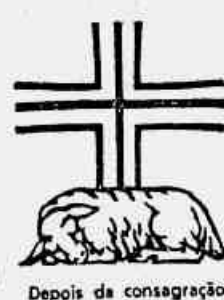
RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A NOVO ENDERÊÇO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

A RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A comunica a mudança da Sede de sua Administração para o seguinte endereço:

Administração Geral da RFFSA
Praça Duque de Caxias, n.º 86
Na Avenida Presidente Vargas
ZC — 14 — Centro
Rio de Janeiro — GB.

Essa praça fica localizada na Avenida Presidente Vargas, do lado direito da mesma, e nela estão situados o edifício da Administração Geral da RFFSA, a fachada lateral da estação D. Pedro II e o Palácio da Guerra. (P)

Ano da Fé
1967 - 29 de junho - 1968
Tudo é possível para aquele que crê



Depois da consagração

Fábrica americana já negocia jatos F-5 com o Brasil

Os representantes da Northrop Aircraft, fabricante dos jatos supersônicos F-5, Srs. G. D. Mac Adams e H. W. Deffedach, informaram ontem ao JORNAL DO BRASIL que já estão em negociações com o Estado-Maior da Aeronáutica para a venda de seus aparelhos ao Brasil.

Os enviados da fábrica norte-americana viajaram para o Rio dois dias após o Departamento de Estado ter anunciado a liberação da venda, embora em número limitado, de jatos supersônicos militares a seis países latino-americanos.

CONTATOS

Disseram os Srs. Mac Adams e H. W. Deffedach que seus contatos com os oficiais do Estado-Maior da Aeronáutica estão, praticamente, no início, pois é a primeira vez que vêm ao Brasil trazendo dados concretos sobre os seus aviões.

Os militares brasileiros, segundo os representantes da Northrop, ainda não se decidiram pela escolha de supersônicos norte-americanos (no caso, os modelos F-5) ou franceses Mirage, aparelhos que parecem ter um certo número de admiradores na FAB.

Nossa preocupação — acrescentaram os industriais norte-americanos — é dar à FAB dados concretos que sirvam de termos de comparação, pois até agora ela só dispunha das características dos aviões Mirage.

É a primeira vez que a fábrica Northrop procura vender aparelhos ao Brasil, mas as Forças Armadas brasileiras já compraram dela mísseis-alvo para exercícios de tiro. Uma companhia do mesmo grupo — a Page Communication — está vendendo equipamentos telefônicos a companhias brasileiras.

O AVIAO

Os representantes da Northrop informaram que é de aproximadamente US\$ 750 mil o custo de cada aparelho F-5, modelo de caça-bombardeiro para um lugar, que vem interessando à FAB e é o mais moderno construído pela sua fábrica.

Os aparelhos supersônicos F-5, que são fabricados também sob licença no Canadá, são usados pelos Estados Unidos no Vietnã e por diversos países europeus, inclusive a Noruega, Grécia e Turquia.

Feita a encomenda, o prazo mínimo para a entrega dos primeiros aparelhos é de 18 meses, como acontece para outros jatos supersônicos, mas segundo os representantes da Northrop isso depende de diversos fatores e a demora pode ser menor ou chegar até dois anos.

A compra de um esquadrão de caças-bombardeiros supersônicos para a Base Aérea de Santa Cruz — serão, provavelmente, 19 Northrop F-5A norte-americanos — é apenas um dos itens do plano de reestruturação da Força Aérea Brasileira, que prevê a aquisição de cerca de 150 aparelhos de primeira linha, alguns deles já comprados.

Para conseguir o assentimento do Departamento de Estado norte-americano, que semana passada liberou a venda de supersônicos a seis países latino-americanos, o Brasil usou diversos tipos de pressões: tentou comprar os mesmos F-5 no Canadá, enviou o Ministro Eduardo Gomes a Washington e, finalmente, recorreu à ação diplomática de Iamarati.

SUPERSONICOS

No mesmo dia em que o Departamento de Estado anunciava a liberação de supersônicos F-5, "em quantidades limitadas", a seis países latino-americanos, inclusive o Brasil, uma fonte credenciada da FAB informava, confidencialmente, que a escolha recairia sobre os modelos F-5A.

Uma semana depois, confirmou-se que os aparelhos Northrop F-5 estão, há cerca de três anos, nas cogitações do Ministério da Aeronáutica, cujo plano de reestruturação, ainda não divulgado, os destina à Base Aérea de Santa Cruz, no Rio.

Segundo outra fonte bem informada, o Brasil comprará apenas um esquadrão de supersônicos, composto de 19 aparelhos, que integrará o 1.º Grupo de Aviação de Caça, juntamente com os caças-bombardeiros subsonicos. O 1.º Grupo de Aviação de Caça, formado desde 1952 de aviões P-8 (os Gloster Meteor de fabricação inglesa), começou a ser renovado há dois meses com a chegada dos cinco primeiros Lockheed TP-33, de uma encomenda de 15 unidades.

A FAB já tinha 19 desses aparelhos (um TP-33 caiu segunda-feira em Portaleza, no último dia da Semana da Asa), mas o plano é chegar a um total de 53 unidades, distribuídas pelos diversos grupos de caça, atualmente sediados em Portaleza, Santa Cruz e Porto Alegre.

Com exceção de Fortaleza, onde continuará um esquadrão de TP-33 destinado exclusivamente ao treinamento de pilotos de caça, todos os demais aparelhos desse tipo serão armados para emprego em missões de caça e bombardeio. Serão eles, e não os supersônicos F-5A, os verdadeiros substitutos dos Gloster Meteor F-8 e dos Lockheed P-80 que se aposentam.

FAB precisa de 150 novos aviões

José Maria Mayrink

Desde que a Argentina comprou os modernos Skyhawk dos Estados Unidos (agora vendidos também a Israel), a Força Aérea Brasileira começou a lutar pela renovação de seus grupos de caça: "Enquanto nossas máquinas argentinas compravam 50 jatos de primeira ordem, nós continuávamos com aviões de 16 anos, veteranos da guerra da Coréia", diziam os pilotos.

O número mais firme foi sempre com os aparelhos Northrop F-5 norte-americanos, mas a resistência do Departamento de Estado à sua venda levou a FAB a alguns lances: aparelhos F-5 de fabricação licenciada no Canadá, Fouga-Magister franceses fabricados na Alemanha Ocidental e, ultimamente, supersônicos Mirage franceses.

Foi o Governo dos Estados Unidos que vetou a venda ao Brasil dos F-5 canadenses, usando para isso uma cláusula da licença de fabricação que dá ao Departamento de Estado e ao Pentágono a facilidade de aprovar ou não a saída dos aparelhos canadenses.

Conforme se soube esta semana, foi com o objetivo de pressionar o Governo norte-americano no sentido de permitir a venda dos F-5 que esteve em Washington, no Governo passado, o então Ministro da Aeronáutica Eduardo Gomes. Na época, a viagem foi anunciada como uma visita de cortesia.

O interesse pelos aviões Mirage cresceu por ocasião do Salão de Aeronáutica de Paris deste ano, quando uma comissão da FAB presidida pelo chefe do Estado-Maior, Brigadeiro Carlos Sampaio, não escondeu seu entusiasmo pelos supersônicos franceses.

Embora o Erigadinho tenha desmentido a existência de negociações, informando à imprensa que simplesmente gostara dos aviões, continuaram as notícias de que o Brasil pensava em comprar os aparelhos Mirage.

Agora já se pode afirmar que a FAB vem examinando, há algum tempo, a possibilidade de comprar supersônicos franceses e foi com esse objetivo que vieram ao Rio os Generais Bonté e Lasseuet, apesar da explicação da Embaixada da França e de fontes do Ministério da Aeronáutica de que eram simples convidados para a Semana da Asa.

PRÓS E CONTRAS

Os caça-bombardeiros Mirage têm um grande número de admiradores na FAB, mas alguns oficiais admitiram que as notícias sobre a sua compra funcionaram também como uma pressão a mais sobre os Estados Unidos para liberar a venda de supersônicos ao Brasil.

Os que defendem, na FAB, a aquisição dos F-5A, de preferência a aparelhos fabricados em outros países, argumentam a maior proximidade dos Estados Unidos, o que facilita o suprimento de acessórios, maior facilidade de financiamento norte-americano e a origem norte-americana da quase totalidade do atual equipamento brasileiro.

Quando o Presidente De Gaulle ameaçou cortar o suprimento aos Mirage de Israel, na guerra do Oriente Médio, o Estado-Maior da FAB colocou essa ameaça como um peso a mais a favor dos aparelhos norte-americanos. — Se um dia se repetisse o episódio da Guerra da Luzona — disseram os oficiais — e nós tivéssemos os Mirage, os franceses poderiam agir da mesma maneira com o Brasil.

Não acreditam também as mesmas fontes da Aeronáutica que os franceses concedessem grandes facilidades de financiamento, pelo menos em política contínua, embora de início talvez as concedessem, a fim de abrir o mercado.

Os aviões Fouga-Magister que os alemães tentaram vender à FAB são de origem francesa, mas com fabricação licenciada na Alemanha. Servem de treinamento, mas podem ser armados com duas metralhadoras pontas, quatro foguetes ou dois mísseis, levando dois tripulantes a 830 km/h.

Os aparelhos Mirage e F-5A, ambos supersônicos, são equivalentes, com ligeiras vantagens e desvantagens para um e outro. O Mirage custa cerca de US\$ 1 milhão, enquanto o preço do F-5 é aproximadamente US\$ 750 mil, conforme informou o Departamento de Estado.

AVIOES COMPRADOS

Os cinco jatos T-37 da Cessna Aircraft Co., que chegaram esta semana ao Rio, são a primeira remessa de uma encomenda de 40 unidades feitas pela FAB. São jatos para birentes para treinamento de cadetes.

Esses aviões podem, no entanto, ser armados com canhões e bombas para combate a guerrilhas. De acordo com informações da FAB, no Brasil eles se destinam apenas às Escolas de Aeronáutica, devendo os primeiros ficar em Pirassununga, São Paulo.

O Ministério da Aeronáutica anunciou que, até 1969, os T-37 substituirão os antigos North-

American T-6 na formação de alunos, mas ainda não se decidiu se esses últimos serão aposentados ou não.

Isso dependerá da reformulação do ensino na Aeronáutica, pois os T-6 só não teriam mais utilidade, se os alunos começarem a voar no terceiro ano, utilizando então os jatos T-37 e Pirassununga. Caso contrário, continuarão voando em aviões convencionais nos primeiros anos e passando aos jatos apenas depois de comprovada a sua vocação e aptidão para piloto.

Outros aparelhos já comprados dentro do plano de renovação da FAB são 12 transportes Buffalo de fabricação canadense, seis helicópteros Bell norte-americanos e 20 helicópteros Hughes, também fabricados nos Estados Unidos.

Os aviões Buffalo são bimotores turboélices para transporte de tropas, podendo levar até 35 para-quedistas armados ou seis toneladas. São baseados, provavelmente, em Belém ou Recife, sendo certo que ficarão no Norte ou Nordeste. Vão substituir os C-84, convencionais.

No princípio do ano, chegaram também mais cinco aparelhos Hélicopteros C-130 (turbohélices), aumentando para dez o número desses aviões subordinados ao Comando de Transporte Aéreo, na Base Aérea do Galeão. O preço do C-130 é de aproximadamente US\$ 6 milhões, por unidade.

Os helicópteros Hughes serão armados para combate a guerrilhas e destinam-se às bases das Esquadrilhas de Reconhecimento e Ataque, como Brasília, Recife e Curitiba, em São Paulo. As ERA contam, no momento, com aviões do tipo B-26 e NA-T6 adaptados para repressão a guerrilhas.

Prevê-se, por outro lado, uma redistribuição estratégica dos grupos de aviação, após a chegada dessas novas unidades. São considerados satisfatórios os Netuno P-15, caça-submarino sediado em Salvador, e os P-16 do 1.º Grupo de Aviação Embarcada, do porta-aviões Minas Gerais. Para substituir os velhos Catalina da Amazônia, a FAB examinou os aparelhos Twin-Otter, também anfíbios, mas nada ainda se decidiu.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

D.P.O. — D.G.E.C.
DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS 4/67

AVISO

A Comissão de Concorrência da Comissão Especial de Obras n.º 7 avisa aos interessados que as inscrições para Tomada de Preços 4/67 foram prorrogadas até às 11 horas do dia 14 de novembro de 1967 e que a licitação em causa foi transferida para às 15 horas do dia 21 de novembro de 1967.

O Edital da Tomada de Preços 4/67 também sofreu alterações que estão à disposição dos interessados na Comissão de Concorrência da C.E.O. — 7 — andar térreo da ala Marquês Dias, Ministério do Exército — GB.

Rio de Janeiro, GB, 24 de outubro de 1967.

a) Mosyr Penha Ribeiro — Maj. Presidente da Comissão de Concorrência.

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR NOTA OFICIAL

A fim de dirimir dúvidas criadas por pessoas interessadas em mal informar a opinião pública e perturbar a classe estudantil, a Diretoria do Ensino Superior informa:

- 1 — Não houve dois Editais sobre Vestibular para 1968.
- 2 — Houve apenas um Edital que foi remetido para publicação em Órgão Oficial que abaixo se transcreve.
- 3 — O Edital não intervém na autonomia administrativa e didática das Universidades e Escolas Isoladas, tanto Federais, Federalizadas e Particulares, portanto, não feriu nenhum regulamento.
- 4 — Cada unidade do Ensino Superior, fará seu Vestibular de acordo com os seus regulamentos internos.
- 5 — As unidades de Ensino Superior particulares não são atingidas pelo Edital.
- 6 — Constitui prerrogativa do MEC a determinação do início dos Vestibulares.
- 7 — O candidato às unidades de Ensino Superior, antes de ingressar nas Universidades e Faculdades, não pertencem a nenhum Diretório Estudantil, como é óbvio.
- 8 — A decisão no Edital sobre a formalidade de exame "eliminatório ou classificatório" foi feita, exatamente, para não atingir os diferentes regulamentos de cada unidade de Ensino Superior, visto que cada unidade tem sua formalística própria.
- 9 — Que são válidas as inscrições já porventura feitas por candidatos aos Editais já publicados anteriormente por unidades de Ensino Superior.
- 10 — Apenas o Edital determina: a) a coincidência de datas para as Universidades e unidades do Ensino Superior federais e federalizadas, não intervindo na forma didática, administrativa e suas processualísticas e muito menos nos seus regulamentos internos. b) que o Edital do Vestibular para 1968, define, em cada unidade do Ensino Superior e com clareza:

- I — número de vagas;
- II — se é Eliminatório ou Classificatório;
- III — aceitação por parte dos candidatos das condições do Edital;
- IV — remessa de Relatório à Diretoria do Ensino Superior, oito (8) dias após o resultado dos referidos Vestibulares;
- 11 — Que todos os Reitores e Diretores de Unidades do Ensino Superior foram cientificados, antes, por telegrama, telex, ou western.

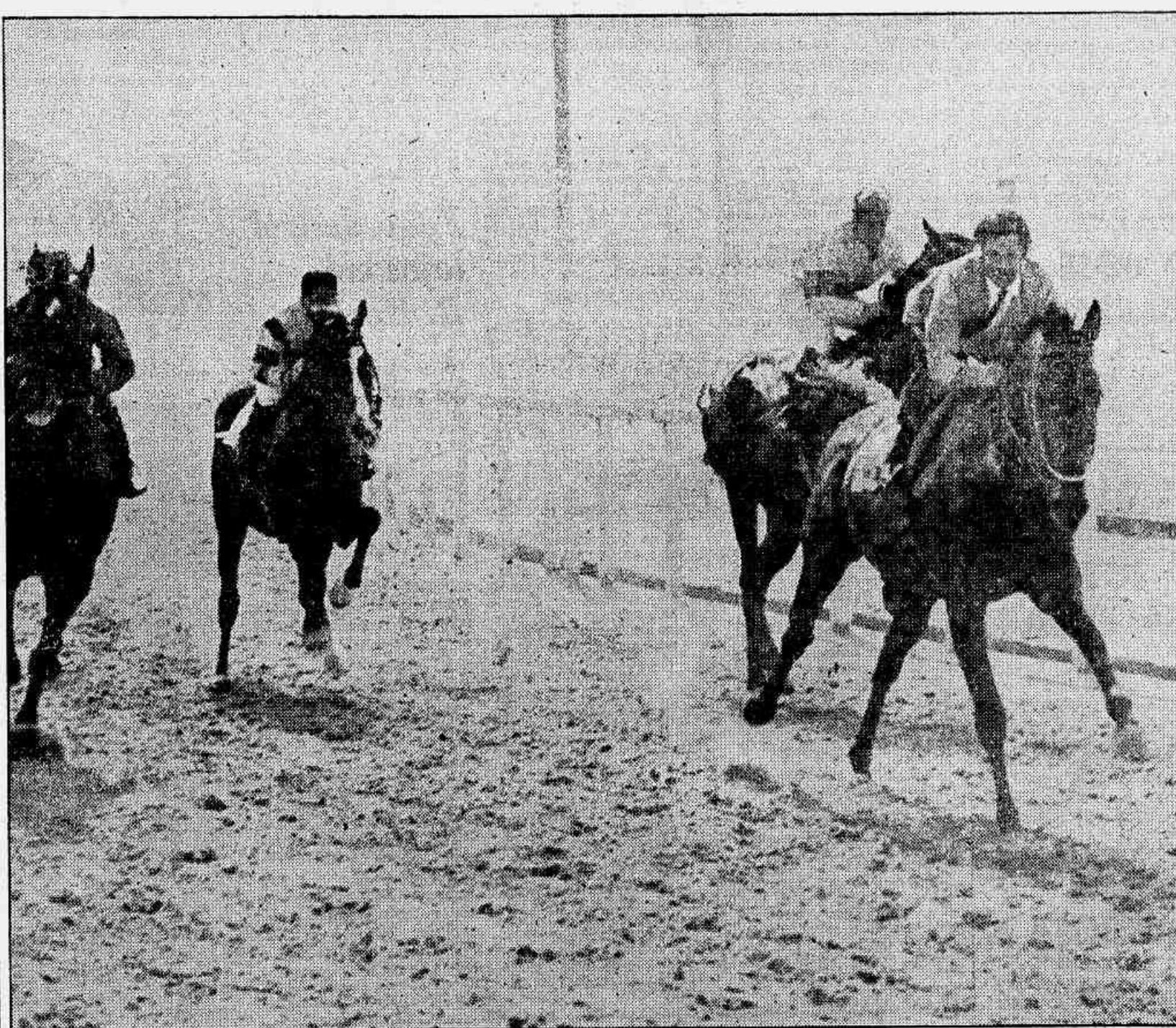
12 — CÓPIA DO EDITAL TRANSCRIÇÃO

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR EDITAL

A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista a proximidade da época dos Concursos de Habilitação às Escolas Superiores Oficiais e Federalizadas do País, resolve baixar as seguintes normas gerais, que deverão regular a realização dos referidos concursos:

- 1 — Os Editais de Convocação aos Concursos deverão ser publicados no Diário Oficial e, bem assim, nos demais órgãos da imprensa local.
 - 2 — Os Editais de Convocação para os Concursos serão taxativos quanto ao critério classificatório ou eliminatório do sistema de seleção de candidatos.
 - 3 — O número de vagas disponíveis em cada Unidade, deverá ser determinado de maneira clara e definitiva no Edital de Convocação acima referido, e/ou em Edital Suplementar, a ser publicado antes da data da abertura das inscrições ao concurso.
 - 4 — A fim de evitar inscrições em mais de um concurso, os mesmos deverão, ter, em todo o País, uma programação que leve à coincidência de datas e horários de provas, para cada área de conhecimento.
 - 5 — Ficam estabelecidas as seguintes datas, para coincidência de provas:
- | | |
|--------------------------------------|--------|
| Área Técnica Científica | 5-1-68 |
| Área Bio-Médica | 6-1-68 |
| Área de Ciências Jurídicas e Sociais | 8-1-68 |
| Área de Filosofia e Artes | 9-1-68 |
- 6 — Os órgãos Organizadores dos Concursos deverão exigir dos candidatos a aceitação das condições de execução dos mesmos, em documento escrito e assinado.
 - 7 — Os resultados dos Concursos de Habilitação deverão ser enviados à Diretoria do Ensino Superior, 8 dias após o término dos mesmos.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1967
a) Ilogivel



calma, calma.

Não precisa correr tanto. Às sextas-feiras o JORNAL DO BRASIL fica esperando o seu anúncio classificado para domingo até as 10 hs. da noite.

Mas só nas agências

**copacabana
tijuca
botafogo
rodoviária
sede**

Av. N.S. de Copacabana, 610

Rua General Roca, 801

Praia de Botafogo, 400 (Sears)

Rodoviária Novo Rio, 2.ª loja 205

Av. Rio Branco, 110

Os classificados do JORNAL DO BRASIL vendem de tudo a todo mundo.

Semana da Comunicação terá Paiva

Brasília (Suecusa) — Alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília vão sugerir ao Departamento de Investigação Científica que convide o chefe do Departamento de Radiodifusão do RADIO JORNAL DO BRASIL, jornalista Clóvis Paiva, para participar da Semana da Comunicação, a ser realizada na última semana de novembro.

A idéia surgiu ontem, entre os alunos de Técnica Jornalística Aplicada ao Rádio, após uma palestra informal em que o jornalista Clóvis Paiva expôs o conceito de notícia em relação ao rádio, as vantagens e desvantagens das rádios locais e particulares, o funcionamento da rádio, desde a captação da notícia até a sua divulgação, o uso de gravações para ilustração sonora da notícia, os vários tipos de publicidade em jornal e a sua fixação no ouvinte.

SEMANA DA COMUNICAÇÃO

Durante a Semana da Comunicação, professores, alunos e convidados especiais, como o Sr. Décio Pignatari, partindo da premissa de que é necessário estabelecer vínculos mais estreitos entre as pessoas interessadas no assunto, vão discutir o conceito Comunicação e as várias implicações dos meios de comunicação coletiva na sociedade de massa.

Rio recebe amanhã líder do budismo

Com a finalidade de difundir o budismo no Brasil, chegará ao Rio às 7h30m de amanhã o Venerável Piyadassi Mahapala, autor de A Senda Ativa do Buda e que desde 1946 vem percorrendo o mundo a serviço de sua religião.

Educado no Colégio Malanda, do Celão, especializou-se em Filosofia na universidade daquele país e em 1946 integrou a primeira missão budista ao Nepal. Em 1952 esteve na Malásia e nos países do Sudeste asiático, e sete anos depois no Japão, Indochina e Indonésia. Representou o Celão em numerosas conferências religiosas por todo o mundo. De 1964 a 65 residiu na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde fez extensas pesquisas sobre religião.

Alitalia vê entre 7 quem irá a Roma

Uma dissertação sobre Roma, será o tema da prova final do concurso de Alitalia. A Melhor Caderneta Escolar, que indicará qual dos sete finalistas, todos alunos da primeira série ginasial, ganhará a viagem a Roma, com direito a um acompanhante e estada paga. A prova começará às 11h30m e será transmitida por uma TV.

São finalistas Tardeio Melro, Padilha Júnior, do Colégio Santo Inácio, do Rio; Ana Lúcia, Domingos Zeidan, de São Paulo; Rosane Segherman, de Porto Alegre; Marcelo Martins da Costa, de Brasília; Patrícia Hermann, de Belo Horizonte; Elaine Maria de Abreu Silva, de Curitiba; e Adelson Ribeiro de Jesus, de Salvador.

Binóculo

Nervosismo de Flash Gordon
motivou deserção clássica

Flash Gordon não mais será enviado para atuar em San Isidro, na Argentina, no Prêmio Jóquei Clube Brasileiro, dia 5 de novembro, porque seus responsáveis acharam que o cavalo ainda não está familiarizado com o starting-gate elétrico, já em funcionamento no principal prado argentino.

Outra razão que motivou a desistência, é que Flash Gordon é excessivamente nervoso, ficando bastante indócil quando é obrigado a qualquer tipo de viagem. Há poucos dias, foi exercitado em boxes em São Paulo, mas não passou no teste.

Torrealba verá Duraque

O proprietário-treinador Miguel Torrealba, chileno de nascimento, que já exerceu a profissão na Venezuela e está radicado nos Estados Unidos, juntou na quarta-feira, no prado, em companhia de Francisco Irigoyen, Júlio Capua, Paulo Soledade, e o Comendador João Jabour.

Torrealba, que levou Soldi para os EUA, fez muitas perguntas sobre Duraque, vencedor do G. P. Brasil, mostrando interesse em ver o filho de Anubis correr o G. P. Carlos Pellegrini, e diante do comportamento do cavalo, deverá fazer uma proposta concreta para a sua aquisição. O proprietário seguiu ontem para São Paulo, em companhia de Irigoyen, pois teve excelentes referências sobre o atual líder dos potros, Giant, filho de Cigal, e demonstrou interesse em vê-lo de perto.

Giant deverá reaparecer na milha e meia do dia 5 de dezembro, correndo posteriormente os 3.000 metros do

dia 31, nas provas da triplíce coroa paulista.

Capua e Sabinus

O Sr. Júlio Capua conversou com Torrealba sobre a possibilidade de levar Sabinus para os Estados Unidos, para cumprir uma campanha de 1 ou 2 anos, mas atuando na defesa de suas cores.

Sabe-se que Manuel Silva foi barrado na direção do craque, porque seus responsáveis pretendem correr o de trás, para uma atropelada na reta de chegada, o que não seria possível com o jóquei pernambucano, que gosta de lançar seus pilotos para brigar na frente. O escolhido foi mesmo J. B. Paulino.

Viagem dos craques adiada

É problemática a viagem dos 4 primeiros cavalos nacionais para a Venezuela — Lightfoot, D'Arc, Xicun-go e Wey —, nos próximos dias, porque ainda falta um documento que já foi pedido ao Ministério da Guerra, e como não haverá tempo para que seja expedido, é possível o adiamento por mais uns dez dias. A viagem dos quatro está relacionada com a formação do Stud Brasil, em Caracas, patrocinados por proprietários brasileiros, que dividirão os lucros e despesas, numa espécie de Cooperativa, na tentativa de abrir divisas e campo para a criação nacional.

Barroso indeciso

Albénio Barroso está indeciso sobre a montaria de Taipé na milha internacional de San Isidro, porque tem o compromisso de Photo Finish na mesma data, em São Paulo, e não sabe como resolver o problema. Os

responsáveis por Taipé não querem abrir mão do bródio, mas Photo Finish é a atual líder de Cidade Jardim.

Veterinário contratado

O Jóquei Clube de São Paulo designou o veterinário Carlos Eduardo Gomes para acompanhar os cavalos nacionais que correrão na semana do G. P. Carlos Pellegrini, atendendo, assim, o desejo dos proprietários dos parceiros.

De tudo um pouco

Miguel Torrealba perplexo com a falta de interesse das entidades turísticas brasileiras na instalação do Stud Book nos Estados Unidos. Tudo porque sem Stud Book não há exportação, e depois falam em novos horizontes para a criação nacional.

Ainda Torrealba informou que Soldi estreou com uma vitória atrevida no ponto fácil nos EUA, teve um pequeno contratempo, mas já está recuperado. Chegaram os 23 potros do Haras São José e Expedietus para a próxima temporada, sendo que doze irão à licitação pública. O momento geral de apostas em São Vicente, na noite de quarta-feira, ultrapassou a casa dos NCr\$ 72 mil. Os vencedores, pela ordem, foram Pelintra, Aba Larga, Cassandra, Miranda, Rabi, Dom Fausta e Gilano. Ateuon permanecerá mesmo na Gávea, devido à derrota que sofreu de Ambrosio, na quarta-feira à noite, desafiando assim do G. P. Revolução Farroupilha, programado para 1.600 metros, no Hipódromo de Cristal. Na próxima segunda-feira serão embarcados para Buenos Aires, os cavalos peruanos Tactico e Aristeo, o primeiro para correr o Pellegrini e Aristeo o quilômetro internacional.

JÓQUEI PREVENIDO



José Portillo costuma se prevenir com lenço no rosto, quando o vento ou a poeira impedem o exercício dos animais sob sua responsabilidade

Faustino Costas espera
que raia favoreça outra
vez ímpeto de Fair River

Faustino Costas resolveu dar preferência ao aprendiz J. Queirós na direção dos seus animais, tanto que pediu ao garoto para trabalhar com mais frequência, tentando desta maneira familiarizá-lo com a cocheira, agora que devem começar a vir os potros para a próxima temporada.

O treinador espanhol, que já gostava do aprendiz, diz que depois da recente vitória de Fair River se convenceu que ele é bom mesmo, e não vê outro atualmente para pilotar os seus animais. Antes de J. Queirós dar uma direção principesca ao Fair River, somente Antônio Ricardo convencia o profissional.

PARA O GAROTO

Amoreira, que é para Faustino Costas uma das suas melhores invenções para este fim de semana, poderá ser para J. Queirós novamente uma boa exibição, já que tem um trabalho de 93 para os 1.400 metros com sobras visíveis no final e sobre muito de produção quando pega pela frente uma pista pesada.

Amoreira melhorou muito e acredita que possa ganhar — explicou F. Costas, J. Queirós gostou do seu trabalho e disse que, pelo que demonstrou, vai custar para perder. Ela realmente melhorou muito e acredita que ganhando de Evocação não perca para mais ninguém.

Outra carreira que J. Queirós vai montar para Faustino

Itararé volta domingo com
um trabalho de 90s para a
distância de 1.400 metros

Itararé reaparece no primeiro páreo de domingo na Gávea com um trabalho espetacular para a distância de 1.400 metros, pois, muito controlado por J. Machado, marcou 90s e entrou na reta colado à cerca interna para terminar pelo centro da pista, sempre com ação bastante vistosa.

Ainda para o páreo inicial de domingo, Hall, que vem de cura, tem dias passadas fortes na distância, sendo que para correr agora, marcou 91s para a distância de 1.400 metros com o bródio A. Santos gostando da sua ação nos momentos finais.

ANDA BEM

Para o segundo páreo a favorita Sestria foi vista na grama num exercício de 76s para os 1.200 metros à vontade, não tendo nesta ocasião o bródio J. Gil exigido muito desta sua pilotada. Agora, na areia, aumentou a marca para 83s, mas viu quase passando na pista. Para a mesma carreira, Liza, na direção de J. Queirós, deu apenas um golpe de assueto nos 1.200 metros de 80s impressionando pela facilidade com que chegou correndo ao disco. Doce Iracema e Minha Galinha, marcaram igualmente 87s para os 1.300 metros e ambas agradaram aos observadores pela maneira tranquila com que arremataram no final.

BOAS E MAS

Manda-Chuva com J. Pinto e Dragão na direção de L. Acuña passaram os 1.300 me-

tros em 86s25, levando a melhor o piloto de L. Acuña que no final livrou quase um corpo pelo seu companheiro. Fentou agradecendo o peso leve de C. Tarouqueira, marcou 88s nos 1.300 metros muito fácil e o treinador Mário Mendes diz que ele agora pode ganhar.

Ja Retrospect mesmo não sendo um bom corredor na areia agradeceu com 87s nos 1.300 metros, ainda mais que o jóquei A. Machado vinha sempre procurando o caminho mais longo, terminando mesmo colado à cerca externa. Hal-Baltico não impressionou muito com 94s nos 1.400 metros, enquanto deixaram melhor impressão Penúgrato com 93s fácil nos 1.400 metros e Hipes com 92s nos 1.400 metros controlado por A. Santos.

DOMINGO

1.º PAREO — As 13h30m — 1.400 metros — (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura) — NCr\$ 2.000,00 — (Areia)

1-1 Tamayo, J. Queirós 1 56
2-2 Itararé, J. Machado 2 56
3-3 Quickmatch, A. Ricardo 4 56
4-4 Urelio, O. Cardoso 2 56
5-5 Hall, A. Santos 5 56

2.º PAREO — As 14h — 1.400 metros — (Comissão Econômica para a América Latina — NCr\$ 1.600,00)

1-1 Sestria, J. Gil 1 57
2-2 Liza, J. Queirós 3 57
3-3 Gandy Queen, J. Machado 2 57
4-4 Liza, A. Ricardo 6 57
5-5 Doce Iracema, J. Borja 4 57
6-6 Minha Galinha, J. Baltico 5 57

3.º PAREO — As 15h30m — 1.300 metros — (Agência Internacional para a Energia Atômica) — NCr\$ 1.200,00

1-1 Guenard, M. Silva 4 54
2-2 Pato Dourado, O. F. Silva 3 54
3-3 Fenton, C. Tarouqueira 5 54
4-4 Retrospect, A. Machado 6 54
5-5 Hal-Baltico, J. Reis 7 54
6-6 Manda-Chuva, J. Pinto 2 55
7-7 Empedon, L. Correia 1 54

4.º PAREO — As 15h — 1.400 metros — (Organização Internacional do Trabalho) — NCr\$ 1.600,00

1-1 Lord Bomarchero 3 57
2-2 Cotillon, A. Ricardo 7 57
3-3 Ruzarilin, O. Cardoso 8 57
4-4 Xiro, D. P. Silva 1 57
5-5 Mambrum, M. Silva 2 57
6-6 Apino, L. Correia 9 57
7-7 Aníbal, A. Dornelles 4 57
8-8 Bodegan, A. Hadecker 6 57
9-9 Ecol, S. M. Cruz 10 57
10-10 Baldwin Hills, A. R. M. Silva 5 57

5.º PAREO — As 15h30m — 1.300 metros — (Fundo das Nações Unidas para a Infância) — NCr\$ 1.200,00

1-1 Lord Bomarchero 3 57
2-2 Cotillon, A. Ricardo 7 57
3-3 Ruzarilin, O. Cardoso 8 57
4-4 Xiro, D. P. Silva 1 57
5-5 Mambrum, M. Silva 2 57
6-6 Apino, L. Correia 9 57
7-7 Aníbal, A. Dornelles 4 57
8-8 Bodegan, A. Hadecker 6 57
9-9 Ecol, S. M. Cruz 10 57
10-10 Baldwin Hills, A. R. M. Silva 5 57

6.º PAREO — As 16h — 1.600 metros — (CXXV Aniversário da Organização das Nações Unidas) — NCr\$ 2.000,00

1-1 Otonal, J. Machado 5 56
2-2 Don Bolina, J. Gil 4 56
3-3 Mister Mag, J. Pinto 8 54
4-4 Realce, M. Silva 6 54
5-5 Matagato, A. M. Camilinha 1 54
6-6 Rina Neira, L. Carvalho 7 55
7-7 Don Marco (X) J. Queirós 5 53
8-8 Ximpa, J. Borja 10 53
9-9 ex-Brazilian 3 53

7.º PAREO — As 16h — 1.600 metros — (CXXV Aniversário da Organização das Nações Unidas) — NCr\$ 2.000,00

1-1 Otonal, J. Machado 5 56
2-2 Don Bolina, J. Gil 4 56
3-3 Mister Mag, J. Pinto 8 54
4-4 Realce, M. Silva 6 54
5-5 Matagato, A. M. Camilinha 1 54
6-6 Rina Neira, L. Carvalho 7 55
7-7 Don Marco (X) J. Queirós 5 53
8-8 Ximpa, J. Borja 10 53
9-9 ex-Brazilian 3 53

8.º PAREO — As 17h30m — 1.400 metros — (Organização para a Agricultura e Alimentação) — (Betting) — (Areia)

1-1 Zé Carlos, L. Santos 5 56
2-2 Beltrine, A. Ramos 1 56
3-3 Rubenito, A. Ricardo 4 56
4-4 Sars, F. Pereira 3 56
5-5 Bardo, A. Dornelles 7 56
6-6 Iren Hessa, J. Machado 6 56
7-7 Admural, J. Reis 9 56
8-8 Golden Prince, J. Borja 10 56
9-9 Hips, A. Santos 2 56
10-10 Omatim, A. Machado 11 56
11-11 Ceiro do Samba, M. Silva 8 56

9.º PAREO — As 18h — 1.200 metros — (União Postal Universal) — (Areia) — NCr\$ 1.200,00 — (Betting)

1-1 Imperio, C. R. Carvalha 5 56
2-2 Hissatun, R. Penido 8 56
3-3 Madras, A. Machado 4 56
4-4 Taruma, J. Queirós 2 56
5-5 Rizar, D. Santos 10 56
6-6 Golden Prince, J. Borja 11 56
7-7 Mazar, J. Borja 7 56
8-8 Max Hollywood, A. M. Camilinha 3 54
9-9 Happy Santa, J. Reis 6 54
10-10 Montenegro, L. Acuña 1 54
11-11 Zanzibar, O. Cardoso 9 56

LOTERIA DO ESTADO DA GUANABARA

Decreto n.º 927, de 18 de Janeiro de 1962, ratificado pelo Governo Federal, conforme Decreto n.º 1.029, de 18 de Maio de 1962

PRÊMIO MAIOR:

265.ª EXTRAÇÃO **NCr\$ 25.000,00** PLANO "D-L"

Lista de QUINTA-FEIRA, 26 de OUTUBRO de 1967

As importâncias correspondentes aos prêmios da presente lista estão impressas em Cruzeiro Novo — NCr\$

Pagamentos sem desconto 2.505 prêmios Pagamentos sem desconto

PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$	PRÊMIOS NCR\$
1	3802... 10,00	5851... 10,00	8390... 10,00	11767... 10,00	13767... 10,00	14467... 10,00	15386... 10,00
1091... 10,00	3825... 10,00	5887... 10,00	8482... 10,00	11793... 10,00	13769... 10,00	14562... 10,00	15328... 10,00
4	4093... 10,00	6218... 10,00	8563... 10,00	11922... 10,00	13836... 10,00	14572... 10,00	15336... 10,00
1153	4341... 10,00	6396... 10,00	8567... 10,00	11950... 10,00		14586... 10,00	15353... 10,00
300,00	4349... 10,00	6513... 10,00	8597... 10,00	11995... 10,00		14615... 10,00	15381... 10,00
6	4567... 10,00	6519... 10,00	8715... 10,00			14644... 10,00	15382... 10,00
CRUZEIROS		6732... 10,00	8989... 10,00			14656... 10,00	
NOVOS		6860... 10,00				14682... 10,00	
7						14690... 10,00	
4600						14691... 10,00	
CRUZEIROS						14751... 10,00	
NOVOS						14756... 10,00	
12						14931... 10,00	
100,00						14941... 10,00	
CRUZEIROS						14989... 10,00	
NOVOS							
15							
25.000,00							
CRUZEIROS							
NOVOS							
16							
100,00							
CRUZEIROS							
NOVOS							
13							
13863							
CRUZEIROS							
NOVOS							
14							
13864							
CRUZEIROS							
NOVOS							
15							
100,00							
CRUZEIROS							
NOVOS							
16							
13865							
CRUZEIROS							
NOVOS							
17							
13866							
CRUZEIROS							
NOVOS							
18							
13867							
CRUZEIROS							
NOVOS							
19							
13868							
CRUZEIROS							
NOVOS							
20							
13869							
CRUZEIROS							
NOVOS							
21							
13870							
CRUZEIROS							
NOVOS							
22							
13871							
CRUZEIROS							
NOVOS							
23							
13872							
CRUZEIROS							
NOVOS							
24							
13873							
CRUZEIROS							
NOVOS							
25							
13874							
CRUZEIROS							
NOVOS							
26							
13875							
CRUZEIROS							
NOVOS							
27							
13876							
CRUZEIROS							
NOVOS							
28							
13877							
CRUZEIROS							
NOVOS							
29							
13878							
CRUZEIROS							
NOVOS							
30							
13879							
CRUZEIROS							
NOVOS							
31							
13880							
CRUZEIROS							
NOVOS							
32							
13881							
CRUZEIROS							
NOVOS							
33							
13882							
CRUZEIROS							
NOVOS							
34							
13883							
CRUZEIROS							
NOVOS							
35							
13884							
CRUZEIROS							
NOVOS							
36							
13885							
CRUZEIROS							
NOVOS							
37							
13886							
CRUZEIROS							
NOVOS							
38							
13887							
CRUZEIROS							
NOVOS							
39							
13888							
CRUZEIROS							
NOVOS							
40							
13889							
CRUZEIROS							
NOVOS							
41							
13890							
CRUZEIROS							
NOVOS							
42							
13891							
CRUZEIROS							
NOVOS							
43							
13892							
CRUZEIROS							
NOVOS							
44							
13893							
CRUZEIROS							
NOVOS							
45							
13894							
CRUZEIROS							
NOVOS							
46							
13895							
CRUZEIROS							
NOVOS							
47							
13896							
CRUZEIROS							
NOVOS							
48							
13897							
CRUZEIROS							
NOVOS							
49							
13898							
CRUZEIROS							
NOVOS							
50							
13899							
CRUZEIROS							
NOVOS							
51							
13900							
CRUZEIROS							
NOVOS							
52							
13901							
CRUZEIROS							
NOVOS							
53							
13902							
CRUZEIROS							
NOVOS							
54							
13903							
CRUZEIROS							
NOVOS							
55							
13904							
CRUZEIROS							
NOVOS							
56							
13905							
CRUZEIROS							
NOVOS							
57							
13906							
CRUZEIROS							
NOVOS							
58							
13907							
CRUZEIROS							
NOVOS							
59							
13908							
CRUZEIROS							
NOVOS							
60							
13909							
CRUZEIROS							
NOVOS							
61							
13910							
CRUZEIROS							
NOVOS							
62							
13911							
CRUZEIROS							
NOVOS							
63							
13912							
CRUZEIROS							
NOVOS							
64							
13913							
CRUZEIROS							
NOVOS							
65							
13914							
CRUZEIROS							
NOVOS							
66							
13915							
CRUZEIROS							
NOVOS							
67							
13916							
CRUZEIROS							
NOVOS							
68							
13917							
CRUZEIROS							
NOVOS							
69							
13918							
CRUZEIROS							
NOVOS							
70							
13919							
CRUZEIROS							
NOVOS							
71							
13920							
CRUZEIROS							
NOVOS							
72							
13921							
CRUZEIROS							
NOVOS							
73							
13922							
CRUZEIROS							
NOVOS							
74							
13923							
CRUZEIROS							
NOVOS							
75							
13924							
CRUZEIROS							
NOVOS							
76							
13925							
CRUZEIROS						</	

Sul-Americano de basquete começa à noite em Cálí

Brasileiro de Judô começa em Campos com penas e leves

O XIV Campeonato Brasileiro de Judô, faixas pretas, começará hoje à noite, em Campos, no ginásio do Automóvel Clube, com a disputa da sua primeira parte, reservada às categorias de penas e leves, onde os cariocas serão representados pelos judocas Wilson Lins e Frederico Reichler (penas) e Santo Marzullo e Jorge Saito (leves).

Além dos paulistas, tri-campeões, e dos cariocas, estão inscritos lutadores do Estado do Rio, Bahia, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco e Paraná. O Campeonato prosseguirá amanhã com os pesos médio, meio-pesado e pesado, ficando para domingo a disputa do título absoluto.

FAVORITISMO

Os paulistas apresentam-se como favoritos para esta primeira rodada, tanto entre os penas como entre os leves. Nos penas, o atual detentor do título, Takekuni Nishida, é a grande figura, principalmente depois do afastamento do campeão pan-americano Akira Ono, também de São Paulo. Os cariocas Wilson

Lins e Frederico Reichler, no entanto, são também fortes candidatos, pois estão no melhor da sua forma. Nos leves, o paulista Mateus Suquiza é o grande favorito, principalmente pela grande experiência que possui. O carioca Santo Marzullo e o mineiro Paulo Souza deverão lhe dar muito trabalho. A exemplo da falta de Akira Ono nos penas, esta categoria estará sem a presença do seu campeão pan-americano, Takekuni Nishida, de Brasília. O mineiro Murilo Enstáquio, que foi terceiro no último Mundial Universitário, também não poderá participar.

O Campeonato ficará mais atrativo a partir de amanhã, quando colocará em ação judocas como George Mehdi (Rio) e Lhoefi Shiozawa (Brasília), que são as grandes figuras da competição. Mehdi é campeão brasileiro absoluto de 1966, título que, atualmente, está em poder de Shiozawa. O carioca lutará amanhã entre os meio-pesados, enquanto o brasiliense estará entre os médios, ambos como favoritos. Domingo, então, os dois se encontrarão pelo título absoluto, sem favoritos.

Minas vai desfalcada ao Brasileiro de Judô

Belo Horizonte (Socursal) — Nas ausências de Ciro Antônio, com fratura no pé esquerdo, Wilson Paulo de Oliveira, com o pai adoentado, e Murilo Enstáquio, sem licença escolar para viajar, as possibilidades da equipe mineira que vai disputar a partir de hoje o Campeonato Brasileiro de Judô, em Campos, diminuirão muito.

O maior desfalque da equipe é a ausência de Murilo Enstáquio, terceiro colocado no último Mundial Universitário, em Tóquio, na categoria dos leves. Murilo não pode seguir com o resto da delegação porque está com o limite de faltas esgotado na Escola de Engenharia, onde cursa o terceiro ano, além de estar em provas.

SEM MEIO-PESADOS

Na categoria dos meio-pesados, Minas não será representada. O campeão mineiro da categoria, Ciro Antônio, havia se recuperado de uma fratura na mão e es-

tava participando dos treinamentos da seleção quando fraturou o pé em uma queda, ficando impossibilitado de viajar.

O segundo lutador mineiro classificado na categoria dos meio-pesados, Wilson Paulo de Oliveira, da Associação de Judô Alvaro Loreiro, também não viajou porque seu pai teve um derrame no dia do embarque da delegação, estando ainda internado.

Com os desfalcques, o único mineiro que terá maiores possibilidades no campeonato brasileiro será Alvaro Loreiro, atual campeão brasileiro dos pesos-pesados. Alvaro Loreiro — também técnico e chefe da equipe mineira —, tentará o bicampeonato.

Os outros mineiros que viajaram são: Aluisio Lahire e Marco Aurélio Stelling, na categoria dos penas. Paulo de Sousa e José Ronaldo Moraes, pesos-leves. Marcos Radick e João Célio Floriano, pesos-médios. Alvaro Loreiro e Telmo Novachk, pesos-pesados.

Thomas Koch contundiu-se em Córdoba e não joga o Torneio de Buenos Aires

Buenos Aires (do Bureau do JORNAL DO BRASIL) — Thomas Koch desistiu de participar do Torneio Internacional de Tênis desta Cidade, — e voltou para Porto Alegre —, devido a uma distensão muscular que sofreu na partida contra o chileno Patricio Rodriguez, na série final da Taça Mitre, pelo Campeonato Sul-Americano disputado em Córdoba.

Também Edson Mandarino não se encontra em boas condições físicas, pois sofreu uma forte luxação no cotovelo, que o impediu de desenvolver seu jogo na última simples pela Taça Mitre, quando foi derrotado por 6-4, 6-1 e 6-0, perdendo assim o Brasil a chance de sagrar-se campeão pela quarta vez consecutiva.

COMO FOI

A contusão de Thomas Koch foi logo na sua primeira apresentação na série final pela Taça Mitre. Ele estava disputando uma dura partida contra o chileno Patricio Rodriguez, quando, no quinto set, ao tentar uma jogada, caiu na quadra e levantou demonstrando estar sentindo a perna. Koch tentou continuar jogando mas não conseguiu e teve que entregar a partida a Rodriguez, quando este tinha uma vantagem de 2-1 no último set.

Dois dias depois Thomas Koch fez um grande esforço no encontro com Jaime Pinto Bravo, e acabou sendo derrotado da quadra, pois não tinha condições físicas e ainda teve piorada sua contusão. Koch viajou para Porto Alegre, onde irá se submeter a um tratamento médico, desculpando-se com os organizadores do Torneio Internacional pela sua desistência forçada poucos dias antes de se iniciarem os jogos, pois o Torneio começará no domingo.

MANDARINO DEVE JOGAR

Edson Mandarino, que também não teve sorte na série final contra o Chile, sofrendo uma forte luxação no cotovelo

Thomas Koch contundiu-se em Córdoba e não joga o Torneio de Buenos Aires

Buenos Aires (do Bureau do JORNAL DO BRASIL) — Thomas Koch desistiu de participar do Torneio Internacional de Tênis desta Cidade, — e voltou para Porto Alegre —, devido a uma distensão muscular que sofreu na partida contra o chileno Patricio Rodriguez, na série final da Taça Mitre, pelo Campeonato Sul-Americano disputado em Córdoba.

Também Edson Mandarino não se encontra em boas condições físicas, pois sofreu uma forte luxação no cotovelo, que o impediu de desenvolver seu jogo na última simples pela Taça Mitre, quando foi derrotado por 6-4, 6-1 e 6-0, perdendo assim o Brasil a chance de sagrar-se campeão pela quarta vez consecutiva.

COMO FOI

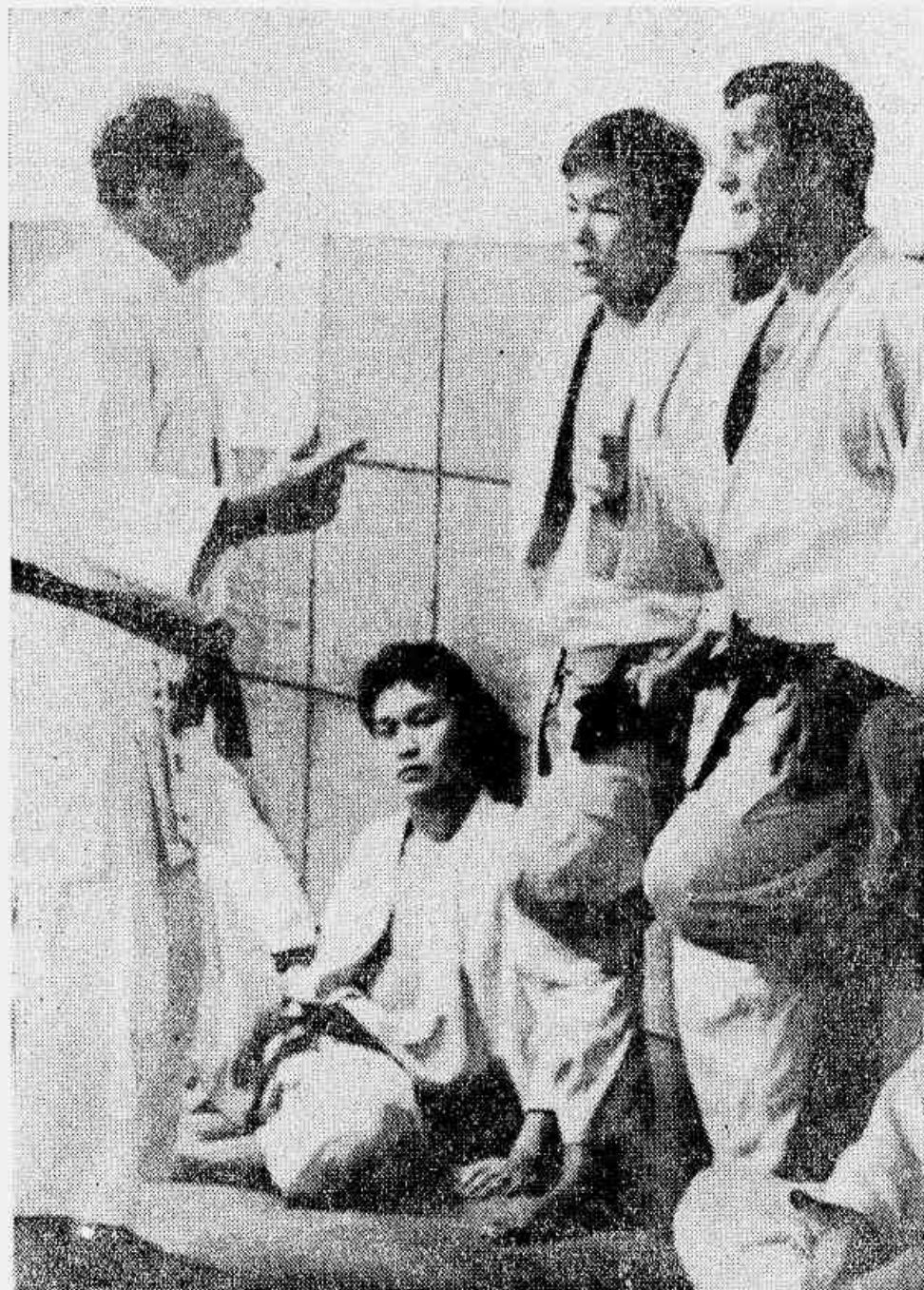
A contusão de Thomas Koch foi logo na sua primeira apresentação na série final pela Taça Mitre. Ele estava disputando uma dura partida contra o chileno Patricio Rodriguez, quando, no quinto set, ao tentar uma jogada, caiu na quadra e levantou demonstrando estar sentindo a perna. Koch tentou continuar jogando mas não conseguiu e teve que entregar a partida a Rodriguez, quando este tinha uma vantagem de 2-1 no último set.

Dois dias depois Thomas Koch fez um grande esforço no encontro com Jaime Pinto Bravo, e acabou sendo derrotado da quadra, pois não tinha condições físicas e ainda teve piorada sua contusão. Koch viajou para Porto Alegre, onde irá se submeter a um tratamento médico, desculpando-se com os organizadores do Torneio Internacional pela sua desistência forçada poucos dias antes de se iniciarem os jogos, pois o Torneio começará no domingo.

MANDARINO DEVE JOGAR

Edson Mandarino, que também não teve sorte na série final contra o Chile, sofrendo uma forte luxação no cotovelo

OS MAIS COTADOS



O árbitro Augusto Cordeiro conversa com Shiozawa e Mehdi, as atrações do XIV Brasileiro de Judô

México deu experiência a ingleses

Londres (BNS) — Dez atletas britânicos — entre eles os campeões olímpicos de salto em distância, Mary Rand e Lynn Davies — competiram com êxito nas chamadas Pequenas Olimpíadas que se realizaram na Cidade do México e também num torneio internacional de atletismo em Havana, ainda em curso, ambos como preparatória para o próximo ano.

— Voltaremos ao México, nas Jogos Olímpicos, em melhores condições — disse Davies. O problema da altitude vinha nos preocupando muito e creio que esta experiência foi da maior importância. Tendo conquistado uma medalha de ouro, em Tóquio, onde saltou 8,07 metros, Davies pretende chegar aos 8,23 nas próximas Olimpíadas.

TREINAMENTO

Tanto ele como Mary Rand pretendem intensificar seus treinos durante o inverno. Davies, que tem 25 anos e é professor de educação física em Cardiff, País de Gales, continua sendo o primeiro saltador em distância de toda a Grã-Bretanha. A marca de 7,92 m, obtida no México, é comum nas competições internacionais de que toma parte. Sua meta — ele repete sempre — é porer os 8,23.

— Treino sempre com vistas a esta marca.

Mary Rand, embora tenha se casado e tido um filho, depois do seu recorde mundial, em Tóquio, vem lutando para recuperar a antiga forma e acredita que possa reaparecer bem no próximo ano.

— Em Tóquio consegui, também, a medalha de prata no pentatlo feminino, mas agora penso quase exclusivamente no salto em distância.

Mequinho vence na Tunísia

Sousse, Tunísia (UPI-JB) — O brasileiro Henrique Mecking — Mequinho — venceu ontem, no quadragésimo lance, o neozelandês Sarapu, na sétima rodada do Grande Torneio Internacional de Xadrez, do qual participam vários mestres e grã-mestres da Europa, Ásia, África e Américas. Mequinho descansará na rodada de hoje, quando serão realizadas cinco partidas, a principal entre o húngaro, Gligoric, e o húngaro Ferisch. Nas outras partidas de ontem, o norte-americano Bob Fischer venceu o soviético Leonid Stein, o húngaro Bilek derrotou o iugoslavo Matanovic e o soviético Geller impôs-se ao norte-americano Byrne.

Torneio JB de boliche já tem tabela para o turno de classificação

O Boliche 300 deu a conhecer a tabela do Turno de Classificação do Torneio JB de Boliche, que contará com a participação de vinte das principais equipes do Rio, classificando-se duas delas em cada uma das cinco chaves para a disputa do turno final.

A primeira rodada do Torneio JB será jogada segunda-feira, nas pistas do Boliche 300, iniciando-se às 20h30m, com uma tolerância de apenas quinze minutos. Os jogos serão controlados e dirigidos por uma comissão técnica especialmente formada para o torneio.

CHAVES E JOGOS

As cinco chaves são as seguintes: A — Conta com as equipes Lord's, Bolixos, Boliche 300 e Impossíveis; B — 003, Feiticeiros, Pule de Mil e Discoteque 300; C — Carcará, Tangará, Don Pixote e Gávea; D — Fluminense, Polaris, Brasinhas e Mug's; E — Contrapinos, Quebrapinos, 16, 16, 16 Brasinhas e Los Angeles.

A tabela do turno de classificação do Torneio JB é a seguinte: dia 30: pistas 3 e 4, Fluminense x Brasinhas; pistas 5 e 6, Contrapinos x 16, 16, 16 Brasinhas; pistas 7 e 8, Lord's x Boliche 300; pistas 9 e 10, 003 x Pule de Mil e pistas 11 e 12, Carcará x Don Pixote.

Dia 6 de novembro: pista 3 e 4 — 16, 16, 16 Brasinhas x Los Angeles; pistas 5 e 6 — Boliche 300 x Impossíveis; pistas 7 e 8 — Pule de Mil x Discoteque 300; pistas 9 e 10 — Don Pixote x Gávea; pistas 11 e 12 — Brasinhas x Mug's.

George Bayer volta a jogar depois de 7 meses e lidera o Sahara Golf Invitational

Las Vegas, Estados Unidos — (UPI-JB) — Depois de quase sete meses de ausência do circuito profissional norte-americano, o golfista George Bayer fez ontem o seu reaparecimento e ganhou a liderança do Sahara Invitational Tournament, ao cumprir os primeiros 18 buracos com o escore de 66 tacadas — cinco abaixo do par do Paradise Valley Country Club — o que lhe dá a vantagem de um stroke sobre os vice-líderes, que são seis a zero.

Enquanto Jack Nicklaus, um dos favoritos destacados, mantinha-se entre os melhores colocados, após a rodada inicial, cumprindo o percurso com 68 tacadas, Arnold Palmer provocava grande decepção entre seus torcedores ao anotar um cartão de 76 tacadas — cinco acima do par — batendo um *drive out-of-bounds* e outro num azar de água. Assim, ele tomou dois strokes de penalidade além de perder outros em putts mal aproveitados.

OS MELHORES

As principais colocações dos concorrentes aos 20 mil dólares de prêmio oferecidos ao campeão do Sahara Invitational são as seguintes: 1.º George Bayer, 66 tacadas; 2.º empates, Julius Boros, Homero Blancas, Terry Dill, Ken Still, Bob Wittinger e Frank Beard, 67; 3.º empates, Don Pixote, Garth Dickinson e Jack Nicklaus, 68; 13.º empates, Ray Floyd, Hugh Royer, Steve Spear, Charles Coody, Billy Casper, Jack MacGowan, Billy Maxwell, Bruce Crampton e Miller Barber, 69 tacadas. George Bayer foi obrigado a retardar o seu reaparecimento no circuito profissional — que já era bem longo — ao sofrer um acidente em casa e deslocar o dedo mínimo da mão esquerda. Recuperado, porém, ele ontem jogou bem e apesar de ser considerado apenas um bom baterador, conseguiu ótimas jogadas de aproximação e de grande proveito nos greens. Já Nicklaus, por outro lado, ao obter perfecção nos putts a partir do 12.º buraco, a partir do qual embocou sempre de uma vez só. O campeão da USGA Open deste ano não disputava um torneio nos Estados Unidos há mais de um mês, e ao final dos 18 buracos dizia-se um tanto fora de forma, "embora livre da saturação que já andava por perto".

Cáli, Colômbia (AFP-JB) — Com a participação de sete países — Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru, Paraguai e Equador — começa hoje à noite nesta cidade o XI Campeonato Sul-Americano de Basquetebol Feminino, competição em que o Brasil é o favorito e lutará pela conquista do segundo título consecutivo.

Além das solenidades de abertura, apenas um jogo está marcado para a noite de hoje, entre Argentina x Peru, devendo o Campeonato desenvolver-se até o dia 7 de novembro. O Chile possui o maior número de títulos até o momento, somando quatro, mas agora poderá ser igualado pelo Brasil, que estréia amanhã, contra o próprio Chile.

PRIMEIRO TESTE

Para os dirigentes esportivos colombianos, em especial os da cidade de Cálí, o Sul-Americano de Basquetebol Feminino representa o primeiro e importante teste para os Jogos Pan-Americanos, que aqui serão realizados em 1971. A Associação Colombiana de Basquetebol vem cuidando com esmero deste certame, a

fim de causar boa impressão aos países visitantes. As delegações concorrentes ficaram alojadas em instalações de boa qualidade, assim distribuídas: Brasil, Argentina e Peru — Hotel Nova Iorque; Paraguai e Chile — Hotel Los Angeles; Equador — Hotel Europa; e Colômbia — instalações da empresa oficial Sena.

Todas as rodadas terão por local o moderno ginásio olímpico Coliseu, que dispõe de marcador eletrônico e capacidade para seis mil espectadores. A tabela do Campeonato, já aprovada, determina a seguinte ordem de jogos:

Hoje — Argentina x Peru; amanhã — Brasil x Chile e Colômbia x Equador; domingo — Peru x Equador e Paraguai x Argentina; dia 30 — Brasil x Argentina e Colômbia x Chile; dia 31 — Paraguai x Equador e Peru x Chile; dia 2 11 — Brasil x Equador e Colômbia x Argentina; dia 3 — Paraguai x Chile e Brasil x Colômbia; dia 4 — Equador x Argentina e Paraguai x Peru; dia 5 — Chile x Equador e Colômbia x Paraguai; dia 6 — Argentina x Chile e Brasil x Peru; dia 7 — Colômbia x Peru e Brasil x Paraguai.

O Chile já ostentou a supremacia absoluta do basquetebol feminino no Continente, secundado pelo Paraguai. Entretanto, nos últimos anos, a falta de renovação provocou o declínio de chilenas e paraguaias, enquanto o Brasil progredia (embora sua renovação não seja grande), encontrando-se atualmente com menos um certame conquistado que o Chile. Os dez Campeonatos Sul-Americanos efetivados até agora apresentaram os seguintes vencedores:

1946 (em Santiago) — Chile; 1948 (em Buenos Aires) — Argentina; 1950 (em Lima) — Chile; 1952 (em Assunção) — Paraguai; 1954 (em São Paulo) — Brasil; 1956 (em Quito) — Chile; 1958 (em Lima) — Brasil; 1960 (em Santiago) — Chile; 1962 (em Assunção) — Paraguai; 1965 (no Rio de Janeiro) — Brasil. Portanto, o Chile possui 4 títulos, contra 3 do Brasil, 2 do Paraguai e 1 da Argentina.

O técnico brasileiro Renato Brito Cunha embarcou às 18h15m de ontem, no Rio, em avião da Braniff, e está sendo aguardado hoje aqui, via Lima.

Jogo número um de hoje é preliminar no Tijuca

Embora seja o jogo número um da rodada de hoje — quarta do retorno — pelo Campeonato Masculino da Primeira Divisão, Botafogo x América servirá de preliminar para Tijuca x Municipal, no ginásio da Rua Desembargador Isidoro.

Esta foi a solução encontrada pelo Presidente da Federação de Basquetebol, Sr. Vitor Catarino, após ter recebido um ofício do Clube Municipal, informando que não poderia ceder suas dependências, ao mesmo tempo que os demais ginásios indicados pelo Conselho Superior para os jogos principais — Tijuca, América e Botafogo — se achavam inabitados para tal: o do Tijuca, porque o clube local atuava em seus domínios; e os da América e Botafogo, porque o jogo principal reuniria justamente estes dois clubes.

Em ofício datado do dia 25 último, o Municipal fez a seguinte comunicação: "Sr. Presidente da FMB: Cumpr-me levar ao conhecimento de V. S.ª que, em virtude de compromissos já assumidos, este clube, infelizmente, não poderá ceder a essa Federação o nosso Ginásio Alá Batista, no dia 27 do corrente mês. Certo de seu elevado senso de compreensão, sirvo-me do ensejo para realimentar os protestos de elevada estima e consideração, a Albedro de Meneses Brito Sanchez — Presidente".

DIRETOR MANTENDE

O Sr. José Augusto Cisneiros, Diretor-Técnico da

FMB, não levou em conta os termos do ofício e manteve o jogo para o ginásio do Municipal, com o seguinte despacho: "Este Departamento, desta vez, não aceita a negativa do filiado Clube Municipal em ceder o seu ginásio, visto não constar deste ofício o motivo do impedimento, mas apenas a afirmativa vaga de 'compromissos assumidos anteriormente'. Ademais, o jogo marcado para o dia 27, naquele ginásio, é o número um e, assim, este Departamento está impossibilitado de determinar outro local, em virtude de estarem os outros ginásios, constantes do 'critério de prioridade', ocupados. Deste modo, cumpre-se o Regimento da FMB e mantenha-se o local e hora anteriormente determinados para o jogo número um da rodada — América x Botafogo. Publique-se em Nota Oficial e comunique-se ao filiado Clube Municipal".

Convocados à sede da FMB, ontem, para tratar do assunto, os representantes do Botafogo e América, Srs. Mauro Palmeiro e Francisco Ribas, respectivamente, julgaram melhor transferir o jogo para outro local, ainda que na condição de preliminar. Entraram em contato com o Tijuca, que concordou com a realização de América x Botafogo na preliminar de sua partida de hoje com o Municipal.

PRESIDENTE MUDOU

Após tomar conhecimento dos fatos, o Sr. Vitor Cata-

rino aprovou a medida, atendendo às ponderações dos representantes da América e Botafogo, de que poderiam arcar com despesas iniciais, deslocando seus jogadores para o Ginásio do Municipal.

Em consequência, ontem à noite, o Presidente da FMB marcou o jogo Botafogo x América para as 20h15m, de hoje, no ginásio da Rua Desembargador Isidoro, enquanto Tijuca x Municipal atuará no mesmo local, às 21h30m. A rodada completa-se com os jogos: Vila Isabel x Vasco, no ginásio da Av. 28 de Setembro; Fluminense x Grajaú TC, no ginásio das Laranjeiras; e Mackenzie x Flamengo, no ginásio da Rua Dias da Cruz.

Todos os encontros começam às 21 horas, sendo que na preliminar de Mackenzie x Flamengo jogará, a partir de 19h45m, as equipes branca e verde do Clube dos Paraplégicos da Guanabara, em preparativos para o encontro com a seleção de São Paulo, no próximo dia 15, quando será inaugurado o ginásio do Clube, na Piedad.

A classificação atual dos participantes ao Campeonato Masculino da 1.ª Divisão é: 1.º lugar — Botafogo (invicto), 26 pontos ganhos; 2.º — Vasco, 25; 3.º — Flamengo, 24; 4.º — Fluminense, 21; 5.º — América e Municipal, 20; 6.º — Mackenzie e Grajaú TC, 17; 7.º — Tijuca e Vila Isabel, 16; 8.º — Riachuelo, 14.

TJD toma posse e marca reunião para o dia 31

Os novos membros do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação de Basquetebol tomaram posse, em reunião realizada 4.ª feira, na sede da entidade, oportunidade em que também foram eleitos os Srs. Brasilino Valim e Waldir Mota, para os cargos de Presidente e vice-Presidente daquele órgão.

Os juizes empossados tiveram os nomes referendados na véspera, pelo Conselho Supremo, depois que a maioria dos integrantes do Tribunal anterior renunciou aos respectivos cargos. O TJD continuará se reunindo às quartas-feiras, mas o Presidente Brasilino Valim resolveu que a primeira reunião ordinária ocorrerá terça-feira, dia 31.

Assinaram o termo de posse os juizes efetivos Brasilino Valim, Waldim Mota, Moria Silva, Antônio Pereira Leitão, Luiz F. Pereira de Carvalho e Alberto Moreira da Cunha, bem como o suplente Francisco R. Domingues de Castro. Não compareceram à reunião o juiz efetivo Drumond Neto, os suplentes Lélis Rafanelli e Mauro da Silva Gonçalves, e o auditor, Arthur Oscar Leite Neto.

Os trabalhos para a eleição do Presidente e vice-

coordenação do Sr. Vitor Catarino, Presidente da Federação, e contaram com a presença do advogado do Flamengo, Sr. Moacir Possolo de Azeredo Coutinho, que se mostrava preocupado com a data da primeira reunião ordinária do Tribunal, pelo fato de a próxima quarta-feira ser dia 1.º de novembro, véspera de feriado, o que poderia acarretar a falta de número no Tribunal.

Numa troca de impressões informal, antes da eleição para presidente e vice, os novos juizes concluíram que os companheiros Brasilino Valim, Waldir Mota, Drumond Neto e Moria Silva reuniam maiores qualidades para os dois cargos, pela experiência que possuem como ex-membros do TJD ou mesmo como desportistas. Procedido o escrutínio secreto, o Sr. Brasilino Valim foi eleito presidente, por 3 votos, contra dois dados ao Sr. Waldir Mota e outros tantos conferidos ao Sr. Moria Silva. Como houve-se igualdade entre os Srs. Waldir Mota, Moria Silva e Drumond Neto, para vice-presidente, todos, com dois votos, procedem-se a nova eleição para este cargo, sendo indicado o Sr. Waldir Mota, por 5 votos,

contra um atribuído ao Sr. Drumond Neto.

Quase todos os juizes falaram, agradecendo a confiança depositada pelos clubes em seus nomes. O advogado do Flamengo saudou o novo TJD, dizendo que o fazia também por delegação do Sr. Hilson Faria, representante do Vasco. Ao agradecer a indicação de sua pessoa para a presidência do Tribunal, o Sr. Brasilino Valim confessou-se emocionado, afirmando que, dentre os companheiros, pelo menos três reuniam maiores condições do que ele para exercer a função. Mas prometeu dar o melhor de seus esforços na presidência, como fazia há 19 anos, na qualidade de desportista militante.

Passou-se em seguida à discussão de normas internas de tramitação dos processos e, ao saber que existiam 13 em pauta, o Sr. Brasilino Valim resolveu marcar a primeira reunião ordinária para terça-feira, de vez que quarta-feira — dia em que o Tribunal continuará a se reunir normalmente — será 1.º de novembro, véspera de feriado, o que poderia acarretar a ausência de alguns juizes, como temia o advogado do Flamengo.

Edu sente coxa e Rosã tem estréia garantida

Edu sentiu uma fígada na coxa direita, ao disputar uma bola com Aldeci, durante o coletivo de ontem à tarde, e foi imediatamente levado para o Departamento Médico, onde iniciou logo o tratamento, transformando-se no problema da América para a partida de amanhã contra o Botafogo.

O goleiro Rosã teve excelente atuação, que mereceu aplausos dos torcedores, e será mesmo o titular, também porque Arésio está com a mão direita muito inchada. Quanto à sua condição de jogo, o Presidente Wolney Braune disse que conversou com o Sr. Otávio Pinto Guimarães e este informou que o jogador está apto.

ESPERANÇA

Evaristo acredita que Edu possa jogar e por isso nem levou para a concentração do quilômetro 18 da Estrada Rio-Petrópolis um jogador reserva para o ataque. Entretanto, no caso de Edu ser vetado pelo Departamento Médico, o técnico desloca Tadeu para a ponta-de-lança e promoverá a volta de Marcos ao meio-campo, ao lado de Ica.

Outro jogador que está preocupando a Evaristo é o zagueiro Alex, que tem dois cortes na perna direita e ontem, no treino, chocou-se com um atacante aspirante e sentiu muitas dores no local. O técnico retirou Alex

do treino e o médico Oscar Santamaria atendeu-o.

CATEGORIA

Rosã mostrou que é um goleiro de categoria, impressionando principalmente pela sua colocação. Os dirigentes, principalmente o Presidente Braune e o Diretor de Futebol, Sr. Tadeu Júnior — que foi goleiro do América e da seleção brasileira — passaram o tempo todo do coletivo elogiando Rosã, ao mesmo tempo que os torcedores aplaudiam.

Seguiram para a concentração os jogadores Rosã, Arésio, Sérgio, Alex, Aldeci, Dejalr, Tadeu, Ica, Joãozinho, Antunes, Edu, Eduardo, Luciano, Mareco e Marcos.

RECUPERAÇÃO

O zagueiro Aldeci começou no time reserva, mas como estava treinando muito bem, Evaristo colocou-o no time titular, no lugar de Mareco. Aldeci, ao final do treino, não se queixou mais de dores na virilha direita e continuará no time, permanecendo Mareco nos aspirantes.

Mareco, que várias vezes esteve para substituir Aldeci neste campeonato, disse que não fica magoado quando isto acontece, porque é jovem e outras oportunidades virão. Mareco acrescentou que sempre foi amigo

de Aldeci e torcerá pelo seu sucesso, amanhã.

O TREINO

Os titulares empataram por 0 a 0 com os aspirantes e foram derrotados pelos reservas por 2 a 0, gols de Jarbas Tonel e Jonas, tendo cada tempo a duração de 45 minutos.

Os times treinaram assim: Titulares — Arésio (Rosã), Sérgio, Alex (Luciano), Mareco (Aldeci) e Dejalr; Tadeu (Marcos) e Ica; Joãozinho, Antunes, Edu (Tadeu) e Eduardo. Reservas — Geraldo, Zé Carlos, Luciano (Tião), Aldeci (Mareco) e Wilson Valença; Luis Carlos e Marcos (Renato); Jorginho, Jarbas Tonel, Artur (Jonas) e Ernesto. Aspirantes — Rosã, Paulo César, Tião, Jorge e Zé Carlos; Renato e Angelo; Jonas, Clésio, Valdo e Tininho.

CASO SILVA

O Presidente Wolney Braune disse que continua esperando uma resposta do Sr. Silvio Pacheco, que se encontra em Santos, informando a resolução do clube santista sobre o empréstimo do atacante Silva até o final do ano.

O apoiador Luis Carlos, que pertenceu ao Botafogo e estava jogando em Belém do Pará, será contratado pelo América, porque vem treinando muito bem e agradando ao técnico Evaristo. Ontem, foi pago o prêmio de NCr\$ 100,00 pela vitória sobre o Madureira, há duas semanas.

APROVADOS



O treino do América foi muito movimentado e as boas atuações arrancaram aplausos dos torcedores

Voronin pode ser perdoado e voltar à seleção da URSS porque meio-campo é fraco

Moscou (de Live Kostanian, especial para o JORNAL DO BRASIL) — Valeri Voronin, apoiador do Torpedo e ex-capitão da seleção da URSS, afastado por haver violado o regime esportivo, abusando de bebidas alcoólicas, poderá ser reabilitado e voltar à equipe de seu país.

O jogador, que fez autocrítica e reconheceu seu erro, será possivelmente chamado em virtude dos maus resultados colhidos pela equipe nos últimos jogos, principalmente porque o meio-campo está sendo apontado como o setor mais fraco.

CAMPANHA

Depois de uma série de vitórias o time da URSS obteve os seguintes resultados: empate por 2 a 2 com a Suíça, difícil vitória sobre a Bulgária por 2 a 1, empate por 1 a 1 com o Lask, da Áustria, conseguido 20 segundos antes do fim do jogo e derrota por 1 a 0 frente à seleção da Áustria, em Viena.

O último resultado levantou dúvidas quanto às possibilidades de a URSS nas eliminatórias do Campeonato da Europa. A partida provocou cri-

ticas do Pravda, chegando o juiz Nikolai Ladishev, detentor do apito de ouro por ter dirigido a final da Copa do Mundo no Chile, a chamar os jogadores de irresponsáveis.

Segundo a opinião do treinador da seleção, Mikhail Yakushin, a volta de Voronin ao meio-campo pode fazer com que a equipe recupere a sua segurança no jogo da próxima terça-feira contra os gregos, bastando-lhes o empate para garantir sua permanência na disputa do Campeonato da Europa.

Inglêses criticam intenção dos escoceses de incluir jogador suspenso no Celtic

Londres (UPI-JB) — Em resposta à notícia segundo a qual é possível a inclusão de Jimmy Johnstone, do Celtic, na partida de quinta-feira, contra o Racing, em Buenos Aires, a Liga Inglesa criticou ontem os países que permitem a participação de jogadores suspensos nos chamados "jogos de prestígio", tais como a Taça de Clubes Campeões.

Johnstone foi suspenso pela Associação Escocesa por 21 dias, ficando proibido de participar de competições locais ou internacionais. Agora, que se anunciou a sua possível inclusão no jogo, a Liga Inglesa censurou "as medidas tomadas pela metade".

LEI DESPREZADA

— Se as suspensões — diz a Liga Inglesa — só devem ser aplicadas quando há conveniência dos clubes e dos países, seria o caso de se discutir seriamente o desprezo total pela Lei. Pedimos aos espec-

tadores e jogadores que "respeitem a autoridade. Não pode haver medidas tomadas pela metade. Se o regulamento da FIFA é omissivo e não impede que tais coisas aconteçam, é de se esperar que a omissão seja rapidamente corrigida.

Antoninho não quer ceder Silva por ter problemas com jogadores contundidos

São Paulo (Sucursal) — O técnico Antoninho, do Santos, confirmou ontem, que, caso dependa dele, o clube não emprestará o atacante Silva, já pretendido pelo Vasco e agora pelo América, que ofereceu NCr\$ 15 mil para conseguir o jogador.

O técnico santista não está interessado em desfazer-se do jogador devido às constantes contusões que vêm sofrendo os titulares, e como exemplo citou os casos de Bougloux, Coutinho e Ramos Delgado, "o que nos deixa em situação difícil, pois estamos lutando pelo título do Campeonato Paulista e não se pode deixar de tomar precauções".

DESALÇADOS

O técnico estará observando hoje, cedo, o último coletivo santista, para ver que modificações poderão ser introduzidas na equipe. Antoninho não gostou do último treino, com Edu e Abel jogando pelas pontas, e deverá modificar o time no coletivo de hoje, para testar outros jogadores.

— O time não tem tido sorte com contusões. Primeiro, foi Bougloux, que vinha jogando bem e sofreu distensão. Coutinho foi o caso seguinte, mas já reagiu bem e pode entrar no treino de amanhã (hoje). Como último desfalece, tivemos Ramos Delgado, e só fui saber horas depois do último coletivo.

Atiê quer saber sobre brasileiros no exterior

Brasília (Sucursal) — O Deputado e Presidente do Santos Atiê Curi (MDB-SP) encaminhou requerimento de informações ao Itamarati, indagando sobre as providências que o Governo está tomando com relação aos jogadores brasileiros de futebol que se encontram no exterior.

O Sr. Atiê Curi quer saber quantos jogadores brasileiros estão atuando no exterior, sob contrato, quais são eles e seus respectivos clubes, principalmente na Venezuela, e o que fará o Governo para amparar esses profissionais "que se encontram em difícil situação". Citou várias denúncias sobre dificuldades que passam no exterior vários jogadores de futebol, feitas pelo técnico Filipo Nunes e pelo jornalista Armando Nogueira, do JB.

Afirmou que, segundo notícias da imprensa, os jogadores

que ele está com distensão na virilha. Acredito que, em tais circunstâncias, não podemos nos desfazer de jogadores, muito menos a esta altura do campeonato, onde somos líderes. Silva também confessou não estar com vontade de deixar o Santos, apesar de sua condição atual de reserva — disse Antoninho.

Silva, por seu turno, afirmou: "Sou profissional e preciso ganhar minha vida. Não tenho vontade de deixar o Santos, porém, se vierem boas ofertas, não poderei deixar de estudá-las. Dei sorte no Rio e posso voltar ao futebol carioca. O resto fica a cargo da direção do Santos. Eles deverão decidir antes de mim.

brasileiros que estão atuando no exterior, notadamente na Venezuela, "são enganados, explorados e vítimas de considerações humilhantes para o Brasil".

— Sou, com muita honra, Presidente do Santos, clube que é uma glória nacional, que tem contribuído para divulgar favoravelmente o nosso País lá fora, com Pelé, o verdadeiro Embaixador do Brasil no exterior. Embaixador que faz da ausência de racismo em nossa terra, emissário que desperta admiração e serve de exemplo a jovens de todo o mundo. Por isso, ficamos preocupados com o que está acontecendo a outros brasileiros. Na Venezuela, segundo o técnico Filipo Nunes, os jogadores que foram daqui estão sendo burlados, não recebem seus salários e são multados sem pretexto.

Grêmio se iguala ao Inter no momento em que seu time começa a cair de produção

Porto Alegre (Sucursal) — De líder absoluto ao longo de quinze rodadas, com uma vantagem de três ou quatro pontos sobre o segundo colocado, o Grêmio passou à perigosa igualdade com o Internacional na tabela de pontos, justamente quando o Campeonato Gaúcho entra na fase decisiva. E o que é pior: num momento em que o seu time, veterano de muitas batalhas vitoriosas, apresenta acentuada queda de produção.

Os supersticiosos acham que vai se repetir, em 67, a situação de 61, em que o Grêmio também buscava fechar o ciclo do hexa, depois de uma hegemonia absoluta de cinco anos no futebol regional e acabou perdendo o título para o Inter. Embora não esteja perdido, o hexa de 67 está cada vez mais difícil.

A MÍSTICA

Para que o problema possa ser bem compreendido, é preciso que se situe a mística do hexa dentro do futebol gaúcho. A história começou em 1940, quando o Internacional arruou o time que chegaria tranquilamente ao sexto título consecutivo em 1943. Foi então que surgiram Tesourinha, Adãozinho, Nena, Alfeu, Carlinhos, Ávila e outros jogadores de passagem marcantes pelo futebol brasileiro.

A velha geração de gremistas viu, nítida, a ascensão indelével do clube rival, que da fundação, em 1909, até o fim da década de 30, não conseguiu passar do plano secundário.

Depois, houve revesamento, com algum predomínio do Inter até 1955. Mas a mística do hexa continuou prevalecendo. O Grêmio também queria esse título, de propriedade exclusiva do Inter no futebol sul-americano.

TENTATIVA FRUSTRADA

Em 53, encerrou-se a série de vitórias do Inter e o Grêmio começou a desmontar como a grande força regional. Osvaldo Rolla, antigo atleta gremista, ex-árbitro, uma legítima bandeira do futebol gaúcho, assumiu o comando técnico e montou um time fabuloso. O batismo de fogo foi diante dos grandes clubes nacionais, argentinos e uruguaios, durante o festival de futebol que assinalou a inauguração do sistema de iluminação do Estádio Olímpico, em 1955.

Surgiram Ailton Ferreira da Silva, Enio Rodrigues, Sérgio Nunes, Gessi Lima, Juarez Teixeira, Milton Kuelte, Elton Fensterseifer e uma série de outros valores de grande garbado. E o Grêmio deslanchou rumo ao seu maior objetivo, o hexacampeonato. Os títulos de 56, 57, 58, 59, 60, foram alcançados com a maior tranquilidade.

Mas em 61, o ano do hexa, as coisas mudaram de figura. O campeonato assumiu tom de guerra psicológica, com a mobilização total dos torcedores do Inter, que não admitiam que o seu eterno rival pudesse atingir a tal honraria. A direção gremista se perturbou, o time se desmantelou, Osvaldo Rolla perdeu o controle e acabou sendo sacrificado. Em outubro daquele ano, o drama tricolor atingiu seu desfecho, exaltando a renúncia de Rolla, que passou a dirigir o EC Cruzeiro e uma semana depois, dava a pá de cal no hexa, derrotando o Grêmio por 1 x 0.

Este ano, a campanha começou com boas perspectivas, a despeito da queda de produção no turno final do Robertão quando o time ficou em quarto lugar, abaixo do Palmeiras, Inter e Corinthians. Mas as primeiras rodadas mostraram o

Na grande área

Armando Nogueira

Ai está um pedido que faço ao Governador Negrão de Lima, sem o mais leve constrangimento: mande logo, Excelência, a mensagem da redução de taxa do Maracanã, senão a Assembleia não terá mais tempo de votá-la este ano.

E diminuindo de vinte para dez por cento a quota da ADEG sobre cada jogo no Maracanã, os clubes do Rio receberão um reforço financeiro considerável para poder chegar à Taça de Prata do próximo ano um pouco mais aliviados e fortalecidos para enfrentar os mineiros, paulistas e gaúchos.

Senhor Governador Negrão de Lima: nestes termos, o futebol do GB pede deferimento.

A RIXA DE OLARIA

Uma leitora um tanto arrogante (pelo tom, deve ter nariz arrebitado) interpela-me de meu silêncio sobre a nova briga de Almir. Escreve, rubro-negra de raiva, a tal torcedora: "Quando Almir estava no Flamengo, você não o perdoava; agora, como ele saiu do Flamengo e está noutra cidade, você silencia sobre a briga de Olaria. É a prova de que você não gosta de do Flamengo..."

Errou, minha filha: não é do Flamengo que não gosto; eu não gosto é de ser leviano. Aliás, até que gostaria, mas não posso. Esse meu ofício, tão cruel, não permite alguns pecados às vezes tão humanos e saborosos, como por exemplo, a levandade ou a injustiça.

No caso da rixa de Olaria, não tenho elementos para afirmar quem foi o culpado. Simplesmente, não vi o jogo. Toda vez que desanquei Almir tenho me velado do meu próprio testemunho: em 59, no Sul-Americano, escrevi para a revista O Cruzeiro que o causador do sururu Brasil-Uruguaia, fora Almir. Afirmei, porque estava sentado na grama, atrás do gol uruguaio, e vi a entrada de sola no joelho do goleiro; a sola no joelho do zagueiro Hélio, do América, também vi, no Maracanã, como vi a agressão a Amarildo, no Santos-Milan e a criminosa virada de mesa no final do campeonato de 66 comandada e executada por Almir.

Que depoimento poderia dar eu aos meus leitores de uma rixa que não vi, nem de perto, nem de longe, nem em tape, nem em filme, nem ao vivo? Daí, meu silêncio. Entendido, leitora?

MAIS UM DESCOBRIMENTO POR ACASO

Vivendo e aprendendo: aposto que pouca gente no mundo sabe quem foi que descobriu o jogador Eusebio, hoje, o craque mais caro e mais cortejado do futebol europeu. Pois, acabou de saber, lendo o International Foot-Ball Book, n.º 9, presente de meu amigo Alfredo Machado, da Recorde, que Eusebio foi descoberto por um brasileiro. O próprio Eusebio revela:

"Aos 18 anos, eu era um jogador regular no primeiro time do Sporting, de Lourenço Marques. Joguei, então, um amistoso contra o São Paulo F.C. O treinador do São Paulo quis me levar, mas o Sporting pediu 20 mil dólares e os brasileiros acharam muito caro vinte mil dólares por um menino desconhecido. Por coincidência, a excursão do São Paulo F.C. foi acabar em Lisboa onde se encontraram por acaso dois velhos amigos: Bauer, o tal que quis me levar de Moçambique para o Brasil, e o treinador do Benfica, Bela Gutman. Nesse encontro de barbearia, Bauer disse a Bela Gutman que fizera tudo para me contrair e que eu valia perfeitamente os vinte mil dólares pedidos pelo meu clube. Bela Gutman, então, procurou o presidente do Benfica para dizer-lhe que se Bauer tinha gostado do meu futebol era porque eu devia ser realmente bom. E, duas semanas depois, Bela Gutman me apanhou em Moçambique, levando-me para o Benfica".

Benfica que, diga-se de passagem, já recusou por Eusebio propostas até de meio bilhão de dólares, de times italianos.

BOLAS DE PRIMEIRA — Vai ser briga feia a da fixação dos disputantes da Taça de Prata, ex-Gomes Pedrosa: São Paulo não quer deixar entrar o América, de Minas, mas inclina-se a admitir um da Bahia e um de Pernambuco. Com isso, em vez de 15, teríamos 17 times na Taça. Acontece que o Rio, é coisa decidida, só concorda em furar o teto de 15 se aceitarem sua já conhecida reivindicação de ter os seis grandes e não apenas cinco na Taça. São Paulo está à vontade com cinco representantes porque grandes, lá, são cinco mesmo; mas, no Rio o problema é diferente: Flá — Flu — Vasco — Botafogo — América — Bangu — qualquer um desses que ficar de fora é um golpe no futebol carioca. *** Entre os deputados federais, há dois que jogam bola, regularmente, e sempre com bom nível: Rafael de Almeida Magalhães e Mário Covas, do time do Congresso em Brasília.

Weber já é quase juiz de direito

O ex-beque do Madureira — Weber — que formou um trio final com Irezé e Bitum — está fazendo concurso para Juiz de Direito da Guanabara, já passou nas provas escritas, consideradas as mais difíceis, e deverá submeter-se à prova oral na próxima terça-feira, às 10h 30m.

Na comissão de concurso funciona o Desembargador Darci Roquette Vaz, que no tempo em que Weber jogava no Madureira era Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva e teve oportunidade de aplicar várias suspensões em Weber "porque ele era um jogador muito violento".

Argentinos não mudam Libertadores

Buenos Aires (AFP-JB) — O projeto da Confederação Sul-Americana de Futebol diminuindo o número de jogos das próximas disputas da Taça Libertadores da América não tem apoio da Argentina, segundo anunciaram os dirigentes esportivos.

Segundo o projeto, as dez equipes vice-campeãs seriam divididas em duas zonas para um campeonato prévio, a ser disputado em janeiro próximo. Os argentinos, no entanto, seriam a favor de um projeto dispondo que as 20 equipes, campeãs e vice-campeãs de cada país, fossem em cinco zonas, reunindo-se os primeiros colocados e mais o campeão do ano anterior na rodada semifinal, por pontos, em duas zonas.

VISITA OBRIGATÓRIA



No último conjunto do Santos, Pelé foi procurado por jornalistas romenos que gravaram e filmaram uma entrevista sua

Vasco decide entre Erandi e Luizinho

O técnico Ademir decidiu no domingo de hoje a tarde do Vasco se escalará Erandi ou Luizinho na partida de depois de amanhã, contra o Bonsucesso, e Jair Marinho e Nei, que estavam em tratamento de leves contusões no calcanhar e coxa esquerda, respectivamente, já foram dados como aptos pelo Departamento Médico.

O Vasco, ontem à tarde, realizou um leve treino individual e em seguida um de dois toques, que deveria durar apenas 30 minutos e acabou aos 50, já que os jogadores, demonstrando o bom ambiente atual em São Januário, jogavam com alegria e não queriam mais terminá-lo.

— O treino de dois toques é bom sob dois aspectos — disse Ademir. O primeiro, porque acaba com os complexos dos jogadores. Como, por exemplo, os que gostam de jogar no ataque e são goleiros, outros no contrário, e assim por diante. Quando se formam os dois times para o treino eles próprios se calam nas posições que mais lhes agradam. O segundo, porque este treino é sempre disputado em clima de alegria e o Vasco precisa criar um novo ambiente entre os jogadores.

Apenas Fontana e Ari, ainda entregues ao Departamento Médico, não participaram do treino de ontem. Ari, inclusive, deverá voltar a se operar do menisco. O jogador operou-se com o Dr. Mário Tourinho e só extrairá o menisco interno do joelho direito. Agora, porém, o menisco externo foi afetado e Ari terá que voltar à mesa de operação.

Após o apronto de hoje, os jogadores se concentrarão nas próprias dependências do estádio de São Januário, já que em Ipanema não há água.

O Vasco concordou em emprestar o atacante Acelino para o Esporte de Recife até o fim do ano. O jogador receberá NCr\$ 1 mil de luvas e ordenados de NCr\$ 900,00.

O Sr. Adriano Rodrigues não chegou a um acordo para contratar o técnico José do Rio. Agora, o dirigente está procurando outro treinador, a fim de orientar o preparo físico do quadro e auxiliar Ademir.

C. Patrimonial lançou Osório

O Sr. José do Amaral Osório teve sua candidatura lançada oficialmente em reunião realizada ontem na União Portuguesa Oliveira Salazar, e em seu discurso afirmou que, se eleito, governará o Vasco com amor, pedirá conselho aos homens de experiência e usará a mocidade.

Fizeram parte da mesa da Chapa Patrimonial, na reunião de ontem, os Srs. Artur da Fonseca, Eurico Lisboa, Armando Marcial, Jaime Guedes, Dirceu de Almeida, Almar Alvarenga, Manuel Salvador, Alvaro Ramos, Ciro Aranha, Alberto Carvalho, Antônio Carlos Osório, Roberto Osório e José Carlos Osório.

Depois do discurso do Sr. José do Amaral Osório falou o Sr. Ciro Aranha, hipotecando-lhe total solidariedade. Antes da reunião foi observado um minuto de silêncio, como sinal de pesar pela morte da mãe do Sr. Agatino Gomes, um dos líderes da Tradição Vascaína.

Gérson é certo mas Zagalo tem dúvida em Rogério

Muito embora sendo obrigado a deixar o treino de ontem, em virtude de dores abdominais, Gérson não sentiu a perna direita e garantiu praticamente a sua escalção, deixando Zagalo tranquilo quanto ao meio-de-campo, mas preocupado agora com o ataque, pois Rogério sofreu uma torção no tornozelo direito e poderá ser substituído por Zélio amanhã.

Sensibilizado com os pedidos de Zagalo e do Dr. Lúcio Toledo e com o movimento de simpatia dos funcionários do clube, Afonsinho resolveu ontem continuar no Botafogo, não sem antes receber do diretor de futebol Xisto Toniato a promessa de que, em dezembro, quando terminar o Campeonato Carioca, o seu caso será resolvido da melhor maneira.

Gérson treinou, bem, durante cerca de 50 minutos, sem reclamar da perna direita, mas, de repente, colocou a mão na altura do estômago e pediu para sair do campo.

Tanto o Dr. Lúcio Toledo como Gérson disseram que se tratava apenas de algumas dores abdominais, tranquilizando a muita gente, que teve a impressão de estar o jogador sendo incomodado pelo mesmo problema renal que o atacou na seleção brasileira em 1966.

O problema do Botafogo agora é Rogério, que recebeu, numa entrada casual do lateral-esquerdo reserva Eurico, uma pancada no tornozelo direito, causando uma ligeira torção. O jogador fez aplicações de gelo, ficando sua presença contra o América na dependência da reação a este tratamento. O Dr. Lúcio Toledo está otimista, mas só vai dar sua palavra final depois de examinar Rogério hoje à tarde.

Zagalo já confirmou a presença de Zélio na ponta-direita, caso não possa contar com Rogério.

PEDIDOS
Afonsinho chegou na tarde de ontem, a General Severiano, com o firme propósito de não treinar, explicando que já estava apenas para conversar, mas uma vez, com os dirigentes do clube.

Mel entrou na sede do Botafogo, foi chamado a conversar com o Dr. Lúcio Toledo, que, como amigo, pediu que ele reconsiderasse a sua decisão, fazendo ver ao jogador que sua maneira de agir não estava sendo a mais acertada.

Logo depois, foi a vez de Zagalo, que, de início, esclareceu que pediu a sua punição cumprindo um dever, "pois, pessoalmente nada tinha contra você". O técnico ainda disse a Afonsinho que tinha necessidade da sua presença para as disputas simultâneas do Campeonato Carioca e Taça Brasil, pedindo, a seguir, que ele fosse mudar a roupa e treinasse.

Mas Afonsinho só desistiu mesmo de abandonar o clube depois de conversar demoradamente com o Diretor de Futebol, Xisto Toniato, e com o Diretor de Finanças, que lhe prometeram, no final de dezembro, tratar com carinho do seu caso. Havia ainda um empecilho, que era a questão da multa de 30 por cento que o jogador recebera anteontem. Os dois

rigentes disseram então que esta punição ficaria apenas como efeito moral, já que seu ordenado, no final do mês, ele o receberá integralmente.

Depois de tudo resolvido, Afonsinho foi direto ao vestiário, trocou de roupa e foi para o campo treinar. Mal entrou, realizou uma tabela espetacular com Ailton e, da pequena área, chutou na trave, não adiantando a torcida de todos para que a bola entrasse. Graças à sua presença, o time reserva chegou a ameaçar várias vezes a baliza de Cao.

Mais tarde, Afonsinho explicou que mudou de opinião por vários motivos, sobretudo por terem os dirigentes do Botafogo, finalmente, lhe dado a satisfação que ele queria.

Os pedidos de Zagalo, do Dr. Lúcio, de Chirol e de todos os meus amigos dentro do clube influíram também na minha decisão. A prova de simpatia que eu recebi de todos os funcionários do Botafogo me sensibilizaram muito, e foi outro grande motivo para que eu mudasse de ideia — disse Afonsinho.

TREINO

O coletivo de ontem à tarde foi realizado em duas fases distintas: a primeira, de quarenta minutos de duração, apresentou a vitória dos titulares sobre os reservas, por 1 a 0, gol de Paulo César; a segunda, com duração de 35 minutos, apresentou a vitória dos aspirantes sobre os titulares, por 1 a 0, gol de Amoroso.

Gérson deixou o campo na segunda fase, obrigando a que o técnico Zagalo ocupasse sua vaga, pois os reservas já haviam mudado de roupa, não havendo jogador disponível. Zagalo deslocou Nei para o quadro titular, substituindo-o na equipe reserva, e demonstrando ainda estar em boa forma.

Os times treinaram assim: Titulares — Cao; Moreira, Zé Carlos, Leônidas e Valtencir; Carlos Roberto e Gérson (Nei); Rogério (Zélio), Ferretti, Roberto e Paulo César. Reservas — Manga; Gaguinho, Paulistinha, França e Eurico; Nei (Afonsinho) e Gustavo; Zélio (Pepe), Ailton, Sérgio e Celso. Aspirantes — Manga; Joel, Lincoln, Queiroz e Botinha; Nei (Zagalo) e Ademir; Amoroso, Mimi, Humberto e Bolineira.

Zagalo marcou para hoje à tarde apenas recreação e bate-bola, seguindo-se concentração. O técnico disse que a apresentação dos jogadores para o jogo de quarta-feira, contra o Atlético Mineiro, será na segunda-feira, quando poderá haver um coletivo, dependendo do que resolver com o Dr. Lúcio Toledo e Admildo Chirol.

Continua grande a procura de passagens para os ônibus contratados pela torcida do Botafogo para a partida com o Atlético Mineiro. Já estão lotados 15 ônibus, num total de 555 pessoas, estando a viagem para Belo Horizonte marcada para terça-feira às 22 horas, saindo a comitiva de General Severiano. O chefe da torcida, Tarzã, informou que, ao lado dos ônibus, deverão ir mais de 500 automóveis.

SEM CONDIÇÕES



Ademar participou só do início do treinamento, queixou-se de dores musculares e foi dispensado pelo técnico Aimoré Moreira

Seleção do Brasil já tem esboço de roteiro para 68 que prevê 11 partidas

O Presidente da CBD, Sr. João Havelange, encaminhou ontem ao Departamento de Futebol da entidade o esboço de roteiro da seleção do Brasil em 1968, que prevê 11 jogos no exterior, entre 27 de maio e 30 de junho, devendo ainda ser incluído um jogo na Romênia.

O dirigente pede ao Departamento de Futebol que convide Aimoré Moreira, técnico da seleção, a colaborar com sugestões e opiniões, e explica que três jogos a CBD precisa fazer por reciprocidade: dois na Alemanha e um na Inglaterra.

ROTEIRO

Segundo o esboço, os jogos são os seguintes: 27 de maio — na Inglaterra; 31 de maio — na Inglaterra; 3 de junho — na França; 5 ou 6 de junho na Tcheco-Eslôvaquia; de 7 a 17, dois jogos na Polónia e um na Jugoslávia; 18 ou 19, em Milão, dia 23, — em Nova Iorque; dias 27 e 30, em Lima, Peru.

A seleção da Finlândia propôs à CBD jogar contra a seleção do Brasil em março de

1968, no Maracanã, mediante soma de 10 mil dólares — cerca de NCr\$ 27 mil — ficando a entidade brasileira de estudar o assunto e responder mais tarde.

A seleção da Hungria chega dia 28 de novembro para jogar a 1.ª de novembro em Curitiba contra o Coritiba, com soma de 20 mil dólares — cerca de NCr\$ 54 mil. Amoroso sugeriu a formação de uma seleção de novos para enfrentar essa equipe, mas a soma é muito alta e na época o Campeonato Carioca estará na sua fase decisiva.

Dirceu Lopes vai pedir ao Cruzeiro que o empreste por seis meses ao Santos

Belo Horizonte (Sucursai) — O meia-armador Dirceu Lopes, titular do Cruzeiro e da última seleção brasileira, anunciou que irá pedir essa semana à Diretoria do seu clube que o empreste por seis meses ou um ano ao Santos — único time em que aceita jogar sem ser o Cruzeiro — alegando que está sem ambiente no campeão brasileiro e precisa passar uma temporada fora.

Enquanto o jogador afirma que já manteve vários contatos com dirigentes do Santos, manifestando seu desejo de jogar uns tempos ao lado de Pelé, o Presidente Felício Brandi diz não ter conhecimento do assunto, e que Dirceu Lopes é inegociável, esperando, entretanto, uma proposta concreta do clube paulista para se pronunciar.

VONTADE

Dirceu Lopes declara que seria muito bom para ele passar uma temporada fora do Cruzeiro, onde é titular há quatro anos, embora não tenha atuado bem nas últimas partidas, a ponto de o novo treinador, Orlando Fantoni, decidir substituí-lo por Zé Carlos na partida de domingo contra o Democrata, afirmando que "Dirceu precisa descansar um pouco".

— Eu só saio do Cruzeiro se for para o Santos — diz Dirceu Lopes. Para outro clube não quero ir. Acho que não existe nenhum problema para isto, porque o Zé Carlos está jogando muito bem e o Piazza voltou agora, depois de afastado muito tempo. O empréstimo — na base de NCr\$ 15 mil por mês — me daria bom dinheiro e tranquilidade para voltar ao Cruzeiro em melhor forma.

Aimoré faz teste com Luís Carlos na direita

Aimoré Moreira anunciou ontem que fará uma experiência com Luís Carlos na ponta-direita durante o treino de conjunto de hoje à tarde, na Gávea, e que manterá nas outras posições a formação que terminou o coletivo de quarta-feira, ficando o time com Marco Aurélio, Murilo, Jaime, Ditão e Paulo Henrique; Amorim e Reyes; Luís Carlos, Dionísio, Flo e Rodrigues Neto.

Ademar foi dispensado no final do individual de ontem por se queixar de dores musculares, mas Aimoré exigiu que o atacante trocasse o seu colchão de molas por um de crina, pois este devia ser o único motivo das dores. O técnico avisou a Ademar que vai mandar fiscalizar se ele realmente cumpriu a ordem.

SÓ EXPERIÊNCIA

Quando falou aos repórteres, ontem de manhã, Aimoré explicou que vai lançar Luís Carlos na ponta-direita apenas como uma experiência, pois vê nele excepcionais qualidades para criar jogadas. Entretanto, se sua produção não satisfizer, manterá Zéquinha para a partida contra o Fluminense.

A preocupação de Aimoré em pedir aos repórteres que colocassem a palavra experiência é para não perturbar Zéquinha, que poderá sentir a sua saída do time como uma barragem e, em consequência, cair de produção. Quanto aos outros jogadores, Aimoré confirmou

a escalção do segundo tempo do treino de quarta-feira passada.

— Nenhum deles se mostrou cansado com o intenso treinamento, dando uma prova de que já estão bem fisicamente.

ADEMAR COM DORES

O treinamento de ontem foi um individual de 25 minutos e um bate-bola de 50. O técnico mandou Jair exercitar a perna esquerda, pediu a Seixas que puxasse por Ailton, Nelsonino, Marcos, Rodrigues Neto, Zéquinha e João Daniel.

Enquanto isso, Aimoré chamou Reyes, Merrinho e Altair e os ensinou a fazer lançamentos do meio do campo para os pontas penetrarem. Houve também chutes ao gol, com os atacantes recebendo a bola em movimento, ajeitando-a e finalizando.

Quanto a Ademar, que se queixou de dores musculares, Aimoré mandou que trocasse o seu colchão de molas por um de crina, pois este devia ser o único motivo das dores. O técnico avisou a Ademar que vai mandar fiscalizar se ele realmente cumpriu a ordem.

DIONÍSIO NAS OLIMPIADAS

Dionísio só pôde treinar na parte da tarde devido às Olimpíadas Militares que está disputando pelo quartel onde serve, e agora ficará à disposição do Flamengo até segunda-feira. Aimoré dei-

xou instruções com o auxiliar técnico Nilton Canegal para Dionísio fazer individual e treinar bastante chutes ao gol.

Ontem mesmo, foi feita pelo técnico a relação dos jogadores que se concentrarão: Marco Aurélio, Murilo, Ditão, Jaime, Paulo Henrique, Amorim, Reyes, Zéquinha, Flo, Dionísio, Rodrigues Neto, João Daniel, Valtencir, Luís Carlos e Ademir.

Hoje, durante um encontro entre o Dr. Curi, Vice-Presidente do Departamento Médico do Flamengo, e o Sr. George Helal, atual Vice-Presidente de Futebol, será decidido se será aceito ou não o pedido de demissão do Dr. Pinkwas Fisman.

MIRAGLIA QUER REFORÇOS

O técnico Válder Miraglia, que já foi campeão juvenil várias vezes pelo Flamengo, e que atualmente é o treinador do Fluminense, de Feira de Santana, esteve ontem na Gávea à procura de jogadores para reforçar o seu time que é vice-líder do campeonato baiano.

Apesar da boa colocação do Fluminense, um ponto atrás do Galícia, Válder Miraglia está pretendendo armar também o time para uma excursão aos Estados Unidos no fim do ano. Segundo Miraglia, o Fluminense de Feira de Santana está com muitas possibilidades para se sagrar campeão baiano deste ano.

Samaronc ainda sente o tornozelo, mas já está escalado para o Fla-Flu

Samaronc deverá ser substituído por Cláudio no apronto que o Fluminense faz esta manhã, porque continua sentindo dores no tornozelo esquerdo e Telê tem medo de agravar sua contusão obrigando-o a treinar num campo molhado.

O Dr. José Rizzo disse porém ao técnico que Samaronc terá condições de jogar domingo contra o Flamengo, porque, apesar de tudo, as dores e a inchação de seu tornozelo são agora menores do que quando ele enfrentou o Vasco, no sábado passado.

ESTUDOS

Embora tenha chegado atrasado ontem de manhã, porque teve licença para fazer provas na Faculdade de Engenharia, Samaronc fez todo o individual, numa sessão à parte com o assistente técnico Júlio Bruno. Ele foi apenas dispensado da corrida de 100 metros para controle de pulsação, justamente para não agravar o estado de seu tornozelo.

Esta prova ontem foi cercada do maior mistério, como de resto vem acontecendo com tudo o que se relaciona com o Departamento Médico. As mais simples perguntas são respondidas com um "não sei", "talvez", "depende" — até mesmo quando se trata de um resfriado. Isto acontece por ordem do Vice-Presidente do Departamento, que acha que a imprensa só serve para prejudicar o clube.

O motivo alegado é o Código de Ética Profissional, que desta feita foi aplicado até mesmo em relação à corrida de 100 metros. Os piques foram interrompidos e só foram reiniciados quando não havia mais jornalistas por perto, porque, ao que parece, eles poderiam fazer perguntas embarrassas. Entretanto, o tempo nas corridas é apenas um dos critérios que servem para a seleção do estado atlético dos jogadores.

CONCENTRAÇÃO

O lateral-direito Pedro Omar foi o único dispensado do in-

dividual. Continua baixado à enfermaria por causa da pancada que recebeu no jogo de sábado à tarde, com o Vasco.

Sebastião Sérgio, a exemplo de Samaronc, não tomou parte no controle de pulsação, porque teve de sair mais cedo para ir ao quartel onde presta serviço militar. Esta semana, Sebastião Sérgio será relacionado pela segunda vez para a concentração, que começa às 21 horas de hoje.

Além de Sebastião Sérgio e dos titulares que jogaram sábado, vão se concentrar Valdez, Cláudio, Gilson Nunes e Vitorino ou Humberto. Telê pretende colocar Vitorino, mas não se decidiu ainda porque o goleiro está gripado. Vitorino está afastado do time e também da Regra Três desde que se operou dos meniscos, há pouco mais de um mês.

EM GOL

Acabado o individual Telê dirigiu exercícios de chutes a gol para os atacantes, enquanto alguns outros jogadores disputavam uma minipela, formando um time com Hélio, Suingue, Roberto e Carlos Roberto, e outro com Jairo, Márcio e Ivanir.

Jair voltou aos treinos ontem, recuperado da distensão muscular. Entretanto, ele precisa fazer tratamento para a eliminação de focos dentários e espera também que o clube decida sobre seu pedido de ser emprestado para o exterior.

COM ENTUSIASMO




Roberto treinou ontem com a mesma disposição de sempre, levando constantemente perigo ao gol dos reservas, onde estava Manga

Horóscopo

Prof. Mazurka

Bom dia para assuntos relacionados com produções literárias. Bom também para assuntos ligados ao coração.



CAPRICÓRNIO (21/12 a 20/1) — Número de testes: 22. Cór: Iruanja, Pedra: Turquesa, Multi-
cuidado com a falta de cumprimento de tarefas
na área financeira. São resultados negativos.

AQUÁRIO (21/1 a 20/2) — Número de sorte: 48. Cor: bordado. Pedra: jacinto. Amizades: amigos íntimos e originais com perigo de ligação de mau resultado.

PEIXES (31/2 a 20/3) — Número de sorte: 30. Cor: roxo. Pedra: ametista. Esteja prevenido pois há indícios de recebimento de falsas notícias e de contato com pessoas de mau caráter.

ÁRIES (21/3 a 20/4) — Número de sorte: 65. Cor: rosa. Pedra: rubi. Este mês prescrito para não se colocar em situação difícil, pois este é um dia desfavorável para você.

TOURO (21/4 a 20/5) — Número de sorte: 13. Cor: vermelho. Pedra: safira. Lucros pela boa disposição e pela proteção de pessoas influentes é o que poderá acontecer para você neste dia.

GÊMEOS (21/5 a 20/6) — Número de sorte: 33. Cor: verde. Pedra: esmeralda. Da muito cuidado para tratar de empréstimos e empreendimentos, pois a sua estrela hoje estará recebendo fluidos das águas.

CÂNCER (21/6 a 20/7) — Número de sorte: 21. Cor: creme. Pedra: ágata. Genial intenção na

LEAO (21/7 a 20/8) — Número de sorte: 31. Cor: violeta. Pedra: brilhante. Originalidade nos escritos e na maneira de começar tarefas no local de trabalho. Já para o coração haverá certas dúvidas, agravadas com indecisão nas horas precisas.

LIBRA (21/9 a 20/10) — Número de sorte: 10
Cór: perola. Pedra: lápis-lazuli. Disposição se-
ria, podendo tirar bons proveitos, pois o dia não
é tão fraco de influências.

SAGITÁRIO (21/11 a 30/12) — Número de sorte: 43. Cor: marrom. Pedra: topázio. Disponível: pessimista e má saúde. Se tiver alguns assuntos relacionados com o coração para resolver, deixe para amanhã, assim poderá refletir melhor.

JARDINEIROS E CASERIOS

CASERO — Preciso para moradia no alto do Alto de São Vito. Quase cent. com luz elétrica, água, telefone. Preço 70 mil cruzeiros. Para detalhes e visitas, telefonar para o 40.0257.

CASAL — Casal, para 2 pessoas, 3 quartos de 90, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 varanda. Al. Marcondes, 1.208 — no 12.

OFERECESE Jardineiros com mo-

ap. 201. Batoforo.

LAVAD. E PASSADEIRAS

LAVANDERIA — Preciso lavar roupa e roupa para Calista. Rua Joaquim Pahares, 61 — Ev. 600.

PASSADEIRA para comiss. Preciso. R. B. Bom Retiro, 912B.

Passadeira (ou Lavador) (1) ou lavador e passador. Preciso. Rua Iguatemi. Rua Nizkoru. 517A — Perha.

PRECISA de um chaceiro (jardineira) para trabalhar sítio em Jacarapuz que seja preferível em chaceira e jardim, com pátio em grande, por onde se possa fazer churrasqueira e fazer refeições, só serve comendo está pedindo. Tratar na Rua Tanguá, 155 — Ev. 600.

PRECISA de um chaceiro. Está em casa na Rua General Rosa — 1 — Leão do Morro

DIVERSOS

PASSADORA DE BRIM - Cam
passadora p. tintura. 248
Má 248, Maria da Graça.

PASSADOR - p. tintura, maquina
passadora. R. Miguel Maes, 248
- Maria da Graça.

TINTURARIA - p. tinturas lavador
passador, Rua Ferreira Sampaio, 8

TINTURARIA - PASSADOR
- Precisa-se que trabalho em
qualidade. Kodama Bispo, 248
- Rua Ferreira Sampaio, 23. Estefio.

PRECISA-SE - de uma pessoa com
experiencia para trabalhar em
uma fabrica de tintura. 248

PRECISA-SE de acompanhante com
pratica de enfermagem, sem
acumulo, noite, existencia refer
Honorata, Tede

PRECISO grato para limpar
40,00 com este e comida. Rua
Ferreira Sampaio, 135. Tizio

PARA O ESTABELECIMENTO - Me
curso musical e cantif, e a
de 1500. Interessado por acumular
finais a comp. governante ou outro
servico para America do Norte

**PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO
E COMÉRCIO**

AUX. DE ESCRITÓRIO

AUXILIAR de escritório - Mochila, calçados, roupas, acessórios, etc.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO - Recebe de 21 a 25 anos, ensino médio, digitação, instrução em contabilidade, inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, japonês, russo, etc.

AUXILIAR DE CONTABILIDADE – Precisa-se com prática da lançamentos, livros fiscais, demais serviços. Paga-se bom. Apresentar-se em pessoa. Interessados: Rua da Friois, 55/56, 4º/5º. D. Emyr.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO – Admitir-se principiante na Avenida

AUXILIAR DE CUSTOS - Importante firma do ramo de metalurgia, procura p. final em Beneditópolis, região do Rio São Francisco, para instalação de um laboratório em cuto industrial, com capacidade bem calculo de produção e mão de obra. Soma de \$ 500.000,00 para possibilidade de cuto funcional e salarial. O contrato inicial de 450-500 mil é reajustado após experiência. Não é

AUXILIAR ESCRITÓRIO — Precisa-se móda que esteja estudando contabilidade para trabalhar em escritório. Tramar, Av. 13 de Maio, 23, 15.º grupo 614.3.

AUXILIAR ESCRITÓRIO — Precisa-se mais datilógrafa, conhecimentos em inglês e espanhol. Tramar, Av. Branco, 123, 15.º grupo 41.1612.

ENTREVISTA COM O SR. SEDILACER — Av. 13 de Maio, n. 23 — grupo 614.3.

GANHE 180 mil, distal, 200, sem cert. 120, aux. escrit., 200, aux. cont., 600, confid., 100, aux. cont. 120, 125.

MOÇA — Precisa-se para escritório de firma administradora de imóveis, datilógrafa. Paga-se R\$ 120,00 incluído. Av. de G. 23.

[illegible]

AUXILIAR - VARGAS, 529, 18.^a

PRÉCATORIO DE ESCRITORIO do prático, datilógrafo, conhecedor de estatística, cálculos, faturas, etc., para o escritório da Alameda Barrocas, 90, quarto 513.

AUXILIAR - MOCAS, Di. Fm. Mag. Elei. Esc. Dir. Dat. Nat. Cont. e Estat. - para o Prato, Cnt. 160-200, Rua de São João, 7, 2.^a andar.

AUXILIAR - P. VARGAS, 335 e 635.

AUXILIAR - 150 e 513 - D. Fm.

PRÉCATORIO de uma móda com conhecimentos de escrituração de livros diários, esteira, razão, ICMG para o escritório de contabilidade, Rua de São João, 7, 2.^a andar, às 13 horas, até 17, sala 304 e 307, 3.^a andar.

PRÉCATORIO para firma de natureza comercial.

[illegible]

1000

CAMPO—S.

ROS ou

atos de desenhos me
ferramenteiros.



s salários, condução p
os e dependentes, p

MÓVEIS LTDA.



diversas tipos de guilhotina

...oras.

...es de Souza S/A

ES

...diversos tipos de guilhotinas

...iva aos dependentes

...rentícios com desconto em folha



...pto. de Seleção e Treinamento

CIVIS

STAS

NCR\$ 2.000

...oras.

...nes de Souza S/A

RES

Diversos tipos de guilhotina

...iva aos dependentes

...pencillos com desconto em foli

...pto. de Seleção e Treinamen

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de **PROJETOS CIVIL**

ICOS (subestações ou es

...resso em quadro perma

...to até 15 de novembro

...ras.

...s de Souza S/A

RES

...vernos tipos de guilhotina

...va aos dependentes

...mentais com desconto em folha

...pto. de Seleção e Treinamento

CIVIS

STAS

NCR\$ 2.000

...visão de **PROJETOS CIVIS**

ICOS (subestações ou es

...esso em quadro perma

...tas até 15 de novembro

...al. (

CIVIS OU

AC

...ras.

...es de Souza S/A

ES

...diversos tipos de guilhotina

...iva aos dependentes

...renciais com desconto em fáb...

...to, de Seleção e Treinamen...

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de **PROJETOS CIVIS**

ICOS (subestações ou es...

...resso em quadro perma...

...tas até 15 de novembro

...al. (

CIVIS OU

AS


Cr\$ 1.200,00

...projetos de SUBESTA...

...de empresa.

...o número P-30 314

...ras.

...es de Souza S/A

ES

...diversos tipos de guilhotina

...vira aos dependentes

...pencilhas com destaque em fôr-

...pto. de Seleção e Treinamen-

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de **PROJETOS CIVIS**

ICOS (subestações ou es

...esso em quadro perme

...tas até 15 de novembro

...al. (

IVIS OU

AS

Cr\$ 1.200,00

...projetos de **SUBESTA**

...de empresa.

...o número P-30 314

(

dedores



...com prática de ven

...omens e rapazes.

...na Av. N. S. de Co

...o andar.

...oras.

...es de Souza S/A

ES

...diversos tipos de guilhotinas

...ivos aos dependentes

...prestícios com desconto em folha

...pto. de Seleção e Treinamento

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de **PROJETOS CIVIS**

ICOS (subestações ou es

...esso em quadro perma

...tas até 15 de novembro

...al. (

VIS OU

AS

Cr\$ 1.200,00

...projetos de SUBESTA

...de empresa.

...o número P-30 314

(

dedores

...com prática de ven

...omens e rapazes.

...na Av. N. S. de Co

...o andar.

VIÇOS

SSIONAIS

ERSOS

DETETIVE
ORGANIZAÇÃO PARTICULAR

CIVIS

TAS

R\$ 2.000

PROJETOS CIVIS

ICOS (subestações ou es

Cr\$ 1.200,00

SUBESTAÇÕES

P-30 314

DETECTIVE

ORGANIZAÇÃO PARTICULAR DE INVESTIGAÇÕES

SINDICATAS - PARACETOL

FLORIANÓPOLIS

VIGILÂNCIA, ETC.

SOB ORIENTAÇÃO DO DETETIVE WALTER

AV. C. CASATI, II - 111-113

FONELE: 79-6471

RUA DE JARDIM - 108

Representação

Norte Paulista

...res.

...es de Souza S/A

ES

...vernos tipos de guilhotina

...iva aos dependentes

...renciais com desconto em folha

...pto. de Seleção e Treinamento

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de PROJETOS CIVIS

ICOS (subestações ou es

...resso em quadro perma

...tas até 15 de novembro

...al.

VIS OU

AS

Cr\$ 1.200,00

...rojetos de SUBESTA

...de empresa.

...o número P-30 314

dedores

...com prática de ven

...omens e rapazes.

...na Av. N. S. de Co

...o andar.

VIÇOS

SSIONAIS

ERSOS

DETETIVE
ORGANIZAÇÃO PARTICULAR
DE INVESTIGAÇÕES
SINDICÂNCIAS — PARQUEIRO
FLAGRANTES
VEICULOS, IPT
**SUB ORIENTAÇÃO DO
DETETIVE WALTER**
AV. EL CAMINO, 100 - 100
TELEFONE: 210-047
R. JOSE DE SAUSSET, 100

Representação
Norte Paulista

Pessoa estabelecida no
interior, c/ cond. prop. e
rept. prod. de qualidade
geral. Cartas para Estr. V.
valho, 1117/304 — N.
Souza.

DIVERSOS

PINTURAS e reformas de c
e. Tel. 29-9464 e 29-6791
1366.
PINTURAS — Tinta plástica,

...res.

...es de Souza S/A

ES

...vertos tipos de guilhotina

...iva aos dependentes

...mentais com desconto em folha

...to, de Seleção e Treinamento

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de PROJETOS CIVIS

ICOS (subestações ou es

...esso em quadro permanente

...tas até 15 de novembro

...al.

IVIS OU

AS

Cr\$ 1.200,00

...rojetos de SUBESTA

...de empresa.

...o número P-30 314

dedores

...com prática de ven

...omens e rapazes.

...na Av. N. S. de Co

...andar.

VIÇOS

SSIONAIS

ERSOS

DETETIVE

ORGANIZAÇÃO PARTICULAR

DE INVESTIGAÇÕES

SINDICATOS - PARQUEIRO

FLAGRANTES

VIDEOLIBROS 170"

SOB ORIENTAÇÃO DO

DETETIVE WALTER

JOÃO DE CARVALHO JUNIOR

TELEFONO 30-2403

AV. N. S. DE COIMBRA, 100

Representação

Norte Paulista

Pessoa estabelecida na
interior, c/ cand. prop.
repr. prod. da qualidade
geral. Cartas para Estr. V.
valho, 1117/304 - N.
Souza.

DIVERSOS

PAINTURAS e reformas de c/ to. Tel.: 29-9464 e 29-8791 José.


PAINTURAS - Tinta plástica, Gramer, Keroline, Maral e quer outro tipo - tel.: 52-2632 Renêirio Gonçalves.

PAINTURAS em edifício apt. - ova com ladrilho, gesso, bombeiro, carpinteiro. Fajmarie Imbrás, varanda. 46-1144 das 12 às 20h - Sr. S.

REFORMAS EM GERAL - al., instalações, serviço de onica hidráulica, pedreiro, pintor, ferreiro, etc. Tel.: 52-2403 - Rogério Gonçalves.

Fretes

...ores.

...es de Souza S/A

ES

...versos tipos de guilhotina

...iva aos dependentes

...renciais com desconto em tal

...pto. de Seleção e Treinamen

CIVIS

STAS

NCr\$ 2.000

...visão de PROJETOS CIVI

ICOS (subestações ou es

...esso em quadro perma

...as até 15 de novembro

...al.

IVIS OU

AS

Cr\$ 1.200,00

...rojetos de SUBESTA

...de empresa.

...o número P-30 314

dedores

...com prática de ven

...omens e rapazes.

...na Av. N. S. de Co

...P andar.

VIÇOS

SSIONAIS

ERSOS

DETETIVE
ORGANIZAÇÃO PARTICULAR
DE INVESTIGAÇÕES
SINDICATICAIS - PARQUEIRO
FLAGRANTES
VIOLADORES, ETC.
SOB ORIENTAÇÃO DO
DETETIVE WALTER
JUNIOR DE CARVALHO, EXPERTO EM
TODOS OS RAMOS DO CRIME

Representação
Norte Paulista

Pessoa estabelecida no
interior, c/ cond. prop.,
reput. pros. de qualidade
geral. Cartas para Estr. V.
valho, 1117/304 - N.
Souza.

DIVERSOS

PINTURAS e reformas de c
... Tel. 29-9364 e 29-6791
Jude.

PINTURAS - Tinta plástica,
Cromat, Kentone, Mural e
muitos outros tipos - Tel.: 32-26
Rondão Gonçalves.

PINTURAS em edifício ap
... mas com Indústrias, ges
bombeiro, carpinteiro - Fai
marie Imbria, varanda, 46
lidade das 13 às 20h. Sr.
Sousa.

PINTURAS EM GERAL -
... mas com Indústrias, ges
bombeiro, carpinteiro - Fai
marie Imbria, varanda, 46
lidade das 13 às 20h. Sr.
Sousa.

Fretes

Faço aos sábados e d
... - Camiloneia fecha
Taro 1 200 km. - Tel. 32-



Meio de batina, a garôta é A Garôta



B

JORNAL DO BRASIL □ RIO DE JANEIRO,
SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1967



Eu sou a garôta, a verdade e a vida



Mais que um poema: Márcia

A GARÔTA, QUE GRAÇA

Wilson Cunha



O corpo dourado do sol de Ipanema



Márcia: a vida é um cinema, o cinema é a vida



Entre Godard e Vergara meu coração balança

-- O roteiro de A Garôta de Ipanema foi escrito por homens e eles algumas vezes não sabem muito bem a experiência que uma garôta já viveu...

E quem acompanhou as filmagens da Garôta pôde ver os dezoto anos de praia de Márcia Rodrigues discutindo com o diretor Leon Hirschman os detalhes da cor e formato de uma bolsa, modificando diálogos, no reencontro da Garôta com sua música.

Márcia, A Garôta, é uma garôta típica, com todos os detalhes que uma garôta não gosta que conte, mas fazem parte do charme, do encabulamento ao aparelhinho nos dentes com que aparece em uma foto histórica de uma de nossas revistas — antes do concurso, antes da Garôta. E já, claro, no Paissandu, Castelinho e outras bossas.

UMA FAMÍLIA "POP"

A Garôta de Ipanema mora em Copacabana, mas isto não muda muita coisa em sua psicologia, embora Márcia considere Copacabana como "uma espécie de Centro da Cidade", preferindo mesmo é Ipanema. "em que até os velhos, figuras também típicas do bairro, parecem não se importar com nada."

De seu apartamento vê-se o mar por todos os lados, e a entrevista se transforma em um pequeno happening: a mãe de Márcia, D. Mary, é a senhora grã-fina que dá uma festa maluca no filme El Justiciero, de Nelson Pereira dos Santos, em que Márcia também trabalha; seu irmão, Guilherme, além de frequentador assíduo do Paissandu e emérito jogador de bolche, trabalhou em dois filmes inscritos no III Festival do Cinema Amador JB-Mesbla (Prólogo; Patrimônio); o pai, Seu Humberto, é um dos atores do mesmo Prólogo. A família unida e reunida discute cinema moderno, Godard, que Guilherme considera que "a partir de Made in Usa não tem mais nada a dizer" e Márcia reclamando: "em um filme de Godard a gente sente cada vez menos a presença da câmara, em um sentido de improvisação total, na vida que é o cinema."

Em meio ao esgotamento e genialidade de Godard, surge a voz e presença cheia de mise en scène do pintor Carlos Vergara, uma espécie de enfant gâté da família, e novas discussões se estabelecem, comunicação do cinema novo, a posição do ator no cinema brasileiro. E Márcia sintetiza o problema: "o ator no Brasil tem que ter outro emprego para poder comer, a não ser os mais famosos,

como um Paulo José, por exemplo, que já tem contrato até o século que vem."

E chega a hora do jantar em que a família continuará a discutir, fazer gozações mútuas e se preparar para assistir a uma sessão especial na cabana do Líder. E a inevitável esticada no Zepelim.

A GARÔTA OU GILDINHA SARAIVA?

A garôta foi música, agora é filme; Gildinha foi mito e depois teatro. Entre as duas uma diferença fundamental: a garôta existe, vive, respira. Gildinha é a esquematização, uma projeção puramente intelectualizada da Garôta. Márcia, a Garôta, vive a intensidade de seus dezoto anos, na praia, no Paissandu e no Zepelim, fenômenos que ela explica: "o cinema Paissandu é um cinema que sempre procurou exibir filmes de arte, e o perfeitamente normal que o pessoal que gosta de bom cinema passasse a frequentá-lo, transformando-o então em um ponto de encontro... como a Colombo para outras gerações."

"Como a juventude de todos os países, a nossa tem um certo jeito de se vestir, uma certa forma de ser. Algumas pessoas que deviam ficar em casa fazendo tricô então saem e se metem a escrever sobre fenômenos que antes de serem atacados historicamente devem ser analisados em suas causas e consequências. Como existem playboys que ficam fumando macacna, o pessoal vai para o Zepelim e fica falando em sua fossa. São pessoas que passam por uma crise total, em que umas podem destruir-se, outras superá-las e se realizar."

MÁRCIA, A GARÔTA, A MENINA

A hipotética transformação de Márcia menina em Márcia, A Garôta, deu-se antes mesmo do filme de Leon Hirschman. Durante o II Festival de Cinema Amador JB-Mesbla, Quarto Movimento revelava o jovem talento da atriz que Nelson Pereira dos Santos imediatamente aproveitaria em El Justiciero. Araci, a jovem revolucionária, e uma etapa entre a Márcia menina, Márcia, A Garôta; Araci é Gildinha Saraiva.

Márcia Rodrigues, jovem de 18 anos, emprestou às duas personagens o toque de sua personalidade ("Nelson não me dirigiu, dizia para eu falar, agir, como na vida real"), o que as aproxima muito de sua realidade mesma.

Márcia Rodrigues, Garôta de Ipanema, estréia sem falsos estrelismos, continua a mesma menina emocionada que uma noite subiu no palco do cinema Paissandu para receber seu prêmio; no palco da Maison de France, estreando no teatro com texto em original francês, jogando bolche com alguns amigos (também críticos e cineastas), com seu irmão em festivais cinematográficos, nas discussões no Zepelim ou Paissandu, ou ainda em sua casa, totalmente informal.

CUPIM
BARATA

DOTIZAÇÃO
ATLAS

27-2727

CUPIM
BARATA SU 27-9797

TELEVISÃO | FAUSTO WOLFF

A ALEMANHA PELO VÍDEO — (IV)

Depois de realizar a cobertura dos jogos olímpicos em 36, em Berlim, e de deixar de funcionar durante os últimos anos da guerra, voltou à televisão alemã em 1949. Havia apenas um canal, como já expliquei em artigo anterior, a ARD. A televisão foi des-centralizada pelos aliados e, aos poucos, foram criados nove estúdios localizados em Colônia, Hamburgo, Stuttgart, Munique, Frankfurt, Baden-Baden, Berlim, Bremen e Saarbrücken. Cada um desses estúdios mantinha e mantém a sua programação regional de duas horas, geralmente, entre 18 e 20 horas, e colabora, na medida das suas possibilidades, para a programação nacional, que vai das 16 às 24 horas. Assim é que 25% da programação nacional é realizada em Colônia; 25% em Munique; 20% em Hamburgo e o resto é dividido entre os outros estúdios. Há, porém, colaborações fixas. Por exemplo: o noticiário nacional vem sempre de Hamburgo; o boletim meteorológico, de Francforte e assim por diante.

A ARD é dirigida por um colégio que se reúne em Munique, composto de representantes da política, dos sindicatos, das igrejas, da municipalidade e que decidem sobre a programação regional e estadual. O público e a classe artística também estão representados, uma vez que todo o cidadão paga sete marcos mensais para assistir à televisão e, assim, paga, também, o salário do pessoal que faz televisão. Dentro desse esquema, jamais se verá na Alemanha programação de nove horas de iê-iê ou de três horas de novelas etc. etc.

Em 1956, entretanto, o já falecido Primeiro-Ministro Conrad Adenauer insurgiu-se contra esse esquema de televisão. Segundo ele, os Estados da República Alemã, todos orgulhosíssimos e pre-

tendendo sempre apresentar o melhor para si, jamais se uniriam em torno de uma televisão nacional. Querida ideia: "jamais haverá na Alemanha uma televisão que represente o pensamento, os ideais, os anseios do povo alemão unido, mas sim dos 11 Estados alemães". Propôs, portanto, e chegou a criar, uma estação de televisão nacional controlada pelo Estado, o segundo canal. Passadas algumas semanas, entretanto, reuniu-se o Parlamento alemão e, com muito tato, demonstrou a Adenauer (que sempre já tinha sua decisão no bolso do colête) que uma televisão controlada pelo Estado era anticonstitucional. Adenauer esbravejou mas teve que ceder e o segundo canal, como é conhecido em toda a Alemanha, mantém apenas uma programação nacional que em nada diverge da programação da ARD. Apenas não é

controlada pelo Estado: uma comissão composta de membros das mais diversas correntes civis dirige a programação, sob a orientação de um presidente escolhido de dois em dois anos pelos conselheiros. O segundo canal tem sua sede em Mainz (Mogúncia) e mantém sete ou oito estúdios nas principais cidades alemãs que enviam seus videotapes para a sede central. O presidente da comissão, atualmente, é o Professor Doutor Holzamer, Catedrático de Filosofia, Ciências e Letras.

Foi criado há alguns anos o terceiro canal para atender, especificamente, às necessidades culturais de cada região. O terceiro canal não funciona nacionalmente. Por exemplo: dentro de cada um dos nove estúdios da ARD, há uma comissão encarregada de criar a programação cultural regional para o terceiro canal. Assim é que em Hambur-

go, pode-se assistir, às 18 horas, aulas de Física; às 18h30m, aulas de Alemão, às 19h30m, aula de Inglês; às 20h, aula de Francês; às 20h30m, aula de Matemática; às 21h30m, a filmagem da peça Ricardo III, pelo Schiller Theater de Berlim etc. etc. O mesmo acontece, evidentemente, com uma programação que atenda às necessidades regionais, em Berlim, em Munique, em Francforte, e assim por diante. Evidentemente, toda essa programação é feita com meses de antecedência. Quando estive em Stuttgart, por exemplo, a comissão encarregada da programação do terceiro canal dentro do estúdio local da ARD já sabia o que iria apresentar em janeiro de 68 e mais: 80% dessa programação já estava nas prateleiras em videotapes, para ser apresentada na data certa.

RELIGIÃO | MARTINS ALONSO

O PAPA E A PAZ

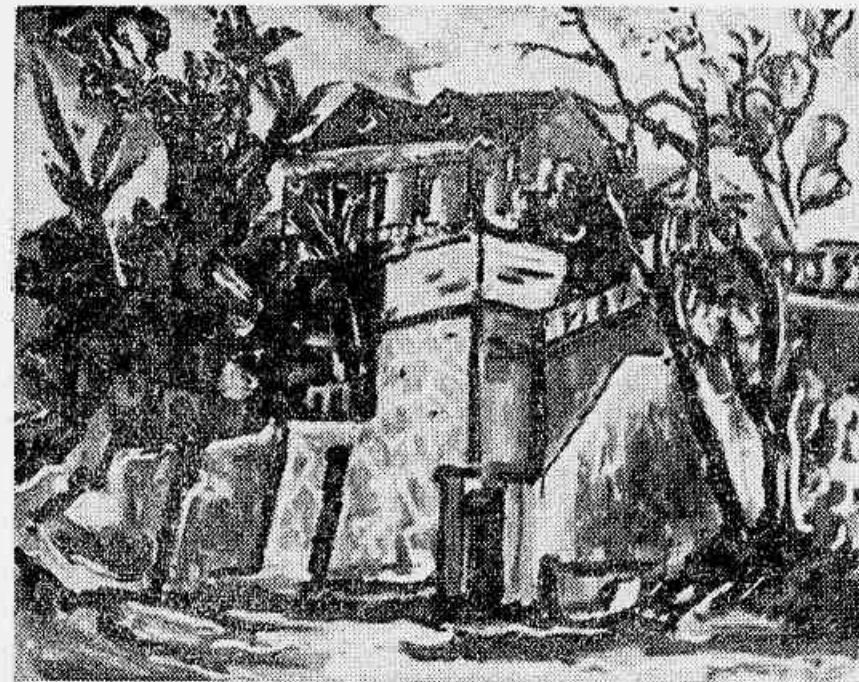
Em suas mais recentes alocações, o Santo Padre veio destacando suas preocupações com a paz no mundo. Na primeira de três que se seguiram a partir da tarde da Assunção, Paulo VI alude à decadência da ideia de paz e proclama: "dela se fala sempre e dela se tem sempre necessidade, hoje mais do que nunca. Porque, como infelizmente cada um sabe, ainda há uma guerra que prossegue. E porque a verdadeira noção de paz se perde e se obscurece, enquanto retomam posição os princípios que lhe são adversos: o culto da força, a escola do terrorismo e da revolução, o desprezo pela vida do próximo, o egoísmo nas relações internacionais, e espírito de represália e de vingança, a desconfiança nos métodos razoáveis e nas instituições criadas para o equilíbrio e a ordem entre as nações. A ideia de paz, fundada sobre a fraternidade, a justiça, a liberdade, a colaboração, passa por um momento de perigosa decadência. O que falta é o verdadeiro sentido do homem, a força, a constância e a coerência para instaurá-la no mundo. Mas a paz, que parece uma veleidade, uma utopia, dispõe feliz-

mente de um socorro que lhe vem do alto, que vem de Cristo. Este é o socorro que nós imploramos hoje pela intercessão poderosa e misericordiosa da Rainha dos céus e da paz".

Noutro passo, alude o Papa ao tratado de não proliferação das armas nucleares apresentado pelos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, na Conferência dos Dezessete sobre o desarmamento. Neste momento espiritual, diz o Sumo Pontífice, nós evocamos o fato positivo da semana. Esse fato nos parece positivo porque demonstra que os responsáveis têm consciência do perigo terrível e incalculável das armas nucleares e porque ele marca um primeiro passo, não decisivo por certo, mas inicial, para conjurar o risco que pesa sobre a humanidade inteira. Ele nos parece positivo porque instaura um episódio de concórdia e de colaboração internacionais, sem as quais é impossível esperar a segurança e a paz no mundo.

Finalmente, na terceira exortação, falando aos peregrinos de Albano sobre o momento histórico e social em que vivemos, refere o Papa que o cristianismo não

pode ser vivido no medo, dizendo: "compreendi o valor desta hora que passa sobre nossa sociedade, sobre vós e sobre vosso destino. É uma hora de renovação. Como diz São Paulo: Renovai vossas consciências, vossos costumes, vossa vida, procurando dar um caráter de autenticidade à expressão de vossa fé. E os jovens poderão dizer que isso corresponde bem à sua aspiração e à sua prerrogativa. Trata-se de conhecer a verdade, de cumprir o seu dever, resumo de perfeição que indica de modo seguro as necessidades do coração e responde fielmente à mensagem de Cristo. Se nós soubermos proceder assim verdadeiramente, o tumulto da sociedade moderna, da vida que nos envolve, todas as apreensões, todo medo que pesa sobre nossos dias — a guerra, a bomba atômica, o que será o dia de amanhã? etc. —, tudo isso será dissipado, porque o Senhor vem a nós com a sua palavra de salvação da qual o Papa se fará transmissor: "Não temais". O cristianismo, conclui Paulo VI, não pode ser vivido com o medo no coração. Por toda parte, ele espalha seus tesouros de fé, de esperança e de caridade.



Paisagem de Inimá de Paula

ARTES | Interino

FURACÃO AMEAÇA A PAISAGEM

Os últimos trabalhos de Inimá de Paula, ora na Galeria G4, estão divididos em duas linhas. A primeira, a paisagem e a natureza morta, calma, quase silenciosa. A segunda, conservando a mesma característica expressionista, é violenta, tempestuosa, como se um furacão estivesse a caminho da paisagem. Nesta, sobretudo, sua atenção está voltada para os tons verdes, azuis e o traço como que amargurado.

O artista não parou no tempo. Apenas quis ser fiel a si mesmo, resistindo às novas tendências. A propósito, Inimá fez, certa vez, uma pausa em sua rota figurativa, passando pela abstração em longas espatuladas, justamente quando o abstracionismo fazia escola e era grande o número de adeptos.

Em seguida, Inimá retomou seu caminho e tratou de seguir calmamente, já agora aprimorando sua experi-

ência plástica, confiante em sua qualidade de artista responsável.

Tudo em Inimá é ordenado, sustentando uma paisagem intencionalmente dentro de um ângulo estudado. A violência do traço em pinceladas fortes pode não agradar ao público acostumado à coisa formal. A composição sugerindo movimento, numa total ebulição, traz o reflexo de uma explosão interior.

Por outro lado, sua pintura não se limita a representar a paisagem quieta, singular. Devagar, o artista caminha ligado ao expressionismo, cultivando e acrescentando consciente sua personalidade transformada em elementos indispensáveis à sua visão criadora.

Sem a intenção de estar voltado para as grandes descobertas, este pintor nos mostra uma boa pintura, sem recorrer a rebuscamentos.

Antonio Maia

A LIÇÃO DOS VELHOS MESTRES

José Paulo M. Fonseca

UM POEMA DE AUDEN COMO INTRODUÇÃO

Inicia W. H. Auden um dos seus mais conhecidos poemas (Palais des Beaux-Arts) com os seguintes versos incisivos:

"About suffering they were never wrong
The Old Masters: how they
understood
Its human position..."

ou, em aproximada tradução "Sobre o sofrimento, eles nunca se enganavam / os Velhos Mestres: como bem entendiam / a humana posição..."

O farto acervo do Museu de Bruzelas sugeriu ao nosso poeta estes versos, que têm aquela extrema virtude de unir a inteligência com a simplicidade. É um testemunho que se escuta com toda a distância da alma, uma dessas frases cujo gume atilado quase nunca falha o seu golpe, que simultaneamente atinge a inteligência e a emoção.

Auden soube perceber a verdade dos velhos mestres, o poder que tinham de nos comunicar a human position.

Um Breughel, um Miguel Ângelo, um Veronese ou um Goya assentavam as suas retinas perspicazes no fenômeno humano, e as figuras que nos apresentavam denunciavam, além das aparências, algo de fundamental da nossa condição. Foram moralistas no mais positivo

sentido da palavra, confessavam como era ser-se homem. E assim teve razão o inglês ao dizer que a propósito do sofrimento they were never wrong.

NADA DE HUMANO ME É ESTRANHO

Valho-me para intitular este segundo item, de uma outra citação: o venerável nihil humanum... Tal frase terenciana era um axioma para o Mestre de outrora. As antigas pintura e escultura exemplificavam a nossa aventura nos seus vários passos. A tristeza e a alegria, a infância e a velhice, o varão e a mulher, o solitário e a multidão povoavam as suas telas, ou informavam os seus mármores e bronzes, concedendo uma densidade de significação, uma importância cujos sucessores, em parte, perderam. Em termos concretos: um artista moderno, por ótimo que seja, como um Bracque, em derradeira análise é carente diante de um Rembrandt ou mesmo de um Daumier. Leitor, neste momento, tu talvez estejas protestando intimamente. Respeito o teu protesto, mas o problema é que para mim uma natureza-morta tão bem feita quanto uma maternidade para mim, esteticamente e não apenas humanamente, vale menos, justamente por ser uma natureza morta e não um aspecto da trama humana. É possível que tu me argumentes que em pintura o que interessa é a pintura. Certo.

Mas a pintura é um meio de comunicação e se uma comunicação logra dizer mais que outra, supera-a. (*)

Nesse caso, pensarás, há uma condenação geral da pintura moderna. Concordo. Sou daqueles que acham que as artes plásticas estão num período de decadência. Para muitos dos artistas de hoje o humano é, não raro, estranho, mais que isso, secundário, prejudicial até, inexistente.

Mas, não seria possível de outro modo, retrucarás, esse foi o curso dos acontecimentos, a desumanização foi a taxa para a pureza. Mau negócio, parece-me. A troca não valeu a pena. E, o que interessa, alguns se recusaram a tal câmbio.

A TRIBO FIEL

Picasso em boa parte de sua obra recusou-se a deixar o território humano. Guernica tem a dimensão dos velhos mestres. Porque evidentemente eu não sou um ingênuo em desejar que o artista de hoje se valha das m e s m a s técnicas de outrora para apreender o mundo. Cada tempo tem sua perspectiva, ou melhor, é sua perspectiva. Não se trata pois de pintar como Caravaggio ou Georges de la Tour, mas de, como Caravaggio ou Georges de la Tour, estar interessado no homem, o grande tema, aquele que se equipara com nossa avidez de saber.

Voltando a Picasso, em Guernica ele não se enganou sobre o suffering, ele soube de-

linear a human position. Como Rouault, que igualmente quis ser antes de tudo um pintor de figura. Como boa parte dos expressionistas. Como o incontornável Munch, cuja estatura gigantesca, infelizmente, quase que só é vista nos países de cultura escandinava e germânica. E entre nós basta lembrar o gênio de Portinari.

Pergunto-me, por vezes, se esta perversão, este abandono do humano, não será um inocente ramo do processo de coificação do homem?

O HOMEM E AS COISAS

Sou daqueles que têm uma visão realitisticamente otimista da História. Creio que o homem de hoje é mais humano do que um egípcio do tempo dos Ptolomeus ou do que um romano da época de Augusto. Enfim, apesar das jaulas de leões desafiando a miséria nas televisões, o Maracanã é bem melhor que o Coliseu, onde Roma se divertia vendo gladiadores se assassinarem ou feras devorarem cristãos. Mas, o processo histórico não é um contínuo monolítico; o nosso século assistiu à iniquidade dos campos de extermínio nazistas, aos expurgos stalinistas, à macabra apoteose técnica de Hiroxima, isto sem falar nas multidões à mingua etc...

Está ainda bem presente, pois, a nefasta miopia de ver-se o homem como coisa e não como homem. A noção evangélica do próximo não é moeda corrente.

Mas as ferramentas progrediram, as coisas hoje já chegam a pensar, já põem em xeque a própria sobrevivência da espécie. Ferramenta, repito a palavra pois talvez ela seja uma das chaves, a fatura delas exige uma imensa especialização: vivemos a época das especializações, dos meios. Porém, para alcançar o quê? E a própria pintura ou a escultura têm que ser especializadas, nada de impuro, nem um grão de pó, um grama de sentimento. (Por sorte, ou contrapelo, o cinema e a literatura escapam a essa redução). E em tal arte que só se quer arte, o homem passa a valer só como mancha de cor ou volume, como se fosse uma laranja-da-terra ou um círculo. O problema é que, para qualquer pessoa normal, um homem não é como uma laranja-da-terra ou como um círculo.

Que dirá de nós o Auden do século XXII?

Esperemos que não tarde muito a que um poeta siamês ou panamenho escreva:

"Sobre o sofrimento eles nunca se enganavam
os Novos Mestres: como bem entendem
a humana posição..."

(*) É justo abrir-se, prudentemente, uma exceção para a paisagem, que não raro submete-se (ou arguesse) a ser um "estado da alma" (Amiel). Assim um Claude Lorrain, um Ruysdael, um Seghers chegam à temperatura do grande Mestre.

PANORAMA

DAS LETRAS

TESTE PARA CRIANÇAS — Novo e excelente manual sobre Psicologia Infantil acaba de ser editado por Mestre Jou sob o título CAT — H — Teste de Apercepção Infantil, com Figuras Humanas, em tradução de Olga Mantovani. É um trabalho recentíssimo do eminente professor de psicologia Leopoldo Bellak, da Escola de Psiquiatria de Nova Iorque, com a colaboração do Doutor em Filosofia Marvin S. Hurvich e de Sônia Sorel Bellak. O Dr. Bellak, autor do mais importante teste projetivo, em quadros, para crianças (com figuras de animais), após reiterados estudos e experiências, observou que o CAT — zoomórfico era considerado, por inúmeras crianças, como o "demasiado pueril". Assim, criando o CAT antropomórfico, veio resolver o problema dos testes infantis para idades de quatro a dez anos. Constitui-se essencialmente o CAT — de uma coleção de dez quadros, cuidadosamente elaborados, que são apresentados às crianças para interpretá-los. O texto analisa essa interpretação e apresenta tabelas que a complementam. O Teste de Apercepção Infantil é apresentado em envelope plástico que lhe proporciona inédito e extraordinário efeito. A capa é de Wilson Tadei e o preço é de NCr\$ 25,00. Obra indispensável a pediatras, psicólogos, professores e mesmo aos pais que se interessem pelo nível intelectual dos filhos.

EM RITMO DA MODA — Júlio Camargo anuncia para breve o lançamento de Juventude em Delírio, "relato sensacional das proezas da jovem guarda, iê-iê-iê e adjacências".

A LINHA DO SEXO — Como Vencer na Guerra dos Sexos, de George Norman, prefaciado pelo humorista Leon Eliachar, dá início a uma série da Tridente em que o sexo é tratado no seu devido lugar, sem tabu e sem muita ciência, sem sensacionalismo, sensualismo e excitação (na maneira francesa de ver as coisas; disfarçando a realidade dura com o pitoresco humor). Em seguida, virá Adulterologia, com prefácio de Stanislaw P. Preta.

"LITURGIA E HOMEM" — "Este livro quer ajudar os fiéis a descobrir a liturgia como presença salvadora de Cristo glorioso, Deus feito homem, para salvar o homem, por meio do próprio homem." São palavras do padre Luciano Parisse, na abertura de seu livro A Liturgia e o Homem. Diz ainda o autor a respeito da obra: "Não escrevi para especialistas, nem para teólogos oficializados, mas para todos os homens de boa vontade que procuram conhecer melhor a Deus." Trata-se de exposição clara e persuasiva em torno dos fundamentos da ação litúrgica. Volume da série Formação Litúrgica, da Editora Vozes.

"O DECAMERÃO" — Giovanni Boccaccio, nascido em 1313 e falecido em 1375, há seis séculos, portanto, continua vivo em suas histórias irreverentes e reais. Não é apenas o retratista exemplar, mas também o admirável intérprete de almas e o colorista de situações burlescas ou dramáticas que garante a permanência multitecnológica de O Decamerão, coletânea daquelas histórias. O livro é agora lançado em formato de bolso e dois volumes, na série Italianos, das Edições de Ouro. Tradução de Raul de Polillo. Introdução de Edoardo Bizzi. Ilustrações de Jacques Wagrez.

A IGREJA SE ACHA — Introdução ao Decreto sobre o Ecumenismo, de Yves M-J Congar, O. P., Introdução ao Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas, de Monsenhor Dumont, relatório do Pastor Lukas Vischer a respeito da Terceira Sessão do II Concílio do Vaticano, e três comentários de autores não católicos sobre o De Ecumenismo são trabalhos incluídos em A Igreja Redescobre suas Dimensões. O fascículo (13) pertence à Coleção Igreja de Hoje, lançada pela Editora Vozes, que já anunciou os seguintes: Religiosidade Rural, de Frei Bernardino Leers, e Uma Experiência Cultural Pioneira no Brasil, de Marina Bandeira.

PANORAMA

DO TEATRO



Hélio Ari; Schweik no Carioca

SCHWEIK FAZ CEM — Ontem à noite o Grupo do Teatro Carioca de Arte comemorou com um coquetel a 100.^a representação da peça *O Bravo Soldado Schweik* e apresentou o elenco da peça *A Falsa Criada*, de Marivaux, cuja estréia está marcada para a primeira quinzena de novembro.

LEITURA DE "HAMLET" — A nova tradução de Hamlet, feita pela poetisa Ana Amélia Carneiro de Mendonça — cujo nome vale, sem dúvida, como uma garantia da alta qualidade do trabalho — será lançada numa leitura dramática, a ser realizada no Tablado, por um elenco integrado por figuras destacadas do nosso teatro profissional. A frente do elenco estarão: Italo Rossi (Hamlet), Tônia Carrero (Rainha), Sérgio Vioti (Rei), Paulo Padilha (Polônio) e Alceste Castelani (Ofélia); Hélio Ari (1.^o Co-veiro) e Fernando José (Ator) também participam da leitura, que terá direção de Bárbara Heliadora, autoridade incontestável em assuntos shakespearianos. A primeira apresentação será na noite de 20 de novembro, com a renda destinada a uma organização de caridade; a leitura será repetida no dia 27, com bilheteria normal.

FESTIVAL DOS ESTUDANTES — Grupos e espetáculos já inscritos no V Festival Nacional de Teatros de Estudantes, a ser realizado em janeiro, no Rio e na Aldeia de Arcoze-lo: Teatro da Universidade de Minas Gerais, com *As Três Irmãs*, de Tchecov; Teatro Universitário de Montes Claros, Minas Gerais, com *A Sapateira Prodigiosa*, de Garcia Lorca; Teatro Oficina de Arte da Universidade de Brasília, com *O Mestre*, de Ionesco, e *O Vaso Suspirado*, de Francisco Pereira da Silva; Teatro do Estudante de Brasília, com *Cristo Versus Pomba*, de Sílvia Orloff; Teatro Sedes Sapientias, de São Paulo, com *As Troianas*, de Eurípides; Teatro do Estudante de Campinas, com *Electra*, de Sófocles; Teatro Vicente Carvalho, de Santos, com *O Soldado Fanfarrão*, de Plauto; Grupo Teatral da Faculdade de Filosofia de Santos, com *O Cristo Nu*, de Carlos Alberto Sofredini, vencedor do recente concurso de peças do SNT. Também solicitaram inscrição a Apremiação Goiana de Teatro e o TUC de São Paulo, este último hors-concours, com a peça *O A e A*, de Roberto Freire, musicada por Chico Buarque, e que foi lançada em São Paulo esta semana.

ANABELA — Ao que parece, estreou finalmente a peça *Anabela*, de Roberto Franco, no Arena Clube de Arte. A estréia estava marcada para o início do mês, mas não foi realizada, por motivos que não foram divulgados pela companhia responsável, o Teatro Popular da Guanabara.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E O TEATRO — O Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Sr. Meira Fries, esteve em São Paulo, procurando interessar dirigentes da indústria automobilística no seu Plano de Popularização do Teatro.

GRUPO 67 — O veterano homem de teatro Alexandrino Souto, afastado há bastante tempo da vida teatral, acaba de formar, com alunos do Colégio Camilo Castelo Branco, o Grupo 67, que iniciará suas atividades na primeira semana de novembro, com a apresentação da peça infantil *A Flor Azul*, de autoria do próprio Alexandrino de Souto. No elenco: Tânia Martins, Rosângela Simões Marques, Sílvia Miranda, Maurício Ribeiro, Everardo Prado Lopes e Sérgio S. Pinto. Posteriormente, o Grupo 67 pretende lançar uma peça chinesa, ainda desconhecida na América Latina.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

Se a coisa continua do jeito que está indo, no ano que vem assistiremos ao seguinte espetáculo durante o Festival da Canção da TV Recorde:

Locutor — E agora temos o prazer de apresentar...

Público — Buuu!

Locutor — Meus amigos, pedimos um pouco de calma...

Público — Fora! Cala a boca!

Locutor (em meio à algazarra ensurdecedora) — Eu chamo a atenção dos senhores da plateia para o seguinte: A voz é necessária, é humana, é compreensível. Mas tudo tem um limite. Assim não vai.

Público — Palhaço! Para acalmar a plateia, o locutor manda entrar uma atração extra do Festival. Entra Frank Sinatra.

Locutor — A TV Recorde tem a honra de apresentar ao público uma sensacional surpresa, um cantor de todas as gerações, ídolo de todos os continentes. Ele é... Frank Sinatra!!! Atração extra no nosso Festival da Canção!

Sinatra — Ladies and gentlemen...

Público — Sinatra, go home!

Uma velha fã de Sinatra, sentada lá atrás, sai correndo

O PRÓXIMO FESTIVAL

na direção do cantor, com o evidente intuito de protegê-lo. Alguém lhe passa uma rasleira. O conflito se generaliza.

Locutor — Isto é uma vergonha para São Paulo e para o Brasil!

Sinatra — Brasileiras maluca... Completamente maluca...

Público — Tira a peruca, seu careca!

Sinatra — Minho gente, eu ir cantar in português... Gar-rôta de Alpinima...

Público — Analfabeto!

Locutor (chorando) — Isto é uma indignidade! Uma selvageria!

Público — Abaixo a guerra do Vietnã!

Três mocinhas desmaiaram. Um dos músicos da orquestra joga um violoncelo na cabeça de um cidadão sentado na primeira fila.

Sinatra (começando a cantar de qualquer maneira) — Olha que cocha mais linda mais chia desgraça...

Público — Cala a boca, burro!

Locutor — Tenham respeito! Respeitem este grande intérprete internacional!

Público — Viva a frente ampla! A UNE! Gamal Abdel Nasser!

O público se divide em diversas facções.

Primeira facção — Israel!

Israel! Israel!

Segunda — Egito! Egito!

Egito!

Terceira — Roberto Carlos!

Vanderleia! Ronnie Von!

Sinatra — Comunistas!

Locutor — Polícia! Pedimos com urgência a presença da polícia!

Em suas casas, os telespectadores excitados com o espetáculo começam a brigar entre si. Um avião não identificado joga uma bomba na TV Recorde. E assim começa a terceira guerra mundial.

LÊA MARIA



Princesa Pignatelli: as desconhecidas que encontramos nas festas de benefício

AS EXCLUSIVAS

As senhoras da alta sociedade de Nova Iorque se reúnem, há dias, para discutir um problema que as vinha afligindo: não agüentam mais o extraordinário número de bailes de beneficência que são realizados (muitas vezes sob seu patrocínio) e aos quais devem comparecer. "Não é pelo preço nem pelas quantias que precisamos de gastar", disseram as senhoras patronesses. "Mas é pelo que ocorre antes de cada festa, por exemplo, no trânsito — que fica engarrafado, muitas dezenas de metros antes da entrada da festa. E mais a festa propriamente dita, onde não

mais encontramos os nossos amigos mas só rostos desconhecidos."

Estas senhoras, dessa maneira, para resolverem seu aflitivo problema, decidiram editar livrinhos tipo pocket book com índices e roteiros de sugestões para programas melhores do que ir a baile de beneficência. A capa do livro ficou decidida: será com a foto da bela Kay Kay Kelly, de Nova Iorque.

Dentre as autoras do projeto se encontram Anne Ford, Mrs. Harry Brooks e Thomas Philipe e a Princesa Luciana Pignatelli.

A PRESIDÊNCIA EM BELO HORIZONTE

O Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, poucos minutos depois de ter chegado à Capital, já havia conquistado o título de o mais bacana, dado pelas jovens repórteres mineiras e confirmado pelas senhoras que freqüentam os círculos oficiais.

— Aquela cabeça grisalha e aqueles olhos verdes — eram as exclamações mais ouvidas em qualquer lugar em que aparecia o Coronel Andreazza. Mas o Ministro da Agricultura Ivo Ariza também causou boa impressão entre as mineiras. Já é o dono do título de o mais simpático.

Enquanto o protocolo da Polícia da Liberdade exigia smoking para homens e vestido longo para as mulheres, o Ministro Delfim Neto e o Sr. Nestor Jost apareceram na recepção do Palácio das Mangabeiras, ofereci-

do pelo Governador Israel Pinheiro ao Presidente Costa e Silva, usando ternos escuros.

D. Iolanda foi à festa usando um José Ronaldo; de brocado branco com bordadas prula. A primeira dama D. Coaraci Pinheiro foi de guaze sêda pura estampada de orquídeas.

VON THYSSSEN: CASAMENTO BRASILEIRO

Está marcado para o próximo dia 5 de dezembro o casamento do Barão von Thyssen — uma das figuras mais conhecidas do jet set e da vida da alta sociedade internacional — com uma brasileira, Denise Shorto. A festa de noivado será em Paris, realizada na casa da Princesa Faugny-Lussaigne — que é a brasileira Sílvia Régis de Oliveira.

Von Thyssen foi casado com o manequim inglês Fiona Campbell e já há tempos vivia separado dela.

Conheceu Denise, que é pernambucana do Recife, na França, durante uma temporada de inverno em Saint-Moritz. A moça é alta, loura e tem um bonito tipo físico. Vice mais tempo na Europa do que no Brasil.

JOAN COM AMIGOS

Joan Crawford ficará mesmo em casa de amigos, durante sua estada no Rio, para o lançamento da Pepsi-Cola. O chairman de Joan, Sr. Herman Lay, já se encontra hospedado no Leme Palace.

NOVA AGÊNCIA

Em Ipanema, uma nova agência postal-telegráfica do Departamento de Correios e Telégrafos. Será inaugurada amanhã, pelo Ministro Carlos Simas. A agência é o fruto de uma longa campanha do Lions Clube de Ipanema, que há tempos tinha solicitando a instalação de uma agência no bairro.

PINTANDO

Maria Luísa Amaral Peixoto está aprendendo a pintar porcelana com Eleonora Formenti e já está preparando um aparelho da Companhia das Índias. Além da pintura de porcelana, ainda se dedica à encadernação, utilizando o tema do livro na capa.

COCHILHO

Charlotte Dyer volta de Paris contando que descobriu a casa em que morou Alfred de Musset, hoje um pardião transformado em casa de comodos. O que prova que também na França o Patrimônio Histórico dá seus cochilos.

OS MAIS VENDIDOS

Marilyn Ribeiro está mostrando na Galeria do Copa o melhor de seus trabalhos, com vistas aos caixas-altas que aqui estão para o Festival da Canção. Pintores mais vendidos: Manabu, Volpi, Dacosta e Djanira.

À VONTADE

Bossa da nova cervejaria de Ipanema Das Bier, inaugurada ontem: aos sábados e domingos é servido buffet frio, a preço fixo: NCr\$ 4,50. Cada qual se serve à vontade.

PESADO

Nova atividade de Vera Mindlin: fazer trabalhos em litografia, com um grupo de jovens que ela orienta. A única dificuldade para Vera: o peso das pedras que utiliza para os trabalhos.

CELEBRIDADE

Rosinha de Valença vai ter seu nome incluído na próxima edição da Enciclopédia Barsa. Não obstante merecer esta homenagem Rosinha não consegue que determinada estação de TV pague seu cachet, atrasado desde maio.

MODA

Eufórico o Presidente da Associação Colombófila Brasileira, General Jefferson Browne, com a façanha de um dos pombos-correios de sua criação: o referido pombo fez o percurso Vitória—Rio em tempo recorde. Saiu de Vitória às 7h15m e chegou ao pombal, no Grajaú, às 12h30m.

Aliás, a mania de criar pombos-correios começa a pegar. Outro conhecido criador é José Carlos Guimarães, cujo pombal fica em sua espelrada cobertura em Laranjeiras.

PAGO

Juscelino Kubitschek recebeu um telegrama internacional convidando-o a fazer uma conferência na Universidade de Notre Dame, em Indiana, sobre o contexto histórico e social do Brasil. Data da conferência: abril de 1968. Detalhe: o telegrama já veio com resposta paga.

IRMA FRANKEN EM SÃO PAULO

Uma das chapeleiras que mais sucesso faz, nesta temporada da vida social de São Paulo — o "Grande São Paulo", como chamam os cronistas, a exemplo do que acontece na Argentina, em que se fala da Capital como a "Grande Buenos Aires" — é a francesa Irma Franken, que antes trabalhava em Paris, onde era considerada uma das maiores personalidades da moda francesa.

Irma tem realizado as coiffes das mais belas noivas paulistas deste ano. Dentre elas, as das famílias Lucas Garcez, Carvalho Pinto e Lunardelli. Em geral, seus enfeites são feitos com flores e todo o material que Irma utiliza em suas criações vem de Paris.

FESTIVALIERS



Kim Novak e noivo: mesa principal



Lúcia (de boá) e Harry Stone.



Robert Wagner: o mais galã



Liesbeth List: a mais atraente

APENAS UMA BERMUDA FOLGADA

Do Recife: O pintor paulista Flávio de Carvalho e o figurinista pernambucano Marcílio Campos debaterão o uso de saíotes pelos homens na próxima semana, em sessão do Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, nesta Capital.

Costureiras que trabalham para o figurinista explicaram que o discutido traje não é bem um saíote, mas uma bermuda folgada, uma saia-calça. As moças acham que sucesso mesmo farão as meias arrastão (para serem usadas até a altura do joelho), acessório indispensável ao novo traje.

O pintor Flávio de Carvalho afirma que foi o primeiro a defender o traje, em 1956, com o profes-

sor André Carneiro Leão. Justifica sua posição em defesa do saíote afirmando que "nos trópicos ele satisfaz as necessidades do trabalho eficiente e do conforto e é um fator de sobrevivência", além de que "as condições atmosféricas violentas, seja muito frio ou muito calor, eliminam as diferenças de traje entre o homem e a mulher".

O figurinista Marcílio Campos, entretanto, segundo afirmou ao receber a imprensa na semana passada — trajando um café rosa-shocking com gola e punhos de gaze —, está encontrando resistência aos saíotes tanto por parte da população, a través de telefonemas anônimos, como da Polícia, que ameaça prender o primeiro que sair às ruas com eles.

SABONETE, EXTRATO e COLÔNIA
USE DESLUMBRE
de HELENÉ ROTHIER

PERUCAS

velazquez oferece finíssimas perucas completas, rabos e meias perucas de esmerada confecção. Inédito plano de financiamento ao alcance de todas. Crédito imediato. Aceitam-se encomendas.

PERUCAS velazquez

RUA FIGUEIREDO MAGALHÃES, 285 — LOJA G
GALERIA CINE CÔNDOR — COPACABANA — GUANABARA

aproveite o Sol!

Bronze-Bel é proteção e elegância: doura a cutis, defendendo-a também contra os rigores do sol!

vá ao campo ou à praia com

Bronze-Bel

LABORATÓRIO VITA LTDA.

PASSARELA

GILDA CHATAIGNIER

RECEITAS COM CÔCO

Ruth Maria

FORMINHAS DE PEIXE

Cozinhe um peixe com pouca água. Depois de cozido, tire as espinhas e desfie todo. Do lado ponha um pãozinho de molho em leite de côco. Depois passe na peneira e junte três ovos inteiros, queijo ralado, uma colher das de sopa de manteiga, sal, salsa picadinha e, se gostar, um pouco de pimenta.

Misture tudo com o peixe desfiado e leve ao forno em forminhas untadas com farinha de rôca.

"FRAPPÉ" DE CÔCO

Bata no liquidificador um vidro de leite de côco misturado com meio litro de leite, duas colheres de creme de leite e umas gotas de baunilha. Bata por uns três minutos. Na hora de servir, acrescente uma bola de sorvete de côco e sirva bem gelado.

MARIA MOLE

Deixe oito folhas de gelatina branca de molho em um prato de água fria. Dissolva-as depois em uma xícara de água fervente. Junte duas xícaras de açúcar, um vidro de leite de côco. Bata bem até endurecer. Depois, despeje em uma forma untada com manteiga e leve à geladeira por uma hora. Pulverize a parte de cima com côco ralado e corte em quadradinhos.

BRASILEIRINHO

Uma lata de leite condensado, uma garrafa de aguardente, dois vidros de leite de côco.

Bata tudo no liquidificador. Na hora de servir, acrescente gelo moído e sirva bem gelado.



☆ "BALLET" BENEFICENTE

Dia 31, no Teatro Municipal, o Lions Clube de Ipanema realizará um espetáculo de ballet, com as alunas da Academia Leda Iuqui, em benefício de suas obras sociais. Os ingressos poderão ser adquiridos na bilheteria do Teatro ou solicitados, pelo telefone, à secretária do Lions de Ipanema: 42-1751.

☆ FESTIVAL ACABA DOMINGO

Domingo próximo, dia 29, no stand da Escolinha de Recreação Sócio-Cultural de Sula Jafé, as crianças que comparecerem ao Estádio de Remo da Lagoa, onde se realiza a Feira Infantil, terão direito a fazer, gratuitamente, um teste de iniciação musical. Serão fornecidos certificados às consideradas "com aptidão musical", além da distribuição de brindes. * As 18 horas, também na Lagoa, a Banda dos Fuzileiros Navais se estará apresentando para a garotada. No seu repertório de domingo estão incluídos dobrados, marchas e músicas juvenis, entre elas Papo Firme, A Banda, A Praça.

☆ VINHOS, BALAS E "CHAMPIGNONS" EM BAZAR

Sábado, dia 11 de novembro, das 14 às 20 horas, e domingo, 12, das 14 às 18 horas, no Copacabana Palace, será realizado um bazar só de produtos italianos, em benefício das Obras do Comitê Assistencial Italiano. Entre os produtos que estarão à venda anotamos: objetos em peltre, bonecas, brinquedos, gravatas, bolsas, meias, vinhos, licores, bombons, champignons, trufas, cerejas com marasquino e pasta de marrons. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 45-3344.

☆ MININOTAS

* Cinqüenta e quatro modelos de Eva Kovacs, confeccionados pela malharia Têxtil Friburguense, desfilarão no Automóvel Clube do Brasil, dia 26, às 16 horas, em benefício do Asilo Infantil Nossa Senhora da Pompéia. * Mais de cem páginas da revista americana Harper's Bazaar, de outubro, são dedicadas a modelos confeccionados com a nova fibra Arnel, que ano que vem estará sendo fabricada no Brasil com as mesmas características que a consagraram no mercado internacional. * A partir do dia 8 de novembro, Elizabeth Jones estará no Rio expondo suas medalhas na H. Stern, Joalheiros. Elizabeth é a única representante de sua arte nos Estados Unidos e seus trabalhos já foram expostos em Roma, Madri, Paris e Atenas. * Acham-se abertas as inscrições para o curso de Arte e Educação para Adolescentes, que a Escolinha de Artes do Brasil irá realizar em novembro. O telefone da Escolinha é 22-4521.

☆ BARBARELLA EM QUADRINHOS

A nova coleção de vestidos para verão da Barbarella, a boutique mais in do Rio, caracteriza-se pelas cores berrantes, inspiradas nas publicações das revistas em quadrinhos. As combinações são na base do fúcsia com laranja e amarelo; estampado com quadriculado; verde com laranja; branco, branco com vermelho bem vivo e azul de bolinhas brancas com branco de bolinhas azuis.

As festas para crianças devem sempre partir do princípio: todo pirralho tem o olho maior que a barriga. Isso já se diz há muito, e é o tipo da verdade verdadeira. Portanto, nada de fazer doces complicados, elaborados e de sabor exótico, porque o que vai agradar mesmo é o colorido, o pedacinho de amendoim espetado no cajuzinho e a pipoca salgada, colocada numa jarra transparente.

E se você pretende fazer uma festa para gente miúda, aí vão três fórmulas mágicas, fornecidas gentilmente pela Nestlé.



Fórmulas (quase) mágicas para agradar gente miúda

A FESTA DO PIMPOLHO

1. casinha de pão-de-mel
2. sanduíche de pão doce com queijo
3. quindim de Neston
4. docinho delicado
5. gelatina
6. refresco de Nescau

AS RECEITAS COMO ELAS SÃO

CASINHA DE PÃO-DE-MEL: 1 lata de leite condensado; a mesma medida de leite; 1 colher (chá) de canela em pó; 1 colher (chá) de cravo torrado e moído; 1 colherinha de Nescafé; 1 xícara (chá) de mel; 2 colheres rasas (chá) de fermento; 2 colheres rasas (chá) de bicarbonato; 3 xícaras de farinha de trigo.

Como fazer: Misture o leite condensado com o leite, a canela, o cravo, o Nescafé e o mel. Junte a farinha de trigo e o bicarbonato. Mexa muito bem e leve a massa ao forno regular, em assadeira untada e polvilhada. Prepare duas receitas dessas, em assadeiras retas e rasas. Depois de assada, corte a massa e arme a casinha. Os detalhes poderão ser feitos com um glacê bem grosso de açúcar.

QUINDIM DE NESTON: 3 ovos batidos; 2 colheres (sopa) de manteiga derretida; 1 lata de leite condensado; 2 xícaras (chá) de Neston.

Como fazer: Misture bem todos os ingredientes. Coloque em forminhas de papel e leve ao forno médio, durante 15 minutos. Dê uns 30 quindims.

DOCINHO DELICADO: 1 xícara de açúcar; 1 colher (sopa) rasa de manteiga; 1 xícara de leite; 1 lata de leite condensado.

— Sua filha, enroscada na cortina antiga, se finge uma dama de corte, e em sua mão o espandor tem ares de leque. Enquanto isso, o seu filho, com o cocar de Grande-Chefe Sioux, luta furiosamente.

Como todas as crianças do mundo, elas

Como fazer: Caramelize o açúcar na manteiga, junte o leite e deixe no fogo até o ponto de mingau grosso, mexendo sempre. Acrescente o leite condensado, deixe no fogo até começar a desprender da panela. Despeje num prato untado com manteiga, deixe esfriar, enrole em bolinhas e passe pelo açúcar refinado. Coloque em forminhas de papel.

GELATINA DE UVA: A gelatina de uva é toda feita com barras de chocolate e pastilhas. As bases do trem são tabletes compridos e as rodas são rodinhas de chocolate, em tubo. Para fechar os vagões, utilize barras estreitas e vá separando, intercalando chocolate escuro com branco. A armação dos vagões funciona como se você estivesse montando uma caixa. A locomotiva é montada com várias rodinhas e a chaminé, um Pralineite partido ao meio. Depois de pronto, encha

A FESTA DOS 3 AOS 5 ANOS

1. trenzinho de chocolate
2. pipoca
3. sanduíche com pasta de presunto
4. gelatina fantasia
5. rapadurinhas de côco
6. bananinha

RECEITAS

TREZNINHO DE CHOCOLATE — O trenzinho é todo feito com barras de chocolate e pastilhas. As bases do trem são tabletes compridos e as rodas são rodinhas de chocolate, em tubo. Para fechar os vagões, utilize barras estreitas e vá separando, intercalando chocolate escuro com branco. A armação dos vagões funciona como se você estivesse montando uma caixa. A locomotiva é montada com várias rodinhas e a chaminé, um Pralineite partido ao meio. Depois de pronto, encha

Sábado à tarde. Você teve uma semana cheia, e agora conseguiu um tempinho para continuar a leitura de um best seller, ou então acabar de fazer o seu tapete — coisas que você desejava há muito. Mas, de repente, para, intrigada com os seus filhos que, na sala ao lado, não fazem o menor barulho. Você vai ver, esperando pelo pior, mas a cena não tem de dramático, pelo contrário, é muito interessante.

— Sua filha, enroscada na cortina antiga, se finge uma dama de corte, e em sua mão o espandor tem ares de leque. Enquanto isso, o seu filho, com o cocar de Grande-Chefe Sioux, luta furiosamente.

Como todas as crianças do mundo, elas

brincam de ser um outro. Levam a coisa tão a sério que a ficção acaba dando lugar à realidade. É bom para eles brincar de se disfarçar, porque assim materializam os seus sonhos. Mas também é bom que brinquem com outras crianças. Logo, não pense duas vezes: organize em sua casa reuniões de crianças (a fantasia ou não).

Escolha de preferência um sábado, que é o dia em que as crianças não vão ao colégio.

OS CONVITES, E COMO FAZÊ-LOS

Tente confiar a seus filhos a escolha dos convidados, é muito importante fazê-los sentir

o trenzinho com balas e bombons. O sucesso vai ser desarmá-lo para comer.

PIPOCA — Esquente o óleo em uma panela grande. Coloque o milho e tampe a panela para que estoure. Vá sacudindo a panela para revolver os milhos. Depois de estourados, coloque o sal. Se quiser, pulverize com Fondor, mexa e retire do fogo.

SANDUÍCHE DE PASTA DE PRESUNTO — Em pão de forma ou pãozinho doce coloque o seguinte recheio: 200g de presunto, 1 colher das de sopa de manteiga, 1/2 lata de creme de leite, pimenta-do-reino e sal a gosto. Bata no liquidificador o presunto, junte a manteiga, a pimenta-do-reino e o sal, e acrescente o creme de leite.

GELATINA FANTASIA — 1 caixinha de gelatina sabor morango; 1 caixinha de gelatina sabor aspécula e outra sabor pêssego; 3 xícaras de água; 6 folhas de gelatina branca; 1 lata de leite condensado, a mesma medida de leite; 1 lata de creme de leite.

Como fazer: Dissolva separadamente cada caixinha de gelatina em uma xícara de água fervente e despeje-a em pirex raso. Leve para gelar até ficarem bem firmes. Depois corte-as em quadradinhos. Amolece as folhas de gelatina em cinco colheres de água fria e dissolva-as em banho-maria. Bata bem o leite Moça com o leite e a gelatina dissolvida, misture os quadradinhos da gelatina e coloque em copinhos individuais. Conserve-os na geladeira até a hora da festa.

RAPADURINHAS DE CÔCO — 1 lata de leite condensado; três vezes a mesma medida de açúcar; 1 colher das de sobremesa de manteiga; 1 côco pequeno, ralado.

Como fazer: Misture todos os ingredientes, levando ao fogo até que comece a desprender do fundo da panela. Retire do fogo, batendo fortemente até que comece a aquecer. Despeje sobre mármore untado com manteiga e corte em quadradinhos, depois de frio.

BANANINHAS RECHEADAS — 1 lata de leite condensado; 1 colher das de sopa de mel; 1 colher das de sopa de manteiga; 1 gema; 250g de banana-passa.

Como fazer: Misture o leite condensado com o mel, a manteiga e a gema, e leve ao fogo baixo, mexendo até desprender da panela. Retire do fogo, despeje num prato untado e, depois de frio, enrole em bolinhas. Corte as bananas-passa em pedacinhos, faça dois cortes em cruz até a metade de cada pedacinho, no sentido do comprimento, abrindo em flor; coloque aí uma bolinha de doce. Passe pelo açúcar refinado e arrume em forminhas de papel.

AS MENINAS FAZEM ANOS

1. bolo jôgo
2. ponche
3. cajuzinho
4. bombom
5. gelatina rosa
6. frappé de côco

que a festa é deles. Não convide, só para ser bem educada, a filha de uma de suas amigas, caso a sua filha não goste dela. Chame, de preferência, a sua amiga do colégio, aquela de quem sempre fala. Caso você não conheça os pais, mande um convite escrito, ou então com seus filhos a lista de convidados, e combine as idades: as crianças de três anos e as de dez não têm os mesmos gostos — as primeiras se isolam facilmente, enquanto as segundas preferem as brincadeiras barulhentas. Uma criança de quatro anos, perdida no meio da turba dos oito anos, acabará aborrecendo a todos. Entre dez e 14 anos, é melhor convidar meninas e meninos, separadamente.

Se os seus filhos já forem crescidos, deixe-os fazer os convites pelo telefone, ou então, dependendo do jeito, faça-os desenhar e colorir os cartões. A outra solução é você mandar o seu cartão de visita, no qual só precisará acrescentar as indicações necessárias; em algumas livrarias encontram-se também um muito bonitinhos, já prontos.

Faça os convites com 15 dias de antecedência. Se for uma festa a fantasia, indique.

A ROUPA DAS CRIANÇAS

Muitas vezes, as crianças não se divertem tanto quanto gostariam, preocupadas em não sujar a roupa, e os olheiros já cheios das recomendações maternas: "Cuidado, você vai manchar a sua blusa". O ideal nessas ocasiões é evitar-se as fazendas preciosas e os bordados muito ricos. Tente conciliar a elegância da sua filha com a sua segurança, escolhendo um vestidinho simples e bonito, em uma fazenda de fácil lavagem. A saia pregueada, usada com uma blusa branca, também é prática. Para o menino, evite as calças compridas de cor clara. Uma calça cinza, azul-marinho ou escura fica mais apropriada. Antes dos sete anos, o traje aconselhável é calça curta e camiseta de manga também curta; depois, é que vem a calça comprida. O paletó e a gravata não são obrigatórios.

HORÁRIO

Existem crianças que, verdadeiros encantos quando longe de suas mães, se tornam terríveis na presença de estranhos. Seja objetiva: indique no convite a hora em que cada mãe deverá trazer o seu filho, assim como a hora de vir buscá-lo. Marque o início da festa para às 15h, e o fim para às 18 ou 19 horas. Você poderá receber as mães perto da mesa do lanche, ou no salão, onde terá arrumado, em uma mesa, sanduíches e docinhos.

ARRUMAÇÃO DA CASA

Escolha o cômodo em que será dada a reunião — o quarto das crianças, se for espaçoso, ou então o salão ou a sala de jantar. Depois de feita a escolha, tire os bibelôs, os móveis frágeis e os que possam ocasionar ferimentos. Se for grande o número de crianças, será interessante arrumar, num canto da sala ou do quarto, uma mesa coberta com uma toalha, que pode ser de papel, e forrada de plástico. Detalhe importante: se os convidados tiverem menos de cinco anos, faça-os comer sentados em volta da mesa.

RECEITAS

BOLO JÔGO: massa — 1 receita de massa para bolo, comum, dividida em dois bolsos — um de cada cor; recheio: receita de glacê branco de açúcar. Asse a massa em formas iguais.

Como fazer: Num prato grande coloque o bolo de chocolate, espalhe uma camada grossa de recheio e, sobre este, o outro bolo. Com uma faca afiada e pontiada, corte toda a volta, acertando as pontas. Espalhe o glacê sobre o bolo. Decore um tablete de chocolate em banho-maria e, com o auxílio do bico de confeitaria (perlé fino), faça um xadrez fino sobre o bolo. Em cada quadradinho desenhe figurinhas ou números, a seu gosto.

PONCHE VITAMINICO: 1 lata de leite condensado; 2 vezes a mesma medida de suco de laranja; uma vez a mesma medida de suco de abacaxi; 1 garrafa de soda; 1 xícara de frutas frescas cortadas; gelo.

Como fazer: Misture bem o leite condensado, os sucos, e leve à geladeira. Na hora de servir, junte a soda, as frutas picadas e o gelo. Dê dois litros de ponche.

CAJUZINHO: 250g de amendoim torrado e moído; 3/4 de xícara de açúcar; 3 colheres das de sopa de chocolate em pó; 2 gemas; 3 colheres das de sopa de leite.

Como fazer: Junte ao amendoim o açúcar, o chocolate e as gemas. Amasse bem e vá acrescentando o leite, até obter uma massa fácil de modelar. Faça os cajuzinhos e enfeite-os com um pedacinho de amendoim, imitando a castanha do cajú.

BOMBOM: 200g de palito francês ou biscoito champanha; 1 lata de leite condensado; 3 colheres (das de sopa) de chocolate em pó; 1 xícara (das de café) de licor de cacau.

Como fazer: Passe os biscoitos na máquina de moer; misture com os demais ingredientes e leve ao fogo, mexendo sempre até desprender do fundo da panela. Deixe esfriar, enrole em bolinhas e passe-as pelo chocolate granulado. Acondicione os bombons em forminhas de papel. Dê quase 50 bombons.

GELATINA ROSA: 4 folhas de gelatina branca; 2 folhas de gelatina vermelha; 1 lata de leite condensado; a mesma medida de suco de laranja.

Como fazer: Dissolva a gelatina em 1 xícara de água fervente e acrescente o leite condensado com o suco de laranja. Bata no liquidificador, coloque em copinhos e gele. Dê 12 copinhos.

"FRAPPÉ" DE CÔCO: 1 lata de leite condensado; a mesma medida de água filtrada; 2 copos de leite de côco (ou 1 vidro); 6 cubos de gelo.

Como fazer: Bata tudo no liquidificador e sirva bem gelado.

Decore o ambiente atendendo às sugestões de seus filhos, com guirlandas de papel crepom, que você mesma poderá confeccionar. Por um prepo razoável, encontrará serpentinas, chapéus e miçucas — em plástico ou papel —, bolas e envelopes-surpresa. Evite o confete, que, semanas depois, ainda se encontra pelo chão, nas roupas e sapatos.

O LUGAR DOS BICHOS

Se você tiver algum bicho em casa, não o deixe perto das crianças. O mais mau dos cachorros pode morder, e o gato arranhá-lo, em meio a muito barulho. Os bichos gostam de calma.

VESTIÁRIO

Se você não tiver um armário onde guardar os casacos dos convidados, improvise um vestiário no banheiro. Para tanto, coloque uma toalha em cima da banheira, onde poderá estender os casacos, e em cada um deles pregue um cartão com o nome da criança.

Guarde em lugar seguro os produtos tóxicos e os remédios. Mas o vidro de inseticida, o creme, os curativos, os comprimidos e o álcool podem ficar no armário, caso alguma criança se machuque. Providencie, também, agulha, linha e alfinetes. Tire todos os frascos do banheiro, e as toalhas de banho. Deixe somente algumas toalhas de mão, duas luvas de toalete e uma água de colônia, para limpar os rostos e as mãos sujas de doce.

A MESA DO LANCHE

Arrume uma mesa bem alegre, atendendo às idéias dos seus filhos, sem sair da simplicidade. Coloque sobre a mesa pratos de papel, copos inquebráveis ou de papel, guardanapos coloridos; na frente de cada prato, um chapéu e um envelope-surpresa.

BRINCADEIRAS

A escolha das brincadeiras depende da idade das crianças. Antes dos quatro anos, elas brincam geralmente sozinhas; aos seis, ficam logo cansadas, mas com oito anos, gostam de muitas brincadeiras com prêmios. Algumas sugestões:

Mímica: Organize as crianças em dois grupos. Cada grupo escolhe e ensaia o quadro que vai representar, e em seguida fazem a mímica na frente do outro grupo, que tem de adivinhar a cena representada.

Teatro de Fantoches: Se o seu filho tiver um cenário em cartolina e algumas marionetes, você imagina uma pequena história, e dirige os fantoches.

Se você não quiser ter tanto trabalho, passe desenhos animados. As crianças, além de gostar, ficam quietas por algum tempo.

Quando elas são as donas das festas



PANORAMA

DO CINEMA

"DR. FANTÁSTICO" HOJE — A Cinemateca do MAM apresentará hoje, às 20h30m e 22h30m, no Paissandu, o excelente trabalho de Stanley Kubrick, *Dr. Fantástico* (*Dr. Strangelove*), produção de 1964, com Peter Sellers, Sterling Hayden e George C. Scott. Como complemento, o curto de Gianni Amico, *Nós Insistimos (Noi Insistiamo)*, produção de 1965.

BALTHAZAR NO SÁBADO — Amanhã, às 24 horas, a Cinemateca vai apresentar, no Paissandu, *A Grande Testemunha* (Au Hasard Balthazar), produção franco-sueca de 1964, dirigida por Robert Bresson. Com Anna Wiazemsky e François Lafarge.

"OUTUBRO", SEGUNDA — Em sessão conjunta da Cinemateca do MAM com a Aliança Francesa, será apresentado segunda-feira, às 18h30m, na Maison de France, o clássico de S. Eisenstein, *Outubro* (*Oktabr*), produção de 1927.

JORNADAS FRANCESAS — Segunda-feira, às 21 horas, na Maison de France, a Unifrance Film e o Clube de Cinema do Rio de Janeiro promovem as Jornadas Francesas de Curta-Metragem.

CURTA-METRAGEM ALEMAO — O Instituto Cultural Brasil-Alemanha realizará uma série de projeções dedicadas ao filme de curta-metragem alemão, incluindo filmes premiados nos festivais de Oberhausen e Mannheim. Será de 13 a 17 de novembro, no auditório do ICBA (Graça Aranha 416, 9.º andar), nos horários de 18h30m e 20h30m.

CINECLUBE — O Cineclube Nelson Pompeia vai apresentar hoje, às 21 horas, no Ginásio da PUC, o filme de Arthur Penn, *Mickey One*. Depois de amanhã será a vez de *Oito e Meio*, de Fellini.

FILME — O Grupo Câmara começará na próxima semana a produção de seu primeiro longa-metragem, *De Repente em Alfavela*, em três episódios, apresentando uma sátira social. O material já foi adquirido e estão sendo escolhidos os atores. A locação será feita no Rio.

MIS — O Museu da Imagem e do Som vai apresentar a partir de amanhã, até domingo, O Encouraçado Potemkin, de Serguei Eisenstein.

PEQUENAS — Lana, irmã de Nathalie Wood, vai fazer sua estréia no cinema, depois de ficar famosa na série *A Caldeira do Diabo*, na TV americana. No filme, ela fará o papel de uma jovem que se apaixona por um homem casado. A produção é de Sam Katzman e outros atores serão John Saxon, Mary Ann Mobly e Mark Richman.

• *Hammerhead* é o nome do policial, gênero Humphrey Bogard, em que Vince Edwards vai aparecer, deixando de lado para sempre o Dr. Ben Casey, que lhe deu fama.

• *Adivinhe Quem Vem Para Jantar* é o último filme que Spencer Tracy apareceu, ao lado de Katherine Hepburn e Sidney Poitier. Assistido em sessão privada pela direção da Columbia, as interpretações foram consideradas excepcionais.

• Jerry Lewis já está em ação novamente em *Don't Raise the Bridge, Lower the River*.

• *Funny Girl* já está sendo considerado o filme do ano dos Estados Unidos. É um supermusical estrelado por Barbara Streisand, cantora e atriz.

M.A.

A BATALHA DOS QUE NÃO QUEREM LUTAR

Departamento de Pesquisa



Cassius Clay participa de uma manifestação contra a guerra, em Los Angeles



O bom cinema do Rio — O PAISSANDU — vai exibir — DE 6 A 10 DE NOVEMBRO — COM SESSÕES ÀS 22 HORAS — a promoção mais importante já realizada no Brasil para o cinema amador.

III FESTIVAL DE CINEMA AMADOR JB-MESBLA

PRÊMIOS — 1967

Troféus
oferecidos por: JORNAL DO BRASIL e Mesbla
NCr\$ 13.000,00
oferecidos por: Faenza

Banco Mineiro do Oeste
Imobiliária Nova York

Câmara Bell & Howell — Modelo 70
oferecida por: Mesbla e Bell & Howell
5 000 pés de Ansochrome, 16 mm
oferecidos por: Mesbla e Anso

Jóia
oferecida por: Caio Mourão
Contrato para dirigir um documentário
oferecido por: Instituto Nacional de Cinema — INC
Ampliação para 35mm
oferecida por: Difilm
Contratos para assistentes de: produção, fotografia e montagem

oferecidos por: Tekla Filmes
Contratos para assistentes de: direção e fotografia
oferecidos por: CPS Produções
Contratos para assistentes de: produção e fotografia
oferecidos por: Saga Filmes

3 000 pés de Negativo Eastmancolor, 35 mm



"Tudo o que eles querem é publicidade de primeira página", disse o ex-Presidente Harry Truman. Mas ao negar-se a servir ao Exército, o campeão de boxe Cassius Clay perdeu o título mundial dos pesos-pesados e ganhou uma pena de cinco anos de cadeia — cinco anos longe das manchetes de primeira página, a que ele estava acostumado muito antes de ser convocado pelo Exército dos Estados Unidos.

Ao contrário das simples manifestações de protesto, que já existem desde o Governo de Kennedy — os grupos Deixem Cuba em Paz, por exemplo —, o movimento contra o recrutamento é relativamente novo nos Estados Unidos. Seu nascimento coincidiu com a escalada norte-americana no conflito do Vietnã.

Cada jovem rebelde tem hoje a sua própria fórmula para escapar ao serviço militar. Fugindo para o Canadá, por exemplo. Ou destruindo em público a carteira de recrutamento, o que pode significar cinco anos de cadeia. Ou ainda iludindo os selecionadores dos centros de recrutamento. Para os menos radicais opositores de consciência há a alternativa de servir a entidades assistenciais e ganhar a dispensa legalmente. E quem é mais radical pode desafiar ordens mesmo depois de incorporado às Forças Armadas, o que vale uma Corte Marcial.

Atual, o que há com esses jovens americanos? São pacifistas, traidores, agentes do inimigo? Por que eles fogem do serviço militar?

O ATO MORAL

Em 1965, quando começaram a queimar em público os cartões de recrutamento, o Presidente Johnson assinou a lei que considera o ato como ofensa federal. Punição: cinco anos de cadeia e multa de dez mil dólares.

O primeiro cidadão americano enquadrado na nova lei foi o jovem católico David Miller — 22 anos, residente em Nova Iorque, formado no Colégio Jesuíta Le Moyne, de Syracuse. Pacifista, agitador, traidor ou apenas covarde? Antes de cometer essa ofensa federal, ele já ganhara outra punição: 30 dias de cadeia por invadir uma propriedade privada durante uma manifestação anti-racista. Sua atividade em Nova Iorque consistia em trabalhar numa entidade católica de serviços assistenciais — o Catholic Worker Movement, apaixonadamente pacifista. Por que Miller queimou o seu cartão de recrutamento? "Cristo não o levaria consigo. Nem eu o faria." "Acho que o lançamento de bombas napalm sobre aldeias do Vietnã é um ato imoral no qual nenhum cristão pode envolver-se. Todas as guerras são desumanas."

Cada vez torna-se mais difícil escapar à punição depois de queimar, em público, o cartão de recrutamento. Em abril deste ano, quando houve uma grande manifestação de protesto contra a guerra do Vietnã, 75 jovens queimaram seus cartões nas proximidades de um posto de recrutamento de Nova Iorque. Recordando as fotos dos jornalistas, o FBI não demorou a localizar o primeiro, o boia verde Gary Rader, que servia nas Forças Especiais em Illinois e usava o uniforme durante o ato. Rader é estudante de Ciências Políticas da Northwestern University; além de cinco anos de prisão e dez mil dólares de multa, poderá ser condenado a mais seis meses por usar uniforme sem aprovação oficial num ato público.

O Diretor do Serviço Seletivo, General Lewis Hershey, foi criticado pelo Congresso ao anunciar que classificaria como 1-A (o correspondente ao Apto A do Brasil) todos os participantes de manifestações contra a guerra. "Isso degrada o sistema", disse um parlamentar. "A obstrução deliberada e ilegal de administração da lei não pode ser tolerada", argumentou Hershey.

FUGINDO À APATIA

Fugir para o Canadá vai-se tornando aos poucos uma das alternativas preferidas pelos que se opõem à guerra do Vietnã. Três mil americanos já se encontram lá. Segundo o correspondente de uma revista francesa, "são geralmente rapazes inteligentes, sinceramente preocupados com o que consideram apatia de seus compatriotas ante um conflito que eles acham injusto".

"Se a China ou a Rússia atacasse os Estados Unidos — diz um deles — estou certo de que todos os americanos se levantariam em massa para combater o invasor. Foi o que fizeram diante da ameaça japonesa. Mas é demais pedir-nos que sacrifiquemos nossa vida pelo Vietnã". A maior parte dos insumíveis que se encontram no Canadá vem da classe média das grandes cidades. Já matriculados numa universidade canadense, onde estuda Biologia, um deles, católico, disse ao correspondente francês: "Se estivesse convencido de que a guerra do Vietnã era justificável, tanto moral quanto politicamente, eu iria cumprir o serviço militar sem hesitar."

Entre os que não fugiram para o Canadá, há grupos da Califórnia e de Nova Iorque distribuindo guias sobre como se livrar do serviço militar. Um desses folhetos diz o que deve o jovem fazer para que os selecionadores do centro de recrutamento o considerem homossexual e o dispensem. Outros explicam como proceder como um epilético, fingir uma alergia, agir como se fosse um viciado em drogas ou em álcool.

O líder da minoria no Senado americano, Everett M. Dirksen, acha o procedimento vergonhoso: "O espetáculo de jovens dispostos a mentir para evitar o recrutamento e dispostos a anunciar ao mundo que não apoiam outros jovens americanos empenhados numa guerra pela causa da liberdade faz chorar qualquer pessoa leal a este país."

Há uma alternativa para os adversários da guerra que conseguem a classificação de C. O. — opositor de consciência: o serviço assistencial em substituição ao serviço militar. Entre os 250 que escolheram servir no International Voluntary Services — uma entidade privada do tipo Peace Corps — encontram-se antigos manifestantes contrários à política americana no Vietnã. Somente no Vietnã, o IVS tem 135 jovens trabalhando, de Danang ao delta do Mekong. Entre eles, encontram-se 24 moças e 25 rapazes que se dizem opositores de consciência.

"Não passamos de um tempêro açucarado para o genocídio que vai sendo praticado aqui no Vietnã" — disse à revista *Time* David Glendon, antigo aluno da UCLA, de 25 anos, ex-G.I., agora servindo no IVS. Eles operam principalmente nas províncias onde é maior a infiltração comunista. Recentemente recusaram ajuda de dois mil dólares oferecida pela Asia Foundation, por desobedirem ter esta entidade recebido dinheiro da CIA.

UMA QUESTÃO MILITAR

O problema tem surgido também nas Forças Armadas. O Tenente Henry Howe Jr., de 23 anos, foi fotografado com um cartaz que dizia: "Acabem com a agressão fascista de Johnson no Vietnã." Isso o mandou a Corte Marcial em Fort Bliss (Texas), onde foi considerado culpado por desrespeito à autoridade e conduta indigna de um oficial. Pena: dois anos de trabalho forçado e desligamento do serviço militar.

O caso mais famoso, no entanto, é o que envolveu o Capitão Howard Levy, médico e Brooklyn que foi mandado agora a Corte Marcial. O Capitão Levy tem 30 anos de idade e aconselhava os G.I., principalmente os negros, a não aceitarem ordens no sentido de seguir para o Vietnã. Não ficava nisso: comparava o Presidente Johnson a Hitler e dizia que os homens das Forças Especiais dos Estados Unidos — os famosos boias verdes — são "mentirosos, ladrões, assassinos de camponeses, mulheres e crianças". O Capitão negou-se ainda a dar instruções de Dermatologia aos boias verdes, alegando que isso seria "prostituir minha profissão". Se for condenado na Corte Marcial, Levy poderá ter uma sentença de onze anos de cadeia.

Duzentos e cinquenta estudantes de São Francisco da Califórnia resolveram há poucos dias tomá-lo como exemplo: anunciaram, num manifesto, a sua recusa em servir no Vietnã.

Nas últimas semanas, a resistência ao recrutamento tem sido também ligada ao movimento anti-racista dos Estados Unidos. O último episódio nessa área foi a condenação do campeão mundial Cassius Clay, mas outros negros se mostraram dispostos a seguir seu exemplo. "O Vietnã não é um conflito para os negros. Não lutarei se a guerra não for declarada por Alá", disse numa conferência de imprensa do Student Black Power Committee o soldado Ronald McCoy — 22 anos, natural de Filadélfia. Mas dois falaram depois dele: "Como homem de cor, continuo resolutamente contrário a este genocídio infame e recuso-me a participar dele." "Como um negro posso justificar o assassinato sistemático de mulheres e de crianças no mesmo tempo em que ele próprio e os seus são privados, aqui na sua terra, da mesma liberdade sobre a qual nos enchem os ouvidos e pela qual nos pedem que morra?" Líderes negros mais radicais, como Stokely Carmichael, dizem que "é melhor atirar num político branco do que num vietnamita."

CORAGEM E TRAÇÃO

Desde 1965 existem dois grupos contrários à guerra atuando em escala nacional, inclusive contra o recrutamento: o Students for a Democratic Society, com sede em Chicago, e o National Coordinating Committee to End the War in Vietnam, com sede em Madison, Wisconsin. São dirigidos por universitários e atuam especialmente nos campus — em todo o país. Mas existem dezenas de outras organizações, entre elas a Catholic Peace Fellowship, Women Strike for Peace, Youth Against War and Fascism, Student Nonviolent Coordinating Committee, War Resisters League, Northern Student Movement. Serão grupos dominados pelos comunistas? "Sem dúvida — diz a revista *Look* — membros do Partido Comunista estão envolvidos, mas eles estiveram também envolvidos, no mesmo grau, nos movimentos dos direitos civis e no movimento trabalhista. Mas o grande número dos que protestam está engajado no movimento por motivos não políticos e não religiosos. Reagem, como disse um deles, "por motivos morais e humanísticos".

Grande parte da imprensa prefere considerar esses jovens apenas marginais e, às vezes, traidores. "Temos que traçar uma linha — e traçá-la logo, rigidamente — entre o direito da livre manifestação do pensamento e livre reunião e o direito de perpetrar traição" — afirmou o Senador Thomas Dodd, Mas o Professor de Sociologia Edgar Z. Friedenberg, da Universidade da Califórnia, acha que a maioria dos ativistas contrários à guerra "está entre os melhores estudantes": "não se trata de gente com antecedentes de fracasso e de revolta contra o sistema. (...) Eles desenvolveram uma coragem moral incomum".

A legislação americana somente isenta do serviço militar os que "por crença ou exercício religioso opõem-se, como uma questão de consciência, à participação em qualquer tipo de guerra". Alguns jovens negam-se a servir no Vietnã, outros negam-se até a prestar serviço militar, mesmo nos Estados Unidos, enquanto o país estiver participando de uma guerra que consideram injusta. Mas a maioria não é contrária a todas as guerras: prefere adotar a teoria da "guerra justa" de Santo Agostinho, sob a qual o cristão só pode apoiar uma luta depois de confirmar que foi declarada por autoridade legítima, que é para sanar uma injustiça, que é feito o máximo esforço para distinguir os combatentes inimigos dos civis e que é o último recurso depois de fracassados todos os meios pacíficos.

Num artigo publicado na revista *The New Republic*, Jeff Greenfield — formado recentemente em Direito pela Universidade de Yale — assegura que os opositores da guerra não são covardes e já o demonstraram na campanha dos direitos civis. E também não querem fugir à obrigação que têm para com o país. Reivindica como alternativa solução semelhante à dos classificados como opositores de consciência: serviço civil e assistencial mais pesado e durante maior tempo do que o serviço militar. O General Lewis B. Hershey, do Serviço Seletivo, vê no entanto uma outra explicação para o movimento rebelde: "Nós nos tornamos um povo muito tolerante nos últimos anos".

VAMOS AO TEATRO

OPINIÃO
Dir. e Adapts:
BENEDITO CORSI
Tel.: 36-3497
R. Siqueira Campos, 143

com **AGILDO RIBEIRO**
O INSPECTOR GERAL
de Gogol
DULCINA DE MORAIS
Gracia Mello
Paulo Gracindo
Sueli Franco
Thelma Reston
Pituca

apresenta
Tradução:
Ferreira
Gullar e
João das
Neves

HOJE, ÀS
21H30M

Um livro da Editora Civilização Brasileira sorteado em cada espetáculo

TEATRO JOVEM — DEFINITIVAMENTE ÚLTIMA SEMANA

A MORATÓRIA

obra-prima de **JORGE ANDRADE**
com Paulo Padilha, Vanda Lacerda, Thais Moniz Portinho, Ginaldo de Souza, Virginia Valli, Luis Parreiras
HOJE, ÀS 21H30M — Praia de Botafogo, 522 — Tel.: 26-2569

TEATRO SERRADOR — Tel.: 32-8531

ANDRÉ VILLON interpretando

"DEUS LHE PAGUE"

de Joracy Camargo (da Academia Brasileira de Letras)

Estreando **GEÓRGIA QUENTAL**

HOJE, ÀS 21H15M



Agora no GINÁSTICO!

A ÚLCERA DE OURO

6.º MES DE SUCESSO!

Hoje, às 21h15m

ÚLTIMOS 10 DIAS Tel.: 42-4521 — ESTUD.: 50%



SALA CECÍLIA MEIRELES

OUTUBRO

Dia 31 — Recital do pianista holandês JAN WIJN.

NOVEMBRO

Dia 4 — Pianista GUIOMAR NOVAES — 3.º recital da série Panorama do Piano Brasileiro.

Todos os recitais são realizados às 21 horas

Ingressos à venda — Inform.: 22-6534

Teatro para Juventude **O TABLADO** apresenta

Aventuras de Pedro Trapaceiro O Pastelão e a Torta

Direção: Maria Clara Machado

SÁBADOS: 17H — DOMINGOS: 16H E 18H

Res.: 26-4555 — Av. Lineu de Paula Machado, 795

CAFÉ-TEATRO CASA GRANDE

Av. Afrânio de Melo Franco, 300

SHOW DE SAMBA a partir das 22 horas

Show do QUARTETO EM CY

(Hoje, amanhã e domingo)

Breve: "A REVISTA DA SEMANA"

texto de Oduvaldo Vianna Filho

Direção de Benedito Corsi

Participação especial de ARACY DE ALMEIDA

VERÃO
DE ROMAIN
WEINGARTEN

TEATRO
PRINCESA ISABEL
TEL. 37-3537

SERGIO VIOTTI
HELENA IGNEZ
HELENA PRESTES
DORIVAL CARPER

direção de
MARTIM GONÇALVES
cenário e figurinos de
HELIO EICHBAUER

ESTREIA DIA 3 DE NOVEMBRO

TEATRO RIVAL (Cinelândia). Res.: 22-2721

GOMES LEAL apresenta

OH! QUE DELÍCIA DE BONECAS!

com a enigmática ROGÉRIA no fabuloso espetáculo de travestis

Ingressos à venda — Ar condicionado perfeito

Diariamente, às 20h e 22h — Vesp. dom., às 16h

SUCESSO ASSIM TAMBÉM É DEMAIS!
CASAS LOTADAS, APESAR DO FESTIVAL

HOJE, ÀS 21H30M

JUCA CHAVES

O menestrel maldito

Reserve já pelo telefone 27-3122 e 30 minutos depois o mensageiro estará na sua porta com os ingressos

TEATRO DE BÓLSO — Pça. General Osório

ÚLTIMOS DIAS

o bravo soldado

SCHWEIK

TEATRO CARIOCA DE ARTE — Ar condicionado
R. Senador Vergueiro, 238 — Res.: 25-9915 (a partir das 14h)
HOJE, ÀS 21H30M

Próxima estréia: "A FALSA CRIADA", de Marivaux

"O OLHO AZUL DA FALECIDA"

É SUCESSO

no SANTA ROSA

HOJE, ÀS 21H30M — ÚLTIMAS SEMANAS — Tel.: 47-8641

COMIGO

MARIA BETHÂNIA

ME DESAVIM

com: ROSINHA DE VALENÇA, TERRA TRIO
Dir.: Fauzi Arap — Roteiro: Isabel Câmara
no TEATRO MIGUEL LEMOS — Reservas: 56-1954 e 56-2368
De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m
Doms.: às 18h e 21h30m — CURTA TEMPORADA

TEATRO COPACABANA

O CAVALO DESMAIADO

HOJE, ÀS 21H30M — Res.: 57-1818 — Vesp. dom., 17h

DOIS HOMENS!!! DUAS MULHERES???

Suspense... Emoção... Violência...

"ARMADILHA PARA TRÊS"

de Paule Dallier — Direção: Homero João
com: Glória Konet
Ayr Castro
Dinorah Marzulla
e apresentando: Mario Bayveling
Hoje, às 21h30m — CURTA TEMPORADA
TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA — Res.: 22-0367

ÚLTIMAS SEMANAS! ÚLTIMAS SEMANAS!

TODAS AS NOITES!
às 21h

FESTIVAL JOSE VASCONCELOS

TEATRO REPUBLICA
AV. GOMES FREIRE 474 - FONE 22 0271
MATINHEIROS DOMINGOS ÀS 16h

TEATRO CARLOS GOMES — Tel.: 22-7581

SILVA FILHO com Nilza Magalhães e os cômicos
Carvalhinho e Spina apresentam a big revista

COMIGO É NO BERIMBAU

Atração: Lina Morales, o Rouxinol do México

Diariamente, às 18h, 20h e 22h

Dia 31, no TEATRO DE ARENA DA GUANABARA

A história da resistência de um povo pela sua liberdade

MASSACRE

Prisões! Torturas! — Dir.: GRACIA MELLO
PEÇAS PARA CRIANÇAS:
Sáb. e dom.: 17h: "JOÃOZINHO E MARIA" — Dir.: Hélio
Carvalho. — Sáb. e Dom.: 15h30m: "PAULINHO NO
CASTELO ENCANTADO" — Dir.: Milton Duque Estrada.
RES.: 52-3550

1.º ANO



"CHAPÉUZINHO VERMELHO"

SÁB.:
15H15M
DOM.:
15H

Diana Antonax

DOMINGO GRANDE FESTA

TEATRO DE BÓLSO (Pça. General Osório), tel. 27-3122

Finalmente, você poderá assistir:

ANA BELLA ANABELLA, MEU FILHO...

de Roberto Franco — Direção de Álvaro Guimarães

TEATRO ARENA CLUBE DE ARTE

HOJE, ÀS 21H30M

Reservas das 14 às 16 horas — Tel.: 36-6223

TEREZA RACHEL — direção de Vanéau

"O ASSASSINATO DA IRMÃ GEÓRGIA"

A Crítica: — "O público se mantém interessado e divertido durante 2 horas... tudo é colocado em termos do melhor teatro..." (Carlos Lima)

TEATRO GLAUCIO GIL — Ex-Praca

Hoje, às 21h30m — Reservas: 37-7003

Com a colaboração do Serviço de Teatros da GB

HOJE, A MEIA-NOITE, no TEATRO JOVEM

SEXTA-FEIRA é dia de SAMBA

com: RILDO HORA, BETY CARVALHO, JOÃO MELLO, CARLOS ELIAS,
TRIO ABC (da Portela), JOÃOZINHO, CODÓ, regional de JONES
SANTOS. Participação especial: NÁDIA MARIA, SÔNIA LEMOS e
GENI MARCONDES — Coordenação de Carlos Elias e Flamarion

Praia de Botafogo, 522 — Reservas: 26-2569

TEATRO MUNICIPAL

O.S.B. — Orquestra Sinfônica Brasileira

AMANHÃ, ÀS 16H30M

GRANDE CONCERTO SINFÔNICO

Em homenagem aos participantes do II FESTIVAL INTERNACIONAL
DA CANÇÃO, com a presença de todas as Delegações
participantes e especialmente da atriz KIM NOVAK

Regente: **KARABTCHEWSKY**

Pianista: **JAN WIJN**

TEATRO JOVEM — Res.: 26-2569

Atenção garotada! Não percam!



O COELHINHO PITOMBA

peça infantil de Milton Luiz

Elenco: Laila Jorge, Antônio Miranda, Walney Viana e
Milton Luiz (Melhor Ator de Teatro Infantil de 1966).

Prod.: Maria Teresa Barroso.

SÁBADOS E DOMINGOS, ÀS 16 HORAS

DOIS SUCESSOS INFANTIS

no TEATRO DE BÓLSO — Tel.: 27-3122 — Ar refrigerado

AURIMAR ROCHA apresenta

AMANHÃ, ÀS 16H10M

6.º MES DE SUCESSO

AMANHÃ, ÀS 17H10M

3.º MES DE SUCESSO

com: Wanda Crisfakaya, Esther
Ferreira, Walter Soares, Luiz Car-
los Valdez e Ruth Steffens

Sáb., às 16,10, e dom., às 16h

Sáb., às 17,10, e dom., às 17h

AMANHÃ, às 17h VESPERAL

Estudantes:

DE MÚSICA BRASILEIRA

com Pedro Jorge apresentando: "O CIRCUITO" (Aldir Blanc, Cesar
Costa, Fred Falcão, Ruy Quaresma, Vera Lúcia, Ronaldo M. Souza),
convidados, crítica etc.

TEATRO CARIOCA DE ARTE

R. Senador Vergueiro, 236 — Tel.: 25-9915 (a partir das 14h)

Enfim, a garotada poderá assistir
ao grande musical

"O MÁGICO DE OZ"

Adapt. e Dir.: FRED LIMA — Coreog.: SANDRA DIEKEN

Músicas de Paulo Figueira e Chico Botelho

SÁBADOS, ÀS 16H, E DOMINGOS, ÀS 15H30M

no TEATRO SERRADOR — Reservas: 32-8531

TEATRO MAISON DE FRANCE

NAVALHA NA CARNE

CURTA TEMPORADA - PROIBIDO ATÉ 21 ANOS

Magistral direção de **FAUZI ARAP**

TONIA CARRERO Na maior interpretação de sua carreira

NELSON XAVIER e **EMILIANO QUEIROZ** UMA HORA DE EMOCÃO E VIOLÊNCIA

HOJE, ÀS 21H30M — RESERVAS: 52-3456

TEATRO RECREIO — R. Pedro I, 53 — Tel.: 22-8164

AMÉRICO LEAL apresenta, em sessões contínuas, de SEGUNDA A

DOMINGO, às 18h, às 20h e às 22h, a engraçadíssima revista

"PÁRA, PINTO! PINTO, PÁRA!"

com a estréia morena do Brasil MARIA QUIÉRIA e as atrações
Carlos Tujião (o Ventríloquo das Américas), Edson Gil e Zdenka, a
insinuante dupla argentina Lúcia Lopes e Lúcia Carrasco, com parti-
cipação especial de Manula.

LINDAS MULHERES — COMICIDADE —

STRIP-TEASES

ESTREIA
HOJE

SHOW & BOITE



O PRINCÍPIO DAS PEIXADAS

O RECANTO DOS PARLAMENTARES, DIPLOMATAS E TURISTAS

RUA ALVARO ALVIM, 27 — Tel.: 42-0430

Aberto diariamente de 10 às 23 horas. Filial ao DINER'S e REALTUR

Myrthes Paranhos

Recebe seus amigos, para almoço, de 2.ª a
6.ª-feira, no 6.º andar do Clube Naval (Ar. Rio
Branco, 180), oferecendo os mesmos pratos ca-
seiros do seu Petit Club (Cinco de Julho, esqu.
Constante Ramos — Tel. 57-8885).

SERVICO ESPECIAL PARA BANQUETES E COQUETÉIS

RUI BAR BOSSA — R. Rodolfo Dantas, 91-B

apresenta todas as noites

"O RELATÓRIO KINSEY"

de DAVERSA

com: ITALO ROSSI, LEINA KRESPI, GRACINDO JUNIOR

e música de RILDO HORA

Direção de MAURICE VANEAU — Tel.: 36-4098

BOITE PLAZA

Av. Prado Júnior, 258 — Tel.: 57-4019 — Aberto diariamente a partir

das 15 horas — Ar refrigerado — Gerador próprio

Aproveite sua tarde livre.

Divirta-se desde as 15 horas.

Apresentando este anúncio, V.S. tem

um refrigerante grátis, das 15h às 18h.

HI-FI BAR RESTAURANTE

Onde se come bem a preços razoáveis

Av. Princesa Isabel, 263 — Tel.: 57-6132 e 57-1870

Hoje: NOITE DA ALEGRIA



PIZZARIA LANCHES CHOPP

No gênero, a
melhor casa
da Zona Sul

47-8584

R. FRANCISCO SÁ, 5

ESQU. AV. ATLÂNTICA



Av. Vieira Souto, 100

Entrada também pela

Av. Rainha Elisabeth,

767 — Jpanema

O MELHOR CHOPÉ DA CIDADE!!!

Servimos também o famoso "CHOPÉ PRETO"

Choperia e restaurante de cozinha internacional — Música moderna —

Ambiente selecionado — Salões internos e mesas ao ar livre

"O recanto da mais linda paisagem do Rio — a

Praia do Castelinho — frequentado pelas mais

belas garotas do mundo!" (The Journal, New York)

The Gaslight

Apresenta todas as noites

"SHOW EM TRÊS TEMPOS"

com: Norma Sueli, Diva Helena, K Samba Trio

e grande elenco. Produção de Marcos Tira

2 CONJUNTOS BADALATIVOS PARA DANÇAR DO MAESTRO BIJOU

Aberto para Drinks a partir das 18 horas

Av. Rui Barbosa, 170 (ao lado da sede nova do Flamengo)

Tel.: 45-5424 — Estacionamento Fácil

As delicias das comidas do mar

num restaurante sobre as ondas.

Único no Rio. Amplo estaciona-

mento. Menu especial para os

almoços "rápidos".

Av. Nestor Moreira, 11

Tel.: 46-1529

SOL e MAR

RESTAURANTE • BAR

(Junto ao Yacht Club do Rio de Janeiro)

Aberto diariamente até as 2 horas da manhã

ASTRONAUTAS IRÃO A VÊNUS EM 1982

Para os astrônomos e astrofísicos, a descida em Vênus da nave soviética tem importância imediata. Os sinais que seus instrumentos enviarão para a Terra trazem muitas respostas para problemas que os preocupavam de longa data.

Seu interesse pode parecer limitado, entretanto, diante do que pensam outros técnicos, aqueles a quem cabe planejar 10 e até 15 anos à frente. Para estes homens, a questão principal é: de que maneira os informes agora recebidos poderão alterar seus planos para levar a Vênus as primeiras naves tripuladas?

Pode na verdade parecer absurdo, mas eles já não se preocupam mais com a Lua. Os planos e projetos para a exploração do satélite natural da Terra, o desenho das naves que farão estas viagens, os planos dos abrigos e veículos que para lá serão transportados, tudo isso já está pronto e, em muitos casos, em andamento. Faltam no máximo dois anos para a descida na Lua da primeira nave tripulada e logo depois começarão as expedições exploradoras e colonizadoras, numa encíclica, que deverá atingir, em 1982, dois vãos por mês. A Lua, para eles, já é coisa do passado. Suas atenções voltam-se agora para Vênus e Marte. Eis por que vãos como o do Vênus-4, ou mesmo o do Mariner-8, têm para eles especial importância.

Muito embora não exista nenhum acordo escrito, é evidente que os soviéticos concentram suas atenções em Vênus e os americanos em Marte. E do ponto-de-vista de voo tripulado, os problemas que ambos apresentam para os cientistas são infinitamente maiores que os da Lua.

A BARREIRA DA DISTÂNCIA

Esta é, na realidade, a dificuldade maior. A distância significa um handicap de peso, porque o mesmo foguete que lança 30 toneladas à Lua pode disparar apenas 23 a Marte ou 30 a Vênus. A diferença se perde em mais combustível, para empurrar as cosmonaves mais longe...

E se o peso disponível é menor, as necessidades são muito maiores. Uma viagem Terra-Lua, num foguete químico moderno, dura entre 35 e 42 horas. Três ou mais homens podem perfeitamente passar este período sentados numa pequena e pouco confortável cabina. Mas não se poderia dizer o mesmo num voo de seis meses a Marte ou de quatro meses e meio até Vênus. Neste caso, sua cosmonave teria de ser maior, mais confortável, e dotada de certos refinamentos que não são precisos num voo breve até a Lua. Vejamos por exemplo. Numa viagem a Marte, ou Vênus, cada tripulante consumirá perto de 17 toneladas de água e alimentos. Seis tripulantes (que é a tripulação média admitida por soviéticos e americanos para vãos deste tipo) significariam, somente de comida, água e ar, com toneladas. Isso é absolutamente impossível, e para solucionar estudam-se agora os chamados ambientes de regeneração, onde bactérias especiais transformariam quimicamente as fezes em matéria orgânica consumível, e o mesmo com a urina, de onde já se recupera mais de 70% de água absolutamente pura. Outro problema seria a proteção contra a radiação. A nave teria de ser blindada contra diversos tipos de raios de alta intensidade que varrem o espaço em todos os sentidos. Lançar um veículo desses da Terra talvez não seja prático. Mais lógico seria, dizem, montá-lo em órbita, ou na Lua, onde a gravidade é bem menor. Como os primeiros vãos só se darão no começo da década de 1980, temos pelo menos dez anos para nos prepararmos. Ou seja, temos para organizar os vãos tripulados a Marte e Vênus o mesmo tempo que tivemos para preparar o voo tripulado à Lua, e não obstante a tarefa é infinitamente maior.

Uma das soluções ventiladas é substituir o motor químico por outro capaz de rendimento maior. Os americanos preparam o motor atômico NERVA, já testado em terra e que deverá subir ao espaço para testes em 1969. Os soviéticos tenderiam para o motor a plasma, uma espécie de engenho lônico de alto poder. Ambas as soluções permitiriam reduzir de até 25% o tempo de viagem, o que é uma vantagem a não se desprezar.

Comparando o que já temos, e o que a tecnologia nos garantirá nos próximos anos, é possível supor que as primeiras expedições a Vênus terão de quatro a oito tripulantes e viajarão em naves três vezes maiores que os veículos que agora construímos para nos levar à Lua. O tempo de viagem será (ida e volta com algumas semanas para explorar o planeta) da ordem de oito meses.

Tudo isso, afirmam os cientistas, acontecerá na década de 1980. Antes, nos próximos dez anos, nos prepararemos explorando e colonizando a Lua.

SOVIÉTICOS FALAM DE SUA NAVE

O jornal Izvestia publicou uma entrevista do projetista principal da estação Vênus-4 com o repórter B. Kononov.

— Pode dizer-nos alguma coisa sobre a preparação preliminar para o voo de Vênus-4?

— É notório que o êxito dos vãos cósmicos se forja na Terra, no processo da preparação e provas dos aparelhos construídos. Por isso nós procuramos realizar na Terra o maior número de complexos e variados testes com a Vênus-4. O engenho foi longamente testado sob as vibrações mais variadas de frequência e amplitude, com o fim de nos dar a certeza de que durante o lançamento e a aceleração da velocidade não ocorreria nenhuma avaria. A estação foi submetida à ação das rigorosas condições do espaço cósmico. Em instalações especiais, os modelos do aparelho que entrou na atmosfera de Vênus resistiram a colossais sobrecargas, muitas vezes superiores às terrestres normais. Todos os aparelhos, sistemas e os elementos da estação deveriam suportar a prova de resistência. O aparelho que deveria descer foi muitas vezes lançado de helicópteros e aviões para comprovar o mecanismo de para-quebras que serviria de freio, e das antenas de transmissão colocadas sob eles. Submetemos a estação à ação de uma grande pressão estática e de altas temperaturas.

Foi experimentado várias vezes o autodesprendimento do aparelho que deveria descer do compartimento orbital. A dificuldade consistia em que o compartimento orbital e o aparelho de salvamento estavam cobertos com isolamento e era preciso fazer de tal maneira que o isolamento se dividisse no ponto certo e não prejudicasse a descida do aparelho. Toda vez era necessário fazer um novo isolamento e um novo abrigo grosso de matéria isolante. Fizemos isto umas dez vezes.

— Que elementos do aparelho foram os mais difíceis?

— Em um aparelho cósmico não há nada sem importância. A falha de uma peça, que pode parecer simples, é capaz de inutilizar a estação inteira. A principal exigência dos sistemas cósmicos é a segurança. Por isto é preciso fazer tudo duplo. Mas isto também significa mais peso. Por outro lado, é interessante colocar na estação o maior número de aparelhos científicos para aumentar a eficiência do voo. Entretanto, o peso total da estação é estritamente limitado pela potência do foguete portador capaz de colocar na trajetória de Vênus um peso útil determinado. Em tais circunstâncias não há mais remédio que manobrar. Esta é a dificuldade geral.

Falando parcialmente, constituem complexos problemas os elementos termorreguladores e o sistema de alimentação.

O voo a Vênus pressupõe o aumento da constante solar em duas vezes, aproximadamente, durante a trajetória. Perto da Terra temos o frio e em Vênus, o calor. O sistema de termorregulação devia garantir também o funcionamento infalível dos aparelhos sob essas sensíveis variações de constante solar. Além disso, os aparelhos degrediam grande quantidade de calor durante as sessões de comunicação.

— Foi satisfatório o funcionamento dos sistemas da estação durante o voo e a descida?

— Sim. Na véspera, a 17 de outubro, em uma reunião técnica, analisamos o estado de todos os sistemas. Ensalamos as diversas variantes de falha dos elementos e analisamos resoluções concretas para cada caso possível. A máquina tem lógica bastante complexa, capaz de compreender e apreciar o aparelho avariado e o que não está e substituir automaticamente o que falhou por outro em bom estado. É certo que, por sorte, esta lógica não foi necessária, pois todos os aparelhos funcionaram magnificamente e nenhum deles falhou em quatro meses e pouco de viagem.

O modelo exato da Vênus-4 nós tínhamos em nossa empresa, em uma barocâmara especial na qual se mantinha o vácuo, e nos prestou um bom serviço. Quando surgia alguma dúvida, por mais insignificante que fosse, com relação ao que ocorria no voo, recorriamos ao modelo, submetido às mesmas condições do ambiente em que se movia a estação.

A prova, talvez a principal, do aquecimento ao entrar na atmosfera, foi superada magnificamente pela Vênus-4.

A ANÁLISE DE UM VOO

Muita coisa foi dita sobre a façanha soviética, mas até agora ninguém procurou fazer uma análise fria do lançamento e de seus resultados.

Ponto de lado a grandiosidade do feito, como marco importante na corrida para as estrelas, o voo da Vênus-4 deve ser encarado do ponto-de-vista tecnológico e do ponto-de-vista científico.

1. **Prioridades.** O Planeta Vênus tem, para os soviéticos, a prioridade maior depois da Lua. Nada mais natural que tivessem concentrado sobre ele esforço maior que para Marte. Para comprová-lo basta analisar as tentativas que fizeram até agora (seis para Marte e 13 par Vênus).

A princípio, pode parecer estranho esta escolha. Marte teve em alguns astrônomos russos, como o falecido Gravit Thikov, minuciosos pesquisadores. Dê-se se sabe bastante para poder avaliar os problemas da descida. Vênus, ao contrário, ainda é uma incógnita, e provavelmente continuará sendo por algum tempo. Não obstante, os russos, nitidamente, inclinaram-se para Vênus.

2. **As naves.** O veículo Vênus-4 não representa realmente algo muito novo. É um conjunto padrão de uma tonelada, mais ou menos igual aos que os soviéticos lançaram em 1961 na direção de Vênus. Aliás, as sondas planetárias soviéticas são todas parecidas. Um corpo cilíndrico, estancado, com os instrumentos, duas asas com células solares, radiadores laterais para o controle térmico de bordo, um grupo motor para as correções de rumo, pequenos jatos de nitrogênio para a orientação da nave, uma antena direcio-

nal de grande rendimento tipo guarda-chuva e um bloco planetário, cápsula com os instrumentos que se destinam a realizar medições no planeta visado. Dê-se tipo eram as naves Vênus e Marte, até agora lançadas, e também os veículos Zond. O que variava principalmente era o bloco de instrumentos planetário.

Apegando-se a um tipo padrão de nave, os cientistas soviéticos puderam aperfeiçoá-la lentamente até obter um conjunto aprovado e seguro.

3. **As missões.** Uma observação cuidadosa mostra que a cada disparo os objetivos eram mais ambiciosos. Primeiro descejo-se apenas que a nave passasse perto do astro. Depois, procurou-se um impacto e finalmente a descida suave. E uma repetição do que já fora feito em relação à Lua.

4. **O feito tecnológico.** Lançar uma nave da Terra a Vênus não é novidade, mas é difícil. Note-se que até hoje, das 13 tentativas soviéticas e três norte-americanas, apenas três foram sucessos completos. Uma percentagem muito baixa.

Os russos, porém, usam em vãos planetários um sistema diferente do norte-americano. Grandes matemáticos, eles procuram fazer um disparo na mósea, mesmo porque são muito fracos em meios de comunicação a grande distância. Um erro de rumo poderia ser facilmente corrigido. Já os americanos, que têm espalhadas pelo mundo na d a menos de seis estações de rastreo planetário (os russos apenas uma) lançam a nave na direção geral do alvo, corrigindo seu voo aos poucos através de um sistema de orientação gradativa.

Colocando as coisas nos seus devidos lugares, acertar Vênus num tiro mais ou menos direto é bem mais difícil que dirigir uma nave até ele com correções gradativas. E os soviéticos espantaram o mundo fazendo com que a penetração de sua cápsula fosse feita quando Vênus e a Terra estivessem numa posição tal que a União Soviética estivesse abaixo do planeta. Isto, sobretudo, deixou os matemáticos espantados em todo o mundo.

Quanto à estera que penetrou na atmosfera venusiana, nada tinha de extraordinário. Trata-se de uma cápsula esférica de liga de titânio, estancada, termicamente blindada com pintura especial, com um peso de mais ou menos 200 kg. Suas dimensões eram pouco maiores que uma bola de futebol.

5. **Instrumentos e medições.** Entre a Terra e Vênus coube aos instrumentos da nave enviar regulares boletins de informação. Não foi revelado o número exato destas comunicações, mas certamente foram na cadência de uma ou duas por semana. Os dados incluíam ventos solares, campos magnéticos, impacto e frequência de micrometeoritos, radiação etc.

A nave porém desintegrou-se na atmosfera venusiana. Sua missão fora levar a esfera instrumentada até o planeta, e isso ela fez de maneira brilhante. Tecnologicamente, o feito não foi inédito. Mas foi espetacular.

6. **As medições científicas.** O que houve de realmente novo na missão do Vênus-4 foi a descida de sua cápsula na superfície do planeta. Embora não tenha sido revelado quais

instrumentos havia na cápsula, suas dimensões e seu peso nos permitem fazer um levantamento:

Um barômetro, que media o aumento da pressão da para-queda de freio; um termômetro para medições durante a descida, e regulou a abertura do para-queda; um termistor de rádio e baterias químicas de alta energia mas curta duração.

O que de novo foi transmitido para a Terra:

- a temperatura, nas baixas camadas da atmosfera de Vênus, oscila entre 90 e 230°C.

- essas altas temperaturas produzem violentas correntes de ar, ventanias muito fortes.

- a pressão, na superfície, varia entre 18 e 22 vezes a que existe na superfície da Terra.

- a quantidade de nitrogênio que existe nas baixas camadas é inferior ao que antes se supunha.

AS REPERCUSSÕES DA DESCIDA

A começar pelo próprio professor Lovell, radioastrônomo inglês que mais uma vez acompanhou o desenvolvimento da façanha espacial soviética, até o Dr. James Webb, chefe da Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço, dos Estados Unidos, todos foram unânimes em ressaltar a grandiosidade do feito soviético, tão importante do ponto-de-vista tecnológico (voo de uma nave da Terra a Vênus e sua descida suave no planeta) como científico (as medições por ela realizadas).

G. L. Millman, astrofísico canadense, disse que a descida da estação automática soviética em Vênus é um acontecimento verdadeiramente histórico. Mesmo para mim, que trabalho neste ramo, é difícil tomar consciência do ocorrido e prever as principais consequências desta surpreendente proeza científica. As perspectivas que se apresentam são fantásticas.

Já o astrônomo Jurkovic, Diretor do Observatório de Belgrado, considera que a descida da estação soviética em Vênus foi uma experiência cuja realização teria sido difícil de imaginar há uns quatro anos. Seu significado supera tudo que foi realizado até agora nas investigações de Vênus.

Kenneth Getland, Vice-Presidente da Sociedade Interplanetária Britânica, considera a nova vitória da ciência e da tecnologia soviética uma autêntica conquista, e concluiu dizendo que os cientistas ingleses esperam com impaciência as informações que ela enviou, dados que poderão trazer resposta para muitas e emocionantes interrogações.

Finalmente, o Dr. Thomas Nicolson, conhecido astrônomo e Diretor do Planetário de Nova York, declarou que esta monumental conquista científica deve suscitar a alegria em toda a humanidade, e a humanidade deve felicitar os autores do feito.

A mais significativa homenagem, porém, parece ter sido a de um incógnito, do Diretor de Voo da missão Vênus-4, cujo nome os russos não quiseram revelar.

Terminadas as transmissões da nave, depois de executada a descida, ele disse simplesmente:

De um modo geral estamos satisfeitos com os resultados. Cumprimos totalmente o programa previsto. Os objetivos a que nos propínhamos quando projetamos o engenho foram alcançados...

O "GRANDE FEITO" QUE AINDA FALTA

O voo da Vênus-4 foi espetacular, sem dúvida alguma, mas muita gente ainda pergunta se os soviéticos não tentaram algo de maior impacto nas comemorações do cinquentenário da Revolução.

Não há indício algum seguro de uma tentativa deste porte até meados de novembro, nem tampouco nenhum dos boletins oficiais da imprensa especializada fez qualquer previsão válida. Vamos tentar, entretanto, à nossa conta e risco, delimitar os setores onde tal experiência poderia ocorrer.

A primeira coisa que se impõe é naturalmente a realização ser genuína, isto é, não repetir algo anteriormente já realizado.

A segunda conclusão é que se deve excluir nova experiência planetária. Um voo a Vênus dura quatro meses e outro para Marte seis meses. Mesmo lançadas agora, estas naves só alcançariam seus objetivos no ano vindouro. Depois já houve um teste planetário espetacular com o Vênus-4.

Marte e Vênus finalmente não estarão em posição favorável por muito tempo (dez meses pelo menos).

Picani, portanto, excluídos da lista.

Em seguida analisemos a Lua, que nesta altura dos acontecimentos já foi alcançada suavemente duas vezes pelos russos e recebeu deles nada menos que três satélites artificiais. Repetir estes feitos, com naves maiores, não seria realmente espetacular. Por outro lado parecemos difícil que pudessem superar os americanos nos detalhes: eles já filmaram toda a Lua em detalhe, obtiveram clichês coloridos de sua superfície, escavaram-na com mãos mecânicas e analisaram-na quimicamente. O veículo Luna, até agora utilizado não permite depositar na Lua cargas superiores a 200kg e nestes limites já foi feito todo o possível. Seria então o caso de esperar por um foguete maior, talvez, mas não haveria também aqui novidade importante. Não; não deverá ser lunar o próximo (esperado) grande feito espacial soviético.

Resta-nos então o chamado espaço próximo; as missões em órbita terrestre. Ai sim, há alguma possibilidade, em diversos setores.

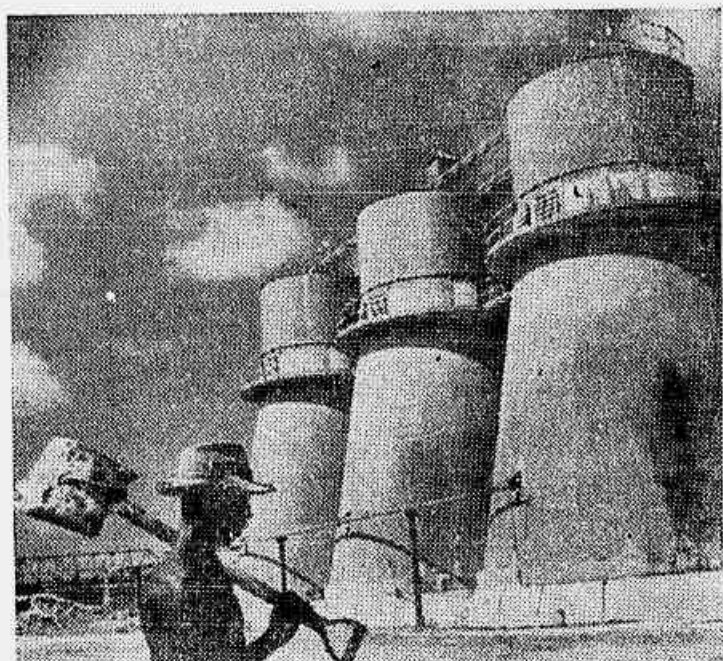
Sabemos por exemplo que os cientistas soviéticos estão há muito tempo aperfeiçoando um grande foguete lançador cujo poder seria duas ou três vezes maior que o lançador Próton. Ora, o Próton coloca 12 toneladas em órbita e o novo engenho poderia enusar sucesso orbitando um supersatélite de trinta e poucas toneladas. Mas os americanos já lançaram um de trinta, e a coisa perderia um pouco o sabor de novidade pelo pouco peso adicional.

A não ser que, o grande satélite fosse tripulado... A façanha tornaria então aspectos mais sérios. A maior nave tripulada americana, a Gemini, pesa apenas quatro toneladas e leva dois homens. É verdade que existe o Apolo, de trinta toneladas, mas este veículo ainda não foi declarado operacional depois do acidente de fevereiro deste ano, e seu primeiro voo somente ocorrerá no início de 1969. Os russos poderiam, numa nave de trinta toneladas, colocar até oito tripulantes.

Este raciocínio se encaixa muito bem nas declarações russas anteriores de que planejam lançar um ônibus espacial e que estão concluindo os testes com o novo foguete lançador gigante... Há de se considerar ainda que se a morte de Komarov significou um justo hiato no programa de vãos tripulados da União Soviética, mas já se passaram mais de seis meses desde aquele acidente. Outra hipótese é um encontro orbital, talvez entre uma nave com muitos tripulantes e outra apenas com um ou dois. Os americanos já fizeram seis encontros orbitais, mas estes poderiam ser diferentes fazendo um dos tripulantes passar no espaço de uma das naves para a outra, operação que não envolveria dificuldade técnica maior, mas que produziria grande impacto na opinião pública mundial.

Diante desta lógica resta esperar que o feito espetacular (se houver) deverá incluir cosmonautas, e naves perdidas.

Isto é seguro.



Cenário tradicional de jangadas, saveiros, coqueiros e flagelados — imagens difundidas pelo mundo inteiro através de cartões postais e reportagens —, o Nordeste muda de figura: chaminés de modernas fábricas, arranha-céus e um comércio febril substituem a face social atrasada e empírica da Região.

Antes conhecida como "zona explosiva", o novo Nordeste surge agora como a Região de crescimento mais rápido do País, graças à conjugação de esforços do Governo — através principalmente dos incentivos da SUDENE — e da expressão de sua força motora maior: a capacidade de realização do nordestino, consagrado literariamente como "um bravo".

Acompanhando diariamente o crescimento do Nordeste, redatores e repórteres da Sucursal e dos correspondentes do JORNAL DO BRASIL dão aqui seu testemunho do desenvolvimento da Região, num Suplemento Especial de 48 páginas.

O Nordeste-67 não é apenas uma Região rica em folclore e tradições populares, berço do frevo, do maracatu, do caboclinho, do lumba-men-hoi, das igrejas coloniais. O Nordeste-67 é o próprio futuro do Brasil, numa demonstração da pujança do trabalho do homem e dos esforços desenvolvimentistas do Governo.

NORDESTE 67

UM SUPLEMENTO ESPECIAL DO JORNAL DO BRASIL

27 — OUTUBRO — 67



SUDENE TRABALHA DIA E NOITE PARA ELABORAR SEU IV PLANO

Gervásio Campos

Recife (Sudene) — Emissários da SUDENE percorrem o Nordeste de oriente a ocidente. Internamente, 150 técnicos permanecem em suas salas horas após o encerramento do expediente normal. O Superintendente, Gen. Bentes Monteiro, visita Governadores ou os recebe em seu Gabinete. Assessoria técnica deslocam-se para Brasília e Guanabara a fim de ouvir o Ministério do Planejamento e as Comissões Técnicas do Congresso Nacional.

Essa movimentação incomum, esse deslocamento constante de técnicos, essa atividade que desconhece sábados ou domingos, tem um objetivo: a elaboração do IV Plano-Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para o triênio 1969-71 e que deverá ser aprovado a nível regional até janeiro próximo e apreciado pelo Congresso Nacional, em abril.

PLANO DE TODOS

Será um plano de todos, um trabalho conjunto de quantos responsáveis — sócio, econômico e culturalmente — pelo destino da Região, assegura o Sr. Delfino Mota, jovem técnico da geração sudeniana e co-responsável pela coordenação dos diagnósticos e sínteses da economia do Nordeste e suas necessidades para o período vindouro.

Longe de ser um repatório de soluções inviáveis — garante o técnico — o IV-PD, como é conhecido internamente, representará o esforço comum, a experiência de todos ou a vivência de cada um com os problemas do crescimento da região, que vêm superando as perspectivas mais otimistas a seu respeito.

Líderes sindicais, religiosos, políticos ou produtores vão sendo ouvidos à medida que os diagnósticos setoriais são concluídos internamente. A autarquia, para possibilitar a elaboração desse novo plano, realizou uma profunda reforma estrutural, a fim de adequar-se às exigências do novo rumo que se pretende dar no desenvolvimento do Nordeste. Por coincidência, essa reforma foi organizada pela equipe do atual Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão.

COM COSTA À FRENTE

Definição em suas linhas gerais de programática pela Carta do Nordeste do Presidente Costa e Silva e ligado no Plano de Ação do Ministério do Planejamento, o IV Plano-Diretor da SUDENE poderá atingir um grau de integração não atingido por qualquer dos três precedentes. Explica-se:

nunca a SUDENE contou com tamanho apoio dos Governos da região.

Interiorização é a sua filosofia, seguida de uma quase obsessão do Ministério do Interior. A incorporação ao processo de desenvolvimento de todos os setores até agora marginalizados pelo arranco do Nordeste. Com a integração a SUDENE tem ensaiado alguns passos. A decisão de financiar a modernização e a produção das 12 mil pequenas e médias empresas nordestinas com recursos do Banco do Nordeste, segundo critérios da SUDENE, é um deles.

O aceleramento dos projetos para a rodovia transnordestina, cujos custos chegaram aos US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 45 milhões o BID já assentiu em financiar — igualmente. Essa rodovia, com extensão de 1.346 km, interligará o sistema nordestino com o Centro-Sul, pelo litoral, incorporando os mais importantes mercados interregionais e possibilitando maior circulação dos produtos da região. Será o elo da ligação com o resto do País. Estende-se em arco por toda a costa nordestina, desviando-se, apenas, na direção de Teresina, seu ponto mais setentrional, e Feira de Santana, sua derivação mais meridional. No resto do percurso segue as linhas dos antigos tropeiros e mesteiras da região.

A REGIÃO

O Nordeste brasileiro, um quinto do território nacional, com 1.600 mil km² de área e 27 milhões de habitantes, sempre foi apresentado à Nação e ao mundo como um "povo estranho, em terra estranha, sofrendo fome e miséria e desencanto", (sic New York Times).

São famosas as descrições literárias sobre seus tipos místicos e bandidos como Antônio Conselheiro, Zumbi dos Palmares, Lampião, na idade moderna. Toda uma literatura de desencanto, miséria, exploração do homem pelo homem, e opressão política a destruir famílias e ferir sentimentos, forçando o surgimento de novos bandidos. Os coiteiros e o crime organizado e explorado comercialmente. Os avanços monumentais nas últimas décadas. Seus políticos corruptos e Governos ineptos.

Mas, apesar dessa herança destruidora, um violento vento de mudança soprou sobre a região a partir da década dos sessenta. O progresso era possível. A atitude do paupere-arra, forçado a fugir de sua terra para escapar à in-

climência do tempo, poderia modificar-se em face da nova perspectiva: o Nordeste tinha condições de crescer e de se fazer, pela tomada de consciência nacional do seu problema, apoiada por intensa ajuda exterior, visando a sua integração econômica ao País, sob o comando da SUDENE.

QUEM É QUEM

Criada pelo Decreto 5.692 de dezembro de 1959, a SUDENE tem a missão de coordenar o desenvolvimento do Nordeste, propor ao Executivo Federal medidas que interessem à promoção da Região e administrar incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada regional, realizando um socialismo às avessas: cá, ao invés de o Estado assumir o controle dos meios de produção, facilita e incentiva a iniciativa privada, concedendo-lhe subsídios e favores para seu crescimento.

Adota a estratégia que lhe tem trazido vantagens. Está sempre aproveitando sua estrutura em função dos seus Planos Diretores. E agora, com o IV, está sofrendo profunda modificação administrativa, inclusive trocando o regime oficial de trabalho pela legislação privada, para seus serviços. Vários de seus grupos executivos estão sendo extintos ou incorporados aos Departamentos com o objetivo de deixar a execução dos projetos a outros órgãos federais ou privados. É um retorno às suas origens que as necessidades mais urgentes do Nordeste forçaram-na a abandonar. Até então, era a SUDENE executora de várias de seus projetos.

Em termos administrativos, tem esse órgão sete Departamentos-fins (eram sete até agosto), assim considerados pelo objetivo de seus programas: industrialização, pesquisas de recursos naturais, promoção dos recursos naturais, promoção dos recursos humanos, saneamento e água, energia, rodovias e comunicações e agricultura e abastecimento. Para coordenação da programática conta com três Assessorias e uma Auditoria para assuntos de cooperação internacional, coordenação do planejamento (ex-Assessoria Técnica) e assessoria jurídica e fiscalização de contratos e convênios.

Especificamente para apoio das atividades finais e de coordenação, tem a SUDENE um Departamento de Administração Geral e uma empresa subsidiária para problemas de transporte e contratação de pessoal em regime trabalhista. No campo executivo mantém ainda cinco empresas de economia mista para atividades como promoção do artesanato, perfuração e de poços e sondagens subterrâneas, construção e manutenção de sistemas de abastecimento de água e para construção de hidrelétrica de Boa Esperança através de barragem do Rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão, e desenvolvimento da indústria pesqueira.

CONSELHO MAIOR

Todas as suas decisões representam a vontade da maioria do seu órgão máximo, o Conselho Deliberativo, composto de 28 membros. São eles credenciados dos Ministérios civis e do

Estado-Maior das Forças Armadas e os Governadores da região, sob sua jurisdição, os Governadores do Rio de Janeiro e de Fernando Noronha.

Cada Conselho tem direito de vetar ou pedir vistas da matéria posta em discussão em regime de urgência e usar da palavra em apoio ou reprovação a qualquer projeto. As discussões, diz o regulamento interno, se encerram, exclusivamente, a assuntos da pauta, elaborada pela Secretaria Executiva do órgão (chamada SUDENE) e encerra. Cada Conselho tem 15 dias antes da reunião para apresentar, previamente, as suas propostas. Em seus sete anos de existência, teve a SUDENE quatro Superintendentes e um interventor. Celso Furtado, entre 1960-64, que cedeu o lugar ao Interventor, Gen. Expedito Sampaio; João Gonçalves de Sousa, da revolução de 31 de março, até junho de 1965; Rubens Costa, de agosto daquele ano a abril de 1966, e o atual, Gen. Euler Bentes Monteiro, que assumiu o posto em 31 de março passado.

Quatro Superintendentes, todos eles técnicos de reconhecida capacidade em seus setores de atuação.

De Celso Furtado, economista internacional, passou para o Gen. Expedito Sampaio, que exerceu a função de interventor do movimento revolucionário de março e que hoje é considerado como o principal agente da continuidade do gesto dentro de seus objetivos programáticos. Após seis meses de intervenção, tomou posse o economista e Diretor técnico da OEA, João Gonçalves de Sousa, a quem coube a elaboração do III Plano Diretor e a notabilização pela superação das divergências e descontentamentos em torno do órgão, encaminhando em junho de 1965 ao economista, também oriundo da OEA, Rubens Costa, a atual Direção da SUDENE.

Desde abril passado, está na direção o engenheiro e estudioso de problemas econômicos da Escola Superior de Guerra, Gen. Euler Bentes Monteiro, que dia-a-dia firma-se na direção do órgão.

LINHAS DE AÇÃO

Um documento singular, elaborado conjuntamente pelos Ministérios do Interior e Planejamento, definiu, logo após a instalação do Governo federal no Recife, entre 8 e 14 de agosto passado, as linhas mestras do que será o IV Plano Diretor da SUDENE. Neste documento de 53 parágrafos, fundado no tradicionalismo das publicações oficiais brasileiras, onde as introduções são, via de regra, maiores que as próprias decisões contidas, configura-se toda uma estratégia de desenvolvimento e, talvez, as raízes do planejamento desenvolvido auto-sustentado da região.

Em seus itens básicos, estabelece a política coordenadora da SUDENE na Região com o objetivo de assegurar a realização dos projetos e evitar a dispersão de recursos cruciais nesta Região. Como prioritário no setor de infraestrutura econômica, define o documento que a rede rodoviária básica do Nordeste (BR-101, BR-230), tem primeira urgência, seguindo-lhe a modernização do Porto do Recife e a instalação de dois terminais salineros no Rio Grande do Norte e terminal açucareiro na Capital pernambucana.

No setor das telecomunicações, estabelece como de primeira urgência a integração do Nordeste ao sistema nacional e implantação de um tronco de microondas inter-regionais, visando eliminar o estrangulamento desse setor na Região e suas consequências. É mais fácil falar com Nova York ou Londres, do Recife, que com Teresina ou São Luís. Em energia elétrica, entende o Plano que a ampliação do potencial da Chesf e o aproveitamento hidroelétrico de Boa Esperança são urgentes no triênio que se avizinha.

AGRICULTURA, SEMPRE

Segue, em linha de importância, o setor agrícola e seu desdobramento, o abastecimento. Irrigação, assistência às economias tradicionais — açúcar, sisal — e a comercialização e oferta de sementes selecionadas, com crédito rural e preços mínimos, completa-se o quadro esboçado para a demarcação da agricultura do Nordeste.

Em primeiro plano está a garantia de preços mínimos mundiais para o sisal do Nordeste, que sofre a concorrência dos sintéticos no mercado norte-americano e da fibra natural de Angola nos tradicionais consumidores europeus. As economias do cacau e do açúcar também serão objeto de análise específica no novo plano da SUDENE.

Os extrativos vegetais, que têm uma participação relativa acentuada do Produto Bruto dos Estados mais pobres, como o Piauí e o Maranhão, e contra os quais se ergue a conjuntura do mercado mundial e a concorrência internacional, terão sua situação equacionada neste Plano. Se for realizado um acordo mundial do sisal, Os Estados de Paraíba e Bahia terão amplas perspectivas de melhoria de suas economias internas. No caso dos extrativos vegetais, Piauí, Maranhão, Ceará, Alagoas, Sergipe e Bahia serão os beneficiários.

IRRIGAÇÃO

A SUDENE sabe que, mantendo a atual estrutura da posse da terra, terá que enfrentar delongas jurídicas com os proprietários das glebas das zonas irrigáveis para, através de convênios com o DNOCS, Estados e organismos internacionais, realizar seu primeiro grande sonho na agricultura: a ampliação da fronteira agrícola nordestina e a expansão das áreas cultiváveis. Somente no Vale São Francisco e do Rio Jaguaribe existem quase três milhões de hectares com capacidade de produção através da irrigação.

No próximo ano, após praticamente seis de estudos, entram em funcionamento os primeiros perímetros-piloto de irrigação — 3 mil hectares — nas duas áreas em maior desenvolvimento. No Vale do Jaguaribe e em Petrolina, no Vale do São Francisco. Todavia — progresso traz também seus problemas: a falta de técnicos para gerenciarem a distribuição da água. Tem-se que o colono, sem orientação, transforme suas lavras em charcos, com prejuízos para todo o sistema de irrigação.

Enquanto realiza cursos de ação comunitária, desenvolvimento social, e métodos racionais de utilização dos potenciais de água para os futuros irrigantes, a SUDENE espera que a ONU lhe ceda mais dois técnicos em engenharia de irrigação para dar um maior impulso aos projetos de viabilidade comprovada.

Ainda no setor agrícola, que vem reagindo satisfatoriamente ao desafio da SUDENE, que lhe estendeu em 1965 os incentivos até então concedidos à indústria, uma outra solução será tentada: o conhecimento dos meios de produção e da estrutura de comercialização do Nordeste, a fim de se chegar a um grau de avaliação que permita, no futuro, no próximo plano, estabelecer-se, com segurança, os setores mais carentes de auxílio, visando à oferta de gêneros e matérias-primas à indústria. Com tais dados à mão, espera a SUDENE poder intervir, tecnicamente, nos métodos de produção sem desagregação social do desemprego.

Quanto aos incentivos, o setor agrícola vem reagindo bem ao chamamento da SUDENE. Até setembro, 48 projetos de empresas agropecuárias foram aprovados pela autarquia e 42 outros encontram-se sob análise do departamento competente da SUDENE. Essa modernização trouxe à tona um problema inevitável: o desemprego de colonos, pois são incompatíveis a agricultura extensiva e a pecuária racionalizada.

INDÚSTRIA E MINAS

Quatro itens estabelecem a ação no setor industrial, que se integrará com a mineração e pesquisa dos recursos minerais nordestinos. A indústria dos fertilizantes fosfatados do Nordeste, a partir da fosforita de Pernambuco, no qual tem o Governo a esperança de tornar o Brasil auto-suficiente em adubos, terá subsídios de caráter fiscal e preferência de mercado no País, através do FUNFERTIL.

Em convênio com o Ministério das Minas serão dinamizadas as pesquisas minerais nordestinas com vistas ao objetivo global da estratégia. DNPM e SUDENE iniciaram consultas para avaliar conjuntamente o potencial mineral nordestino e incentivar a exploração das jazidas de cobre, chumbo, níquel e cromo, na Bahia; shilita e pegmatitos no Rio Grande do Norte e Paraíba; gipsita e fosfato em Pernambuco; rutile no Ceará; sal-gema e potássio em Alagoas e Sergipe.

Neste setor, esboça-se a uma nova tentativa de instalar no Nordeste a segunda indústria de dimensões nacionais pela exploração dos jazimentos de sal-gema de Alagoas por um grupo biliano associado à Union Carbide, que vai investir NCR\$ 110 milhões para produzir soda-cáustica e PVC, suficientes para suprir o mercado nacional e competir no exterior.

Paralelamente ao sal-gema há os sais potássicos de Sergipe, descobertos pela Petrobrás, e para decidir sobre exploração o Governo federal formou um grupo de trabalho para decidir quem o aproveitará. Estado e iniciativa privada tentam convencer-se quanto aos reais danos do negócio, a única jazida de potássio conhecida da América Latina.

Os incentivos fiscais e financeiros à industrialização do Nordeste (Art. 341B) serão mantidos e ampliação a ação da SUDENE à assistência às pequenas e médias empresas, ampliando o programa já em atividade. Este projeto funciona através de convênios do Banco do Nordeste e bancos estaduais de fomento, visando financiar modernização ou ampliação das pequenas fábricas do interior sob critérios da SUDENE, que estabeleceu os critérios para a ação. Faz-se ainda menção à conclusão do projeto da Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA — cujo projeto final de instalação está sendo analisado no Departamento de Industrialização da autarquia. São acionistas desse empreendimento a SUDENE, Cia. Vale do Rio Doce e quase 2 mil depositantes do Imposto de Renda.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Um destaque especial é dado no documento-síntese à infraestrutura social do Nordeste. Prevê-se a implantação do Centro de Educação Técnica da região, visando à formação de mão-de-obra especializada de nível médio e o prosseguimento dos programas globais de educação e treinamento já iniciados nos Planos-Diretores da autarquia.

POR FALTA DE ESTRUTURAS METÁLICAS O NORDESTE NÃO VAI PARAR: antecipando-se às necessidades da região, Casmel aumentou de 100% sua capacidade de produção

Ampliamos de 40% nossa área coberta (só nos seis primeiros meses deste ano). Introduzimos novos equipamentos, novos métodos de produtividade.

Cumprimos arrojado programa de investimento.

Custou muito fazer tudo isto, mas valeu a pena: nos últimos dois anos aumentamos de 100% nossa capacidade de produção de estruturas metálicas e calderaria pesada. E continuamos a realizar novos investimentos.

Agora, sobretudo em Pernambuco, onde estamos construindo a Casmel Nordeste, que eleva de mais de 70% nossa capacidade instalada. Sempre nos antecipamos à demanda da região.

Estamos sempre em dia com as necessidades do Nordeste

CESMEL

ESTRUTURAS METÁLICAS E CALDERARIA PESADA

SALVADOR: Rua Miguel Calmon, 59, 6.º andar, tel. 2-2874 (Escritório Central)

RECIFE: Rua da Concórdia, 153, conj. 701, tel. 4-5902

RIO: Av. Presidente Vargas, 542, conj. 1.506 tel. 43-5074

Financiamento BNB - SUDENE

NÓVO NORDESTE É UM ESFORÇO DE SUPERAÇÃO

General Euler Bentes Monteiro
Superintendente da SUDENE

Do Nordeste pode-se dizer que é, hoje, a região brasileira em que o processo de industrialização se desencadeia no ritmo mais acelerado; e é, simultaneamente, a região do País em que o crescimento do produto se dá de forma mais rápida.

Saliente-se que a SUDENE nasceu em 1960 exatamente por ser esta não apenas a área menos desenvolvida do País, mas — o que era mais grave — aquela que mais se empobrecia no conjunto da Federação.

Foi a partir dessas premissas que se estipularam como pontos capitais de atuação da SUDENE os objetivos seguintes:

- 1 — criação de uma estrutura capaz de reduzir a disparidade entre a renda *per capita* do Nordeste e a da parte mais próspera do País;
- 2 — coordenação dos investimentos públicos do Nordeste;
- 3 — estímulo à fixação do nordestino na sua terra, freando as migrações desordenadas para o Centro-Sul;
- 4 — mobilização e orientação do financiamento externo e da assistência técnica à região;
- 5 — coordenação de uma série de incentivos fiscais e financeiros com o objetivo de atrair poupanças privadas para o Nordeste.

A preocupação de fixar poupanças na região e de atrair recursos de outras áreas está relacionada com a constatação, realizada no diagnóstico do I Plano-Diretor, segundo a qual havia uma transferência constante de recursos gerados no Nordeste para aplicação em unidades produtivas localizadas em áreas que ofereciam melhores condições de infra-estrutura.

A partir desse dado factual todos os planos definidores de uma política de desenvolvimento para o Nordeste têm tido a intenção expressa de criar, no sistema econômico regional, um centro dinâmico de produção manufatureira.

A política de industrialização daí resultante compreende as seguintes diretrizes mantidas pela SUDENE:

- a) — fixar os capitais que se formam na região e atrair recursos adicionais do Centro-Sul e do exterior;
- b) — orientar a aplicação dos investimentos privados, com vistas a diversificar a estrutura econômica e alcançar a máxima produtividade;

- c) — permitir às indústrias regionais condições de competição no mercado do Nordeste e, em alguns casos, nos próprios mercados do Centro-Sul e do exterior;
- d) — absorver parte dos excedentes populacionais existentes no meio urbano.

Os mecanismos adotados pela política de desenvolvimento industrial mostraram, de acordo com as indicações de que se dispõe atualmente, algumas modificações no sentido das transferências anteriormente observadas.

As informações existentes mostram que, no que se refere à fixação de poupanças, têm evoluído os investimentos na região com recursos financeiros originais do Nordeste.

Maior, no entanto, tem sido o incremento das poupanças de outras regiões, carreadas por esse mecanismo, o que demonstra sua eficácia em atrair recursos.

A canalização de poupança interna e externa à região, por si mesma, aliada à resposta positiva que o mecanismo de incentivos tem recebido dos setores empresariais, demonstra como o planejamento regional modificou a tendência dos gastos e sua concretização em termos de investimentos produtivos.

A mais eficaz forma de atração de recursos posta em ação pela legislação da SUDENE é a do chamado Artigo 34/18, através do qual a pessoa jurídica de qualquer ponto do País tem a opção de deduzir 50% do imposto e adicionais não restituintes para aplicação em investimentos industriais, agrícolas ou de telecomunicações aprovados pela SUDENE.

Até um ano após o último depósito, prazo esse prorrogável por mais dois anos, o depositante pode escolher livremente um projeto aprovado, ou apresentar projeto próprio de investimento.

Esse mecanismo não apenas freou a drenagem das poupanças dos nordestinos para aplicação em atividades produtivas em outras áreas, como foi responsável pela transferência de recursos que de outra forma seriam recolhidos aos cofres da União, para o Nordeste.

Nos últimos cinco anos, 473 milhões de cruzeiros novos foram, com efeito, depositados no Banco do Nordeste do Brasil, por pessoa jurídica de todo o País, para aplicação em projetos industriais, agrícolas, de pesca e de comunicação situados no Nordeste.

E de toda a conveniência ressaltar que as poupanças assim reunidas possuem considerável efeito multiplicador, em razão da exigência legal de

aporte de recursos próprios, além de possibilidade concreta de financiamento oficial aos empresários que se beneficiam com o mecanismo do Artigo 34/18. Assim é que cada cruzeiro liberado pela SUDENE, segundo aquela sistemática, provocou, já no ano de 1963, quando o benefício foi aplicado pela primeira vez, um investimento adicional de NCr\$ 3,9.

Naquele ano foram liberados — a preços históricos — 92,3 mil cruzeiros novos, que redundaram em investimentos comprovados superiores a um milhão de cruzeiros novos. Nos anos seguintes, foram efetivados, no Nordeste, os seguintes investimentos em indústrias, com a ação catalizadora dos Arts. 34/18:

1964	NCr\$	30.000.000,00
1965	NCr\$	50.000.000,00
1966	NCr\$	127.000.000,00
1967 (6 meses)	NCr\$	205.000.000,00

Nestes dados não estão computados os investimentos relativos a mais de uma centena de projetos industriais que se instalaram ou ampliarão mediante outros incentivos governamentais — tais como financiamentos por bancos nacionais ou internacionais — mas apenas aqueles resultantes de aplicações dos Arts. 34/18.

Como resultado da política de industrialização da SUDENE, o Nordeste de 1967 já é bastante diferente daquele que existia no ano de criação da SUDENE.

Entre 1960 e setembro de 1967 foram aprovados projetos de 418 indústrias, o que corresponde a mais de uma empresa criada (ou modernizada) cada semana. Os investimentos daí resultantes elevam-se a mais de dois bilhões de cruzeiros novos, a preços de hoje.

Das 418 indústrias citadas, 95 estão em fase de construção e 55 ainda em estudo; as demais 268 estão hoje operando no Nordeste. Em outras palavras: estão produzindo bens manufaturados que são vendidos preponderantemente no próprio mercado regional, mas que, não raro, levam o nome desta região a outras partes do Brasil e do mundo.

É principalmente no setor industrial que se tem processado a diversificação da atividade econômica no Nordeste.

As informações obtidas a partir dos projetos aprovados pela SUDENE mostram, com efeito, um nítido processo de modificação da estrutura industrial nordestina. Assim é que do total de pro-

jetos aprovados, mais de 13% se referem a produtos químicos; mais de 11% a produtos metalúrgicos; e 10% a minerais não metálicos.

Se examinarmos o comportamento do setor industrial através do montante dos investimentos, veremos ainda que as indústrias química e metalúrgica, juntamente com a produção de tecidos e de alimentos, destacam-se significativamente, no conjunto do setor secundário da região.

Acentue-se ainda que outros 49 projetos foram aprovados, para instalação e modernização de empresas agropecuárias e 2 para serviços de comunicação intermunicipais.

Outro dado representativo, no que se refere à industrialização no Nordeste, é o referente ao número de empregos criados. Grosso modo, os projetos industriais aprovados proporcionaram perto de 80.000 empregos diretos e estáveis na região, número este a que se devem acrescentar cerca de 320.000 empregos indiretos. Considere-se, ainda, a vultosa mão-de-obra empregada durante a fase pré-operatória sobretudo em obra de construção civil.

Pode-se, desde já, fazer-se uma previsão da continuidade do futuro próximo das respostas positivas aos incentivos concedidos pelo setor público visando à industrialização do Nordeste, a partir do relacionamento dos projetos apresentados para aprovação.

Com efeito, estão hoje em análise na SUDENE 111 projetos industriais e 44 projetos agrícolas, que representarão investimentos novos para o Nordeste num montante de NCr\$ 600 milhões, aproximadamente.

Mais, porém, do que os resultados físicos obtidos, merecem destaque as repercussões intangíveis do planejamento.

A SUDENE vem, de fato, exercendo sobre a região um impacto inovador cujas repercussões só indiretamente podem ser avaliadas em termos numéricos.

Se os 22.000 contribuintes nacionais que optaram pelo investimento no Nordeste dão bem uma medida da confiança na região, sob a jurisdição da SUDENE, não há como computar as modificações no tocante a atitudes e valores, operadas na própria área.

Mas o contato com o nordestino, hoje, já revela a criação de uma mentalidade voltada para o desenvolvimento, o fortalecimento do espírito empresarial e a ampliação, inclusive qualitativa, dos quadros técnicos requeridos pelo processo de transformação social que hoje se opera no Nordeste.

O novo Nordeste, é, antes de tudo, uma consciência da problemática regional e um esforço de superação das condições que obstam o melhor-estar de suas populações. E, como decorrência dessa consciência e desse esforço, passa a constituir um estímulo aos investidores nacionais, como um bom negócio, graças à potencialidade do seu mercado e às vantagens locais que oferece para várias atividades econômicas.

NORDESTE, SUA LUTA E SEUS PROBLEMAS

O Nordeste é uma das cinco regiões fisiográficas do Brasil. Para efeito de administração pública para o desenvolvimento, o Nordeste compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte de Minas Gerais (municípios compreendidos no Polígono das Secas) e Território Federal de Fernando de Noronha.

AREA GEOGRAFICA

A área total do Nordeste atinge mais de 1.666.751 km², distribuída como se segue:

AREA GEOGRAFICA DO NORDESTE		
Unidades da Federação	Área total em km ²	Participação relativa
Maranhão	328.663	19,8
Piauí	250.934	15,1
Ceará	148.016	8,9
Rio Grande do Norte	53.015	3,2
Paraíba	56.372	3,4
Pernambuco	98.281	5,9
Alagoas	27.731	1,7
Sergipe	21.994	1,3
Bahia	561.026	33,7
Minas Gerais	120.701	7,2
Fernando de Noronha	18	...
NORDESTE (2)	1.666.751	100,0 (*)
Brasil	8.509.325	

FONTE: Conselho Nacional de Geografia

- (1) — Municípios compreendidos no Polígono das Secas
(2) — Inclui áreas de litígio entre o Piauí e o Ceará
(*) — Ou 19,6%

Se o Nordeste fosse um país, seria o segundo em população e o terceiro em área, na América Latina. Em área, o Nordeste é maior do que a Itália, Espanha e Portugal reunidos. Em população, tem mais habitantes do que a Argentina e tantos quantos a Tailândia.

POPULACAO

A população regional é estimada em cerca de 27.111.000 habitantes, crescendo anualmente a uma taxa de 2,5% aproximadamente.

POPULACAO DO NORDESTE (1.000 HABITANTES)

Unidades da Federação	Total		População estimada para 1967
	1950	1960	
Maranhão	1.583	2.492	3.378
Piauí	1.046	1.263	1.421
Ceará	2.695	3.338	3.830
R. G. do Norte	968	1.157	1.294
Paraíba	1.713	2.018	2.245
Pernambuco	3.395	4.137	4.783
Alagoas	1.093	1.271	1.399
Sergipe	644	760	847
Bahia	4.835	5.991	6.885
Minas Gerais	595	809	1.017
F. de Noronha	1	1	2
Nordeste	18.558	13.237	27.111

FONTE: — Anuários Estatísticos do Brasil e SUDENE

A SUDENE E A INDUSTRIALIZACAO

Dos setores econômicos de que se ocupa a SUDENE, foi o industrial, no período 1960/1967, o que apresentou maior dinamismo e efeitos mais imediatos em contrapartida do esforço traduzido na implantação do suporte infra-estrutural, (sobretudo energia e estradas) sem o qual não seria possível o desenvolvimento industrial da região. Saliente-se ainda, a preocupação com a localização e classificação dos recursos naturais e com a preparação da mão-de-obra especializada e se terá completado o quadro que emergiu das providências governamentais no sentido de dar ao Nordeste um suporte industrial ne-

cessário ao seu soergulimento econômico.

Notam-se, hoje, sinais evidentes de modificação na estrutura industrial da região, com o surgimento de projetos diversificados.

A implantação de indústrias de produtos químicos, pequenas e médias metalúrgicas dão a medida da diversificação do parque industrial nordestino.

Entre 1960 e setembro de 1967, surgiram com o apoio da SUDENE 259 novos empreendimentos industriais, enquanto 176 empresas já existentes iniciaram processos de modernização e/ou ampliação.

As indústrias químicas e de transformação de minerais não metálicos, metalúrgica e mecânica, vêm tendo

participação preponderante no novo parque fabril nordestino, aproximando-se em ordem de grandeza das indústrias têxtil e de alimentação. Entre estas últimas, a de cana-de-açúcar revelou-se nos anos recentes, como produtora de matérias-primas para diversas atividades industriais recém-implantadas, ou com possibilidades de implantação: borracha sintética, celulose, produtos químicos etc.

Na indústria têxtil, o fato de re-lêve vem sendo a gradativa preparação para suprir o mercado regional, em condições competitivas com as fábricas do Centro-Sul, fugindo assim ao caminho da marginalização que se lhe delineava alguns anos atrás. Além de reaparelhamento das antigas fábricas, novos projetos (inclusive de fios sintéticos) estão sendo implantados no Nordeste.

Enquanto isso, outro setor tradicional — o de couros e peles — mereceu igualmente atenções especiais,

apresentando já hoje sinais de melhoria tecnológica. O reaparelhamento industrial prossegue.

Substituicao de importacoes

De alguma forma, e a exemplo do que ocorreu no Centro-Sul do País, também o Nordeste vem-se beneficiando do clássico indicador de oportunidades industriais representado pela substituição de importações. As próprias empresas industriais daquela região têm despertado para esta solução, aproveitando-se da expansão progressiva do mercado nordestino e das facilidades e incentivos que lhes são oferecidos.

Assim é que o processo de desenvolvimento industrial do Nordeste vem sendo comandado pela iniciativa privada, inclusive a local, na apropriação das variáveis em jogo com relação à escolha das boas oportunidades de inversão de capital na região.

PARCERES INDUSTRIAIS APROVADOS PELA SUDENE — 1960/1967 (outubro)

Estados	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	Total
Maranhão	—	1	2	1	1	2	3	3	13
Piauí	—	1	1	3	2	4	5	3	19
Ceará	2	—	9	13	19	15	18	34	110
Rio Grande do Norte	—	—	2	6	3	4	5	8	28
Paraíba	5	4	9	11	7	17	20	22	95
Pernambuco	8	11	21	27	34	39	64	68	272
Alagoas	2	1	2	4	5	7	10	11	42
Sergipe	—	—	5	5	2	2	7	2	23
Bahia	6	5	15	18	17	19	51	33	162
Minas Gerais	/	—	—	—	1	—	3	4	8
Total	23	23	66	86	91	109	186	188	772

FONTE: SUDENE — Departamento de Industrialização (DI).

Dos 772 pareceres industriais aprovados até aquela data, 337 se referiram a reexames decorrentes de reformulações e solicitações de novos favores (isenção de impostos e

de taxas aduaneiras, enquadramentos para obtenção de crédito bancário nacional e internacional e colaboração dos incentivos dos Artigos 34/18).

Os 435 pareceres alusivos a novos empreendimentos industriais e ampliação ou modernização de empresas já existentes distribuíram-se na forma apresentada no Quadro seguinte:

EMPRESAS INDUSTRIAIS C/ PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE PERIODO: 1960-1967 (setembro) (*)

Estados	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966/1967 Total de projetos	Natureza dos projetos	
								Implantação	Modernização
Maranhão ..	—	1	2	1	1	1	3	2	3
Piauí	—	1	1	3	1	3	—	—	6
Ceará	2	—	8	10	14	9	11	18	45
R. G. Norte ..	—	—	2	4	3	2	3	5	11
Paraíba	5	3	6	8	6	6	4	15	30
Pernambuco ..	7	10	14	16	14	19	22	36	80
Alagoas	2	—	2	2	3	5	4	6	18
Sergipe	—	—	3	2	1	1	3	—	3
Bahia	6	4	12	12	8	12	25	14	57
M. Gerais	—	—	—	—	1	—	1	4	6
Total	22	19	50	58	52	58	76	100	259

(*) — Não inclui reexame de projetos anteriormente aprovados.

Das 435 indústrias que tiveram projetos aprovados pela SUDENE, até setembro de 1967, nada menos de 281 encontram-se hoje em processo produtivo, adicionando valor ao produto interno do Nordeste. Outras 84 estão em construção restando apenas 70 ainda em fase de planejamento.

Incentivos concedidos

As 435 indústrias que tiveram projetos aprovados pela SUDENE, até setembro de 1967, nada menos de 281 encontram-se hoje em processo produtivo, adicionando valor ao produto interno do Nordeste. Outras 84 estão em construção restando apenas 70 ainda em fase de planejamento.

Até setembro de 1967, esses incentivos foram distribuídos nos quantitativos seguintes:

	empresas
Isonção de impostos e taxas alfandegárias	270
Recomendação para financiamento bancário	290
Alocação de recursos dos Arts. 34/18	325
Por outro lado, beneficiaram-se de isenção total ou parcial do Imposto de Renda, por força de decisão da SUDENE, até aquela data, 887 indústrias já em funcionamento no Nordeste. Ao mesmo tempo, 1.218 empresas industriais tiveram autorização para efetivar a reavaliação de ativos fixos com isenção tributária total.	

PERSPECTIVAS PARA A REGIAO Um Nordeste desenvolvido

As novas indústrias instaladas ou em fase de instalação com incentivos administrados pela SUDENE — não incluídas as ampliações e aquelas em fase de projeto — ocupam uma área de cerca de 6 milhões de metros quadrados e dão emprego direto a 87.226 trabalhadores.

Imaginemos essas indústrias (que se distribuem por todos os Estados do Nordeste) concentradas numa área contígua, e teremos uma verdadeira cidade de chaminés, onde trabalham e vivem 348.904 pessoas, numa média de quatro dependentes por trabalhador ocupado, sem contar as que seriam atraídas para desempenhar serviços.

Se acrescentarmos a essa imagem as residências dos trabalhadores, prédios de escolas, hospitais, centros diversoriais, ruas e praças — teremos configurada uma jovem cidade desenvolvida; cidade em que não haveria desempregados nem famintos, e em que todos teriam um mínimo de conforto compatível com a dignidade humana.

Este é o Nordeste que a industrialização está criando.

Ritmo agora é crescente

Mais do que as metas já alcançadas, porém, são altamente promissoras para o Nordeste as perspectivas que a SUDENE vem abrindo, no campo da industrialização, para o desenvolvimento da região.

Os 183 novos projetos industriais aprovados nos nove primeiros meses de 1967, somados aos 114 por aprovar nos próximos meses, consubstanciam investimentos para o Nordeste, num montante de NCr\$ 1.075,4 milhões — mais do que o total dos seis primeiros anos de SUDENE.

NÓVO NORDESTE MOSTRA SUA POTÊNCIA COM 93 INDÚSTRIAS

A ação da SUDENE no Nordeste desde 1960 se traduz, no setor industrial, pela aprovação de 418 projetos para implantação de novas fábricas, que em janeiro de 1968 somarão 108 trabalhando e produzindo. Além disso, 83 outras estarão em fase de implantação, as quais, juntamente com as indústrias em funcionamento, significarão o comprometimento, na Região, de recursos da ordem de NCr\$ 2 bilhões.

A avaliação desse quadro mostra que mudou a perspectiva sócio-econômica do Nordeste, que a região se industrializa rapidamente, adquire nova mentalidade e aceita o desafio de vencer a luta contra o atraso e a miséria.

Recife (Sucursal) — Até janeiro vindouro, 15 novas fábricas entrarão em funcionamento no Nordeste, efetivando investimentos de NCr\$ 90 milhões que completam o quadro de franco desenvolvimento da Região, inaugurado com a SUDENE em 1960. Noventa e três outras indústrias já estão produzindo e oitenta e três encontram-se em fase de instalação. A preços de 1967, os investimentos realizados e realizáveis a curto prazo somam NCr\$ 2 bilhões.

Essa situação, que modificou a perspectiva sócio-econômica do Nordeste na década atual, tem sua principal força propulsora nos incentivos criados com a SUDENE e totalmente identificados com a autarquia e a Região. São eles, simplificados, as isenções fiscais e subsídios financeiros conhecidos pela sigla 34/18.

O MECANISMO

Criado com a SUDENE, pela Lei 3.692 de 15-12-1959, o sistema de incentivos à industrialização do Nordeste (considerada pela equipe pioneira de Celso Furtado como ponto de partida para reduzir as disparidades sócio-econômicas entre a Região e o Centro-Sul) muito se modificou a partir daquela data. Esse constante aprimoramento pode ser tido como o maior responsável pelo seu sucesso junto ao em-

presariado brasileiro. Hoje, é difícil desassociar o Nordeste do 34/18 que, por força promocional, é considerado pelo cidadão comum da Região como razão única do seu desenvolvimento.

Há alguns dias, recebendo ginásios recifenses, teve o Assessor de Relações Públicas da SUDENE que lhes garantir os propósitos do Governo federal em manter o sistema. Esses alunos — garotos de 10 a 13 anos — denunciavam "propósitos de liquidação do 34/18 nos escalões superiores do Governo", e se propunham a lutar por ele.iriam a greve, se preciso. Em todos os círculos, esse sistema — que poucos conhecem os meandros — é considerado como insubstituível.

Muitas foram as investidas sobre o mecanismo, e a SUDENE sempre o considerou como exclusividade do Nordeste, argumento que a sua generalização no País criaria confusão no opionista e provocaria uma corrida sobre recursos. E o Nordeste não teria meios e condições de competir com outras regiões em termos locais.

Neste ano o mecanismo chegou ao auge em dois sentidos: na aplicação dos recursos, quando as liberações (até agosto) somam NCr\$ 87 milhões das contas bloqueadas no BNB, cifra recorde desde a efetiva

aplicação do mecanismo, em 1962. E no tocante à confiança do empresariado — antes reticente quanto à capacidade de a Região receber novas indústrias — que colocou sob análise da SUDENE 113 projetos de indústrias desde janeiro.

OS INCENTIVOS

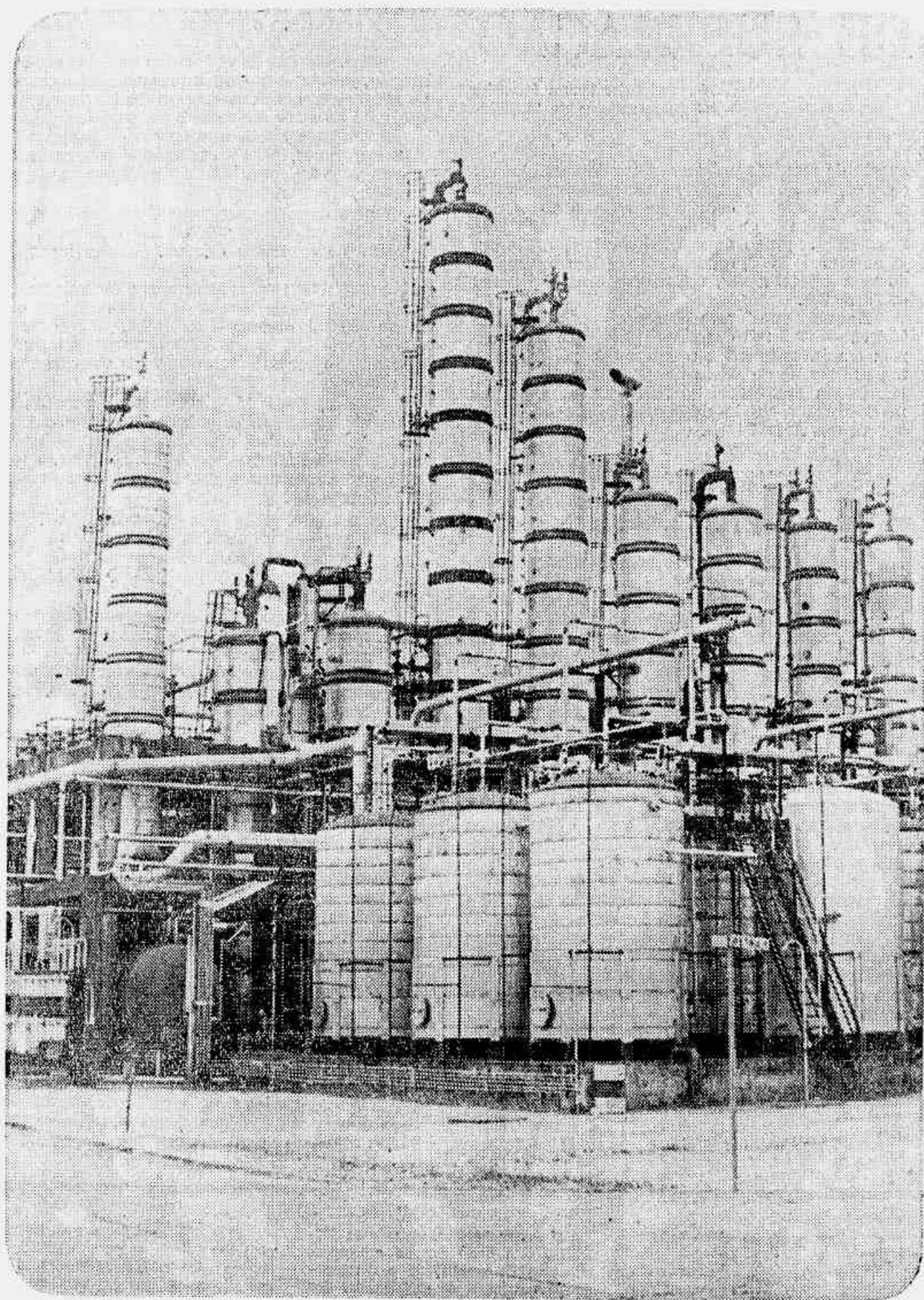
A SUDENE oferece quatro tipos de incentivos às indústrias novas ou tradicionais. O primeiro deles por ordem de criação assenta-se nas isenções de taxas cambiais que, mais tarde, ampliaram-se ao imposto de renda pago parcialmente (50%) para empresas já instaladas ou isento para indústria sem similar. Há, ainda, o aval ou recomendação (oriundo da Lei 3.692) para financiamento através dos Bancos oficiais ou linha de crédito internacional para indústria. Isso desde o CODENO — que antecedeu à SUDENE — até o I Plano-Diretor da autarquia.

Em 1962, com o II Plano-Diretor, a equipe da SUDENE, a luz dos resultados conseguidos nos dois anos de funcionamento do órgão, revitalizou a inovação que mais tarde serviria de motivos a tantas manifestações de apreço: o mecanismo mais tarde chamado de 34/18, que o economista Albert Hirschmann considera como a

invenção social do século. Quando isso as bancas de jogos de bicho do Recife foram pela metade os prêmios quando contida nas roletas essa combinação de algarismos.

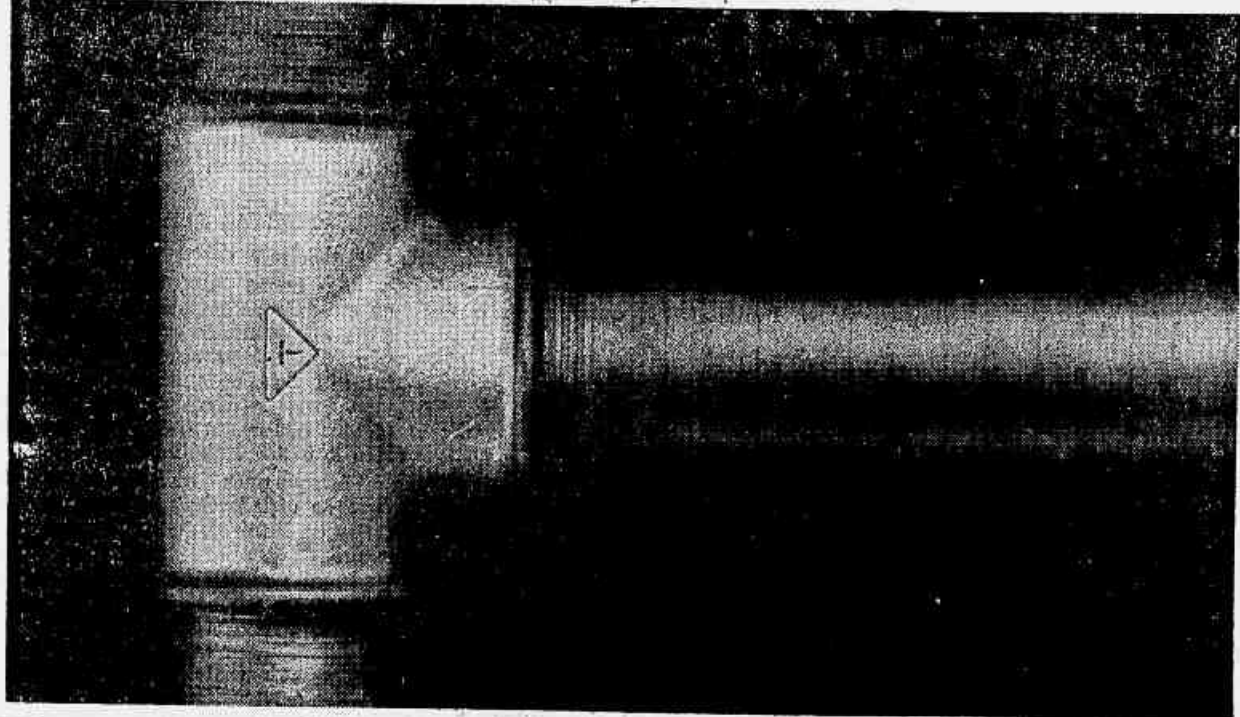
Propunham o I e II Planos-Diretores, no Artigo 18 de ambos, a participação societária dos depositantes do Imposto de Renda em empresas novas ou modernizadas do Nordeste, mediante opção no ato de declaração da renda. No primeiro ano, foram realizadas opções no valor de NCr\$ 3 milhões (três bilhões antigos) e neste ano são NCr\$ 250 milhões (que se não basta aos projetos à consideração da SUDENE, é preciso mais dinheiro em 1968).

Ainda no II Plano-Diretor criava-se um fundo de investimentos, com recursos orçamentários da União, para cobrir pré-investimentos vultosos na indústria de base (siderurgia na Bahia), pesquisa e beneficiamento de minerais e uso de câmbio para importação de equipamentos sem similar nacional. Esse fundo, conhecido como FIDENE, permaneceu sem meios de ação até 1965, quando as mudanças políticas (a revolução de março de 1964) e de política econômica em 1965, tornaram irrelevantes a participação da SUDENE nos campos anteriormente delineados.



COPERBO — fábrica de borracha sintética de Pernambuco

Como evitar
abrir paredes
para trocar
instalações
hidráulicas?



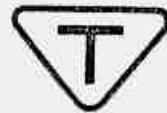
Pense na durabilidade das conexões de ferro maleável Tupy

Feitas para durar anos e anos, as conexões de ferro maleável Tupy resistem muito mais à corrosão, ao desgaste e à oxidação. Suportam pressões internas elevadas,

são indeformáveis e oferecem mais de 800 tipos diferentes à sua escolha. Agora com Rebôrdo de Reforço para ficar sempre dentro das paredes.



Rebôrdo de Reforço, maior resistência na boca da conexão, de acordo com padrões internacionais.



FUNDAÇÃO TUPY S.A.
Joinville — Santa Catarina
Pioneira do ferro maleável na América Latina



TRANSPORTAMOS
O PROGRESSO

Recife, Salvador e Fortaleza, são as três grandes cidades do Nordeste em desenvolvimento. De qualquer delas é fácil atingir o Sul do País, outros centros nordestinos e até a Amazônia, utilizando os serviços da RODOVIA DOM VITAL LIMITADA.

A RODOVIA DOM VITAL, com agências em todo o País, das quais 15 no Nordeste e na Amazônia, ajuda assim a integração nacional, e garante transporte rápido e seguro aos usuários.

RODOVIA DOM VITAL LTDA.

SÍMBOLO DE RAPIDEZ, SEGURANÇA E HONESTIDADE EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

Filial:

SÃO PAULO — Sede Própria
Avenida Henay For, 185/199
93-9523 - 93-2970 - 92-8877
End. Teleg.: "BOALONA"

MATRIZ:

RECIFE — Sede Própria
Rua das Calçadas, 330/334
Fones: 44-404, 44-405 e 41-148
End. Teleg.: "BOALONA"

Filial:

RIO — Sede Própria
Rua Júlio Ribeiro, 226/280
30-8477 - 30-5229 e 30-0244
End. Teleg.: "BOALONA"

Filial:

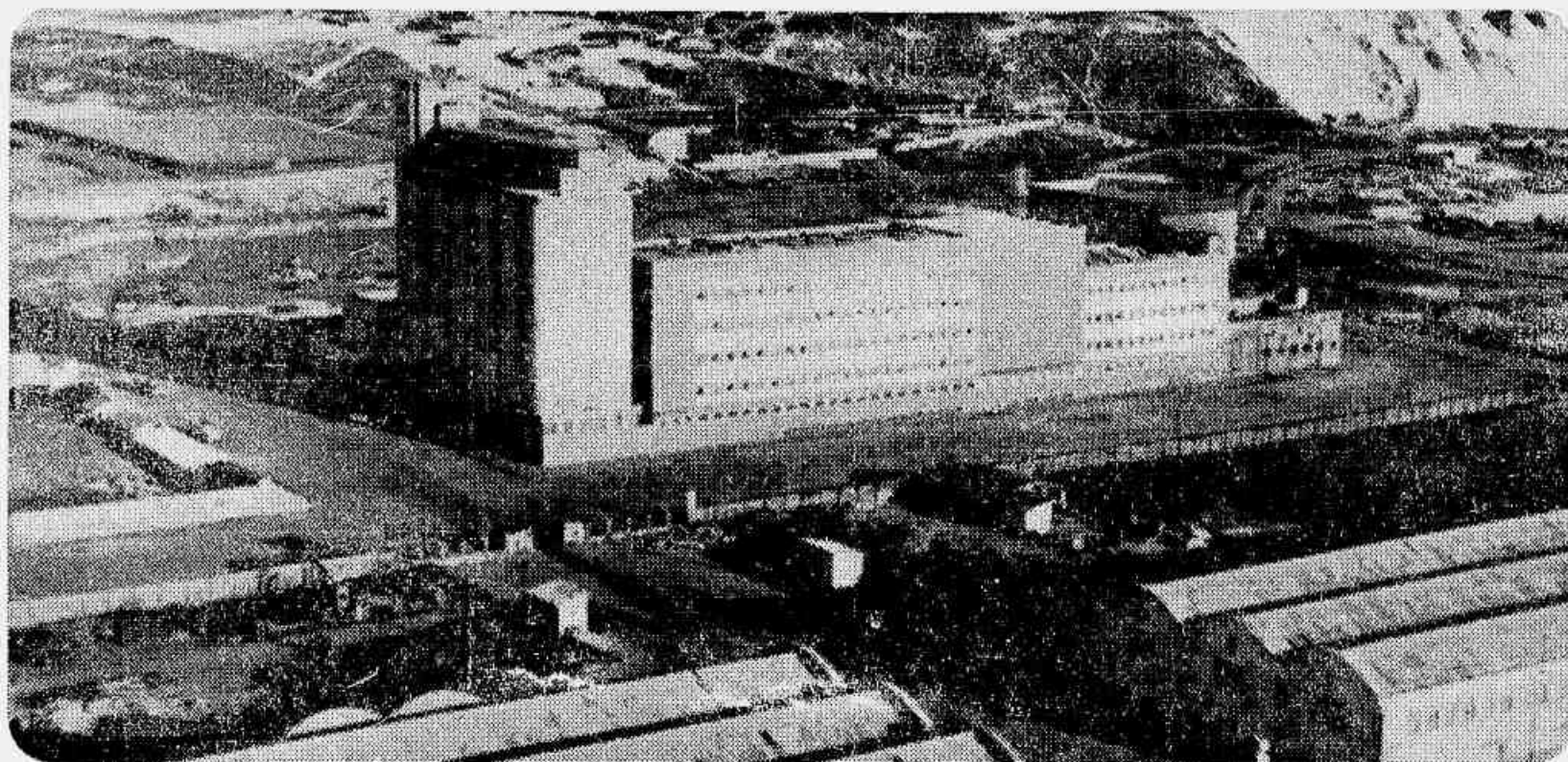
BELO HORIZONTE
Rua Alem Paraíba, 675
Fone 4-6349
End. Teleg.: "BOALONA"

Filial:

SALVADOR
Rua Rozendo Muniz, 57
(Lgo. dos Mares - Fone 60-992)
End. Teleg.: "BOALONA"

Filial:

FORTALEZA
Avenida Almir. Barroso, 463/5
Fones: 1-2205 - 1-0343
End. Teleg.: "BOALONA"



Moinho Fortaleza, do Grupo J. Macedo

Hoje, o FIDENE apenas participa na formação do capital da USIBA — Usina Siderúrgica da Bahia — inovação da política industrial também oriunda do II Plano-Diretor.

A SITUAÇÃO

Em 1939, após a violenta fredda do já incipiente desenvolvimento do Nordeste, resultante da seca de 1958, a equipe do CODENO, da qual faziam parte os economistas Celso Furtado, Rubens Costa, Rômulo de Almeida e outros, deu a conhecer um documento contundente para a Nação: o Nordeste estagnava e iniciava um perigoso processo de retração em relação a si mesmo e ao contexto nacional. Seu setor primário expandia-se em área ocupada mas não apresentava rentabilidade e os gêneros já escasseavam nas próprias fontes de produção. Era quase o caos: os preços altos e faltavam alimentos.

Sua indústria, acrescentava o documento, atrasava-se tecnologicamente em relação ao Sul e não tinha capacidade de absorver, sequer, a força de trabalho lançada anualmente no mercado em consequência

do crescimento demográfico. Pelo contrário, sua principal atividade manufatureira — a têxtil — estava parada no tempo: seus níveis de emprego eram iguais, em número, a 1939, no início da II Guerra Mundial.

A repercussão das dificuldades dos têxteis se expandia em todos os sentidos: na agricultura, sua fonte de matérias-primas, e sobre a indústria de bens de consumo, limitada pelo baixo poder aquisitivo da população e a falta de dinheiro em circulação. Ocorria autêntico círculo vicioso de pobreza de Albert Hirschmann. Nesse quadro aparecia o Poder Público como maior investidor e o mais ineficiente. Em 1958, aplicou quatro vezes mais do que recolheu na região.

A SAÍDA

No diagnóstico preliminar da economia do Nordeste o GTD (Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste) estabelecia um plano de emergência para promoção econômico-social do Nordeste. E a industrialização tinha prioridade absoluta como fator ca-

paz de acordar o sistema entorpecido pelas crises climáticas e a drenagem dos capitais que, paradoxalmente, não se fixavam na Região: industriais e ricos proprietários (com algumas exceções) aplicavam os lucros adquiridos na Região em hotéis e palacetes no Rio e em São Paulo.

A estratégia do documento original foi seguida nos três Planos Diretores da SUDENE que tem aplicado, em função da expansão do mercado e do processo de industrialização, 60 por cento de seus recursos orçamentários para constituição de uma infra-estrutura de energia e rodovias para mobilizar os empresários dentro e fora da região.

Estabelecia ainda o documento prioridade para as indústrias de alimentação, de base germinativa e empresas que possibilitassem a substituição de importações ou ampliassem a pauta de exportações da Região. Acreditava-se na necessidade de fixar capitais nativos, evitando-se a fuga observada até 1950. Outro paradoxo: nos anos de seca, os industriais não exportavam

capitais por não terem lucros (já entrava o Governo com as desordenadas e mal aplicadas verbas de emergência) mas quando o ano era bom (sem dinheiro oficial) ocorria transferência em massa dos ganhos nordestinos.

Em igual linha de prioridade colocava-se o reequipamento e modernização da indústria têxtil nordestina (algodoeira e sisaleira) estendida mais tarde às indústrias de couros e peles e óleos e gorduras vegetais, que constituem o quadro industrial do Nordeste, salvo a indústria açucareira e algumas plantas de metalurgia leve e mecânica de reposição.

RESULTADOS

Sob qualquer ângulo que se coloque o observador do processo de industrialização do Nordeste, patrocinado pela SUDENE, verá os benefícios que o sistema de incentivos trouxe para a Região. Além de reequipar o mais importante setor industrial (o têxtil), sacrificando, conscientemente, parte da força de trabalho empregada, modificou, radicalmente, o quadro estabelecido.

Esse processo de modernização foi acerbamente criticado por alguns setores nordestinos, inclusive a Ação Católica de Pernambuco, que, em manifesto à Nação, denunciou o desemprego na indústria têxtil nordestina. Mas os fatos e tendências econômicas indicavam uma perspectiva que não admitia paliativos: ou a modernização ou a falência. Entre as alternativas, a SUDENE escolheu a primeira. Hoje o setor está em franca recuperação.)

Em 1960, o setor de alimentação (inclusive açúcar) dominava o sistema industrial nordestino. Hoje, sete anos depois, há uma tendência difícilmente reversível para a indústria de base, e a química comanda a atual conjuntura: dos investimentos programados e realizáveis até 1970, 30 por cento irão para este setor, sem computar-se a petroquímica, que a Petrobrás pensa implantar na Bahia.

Os demais setores, inclusive as fábricas projetadas, têm o seguinte comportamento:

— Indústria mecânica, 89 projetos e inversões de NCr\$ 188,4 milhões (16% do total); indústria têxtil, 102 projetos e inversões de NCr\$ 173,2 milhões (15,4%); indústria de minerais não metálicos, 75 projetos e NCr\$ 108,4 milhões (9,7%); indústria extrativa de produtos minerais, 6 projetos e NCr\$ 77,4 milhões (6,9%); indústria de produtos alimentares, 110 projetos e NCr\$ 71,4 milhões (6,4%); indústria de material de transporte 14 projetos e NCr\$ 38,3 milhões de inversões (3,4%); indústria de bebidas, 9 projetos e inversões de NCr\$ 35,9 milhões (3,4%); indústria de material elétrico com 24 projetos e inversões de NCr\$ 30,4 milhões (2,6%); indústria de madeira com 11 projetos e inversões de NCr\$ 11,4 milhões (1%) a preços vigentes à época de apresentação do projeto.

Outros setores, como mobiliário, papel e papelão, borracha, couros e peles, produtos farmacêuticos, perfumaria, materiais plásticos, têxtil sisaleira, vestuário e calçados, fumo, editorial e gráfica e diversos, têm participação relativa inferior a 1 por cento no conjunto.

APROVADOS

Até junho, foram aprovados pela SUDENE 418 projetos, dos

quais 180 para modernização de empresas tradicionais, que dominaram as inversões e incentivos no subperíodo 1960/63, e 243 propostas de instalação de novas fábricas no Nordeste. Destas, 95 já foram inauguradas, 83 estão em fase adiantada de instalação e as restantes em fase primária de constituição.

Estão em condições de serem inauguradas até janeiro próximo quinze destas que representam investimentos efetivamente realizados de NCr\$ 91 milhões. E existem, em análise na SUDENE, 111 novos projetos.

POR ESTADOS

A industrialização do Nordeste, segundo os incentivos da SUDENE, tem se concentrado nos Estados de Pernambuco e Bahia, os dois maiores mercados consumidores e de melhor acesso e irradiação da Região, o que vem preocupando os planejadores da autarquia, interessados em levar o desenvolvimento aos Estados mais pobres, Maranhão e Piauí.

Esse é o pensamento da atual administração da SUDENE, aparecendo o Gen. Euler Bentes como seu principal propagador. Em seu discurso de posse, o novo Superintendente sentenciava:

“Os incentivos do Governo Federal, através da SUDENE, não podem servir para tornar mais ricos os já abastados, em prejuízo dos mais pobres, que não devem ser tornados miseráveis”.

Mas os números indicam bem a tendência à concentração em torno dos pólos tradicionais de desenvolvimento dos Estados líderes: Pernambuco tem 131 fábricas (aprovadas, instaladas e em instalação) que representam a preços correntes, NCr\$ 813 milhões; Bahia, 85 projetos e inversões de NCr\$ 746 milhões; Ceará, com 67 projetos e NCr\$ 140 milhões de investimentos realizados e por realizar; Paraíba, com projetos e investimento de NCr\$ 104 milhões; Alagoas, com 23 projetos e NCr\$ 150 milhões (está neste Estado o maior projeto já aprovado pela SUDENE: o sal-gema de Alagoas, que prevê investimentos de NCr\$ 110 milhões para produção de soda cáustica e PVC); Rio Grande do Norte, com 19 projetos e inversões de NCr\$ 46 milhões; Piauí, 8 projetos e inversões de NCr\$ 4 milhões e região mineira do Polígono, com 5 projetos e NCr\$ 21 milhões; Sergipe, com 10 projetos e NCr\$ 18 milhões.

AO DETALHE

O quadro esboçado acima tem ainda um centro de concentração — a área do chamado Grande Recife (a Capital pernambucana e mais os municípios circunvizinhos), que têm 93 fábricas e projetos já definidos para esta área. Segue-lhe Fortaleza com 44 plantas e Salvador com 42 projetos e indústrias implantadas e em instalação.

A interiorização da nova indústria, principal preocupação da SUDENE no momento, encontra dois alentos: a convergência para três pólos no Nordeste Oriental: Campina Grande, no interior paraibano, que tem 23 projetos (aprovados, instalados e em instalação), Mossoró, no Rio Grande do Norte (zona das salinas e das fibras duras) e dois pólos cearenses: Sobral, no meio Jaguaribe e Juazeiro — Crato, no alto do Vale do maior rio seco do mundo.



PARA O NORDESTE EM DESENVOLVIMENTO

COPLANE

COPLANE

Consultoria, Planejamento e Engenharia Ltda.

PROJETOS INDUSTRIAIS — PROJETOS AGROPECUÁRIOS — PROJETOS DE CAPITAL DE GIRO — CONSULTORIA E ASSESSORIA INDUSTRIAL

Constituída em 1966 e instalada no segundo semestre, a COPLANE já apresenta, em menos de um ano de atividade, apreciável acervo de trabalho, que responde, ao lado do conceito profissional e experiência

dos seus dirigentes, pelo sucesso alcançado.

Contando em sua equipe de dirigentes e consultores, com uma maioria de engenheiros nas diversas especialidades (cívicas, me-

cânicas, químicas e agrônomicas), a COPLANE está habilitada a conduzir a elaboração e acompanhamento dos projetos industriais e agropecuários incluindo e parte técnica.

DIRETORES

A diretoria da COPLANE está assim constituída:

AMADEU RAMOS FREIRE — Engenheiro civil e economista, com curso de CEPAL (T. D. E.), professor da Faculdade de Ciências Econômicas da U.F.P., havendo desempenhado na SUDENE as funções de Chefe da Divisão de Análise de Projetos Industriais (1961/62) e da Divisão de Transportes (1963/65) e ministrado Cursos de Técnica em Desenvolvimento Econômico e Técnica em Economia Agrícola, patrocinados pela SUDENE;

PELOPIDAS SILVEIRA — Engenheiro civil, com experiência profissional, de magistério universitário e de administração pública. Além das atividades exercidas no ensino Superior (Escola de Engenharia e Faculdade de Agricultura da Universidade Federal de Pernambuco) e em funções públicas de natureza técnica (Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, Secretaria de Vição, Administração do Porto do Recife), desempenhou os cargos de Prefeito do Recife, por eleição, duas vezes, o de Vice-governador e o de Secretário de Vição do Estado de Pernambuco. No campo de atividade privada, tem atuado em construções civis e assistência técnica a empresas industriais.

GILBERTO AZEVEDO CHAVES — Engenheiro civil, com onze anos de atividade profissional na Força de Trabalho S/A, onde exerceu as funções de Assistente de Diretoria, Superintendente Comercial, Superintendente Geral e Diretor-vice-presidente.

JOSÉ CARLOS DE MORAES VASCONCELOS — Economista com estágio na SUDENE e curso de Análise Econômica pelo Conselho Nacional de Economia. No setor privado, antes de ingressar na COPLANE, desempenhou atividade no Setor da Contabilidade do Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S/A.

Os técnicos, nas diversas especialidades, são mobilizados conforme a natureza do empreendimento e o grau de especialização do projeto.

PRINCIPAIS CLIENTES

Entre as empresas que têm a COPLANE a honra de sua preferência, mencionamos:

- 1 — Adela Administração e Serviços Ltda. — São Paulo;
- 2 — Cerâmica Gravata Ltda. — Gravata (Pe) — Indústria de malhas cerâmicas;
- 3 — Cia. Vale do Médio São Francisco (dos Diários Associados)

— Belo Horizonte — empreendimento agropecuário em Manga (MG);

- 4 — Deline Multaria S/A — Petrópolis — indústria de malhas em Pernambuco;
- 5 — Indústrias Reunidas Santa Maria S/A — IRSAMASA — indústria de óleos em Montes Claros — MG;
- 6 — Indústrias Reunidas São Francisco S/A — Caruaru (Pe) —

indústria de louças domésticas e ladrilhos cerâmicos;

- 7 — Irajá Vieira & Cia. Ltda. — Caruaru (Pe) — indústria de filas elásticas;
- 8 — Pinheiro Maia & Cia. — Caruaru (Pe) — indústria de móveis;
- 9 — Usina Pedrosa S/A — Pernambuco — usina de açúcar.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A COPLANE mantém representação no Estado da Bahia, confiada ao Dr. Marcelo Amaro Chagas Aroucha, com escritório à Rua 8 de Dezembro n.º 33.

apartamento 502 — Caixa Postal 543.

A zona de atuação da COPLANE abrange o Nordeste e o Norte do País, através de cla-

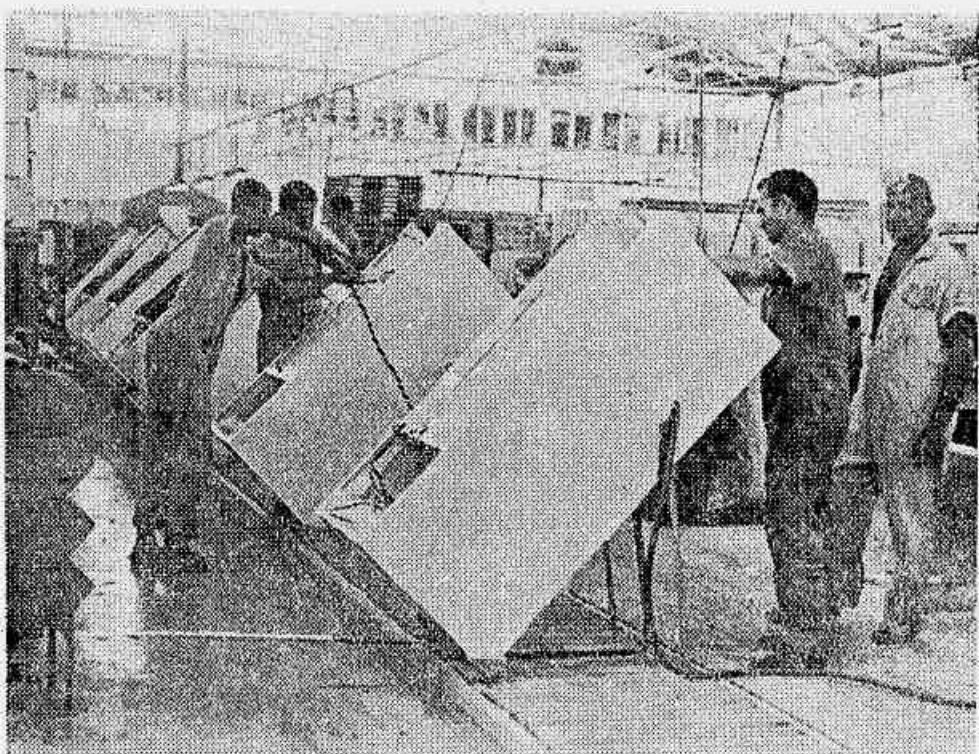
boração de projetos para a SUDENE, SUDAM, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, BNDE e outros bancos de desenvolvimento que atuam na área.

COPLANE Consultoria, Planejamento e Engenharia Ltda.

Ed. Banco da Lavoura — Av. Danias Barreto, 512 - 12º andar — conj. 1205/6 — fone 4-2368 — telegrama: COPLANE — RECIFE (Pe)



COPLANE



Pernambuco fabrica geladeiras na Norlar

1963

Iniciamos vigorosa e pioneira campanha de divulgação direta e jornalística em todo o País, esclarecendo sobre os incentivos fiscais oferecidos aos investidores e promovendo a redescoberta de uma grande parte da Nação.

Repetimos a campanha em 1964.

1967

No Nordeste de hoje erguem-se as bases de um futuro promissor e desenvolvido. As novas indústrias implantadas criam melhores condições sociais para os seus habitantes.

Do Nordeste/67 já se exportam uma série de produtos que enriquecem e beneficiam todo o País.

Fizemos um bom trabalho.

Também prestamos um bom serviço ao Brasil.

BANCO ALIANÇA

DO RIO DE JANEIRO S.A.

O Banco dos bons serviços

MATRIZ:

Praça Pio X, 99 — GB

FILIAIS EM:

Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre
Breve também em Campos do Jordão

EMPRESAS ASSOCIADAS:

SOMA — Cia. de Crédito, Financiamento e Investimentos

ALIANÇA IMÓVEIS

ALIANÇA PROCESSAMENTO DE DADOS

CHEGAMOS A MACEIO!

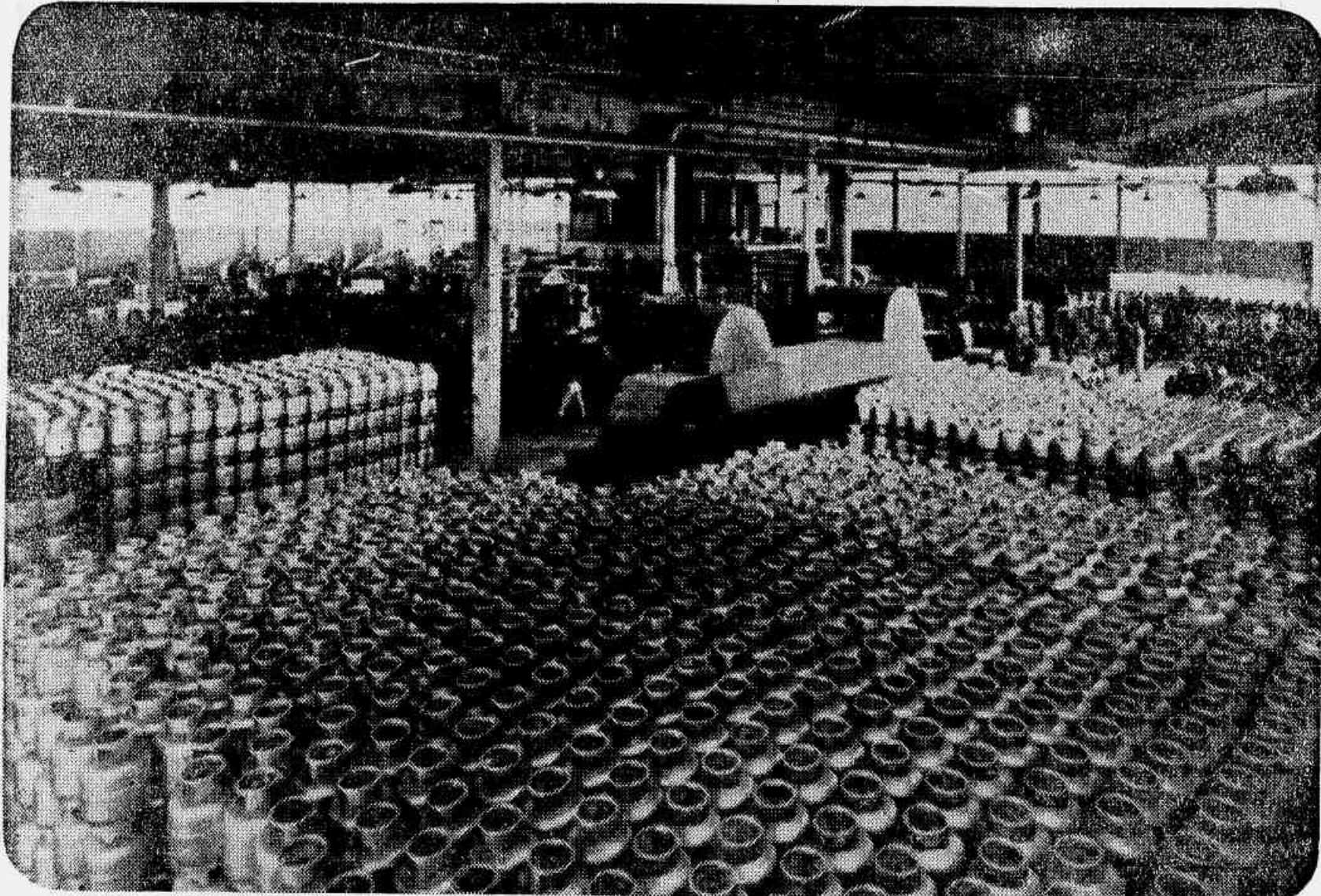
Amplia-se nossa presença no Nordeste, para melhor servir a você e ao Brasil. Na capital alagoana, você pode contar conosco no centro da cidade, pois, como sempre, estamos no centro dos seus interesses.

O endereço é rua do Comércio, 144. Casa que é mais sua do que nossa. Você sabe que crescemos para ficar sempre à sua altura.

Banco Industrial de Campina Grande S.A.

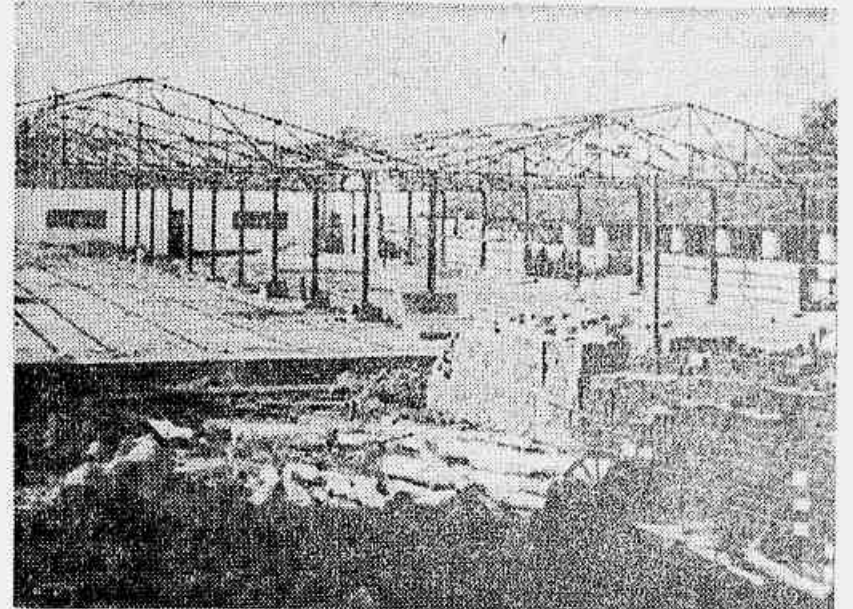
onde você é mais importante do que qualquer instituição

Rio — São Paulo — Belo Horizonte — Santos — Curitiba — Recife — João Pessoa — Campina Grande — Suape — Patos — Cajazeiras — Natal — Fortaleza — Maceió — Salvador (em instalação)



Bujões de gás, fábrica do Grupo Edson Queirós, em Fortaleza

MAIS 83 FÁBRICAS SE INSTALAM NA REGIÃO



Fábricas grandes, médias e pequenas estão se instalando em todos os Estados do Nordeste

Com tanta coisa nova para ver, não perguntou nem pelos custos de operação. Tem frota Chevrolet.



O Concessionário Chevrolet quase não precisou falar. Ele já sabia do que importava, do que realmente interessa a quem tem frota de caminhões. A bem dizer, era formado em custos de manutenção. E também em economia de gasolina, em reposição de peças. Então não era um frotista Chevrolet? Por isso, ficou só olhando, aprovando.

As inovações do modelo 67. Linhas modernas-de fato o único a ter um estilo novo. E as novas vantagens mecânicas. Ainda mais tranquilidade. O Delcotron, a nova disposição do filtro de óleo. Muito bem. O Concessionário, a certa altura, viu que ele estava ouvindo apenas por educação. Ou porque é bom ouvir sobre aquilo de que a gente gosta. E confia. Na verdade, uma coisa estava clara: os dois eram apaixonados por Chevrolet. Ou pelos seus lucros.

* Marca registrada do gerador de corrente alternada.

Vá hoje ao seu
Concessionário **CHEVROLET**
e veja a diferença
que faz o nome.

Um produto **GENERAL MOTORS**
O MAIOR E MAIS EXPERIENTE FABRICANTE DE VEÍCULOS EM TODO O MUNDO
CHEVROLET • OPEL • CADILLAC • BUICK • PONTIAC • OLDSMOBILE • VAUXHALL • BEDFORD • HOLDEN • GMC.

GM
BRASIL

Estão sendo instaladas 83 novas fábricas no Nordeste, cujos projetos foram considerados prioritários para o desenvolvimento da Região e aptos a obter recursos das deduções do Imposto de Renda (34/18). Estes projetos prevêem, a preços históricos, investimentos de NCr\$ 382 milhões e necessitam NCr\$ 150 milhões de contrapartida dos incentivos da SUDENE.

Em termos de localização, concentram-se os projetos em Pernambuco (23) e Bahia (25), aparecendo Salvador e Recife como os dois pólos de maior atração da nova indústria do Nordeste. Os investimentos, todavia, estão em maior proporção para a Bahia — NCr\$ 233 milhões —, isto é, 70 por cento do total previsto. Igualmente, dois terços dos incentivos 34/18 irão para aquele Estado.

Seguem-se Ceará, com 13 projetos e investimentos de NCr\$ 19 milhões; Paraíba, com 9 projetos e NCr\$ 7,5 milhões; Alagoas, com 6 projetos e NCr\$ 1,3 milhão; Rio Grande do Norte, com 4 projetos e NCr\$ 19,4 milhões; Minas Gerais, com 2 projetos e NCr\$ 11 milhões; Piauí, 1 projeto e NCr\$ 750 mil e, por fim, Sergipe com um projeto e investimento de NCr\$ 750 mil.

— Seguem-se Ceará, com 13 projetos e investimentos de NCr\$ 19 milhões; Paraíba, com 9 projetos e NCr\$ 7,5 milhões; Alagoas, com 6 projetos e NCr\$ 1,3 milhão; Rio Grande do Norte, com 4 projetos e NCr\$ 19,4 milhões; Minas Gerais, com 2 projetos e NCr\$ 11 milhões; Piauí, 1 projeto e NCr\$ 750 mil e, por fim, Sergipe com um projeto e investimento de NCr\$ 750 mil.

POR ESTADOS

A Bahia, tem à disposição dos departamentos do Imposto de Renda os seguintes projetos e capacidade de absorção dos recursos do mecanismo de incentivos do 34/18:

— Armazéns Gerais Frigoríficos União de Salvador, que produzirá frio industrial e gelo, com investimento de NCr\$ 3,3 milhões. Do 34/18 são solicitados, NCr\$ 815 mil; — Camas União S/A, Feira de Santana, que produzirá camas populares e cadeiras, com investimento de NCr\$ 317 mil. De 34/18, solicita NCr\$ 118 mil; — Cia. de Carbonos Coloidais, de Salvador, que produzirá negro de fumo, com inversão de NCr\$ 11,6 milhões e pretende NCr\$ 4,7 milhões dos recursos do 34/18.

— Cia. de Industrialização de Mandioca de Paraguassu, de Cachoeira, que produzirá raspa de mandioca, com inversão de NCr\$ 98 mil. Pretende 34/18 no total de NCr\$ 19 mil; — Cia. Industrial de Laticínios da Bahia S/A, de Itororó, propõe-se a beneficiar leite com inversões de NCr\$ 1 milhão. Solicita NCr\$ 265 mil de recursos do 34/18.

— Cia. de Indústrias Químicas do Nordeste, de Salvador, que para produzir anidrido ftálico, com investimento de NCr\$ 7,7 milhões dos quais NCr\$ 3 milhões do 34/18; — Cia. Industrial Novopan S/A, de Simões Filho, que produzirá chapas de madeira compensada com in-

vestimento de NCr\$ 5 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 3 milhões.

— Crisotila Itaberaba Mineração S/A, de Itaberaba, que beneficiará amianto crisotila, com inversão de NCr\$ 2,4 milhões, dos quais NCr\$ 1,1 milhão de 34/18; — Eternit Bahiana S/A, de Simões Filho, que produzirá chapas onduladas e artefatos de amianto, com investimento de NCr\$ 2,7 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 2,3 milhões; — Frigorífico do Sudoeste Bahiano S/A, de Jequié, que industrializará bovinos e suínos, com inversões de NCr\$ 1,6 milhão. De 34/18 solicita NCr\$ 913 mil.

— Gatinor, Calçados do Nordeste S/A, de Salvador, que, para produzir calçados infantis, propõe investimento de NCr\$ 496 mil, com participação de 34/18 com NCr\$ 372 mil; — Indústria Automotores do Nordeste S/A, de Salvador, que produzirá chassis para ônibus. Programou inversão de NCr\$ 17 milhões dos quais NCr\$ 10,1 milhões do 34/18.

— Indústria de Azulejos da Bahia S/A, de Salvador, que, para fabricação de azulejos e peças de porcelanas, propõe inversões de NCr\$ 5,5 milhões, dos quais NCr\$ 4,1 milhões do 34/18; — Madeireira da Bahia S/A, de Salvador, que pretende beneficiar madeiras com a inversão de NCr\$ 428 mil. De 34/18, solicita NCr\$ 240 mil; — Madeiras da Bahia S/A, de Simões Filho, que explorará e industrializará jacarandá, com inversão de NCr\$ 1,2 milhão. De 34/18, pretende NCr\$ 450 mil.

— Comércio e Indústria de Madeiras e Agricultura, de Buerarema, que produzirá laminados e parquetes de jacarandá. Os investimentos programados atingem NCr\$ 1,5 milhão, dos quais NCr\$ 579 mil do sistema 34/18. — Nordeste Industrial S/A, de Salvador, que, para fiação e tecelagem de algodão investirá NCr\$ 10,2 milhões, dos quais NCr\$ 2,5 milhões dos Arts. 34/18.

— Postes Nordeste S/A, de Salvador, para produzir artefatos de concreto, programou inversões de NCr\$ 1,4 milhão dos quais NCr\$ 555 mil dos Arts. 34/18. — Material Rodante Indústria e Comércio, de Salvador, pretende fabricar, montar e recuperar material rodante com investimento de NCr\$ 7 milhões, dos quais NCr\$ 350 mil de 34/18. — S/A Agroindustrial Ituberá, de Ituberá, que para produção de óleo, amêndoas e borrêia de dende programou inversões de NCr\$ 2 milhões. De 34/18, solicita a empresa NCr\$ 1,5 milhão.

— S/A White Martins, de Salvador, que produzirá eletrodos de grafita com investimento de 17,5 milhões. Solicita NCr\$ 13,1 milhões dos

Arts. 34/18. — Eletrosiderúrgica Brasileira S/A, de Salvador, para produzir ligas de ferro-manganês, ferro-silica e ferro-silico-manganês, com investimentos de NCr\$ 12 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 9 milhões. — Titânio do Brasil S/A, de Ilhéus, que, para produção e comércio de produtos químicos, propõe inversões de NCr\$ 32 milhões das quais NCr\$ 10,3 milhões de 34/18. — Vigorelli do Nordeste S/A, de Salvador, com proposta de fabricação de máquinas de costura, com investimento de NCr\$ 645 mil. São solicitados NCr\$ 404 mil, do 34/18.

PERNAMBUCO

Em segundo lugar na relação das indústrias em construção do Nordeste está Pernambuco, com 23 plantas em execução.

— Alba Nordeste S/A, de Paulista, que fabricará formol e resinas sintéticas, propõe de NCr\$ 4,4 milhões, dos quais NCr\$ 2,9 milhões dos recursos segundo o 34/18. — Ancora do Nordeste, do Recife, para fabricação de calçados plásticos e de lona, propõe investimentos de NCr\$ 1,2 milhão. De 34/18 solicita NCr\$ 638 mil. — Produtos Cerâmicos, do Recife, que fabricará mosaicos e peças de porcelanas, com investimento de NCr\$ 8,9 milhões. De 34/18 são solicitados NCr\$ 4,8 milhões.

— Chelna S/A, indústria eletrônica, do Recife, que, para fabricação de condensadores elétricos e cerâmicos, propõe investimentos de NCr\$ 3,6 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 1,6 milhão. — Cia. Nordestina de Produtos Liofilizados, do Recife, que pretende produzir banana em pó, com investimento de NCr\$ 1,2 milhão. NCr\$ 311 mil serão do 34/18.

— Cia. Pernambucana de Refratários, do Cabo, que produzirá artefatos cerâmicos e refratários com inversões de NCr\$ 1,2 milhão. De 34/18, solicita NCr\$ 619 mil. — Eleikueiroz do Nordeste S/A, de Igarapé, que pretende produzir álcool etílico e butano. Propõe inversão de NCr\$ 5,8 milhões da qual NCr\$ 1,6 milhão do 34/18. — Fiação Lugemar S/A, do Ca-

bo, que produzirá fios de algodão com inversões de NCr\$ 1 milhão. Solicita 250 mil de 34/18.

— Filax do Nordeste S/A, do Recife, que fabricará artefatos de borracha, com investimento de NCr\$ 2,3 milhões, dos quais NCr\$ 930 mil do 34/18. — Ind. de Botões do Nordeste S/A, do Recife, que, com investimentos de NCr\$ 217 mil, produzirá botões de fantasia. Solicita NCr\$ 163 mil de 34/18. — Ind. e Comércio Madeireira S/A, de Jaboatão, para beneficiamento de madeiras, investirá NCr\$ 490 mil, sendo NCr\$ 205 mil dos recursos do 34/18.

— Ind. Pernambucana de Bebidas Antártica, de Olinda, que fabricará cerveja e refrigerantes, investirá NCr\$ 14,4 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 7,2 milhões. — Ind. Romi do Nordeste, do Recife, que produzirá tornos mecânicos e investirá NCr\$ 4,2 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 1,5 milhão. — Isolamentos e Equipamentos de Refrigeração do Recife, que, para produzir equipamentos para refrigeração, propõe investimentos de NCr\$ 40 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 5 mil.

— Johnson & Johnson do Nordeste, do Cabo, que, para produção de cartuchos de absorventes cateninais, propõe a inversão de NCr\$ 175 mil. De 34/18 são solicitados 362 mil. — Metalúrgica Camaragibe S/A, de São Lourenço, que produzirá metais sanitários, propõe inversões de NCr\$ 1,7 milhões dos quais NCr\$ 737 mil do 34/18. — Pirelli Norte S/A, do Recife, que produzirá condutores, fios, redes e cabos para aparelhos eletrodomésticos e propõe investimento de NCr\$ 2,6 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 1,5 milhões.

— Plásticos Goiana do Nordeste S/A, do Cabo, que pretende produzir artigos plásticos para uso doméstico e industrial e propõe inversões de NCr\$ 2,4 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 1,8 milhões. — Rôlhas Metálicas do Nordeste S/A, do Recife, que, para fabricação de rólhas metálicas, propõe investimentos de NCr\$ 1,1 milhões. De 34/18 são solicita-

dos NCr\$ 315 mil. — Tintas Coral do Nordeste S/A, do Recife, que produzirá tintas em geral com investimentos totais de NCr\$ 5,1 milhões. De 34/18 são solicitados NCr\$ 3,8 milhões.

— Tintas Diamante S/A, de Jaboatão, para produção de tintas e vernizes, investirá NCr\$ 677 mil dos quais NCr\$ 184 mil dos Arts. 34/18.

— Tintas Reflex do Nordeste S/A, do Recife, que produzirá tintas, pastas e solventes, propõe investimento de NCr\$ 520 mil dos quais NCr\$ 130 mil dos Arts. 34/18. — Tubos Guararapes S/A, de Jaboatão, que para produzir tubos de irrigação pretende investir NCr\$ 599 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 492 mil.

CEARÁ

É o Ceará o terceiro Estado nordestino em termos de projetos à disposição dos investidores, para captação de 34/18. São 13 plantas concentradas principalmente na área de Fortaleza.

— Carnafibra S/A, de Fortaleza, que pretende produzir papelão de carnaúba, com inversão de NCr\$ 265 mil, dos quais NCr\$ 104 mil oriundos dos recursos do Imposto de Renda. — Cia. Brasileira de Estruturas Metálicas, de Fortaleza, que, com investimento de NCr\$ 1,4 milhões, produzirá estruturas metálicas. De 34/18 solicita NCr\$ 643 mil.

— Cia. Brasileira de Industrialização do Caju, de Fortaleza, que pretende produzir torta, LCC e subprodutos daquele fruto. Os investimentos são de NCr\$ 714 mil, dos quais NCr\$ 337 mil do 34/18. — Cia. Cearense de Cimento Portland, de Sobral, que para produzir cimento propõe investimento de NCr\$ 6,4 milhões, dos quais NCr\$ 1,7 milhão do 34/18.

— Cia. Industrial de Laticínios do Ceará, de Fortaleza, que pretende industrializar leite e derivados com a inversão de NCr\$ 940 mil. De 34/18 pretende NCr\$ 352 mil. — Cia. Sobralense de Material de Construção, de Sobral, que, para produção de telhas, tijolos e produtos

cerâmicos investirá NCr\$ 245 mil, dos quais NCr\$ 61,2 mil do 34/18.

— Epitácio Cordeiro Lins S/A, de Fortaleza, que produzirá calçados com a inversão de NCr\$ 620 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 232 mil. — Metalúrgica do Ceará S/A, de Fortaleza, que se dispõe a produzir tubos de aço para fins diversos com investimento de NCr\$ 2,2 milhões. Solicita 34/18 até NCr\$ 1,6 milhão. — Laticínios Sobralenses S/A, de Sobral, que pretende industrializar leite com a inversão de NCr\$ 1 milhão, dos quais NCr\$ 300 mil do 34/18.

— Lumac Plásticos S/A, de Fortaleza, que pretende produzir tubos e electrocondutores de PVC com investimento de NCr\$ 750 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 260 mil.

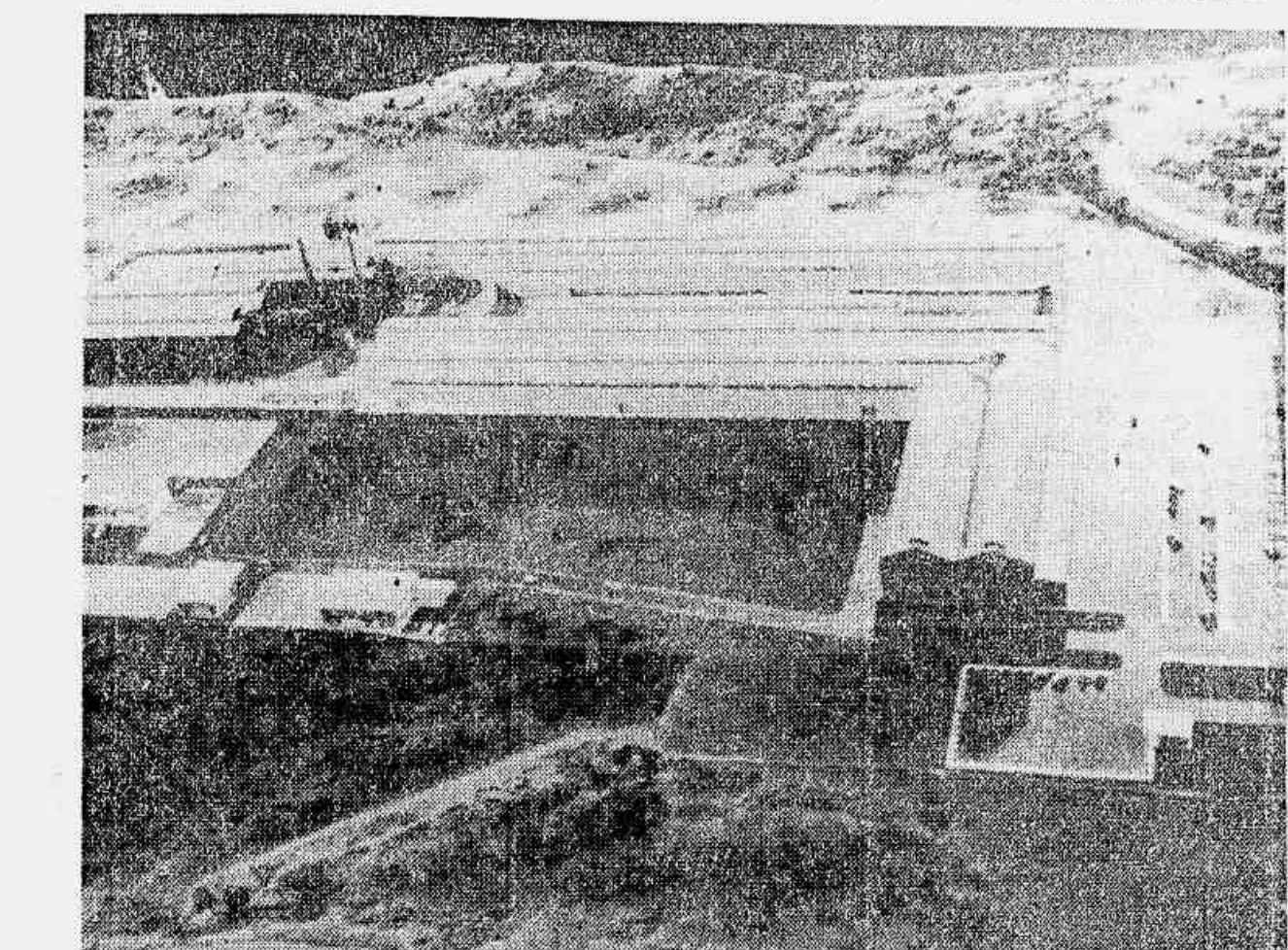
— Metalúrgica Cearense S/A, de Fortaleza, que produzirá embalagens metálicas com a inversão de NCr\$ 1,7 milhão do qual NCr\$ 1,4 milhão do 34/18. — Projecto S/A, de Fortaleza, que pretende produzir tintas e vernizes. As inversões são de NCr\$ 870 mil, dispondo-se a captar de 34/18 NCr\$ 70 mil. — Samov. Indústria de Móveis de Fortaleza, que produzirá móveis de madeira e fórmica e propõe investimento de NCr\$ 1,1 milhão. De 34/18 solicita NCr\$ 357 mil.

PARAIBA

Na Paraíba existem nove projetos de indústrias em instalação e Campina Grande lidera a preferência dos empreendedores.

— Brito Lira, Ind. Agr. e Comércio, de Areia, com investimento de NCr\$ 210 mil pretende industrializar mandioca e cuidar de pecuária e agricultura. Solicita NCr\$ 91 mil do 34/18. — Cia. de Produtos Químicos do Nordeste, de João Pessoa, que com inversões de NCr\$ 902 mil, produzirá detergentes e sabões. Solicita NCr\$ 362 mil do 34/18. — Cia. Manufatura de Produtos de Argila, de Pedras de Fogo, que para beneficiar argilas, investirá NCr\$ 1,6 milhão. De 34/18 solicita NCr\$ 677 mil.

— Cia. Industrial de Cerâmica, de Santa Rita, que produzirá cerâmicos em ge-



A USIBA será a primeira siderúrgica integrada do Nordeste

ral com investimento de NCr\$ 800 mil, dos quais NCr\$ 472 mil do 34/18. — Indústria de Laticínios de Campina Grande, que pretende beneficiar leite com a inversão de NCr\$ 700 mil, dos quais NCr\$ 298 mil do 34/18. — Ind. de Móveis Aderbal Martins, de Patos, com inversões iguais a NCr\$ 750 mil, produzirá móveis de madeira e fórmica. Solicita NCr\$ 450 mil do 34/18.

— Ind. de Roupas do Nordeste, de João Pessoa, que confeccionará roupas para homem, e propõe inversões de NCr\$ 1,7 milhão. De 34/18 solicita NCr\$ 642 mil. — Itabalana Industrial S/A, que industrializará leite e seus derivados, com investimento de NCr\$ 220 mil, dos quais NCr\$ 57 mil do 34/18. — S/A Gorduras e Óleos do Nordeste, de Campina Grande, que com inversões de NCr\$ 467 mil, pretende produzir gorduras de côco-da-baia. Solicita do 34/18 NCr\$ 350 mil.

ALAGOAS

Seis indústrias estão em adiantada fase de instalação

no Estado das Alagoas. São elas, a Cia. Industrializadora do Leite de Alagoas, de Maceió, que pretende investir NCr\$ 216 mil na pasteurização de leite, solicitando NCr\$ 105 mil do 34/18. — Caju Industrial de Alagoas S/A, de Maceió, que industrializará castanha de caju, com a inversão de NCr\$ 415 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 195 mil.

— Ind. de Carvão Alivo S/A, de Pilar, que pretende fabricar carvão ativo com inversões de NCr\$ 85 mil, dos quais NCr\$ 27 mil do 34/18. — Ind. de Confeções de Alagoas S/A, de Maceió, que com inversão de NCr\$ 179 mil, fabricará camisas e roupas esportivas e íntimas para homem. De 34/18 solicita NCr\$ 88 mil. — Laticínios do Nordeste S/A, de Batalha, que pretende produzir leite em pó, manteiga e soro desidratado, com investimento de NCr\$ 166 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 124 mil.

— Sococo S/A, Indústrias Alimentícias, de Maceió, que com inversões de NCr\$ 300

mil beneficiará côco-da-baia. Solicita NCr\$ 80 mil de 34/18.

RIO GRANDE DO NORTE

Quatro indústrias estão a ser implantadas no Rio Grande do Norte. São elas Cerâmica de Mossoró, de Mossoró, que produzirá tijolos, telhas e manilhas com inversões de NCr\$ 219 mil. De 34/18 solicita NCr\$ 164 mil. — Ind. de Laticínios de Natal, de Natal, que beneficiará leite e seus subprodutos com inversões de NCr\$ 690 mil, dos quais NCr\$ 498 mil oriundos do 34/18. — Produtos de Pescados S/A, de Natal, que explorará a pesca em geral com inversões de NCr\$ 10 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 4,5 milhões. — Salinas Guanabara, de Mossoró, que industrializará sal com previsão de investimentos de NCr\$ 8 milhões dos quais NCr\$ 6 milhões do 34/18.

SERGIPE, PIAUÍ E MINAS GERAIS

Na região mineira do Polígono das Secas, duas in-

dústrias estão em instalação. Duas outras no Estado de Sergipe e no Piauí. São elas as empresas Cia. de Materiais Sulfurosos de Montes Claros, que, com inversões de NCr\$ 7,1 milhões, produzirá cimento portland. Solicita recursos do 34/18 no total de NCr\$ 3,2 milhões. — Frigorífico Norte de Minas S/A, de Montes Claros, para abate e frigorificação de suínos e bovinos com investimento de NCr\$ 4,1 milhões. De 34/18 solicita NCr\$ 2 milhões.

A empresa piaulense em instalação é a Aliança Industrial de Teresina, para refinar óleos e gorduras vegetais. Prevê inversões de NCr\$ 750 mil dos quais NCr\$ 557 mil do 34/18. Em Sergipe, está sendo instalada a Crasto Agroindustrial S/A, de Santa Luzia do Itanhil, que pretende industrializar fibras de côco-da-baia, com inversões de NCr\$ 750 mil. Solicita NCr\$ 337 mil do 34/18.

DE COMO O CASO DOS TAMBORES OTS PROVA QUE A CONAI AJUDA A REGIÃO E GARANTE SUCESSO ÀS EMPRÊSAS

— Quem vê carros-tanques em todo o Nordeste tem a impressão de que os tambores hoje estão sem mercado na região e a oferta agora é superior à demanda. Só que a impressão pode ser falsa e, como não há dados seguros sobre o comportamento do mercado, a solução será levantar junto ao consumidor a sua verdadeira situação.

A tarefa não é fácil, mas é quase a rotina da CONAI — Consultoria Agrícola e Industrial —, um moderno escritório de projetos (Rua da Concordia, 153, conjuntos 506/507, Recife), que no seu dia-a-dia enfrenta questões desta ordem e pesquisa o mercado em diversos setores para ajudar aos empresários e ao próprio desenvolvimento do Nordeste.

COMO FAZ

A CONAI — que estende agora sua ação à Amazônia — trabalha no Recife contra o tempo, contra a falta de dados e sempre superando os obstáculos à elaboração de projetos industriais e agrícolas que lhe são confiados, os quais a SUDENE e os empresários têm recebido como provas da maturidade do esforço de planejamento que se faz na região desde 1960.

Assim, se a CONAI recebe a tarefa de elaborar um projeto para implantar uma unidade de produção determinada e constata que os dados são precários, recorre à pesquisa direta, acompanha com cautela o comportamento efetivo da demanda e dimensiona a potencialidade do mercado, de modo a evitar que o projeto se torne irrealístico e, conseqüentemente, oneroso.

A pesquisa, obedecendo a critérios modernos, leva em conta a procura de determinado produto — no caso os tambores OTS — o movimento de compra e venda e a sua utilização. Daí obtém uma diretriz segura que traduz o comportamento do mercado interno e depois faz suas projeções, estabelece as metas de produção, as perspectivas de consumo e ajuda a SUDENE a promover o desenvolvimento equilibrado da região.

Essa orientação seria que a CONAI imprime no trabalho responde pela fácil tramitação dos projetos industriais e agrícolas que elaborou, alguns já implantados, outros em fase de implantação, mas todos destinados ao atendimento de necessidades vitais do Nordeste.

Desse modo, o escritório cumpre o seu papel no desenvolvimento do Nordeste, embora seguindo o caminho mais difícil, já que a pesquisa direta requer tempo. E mais: exige esforço para determinar a real situação, por exemplo, do mercado de tambores OTS, porque não há estatística segura sobre o seu uso e há muito carro-tanque transportando óleos, gorduras, álcool, grãos e soda cáustica, podendo dar a impressão falsa de que o produto está sem vez na região.

PARTICIPAÇÃO

A CONAI, desde a sua fundação, em maio de 1966, trabalha para facilitar a implantação de industriais e empresas agrícolas no Nordeste. Sua participação nesse esforço é orientada de modo a evitar falhas que possam gerar problemas difíceis de corrigir num futuro próximo, quando a região deverá estar mais integrada no desenvolvimento nacional.

Dentro dessa linha básica, a CONAI presta serviços ao Nordeste e está em condições de orientar os investidores na Amazônia, onde um sistema de incentivos semelhante ao da SUDENE está funcionando para vencer o atraso naquela área. Os serviços são prestados a grupos investidores e a pessoas jurídicas.

Os serviços aos grupos investidores compreendem o assessoramento às empresas e empreendedores que pleiteiam concessão de projetos próprios com localização nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM ou financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil (BB), Banco de Crédito da Amazônia (BCA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FNAME, FIPME, FUNDECE, FINEP e Companhias Estaduais de Desenvolvimento.

A prestação de tais serviços implica na elaboração e encaminhamento de consultas prévias aos órgãos de desenvolvimento e de financiamento sobre a possibilidade de apoiar os empreendimentos propostos; a análise e complementação de projetos elaborados, adequando-os às exigências de cada órgão; estudos

de viabilidade de empreendimentos industriais e ou agrícolas; elaboração de projetos de inversões e estudos de esquemas de financiamentos; pesquisas e análises de mercados; estudos de localização de empreendimentos; acompanhamento e assessoramento dos projetos em análise e assessoria jurídica na constituição das empresas.

Os serviços a pessoas jurídicas compreendem o assessoramento aos contribuintes para aplicação dos recursos derivados do Imposto de Renda, nos termos das Leis 4.809, de 1965, relativa à SUDENE, e 5.173, de 1966, relativa à SUDAM.

QUEM SERVIU

De 1966 até agora, a CONAI elaborou seis projetos — dois dos quais já aprovados — sendo cinco industriais e um agrícola. Os projetos aprovados são: Eletrotêxtil Nordeste S/A, indústria de Cimento Amiano, com localização em Fortaleza e inversões totais de NCr\$ 65 milhões e Companhia Industrial de Cerâmica — CINCERA, localizada em Santa Rita, Paraíba, com inversões de NCr\$ 3,4 milhões.

Os projetos em elaboração compreendem um empreendimento agropecuario, com localização em Alagoas Grande, Paraíba e inversões de NCr\$ 1 milhão, e implantação de uma indústria de artefatos de borracha, com localização ainda em estudo e inversões de NCr\$ 2 milhões.

Além disso, a CONAI prestou serviços de assessoria às Empresas Eletrotêxtil Nordeste, no Ceará, Eletrotêxtil Bahiana, do Grupo Eletrotêxtil do Brasil S/A, Companhia de Mineração e Agricultura do São Francisco, Grupo Cerâmica São Caetano, Indústria Metalúrgica do Nordeste (EMENSA), na Paraíba, CONAC S/A — Indústria de Artefatos de Couro, no Ceará, Companhia Industrial de Cerâmica, na Paraíba, Companhia de Fiação e Tecidos Camarão, no Maranhão, Produtos Vegetais do Piauí, em Parnaíba (PI), e KEMP S/A, Indústria de Vestuário, no Ceará.

A CONAI tem dois projetos em análise na SUDENE, da Indústria de Cidades Vulcanizadas, com inversões de NCr\$ 7.500 mil e da BRASIMIC com inversões de NCr\$ 3.900 mil.

QUEM FAZ

A CONAI, cuja sede é própria, tem como diretores o economista Mariano Pedro Matos, o engenheiro civil José Gustavo Cisne Pessoa e o economista Waldemir Cardoso de Albuquerque. O economista Mariano Pedro Matos, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, tem os cursos de capacitação em problemas de Desenvolvimento Econômico, da CEPAL-ONU.

Exerceu as funções de calculista do Conselho para o Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) nos anos de 1959 e 1960, auxiliar de pesquisas da SUDENE em 1960/62, calculista do Grupo de Projetos Siderúrgicos do Nordeste (SUDENE-BNDE-BNB) em 1961, Coordenador do Grupo de Trabalho dos Projetos de Nylon para o Nordeste em 1965, Analista de Projetos Industriais da SUDENE em 1963/65 e Chefe Substituto da Divisão de Programas Especiais da SUDENE em 1965/1966. É professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco e atualmente Assessor Técnico do Grupo de Trabalho e Assessoria do Governo José Sarney.

O engenheiro civil José Gustavo Cisne Pessoa é formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Ceará e tem os cursos de Administração da Empresa (T. W. L.) pelo Centro de Produtividade do Nordeste, de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento Econômico, da CEPAL-SUDENE, e Análise de Balanço do Centro de Produtividade da Indústria de Pernambuco.

Exerceu as funções de Analista de Projetos da SUDENE em 1962/63, de Chefe do Setor de Controle de Incentivos do Departamento de Industrialização da SUDENE em 1963/1965 e de Analista de Projetos do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco em 1966.

O economista Waldemir Cardoso de Albuquerque é formado também em Direito pela Universidade da Paraíba, onde fez seu curso de economia, e tem o curso de capacitação da CEPAL-SUDENE. Foi analista da SUDENE até 1965 e chegou a ocupar por 1 ano e seis meses a chefia da Divisão de Administração de Incentivos do Departamento de Industrialização da SUDENE.



Será que você já notou a íntima relação que esta marca F&R tem com você e a sua família? Pela manhã, no café, você tem o pãozinho macio, apetitoso, que os Fermentos Fleischmann ajudam a fazer. Sobremesa, no almoço e jantar, a escolha: Pudins, Gelatinas, Manjar ou Flan Royal. Também o Refresco é Royal. E... vamos ao lanche? Hoje tem bolo, feito leve, delicioso, com o Fermento em Pó Royal. As cinco, o chá. Que é Tender Leaf, naturalmente. Esta sua marca F&R — Fleischmann-Royal — agradece, honrada, a preferência.

F&R
FLEISCHMANN
ROYAL

I — EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NORDESTINA

No século XV, as invasões turcas criaram sérias dificuldades no abastecimento das linhas orientais pelo comércio europeu, já em franca expansão. Não só os portugueses, mas também os franceses, holandeses e ingleses, procuravam encontrar um atalho que, evitando a barreira muçulmana, pudesse alcançar as Índias. E, não se sabe se casual ou propositalmente, os portugueses abordaram as costas do Nordeste do Brasil, onde passaram a abastecer-se, entre outros produtos, de pau-brasil e canáfila. Não obstante essas riquezas, ficou a fonte ainda encoberta por muito tempo, dela servindo-se os conquistadores apenas como parada no itinerário que os levava às Índias, onde se abasteciam de especiarias as mais diversas. Só mais tarde é que, devido a circunstâncias políticas, resolveu Portugal alardear, no ano de 1500 (haver descoberto uma ilha).

2) Século XVI: As primeiras explorações

Os portugueses conheciam bem as costas do Nordeste do Brasil, onde se abasteciam da madeira tintinifera, que os índios colocavam nas praias para embarque. O que interessava, portanto, aos navegadores, eram as costas, os portos naturais, seguros, os recifes protetores, e a madeira cor de púrpura, caríssima, que era a mais preciosa riqueza da região. Assim, os conquistadores se estabeleceram no litoral e no planalto atlântico. A existência do protetor de algumas franjas de recifes ofereceu condições para o estabelecimento de portos invioláveis.

Desta maneira, os portugueses ocuparam as costas do Nordeste, apesar do protesto da Holanda, França e Inglaterra, que também colhiam as novas terras.

A exploração do pau-brasil efetuou-se ao longo da costa que vai desde o Cabo de São Roque até o Cabo Frio. Mas a melhor produção era proveniente da região entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio Real, 12º de latitude, justamente no Nordeste, a 20 léguas de distância da capitania de Pernambuco, onde havia maior concurso dele.

Na sua nova terra do pau-brasil, Portugal encontrou grande diferença, não só no que diz respeito às gentes — índios na idade da pedra polida — como na terra, em se comparando às gentes e terras da África, onde estava acostumado a abastecer-se de ouro, marfim e escravos, coisas de grande valor e de fácil exploração. Aqui, tanto o pau-brasil como os habitantes não ofereciam grandes lucros. Ter-se-ia, pois, de achar novos métodos, não só para tratar a gente, mas também para arrancar o produto. Aqui, com efeito, não podiam valer os processos da força para impor a soberania e o monopólio. A primeira vista, só se podia explorar o pau-brasil e a cana-fútila, e tão poucas eram as possibilidades de lucros para a coroa que o rei D. Manuel achou mais acertado, em 1501, arrendar as terras a um rico mercador de Lisboa, o que, é sabido, não deu certo. Apesar desse primeiro fracasso, Portugal não largava o Brasil, pois sua perda, além de abalar o prestígio da coroa colonizadora, representava um risco enorme para a navegação portuguesa nas Índias Orientais, e verdadeiro golpe nas suas esperanças de encontrar materiais preciosos, como aconteceu à Espanha. Dadas essas consequências, preferiu o rei doar terras a fidalgos portugueses, que, por isso, se chamaram donatários, a fim de que eles não só plantassem mas também as povoadem, e muitos deles se fizeram ricos, pois tinham direito a 15% do total das vendas do pau-brasil, que nos 30 anos de exploração atingiu a soma de 120 000 contos, dos quais só 30 mil pertenciam à coroa portuguesa. Este valor corresponde a uma exportação de 300 toneladas de madeira anualmente. Assim é que, com as 12 doações feitas em 1534, se iniciou uma política de colonização do Brasil, que se baseava na ocupação, povoamento e exploração de indústrias extrativas e agrícolas. E tanto prosperou que em 1543 já havia 16 vilas no litoral que exportavam algodão, açúcar, fumo, pau-brasil e outros produtos, motivando a coroa à instituição do primeiro Governo Geral, a fim de proporcionar maior segurança ao trabalho e garantia da ordem e melhor cooperação entre os donatários, pois, a esta altura, os índios atacavam e os próprios donatários aumentavam suas adversidades, com hostilidades recíprocas. Não obstante tamanha prosperidade, era colônia ainda deficitária para a coroa, devido às despesas que essas lutas intestinas representavam, a par da administração sumamente onerosa. Vale, porém,

A ECONOMIA DO NORDESTE VISTA PELO XXI CURSO DA CEPAL BNDE

O Nordeste foi a região que primeiro se desenvolveu no Brasil e como tal suas estruturas estão marcadas ainda pelos sinais da intervenção colonial no País. E se ao longo do atual processo de desenvolvimento o Governo federal vier a ser empalmeado não pelas aristocracias regionais, mas pelas forças da integração e do desenvolvimento, talvez se possa dar por encerrado o período colonial da História do Brasil.

A conclusão é do XXI Curso Intensivo de Problemas Econômicos da CEPAL-BNDE, que depois de dois meses de estudos em Fortaleza, Ceará, concluiu suas observações sobre a economia da região, examinada desde o Século XVI

até os nossos dias. Da equipe participaram os técnicos Coronel João Ferreyre, padre Tarciso Almeida, e Srs. V. Ferreira e Murilo Barbosa da Silva.

O estudo está dividido em quatro partes. A primeira compreende uma análise do desenvolvimento da economia da região desde o descobrimento até a época em que se torna dependente do pólo Centro/Sul produtor de café; a segunda abarca a avaliação do trabalho da SUDENE; a terceira faz o exame macroeconômico da economia da região e a quarta investiga o processo sócio-político dentro da sociedade brasileira.

ressaltar que já em 1570 os resultados da ocupação definitiva se apresentavam sob a seguinte forma:

Valor do comércio do Brasil	Valor em NCr\$	Total
Renda do pau-brasil	200 000,00	
Dízimos sobre o valor do açúcar	4 140 000,00	
Rendas diversas	660 000,00	10 940 000,00

O açúcar, mais tarde, iria recombinar, multiplicadas, as despesas realizadas pela coroa na ocupação da terra, aparentemente não lucrativa.

3) Século XVII: O açúcar

Desde o século XVI contava Portugal com a supremacia do mercado mundial do açúcar, por isso talvez não se justifique o plantio da cana, no Brasil, especialmente em Pernambuco, senão a partir de 1560, em primeiras experiências, quando se verificou a melhoria dos preços nos mercados portugueses. Foram, assim, introduzidas as primeiras plantações tropicais.

A agricultura teve suas plantações tropicais das áreas de clima quente e úmido em solos ricos da Zona da Mata nordestina e do Recôncavo Baiano; e a agricultura de subsistência nos solos florestais, pelas zonas litorâneas e sublitorâneas, amarradas a núcleos urbanos costeiros.

Enquanto a primeira foi na lavoura de grandes plantações, ligadas à economia aberta, com mercados consumidores distantes, controlados pela metrópole, a segunda foi na imposição das necessidades de alimentação dos agrupamentos humanos radicados em terras brasileiras.

Fomentou-se, deste modo, a indústria açucareira na colônia. E começou pela construção de engenhos de tamanho médio, com produção anual de 300 arrobas, chegando até 10 mil arrobas anuais, estabelecendo-se ditos engenhos no litoral, ou em suas proximidades, devido às facilidades para a exportação do produto. Como assinala Sérgio Buarque de Holanda, os engenhos constituem, todavia, um fator negativo à proliferação de cidades na zona canavieira, devido às grandes extensões da monocultura e do trabalho escravo. Com efeito, diz Sérgio Buarque de Holanda: "No litoral oriental do Nordeste, em solos ricos de clima quente e úmido, desenvolveu-se a primeira região geo-econômica, importante do País. Seu desenvolvimento se deve quase exclusivamente à lavoura canavieira e ao fabrico de açúcar, com o estabelecimento de núcleos urbanos no litoral. Na zona canavieira, porém, os engenhos constituem um fator negativo à proliferação de cidades. Por outro lado, multiplicam-se os banhos e as grandes moradias dos senhores cristãos da nova riqueza agrícola, com exploração da humilde escravagem, para a qual se criaram

as senzalas, defronte à capela. Formou-se aí o patriarcado rural escravista e latifundiário — a primeira aristocracia rural do Brasil" Cf. História Geral da Civilização Brasileira, 2º vol., Época Colonial).

Havia engenhos movidos por água e por bois, servidos por carros ou barcos, situados à beira-mar ou um pouco mais afastados. Possuíam grandes canaviais, lenha abundante e próxima, mão-de-obra escrava, numerosa, bolada capax, aparelhos diversos, moendas, cobres, formas, casas de purgar, alambiques; mão-de-obra adestrada, divisão de trabalho incipiente. Quanto ao produto, era este remetido diretamente para além-mar, e de lá vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca. A produção das três capitanias de Pernambuco, Tamara e Paraíba era de 130 a 140 naus por ano. Este rendimento era de .. 300 000 cruzados ou NCr\$ 28 mil. Nesse tempo, só o açúcar dava mais rendimento à coroa portuguesa do que "todas as Índias Orientais", segundo afirma R. Simonsen, na sua História Econômica do Brasil.

As engenhocas só apareceram mais tarde, quando a população se tornou mais numerosa, e passou-se a produzir açúcar de diversos tipos, como o branco macho, o mascarado macho, branco batido e mascarado batido, entre outros.

4) Século XVII: O apogeu do açúcar

O açúcar, produto de atividade primária de grande preferência no mercado internacional, sempre ficou à mercê do consumo desse mercado que, até o século XVI aumentara de modo extraordinário. Basta dizer que em 1560, seu preço, que cabia de 300 réis por arroba, pouco mais de duas grammas de ouro, acabou de novo até alcançar nos fins do século XVI o preço em ouro seis vezes maior, e até sete vezes mais na primeira metade do século XVII. Devido a este fato é que aumentou de modo extraordinário o número de engenhos no Brasil, atingindo em 1600 cerca de 120, dos quais 66 em Pernambuco e 36 na Bahia, com produção de 70 000 caixas de 10 quintais a unidade. Em 1789 a Bahia produzia 126 875 sacas e Pernambuco 107 625, safras dos seus 246 engenhos, segundo Sérgio B. de Holanda. Tamanha prosperidade atitou, sem dúvida, a ambição dos holandeses, que, por sinal, invadiram o Brasil, bem como dos franceses, que fizeram o mesmo. Todavia, o que mais influiu na queda dos preços do açúcar foram as plantações de cana-de-açúcar que os ingleses, holandeses e franceses resolveram fazer nas Antilhas. Posteriormente, a situação iria agravar-se mais ainda com a companhia feita pela Inglaterra contra o trabalho escravo, no qual se apoiava totalmente o senhor de engenho, pois só com o negro era possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, vez que o seu trabalho era superior ao de quatro indígenas. A companhia da Inglaterra obteve a melhor acolhida por parte de alguns abolicionistas. Tamenha era a importância do trabalho escravo nos canaviais que quase todos que aqui entravam vinham sobretudo em função da cana-de-açúcar, e o número deles era arduo: em 1600 só havia 30 mil no máximo; mas em 1700 já havia três milhões aproximadamente. A decadência do açúcar, a maior riqueza do Nordeste nos tempos da colônia, foi gradualmente compensada pela mineração, que salvou Portugal de uma crise econômica de gravíssimas proporções.

5) Século XVIII: A revolução industrial e o algodão

A mineração tem igualmente um aspecto negativo para o açúcar, porque veio aumentar o preço da mão-de-obra e o preço do gado, dois instrumentos indispensáveis à monocultura do açúcar. Assim, quem tinha seus escravos e seus bois preferia ir vendê-los às minas, que pagavam muito mais. Diz Antonil, cronista de época, que "era grande o consumo de gado, não só para os engenhos e para os lavradores de cana, mandioca, serrarias, mas para alimentação e exportação de couro em cabelo e em meias solas, num total anual de manancia de 55 mil cabeças. Com efeito, ao expandir-se a economia açucareira, maior se tornara a necessidade de animais de tiro; logo, porém, se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, dentro das próprias culturas de cana. Daí haver o governo português proibido a criação de gado na faixa litorânea, ocorrendo a separação das duas riquezas.

O gado, que até então dependia do engenho, passou a ser uma economia independente, com caracteres próprios: localização, para o interior, mão-de-obra indígena e mestiça; vaqueiro, em lugar do senhor de engenho. A ocupação das terras era extensiva e até certo ponto itinerante, devido às águas distantes e aos mercados também longínquos. Nesta época, os maiores currais atingiam 20 000 cabeças e a criação nordestina do século XVIII não ultrapassava 650 000 cabeças, destinando-se um vacuário para cada 250 cabeças.

Tão importante foi a criação do gado nesta região que se assinala até uma civilização do couro, pois tudo que aí se usava era feito de couro: a roupa, a cama etc. E tão grande foi a procura de animais pela mineração central que provocou um protesto por parte dos senhores de engenho.

A revolução industrial veio, todavia, aumentar as riquezas no Nordeste. Houve uma nova fonte de prosperidade, desta vez, para o algodão, devido, inclusive, à Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

O algodão, nativo no Brasil, onde era cultivado desde os primeiros tempos da colônia, destinava-se ao consumo local. Era cultura predileta no Maranhão e chegou a exercer ali o papel de moeda. Sua importância, porém, cresceu quando os ingleses, flamengos e bretões substituíram a lã com que fabricavam os tecidos pelo algodão, e os Estados Unidos, devido à guerra civil, já não podiam fornecer o chamado ouro branco. Verificou-se, por isso, um grande incremento das plantações de algodão no Norte e no Nordeste do Brasil (Maranhão e Pernambuco, principalmente). Sua exportação chegou a atingir, em 1771, 50 mil libras e, em 1778 mais de 120 mil.

A Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas são outros fatos históricos que muito aumentaram as vantagens do Nordeste no mercado internacional. Já em 1848, a lavoura típica dessa cultura consta de 50 escravos que produzem anualmente 2 000 arrobas de algodão em carvão ou 600 arrobas de algodão em pluma.

Outra lavoura do Nordeste que consegue alguma importância no comércio de exportação é o fumo, que se cultiva em grande escala na Bahia e nas Alagoas. Monocultura, igualmente escravocrata e dependente do exterior. Devido a seu baixo custo, foi sobretudo uma lavoura de agricultores modestos. A estruturação era adotada como prática corrente, pois esta cultura exauria rapidamente o solo. A lavoura do fumo, por essa razão, se localizava em currais, a fim de obter terrenos estrumados, permanecendo aí os animais apenas o tempo necessário para fertilizar o solo. O processamento da cultura do fumo era por demais complexo, elaborado em diversas fases, ocupando toda a mão-de-obra disponível. Os cálculos de Antonil dão um total de 27 500 rolos de fumo, dos quais 25 000 representavam a exportação da Bahia e a parte restante a das lavouras das Alagoas.

Dal por diante, o Nordeste entrou em fase de estagnação econômica, e o café avultou, no Sul, como principal produto exportador do Brasil, criando o contraste Norte/Sul de subdesenvolvimento/desenvolvimento.

II — AÇÃO DA SUDENE

A SUDENE surgiu como uma resposta ao esvaziamento progressivo e relativo do Nordeste em face do Centro-Sul do País. Começou com a formação, em 1958, de um Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, que procedeu ao exame da situação econômica da Região e ressaltou os seguintes elementos principais:

- 1) A superfície do Nordeste corresponde a 17,6% da superfície total do Brasil, compreendendo 1/3 da população total do País. É a região mais extensa e mais populosa de todo o hemisfério ocidental onde a renda por habitante é inferior a 100 dólares ao ano.
- 2) O Nordeste não acompanha o ritmo de desenvolvimento da economia nacional. Isso resulta um desequilíbrio regional que se acentua cada vez mais. Com efeito, a participação do Nordeste no produto bruto da economia brasileira caiu no período 1948-1955 de 15,5% para 13,4%.
- 3) Paralelamente, o Governo federal tem ampliado sua ação no Nordeste. Todavia, os investimentos, por mais importantes, não têm provocado na região aumento apreciável do ritmo de crescimento, o que parece indicar uma redução da eficiência desses investimentos (Cf. Dirceu Pessoa, Sudene, n.º 2, II ano).

A SUDENE foi criada pela Lei n.º 2 682 de 15/12/1950, com uma área que inclui os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e a zona árida do Estado de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas e o Território Federal de Fernando de Noronha.

Surgiu como o imperativo de uma nova compreensão do problema nordestino interpretado até a década de 1950 como uma simples consequência das secas. A experiência positiva de organismos como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Companhia do Vale São Francisco (CVSF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tornou possível a criação da Sudec. Também não se pode esquecer o trabalho realizado pela antiga Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IPOCS), reestruturada em 1945 com o nome de Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

De acordo com a Lei que a instituiu, a SUDENE tem por finalidade:

- 1) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste.
- 2) Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento.
- 3) Executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor.
- 4) Coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira no Nordeste.

Vejam-se em seguida como o setor primário foi olhado nos I e II Planos inspirados nas diretrizes acima referidas:

- 1) Reconhecimento da necessidade de se caminhar para uma reestruturação da economia rural, visando ao aproveitamento mais racional dos recursos da terra na zona úmida; um aproveitamento profundo das possibilidades de irrigação e a criação, na caatinga, de uma economia mais resistente à seca.
- 2) Reconhecimento da necessidade de reorientar ou intensificar amplamente a pesquisa agrônoma.
- 3) Reconhecimento da necessidade de orientar os movimentos da população, colonizando ou povoando terras subutilizadas, na zona úmida, particularmente no Maranhão e sul da Bahia.
- 4) Reconhecimento da necessidade de assumir o Poder Público a direção de um conjunto de medidas para melhorar as condições de abastecimento, atalhar a tendência estrutural a elevação relativa de preços dos alimentos na região, e criar uma reserva estratégica de alimentos para o caso de seca.

O III Plano Diretor, já com a observação de que a agricultura cresce na região de modo extensivo, pela incorporação de novas terras (de baixa produtividade) e pelo incremento demográfico, de que a produtividade por hectare não apresenta aumento significativo; de que o sistema de comercialização se apresenta como um estrangulamento para os produtores, formula seus objetivos como segue:

- 1) Medidas com efeito a curto e médio prazo, destinadas à regularização e ao aumento da oferta de alimentos nas grandes centros consumidores, e de matérias-primas para a indústria.
- 2) Medidas de efeitos a longo prazo, objetivando a elevação dos níveis de produtividade e a diversificação da produção agrícola regional onde os critérios econômicos as determinam.

Para corporificar essas medidas, a SUDENE, com base em sua experiência, saiu do campo executivo e lançou-se em convênios com órgãos credenciados: Ministério da Agricultura, Universidades e Secretarias de Agricultura. A descentralização passou a ser a norma, valendo-se da experiência da ANCAR, na execução de programas de assistência técnica à família rural, ou em programas específicos como o do aumento da oferta de alimentos para o rebanho bovino, a cargo da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco.

A fim de aprofundar a compreensão do problema agrário a SUDENE organizou um Projeto de Pesquisa para definir melhor a estrutura sócio-econômica e o funcionamento do setor primário. O programa prevê as seguintes linhas de ação:

- 1) Criação de uma infra-estrutura para a pesquisa e experimentação através do reparelamento das estações experimentais, campos e laboratórios de pesquisa. Esse subprograma será iniciado em 1967, dado que a rede de pesquisa e experimentação existente, pela relativa flexibilidade apresentada à execução de certos programas, poderá suportar o impacto inicial da ação que se encontra em desenvolvimento nesse campo.
- 2) Melhoramento genético de plantas. Presentemente, os trabalhos desenvolvidos neste sentido se prendem principalmente ao melhoramento genético do algodão. Pretende-se, todavia, alargar o campo de ação para outros produtos que, pela sua importância, contribuem eficientemente para o crescimento do produto regional.
- 3) Experimentação agrícola. A linha a seguir é um prolongamento do que vem sendo adotado, desde o II Plano Diretor, principalmente. A SUDENE desenvolverá atividades de experimentação sobre a conservação do solo, com plantas forrageiras, culturas alimentares e aproveitamento de subprodutos.

Sendo a estrutura agrária um dos fatores que limitavam o crescimento da produção agrícola, acarretando extrema rigidez no atendimento da demanda não só de produtos alimentares como de matéria-prima para a indústria, a SUDENE delineou medidas indiretas, segundo as seguintes linhas de ação:

- 1) Estabelecimento do sistema de cooperativas pela criação de uma infra-estrutura de cooperativismo regional, mediante: a) reparelamento das DAC estaduais; b) aperfeiçoamento e formação de pessoal dirigente das cooperativas; c) assistência técnica, financeira e material às cooperativas.
- 2) Execução de projetos-pilotos de organização agrária nas Zonas da Mata, Agreste e Sertão (5 engenhos sob a jurisdição do projeto, com perspectiva para 32).
- 3) Administração de incentivos às diversas formas de organização agropecuária.

Para o financiamento da produção, a SUDENE valeu-se de estudos realizados por uma missão técnica francesa. A atuação será segundo as seguintes linhas:

- 1) Infra-estrutura de abastecimento (armazéns e silos, mercados urbanos e rurais e centrais de abastecimento) através da construção de instalações e comercialização da produção.
- 2) Conjuntura do abastecimento (preços, mercado e previsão de safras).
- 3) Financiamento da produção (convênio com a Comissão de Financiamento da Produção).
- 4) Promoção agropecuária: fomento agrícola, novas técnicas através dos serviços de extensão rural, crédito através do BNB, oferta de água por barragens e poços para a pecuária, reprodutores selecionados, oferta de alimentos para os rebanhos: ensilagem, fenação etc.

III — EXAME MACRO-ECONÔMICO DO NORDESTE

D) Análise do quadro do subdesenvolvimento

Resumindo a análise de tão delicado problema, podemos discernir o seguinte quadro:

- 1) Inexistência de diversificação e de integração entre os setores da economia regional, resultando numa concentração de força de trabalho no setor primário. Com efeito, a população ativa ocupada no Nordeste era em 1956 de 71,7%, no passo que no Centro-Sul era de 51,1%. Em 1960, os dados para o NE eram de 65,8%.
- 2) Baixa relação de capital por pessoa ocupada, situação que não se vem alterando através dos tempos, provocando rendimentos decrescentes em face do aumento da população. Assim, temos no Nordeste 1,3 hab. por homem ocupado para 2,4 hab. no Centro-Sul e Cr\$ 6 300 de capital imobilizado por hab. para Cr\$ 27 300 no Centro-Sul (dados de 1950).
- 3) Pequenas oportunidades de emprego dentro do setor primário e dificuldade de se alterarem as combinações de fatores, gerando: imobilidade da mão-de-obra, subutilização do trabalho, e baixa produtividade da mão-de-obra. Em consequência, uma renda per capita que se aproxima do nível de mera subsistência.

Segundo Celso Furtado, o cálculo de pessoas subutilizadas só na zona urbana e de meio milhão (declaração de 1955, em "Operação Nordeste"). A renda per capita do Nordeste é inferior ao terço do Centro-Sul e a diferença é mais flagrante entre essas duas regiões do que entre a última e a Alemanha Ocidental. Sem

- a) elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, necessários à implantação de novas indústrias;
- b) elaboração de projetos técnicos e/ou econômicos, destinados a obtenção de incentivos financeiros e fiscais, concedidos pela União e pelos Estados com o objetivo de promover o desenvolvimento da região nordestina, através da Sudec e dos órgãos de fomento estaduais;
- c) organização e estruturação jurídica das sociedades que promoverão a concretização dos investimentos programados;
- d) encaminhamento e acompanhamento, junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. e às agências estaduais de desenvolvimento, dos processos de solicitação dos favores financeiros, fiscais e locais no âmbito dos Governos federal, estadual e municipal;
- e) assessoria jurídica, econômica e financeira.

apl

NORDESTE

novo mercado para todo Brasil

São nossos clientes: VINCULADOS AO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ASA — Alumínio S/A Extrusão e Laminação
Willys Overland do Brasil S/A
Madeira Sintética S/A (Grupo Cid Feijó Sampaio)
USIBA — Usina Siderúrgica da Bahia S/A
Centrais de Abastecimento do Nordeste S/A CANESA
Acumuladores Moura S/A
DURABEM Indústrias S/A (Grupo José Araújo)
Companhia Industrial de Caruaru
NORACO S/A Indústria e Comércio de Laminados
José Maria Macedo Metalúrgica S/A
Refrescos do Recife S/A (Coca-Cola)
Indústrias de Parafusos Laminados INPALA S/A
Grupo Geraldo Carvalho FONSECA/Mancel Ferreira Filho — Paraíba

Assessoria e Planejamento Limitada

Dantas Barreto, 576 - Conj. 704 - Tel. 42219 - Recife - Pe.
End. Teleg. "PLANOS"

falar na péssima distribuição da renda, que nos dá uma "pirâmide de renda", típica de regiões subdesenvolvidas.

POPULAÇÃO ATIVA (A) E RENDA POR PESSOA OCUPADA (B) EM 1950

Setor	Nordeste		Centro-Sul	
	A	B	A	B
Agricultura	684	3,7	5617	10,6
Indústria	493	8,9	1953	19,4
Comércio	214	25,4	778	30,3
Outros Sv.	699	12,7	2348	24,4
TOTAL	2100	6,6	10096	16,5

4) A feição de economias reflexas ou periféricas, como região exportadora de matérias-primas e alimentos, e importadora de produtos manufaturados, dependente do comércio externo, na contingência de decisões que ocorrem fora do sistema.

Como observa Celso Furtado, as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem a formar uma economia de exploração. Deste modo, o Nordeste funciona em face do Centro-Sul como o Brasil como um todo em face do centro do mundo.

5) Elevada taxa de natalidade e mortalidade, e baixa média de vida. Esses índices se repetem no Nordeste como constantes demográficas de regiões subdesenvolvidas.

Segundo Celso Furtado, a vida média no Nordeste é de 30 anos (A Operação Nordeste, p. 48).

6) Níveis tecnológicos caracterizados por "rotina tecnológica", heterogeneidade de tecnologias entre setores de uma mesma economia, ou tecnologia inadequada ao estoque de fatores ociosos. Rotina: predominância da tradição como norma de comportamento social, criando, particularmente no setor agrícola, uma resistência às inovações, obstáculos à mudança cultural, reagindo às comunidades inconscientemente ao desenvolvimento.

Isso vale dizer que os instrumentos de análise econômica não bastam por si sós para uma interpretação da situação do subdesenvolvimento. Mesmo assim, permanece a necessidade de se identificarem os fatores que se apresentam como obstáculos ao desenvolvimento econômico. O tradicionalismo é uma característica de ordem geral para identificar culturalmente as regiões subdesenvolvidas. A ignorância, o analfabetismo, a ausência de classe média são elementos dessa estrutura conservadora e adversa à mudança cultural. Celso Furtado resume essas considerações num triplice quadro:

- a) disparidade de níveis de desenvolvimento;
 - b) disparidade de ritmos de crescimento;
 - c) relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul.
- Vale a pena discorrer à luz dos argumentos e números aduzidos por Celso Furtado:

a) Disparidades de níveis de subdesenvolvimento. Apresentaremos os quadros e os comentários cabíveis para sua interpretação.

População e renda das principais regiões do Brasil em 1956

Região	Popul. (1.000 hb.)	Renda bilhões de Cr\$	Renda total Milhões de Cr\$	Renda p/capita Cr\$	US\$
Norte	3 958	25,0	440,9	6 316	111
Nordeste	18 714	102,2	1 802,5	5 461	96
Cent. Sul	37 135	636,9	11 232,8	17 151	303
BRASIL	60 080	764,1	13 476,2	12 718	224

c) Assim, temos para o Nordeste 102 bilhões de cruzeiros para 18,7 milhões de habitantes, o que corresponde a 5,5 mil cruzeiros por habitante. Em confronto com o centro-sul a renda p/capita é de 32%, não alcançando 100 dólares. No hemisfério ocidental vamos nos ombrear apenas com a Bolívia, Paraguai, Honduras e Haiti, com a agravante de que a população de todos esses países não soma a população do Nordeste.

Combinando esses dados com a percentual de população rural e pessoa ocupada p/ km. Ha., podemos concluir que esse baixo nível de renda é originário da escassez do fator terra e menor acumulação de capital.

É lei universal ao processo de crescimento: a lei de concentração. As disparidades regionais não têm a atenuante, como no séc. XIX, do isolamento dos sistemas econômicos. Assim, se o centro-sul salvou no comércio deste século a economia do açúcar, na época em que tudo era simples economia de exportação, como mercado de açúcar, a sua industrialização impôs ao Nordeste o comportamento de país subdesenvolvido face ao país desenvolvido. Drenagem de divisas, comando da demanda e inibição indireta de desenvolvimento pela feição de competição a qualquer tentativa de autonomia do Nordeste.

Desta forma, se a participação do Nordeste no produto bruto nacional era de 30% em 1939, passou hoje em dia a 11%. Sobre a política cambial não estenderemos quando da análise do terceiro item acima apresentado.

b) Disparidade de ritmo de crescimento. Como vimos, a disparidade de níveis de renda vem-se agravando entre as duas regiões econômicas do país. A participação do Nordeste no produto bruto caiu de 15,3 a 13,4 no período de 1948/56, e a renda p/capita, que em 1948 alcançava 37,3% da renda p/capita do centro-sul, caiu para 32% em 1956.

Renda das principais regiões do Brasil

Disriminação e uso	Norte	Nordeste	Centro/Sul	Total
Renda em 10 b. cruzeiros				
1948	5 766	25 323	133 387	164 675
1956	25 023	102 000	637 005	764 028
Idem (percentagem)				
1948	3,50	15,49	81,01	100,0
1956	3,27	13,35	83,38	100,0
Renda p/capita Crs.				
1948	1 764	1 627	4 358	3 223
1956	6 322	5 450	17 029	12 718

No período de 1948/56 a produção real do Nordeste cresceu 37%, o que corresponde a uma taxa acumulada de 4%. No centro-sul o crescimento foi de 51,2%, ou taxa anual de 3,2%. Deduzido o aumento de população, o aumento per capita no Nordeste foi de 1,5% e no centro-sul, de 2,7%. Se projetarmos essa diferença para 1970, a preços de 1956, a renda per capita do Nordeste alcançará 118 dólares para 440 dólares na região centro-sul.

Assim, a disparidade regional em ritmo de crescimento aparece como o principal problema econômico do Brasil. "Quando a desigualdade entre níveis de renda de grupos populacionais atinge certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação de órgãos políticos também se torna extremamente difícil." (Celso Furtado).

O quadro seguinte resume os índices de produção de dois setores principais da atividade produtiva — agropecuária e industrial — no Nordeste e centro-sul.

Vê-se que o descompasso de ritmo de crescimento é alto maior no setor industrialização, que alcançou 3,2%. No centro-sul a taxa de aumento da agropecuária foi de 3,6% contra 7,7% do setor industrial, menos da metade.

Índices da Produção agropecuária e industrial:

Anos	Agropecuária		Indústria	
	Nordeste	Centro/Sul	Nordeste	Centro/Sul
1948	100,0	100,0	100,0	100,0
1949	102,3	104,1	101,1	105,3
1950	107,5	107,8	103,9	118,8
1951	82,2	114,3	110,5	132,3
1952	95,9	123,5	113,0	141,9
1953	98,0	121,1	121,3	148,2
1954	114,1	129,6	123,6	160,7
1955	118,7	137,5	142,5	168,0
1956	125,2	132,4	149,8	181,2

Sente-se o impacto das secas no triênio de 1951/53. Nota-se também a excepcional força de recuperação que caracteriza a economia nordestina. Assim mesmo a taxa de 28% superou de pouco o crescimento demográfico. A produção industrial cresceu de 50% ou a uma taxa anual de 5,2%. Evidência o fato de que a indústria nordestina conserva algum vigor.

c) Relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul. As causas de discrepância do ritmo de crescimento redundam de fatores reais: a) água e terra arável; b) intercâmbio externo.

No período de 1948/56 o valor médio das exportações subiu de 165 milhões de dólares a 201 milhões no fim do período. No mesmo período o valor médio das importações declinou de 97 para 92 milhões de dólares. O saldo positivo da balança comercial do Nordeste foi de 638 milhões de dólares, suficiente para cobrir o déficit da balança comercial do resto do País (532 milhões de dólares), restando ainda 74 milhões de dólares, para atender a outras contas de balança de pagamentos.

Cerca de 40% desses divisas foram transferidos para outras regiões do País. Assim, a discriminação cambial introduzida em 1948, de controle quantitativo favoreceu a importação de bens de capital. Os equipamentos se tornaram mais baratos que os salários, favorecendo a região centro-sul, onde os salários eram mais altos.

Outra observação é de que houve saldo negativo no intercâmbio do Nordeste com o resto do País, no valor da quarta parte das compras efetuadas. Esse saldo negativo foi pago em divisas oriundas de exportações.

O Nordeste passou a ser um mercado dos produtos do centro-sul e não há alternativa de importar do estrangeiro, seja porque os bens manufaturados são gravados por tarifas aduaneiras altas ou por outros impedimentos de tipo cambial.

Além disso, o câmbio artificial de 18,72 por dólar, quando valia 60, determinou uma queda do poder de compra de 47%, até 1933. Embora corrigido a partir de 1933, o índice de poder de compra caiu de 100 para 74. Corresponde, em termos econômicos, a uma perda na relação de preços de intercâmbio e não se expressa em fluxo monetário. Reflete como uma baixa de produtividade de caráter econômico.

Em síntese: na forma como foram conduzidas, no último decênio, as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul, tem havido prejuízo para a região mais pobre de recursos e de menor grau de desenvolvimento.

No que respeita à transferência de renda, a ação do Governo federal tem-se limitado a compensar a tendência migratória das capitais privadas nordestinas para a região que oferece melhores oportunidades. Cabe ressaltar, portanto, que existe um permanente fluxo de recursos do Nordeste para o Centro-Sul, através do setor privado.

Finalizando, poderíamos nos reportar ainda aos ágio sobre a exportação, conhecido como câmbio cambial. Em 1938 rendeu 70 milhões de dólares, e foi o tributo nacional mais importante. Daí resulta que as regiões exportadoras são mais tributadas que as regiões importadoras. São Paulo, por exemplo, perdeu em exportação, mas ganhou em importação. A Bahia, que exportou cerca de 170 milhões de dólares e importou 15 milhões, teve no ágio um pesado tributo sobre os seus produtos, portanto, sobre a sua economia.

Em uma visão global, no após guerra o Nordeste importou meio dólar para cada dólar exportado. O Sul do Brasil recebeu um dólar para cada dólar utilizado no Nordeste.

II — ASPECTOS ECONÔMICOS DO PROBLEMA DAS SECAS

Dentro do território da região, cerca de 1 milhão de km2, onde residem 12 milhões de nordestinos, constituem a zona sujeita a eclipses periódicos do índice pluviométrico. Embora a queda da precipitação não seja total, pode alcançar 90%. Quando cai a 50% se diz que existe seca. Além disso, a seca se caracteriza por maior irregularidade de precipitação. A chuva pode condensar-se em pequenos períodos, em aguaceiros fortes.

Região sul-generis do mundo, sem feição de deserto, e a região das caatingas, "florestas brancas". Se existisse só pecuária, o fenômeno das secas não teria as consequências sociais que acarreta. Lá convive com o gado uma agricultura de subsistência de baixo nível, o algodão e certos oleaginosos xerófilos. A agricultura generalizada defende parcialmente o gado. Mas a escassez da água é apenas uma componente do problema.

Além, o Nordeste é uma das regiões do mundo onde há o mais baixo grau de utilização da água acumulada pelo homem. Pelos padrões internacionais, a água já acumulada no Nordeste, cerca de 8 bilhões de metros cúbicos, permitiria irrigar 160 000 Ha. Não temos efetivamente irrigados mais de 5 000 Ha.

As crises afetam particularmente a economia de subsistência, porque a economia monetária apoiada no algodão e no gado não é anulada totalmente como aquela. Como as crises são profundas, lançam na indigência completa 1/3 da população da zona seca, assumindo o caráter de calamidade social.

As principais secas registradas no Nordeste ocorreram em 1552, 1563, 1607, 1614, 1710, 1725, 1744, 1777, 1790, 1793, 1824, 25, 1845, 1877/78, 1888, 89, 1900, 1915, 1919, 1932, 1951/53, 1956.

III — ALGUNS ASPECTOS AGRÍCOLAS

Açúcar — No Nordeste formou-se desde meados do século XVI uma economia de exportação que, como toda economia de exportação, cresceu à medida que crescia a demanda externa. A economia do açúcar, baseada no aproveitamento das terras úmidas litorâneas, criou como projeção uma pecuária, que era ao mesmo tempo de subsistência e de energia motriz. Toda economia de exportação estimula a produção de gêneros em regiões marginais subsidiárias, produção esta que em época de crises das exportações evolui para uma economia de subsistência. Esse tipo de economia permite um crescimento persistente da população, mesmo que sua produtividade se mantenha estacionária ou decresça.

Se observarmos mais de perto o fenômeno, veremos que o crescimento da economia do Nordeste foi, em grande parte, uma forma de decomposição e desagregação da economia açucareira.

A especialização da zona úmida significa que o fator mais escasso do Nordeste, constituído pelas terras de melhor qualidade, foi automaticamente mobilizado para a monocultura. Por outro lado, a expansão das plantações de cana favoreceu o latifúndio e a expansão da zona úmida acarretou a total inibição do desenvolvimento de qualquer cultura adicional, mesmo as ligadas à sobrevivência do homem.

Uma terceira característica, já interessando a evolução recente, é que se trata de economia altamente concentradora da renda. Ora, toda economia concentradora de renda tende a impedir a formação de mercado interno, quer dizer, não pode passar facilmente da etapa de crescimento à base de exportação para a etapa de crescimento à base de mercado interno.

A economia açucareira, não podendo absorver a mão-de-obra que nela se formava, por insuficiência da demanda externa criava excedentes populacionais que se deslocavam para o interior, indo ocupar as terras mais pobres do agreste, o que propiciou a formação do minifúndio.

Se o ponto-de-vista social, a economia do açúcar, no Nordeste, foi inicialmente uma economia escravista e como tal mantinha o salário no nível de subsistência do escravo, pois o salário era o sustento do escravo. Com a abolição da escravidão, a população escrava do Nordeste encontrou dificuldade para se locomover e inclusive para se ocupar fora da economia do açúcar, tendendo a ficar reprimida dentro da zona da mata, na própria faixa açucareira. Assim, o salário monetário passou a ser fixado também em grande parte em função do nível anterior do escravo. Deste modo se explica que desde o início da fase pós-escravista, o salário monetário tenha sido tão baixo.

Em resumo, a queda da economia do açúcar, a partir de 1700 até 1900, manteve a economia do Nordeste estagnada, restando-se no declínio do nível de produção per capita. Nos últimos 50 anos, o Nordeste conheceu uma nova etapa de crescimento em ritmo lento, decorrente de outros fatores, tanto pela ampliação do mercado centro-sul, para o seu açúcar como para algumas manufaturas e artigos primários.

Pecuária — Além do açúcar e da agricultura de subsistência do minifúndio, a pecuária se constituiu em economia subsidiária do açúcar. O gado encontrou ali o seu melhor mercado. Além disso, a produção de couros permitiu de certo modo equilibrar essa pecuária, aliás, de baixíssima produtividade.

A saturação populacional na zona do agreste obrigou o deslocamento da população em direção ao interior semi-árido. Os contingentes urbanos dependem cada vez mais para seu abastecimento dos excedentes da produção de alimentos da região semi-árida.

Assim, temos o processo de formação da economia nordestina: quando as exportações do açúcar perderam o impulso de crescimento, se esgotou a força dinâmica do sistema, que se revelou incapaz de propiciar a transição automática para a industrialização.

Quando o açúcar entrou em estagnação, o Nordeste passou a constituir uma economia totalmente à míngua de impulso de crescimento, embora continuasse a expandir-se horizontalmente, pela economia de subsistência e a ocupação de terra de inferior qualidade e mais sujeita ao fenômeno da seca.

O gado, nesta região, continuou a representar a principal economia monetária, se bem que o algodão concorria com ele, mas sujeito às demandas salteiras de mercado e ao ciclo das secas, quando é, inclusive, sacrificado pelo criador de gado nessas crises climáticas.

IV — Obstáculos ao desenvolvimento da Agricultura do Nordeste

A estrutura agrária — Pelos dados de 1950, 75% do total dos estabelecimentos agrícolas situavam-se na faixa de 10 Ha, detendo 2% da área total dos estabelecimentos. Muitos desses, ademais, estão agregados a propriedades cujos donos são remunerados segundo o sistema de meação.

Em 1900, as explorações agrícolas de 10 Ha representaram 86%, abrangendo 6% da área.

Em 1950, os estabelecimentos de 10 000 Ha e mais representavam 3% do número e 11% da área. Em 1960 participavam de 6% do número e 8% da área.

Somam-se à estrutura agrária, as relações de trabalho, alinhando-se as seguintes razões obstaculizantes:

1) A falta de segurança nas relações com o proprietário e a terra desestimula os não proprietários (rendeiros, parceiros) a realizar melhorias, desde que não há garantias para poder usufruir os resultados. Ademais, o proprietário se beneficia sem haver contribuído para os melhoramentos e as inversões.

2) O pagamento da renda da terra, sobretudo em pequenas explorações de produtividade reduzida, deprime a renda dos não proprietários, mantendo-os num nível de vida em que o esforço para sobreviver elimina as perspectivas de progresso.

3) Do ponto-de-vista do proprietário, o contexto em que se insere o latifúndio habita a viver das rendas recebidas dos parceiros, torna-o avesso às responsabilidades administrativas que uma produção agrícola racional implica, e leva-o a transferir a parceiros e rendeiros os riscos e custos das culturas.

A baixa produtividade da terra assim explorada cria como consequência a necessidade de incorporar novas áreas de cultivo, de inferior qualidade e mais distantes, exigindo inversões em serviços gerais de infra-estrutura.

4) Sistema de comercialização. Sendo setor induzido, a agricultura é condicionada pelo que ocorre fora. A demanda tem seu incremento regulado pela industrialização e desenvolvimento das áreas urbanas. Esses estímulos têm que chegar aos produtores, não obstante a rigidez da estrutura agrária já mencionada. São

A ECONOMIA DO NORDESTE VISTA PELO XXI CURSO DA CEPAL BNDE

interceptados, contudo, pelos intermediários ou pelo sistema de comercialização.

Embora a análise dos preços agrícolas ao nível do produtor revele tendência para a alta em termos reais, o exame dos índices de custo de vida, influenciados pelo que ocorre aos preços dos alimentos, ao nível do consumidor, revela a existência de uma alta de preços muito mais violenta a esse nível que ao nível do produtor.

Os intermediários e atravessadores auferem grandes lucros, em prejuízo dos agricultores e das indústrias urbanas.

Isso é facilitado por certas características da oferta agrícola, como a concentração no período da safra, a perecibilidade dos produtos e a falta de capacidade financeira dos agricultores pequenos e médios.

Em suma, as deficiências do sistema de comercialização, inclusive as más condições de transporte, conservação e armazenamento, somadas à desigual distribuição da renda, agravam o problema local de alimentação, mesmo quando a produção de gêneros alimentícios está em crescimento, pois impossibilitam aos agricultores a poupança que exigiria a inversão na agricultura para lograr um melhor grau de produtividade.

V — Análise Sócio-Política

A análise da atual realidade econômica do Nordeste exige a consideração de alguns aspectos da sua evolução sócio-política, dentro do contexto mais amplo da sociedade brasileira.

Sendo o Nordeste a região que por primeiro se desenvolveu no Brasil, era natural que as suas estruturas estivessem marcadas pelos sinais da intervenção colonial no País. Estes sinais são, logo de início, visíveis na estrutura política criada pela monarquia portuguesa, como tentativa de superar o impasse da impossibilidade em que se achava de colonizar o País de modo equilibrado e estável.

As Capitania hereditárias, além de constituírem o primeiro estágio da metrópole no sentido de ocupar de modo permanente o solo brasileiro, deram também ao novo País um sistema de caráter aparentemente feudal, que a nova realidade não iria permitir desenvolver-se, como logo em seguida se evidenciou. O feudalismo da cultura da cana veio a ser diferente do modelo europeu pelas próprias circunstâncias em que se organizou a sociedade canavieira.

Assim, o primeiro passo administrativo da monarquia portuguesa precedeu a existência da sociedade para a qual deveria legislar, encaminhando, desde o começo, o tratamento dos problemas coloniais pelos recursos de um artificialismo de estruturas que iria influir profundamente na organização do sistema social do Nordeste e do Brasil.

Estabelecida a propriedade e administração da terra, foi lentamente surgindo a sociedade. E esta se constituiu a partir da organização econômica da grande lavoura canavieira, com a participação do trabalho escravo. Como se vê, a solução encontrada para o problema da escassez de mão-de-obra não era de molde a permitir a evolução tranquila da obra dos colonizadores.

A presença do trabalhador negro na empresa canavieira fixou os limites da sociedade açucareira dentro dos clássicos padrões do dualismo entre o senhor e o escravo. Assim, a primeira sociedade a ser constituída no País foi uma sociedade aristocrática e escravista, no exercício de uma atividade monocultora e dependente do comércio externo.

Além, esse caráter de dupla dependência — do trabalho escravo e do mercado externo — marcou toda a existência da sociedade açucareira, de tal maneira que esta sociedade logo entrou em decadência, sob os golpes que lhe eram simultaneamente desferidos, de um lado pelos interesses internacionais da produção e comercialização do açúcar, e do outro, pela evolução do problema da escravidão.

A análise da evolução do problema do escravo no Brasil leva a descobrir novas e graves consequências do artificialismo que presidiu à estruturação da sociedade colonial. A sociedade açucareira se estruturou de cima para baixo sob a inspiração da aristocracia vinda de Portugal e em detrimento dos demais elementos constitutivos da sua complexa realidade. Tal sociedade se organizou, primeiramente, às custas do elemento indígena e, depois, do negro.

Não é preciso falar nas condições de vida do trabalhador escravo no latifúndio monocultor do Nordeste. A imagem do senhor bondoso e do escravo fiel é apenas um mito criado pela sociedade aristocrática num impulso de defesa. O quadro da escravidão nordestina e brasileira está historicamente bem definido em termos de opressão, de um lado, e de revolta e desconflança, do outro.

Por isso mesmo, foi o conjunto de fenômenos que configuravam a insatisfação do elemento servil que internamente contri-

buiu para a decadência da economia açucareira do Nordeste. É verdade que os fatores internacionais em jogo a partir do fim do século XVII pesaram de modo decisivo na decadência do açúcar nordestino. Mas é justo assinalar a importância dos fatores internos, entre os quais, e ao lado das migrações e das bandeiras destruidoras do sertão, está o problema dos quilombos de negros fugitivos no decorrer do século XVIII.

Assim, a partir do século XVIII, a sociedade aristocrática do açúcar entrou em decadência, em contraste com os outros dois tipos de sociedade que surgiram no interior do País: a dos criadores de gado, no sertão do Nordeste, e a dos mineradores, na região centro-sul.

Por esse tempo, também, começava a organizar-se a sociedade urbana dos comerciantes, aquela que se chocou diretamente com a aristocracia canavieira.

Ao ver-se, então, ameaçada pela decadência econômica, a velha aristocracia rural recebeu como uma feliz oportunidade de sobrevivência a possibilidade de formar os quadros administrativos do País. Assim, a independência trouxe, no bojo das suas consequências, o advento de uma nova classe administrativa que apenas iria suceder os colonizadores na mesma tarefa de governar artificialmente um País que era muito mais um aglomerado de classes e regiões dispersas do que uma sociedade organizada.

O artificialismo desta superestrutura de Governo esteve a ponto de ver desaparecer-se definitivamente, durante o período que precedeu a Regência, a aparente unidade da obra colonial. Não foi senão graças à repressão de toda ideia federalista que os homens da Regência conseguiram impor às regiões a autoridade do poder central. E não foi senão por uma convergência de interesses que a classe proprietária e o Governo central se encontraram, passando aquela a viver à sombra deste último, e a oferecer-lhe a contrapartida da sua fidelidade.

Este dualismo entre a tendência centralizadora e as tendências de afirmação regionalista é outro elemento importante na compreensão do processo sócio-político brasileiro. Projetado na cena histórica do País desde o momento em que o poder colonizador criou o Governo geral como contrapeso ao Governo das capitães, esse dualismo talvez também encontre a chave da interpretação da atual conjuntura sócio-política e econômica do Brasil.

Faamos na oposição histórica entre a tendência centralizadora do Governo geral e as tendências de afirmação das forças regionais. E vimos que a solução encontrada no longo da história para este impasse vem sendo a entrega do poder central ao grupo ou aos grupos regionais mais fortes. Assim, apresentamos sucessivamente a passagem do poder central das mãos da sociedade açucareira para os representantes da sociedade mineradora, criadora e bandeirante, até cair nas mãos da sociedade comercial e industrial dos grandes centros urbanos, atualmente solidária, na divisão do poder, com a velha classe rural.

Nessa corrente de transmissão de poder entre aristocracias regionais, somente em alguns momentos prevaleceu, na esfera do poder central, a ampla visão dos problemas em termos nacionais. Nestes momentos, o Governo central se impõe, quase sempre com mão de ferro, para realizar uma tarefa de integração. Assim o foi no tempo da Regência, nos primeiros anos da era republicana e logo após a revolução de 1930.

Essa tendência centralizadora parece estar em pleno processo de afirmação nestes últimos anos, em que se vem procedendo a uma série de mudanças institucionais na estrutura sócio-política do País. A evolução futura dos problemas do desenvolvimento do Nordeste e do Brasil depende em grande parte da direção que tomar o atual movimento de afirmação do Governo federal. Se ao cabo do seu atual processo de afirmação o Governo central vier a ser empunhado, não mais pelas aristocracias regionais e sim pelas forças da integração e do desenvolvimento, talvez se possa finalmente dar por encerrado o período colonial da história do Brasil, esse que sempre tem coincidido com a hegemonia das elites que implantaram no País economias monocultoras e dependentes, uma sociedade aristocrática e um sistema de governo à base de formalismo e de artifício.

As possibilidades de que o poder político no Brasil de hoje venha a cair nas mãos dos líderes da integração estrutural e do desenvolvimento encontram no Nordeste de hoje um forte elemento de apoio. Com efeito, a chamada "nova era" do Nordeste, surgida entre nós desde que a política da solução hidráulica foi substituída pela política do desenvolvimento, vem exercendo na atualidade poderosa pressão sobre o sistema econômico do País, com ampla repercussão nas camadas ideológicas do Governo federal.

Desta forma, é permitido concluir pela importância do Nordeste no atual debate político-institucional do Brasil, e pela validade do pequeno esforço contido nesses estudos que realizamos em torno da realidade econômica do Nordeste.

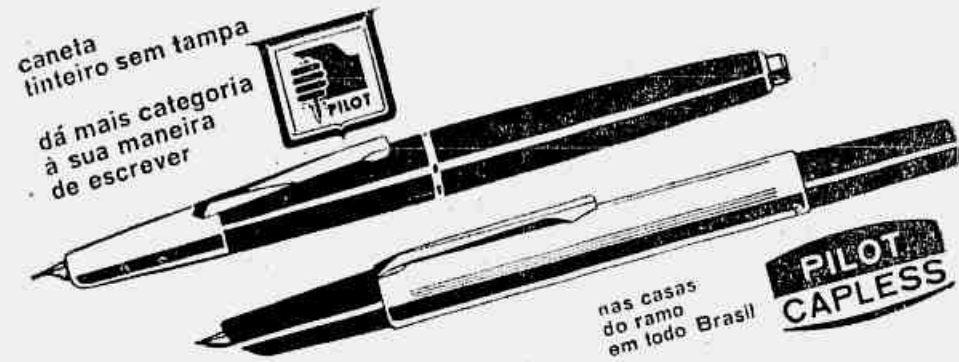


O nosso Banco está ligado à História do Brasil - e igualmente aos computadores eletrônicos

No Brasil só há um banco particular com 133 anos de experiência: - o nosso. Mas não nos basta ser o primeiro. Por isso multiplicamos-nos por 115 agências e filiais distribuídas pelos mercados - chave do país. (Com tais facilidades, os nossos Cheques de Viagem tornam-se o bom companheiro dos que percorrem a jato o Brasil, em viagens de negócio ou turismo). Aos nossos clientes, oferecemos todos os serviços que um grande banco pode prestar: desde recolhimento de impostos e cobranças no interior a assessoria técnica para melhores investimentos no Nordeste. Mas o fazemos com uma excepcional vivência dos problemas locais. E ao mesmo tempo com meios modernos como os computadores eletrônicos.

Somos historicamente, o mais antigo, Mas preferimos que nos conheçam como o jovem Banco que está sempre a frente dos problemas de uma intensa clientela, para quem somos, naturalmente, o ECONÔMICO DA BAHIA. Seja em São Paulo, Rio, Minas, ou em todo o extenso Nordeste.

BANCO ECONOMICO DA BAHIA S.A.
— O ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO MAIS ANTIGO DO PAÍS.
MATRIZ: Praça da Inglaterra, 2 - Salvador - Bahia.



SUDENE OFERECE CINCO TIPOS DE INCENTIVOS PARA EMPRESAS DO SUL

Recife (Sucursal) — A SUDENE oferece cinco tipos de incentivos às empresas instaladas ou que pretendam instalar-se no Nordeste para produzir bens de capital ou de consumo, industrializar matérias-primas regionais ou explorar a agropecuária e sistemas de telecomunicações na sua área de atuação.

O sistema, mais conhecido pela sigla 34/18, engloba uma série de isenções de impostos e taxas aduaneiras para importação de equipamentos, mas seu ponto forte está nas deduções do Imposto de Renda. Em 1960, para ilustração, 15 mil depositantes ofereceram à SUDENE NCRs 270 milhões para investimentos no Nordeste.

OS INCENTIVOS

Por ordem de criação, os primeiros incentivos oferecidos à iniciativa privada no Nordeste foram as isenções de taxas alfandegárias para importação de equipamentos sem similar nacional e aval da SUDENE para financiamentos em bancos federais. Com o primeiro Plano-Di-

retor da autarquia, ampliaram-se os incentivos originais. Ofereceram-se isenções, totais e parciais, do Imposto de Renda devido por empresas nordestinas para reinvestimento, como capital social.

Em 1962 foi incorporado à lei básica da SUDENE o dispositivo que revolucionaria a perspectiva esboçada com a ação daquele órgão. Decidiu-se que toda pessoa jurídica nacional poderia deduzir 50% do seu Imposto de Renda para investimentos na Região com prazo de três anos para sua incorporação aos empreendimentos industriais nordestinos.

O oponente decidia pela participação societária em empresas de terceiros ou apresentava projeto à SUDENE e aplicava os recursos deduzidos do Imposto de Renda, contando, ainda, com todos os demais incentivos vigentes. Para instalar uma fábrica era preciso apenas do empresário 25% do investimento total.

Explicita-se: esse empresário receberia 50% do in-

vestimento total em recursos do Imposto de Renda e, caso pretendesse, aval da SUDENE para obtenção de empréstimo no Banco do Nordeste ou BNDE até 25% do total. Restariam, então, 25% que seriam cobertos pelo empreendedor.

Atualmente, o mecanismo apresenta outras inovações que facilitam, ainda mais, a ação empresarial privada no desenvolvimento nordestino.

Essa participação, restrita às pessoas jurídicas nacionais, a princípio, foi estendida aos depositantes estrangeiros e às pessoas físicas de qualquer origem, enquanto outros setores econômicos foram autorizados a captar investimentos nas deduções do Imposto de Renda.

Com o Terceiro Plano-Diretor da SUDENE, a agricultura e as telecomunicações foram contempladas com os recursos, segundo os Artigos 18 do primeiro e segundo PD, estendendo-se, também, a participação desses recursos até 75% do total programado.

Em regulamentação posterior, a SUDENE classificou

as prioridades e, no sistema de contagem de pontos, estabeleceu que a empresa para receber 75% de 34/18 terá que produzir bens de capital ou sem similar na Região; ter grande poder germinativo; instalar-se em zona pobre e do interior nordestino; criar muitas oportunidades de emprego.

Para pessoa física, depositante isolado, o sistema não oferece grandes vantagens. O cidadão comum, profissional liberal, para beneficiar-se do 34/18 tem que adquirir, antecipadamente, ações de empresas nordestinas e comprovar, quando da declaração dos rendimentos, a aquisição. Sem ir além de 50% da sua renda.

COMO FAZER

Para gozar dos incentivos da SUDENE, consubstanciados nos Artigos 34/18, o empresário tem que preencher uma série de requisitos, variáveis de acordo com o tipo de benefício pleiteado. Assim, no caso da isenção de impostos e taxas federais sobre equipamentos importados, o empresário apresentará à SUDENE requerimento acompanhado de projeto industrial ou agrícola que será analisado pelo Departamento de Industrialização (DI) e depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo é enviado ao escritório da SUDENE na Guanabara, que consultará o Conselho de Política Aduaneira sobre a inexistência de similar nacional registrado.

O Conselho então envia ao Ministério do Interior o seu parecer, que vai ao Presidente da República e este decreta a isenção pleiteada. No caso da isenção total do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, a empresa requer à SUDENE a declaração de que satisfaz as condições para a concessão ao benefício e junta os seguintes documentos: estatutos, contratos sociais ou registros individuais do comércio, devidamente atualizados e autenticados, e cópia da ata que elegeu a diretoria com mandato em vigor, quando se tratar de sociedade anônima; certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, passada pelas repartições arrecadoras da sua jurisdição; comprovantes fornecidos pelas Federações Rurais ou Federações de Indústrias de que exerce regularmente atividade agrícola ou industrial na região; dados técnicos, econômicos e financeiros, indicados em formulários especiais que a SUDENE fornecerá a pedido dos interessados.

Depois disso, a SUDENE expede uma declaração e a empresa, com base nela, solicita ao Diretor do Departamento do Imposto de Renda reconhecimento do direito à isenção e este decidirá a respeito, sendo que na hipótese de a isenção ser negada, parcial ou totalmente, a empresa terá direito de recorrer, dentro de 30 dias, ao primeiro Conselho de Contribuintes e à Justiça. Se o empresário pretender isenção de apenas 50% do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, o procedimento deve ser assim: requer à SUDENE a declaração de que satisfaz as condições exigidas e apresenta estatutos, certidão negativa de débitos fiscais, comprovantes das Federações e dados técnicos econômicos e financeiros. Em seguida a SUDENE expede a declaração e a empresa solicita ao Imposto de Renda o reconhecimento à isenção, que se for negada restará a ela o recurso ao primeiro Conselho de Contribuintes e à Justiça.

Quando a empresa pretender conseguir licença para importação de equipamento sem cobertura cambial, deve encaminhar à SUDENE projeto de investimento com a discriminação dos equipamentos a importar. A SUDENE analisa o projeto e o Conselho Deliberativo, com base em parecer da Secretaria Executiva, recomenda o licenciamento através da CACEX.

SIMULTÂNEOS

Qualquer empresa, salvo proibição legal, pode pleitear mais de um dos incentivos que a SUDENE está em condições de conceder ou recomendar. Para obtê-las, a empresa requer à SUDENE a recomendação de prioridade para o desenvolvimento regional, dentro das seguintes hipóteses: primeira — financiamento do BNB ou BNDE sem participação de recursos derivados dos Artigos 34/18, sendo 50% de um daqueles estabelecimentos e 50% de recursos próprios; segunda hipótese: participação dos recursos dos Artigos 34 ou 18, sem financiamento do BNB ou BNDE, sendo 50% dos Artigos 34 e/ou 18 e 50% de recursos próprios.

Há ainda uma terceira hipótese, ou seja, a combinação de financiamentos do BNB ou BNDE com recursos dos Artigos 34 e/ou 18, dentro do seguinte esquema: BNB ou BNDE 50% Artigo 34 e/ou 18 25% e recursos próprios 25%. Formulas mais convenientes para o empresário.

do Nordeste do Brasil, ou através do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Feito isso, requer à SUDENE a aplicação de seus depósitos em projeto próprio ou de terceiros, mediante a apresentação de estatutos, contrato social ou registro individual de comércio, certidão negativa do Imposto de Renda e guias dos recolhimentos efetuados ao BNB ou à sua ordem.

A SUDENE analisa a documentação e reconhece ou não o direito da pessoa jurídica depositante, sendo que no caso negativo autoriza a devolução dos recursos à Fazenda Nacional. Quando a empresa tem seu projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, realiza assembleias para aumento de capital com recursos dos Artigos 34/18 e envia as atas ao órgão, juntamente com carta dos depositantes, comunicando que subscreveram e integralizaram ações.

Mais tarde, a SUDENE expede ofício ao BNB transferindo os recursos dos depositantes para a empresa beneficiária e abrindo, em seu nome, conta bloqueada, sem juros, à ordem da SUDENE. Autoriza o BNB a atender o saque nominal até o limite fixado pela transferência feita após a análise do aumento de capital e pelo relatório de fiscalização.

RENDA BRUTA

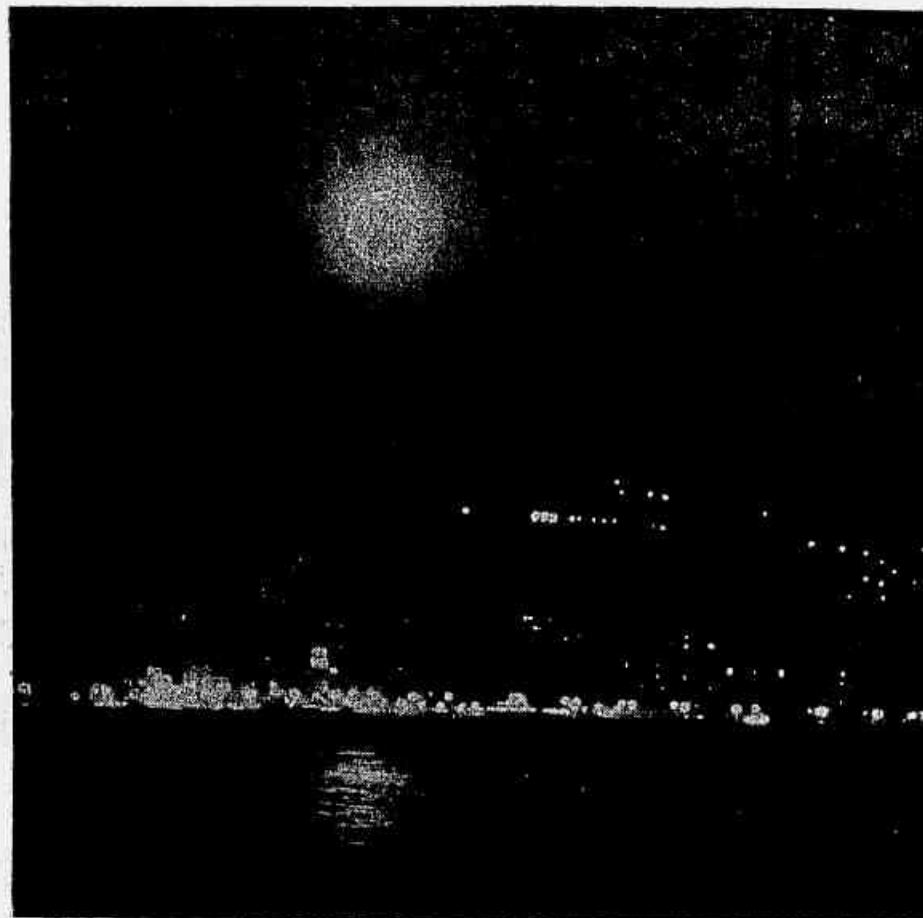
Já no caso de dedução de até 50% da renda bruta das pessoas físicas, o procedimento obedecerá às seguintes linhas: a pessoa física subscreve, em dinheiro, ações nominativas de empresas industriais ou agrícolas, consideradas pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento do Nordeste; anexa à sua declaração de rendimentos o comprovante fornecido pela empresa beneficiária de sua aplicação, solicitando o respectivo abatimento, nos termos do Artigo 14, letra D, da Lei 4.537/64. O Departamento do Imposto de Renda procede, então, ao lançamento, abatendo, se forem preenchidas as exigências, até 50% da renda bruta do contribuinte.

FINANCIAMENTO

Para o caso de financiamento ou aval do BNB ou BNDE, a empresa apresenta à SUDENE projeto solicitando declaração de que seu empreendimento é prioritário para o Nordeste. Depois da análise do Departamento de Industrialização, submete o projeto à aprovação do BND ou BNDE.

Quando a empresa pretender conseguir licença para importação de equipamento sem cobertura cambial, deve encaminhar à SUDENE projeto de investimento com a discriminação dos equipamentos a importar. A SUDENE analisa o projeto e o Conselho Deliberativo, com base em parecer da Secretaria Executiva, recomenda o licenciamento através da CACEX.

Os cabos e fios elétricos Pirelli trabalham 24 h por dia para v. descansar, ir ao cinema, viajar, ver tv, controlar o frio e o calor. E qualquer dia passar um fim de semana na lua...



PIRELLI

LINHAS DE CRÉDITO NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

José Aristóphanes Pereira
Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco

Investimento é palavra hoje corriqueira no linguajar do Nordeste (*). A expressão "abrir um negócio", de alguns anos atrás, cedeu lugar ao firme verbo investir. Entretanto, de uma forma ou de outra, não se abrirá um negócio, ou não se tomará a decisão de investir, se não existirem recursos financeiros, vale dizer financiamento, no seu mais largo sentido.

Assim, na medida em que o processo de desenvolvimento fica, em grande parte, condicionado a uma alta taxa de investimento, o qual, por sua vez, deve ser financiado, cria-se a necessidade de aumentar a formação e acumulação de capital. Este encadeamento funciona, nas regiões pobres, ou subdesenvolvidas, como um rígido círculo vicioso, cuja quebra constitui tremendo problema, principalmente porque a linha de seu desenvolvimento é entremetida por pontos sucessivos, onde se localizam a baixa renda real, o reduzido poder de compra e a pequena capacidade de poupança, seguidos da baixa taxa de formação de capital, da escassez de capital e da baixa produtividade.

Não se vai admitir, entretanto, que o suprimento de capital é o ingrediente exclusivo na receita do desenvolvimento econômico. Como diz o Professor Kuznets, "a maior reserva de capital de um país industrialmente avançado não está em seu equipamento fixo, mas no conjunto de conhecimentos acumulados a partir de provadas invenções e a capacidade e treinamento de sua população para usar esses conhecimentos adequadamente".

Parece-nos vir muito a propósito do Nordeste, quando se fala de linhas de crédito para o seu desenvolvimento, este marcante aspecto da questão. Com efeito, ao se traçar uma vigorosa diretriz para sublinhar o processo de desenvolvimento econômico da Região, não se poderia ter deixado de estabelecer esquemas especialmente dirigidos para incrementar a taxa de investimento local. Os meios disponíveis, como veremos, são bastante variados, multiformes e até originais.

Tudo indica que aquele círculo vicioso está começando a se romper. Existe na Região, ou à sua disposição, uma quantidade de recursos financeiros capaz de permitir um investimento calculado em NCr\$ 40.000 por capita/ano, valor bastante modesto se comparado com os padrões de países desenvolvidos, mas relativamente satisfatório em termos dos padrões locais.

Pode-se afirmar que o Governo, mediante a utilização de variados esquemas e entendendo a necessidade de romper em algum ponto o círculo vicioso optou, decisivamente, pela oferta de capital, evidentemente dentro de certos padrões de prioridade.

Não será impertinência, portanto, indagar-se sobre a adequação desses recursos e a oportunidade de sua aplicação pelos variados setores da atividade econômica, no Nordeste. É totalmente improvável a sua abundância, mas cedo será tempo de se cuidar de uma distribuição setorial mais harmônica e equilibrada. Não vamos explorar este tema. Certo é que há clima e recursos razoáveis para se financiar, no Nordeste, a "abertura de um negócio" ou um "investimento". Senão, vejamos.

II — As linhas de crédito existentes

Sob o aspecto do comércio bancário em geral, dispõe a Região de uma razoável rede de Bancos, com capacidade de oferecer suporte satisfatório ao atual ritmo de negócios, nos giro de curto prazo. Assim, a nossa atenção estará mais voltada, ainda que de uma maneira esquemática e didática, para a caracterização daqueles recursos destinados ao atendi-

to de investimentos fixos e/ou de trabalho. Pondo de parte o chamado "Sistema dos Arts. 34/18" que tem características especiais, o suporte creditício às atividades econômicas do Nordeste encontra-se disseminado em sua maior parte pelos seguintes dispositivos:

- Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR)** — destinado ao custeio de despesas agrícolas e pecuárias, inclusive fertilizantes.
 - Fundo de Democratização de Capitais das Empresas (FUNDECE)** — destinado a suprir as empresas industriais de capital de giro, estimulando a participação societária do público em pequenas e médias empresas.
 - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME)** — destinado à aquisição, em operações simples, de bens de capital à indústria nacional e, em certos casos (FINAME — Importação) aos EUA.
 - Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI)** — executa um plano de financiamento (excluído o capital de giro), visando a ampliação e instalação de unidades industriais.
 - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas (FIPME)** — opera exclusivamente na área de financiamento de capital fixo.
 - Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP)** — destinado a propor recursos para a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico.
 - Fundo de Financiamento para Importação de Bens de Produção (FIMBEP)** — destina-se a facilitar importações de máquinas e equipamentos dos EUA no amparo do Acordo do Empréstimo AID 512-L-055.
 - Fundo de Expansão da Produtividade (FUNDEPRO)** — visa incrementar a produtividade no âmbito das empresas industriais.
- Esses diversos Fundos, embora sejam operados com o concurso de grande número de entidades bancárias e financeiras (Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Bancos Oficiais Estaduais, Bancos Privados e Companhias de Desenvolvimento) subordinam-se à Gerência de Coordenação de Crédito Rural e Industrial (GECRI) do Banco Central, a quem cabe, ainda, conduzir operações especiais destinadas a investimentos de infra-estrutura e sociais como os realizados pelo FUNINSO — Fundo de Investimentos Sociais. Ainda sob a inspiração da GECRI encontram-se o Fundo de Financiamento da Televisão Educativa (FUNTEVE) e o Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes — (FUNFERTIL).

Numa outra subdivisão deste esquema geral de fontes de crédito vamos encontrar:

- a ação das Carteiras especializadas de Crédito Industrial e de Crédito Agrícola dos dois grandes bancos federais: Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste S.A. (BNB), este último atuando exclusivamente na Região.
- a presença do BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — na ação direta de financiamento a alguns grandes projetos industriais, já executados ou em execução.
- a contribuição modesta mas em bases sólidas dos Bancos Oficiais dos Estados e de Companhias de Investimento.
- as inúmeras cooperativas de crédito, principalmente no meio rural, como dispersoras, inclusive, dos recursos oriundos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Finalmente, outros recursos de origem bem definida merecem especial enumeração, tais como:

- Fundo Alemão** — resultante de acordo firmado entre os Governos Brasileiro e da República Federal da Alemanha, para financiamento de projetos de desenvolvimento (infra-estrutura, indústria e agricultura).
- Banco Inter-Americano de Desenvolvimento** — Tem-se responsabilizado, dentro do Programa da Aliança para o Progresso, por substanciais parcelas de capital em projetos de abastecimento d'água, energia, além de duas linhas especiais de crédito, através da SUDENE BNB, para o financiamento de projetos industriais.
- Outros créditos** — Assim conceituados como a presença de numerosos empréstimos concedidos diretamente a projetos privados e a Governos estaduais por entidades estrangeiras ou Governos estrangeiros. Nesse particular vale mencionar a oferta constante de crédito à Região por parte de países da área socialista e as operações conduzidas sob a égide da AID — Agency for International Development.
- Convênio BNB/SUDENE/BANCOS ESTADUAIS** — certamente representa o esquema mais recente para a formação de capital na Região. Destina-se especificamente ao financiamento da pequena indústria, justamente naquela faixa de necessidades que não vinham sendo atendidas satisfatoriamente pela SUDENE (sistema 34/18) e BND (Carteira Industrial). Tem o grande mérito de representar um esquema genuinamente nordestino, criado em decorrência da formidável germinação do Sistema 34/18 e, pela primeira vez, sob a coordenação da SUDENE e BNB, propiciando o encadeamento da florissante cadeia de Bancos Oficiais dos Estados.
- Banco Nacional de Habitação** — conduz linhas de crédito voltadas para o plano social, no setor de habitação. Detentor de grande massa de recursos captada através de mecanismos especiais, tem ação valiosa no Nordeste.

Este singelo alinhamento das principais linhas de crédito de que se tem podido valer o Nordeste para o financiamento de suas atividades econômicas dá bem uma idéia da grande complexidade em que se desenvolvem hoje as atividades financeiras na Região. As combinações de que pode lançar mão o empresário são variadíssimas e só aparentemente infinitas, pois sobrevive um problema: a contrapartida de seus próprios recursos, ou a sua poupança para o feliz casamento financeiro. Este, de mistura com outros pequenos impedimentos, constitui o grande estrangulamento que afunila o número de iniciativas existentes na Região. O seu estudo exige uma análise complementar que foge à oportunidade.

III — Os organismos administradores

Se a enumeração das disponibilidades de crédito da Região, tanto naquelas linhas de âmbito nacional, como nas de utilização restrita, adquire proporções significativas, não é menor a quantidade de organismos que as operam.

Resguardada a presença disciplinadora do Banco Central do Brasil, a ação desses diversos organismos se exerce mais ou menos intensamente, em função da eficiência do sistema de crédito que manipule, mercê de suas peculiaridades e adequação.

Assim, merecem destaque, pelo interesse que têm despertado e a grande eficiência que têm alcançado, os seguintes:

Banco Central — FUNAGRI (Fundo Geral para a Agricultura e Indústria) a que se subordinam o FNRR e FINEP — com o concurso de agentes repassadores.

Banco do Brasil — CREAT — Talvez a pioneira na oferta de créditos de fomento às atividades industriais e agrícolas. Manipula o FDI, Fundo Alemão e FUNDECE (com o concurso de agentes repassadores).

Banco do Nordeste — (BNB) CARIN e CRERU — Crédito Industrial e Crédito Rural. A primeira assinalou o pioneirismo na técnica de solicitação de empréstimos com apoio em projetos técnico-econômicos.

— Linhas de Crédito do BID em moeda estrangeira e Programa de Assistência às Pequenas e Médias Indústrias.

— Financiamentos Serviços Básicos.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — (BNDE) — FIPME e FINAME, com concurso de agentes repassadores.

Financiamentos de grandes projetos isolados.

Bancos Oficiais Estaduais — Na maioria dos Estados do Nordeste se apresentam como bancos de desenvolvimento, manipulando recursos próprios e recursos de terceiros (FINAME, FIPME, FUNDECE, FUNAGRI, BNB SUDENE) para financiamento à indústria e à agricultura.

Companhias de Investimento, Rede Bancária Privada e Cooperativas — com incursões frequentes no campo do crédito especializado, notadamente os primeiros e os últimos, nos setores respectivamente da indústria e da agricultura.

Banco Nacional de Habitação — Distribui a execução dos projetos habitacionais que financiam com o concurso de um grande número de agentes: Cooperativas, Caixas Econômicas, Instituições de Previdência, etc.

Como resumo dessa bem estruturada cadeia de organismos financeiros, não é possível omitir-se a presença coordenadora da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, por força de suas atribuições, notadamente quando o Artigo 27, da Lei n.º 36.92/59, que a criou, estabeleceu que "poderão ser financiados, no Nordeste, pelo BNDE e BNB os projetos que obtenham a sua prévia aprovação".

IV — O Sistema 34/18

O destaque que atribuímos a esse mecanismo resulta do entendimento de que lhe cabe o crédito por mercedas conquistas, principalmente no campo da industrialização.

Sem exagero, pode ser, hoje, considerada a espinha dorsal da estrutura de crédito existente na Região. A sua funcionalidade, aparentemente de um mero incentivo fiscal, transborda em aplicações as mais variadas. Esta presente a quase totalidade das iniciativas que objetivam a indústria e a grande agricultura é funciona como o catalisador para apressar a concretização de inúmeras outras atividades creditícias — como recursos à disposição do Banco do Nordeste. É o embrião de um mercado de capitais na Região e o caminho de intercâmbio empresarial e tecnológico entre o eixo Centro-Sul e o Nordeste. Proporciona a almejada abertura do capital da grande empresa e nas mãos de seu primeiro detentor (o contribuinte) é um indolente descobridor de oportunidades de investimento. A seriedade com que tem sido aplicado e os bons frutos que começa a oferecer criaram, ainda, no Nordeste a indispensável autoconfiança para a tarefa do desenvolvimento, dentro de um quadro de impressionante unidade regional em torno da SUDENE.

V — Conclusões

Resolvido um ou outro desajustamento, a estrutura geral da oferta de recursos financeiros no Nordeste, tanto de origem nacional como estrangeira e internacional, para o suporte de atividade econômica, válidas e bastante significativas e o que é igualmente importante, a custos reduzidos. É válido, portanto, cobrar-se dos usuários desses benefícios o esforço para bem aplicá-los, visando ao fortalecimento de uma consciência que, paralelamente, engrandece o ambiente social cultural e político, para enfrentar com justiça as mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento.

Até aqui, empregando como a base de atuação da SUDENE, com 30.000.000 hab.

ADIPLAN:

COMPLETA ASSESSORIA AO EMPRESÁRIO PARTICULAR E AO SETOR PÚBLICO. PROJETOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS, NO NORDESTE, NORTE E CENTRO-SUL.

Com seus escritórios localizados no Recife (sede), São Paulo e Rio, a ADIPLAN — Administração Industrial e Planejamento — está pronta a prestar completo serviço de assessoria e projeto aos empresários que pretendam realizar investimentos, utilizando os sistemas de incentivos financeiros e fiscais criados pelo Governo para estimular o desenvolvimento dos setores básicos, da indústria e da agropecuária, nas diversas regiões do País.

Antes de tomar uma decisão efetiva de investir, o empresário paulista ou carioca, por exemplo, encontrará na ADIPLAN, sem sair do Rio ou de São Paulo, as informações básicas sobre mercado, tecnologia, aspectos financeiros e sociais relativos à região e ao empreendimento que tenha em vista.

A equipe da ADIPLAN, baseada em uma composição racional e na sólida experiência com o planejamento da área da SUDENE, pode oferecer serviços técnicos de comprovada eficiência, tanto ao empresário de qualquer região do Brasil, quanto a entidades públicas, para elaboração de estudos, programas e projetos.

Organizada em 1964, a ADIPLAN já realizou serviços de planejamento para empresários de todas as regiões, e está presente e atuante, por sua

localização, nas relações e serviços executados, em praticamente todo o País, cujo esforço de desenvolvimento acompanha, de maneira participante, com ênfase especial em relação aos problemas do Nordeste.

Seus dirigentes e técnicos, na quase totalidade, tiveram atuação anterior em importantes setores da SUDENE e do Banco do Nordeste, de cuja estruturação e trabalhos pioneiros muitos participaram. A equipe básica vem sendo ampliada e melhor integrada, com a incorporação de técnicos de renome e larga experiência nas atividades privadas e no Governo, de modo a diversificar os serviços ofertados com o mesmo nível de idoneidade e eficiência.

Estas características de organização e funcionamento valerão à ADIPLAN a preferência de importantes empresas e grupos econômicos do Centro-Sul e do Nordeste, assim como de entidades públicas.

Constituem exemplos de tal preferência os trabalhos efetuados (projetos, programas e outros serviços) para o Grupo Gonçalves, do Banco Predial do Rio de Janeiro, que instalou em Recife a NORLAR, a mais moderna fábrica de geladeiras da América do Sul; a São Paulo Alpargatas; a Johnson & Johnson do Brasil; a Plásticos Goiana; a SANERA; o Grupo Othon Bezerra de Melo;

Indústrias Alimentícias Carlos de Brito; o Banco do Estado da Paraíba; o Governo de Minas Gerais, além de cerca de 20 grandes empresas com projetos aprovados pela SUDENE e/ou Banco do Nordeste do Brasil.

Para a nova experiência a que se lançou, com êxito, no setor do planejamento agropecuário, a ADIPLAN conta com profissionais de renome internacional e profunda vivência dos problemas da agricultura e da pecuária no Brasil, correspondendo, de tal forma, à política do Governo de promover o desenvolvimento equilibrado dos diversos setores da atividade econômica, através da intensificação dos investimentos e da melhoria tecnológica na produção rural. Em consequência, dos 49 projetos agropecuários aprovados pela SUDENE, 12 foram elaborados pela ADIPLAN.

Acham-se atualmente em elaboração, pela ADIPLAN, 10 grandes projetos agropecuários e industriais, entre os quais se destacam dois importantes empreendimentos que contemplam formas de integração racional entre agricultura e indústria. No Maranhão, está sendo projetada a implantação de uma grande área florestal destinada ao aproveitamento industrial, visando à fabricação de papel. Na Bahia, será produzida madeira aglomerada, a

partir da exploração florestal em extensas áreas do sul do Estado. Na Paraíba, projeta a ADIPLAN importante iniciativa agroindustrial, que abrange desde o plantio até a industrialização do coco. Também neste último Estado será executado o maior projeto agropecuário do Nordeste, com investimento total de NCr\$ 10 milhões, de responsabilidade das Fazendas Reunidas Quixaba e Trapiá S/A, no Município de Campina Grande.

Entre os projetos da ADIPLAN, a atualmente em análise pela SUDENE, figuram os seguintes empreendimentos: Irmãos Alexandrino S/A, de Campina Grande (PE): criação, recria e engorda de bovinos, com investimentos de NCr\$ 2,5 milhões; Itapitcaba Agro-Pecuária S/A (PB): criação, recria e engorda de bovinos, com investimentos de NCr\$ 2,6 milhões; Alpargatas do Nordeste S/A (PE): produção de sandálias e de calçados de solado plástico injetado, com investimentos de NCr\$ 5 milhões; Indústria de Papéis S/A, INPA-SA (RN), com investimentos de NCr\$ 1,5 milhão.

Quanto aos projetos em elaboração, cuida a ADIPLAN, entre outros, dos da CEPALMA, Celulose e Papel do Maranhão S/A, com investimentos de NCr\$ 20 milhões; Companhia Agro-Pastoril da Borborema (PB):

cria, recria e engorda de bovinos, com investimentos de NCr\$ 2 milhões; Fazenda Betume (Sergipe): coco, pecuária bovina e arroz, com investimentos de NCr\$ 4 milhões; Trevas Agro-Industrial S/A (PB): cultura e industrialização de coco, com investimentos de NCr\$ 5 milhões.

Muitos dos mais importantes projetos aprovados pela SUDENE foram elaborados pela ADIPLAN, entre os quais os seguintes:

Norlar, Companhia Eletro-Metalúrgica do Brasil, com investimentos iniciais de NCr\$ 4.330 mil (a empresa já está produzindo gela-deiras para o Nordeste e todo o País); Plásticos Goiana do Nordeste, com investimentos de NCr\$ 2.340 mil (produção de artefatos plásticos); Johnson & Johnson do Nordeste com investimentos de NCr\$ 1 milhão (fábrica de produtos higiênicos); Potengi Indústria Agro-Pecuária S/A, com investimentos de NCr\$ 6 milhões (cria, recria e engorda de bovinos), Seringueira Boa Vista S/A, com investimentos de NCr\$ 3.477 mil (produção de borra-cha natural) e Indústria e Comércio de Cordas Cariri Ltda. (fabricação de cordas de sisal).

DIRETORIA

A Diretoria da ADIPLAN está assim constituída:

ALUIÍSIO AFONSO

CAMPOS — Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife; membro do Quadro Permanente de Advogados do Banco do Brasil S/A; Deputado Estadual, na Paraíba, nas legislações de 1935 e 1950; Curso da Escola Superior de Guerra (1959); Assessor Jurídico da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Rearranjo do Comércio (1952); Diretor-Executivo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, órgão que recomendou a criação do CODENO, que depois se transformou na SUDENE; Diretor do Banco do Nordeste do Brasil (1953/57); membro da Comissão de Política Agrária do Nordeste (1953/64); membro do Tribunal Internacional de Arbitragem, onde representou o Banco Interamericano do Desenvolvimento, reunido em Washington (1963); e Consultor Financeiro da CRECIF (Crédito, Financiamento e Investimento S/A).

GERALDO JOSÉ DE MELO — Curso de Programação do Desenvolvimento Econômico, da CEPAL-ONU, em 1959; Curso de Financiamento de Projetos e Programas de Desenvolvimento do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA), México, 1961; estágio no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, 1961; Diretor

Substituto do Departamento de Atividades Econômicas Básicas da SUDENE (hoje transformado em Departamento de Industrialização e Departamento de Infra-estrutura) em 1960/61; Secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte em 1961/64 e Diretor da Assessoria Técnica da SUDENE em 1964.

JOSÉ HAMILTON SUAREZ CLARO — Curso de Engenharia da Produção, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em 1950/53; estágio na General Motors do Brasil em 1952; estágio na São Paulo Alpargatas S/A em 1953 e membro da Equipe de Projetos Industriais do Departamento de Industrialização da SUDENE em 1964.

MURILO JOSÉ DE SOUSA LEO — Curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife em 1961/64; Técnico do Departamento Estadual de Estatística (Pernambuco) em 1955/61; estágio no Departamento de Industrialização da SUDENE em 1961/63.

RANYLSON DA FONSECA MACHADO — Bacharel em Direito, formado em 1962; cursos de Programação do Desenvolvimento Econômico, da CEPAL-ONU-SUDENE, em 1963; membro da equipe técnica do Departamento Industrial do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1961/63 e membro da equipe de análise de projetos industriais do Departamento de Industrialização da SUDENE em 1963/65.

PRINCIPAIS TÉCNICOS

Entre os principais componentes do corpo técnico, figuram os seguintes:

SILVIO JOSÉ LOBO BARBOSA — Economista, com os cursos de Administração na PUC; curso de Elaboração de Projetos, nos EUA, experiência na SUDENE, no Projeto Rita e COPERBO.

IVANALDO BEZERRA DE ARAÚJO GALVÃO — Geógrafo, com os cursos de Programação do Desenvolvimento Econômico, da CEPAL-SUDENE, de Cooperativismo Agrário, em Israel, e de Crédito Rural e Cooperativismo da Universidade de Ohio, Estados Unidos. Experiência na SUDENE e no Rio Grande do Norte, onde dirigiu o Departamento de Cooperativismo e foi membro do Conselho Estadual de Educação.

JOAQUIM FERREIRA FILHO — Bacharel em Direito. Cursos de Administração Pública; de Desenvolvimento Econômico (CEPAL-ONU), e Gerência de Empresas. Exerceu as funções de Secretário do Governo da Paraíba e Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal (atual DRH) da SUDENE.

OTÁVIO PINTO CARVALHEIRA — Químico Industrial, com curso de administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e Cursos de TWI, de Liderança de Reuniões, ambos ministrados pelo Centro de Produtividade Industrial da Federação das Indústrias de Pernambuco. Experiência nas Usinas Petribu e Tijuana; na Distilaria Central Presidente Vargas, do IAA; nas Usinas Rio Una e Santo André, onde foi responsável pela fabricação de açúcar e destilarias; Gerente das Usinas Rio Una (março de 1954 a dezembro de 1961) e Central Barreiros (outubro de 1961 a março de 1966).

PEDRO GOMES DE MELO — Geólogo, com experiência na Universidade Federal de Pernambuco, no Departamento Estadual de Poços e Aqueduto. Publicou diversos trabalhos sobre a matéria de sua especialidade.

PROGRESSO TEM 8 PONTOS CARDEAIS

Em qualquer dos oito distritos industriais do Nordeste as empresas só têm vantagens: a indústria tem seus custos de produção diminuídos, há muita água, energia abundante e barata, estradas e transportes. Os distritos estão localizados em Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba e Alagoas, enquanto outros se organizam em Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí.

O Nordeste oferece ao empresário oito distritos industriais, onde as unidades fabris podem ser instaladas e se expandir sem o aumento do custo do investimento, pois ali os serviços de infraestrutura são de responsabilidade do Estado.

Além disso, há mais uma vantagem: a SUDENE no seu Decreto 58.668-A, de 1956 — que estabelece as faixas de prioridade para a utilização dos recursos provenientes dos Artigos 34 e 18 — conta ponto para as indústrias que se instalam num distrito industrial.

REDUÇÃO DAS DESPESAS

Ao favorecer a urbanização, já que concentram indústrias e serviços comunitários, os distritos industriais diminuem o custo da produção, eliminando o problema da dispersão e das longas jornadas de trabalho, causas da baixa produtividade da mão-de-obra. Ao mesmo tempo, instalados em locais benéficamente escolhidos, reduzem os custos dos transportes: no Nordeste todos os distritos industriais estão próximos às principais vias ferroviárias e rodoviárias dos Estados a que pertencem, e quase todos dos grandes portos da Região.

Mas os incentivos ao investidor não ficaram aí: outros cinco distritos estão sendo planejados e nos próximos anos serão entregues ao empresário. E qualquer um destes que pretenda utilizar matéria-prima do alto sertão, terá em Sobral um centro industrial com toda a infraestrutura básica necessária à instalação de uma fábrica.

Até no Maranhão, em Itaqui, dentro em breve o investidor terá um distrito que lhe facilitará a implantação de uma unidade industrial de beneficiamento de arroz, algodão ou mamona. Também em Sergipe (Aracaju), Rio Grande do Norte (Natal), e Pernambuco (Paulista), haverá novos distritos industriais, todos já em fase de planejamento.

O FUNCIONAMENTO DO PROGRESSO

A todo vapor, funcionando como pontas-de-lança do desenvolvimento — com fábricas instaladas — existem no Nordeste três distritos industriais: Cabo (Pernambuco), Campina Grande (Paraíba) e Maceió (Alagoas). Outros quatro — Aratu (Bahia), João Pessoa (Paraíba), Fortaleza (Ceará) e Mossoró (Rio Grande do Norte) — ultrapassaram a fase de planejamento e aguardam agora os investidores.

O PIONEIRO

O distrito do Cabo foi o pioneiro na Região. Idealizado durante o Governo Cid Sampaio (de 1954 a 1958), fica a 30 quilômetros do Porto do Recife e a 20 do Aeroporto dos Guararapes. Seu acesso é feito pela rodovia BR-101, em solo-cimento, e pela PE-1, asfaltada. As linhas da Rede Ferroviária do Nordeste também lhe servem, ligando-o aos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Ceará, onde seus trilhos se unem aos da Rede Viação Cearense.

A energia elétrica é da Companhia Hidroelétrica de São Francisco — CHESF — e distribuída pela própria empresa e pela Companhia de Eletrificação de Pernambuco — CELPE.

O Rio Pirapama fornece a água para o distrito, com uma vazão mínima de 1.450 litros por segundo e com características altamente favoráveis para o uso nas fábricas, pois é limpa, incolor e inodora e registra a ausência de amoníaco, nitratos e nitritos.

O distrito, de 761,63 hectares e altitude média de 13 metros sobre o nível do mar, é dividido em 46 lotes de tamanho variável, custando o metro quadrado do terreno não beneficiado NCr\$ 0,05, enquanto o preço do beneficiado é proporcional aos gastos feitos pelo Estado. Ali a temperatura média é de 27° centígrados, com mínima de 16,8° e máxima de 32°.

ARATU DA BAHIA

O Centro Industrial de Aratu, na Bahia, planejado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, será o maior e mais rico de toda a região. Fica a 16 quilômetros de Salvador e seu acesso pode ser feito pelas rodovias BR-324 (trecho Salvador—Feira de Santana), pela BR-537, que o liga ao Aeroporto da Capital (do qual dista 12 quilômetros) e por outras estradas secundárias. É servido, também, pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e terá porto próprio, na Baía de Aratu.

Recebe energia da CHESF e da usina termoeletrica de Cotegipe, movida a gás natural. A primeira empresa mantém ali, sob a responsabilidade da Companhia de Energia Elétrica da Bahia — distribuidora da corrente elétrica —, duas subestações, uma de 60 kV e outra de 25 MVA, em 13,2 kV. Além dessas, mais uma subestação de 25 MVA está em construção. O sistema de distribuição é trifásico, aéreo e de 60 ciclos. Isso tudo sem se contar com o potencial fornecido pela usina termoeletrica.

A área do Centro Industrial de Aratu, de cerca de 14 mil hectares, divide-se em duas subáreas, uma de seis mil hectares destinada à indústria leve e outra de oito mil hectares para a indústria de porte, esta última de localização mais próxima às vias marítimas e ferroviárias. O relevo é ondulado, mas pode ser aproveitado em cerca de 50 por cento na primeira área e muito mais na segunda, onde não serão necessárias obras dispendiosas de terraplenagem. A temperatura média do distrito é de 25° centígrados, variando entre 17 e 35°. A altitude média do Centro Industrial de Aratu é de 70 metros, com cotas mínimas de quatro metros e máximas de 100.

Ali o investidor pode adquirir lotes a partir de 10 mil metros quadrados — lote padrão —, mas serão também concedidos lotes menores, quando comprovada a necessidade do empreendimento. Os preços dos terrenos vão de NCr\$ 0,05 a NCr\$ 0,25 o metro quadrado.

Todos os serviços comunitários do distrito foram planejados e serão executados em convênio com a COHAB. O centro telefônico, com ligações futuras no sistema telegráfico e de micro-ondas, já funciona normalmente, com comunicação direta para Salvador.

LUGAR DE PROGRESSO

Em fase de instalação ou em adiantado estágio de plantificação, há no Centro Industrial de Aratu a Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA —; a Eletro Siderúrgica Brasileira SA — ESI-BRA —; e o Estaleiro da Base Naval de Aratu. Outras 24 empresas assinaram carta optando pelo distrito, entre as quais a Vigorelli do Nordeste e a SA White Martins, além da Companhia Bahiana de Cervejas, esta comprovando o alto grau de pureza da água local.

PARAIBA

A Paraíba já tem distrito industrial funcionando, o de Campina Grande, com duas fábricas instaladas — Wallig do Nordeste e Campina Grande Industrial SA — e outro planejado, em João Pessoa.

O primeiro situa-se às margens da BR-104, distando cinco quilômetros de Campina Grande e 130 do Porto de Cabedelo. Recebe energia elétrica da CHESF, distribuída pela Companhia de Eletricidade da Borborema, que ali mantém uma subestação com capacidade de 10 mil kVA e constrói outro de 15 mil kVA.

O fornecimento de água é feito pela adutora do Rio Paraíba, com potencial de 575 milhões de metros cúbicos e disponibilidade hídrica diária de 3,5 litros por metro quadrado.

A área do distrito ultrapassa 195 hectares, com altura média de 550 metros além do nível do mar, e está dividida em 60 lotes de 30 por 60 metros; 87 lotes de 55 por 130 metros; e 69 lotes de 20 por 275 metros. Os terrenos têm seus preços calculados pela FAGRIN, órgão administrador de toda a área.

INCENTIVOS

O Governo da Paraíba concede à indústria que ali se instalar, como também no Distrito de João Pessoa, isenções fiscais por até 15 anos. A Prefeitura de Campina Grande, por sua vez, dispensa os impostos municipais por até 12 anos, além de forne-

cer grátis os serviços de terraplenagem, o levantamento topográfico e a cessão de terrenos em troca de ações. A Prefeitura da Capital paraibana também oferece às unidades fabris que se instalarem no seu distrito as mesmas vantagens.

AREA DO GOVERNADOR

A Área Industrial Governador Luis Cavalcanti, em Alagoas situa-se à margem da rodovia BR-101, no trecho que liga Maceió a Recife. Dista 16 quilômetros da primeira e é também servida pelas linhas da Rede Ferroviária do Nordeste. A CHESF é a empresa responsável pelo suprimento da energia elétrica, distribuída pela Companhia de Força e Luz Nordeste do Brasil, em sistema 13.800 V, 60 ciclos. A água é fornecida pelo Serviço de Águas e Esgotos de Maceió, com uma capacidade hídrica diária de 500 metros cúbicos, mas com possibilidades para aumentar esta oferta para 2.400 metros cúbicos.

O distrito industrial de Alagoas tem 155,36 hectares, em local plano cuja altitude não vai além dos 15 metros. Está dividido em lotes de diversos tamanhos, com terrenos a venda de 10 mil metros quadrados no mínimo, por NCr\$ 1,00, pagos em cinco anos, sem juros.

Ali já funciona a Companhia Alagoana de Rações Balanceadas e estão sendo implantadas a Estruturas Metálicas SA e Caju Industrial de Alagoas. Em fase de planejamento a Metalúrgica de Alagoas e Indústrias Metalúrgicas de Alagoas.

MOSSORÓ E FORTALEZA

O Estado do Rio Grande do Norte já tem planejado para o Município de Mossoró o seu distrito industrial, de responsabilidade da Companhia de Industrialização de Mossoró. A oito quilômetros desta Cidade e a 30 do Porto de Natal, o Distrito, de 250 hectares de área plana, terá luz elétrica da CHESF.

Na mesma situação, com área escolhida e os serviços de infraestrutura projetados, encontra-se o Distrito Industrial do Ceará, a 15 quilômetros de Fortaleza, 22 do Porto de Mucuripe a 6 do Aeroporto da Capital, tendo como principais vias de acesso a CE-1 e a Rede Viação Cearense, no trecho Fortaleza-Baturite. O distrito tem energia da CHESF e o seu abastecimento de água

é feito pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Ceará. O preço do terreno custa ao investidor NCr\$ 0,50 o metro quadrado e oito indústrias ali reservaram áreas.

JOÃO PESSOA

O Distrito Industrial de João Pessoa, com uma área de 288, 2 hectares, fica localizado a três quilômetros da Capital paraibana, às margens da BR-101. De traçado simples, oferece quadras de duas frentes. Compõe-se de 52 lotes de 30 por 60 metros; 125 de 55 por 130 metros; e 14 de 20 por 275 metros.

A energia elétrica é fornecida pela CHESF, que ali mantém uma estação abaixadora de tensão — de 68 mil V para 13.800 V — cuja capacidade é de 13 mil kVA. O abastecimento de água será feito por uma sangria na adutora do Departamento de Águas e Esgotos de João Pessoa ou através do rio Gramma, que proporcionará uma disponibilidade hídrica diária de 30 litros por metro quadrado.

EM FASE DE PLANEJAMENTO

O Maranhão delimitou uma área no arrabalde de Itaqui, distante nove quilômetros de São Luís, para o seu distrito industrial, que será administrado pela SUDEMA — Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão. Já o Ceará tem em Sobral, no alto sertão, uma nova área destinada à industrialização, enquanto o Rio Grande do Norte reservou 250 hectares a oito quilômetros do centro de Natal para a implantação de unidades fabris.

Pernambuco terá outro distrito industrial no Município de Paulista, a 16 quilômetros do Recife. O Governo do Estado abriu concorrência para os serviços de infraestrutura do local, de cerca de 258 mil hectares.

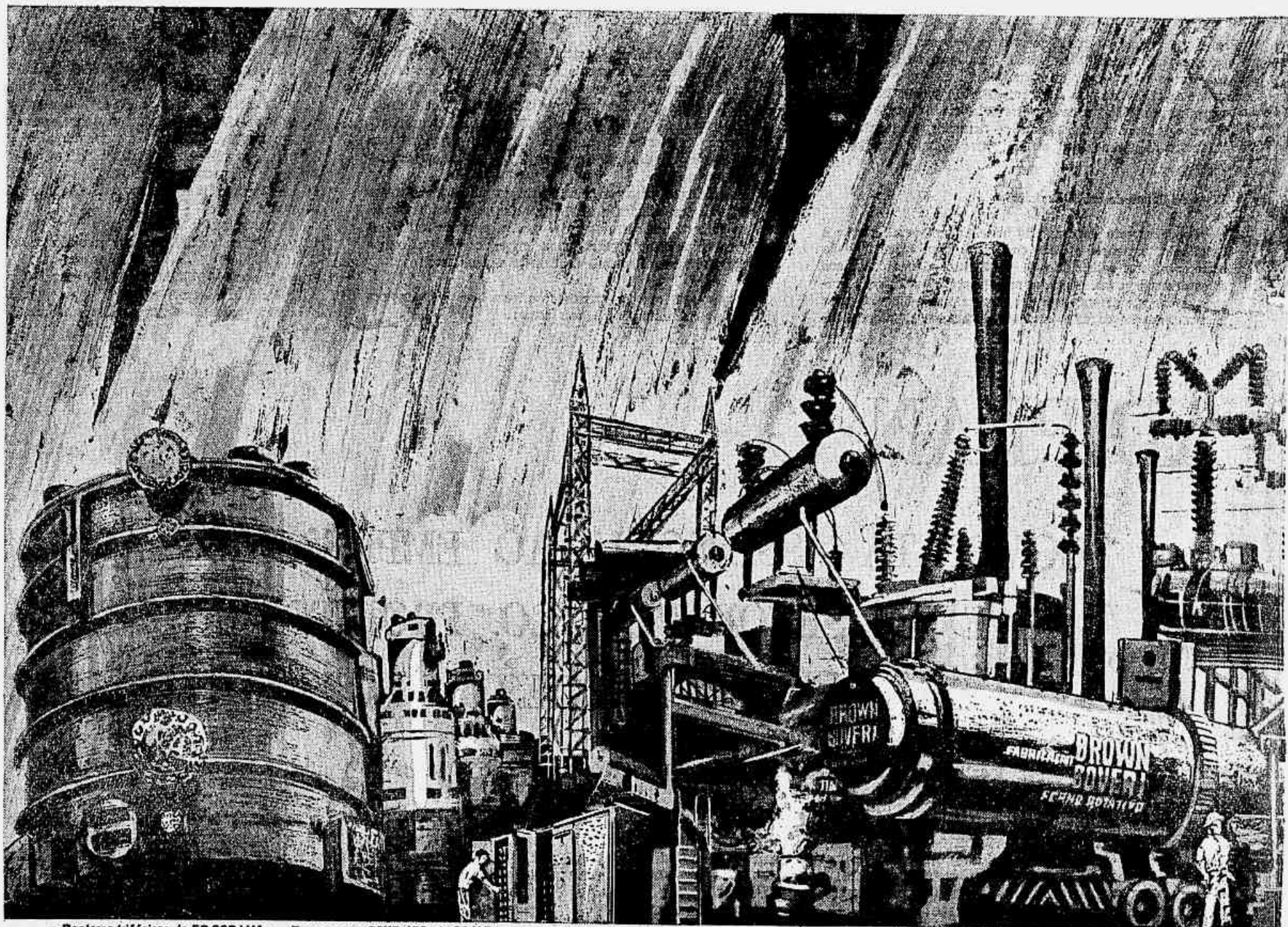
PIAUI

O Piauí, por sua vez, criou o Fomento Industrial do Piauí, órgão que terá a responsabilidade de planejar e administrar os seus distritos industriais. E vai partir também para o desenvolvimento, com novas fábricas, muitos empregos, paz e tranquilidade social, que é o que almejam todos os Estados da Região.

PEQUENOS GANHARAM

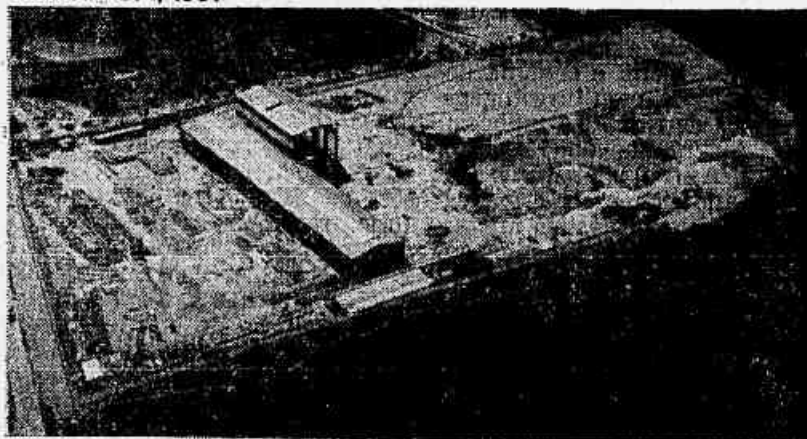
Os pequenos municípios do Nordeste foram os grandes beneficiados com a implantação do ICM na Região, onde os Estados e grandes Municípios sofreram alguns prejuízos por força da supressão de certos tributos e até mesmo da confusão estabelecida em torno do novo sistema.

Para dar uma idéia dessas perdas basta citar que um grande município perdeu em média NCr\$ 5 milhões. Essa quantia é suficiente para atender no Recife, tomando, como exemplo, às seguintes necessidades: construir e manter quatro grupos escolares, um posto médico, oito galerias pluviais, 500 casas populares, duas praças e dois parques infantis, pavimentar oito ruas bem amplas, calçar 20 ruas médias e fluorenar a mercúrio 28 avenidas, 104 ruas, 27 praças e 25 logradouros diversos.



• Motores trifásicos de 50.000 kVA. • Forno a arco SSKD 450, de 30/35 t. • Banco de transformadores de 150 MVA, 220/88 kV. • Forno rotativo para calcinação. • Subestação completa de 2x5 MVA, 88/13,2 kV.

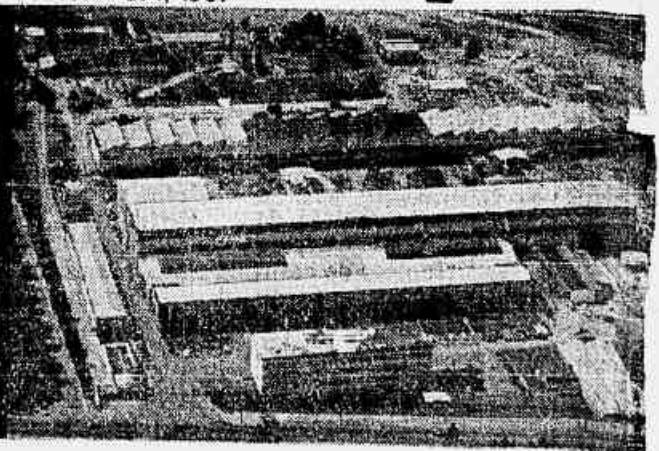
Osasco - SP., 1957



América 4098-867



Osasco - SP., 1967



... pod

MUNICÍPIOS COM O ICM

Apesar dos aspectos positivos da Reforma Tributária, a implantação do ICM no Nordeste trouxe dificuldades aos Estados e em maior escala aos grandes municípios. Somente os pequenos municípios — cerca de mil, sem força econômica — tiveram vantagens, já que foram bem compensados pelo Fundo de Participação.

Enquanto os Estados sofreram prejuízos com a limitação da alíquota, os grandes municípios da Região perderam em média NCr\$ 5 milhões anuais com a supressão do Imposto de Indústrias e Profissões, sua maior fonte de renda. Os pequenos quase nada arrecadavam com esse tributo e as cotas do Fundo implicaram em aumento de recursos.

SITUAÇÃO

De acordo com esse quadro, os Estados — num total de nove — e os municípios maiores — estimados em 60 — experimentam dificuldades que a curto prazo não podem ser atenuadas e eliminadas. Ape-

nas os pequenos municípios, que constituem uma maioria sem expressão econômica, são os beneficiários da situação, recebendo do Fundo de Participação muito mais do que arrecadavam.

Desse modo, momentaneamente, a Reforma Tributária tem seus aspectos positivos representados pela eliminação da incidência cumulativa do tributo em cada etapa da produção e da circulação da mercaderia, pela distribuição dinâmica das receitas transferidas e simplificação da política fiscal.

No conjunto, tais aspectos representam a médio e longo prazos profundas repercussões econômicas e sociais na região. Agora não atenuam as dificuldades dos Estados e municípios, exceto dos pequenos, que passaram a dispor de melhores recursos, além da vantagem de o recebimento ser mensal. A medida teve o maior alcance, já que a entrega das cotas de uma só vez em determinada época do ano não atendia às necessidades dos municípios de buta-

arrecação, cujos programas eram financiados pelas receitas transferidas.

Assim, em termos imediatos, o dado positivo da Reforma Tributária no Nordeste limita-se aos pequenos municípios, que sempre viveram à sombra da dependência da ajuda do Estado e da União para resolver seus problemas de pagamento de funcionalismo e realização de obras de interesse público.

AGRAVANTE

Embora seja inegável que os Estados e municípios tiveram seus problemas agravados com a implantação do ICM — que a SUDENE viu como benefício no seu todo — a realidade da Região mostra que a situação seria diferente se a máquina arrecadadora tivesse maior eficiência e não fosse caracterizada por inúmeros vícios e falhas.

Segundo análise do Centro Regional de Administração Municipal — CRAM — a maioria dos 1.537 municípios do Nordeste dispõe de um sistema de arrecadação capenga, que concentra grande parte dos problemas administrativos que enfrentam. As receitas, portanto, são deficientes porque não há cadastro fiscal; não há cadastro porque falta código tributário e este não é feito porque as Prefeituras não contam com pessoal qualificado.

A falta de pessoal se explica pela falta de dinheiro, ficando formado o círculo vicioso: sem pessoal não há dinheiro e sem dinheiro não há pessoal. Assim, os municípios vivem em eternas dificuldades, geralmente sem dinheiro e sem instrumentos para conseguí-lo. Dentro desse contexto, a arrecadação sofre

as consequências da realidade política, que limita os seus passos.

Os acordos políticos, que começaram quando da criação do município, se estendem ao longo do tempo, com os grupos dominantes da situação quase sempre isentos de impostos. A cobrança de tributos, na maioria dos casos, não é feita para não gerar crises e determinar a perda do poder por determinados indivíduos que se mantêm pela força dos comerciantes, pequenos agricultores e empresários refratários ao fisco.

Com base nessa visão, o CRAM sustenta que os municípios podem manter-se com os tributos que atualmente dispõem, desde que arrecadem bem. O problema, portanto, não é somente de supressão de impostos, mas de execução de uma política fiscal rigorosa, voltada para o bem público e livre de compromissos com grupos econômicos e políticos.

O panorama, embora em menor escala, se estende aos Estados, onde são comuns as sonegações, as isenções indevidas, que terminam diluindo as rendas e obrigando nos apelos ao Governo federal. É evidente, entretanto, que os Estados nordestinos experimentam situação diferente, porque mesmo com um sistema de arrecadação mais equilibrado contariam com a desvantagem representada pela limitação da alíquota.

ABSTRAÇÃO

Essa situação dos Estados e municípios do Nordeste só pode ser modificada a longo prazo, com a introdução de modernas técnicas de administração e nova concepção de

política fiscal. Enquanto isso, o caminho a seguir é corrigir os aspectos negativos da Reforma, segundo o técnico Onaldo Pompílio de Melo, da SUDENE, que estudou as suas implicações na Região.

De acordo com o Sr. Onaldo Melo, o problema básico dos Estados está contido na alíquota, que foi limitada pelo Governo federal, deixando as Fazendas Estaduais sem alternativas para manter um nível de arrecadação capaz de atender às necessidades da Administração. O fato é agravado pela diferença de alíquota com relação aos Estados do Centro-Sul, fixada em 18%, quando na Região ela não ultrapassa 15%.

Quanto aos municípios, a única saída seria aumentar a participação dos grandes no Fundo de Participação, medida que encontra a oposição dos pequenos, interessados em manter o atual estado de coisas. Agora isso, o Fundo de Participação já elevou sua contribuição a um limite tal que dificilmente poderá ser estendido dentro da atual política tributária.

Os municípios médios — mais de 470 — praticamente não enfrentam grandes problemas com a reforma tributária, porque os seus prejuízos foram mínimos, apesar da supressão de alguns tributos. Segundo os cálculos do técnico Onaldo Melo, a perda maior de um

município médio foi da ordem de NCr\$ 100 mil, que a curto prazo será compensada à medida que ajuste sua máquina arrecadadora.

VANTAGENS

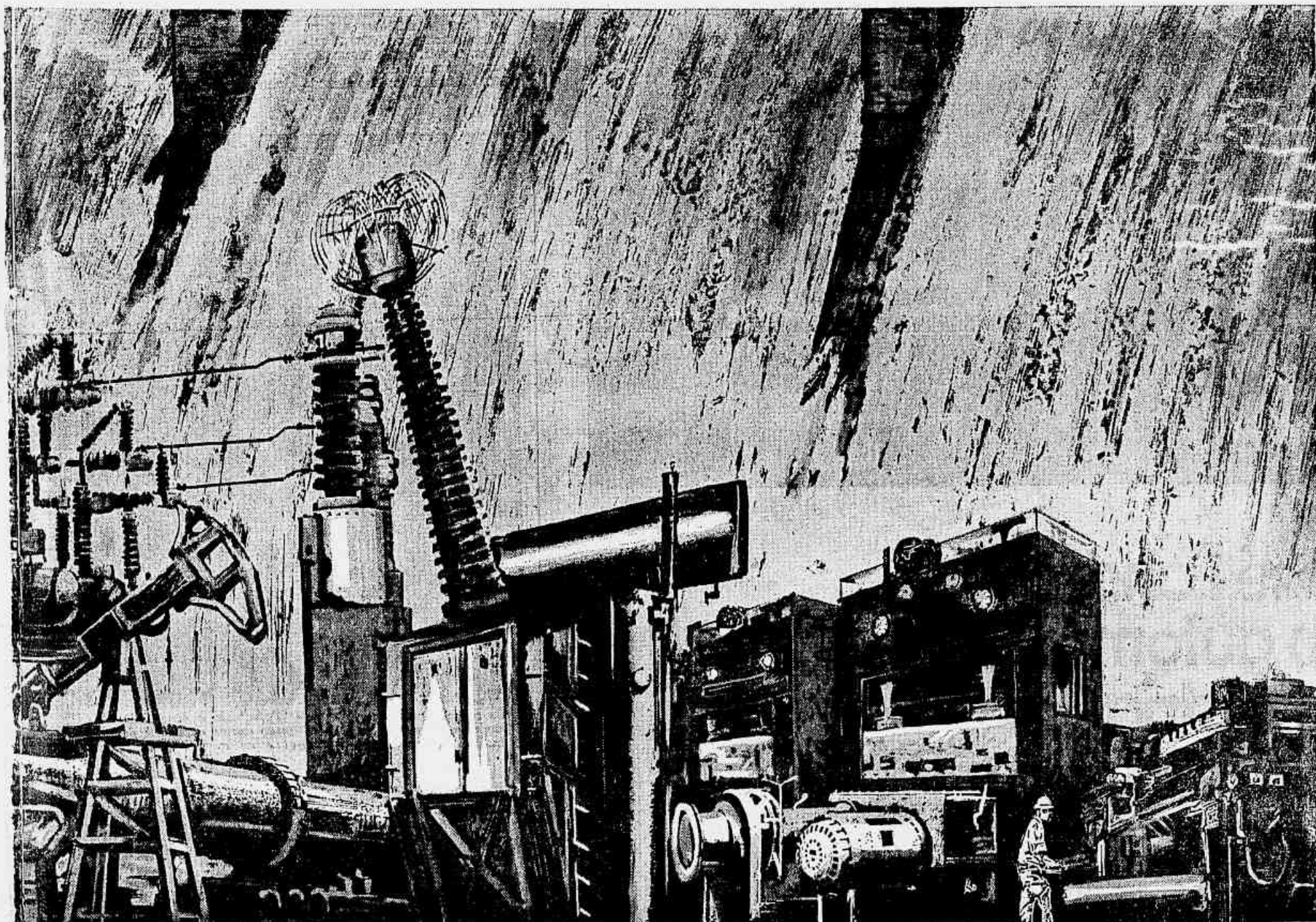
O Sr. Onaldo Melo sustenta que a Reforma Tributária trouxe vantagens indiscutíveis ao Nordeste, embora no momento os Estados e os grandes municípios estejam com um campo de manobra muito restrito para vencer os problemas surgidos com sua implantação.

Dentre tais vantagens, destaca o campo de incidência mais amplo do ICM, que substituiu o de Vendas e Consignações, e a eliminação da incidência cumulativa, cujos efeitos negativos se traduziam pela tendência à integração vertical das empresas. Essa tendência implicava a falta de especialização da produção e o domínio do mercado por grupos mais poderosos com condições de integração.

Isto posto, assegura que as novas fontes de rendas criadas pela Reforma tenderão a compensar a eliminação do Imposto de Indústrias e Profissões, no caso dos municípios mais atingidos. A situação deles — grandes, médios e pequenos — deve ser enfocada a partir de uma nova política fundamentada em inovações que visam reavivar as fontes de renda.



quando se confia no Brasil...



Unidade de bombeio de petróleo. • Transformador para 460.000 V, 63 MVA. • Motor de guincho para navio. • Pressas mecânicas de repuxo Schuler, de 400 t. • Galia trio de laminador 520 mm de diâmetro.

le-se fazer muito em 10 anos!



A Brown, Boveri & Cie., S.A., da Suíça, há dez anos atrás, já possuía uma ampla visão do imenso campo que o Brasil oferecia. Investiu e implantou uma pequena fábrica em Osasco, com 3.000 m² e 100 operários — e há dez anos continua investindo maciçamente em maquinaria e capital, a ponto de transformá-la em um grande complexo industrial com 61.000 m² e 2.700 empregados.

Surgiu, assim, a maior fábrica de material eletro-mecânico pesado de toda a América Latina.

O precioso "know-how" que então trouxe, acumulado em 75 anos de experiência mundial, hoje já se transformou em técnica brasileira, enriquecendo o potencial de mão-de-obra especializada do Brasil.

Ao completarmos dez anos no Brasil, essa técnica que nos veio da Suíça, país símbolo de precisão, está incorporada aos produtos pesados que orgulhosamente exportamos para a Venezuela e a Colômbia, e também nos equipamentos de navios que vendemos ao México.

A razão é simples: a BROWN BOVERI confia no Brasil!

INDÚSTRIA ELÉTRICA BROWN BOVERI S.A.
Osasco - SP.

BRASIL VAI DEIXAR DE IMPORTAR NEGRO DE FUMO COM A FÁBRICA DA COMPANHIA DE CARBONOS COLOIDAIIS

Inicialmente, a Carbonos Coloidais produzirá 15 mil toneladas de negro de fumo e dentro de dois anos sua produção se elevará a 25 mil, anualmente.

Dentro de mais dois anos, o Brasil não precisará importar negro de fumo — produto indispensável na fabricação de pneumáticos e demais artefatos de borracha —, prazo previsto para o funcionamento total da Fábrica de Candeias, destinada à fabricação daquele produto.

Situada a 40 quilômetros de Salvador, a fábrica de negro de fumo de Candeias, da Cia. de Carbonos Coloidais, está funcionando há apenas duas semanas, e, inicialmente, já produzirá 15 mil toneladas por ano. Com o funcionamento total da CCC, todo o consumo brasileiro de negro de fumo para borracha será atendido. Dentro de dois anos a produção anual da CCC será de 25 mil toneladas.

A MAIS AVANÇADA

A Fábrica de Candeias representa um investimento da ordem de NCr\$ 20 milhões, contando com a participação dos recursos dos artigos 34/18 da SUDENE da ordem de NCr\$ 10 milhões, além de um financiamento de dois milhões de dólares da Aliança para o Progresso — avaliado pelo BNDE — e outro de NCr\$ 500 mil do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O processo utilizado pela Fábrica de Candeias é de propriedade da Phillips Petroleum Company, que detém 50% das ações ordinárias, ficando os outros 50% em poder do grupo brasileiro David Czeretok/Magalhães Castro.

Empregando a tecnologia mais avançada do mundo, a CCC produzirá negro de fumo pelo processo Furnace, dotado dos mais modernos equipamentos conhecidos no setor.

A DIRETORIA

O Conselho de Administração da Cia. de Carbonos Coloidais é composto dos Srs. David Czeretok, Jack H. Presnell, Arthur Cavalotti e Don Dunbar, enquanto a diretoria está constituída pelos Srs. W. H. Rushford e Francisco de Assis Coimbra de Magalhães Castro.

Ao utilizar técnica inédita no Brasil na fabricação de negro de fumo, a Fábrica de Candeias equipara-se a 14 países altamente desenvolvidos, onde também é empregado o processo Furnace. Cerca de 50% do mercado nacional poderá ser abastecido pela fábrica, que tem condições de aumentar sua produção gradativamente, de acordo com as necessidades do mercado.

O LADO SOCIAL

Além da economia de divisas para o Brasil — decorrente da cessação da importação de negro de fumo para artefatos de borracha —, a Fábrica de Candeias tem grande significação para o problema social da Bahia, pois utilizará mão-de-obra especializada ou não inteiramente nacional, a maior parte da qual disponível na Região.

AGRICULTOR PERDE O MÊDO DA SUDENE A QUEM AGORA RECORRE PARA PROGREDIR

Já existe nova mentalidade na Zona Rural do Nordeste, onde os agricultores e criadores, antes refratários a quaisquer mudanças, agora utilizam os recursos da SUDENE para produzir mais e melhor. E agora a região começa a viver uma fase empresarial no campo e a vencer a distância que ainda separa a Cidade das comunidades rurais.

A SUDENE orienta o processo de modernização dos estabelecimentos rurais e os seus recursos (NCR\$ 8 milhões já foram comprometidos) respondem pelas transformações já operadas no campo, onde a população é beneficiada com o aumento da oferta de empregos e das rendas e adquire novo comportamento em face do seu destino e o da Região.

Recife (Sudene) — Antes imperava no campo o medo à SUDENE e às suas reformas, que eram tidas como capazes de tomar tudo de todo mundo. Agora um criador telegafia ao órgão comunicando que "nasceu o primeiro bezerro com recursos dos artigos 34/18", pequena vitória que marca o início de uma nova fase na economia do Nordeste.

A SUDENE dinamiza a sua política de incentivos ao setor agropecuario, leva a empresa ao campo, introduz métodos racionais na agricultura e na pecuária e persegue o aumento das rendas das populações e da demanda de bens industriais, tudo para garantir o desenvolvimento harmônico da região.

CAMINHO

Depois de concentrar seus esforços no processo de industrialização, a SUDENE voltou-se também para o setor agropecuario: em menos de dois anos aprovou mais de 80

projetos, representando investimentos de NCR\$ 70 milhões. Do total, a SUDENE participa com NCR\$ 50 milhões, dos quais NCR\$ 8 milhões já foram efetivamente comprometidos.

A nova política — dinamizada este ano, sobretudo porque o campo começa a experimentar mudanças — resultou da realidade surgida na região com o processo de industrialização. As indústrias implantadas aceleraram o crescimento da zona urbana, enquanto o meio rural se desenvolveu lentamente e as economias tradicionais estagnaram, gerando desemprego e tensão social.

Assim, acentuava-se o desvel entre os centros urbanos beneficiados pela industrialização e os meios rurais com suas culturas em crise. A extensão dos incentivos à agricultura e à pecuária era o caminho para corrigir essa distorção, mas a medida implicava riscos e encontrava obstáculos na própria estrutura agrária da região, que desencorajava os investimentos no setor.

BARREIRA

Segundo análise da SUDENE, o proprietário da terra no Nordeste, no caso o latifundiário, habituou-se a viver das rendas recebidas dos parceiros. Por essa razão é avesso às responsabilidades administrativas que uma produção racional implica e geralmente prefere transferir a parceiros e rendeiros os riscos e custos das culturas. Ao lado disso, a falta de segurança desestimula os não proprietários, cujas rendas são depreciadas pelo pagamento de foros e outras vantagens aos donos da terra. Eles ficam assim sem condições de progresso e limitados ao esforço para sobreviver.

Ainda dentro desse quadro, 80% do número total de estabelecimentos agrícolas da região situam-se na faixa de dez hectares, detendo a parcela de

6% da área global. A conclusão é que cultivando uma área dessa ordem os exploradores só dispõem dos meios necessários à subsistência, sem condições para realizar melhorias ou inversões.

A existência de tais barreiras, que vêm sendo vencidas pouco a pouco, impedia e ainda hoje limita a execução de uma política agressiva no meio rural, que agora começa a ser implantada. Ela vem determinando novo comportamento de alguns agricultores que sentiram ser o caminho indicado pela SUDENE o mais conveniente, fato comprovado por uns poucos pioneiros que aceleraram introduzir mudanças nas suas propriedades num momento em que outros consideravam tudo uma aventura perigosa.

NOVAS CULTURAS

Dentro da nova política da SUDENE, os incentivos concedidos visam a implantação de novas culturas, como a seringueira e a uva, a reformulação de economias tradicionais com possibilidades de recuperação e a produção de alimentos para abastecer o mercado da região.

A cultura da seringueira — com cerca de seis projetos — é uma tentativa de diversificação da economia agrícola da Região, que se preocupa, na sua nova fase, em criar novas fontes de riquezas, além de impulsionar a exploração de suas culturas tradicionais.

As empresas já receberam as primeiras parcelas de recursos, num total de NCR\$ 3 milhões, estão trabalhando e daqui a sete anos colherão os resultados definitivos. Até lá as necessidades de borracha natural no País se elevarão à casa dos 40 mil toneladas, havendo garantia de mercado, já que para

determinadas utilidades ela é imprescindível e seu emprego será numa proporção de 60%.

Os investimentos, portanto, obedecem sempre a uma linha básica, que persegue mudar, seja a curto ou a longo prazo, a estrutura do meio rural nordestino, onde a implantação de grandes empresas na agricultura e na pecuária contribuirá para a correção dos desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento industrial.

Além da cultura da seringueira, a SUDENE ajuda a implantação do cultivo da uva, que se limitava na região à exploração precária no Município pernambucano de São Vicente de Ferrer. Agora essa cultura se desenvolve em termos racionais no Vale do São Francisco, com a empresa Cinzano colhendo melhores resultados do que em São Paulo.

TRADIÇÃO

Apesar da introdução de novas culturas, a fase da empresa no setor agropecuario abarca a racionalização de algumas de suas economias tradicionais e a exploração intensiva da pecuária bovina, que constitui um novo caminho para a região.

A pecuária nos últimos anos teve no Nordeste um crescimento inferior ao da agricultura e agora concentra grandes investimentos para recuperar o tempo perdido e também porque oferece um mínimo de riscos e conta com um excelente mercado.

A tendência conduz a uma nova saída e tem suas condições não só no fato de oferecer menores riscos que a agricultura, mas também na evidência de que a maioria das economias tradicionais em declínio tem aproveitamento

complicado e de resultados duvidosos.

Afora o cacau, cuja situação é razoável, e a cana-de-açúcar, que explorada racionalmente terá aspectos positivos, as outras — cana-de-açúcar, algodão — não recomendam grandes inversões, porque a cada dia perdem mercado e têm seu valor depreciado no País e no exterior.

CANA

De acordo com essa concepção, a cana-de-açúcar é o único produto tradicional a contar momentaneamente com inversões da SUDENE para promover a sua racionalização. A Usina São José, em Pernambuco, é a empresa beneficiada, implicando a reformulação em liberação de mão-de-obra, que, entretanto, não gerará mais desemprego na região.

Nos termos do projeto de racionalização da cultura da cana na Usina São José, a mão-de-obra dispensada terá uma área de terra, beneficiada por estradas, para implantação da lavoura de subsistência. Além do aspecto social da medida, ela trará a diversificação agrícola na Zona da Mata, já que os trabalhadores dispensados aproveitarão terras praticamente ociosas para produção de alimentos num Estado que importa 60% dos gêneros que consome.

IMPLICAÇÕES

A tendência da agricultura em todo o mundo é liberar mão-de-obra à medida que racionaliza os processos de cultivo e aumenta a produtividade da terra. No Nordeste, a crise das economias tradi-

cional tem liberado anualmente milhares de trabalhadores, que se estima atingir um total de 400 mil no longo de sete anos.

A racionalização, entretanto, não implicará imediatamente em liberação, embora a longo prazo esse fato seja uma realidade, porque a modernização da agroindústria do açúcar desempregará pelo menos 100 mil pessoas. A não ser que todas as Usinas sigam o caminho da Usina São José, hipótese pouco provável.

No caso da pecuária, por exemplo, num prazo de dois anos os empresários terão que empregar mais trabalhadores para implantar as pastagens.

Posteriormente elas vão exigir uma atenção permanente, o que significa de qualquer forma emprego de mão-de-obra, porque a verdade é que a maioria dessas fazendas agora tem um mínimo de aproveitamento e ocupam, portanto, um número reduzido de pessoas.

Além dessas vantagens, a implantação das empresas agrícolas, todas parte de pequenas cidades, multiplicarão as riquezas, surgindo empregos no setor de serviços. A proporção será em média de dois empregos indiretos para cada emprego direto e estável.

A evidência desse ponto-de-vista pode ser comprovada pelo fato de que cada investimento que a SUDENE faz num pequeno município, via de regra é maior do que o seu Orçamento anual. A riqueza começa a circular, surgem novas necessidades no conjunto do processo desencadeado por aquele investimento e os níveis de renda tendem a melhorar, beneficiando todos.

Há ainda como fator positivo — assinalam os técnicos da SUDENE — o maior consumo de bens industriais, que por sua vez criam mercado mais amplo para as indústrias instaladas na Região, que como um todo passa a se desenvolver e caminha para garantir um desenvolvimento harmônico.

PROJETOS

Os projetos aprovados estão assim distribuídos: 17 na Paraíba, comprometendo investimentos de NCR\$ 22 milhões; 14 em Pernambuco, com investimentos de NCR\$ 10 milhões; e 8 na Bahia, totalizando NCR\$ 17 milhões. Depois, vem o Maranhão, com 3 projetos e inversões de NCR\$ 5,3 milhões; Rio Grande

do Norte, com dois projetos e investimentos de NCR\$ 7,3; Alagoas, com um projeto e investimentos de NCR\$ 3,9 milhões; Minas Gerais com dois projetos e inversões de NCR\$ 2,1; e Sergipe com um projeto e investimentos de NCR\$ 2,5 milhões.

Do total desses projetos, 28 visam à pecuária bovina, sendo que somente na Paraíba serão implantados 14 novas e, após para criar, recria e engorda, nove se destinam à avicultura, três à suinocultura, seis à cultura da acinzeira e os outros à prestação de serviços agrícolas e exploração de ura e fumo.

FAZENDA MANGA

A COPLANE — Escritório Técnico de Projetos, sediado nesta capital — elaborou para a Cia. Vale do Meio São Francisco (Fazenda Manga), um projeto agropecuario que proporcionará o aproveitamento das terras disponíveis da área do Polígono das Serras, com a utilização dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE.

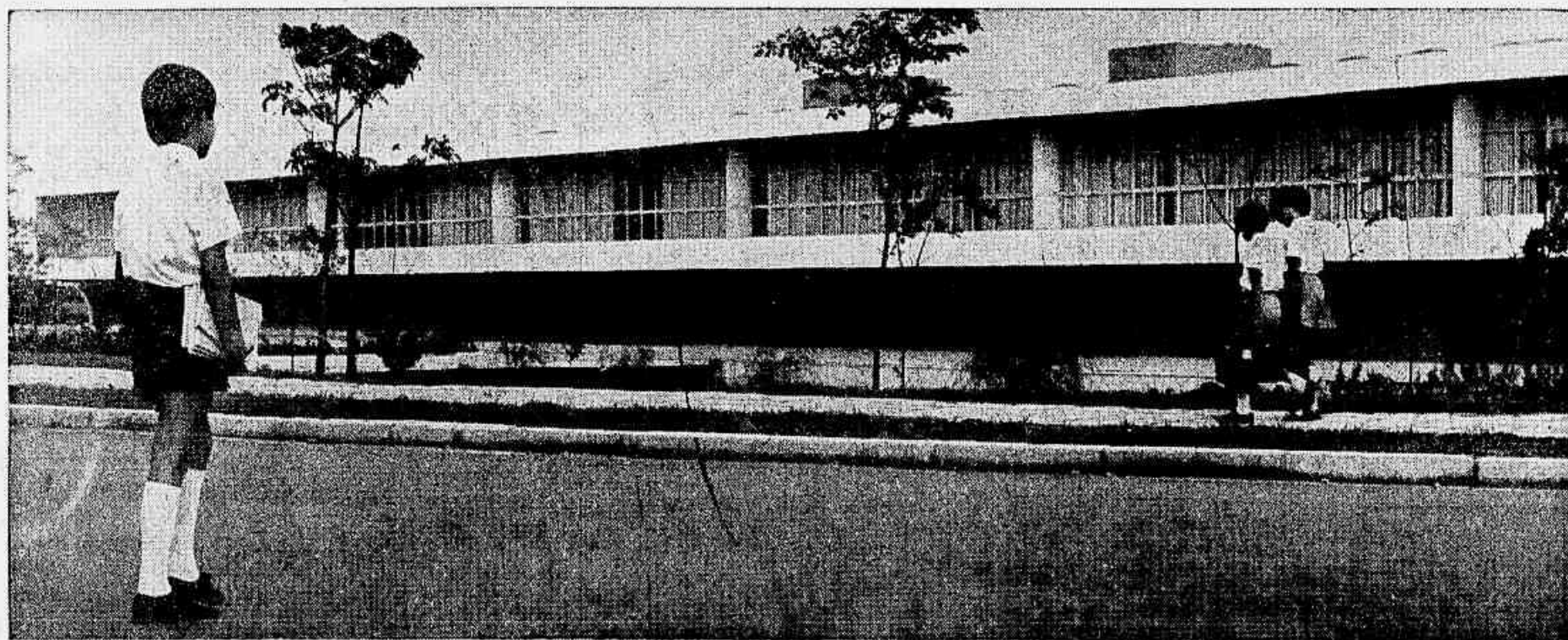
O projeto elaborado pela COPLANE servirá de exemplo para os agricultores e pecuaristas da região e constituirá importante contribuição para o desenvolvimento da área mineira da SUDENE, atualmente marcada pelo subdesenvolvimento e pelo atraso tecnológico. A COPLANE é dirigida pelos Srs. Amadeu Ramos Freire, Pelópidas Silveira, Gilberto Chaves e José Carlos Vasconcelos.

O PROJETO

O projeto da Fazenda Manga (empresa das Diárias Assaíadas) abrange a exploração agrícola das culturas de algodão, milho, arroz, soja, mamão, cana-de-açúcar e pecuária bovina de corte, através da mecanização artificial.

As inversões do projeto prevêm cerca de NCR\$ 1.450 mil, a serem custeadas com recursos da própria Companhia, no valor de NCR\$ 557 mil, e o restante com recursos dos artigos 34/18 da SUDENE.

A COPLANE, depois de elaborado o projeto, se encarregará de encaminhá-lo à SUDENE, cuidando, também, de seu acompanhamento, até a aprovação. O projeto deverá ser enquadrado na Faixa A de prioridades do órgão do desenvolvimento do Nordeste.



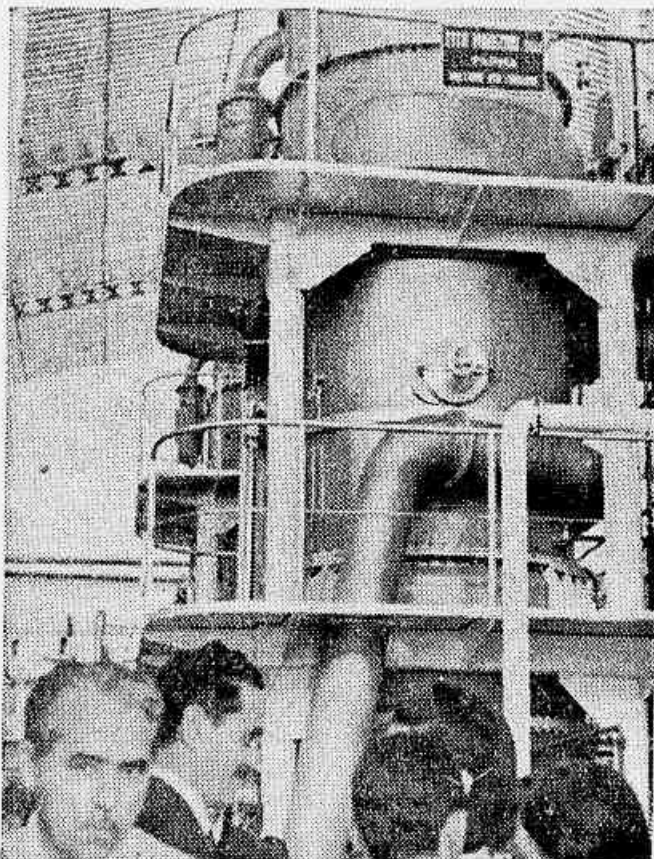
Nova geração, maiores oportunidades

O Sr. José Fonseca não tem automóvel, mas a indústria automobilística tem muito a ver com a vida dêle.

Se Joãozinho Fonseca, filho de José Fonseca, tivesse nascido 15 ou 20 anos antes, é provável que não estivesse frequentando uma escola. As que existiam eram poucas. Hoje, cada vez mais crianças estão sendo beneficiadas com a criação de mais escolas. Aí entra a Indústria Automobilística. Só em 1966 ela pagou cerca de 400 milhões de cruzeiros novos de impostos. (A Volkswagen do Brasil, sozinho, recolheu cerca de 125 milhões de cruzeiros novos, ou 125 bilhões de cruzeiros antigos.) Este dinheiro vai continuar ajudando o Governo a construir não só novas escolas, como também mais estradas, hospitais, centros de

saúde etc... E isso já vem acontecendo há 10 anos, quando aqui se implantou a Indústria Automobilística. O fato de mais de centenas de milhares de pessoas terem hoje automóveis nacionais não quer dizer que só essas pessoas usufruam das vantagens do Brasil fabricar automóveis. O Sr. José Fonseca, por exemplo, ainda não tem automóvel. Mas tem um filho que precisa ir à escola. Automóvel vem depois.

VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
SÃO BERNARDO DO CAMPO — SP



Os evaporadores importados pela "Peixe" são o que há de mais moderno, no assunto, e possibilitam ao extrato de tomate daquela indústria pernambucana competir no mercado internacional

EXTRATO DE TOMATE "PEIXE" GANHA MERCADO INTERNACIONAL

O extrato de tomate "Peixe", produzido em Pesqueira, vai competir no mercado internacional, em consequência da modernização de maquinaria implantada por Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A., na sua fábrica localizada naquela Cidade pernambucana.

A entrega do produto ao consumo mundial coroa a atividade de uma empresa de Pernambuco, que, há décadas, se fundou em Pesqueira — de cuja economia é suporte e onde é fator ponderável de equilíbrio social — e, desde então, ganhou amplitude e nomeada em todo o País.

A inauguração do maquinismo verificou-se em agosto, coincidindo com a "Festa do Tomate", que tradicionalmente se realiza para assinalar o início da colheita nos tomates das Fábricas "Peixe".

MAQUINARIA ITALIANA

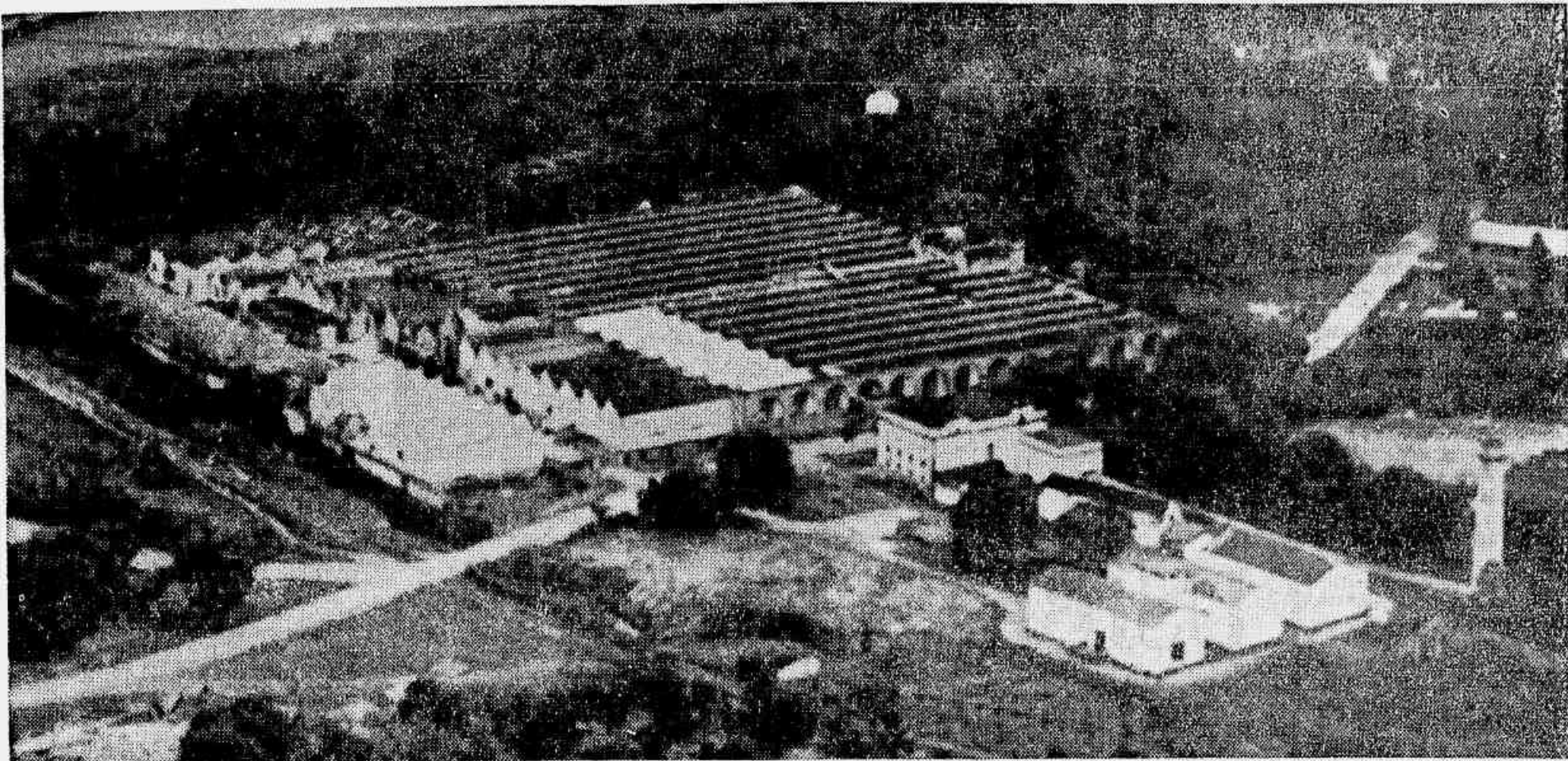
A maquinaria inaugurada procede da Itália e foi fabricada por Tito Manzini & Figli, de Parma. Trata-se, basicamente, de um complexo de máquinas evaporadoras — que estão substituindo os antigos vácuos —, produzidas inteiramente em aço inoxidável, o que isenta de sais de cobre o extrato de tomate.

O grupo de máquinas, complementado com um sistema de lavagem e esmagamento, elimina qualquer tipo de impureza encontrada na matéria prima e realiza, automaticamente, todas as fases do processo industrial, desde a entrada do tomate nas esteiras até a saída do extrato, enlatado.

A capacidade de industrialização sobe a 25 toneladas de tomate, por hora.

A importação do maquinismo — a última palavra, na matéria, em todo o mundo — se fez através de financiamento, no valor de 381 mil dólares, concedido às Fábricas "Peixe" pelo Banco do Nordeste do Brasil, beneficiando-se a empresa importadora das isenções de direitos alfandegários, propiciadas pela SUDENE.

NORDESTE COMEÇOU A PRODUZIR TECIDO SINTÉTICO



A Companhia Industrial Pernambucana produzirá tecidos com fibra de poliéster no seu programa de expansão, que contará com novos acionistas através de recursos dos artigos 34 e 18 do Imposto de Renda

A primeira indústria têxtil nordestina que utilizou os estímulos oferecidos pela SUDENE e Banco do Nordeste ampliou sua capacidade de produção em mais de 100 por cento e lança-se no mercado com novos tecidos de fibra poliéster, nova linha de confecções e, ao mesmo tempo, apresenta um novo programa de expansão.

Trata-se da Companhia Industrial Pernambucana, que é associada à Cia. Agro Fabril Mercantil esta última com fábrica instalada em Pedra, Município de Delmiro Gouveia, Alagoas, a apenas 20 quilômetros da Hidrelétrica de Paulo Afonso. A Cia.

lentes algodões de fibra longa cultivados na Região.

O emprêgo de duas grandes centrais de ar condicionado, além de garantir conforto aos operários, permite o controle perfeito das condições de umidade e temperatura e garantiu ao equipamento novo um aumento de produtividade de 50 por cento.

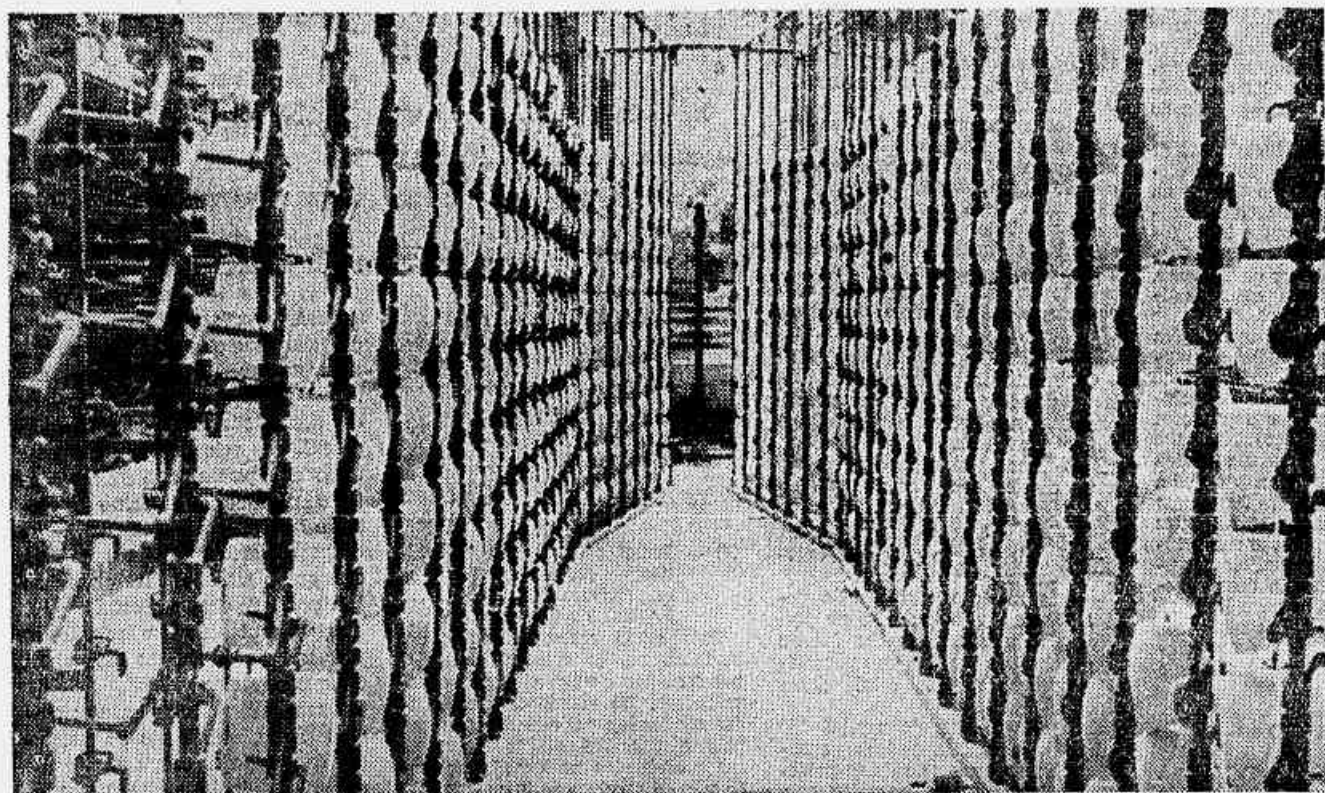
O início da produção de tecidos sintéticos, em acordo com a Rhodia, não apresentou dificuldades, pois, além das máquinas importadas da Suíça, Alemanha e Estados Unidos, as indústrias dispõem de mestres tecelões capacitados em cursos de treinamento mantidos há vários anos.

NOVA LINHA DE CONFECÇÕES

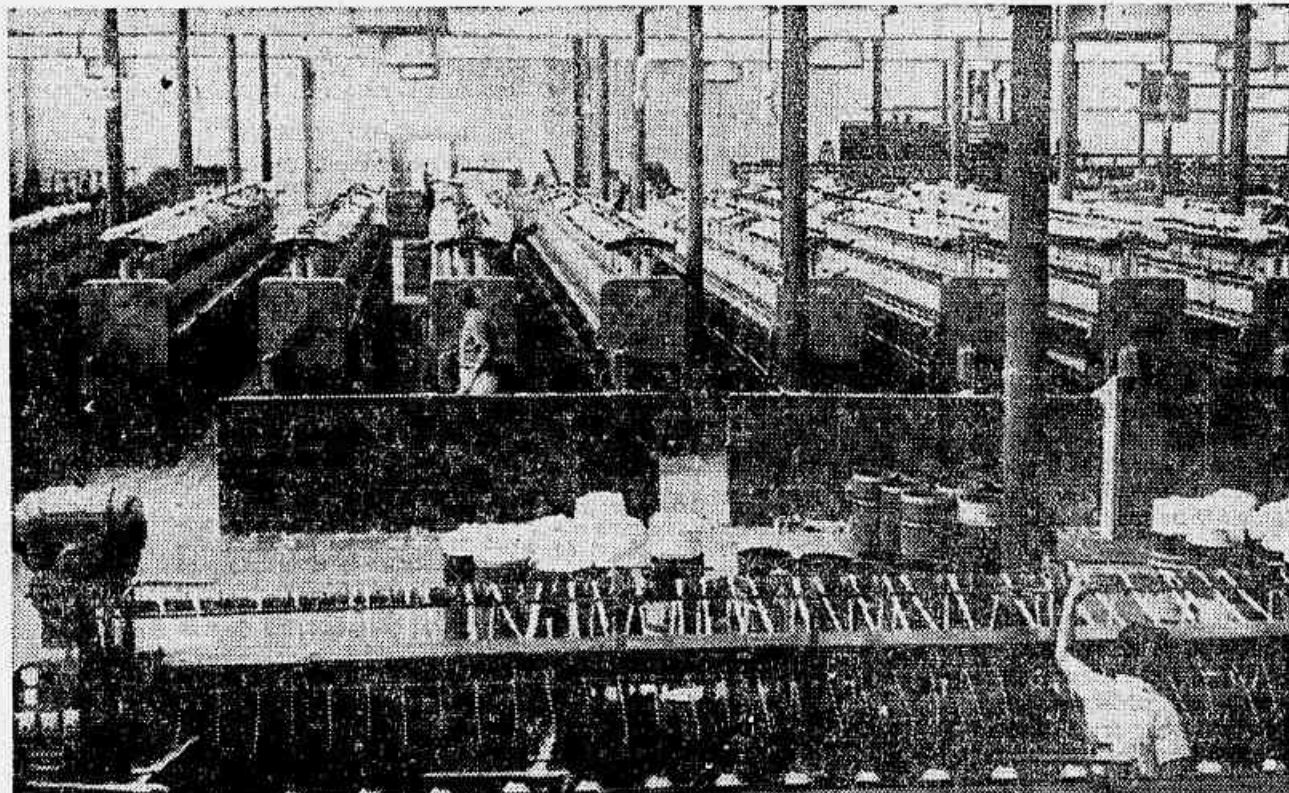
Há vários anos a fábrica de Pedra iniciou a produção de camisas masculinas e roupas íntimas. Agora, com tecidos de algodão e Tergal, uma nova linha vai ser lançada, antes do Natal. Após ampla pesquisa de mercado, serão lançadas em todas as lojas de confecções masculinas das grandes cidades calças de Tergal e Nycron e camisas de Tergal, em modelos clássicos e sóbrios, que terão o nome comercial de Senior, marca registrada da fábrica.

pioneiras como empresas nordestinas de capital aberto, procurando as Bolsas de Valores. Além dos quatrocentos acionistas já tradicionais, outros investidores auxiliaram o programa de expansão, subcrevendo mais de dois bilhões de cruzeiros em novas ações.

Ao concluir seu primeiro projeto de expansão, o grupo têxtil pernambucano deu entrada na SUDENE a um projeto de novo programa de ampliação de instalações. Desta feita, o objetivo é aperfeiçoar mais ainda a preparação das fibras e maior fle-



Oito bilhões de cruzeiros antigos foram investidos no reequipamento das fábricas de Pedra e Camaragibe



Reequipamento marcou pioneirismo no Norte e Nordeste de tecidos de alta titulação com fibras sintéticas

Industrial Pernambucana tem sua fábrica instalada em Camaragibe, onde também montou fiação moderna.

8 BILHÕES EM MÁQUINAS

O reequipamento das duas indústrias custou oito bilhões de cruzeiros antigos e assegurou à empresa o primeiro posto no abastecimento do mercado do Norte e Nordeste do País, com tecidos de alta titulação e fibras sintéticas misturadas aos exce-

A Companhia Industrial Pernambucana foi fundada em 1891 e a Companhia Agro Fabril Mercantil em 1912. Desde esta época, a especialização de tecelões é programa normal da empresa, criando uma tradição de competência no operariado especializado e bem assistido.

A produtividade ampliada a níveis iguais e maiores que as indústrias de regiões já desenvolvidas garante preços competitivos em qualquer mercado brasileiro ou internacional.

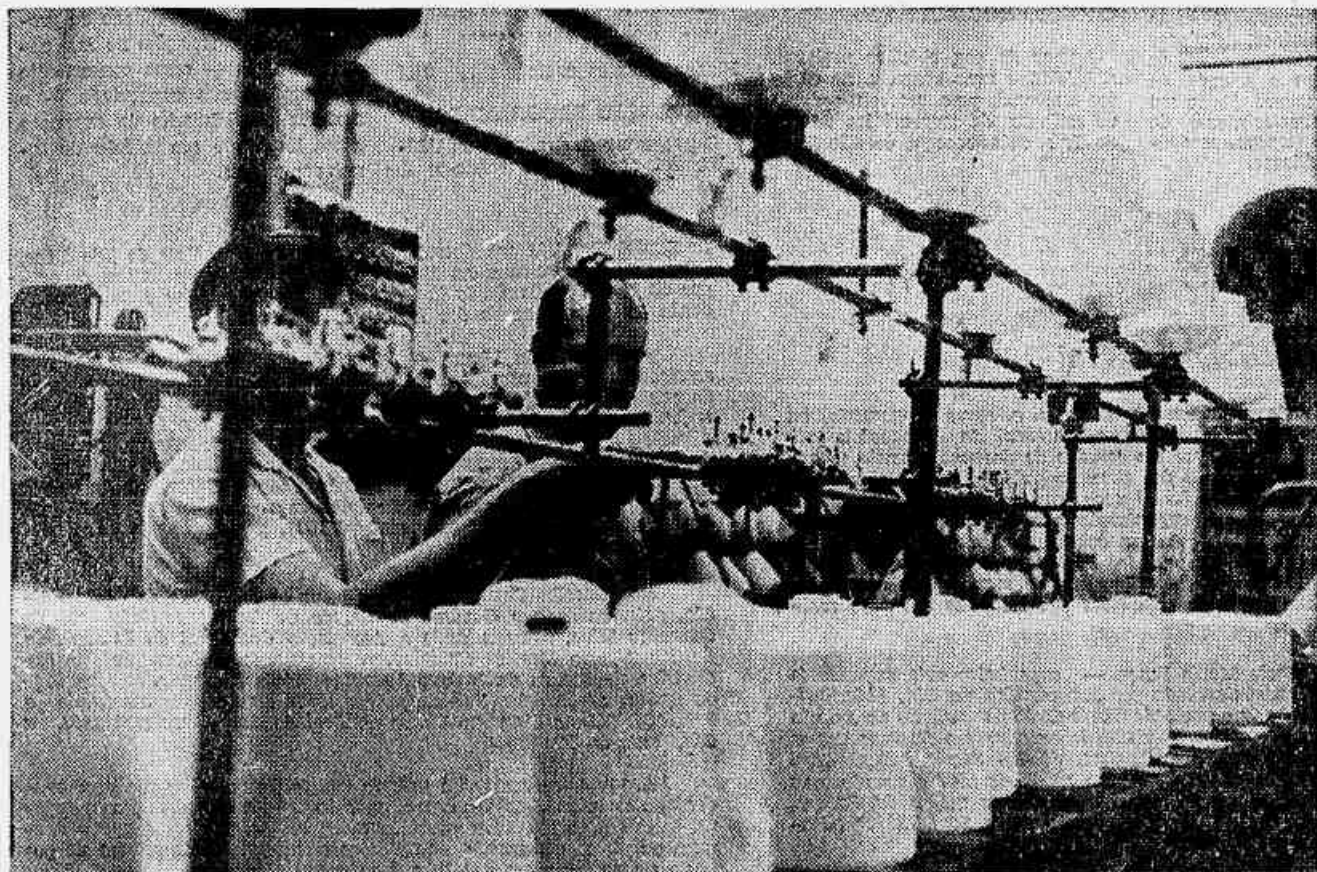
Na fábrica de Camaragibe, a dois quilômetros do Recife, a nova linha de produção, além de tecidos de alta titulação para ternos masculinos, inclui panos largos com poliéster. É a primeira fábrica brasileira a utilizar poliéster em panos deste tipo e a aceitação pelo público é tranqüila, como bem demonstraram as primeiras experiências.

NOVA EXPANSÃO: ACIONISTAS

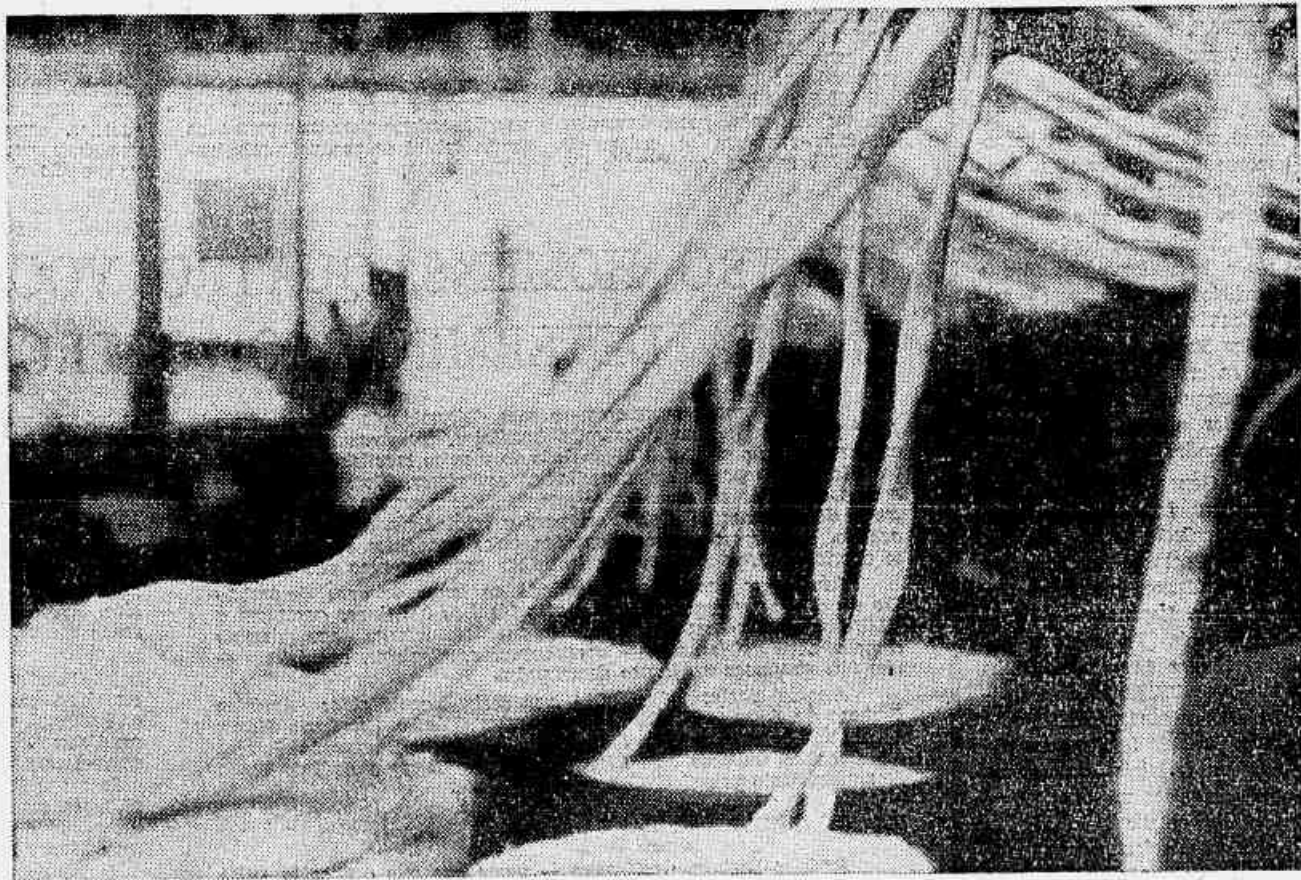
As duas indústrias associadas foram também

xibilidade no acabamento dos tecidos. Novos equipamentos importados da Suíça e Alemanha garantirão o atendimento a qualquer alternativa no mercado de tecidos, sempre sujeito — em alguns produtos — a flutuações da moda.

É para este segundo programa de expansão que o grupo industrial procura recursos entre os depositantes dos artigos 34/18 no Banco do Nordeste, reabrindo novamente a empresa a novos acionistas.



Os mais modernos equipamentos foram importados para modernização das Companhias Industrial Pernambucana e Agro Fabril Mercantil



A Cia. Industrial Pernambucana foi a primeira fábrica de tecidos a utilizar os estímulos da SUDENE e do BNB

HISTÓRIA DE UMA LUTA DE 4 ANOS

A história da USIBA pode ser contada em rápidas palavras. Mas é a história de uma luta incessante, um trabalho sério e criterioso, no qual técnicos brasileiros e estrangeiros dedicaram e dedicam seu esforço, pois a batalha não terminou.

Após um estudo minucioso da economia nordestina e sua capacidade potencial, a SUDENE — órgão responsável pelo esforço que está sendo realizado pelo Governo brasileiro para recuperação do Nordeste e sua integração definitiva na corrente do desenvolvimento nacional — identificou as causas da relativa estagnação econômica e concluiu ser indispensável o aumento da oferta de produtos siderúrgicos naquela região.

Os estudos do mercado regional demonstraram a necessidade de ser posto à disposição da indústria nordestina, em 1968, um volume de chapas — na mais conservadora das hipóteses — da ordem de 130 mil toneladas, uma vez que a produção de perfisados de aço estava assegurada pelos projetos privados.

Diante desses fatos, foi decidida a implantação de uma usina siderúrgica no Nordeste, devendo-se a localização no Estado da Bahia, entre outros fatores, à existência de gás natural no território baiano, o que permitiria a utilização do processo de redução direta, já comprovado em escala industrial no México.

Desse modo, em agosto de 1961, o Governo Federal designou uma comissão com a finalidade de selecionar o Escritório Técnico que deveria elaborar um estudo de viabilidade.

Após a análise e comparação de todas as propostas, a Comissão opinou pela aceitação da pertencente à firma The M. W. Kellogg Co. Para justificar essa decisão, vale transcrever a declaração de voto do representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico:

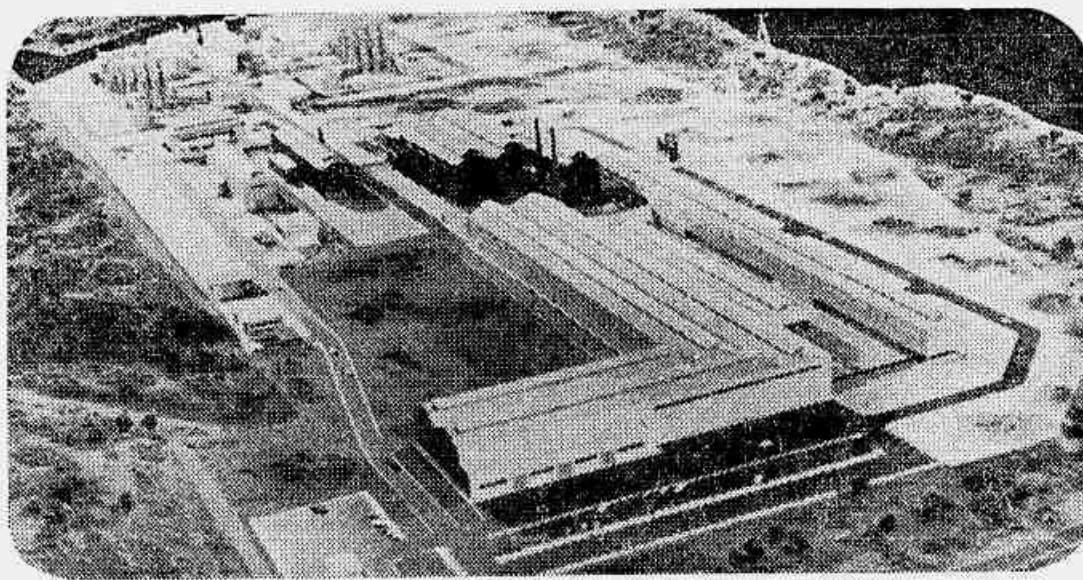
Justificando esta opinião, acentuou que "em confronto com as demais, a firma norte-americana Kellogg, além de oferecer os serviços pelo menor preço, é a detentora da patente de redução direta indicada pela SUDENE para ser adotado no projeto. A experiência da Kellogg, neste particular, acumulada em 1955, com o desenvolvimento do processo em escala industrial na usina da Hojalata y Lámina S. A., no México, a coloca em posição privilegiada para a elaboração do projeto conferindo-lhe o idealizado pela SUDENE.

No trabalho elaborado pela Kellogg, foram definidas em princípio as linhas de produção, equipamentos, consumos, custo de produção e uma série de outros elementos que confirmaram plenamente os estudos anteriores da SUDENE. Ficou evidenciado, também, que o projeto constituía igualmente uma aplicação de capital rentável a partir do primeiro ano de operação, o que é muito raro em empreendimentos siderúrgicos.

Nestas condições, após submeter o estudo apresentado à apreciação da Cia. Siderúrgica Nacional e da Cia. Vale do Rio Doce, a SUDENE, devidamente autorizada pelo seu Conselho Deliberativo, liderou a criação de uma sociedade que foi denominada "Usina Siderúrgica da Bahia S. A. — USIBA", e cuja fundação teve lugar no dia 29 de julho de 1963.

A criação da sociedade, por si só, não representou o coroamento final da batalha, apesar de haver sido o passo decisivo. Praticamente nada do que já foi conquistado chegaria a bom termo não fora a participação decisiva de três eminentes homens públicos — Euler Bentes Monteiro, Superintendente da SUDENE; Albuquerque Lima, Ministro do Interior e Luís Viana Filho, Governador da Bahia.

O General Euler Bentes Monteiro defendeu com energia a inclusão do Projeto USIBA na Carta do Nordeste, em agosto último, quando o Governo da República transferiu-se para Pernambuco. O Governador Luís Viana Filho luta pela USIBA desde o tempo em que ainda era Chefe da Casa Civil do Governo Castelo Branco. O Ministro Albuquerque Lima, por sua vez, sempre deu todo apoio à criação de uma siderúrgica na Bahia, por considerar o projeto fundamental no desenvolvimento do Nordeste.



Não futuro cada dia mais próximo, os nordestinos poderão ver a USIBA — cuja maquete aparece projetada — funcionando a todo vapor

USIBA, O IMPULSO DO NORDESTE TRADUZIDO EM AÇO

— Nossa empresa, mesmo sendo de iniciativa do Governo federal, será organizada para dar lucro logo no primeiro ano. Mentalidade empresarial em empreendimentos governamentais é o nosso lema. Cúscio é que custar.

Quem faz a afirmativa, com gestos calmos mas decididos, é o engenheiro Américo Barbosa de Oliveira, cuja notoriedade como técnico e economista já ultrapassou as fronteiras do País. Quem o ouve falar — de modo otimista mas sem delírios irreais — sabe por que a Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA —, empresa onde a SUDENE é majoritária nas ações, tem um futuro certo na economia nacional. O otimismo do engenheiro Américo Barbosa de Oliveira tem razão de ser: a USIBA deverá atingir um faturamento anual de NC\$ 80 milhões, contribuindo para a melhoria das condições econômicas e sociais do Nordeste pela geração de rendas em salários — cerca de NC\$ 2 milhões por ano —, aquisição de matérias-primas e utilidades locais (NC\$ 15,6 milhões por ano, aproximadamente), utilização de serviços públicos e privados, pagamento de impostos estaduais (NC\$ 9,5 milhões de ICM por ano) federais (NC\$ 3,2 milhões por ano).

AS BASES DO OTIMISMO

Localizada a poucos quilômetros de Salvador, a Usina Siderúrgica da Bahia S. A. permitirá que seus produtos sejam ofertados em condições bem mais vantajosas do que os das usinas do Centro-Sul, porque sofre menor incidência de fretes para os centros consumidores. Por outro lado, em função da maior proximidade desses consumidores e da atenção exclusiva ao mercado da Região, a USIBA poderá oferecer melhores condições de venda — garantia de entrega dentro de prazos menores e assistência mais eficaz — do que os fornecedores do Sul do País.

Indústria que incorpora a tecnologia mais avançada do mundo em redução direta, aproveitando gás natural, a USIBA tem encontrado apoio na obtenção de recursos financeiros. Além dos três principais fundadores — SUDENE, CVRD e CSN, já conta com mais de mil milhões de dólares em empréstimos de longo prazo concedidos pelo Artigo 18-B da legislação do Imposto de Renda.

OS NÚMEROS DO PROGRESSO

Após a criação da SUDENE, em 1959, a Região Nordeste vem apresentando elevado ritmo de crescimento. Nesse período foi concentrada enorme soma de recursos em obras de infra-estrutura — setores de transporte, energia e saneamento básico —, o que possibilitou a elevação do consumo anual de energia per capita de 45 para 90 kWh na área de concessão da CHESF e o aumento da extensão das rodovias pavimentadas de 1.925 para 4 mil quilômetros.

Além disso, a concessão de incentivos fiscais, comerciais e creditícios pela SUDENE, com a finalidade de implantar e ampliar as indústrias, permitiu o apoio a cerca de 384 projetos no período 1960-66, representando investimentos da ordem de 475 milhões de dólares.

Em consequência dessa política, o crescimento do Produto Interno Regional teria atingido uma taxa média anual de 6,5%, durante a vigência do II Plano Diretor (1963/65), superior à taxa nacional e à registrada no Centro-Sul do País.

O III Plano Diretor da SUDENE, ora em execução, prevê investimentos em infra-estrutura da ordem de NC\$ 741 milhões, objetivando alcançar diversas metas da maior importância para a economia nacional, entre as quais as seguintes:

1. elevar o consumo per capita de energia elétrica de todo o Nordeste;

2. implantar 1.800 quilômetros de rodovias e pavimentação de 780 quilômetros;

3. estender o programa de construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água a 145 cidades;

4. instalar esgotos sanitários em 80 cidades.

O volume de inversões asseguradas pelo Plano, juntamente com a expansão e implantação do parque industrial, permitirá a obtenção, segundo a SUDENE, de uma taxa anual de crescimento de 7% do Produto Interno Regional, no período 1965-68.

Além, também no que se refere à Região Norte do País, o otimismo é justificado: pode-se esperar um aumento da taxa de crescimento nos próximos anos, em razão da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, que irá operar nos mesmos moldes da SUDENE.

AS RAZÕES DO ENTRAVE

E do conhecimento de todos que existe no Nordeste, com dimensão apreciável, um mercado crescente para chapas grossas, chapas finas a quente e a frio, paralelamente a um mercado potencial para folhas-de-flandres. Principalmente com relação a este último produto, o consumo nos últimos anos reflete uma demanda fortemente contida pela escassez da oferta interna, acrescida de dificuldades de importação.

Os produtos siderúrgicos que chegam à Região são onerados pelo custo elevado resultante das grandes distâncias a vencer. As dificuldades para o abastecimento provêm principalmente da precariedade dos sistemas de transporte e da ineficiência das comunicações. Desse modo, as indústrias têm de trabalhar com estoques acima do normal, arcando com o correspondente ônus financeiro. Além disso, no caso particular das folhas-de-flandres, os consumidores nordestinos sofrem a natural concorrência das da Região Centro-Sul, melhor situadas em face do único fabricante nacional, até bem pouco tempo incapaz de abastecer a totalidade do mercado nacional.

AS SOLUÇÕES À VISTA

Pensando em todos esses obstáculos ao desenvolvimento das indústrias processadoras de produtos siderúrgicos — as quais necessitam chapas de aço por menor custo, em condições de venda normais e em quantidades e qualidades adequadas à demanda — a USIBA encontra a sua função de produzir aço sob condições competitivas em qualidade e preço.

A oferta de produtos planos de aço constituirá novo fator de desenvolvimento, proporcionando a implantação de novas indústrias consumidoras.

Para que uma usina desse tipo seja fator realmente positivo dentro da conjuntura regional é necessário que atenda às seguintes características:

1. emprese substancialmente matérias-primas e utilidades básicas encontradas na Região, cabendo destacar — no caso da USIBA — ao gás natural, energia elétrica, eletrodos, ferro-ligas, calcário, fluoreto etc.

2. seja rentável, de modo a gerar recursos para sua própria expansão, embora projetada para uma escala inicial de produção relativamente baixa;

3. o investimento total e os custos de produção sejam aceitáveis dentro do panorama da economia nacional e do Nordeste em particular.

OS BONS EXEMPLOS

A boa execução de um projeto com essas características não é tarefa simples, muito embora perfeitamente possível de ser realizada. Exige longo e cuidadoso trabalho, pois tem de atender à moderna tecnologia sem incorrer nos riscos do pioneirismo. O Estudo Preliminar feito pela M. W. Kellogg para a SUDENE indicou sua viabilidade, conforme prova o projeto completo agora, do qual é peça essencial o trabalho elaborado pela Swindell-Dressler Co. Pittsburgh, com a colaboração da USIBA e a consultoria do Battelle Memorial Institute, de Columbus, Ohio.

Um dos aspectos mais importantes do projeto é o que diz respeito aos testes industriais de redução direta e fabricação de aço a partir de ferro-esponja, realizados na Usina da Hojalata y Lámina S. A. de Monterrey (México), com 400 t. anuais de ferro da Companhia Vale do Rio Doce.

Os testes feitos nas instalações de redução direta a gás, da aciaria elétrica e da laminação de chapas da usina de Monterrey mostram excelente qualidade. Por outro lado, foram constatados sensíveis aumentos de rendimento no longo do processo, em compensação com os normalmente obtidos no México.

Ainda como inovação tecnológica a ser adotada pela USIBA, pretende-se instalar uma máquina de Laminamento Contínuo como solução para a fabricação dos produtos primários (placas de aço). Não cabe mais dúvida a exequibilidade técnica da aplicação deste processo à linha de produção da USIBA. O número crescente de unidades semelhantes projetadas ou em operação nas principais siderúrgicas mundiais resulta da real compreensão dessa exequibilidade. A solução com laminamento contínuo não é obrigatória, mas apenas altamente aconselhável por suas vantagens técnicas e econômicas.

A BOA LOCALIZAÇÃO

A Usina Siderúrgica da Bahia está sendo implantada no Município de Simões Filho, próximo à localidade de Valéria, no quilômetro 13 da Rodovia Salvador-Peça de Santa Cruz (BR-224), já na área de atuação do Centro Industrial da Arata.

Essa localização não foi escolhida ao acaso: decorreu de estudos e aprofundados estudos, nos quais foram avaliados os diversos fatores significativos, econômicos e técnicos, entre eles a topografia e as condições do solo e subsolo da região, os aços, a minimização dos custos quanto ao abastecimento das matérias-primas e utilidades, o escoamento dos produtos e a localização da mão-de-obra. São o último aspecto, impulsiona-se a construção e manutenção de cidade operária.

Para a implantação da usina foi adquirida uma área de 3,5 milhões de metros quadrados. Na Ponta da Sapucaia, onde será construído o terminal primitivo para recebimento do minério, foi adquirida outra área com 56 mil metros quadrados.

Já foram realizadas todos os estudos geológicos e geotécnicos necessários, enquanto os projetos das obras de infra-estrutura já estão praticamente concluídos. Algumas obras estão em sua fase final de execução, entre elas a estrada de acesso, enquanto outras já foram iniciadas, como abastecimento de água, drenagem do terreno, escritórios e edifícios auxiliares.

A Usina Siderúrgica da Bahia foi adquirida uma área de 3,5 milhões de metros quadrados. Na Ponta da Sapucaia, onde será construído o terminal primitivo para recebimento do minério, foi adquirida outra área com 56 mil metros quadrados.

Já foram realizadas todos os estudos geológicos e geotécnicos necessários, enquanto os projetos das obras de infra-estrutura já estão praticamente concluídos. Algumas obras estão em sua fase final de execução, entre elas a estrada de acesso, enquanto outras já foram iniciadas, como abastecimento de água, drenagem do terreno, escritórios e edifícios auxiliares.

Cláudio Humberto Moniz Braga — engenheiro civil, experiência em siderurgia, foi substituído pela sua carreira na Cia. Siderúrgica Nacional, onde atingiu o posto de Chefe do Departamento de Aciaria em Volta Redonda. Tem oportunidade de estagiar em diversas usinas norte-americanas: Homestead e Fairless, da US Steel; Inland Steel e Sparrows Point, da Bethlehem Steel. De agosto de 1957 a setembro de 1958, fez um estágio de aperfeiçoamento em várias usinas da França, Alemanha e Inglaterra; em Metz realizou o curso do CESSID (Centre d'Etudes Supérieures de la Siderurgie).

Raymundo Pereira Mascarenhas — engenheiro civil, diplomado pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia; ex-professor da Cadeira de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica do Espírito Santo. Em 1963 era Secretário Técnico da Cia. Vale do Rio Doce, para a qual ingressou em 1957, e onde exercia, entre outros, as funções de Chefe da Comissão Especial de Obras Portuárias e Superintendente do Departamento das Minas da Companhia.

Antônio Paulo Moura — bacharel em Direito com relevantes serviços prestados aos Países, tem vários trabalhos publicados no setor de sua especialidade. Integrou o gabinete técnico que estudou e planejou a organização do Ministério da Aeronáutica. Em 1942, estudou e planejou a organização administrativa da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Ocupando cargos de alta relevância, na administração aeronáutica brasileira, em representação do Brasil, na qualidade de Delegado, em Congressos e Assembleias realizadas pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), principalmente sobre Direito Aeronáutico.

Do Conselho Consultivo, fazem parte os Srs. João da Costa Falcão, representando o Governo do Estado da Bahia; Antônio José de Carvalho Silva, representando a Associação Comercial do Estado da Bahia; Alberto Martins Catarino, representando a Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Antônio Dória Machado, representando a Cia. Siderúrgica Nacional; Aguiar Avelar da Luz, representando a PETROBRAS; e Cláudio Victor do Espírito Santo, representando a Cia. Vale do Rio Doce.

A diretoria constitui a própria equipe de trabalho que vem conduzindo os estudos para a organização inicial da empresa. No momento, estuda uma estrutura administrativa básica, flexível e pouco onerosa, de forma a permitir o atendimento satisfatório do serviço no período de projeto, construção e montagem.

O Conselho Fiscal é constituído pelos engenheiros Adolfo Junqueira Aguiar e Paulo Ferreira de Sousa e pelo bacharel Iran Maia Falcão.

A exceção da principal matéria-prima — minério de ferro —, que será transportada por teleferico do terminal marítimo ao pátio da usina, os demais itens de consumo energético por via rodoviária. Apesar disso, tendo em vista possíveis necessidades futuras, foi estudado e projetado um ramal ferroviário em condições técnicas favoráveis. Esse ramal fará a ligação da área da usina com a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e terá uma extensão de aproximadamente nove quilômetros.

O transporte interno na usina será fundamentalmente rodoviário, acompanhando a tendência moderna em usinas de pequeno e médio portes. No caso da USIBA esta solução é altamente favorável devido à inexistência de massas líquidas a transportar (gusa) e à simplificação advinda da disposição geral de suas unidades. Um conjunto de correias transportadoras, carros de transferência e sistemas de rolos complementarão a mesma.

A VISÃO DO FUTURO

A Usina Siderúrgica da Bahia foi projetada de modo a permitir um sensível aumento de sua produção no futuro, de maneira ordenada e econômica.

A área da USIBA, com seus 3,5 milhões de metros quadrados, é suficiente para abrigar qualquer expansão prevista, não só nas linhas atuais, mas em outras que no futuro se deseje instalar (chapas grossas, chapas com outros tipos de revestimento, tubos, aços não comuns, etc.).

A unidade de redução é parte de um plano em que figuram três outras unidades, com todos os sistemas auxiliares de recebimento de minério, descarga e transporte de ferro-esponja, integrados harmonicamente.

Na aciaria foi previsto, não só o prolongamento dos prédios atuais para abrigar os novos fornos elétricos, mas também o emprego futuro de unidades de fusão de maior capacidade (até 120 toneladas por carga), tendo sido os edifícios projetados com esta finalidade.

Algumas unidades — como a laminação a quente, a linha de decapagem e os fornos de recozimento — são facilmente ampliáveis, cabendo assinalar que a laminação a quente deverá operar apenas um turno por dia na fase inicial.

A USIBA foi projetada visando ter sua produção duplicada em uma primeira expansão, com um acréscimo de investimento de 26,5 milhões de dólares. Consequentemente, o investimento adicional por tonelada de aço tem linhas equivalentes será da ordem de 121 dólares apenas.

A PRECAUÇÃO DO PRESENTE

Na projeção da economia da USIBA para os primeiros 20 anos foram empregados critérios conservadores.

Embora a operação da usina possa e deva ser iniciada ainda parcialmente em 1971, considerando-se o início de funcionamento apenas em 1972, com uma produção de 30% da capacidade. Nos anos seguintes admitir-se-á que a produção alcance 100% de sua capacidade. Justifica-se esse critério pela demanda real de chapas existentes no Nordeste e pela posição da usina em relação a esse mercado.

Os resultados financeiros aqui representados foram calculados com base nos preços atuais de venda da Cia. Siderúrgica Nacional (FOB-usina), mantendo-se os mesmos critérios adotados no trabalho elaborado pela Swindell-Dressler, a exceção de:

— atualização do preço da energia elétrica;

— adoção da sugestão feita pela S-D, mas não incluída no projeto, para aglomeração das finos de minério de ferro, o que permitiria o aproveitamento total dessa matéria-prima.

Com a estrutura de capital já indicada, a USIBA poderá garantir dividendos aos acionistas preferenciais a partir do primeiro ano, podendo distribuí-los efetivamente a partir do terceiro ano.

Computando-se o período de operação nos primeiros 20 anos de funcionamento, resultam os seguintes totais acumulados:

	US\$ milhões
Faturamento	589
Despesas de Operações e Vendas	313
Amortizações das dívidas	56
Juros	25
Dividendos (ações)	41
Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)	61
Imposto de Renda	21
Recursos para reservas diversas e reinvestimentos	71

O APOIO DOS SULISTAS

Apesar de seu objetivo regional, a USIBA é uma empresa de caráter nacional, pois recebeu o apoio de milhares de empresários do Sul do País, notadamente de São Paulo.

O capital atual da USIBA é de NC\$ 22 milhões — 850 ações da SUDENE, NC\$ 6,4 milhões; Cia. Vale do Rio Doce, NC\$ 1,6 milhões; Cia. Siderúrgica Nacional, NC\$ 50 mil, além de 100 ações — que aplicaram recursos oriundos do Imposto de Renda — com NC\$ 15.870 milhões. Deles, 65% pertencem a contribuintes do Estado de São Paulo, 12% de Rio Grande do Sul, 9,3% da Companhia, 3,2% do Nordeste e 8,1% de outros.

A USIBA já investiu NC\$ 3,4 milhões em estudos e projetos para implantação da infra-estrutura da usina e das instalações industriais propriamente ditas, bem como na aquisição do terreno, locação topográfica, sondagens geológicas e geotécnicas, construção de estradas de acesso e dos serviços de abastecimento de água etc.

Admitindo a possibilidade de obter financiamentos da ordem de 60% do investimento total, o montante de recursos próprios necessários à implantação da usina atinge a cerca de US\$ 36,3 milhões, ou NC\$ 93 milhões.

Até agora, a mobilização desses recursos que constituem o capital da empresa, efetivou-se por subscrição de ações ordinárias (SUDENE, Cia. Vale do Rio Doce e Cia. Siderúrgica Nacional) e de ações preferenciais, adquiridas por contribuintes do Imposto de Renda, com as quantias depositadas no Banco do Nordeste, para aplicação na Região. No futuro, a responsabilidade será da SUDENE e dos contribuintes do Imposto de Renda.

De acordo com as prioridades estabelecidas na legislação, 75% do capital poderá ser constituído de ações preferenciais — NC\$ 73,5 milhões — restando à SUDENE e outros a integralização de NC\$ 24,5 milhões, até 1971.

O INVESTIMENTO CERTO

As inversões fixas necessárias à concretização do empreendimento, incluindo obras de construção civil, compras de equipamentos, montagem e elaboração do projeto, atingem cerca de 80 milhões de dólares (NC\$ 216 milhões), distribuídas do seguinte modo:

	US\$ 1.000
— Preparação do terreno, sistemas de abastecimento de água e esgotos, fornecimento de energia elétrica e gás natural	6.441
— Terminal Marítimo e Teleferico	2.605
— Pátio de minério (incluindo aglomeração de finos)	1.710
— Unidade de Redução Direta HyL (*)	8.261
— Aciaria	9.442
— Laminação a Quente	14.359
— Laminação a Frio e Estampamento (*)	25.727
— Oficinas de Manutenção, Almoxarifado e Órgãos Auxiliares	1.372
— Eventuais	2.043
— Elaboração de Projeto, Supervisão da Construção e da Montagem	8.342
— Total	80.302

(*) — Inclui as taxas de "Royalties" correspondentes a, respectivamente, US\$ 1.250.000 e US\$ 400.000.

Tais cifras correspondem a um investimento de cerca de US\$ 367 milhões de dólares (NC\$ 1.037 milhões). De acordo com os estudos realizados, pode-se afirmar que pelo menos 80% desses dispêndios são efetivos, e no Brasil, incluindo não só serviços de infra-estrutura e construção dos edifícios, como também aquisição e montagem de boa parte dos equipamentos.

As despesas de pré-operação — administração e juros que serão pagos durante a construção — foram orçadas em US\$ 7,9 milhões, e a constituição do capital de giro em aproximadamente US\$ 2,8 milhões.

A mobilização de recursos para a concretização do empreendimento foi considerada de forma a utilizar ao máximo os créditos externos e internos, reduzindo a necessidade de capital.

Com esse critério conseguiu-se calcular a estrutura financeira do projeto com 40% de capital e 60% de financiamentos diversos, ou seja, em cifras arredondadas:

	US\$ milhões
Capital (SUDENE e recursos dos Art. 34-18)	36,2
Financiamento externo	20,0
Financiamento interno	16,7
Financiamentos nacionais	16,7

A EXPANSÃO PROGRAMADA

O programa de produção da USIBA foi determinado tendo-se em

vista o atendimento ao mercado existente para cada um dos produtos planos de aço e também, de modo a proporcionar uma utilização racional e eficiente do equipamento previsto para a primeira fase.

O quadro a seguir permite uma comparação entre a produção do mercado para o ano de 1973, primeiro ano de funcionamento, e plena capacidade — e o programa de produção da usina com linha de produção contínua.

Constatase assim que a participação da USIBA no mercado regional deverá ser aproximadamente 75%. Os seus produtos terão uma largura máxima de 1.000 mm abrangendo as seguintes faixas de bitolas:

Chapas grossas a quente: 1.900mm (0,075") a 4,76mm (3/16")

Chapas finas a frio: 0,46mm (0,018") a 1,90mm (0,075")

Folhas-de-flandres: 66 80 a 107 libras base.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

TÉCNICA E INFRA-ESTRUTURA
SÃO PONTOS PRINCIPAIS

Trazida para o Nordeste pela fermentação social desencadeada por Francisco Julião e suas Ligas Camponesas e confundição, no seu todo, com o programa da AID norte-americana, a ajuda externa — técnica e financeira — cumpre importante missão no desenvolvimento da região. Embora revele uma tendência à redução no campo assistencial essa ajuda será lembrada no futuro como importante deflagrador deste processo promocional.

De Francisco Julião à revolução de março a região recebeu muito mais recursos que nos dois últimos anos, dando margem a que seus principais defensores no passado preocupassem-se com essa tendência. A ajuda, tipo Aliança para o Progresso, está cedendo lugar às negociações com bancos internacionais de fomento, transferindo para essa órbita as solicitações regionais.

FONTES

Fontes brasileiras ligadas à ajuda externa, ouvidas no Recife, ou cujos pronunciamentos tiveram eco nessa Capital, apontam dois fatores mais responsáveis pela antecipação da morte da Aliança: o Congresso dos Estados Unidos e a guerra do Vietnã e seu pesado ônus sobre a AID norte-americana.

— O dinheiro da Aliança para o Progresso é como a linha do horizonte, nunca está onde esperamos.

Essa exclamação do ex-Governador Paulo Guerra, primeiro dirigente pernambucano após a revolução, bem poderia exprimir a angústia dos atuais dirigentes nordestinos quanto ao futuro da ajuda financeira norte-americana ao Nordeste.

Noutra afirmação, nesse ritmo, o ex-Governador Aluízio Alves acentuava, em artigo para a imprensa recifense, que "o impulso inicial da Aliança perde, dia-a-dia, sua força e velocidade", culpando os congressistas norte-americanos por sua visão restrita da APP.

— As periódicas vindas de congressistas às áreas de atuação para investigações voluntárias ou oficiais, as críticas da imprensa norte-americana, os discursos severos de deputados e senadores, a crescente diminuição de recursos e projetos, tudo indica que o impulso inicial perde, dia-a-dia, sua força e velocidade".

Esse tom de *requiem* acompanha, em escala regional, os pronunciamentos de eminentes personalidades do Continente e até mesmo de ex-funcionários do programa idealizado e impulsionado pelo ex-Presidente Kennedy. O mais recente economista Rosenstein-Rodan lembrava que a Aliança perdera a primeira batalha contra o subdesenvolvimento na América Latina e era preciso não perder a guerra.

Outro problema nos bastidores: as denúncias de irregularidades na aplicação de verbas para educação apontadas por um ex-Auditor da USAID-Nordeste. Este, em declarações à imprensa do Recife, afirmava que nos Estados de Paraíba e Maranhão verbas da Aliança teriam sido desviadas. A SUDENE e a USAID, no Recife, não confirmaram as acusações, informando que tais projetos estavam sob avaliação e prematuros seriam quaisquer afirmações neste sentido.

HISTÓRICO

A ajuda externa maciça ao Nordeste tem sua origem e intensificação na criação da SUDENE e a partir do prestígio das Ligas Camponesas do ex-Deputado Francisco Julião. A medida que jornais e cinemas norte-americanos reportavam-se às ligas, aumentava a preocupação da administração dos Estados Unidos em relação ao futuro nordestino.

Foi o Presidente Kennedy, ao propor a Aliança para o Progresso, quem chamou a atenção do mundo para o problema do Nordeste que ele considerava "uma ilha de subdesenvolvimento agudo no Hemisfério Ocidental". Aqui, 25 milhões de pessoas, numa área maior que a Península Ibérica e demograficamente superior à Argentina, viviam sem expectativa de progresso.

No documento que criou a APP fazia-se menção específica ao Nordeste. Em consequência, um Acordo Brasil-Estados Unidos foi assinado em 1961 para desenvolver, em ritmo acelerado, esta região — problema número um da Aliança então criada. No acordo, propunha-se a aplicação de 131 milhões de dólares para melhorar as condições de vida dos aglomerados nordestinos, até 1965.

Pelo Brasil foi designada a SUDENE, então nascente, para coordenar e orientar a contrapartida nacional no esforço de conduzir o Nordeste ao caminho do progresso. No ano imediato assinaram-se, a nível regional, os primeiros convênios para aplicação de 3,7 milhões de dólares e NCr\$ 5 milhões em educação de base e habitação popular.

Paralelamente, a SUDENE e a ONU iniciavam no Vale do São Francisco estudos para aproveitamento das áreas marginais do maior rio nordestino, enquanto franceses e israelenses se dispunham a cooperar no campo da pesquisa técnica, visando ampliar o horizonte agrícola da região, através da melhoria de produção no Vale do Jaguaribe (50% da área do Ceará) no Piauí e Pernambuco.

Ao mesmo tempo, o BID fornecia uma linha de crédito industrial de 10 milhões de dólares para repasse pelo Banco do Nordeste e mais 22 milhões de dólares para a CHESF e melhoria do abastecimento de água e habitações em diversas Capitais da região. Em 1964 a participação da ajuda externa ao Nordeste atingiu o ponto mais alto com a assinatura, pelo ex-Presidente Castelo Branco, de dois convênios com a USAID para implantação de rodovias e reequipamento dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Nordeste, somando 47 milhões de dólares e NCr\$ 4 milhões.

Há, hoje, um decréscimo nos recursos postos à dis-

posição do Nordeste pela USAID. Entretanto observa-se a ampliação dos financiamentos através do BID. Enquanto em 1965 do grupo USAID-CONTAP recebia o Nordeste 1,9 milhões de dólares e NCr\$ 13 milhões, punha o BID à disposição da região 55 milhões de dólares para crédito industrial e programas de saneamento básico (água e esgotos) em diversas capitais nordestinas.

FONTES

Dez países e 14 organizações internacionais, especialmente os órgãos associados à ONU, prestam assistência financeira e técnica ao Nordeste. Financieiramente, destacam-se a USAID, BID, Banco Mundial, Kreditanstalt bank (Alemanha Ocidental) e Paribas, Banco de Paris.

Tais organizações puseram à disposição do Nordeste, em sete anos de SUDENE, cerca de 400 milhões de dólares que foram parcialmente aplicados ou estão em vias de utilização. É o caso dos recursos do Fundo Alemão (43 milhões de dólares) que alocados à região em 1965 somente foram utilizados, em parte, pela CHESF, aguardando definição quanto a repasse como crédito industrial.

No campo da ajuda técnica — não computada nas cifras —, é constante o fluxo de especialistas indo e vindo do Nordeste e do exterior. Calcula-se que 1 200 técnicos nordestinos já realizaram estágios fora do País e 400 especialistas internacionais prestaram proveitosa ajuda à região, trazendo para o Nordeste experiências bem sucedidas na África, América, Europa ou Ásia.

Nesse particular, os Governos da França, Israel, Japão, Alemanha Ocidental, Estados Unidos e os órgãos associados da ONU muito colaboraram para a elevação do padrão técnico do especialista nordestino. Hoje, o técnico oriundo da SUDENE tem um conceito de homem capaz e de alto grau de especialização.

POR SETORES

As dotações internacionais seguem as diretrizes básicas da SUDENE, concentrando-se, maciçamente, no setor de infra-estrutura (energia, estradas, saneamento básico) e em escala menor na industrialização, como crédito para equipamentos.

Para melhoria das condições e oferta de energia elétrica (CHESF e COHEBE, principalmente), rede de comunicações rodoviárias e água e saneamento foram destacados 136 milhões de dólares. Para créditos industriais foram cedidos 33 milhões de dólares, somente através do BID.

Destaca-se o setor de energia elétrica que já consumiu 65 milhões de dólares de empréstimos e rodovias com 40 milhões de dólares. Para água e esgotos está a SUDENE com compromissos de 31 milhões de dólares tomados no BID. Outro grande consumidor de recursos, é a assistência alimentar da USAID que, segundo dados oficiais da agência norte-americana, somam 67 milhões de dólares.

Em informe oficioso, a USAID admite ter aplicado, diretamente, no Nordeste, entre 1961 e 1966, 267 milhões de dólares, entre investimentos — 204 milhões de dólares — e doações de equipamentos, bolsas-de-estudo e Alimentos para a Paz — 67 milhões de dólares.

PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS

Técnicos em cooperação internacional admitem que a SUDENE será obrigada a uma revisão de estratégia se pretender captar recursos externos para o desenvolvimento da região. Explicam que o esforço de guerra dos Estados Unidos está inflando nas disponibilidades para empréstimos ao exterior e as necessidades futuras da região no campo das grandes obras forçarão a tomada de negociações com entidades multinacionais ao invés dos contatos bilaterais.

Apontam como a grande esperança da região o Banco Mundial e um reforço das disponibilidades do BID para a realização, até 1970, de alguns projetos de alta absorção de recursos e maior interesse para a região. Citam a BR-101 — para a qual o BID já se dispôs a emprestar 45 milhões de dólares — e a instalação dos grandes projetos de irrigação nos Vales do São Francisco e Jaguaribe, que beneficiarão diretamente o Centro-Oeste de Pernambuco e Bahia e a metade do Estado do Ceará.

Quanto à ajuda técnica, vai ser igualmente modificado o quadro atual em face da disposição da OEA em fornecer avaliadores de planos globais e da ONU, oferecendo técnicos em engenharia de manutenção e instalação de programas hidrícos, setor em que o País não dispõe de *know-how*. A experiência nacional em irrigação não recomenda sua utilização.

Neste campo, o Estado de Israel comprometeu-se com a SUDENE em enviar técnicos para realizar programa no Piauí, utilizando-se os portos e recursos de água subterrânea, identificados através de um convênio entre a SUDENE e o Governo francês. É quase um trilhão de metros cúbicos de água que jaz no subsolo da bacia Piauí-Maranhão, podendo utilizar-se, anualmente, uma carga de 50 bilhões de m³ para melhorar as condições agrícolas do mais pobre Estado nordestino.

Na recente reunião do FMI, o Superintendente do órgão entregou ao Ministro da Fazenda uma proposição do Nordeste: sua inclusão na faixa de financiamentos para Nações de baixa renda *per capita* do Banco Mundial.

Argumenta o órgão regional, que sendo a região o maior aglomerado americano com renda inferior a 200 dólares, poderia ser equiparado às Nações pobres que obtêm do BM financiamentos com dez anos de carência, resgatáveis em 40 e pagáveis em moeda local.

Se for levada em consideração a argumentação da SUDENE poderá o Nordeste financiar os grandes projetos de irrigação às margens do São Francisco e no Vale do Jaguaribe, no Ceará, organizando a economia de áreas centrais, dentro do programa de interiorização do desenvolvimento, meta proposta pelo atual Governo do Brasil.

Certos de que uma grande empresa não deve apenas se preocupar com a produção, mas também se integrar na realidade da região, incentivando o aparelhamento de novos valores, os Grandes Moinhos do Brasil S.A. — Moinho Recife instituíram no Nordeste um prêmio de NCr\$ 1 mil para o melhor trabalho no setor agropecuário. Trata-se do Prêmio Moinho Recife, hoje de repercussão nacional.

Para tanto, há seis anos que essa empresa modelar está premiando novos valores, técnicos de renome internacional, e lançando no cenário tecnológico brasileiro pessoas que há muito pesquisavam mas que, em sua maioria não tinham recebido ainda o justo reconhecimento público, envolvidos no anonimato de seus gabinetes de trabalho. E esse ano o prêmio coube ao agrônomo Fernando Melo do Nascimento, da SUDENE.

O PRÊMIO

Além do prêmio de NCr\$ 1 mil, o vencedor recebe ainda uma medalha de ouro e um diploma em pergamimho, sempre desenhado por um artista pernambucano. Seu curriculum vitae também é publicado nos jornais locais, e a entrega do Prêmio é revestida de grande solenidade, numa magnífica consagração popular e universitária.

A comissão julgadora das teses leva sempre em conta os seguintes requisitos: estudos, trabalhos e pesquisas que melhor se integrem na realidade do Nordeste; que tenham repercussão na atividade agropecuária e avícola; e a série de títulos, diplomas e posições ocupadas por seu autor.

Por tudo isso, o Prêmio Moinho Recife é o de maior importância em toda a região, e um dos mais importantes do País. Idealizado pela atual gestão geral, tem sido louvado por personalidades brasileiras e é responsável por trazer à ciência nacional legítimos valores da cultura e da inteligência nordestina, técnicos respeitados e com grande pauta de serviços prestados ao desenvolvimento da região, através de valiosos trabalhos científicos e conclusões que são hoje, inclusive, objetos de consulta mundial.

OS PRIMEIROS LAUREADOS

Em 1962, quando instituído o prêmio, o ganhador foi o Professor Guimarães Duque. No ano seguinte, o Professor Renato Dantas Velloso foi o vencedor do III Prêmio Moinho Recife tendo, no ano seguinte, o Professor Augusto Chaves Batista sido o vencedor quase por unanimidade. Estes, são nomes de grande importância em pesquisas sobre assuntos relacionados com o Nordeste. O primeiro, com trabalhos sobre águas da região. O segundo, no



O prof. Fernando Melo do Nascimento, laureado com o "Prêmio Moinho Recife", num grupo feito no gabinete da gerência-geral do Moinho Recife, vendo-se em sua companhia os Srs. Danilo Seidman e Antônio Coelho Malta, da Comissão Julgadora daquele certame, e o Sr. Elmer Junovitz

PRÊMIO MOINHO RECIFE JÁ
TEM REPERCUSSÃO NACIONAL

campo da genética, o terceiro é o maior estudioso do algodão e suas fibras industriais e o quarto, uma das maiores autoridades em micologia.

O Sr. Otávio Gomes de Moraes Vasconcelos recebeu o prêmio em 1966, tendo este ano, quando já concebia pela segunda vez, o Sr. Fernando Melo ganhou o disputado troféu. Inscrito ainda como simples engenheiro agrônomo, o atual vencedor do Prêmio Moinho Recife é agora Diretor do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE.

QUEM É O LAUREADO DO ANO

O Sr. Fernando Melo do Nascimento é doutor em Agricultura e Genética pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil e Professor Catedrático de Agricultura especializada na Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Pernambuco.

Suas obras são de grande valor, e sempre que alguma equipe de estudos, ou grupo estrangeiro, ou instituição de outros países quer se inteirar dos pro-

blemas da agropecuária da região, consulta os trabalhos do Sr. Fernando Melo.

COMEÇO

O atual Diretor do Departamento de Agricultura da SUDENE começou suas pesquisas sobre o algodão moço quando era Diretor da Estação Experimental do Rio Grande do Norte. E fazendo um levantamento estatístico, comprovou que aquele Estado, embora fosse o principal produtor de fibras longas do Brasil, estava fazendo classificações unicamente por tradição. Diante disso, o Sr. Fernando Melo adotou medidas que recuperaram em parte o algodão fibra longa.

Atualmente, nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, esta linhagem criada pelo Sr. Fernando Melo cobre toda a área semi-árida, numa prova evidente de que é a melhor que se adapta ao clima e condições da Região.

O PRÊMIO

Para o Sr. Fernando Melo, o Prêmio Moinho Recife é de

grande importância para o Nordeste, "uma vez que estimula os técnicos que vivem no anonimato e nos distantes cantos e oferece a oportunidade de ver reconhecidos seus trabalhos".

— Constitui-se um exemplo que deveria ser imitado por outras empresas do Nordeste, como um incentivo à pesquisa no terreno agropecuário. Sem pontos desta espécie, torna-se muito difícil o desenvolvimento da agropecuária da Região, pois os técnicos não se sentem estimulados e não encontram meios de divulgação para suas ideias e trabalhos.

ENTREGA DO PRÊMIO

Presidida pelo Governador Nilo Coelho, e contando com a presença de professores, universitários e outras personalidades, realizou-se no dia 11 passado a cerimônia solene de entrega do "Prêmio Moinho Recife" ao Sr. Fernando Melo do Nascimento. A solenidade fazia parte do programa do Congresso Nacional de Agronomia, que se realizou no Recife.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

APLICAÇÕES GLOBAIS - NCr\$ 412.268.277,39

No momento em que vem de completar três lustros de existência profícua e continua, caracterizando-se como Banco de Desenvolvimento regional dos mais completos, registra o BNB o expressivo crescimento de suas aplicações por atividade e econômica, conforme o demonstram os dados abaixo, extraídos do balanço de 05 de setembro último.

A INDÚSTRIA
NCr\$ 247 460 699,78

As aplicações no setor industrial se processam principalmente para formação de capital fixo das empresas e financiamento de serviços básicos. No primeiro caso, tem em vista a instalação de novas indústrias e a modernização das já existentes. No segundo, destina-se à implantação ou melhoria de serviços essenciais à comunidade: água e esgotos, energia, comunicações etc. Dêse total, 81,6% correspondem às aplicações no setor privado e ... 18,4%, no setor público (Governos Estaduais, Municipais e Autarquias).

A AGRICULTURA
NCr\$ 128 140 341,05

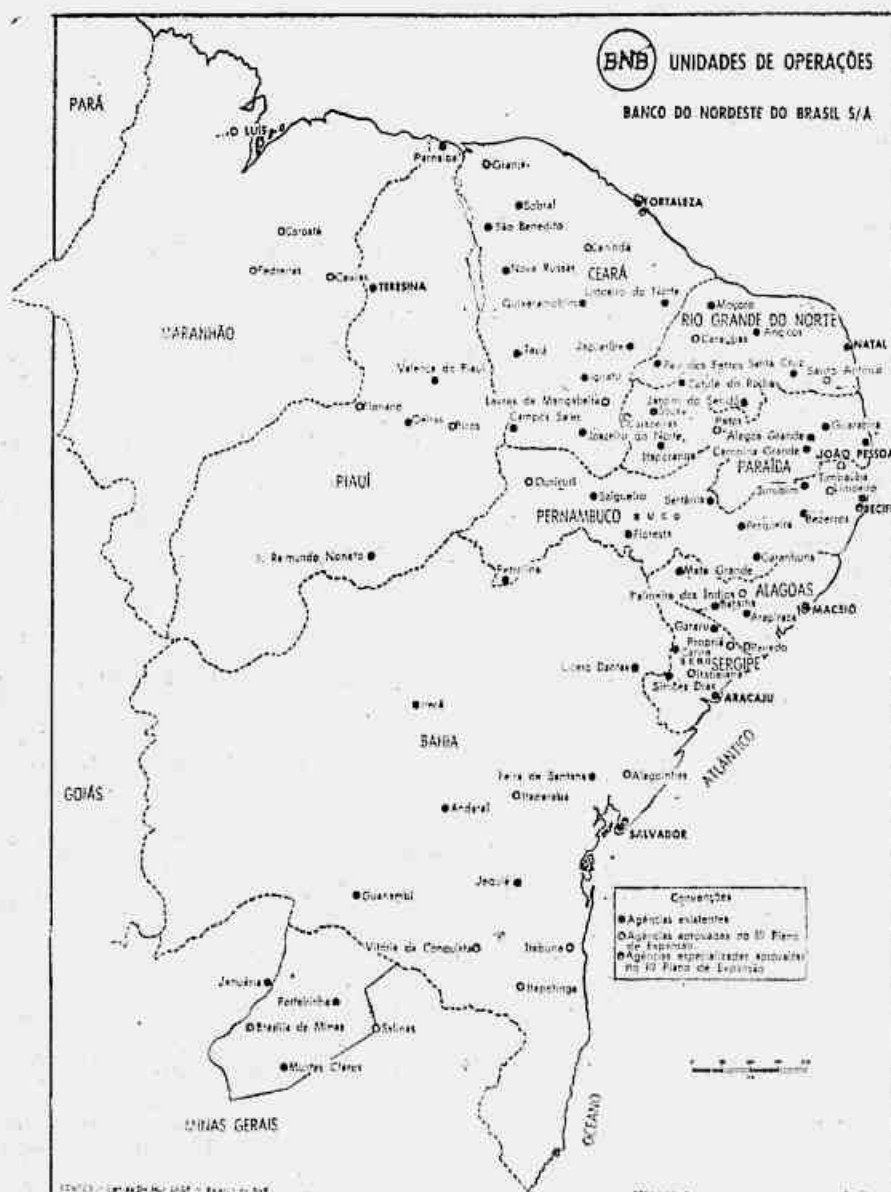
A assistência prestada pelo Banco ao setor agropecuário tem por finalidade a concessão do crédito ao produtor diretamente ou através de cooperativas, observados dois

aspectos: a) *financiamentos para investimentos* (formação de culturas permanentes, construção de açudes, barragens, poços, obras de irrigação e correlatas, aquisição de máquinas agrícolas, construção de armazéns e silos, construção e reconstrução de cercas, e outros melhoramentos) e b) *financiamento para custeio* (custeio de atividades extrativas de entressafras, aquisição de animais para recria, engorda e corte etc.).

AO COMÉRCIO
NCr\$ 36 667 237,06

O BNB, utilizando recursos próprios e ou-

tros de pronta liquidez, vem efetuando empréstimos para reforço e recomposição do capital de trabalho das empresas. Com esse propósito, objetiva oferecer facilidades à comercialização dos produtos incrementando, consequentemente, a circulação de riquezas na Região.

COCESP DINAMIZA PLANO DE
PERFURAÇÃO DE POÇOS NO CEARÁ

A Cia. Cearense de Sondagens e Perfurações (COCESP), sociedade de economia mista da qual participa o Governo do Estado do Ceará com ... 93,3% das ações, foi criada com a finalidade de dinamizar o Plano de Perfuração e Instalação de Poços Tubulares Profundos, elaborado pela Secretaria de Viação, Obras, Minas e Energia (SEVOME).

Desde sua criação em junho de 1966, até hoje, executou a COCESP, em convênios com a SUDENE, DNOCS, SUDEC e SEVOME, perfurações em

número superior a 100 unidades, desobstruções e instalações de chafarizes e bombas d'água, proporcionando ao interior cearense, dentro do Plano de Ação Integrada do Governo Plácido Castelo, melhores condições de fixação do homem do campo.

VERBA

A COCESP espera receber, ainda este ano e em 1968, NCr\$ 3 milhões oriundos de convênio com o INDA/IBRA, 60% dos quais para financiamento de poços de

interesse de particulares — com cinco anos de prazo e um de carência —, e 40% destinados a idênticas obras, de serventia pública.

O Governo do Estado do Ceará tem, dentro de suas possibilidades, dado todos os meios para que a COCESP prossiga no seu trabalho de perfurar e instalar poços profundos, valendo-se destacar os esforços do Governador Plácido Castelo, que em sua recente estada na Alemanha firmou convênio que permitirá, dentre outras, a aquisição de uma perfuratriz

rotativa pneumática, última técnica em perfurações, com um rendimento de 60 metros diários.

A maquinaria da COCESP é composta de 25 perfuratrizes Bucyrus-Erie, três compressores Atlas Copco, uma sonda rotativa para minérios. O seu Laboratório de Análises já expediu cerca de mil laudos, contribuição inestimável para que, dentro em breve, se processe um mapa de salinidade e contaminação das águas subterrâneas do Estado do Ceará.

NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA POPULACIONAL COMO PARTE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Rubens Vaz da Costa
(Presidente do Banco do Nordeste do Brasil)

I — INTRODUÇÃO

Não deixa de ser cheio de percalços e de riscos abordar o tema do crescimento populacional e da necessidade de política demográfica clara e bem definida, como parte integrante do nosso desenvolvimento econômico e social. O tema é importante, mas tornou-se igualmente carregado de emoção, e controverso, devido a colocações inadequadas de pessoas que não refletiram sobre a matéria e não se deram ao trabalho de informar-se antes de opinar, e de outros que, por motivos inconscientes, procuram fazer celeuma, confundir os problemas e gerar um ambiente pouco propício ao debate criterioso, responsável, elevado e construtivo.

O tema do crescimento populacional acelerado — geralmente mencionado como a explosão demográfica —, é de interesse de todas as pessoas responsáveis, pela enorme influência que tem o aumento da população no desenvolvimento de cada país, e de todos os países. No Brasil, este tema quase que se tornou impossível de discussão desapaixonada, tal o clima emocional que se criou a seu respeito. Mas, não estamos, os homens de pensamento e os líderes, faltando ao cumprimento do seu dever, se não o passarem a debater de maneira respeitosa e elevada, para que desse debate surja a política populacional que mais convém ao nosso País?

Não sou demógrafo, nem especialista no assunto. E apenas como cidadão responsável e como economista — preocupado com o desenvolvimento econômico e social —, que me atrevo a tentar analisar o problema populacional e a discutir bases ou diretrizes de uma política demográfica explicitamente formulada para atender aos superiores interesses do Brasil.

Digo política "explicitamente formulada" porque nosso País, como muitos outros, vem adotando políticas parciais, isoladas, que têm efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento da população, sem haver previamente definido sua política e metas demográficas.

Parece irônico que nos preocupamos em obter um crescimento de 5% a 7% ao ano do produto nacional bruto, ou em atingir a meta de produzir três milhões de toneladas de aço por ano, ou de instalar até 1975, 15 milhões de kw de potência elétrica, enquanto que o fato de que seremos 100 milhões de brasileiros em 1972 ou 200 milhões antes do ano 2000, ou que se duplicará nossa população nos próximos 23 anos, seja acatado fatalmente, sem qualquer debate. Não é o homem o objetivo último do processo de desenvolvimento? Não é para ele que se desenvolve a atividade econômica? Por que então, não dedicar um pouco mais de atenção ao crescimento do recurso síntese de todos os demais recursos com que conta o País, que é o homem brasileiro?

II — O RÁPIDO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL E SUAS CAUSAS

Estudos de demógrafos das Nações Unidas estimam que a população do mundo era de aproximadamente 3.350 milhões de pessoas em 1966. Cerca de 60% vivem na Ásia, ou seja, quase 1.900 milhões. Segue-se a Europa com 450 milhões, a África com 315 milhões, a América Latina com 250 milhões, a América do Norte com 220 milhões, a Rússia com 235 milhões.

Projetada essa população para o ano de 1980, ou seja, para um período de apenas 14 anos, tem-se que seremos no mundo 4.390 milhões, ou seja, nesse curto espaço, um bilhão de seres humanos virá à luz. Infelizmente, esse bilhão não aumentará a população dos países ricos e prósperos. Sua esmagadora maioria virá reforçar as massas humanas da Ásia, que aumentará em 600 milhões — especialmente na China e na Índia. Também a África e América Latina crescerão enormemente, respectivamente 135 e 125 milhões. Para o Continente norte-americano, para a Europa, para a Rússia e a Oceânia, o aumento global será de 140 milhões, ou seja, pouco mais do que crescerá a América Latina.

Costuma-se pôr em dúvida, com frequência, as estatísticas dos países subdesenvolvidos, como pouco merecedoras de confiança, ou como tendo margem de erro muito grande. Esse não é o caso das estatísticas demográficas e de suas projeções. Assim, o crescimento de um bilhão de seres humanos nos próximos 14 anos é uma realidade inelutável, não obstante as políticas de planejamento familiar que alguns países estão adotando, inclusive a Índia. Tais políticas levam muito tempo para

produzir resultados tangíveis, e poucos são os países em que o assunto está sendo tratado com a seriedade que sua importância exige.

Por que o aumento de um bilhão de pessoas em 14 anos é problema tão importante? Vejamos, em resposta, o crescimento da espécie humana através dos tempos. Diga-se, inicialmente, que ainda não se fez um recenseamento completo da humanidade, mas que os peritos das Nações Unidas têm trabalhado com as melhores estimativas nacionais existentes para chegar às conclusões que se seguem:

A população mundial só atingiu o primeiro bilhão em 1850. Completou dois bilhões 75 anos depois, isto é, 1925. O terceiro bilhão foi alcançado 37 anos mais tarde, ou seja, em 1962. O quarto bilhão será alcançado em 1978, em apenas 16 anos, e o quinto bilhão dez anos depois, por volta de 1988.

Examinemos bem a progressão do crescimento populacional. Foram necessárias centenas de milhões de anos, desde que o *homo sapiens* apareceu na superfície da Terra, até que atingisse a espécie o seu primeiro bilhão. As estatísticas de períodos tão recuados são muito precárias. Supõe-se, por exemplo, que a Idade da Pedra durou cerca de 600 mil anos. Nesse período, a população mundial cresceu a uma taxa anual de 0,02 por mil. Durante os três séculos da era moderna a taxa de crescimento populacional aumentou de quatro por mil para dez por mil, nos anos em que não houve guerra. Em 1963, já a taxa anual de crescimento era de 20 por mil. Assim a taxa de crescimento da espécie humana aumentou de 2% por milênio na Idade da Pedra (paleolítico) para 2% ao ano, ou seja acelerou-se pelo fator mil.

Esta digressão tem por objetivo pôr em perspectiva histórica um passado que não se repete espontaneamente. As baixas taxas de aumento demográfico eram resultante de altíssimas taxas de mortalidade e de outros fatores que desaperceberam para sempre, e de taxas de fertilidade também elevadas. O problema do chamado terceiro mundo é mais sério que o problema do mundo com um todo. A taxa de aumento populacional do mundo usada nas projeções apresentadas é de 1,7% por ano. E, como se sabe, na maioria dos países latino-americanos e africanos, as taxas de crescimento populacional variam entre 3% e 4% por ano. A do Brasil, por exemplo, entre 1950 e 1960, foi de mais de 3% por ano, e a do Nordeste de mais de 2,4%.

As diferenças nas taxas de aumento demográfico, que vão de 0,7%, na Europa Oriental, a 1% por ano na Europa Ocidental, a 1,6% no Continente norte-americano e na União Soviética, chegam a atingir 2,3% na África e 2,7% na América Latina, Continente cuja população cresce mais. Vejamos, por exemplo, que período será necessário a que se duplique a população daqueles continentes e países mencionados, se mantidas as atuais taxas de expansão populacional:

Europa Oriental	100 anos
Europa Ocidental	70 anos
América do Norte	44 anos
União Soviética	44 anos
África	31 anos
Brasil	23 anos
Nordeste do Brasil	29 anos
América Latina	26 anos

O aumento das taxas de crescimento populacional, dos países subdesenvolvidos, é decorrente da interação de vários fatores: o principal deles é, sem dúvida, o declínio da taxa de mortalidade. Três fatores estão contribuindo para esse declínio: a) elevação do nível de vida, em virtude do desenvolvimento econômico que experimentam; b) melhoria das condições de saneamento ambiental e de higiene pessoal; e c) a ação da medicina moderna através dos antibióticos, inseticidas e pesticidas.

As taxas de mortalidade caíram de níveis de 40 a 45 por mil habitantes, a níveis de 10 a 15 por mil. As taxas de natalidade mantiveram-se estáveis em 40 por mil e mais, daí resultando o elevado coeficiente de crescimento demográfico de cerca de 30 por mil, prevalente em tantos países subdesenvolvidos. Esta explosão demográfica é fenômeno que se acentuou consideravelmente no pós-guerra, e que não dá sinais de que venha a se modificar espontaneamente no futuro próximo.

Tem-se argumentado simplistamente que, à medida que os países se desenvolvem, reduzir-se-á a taxa de aumento populacional. Aparentemente, como exemplo, a Europa e os Estados Unidos. Mas, uma análise mais aprofundada dos fatos, mostra que a transição demográfica por que passaram aqueles países foi processo lento, que exigiu muitas décadas, não havendo indícios de que os países subdesenvolvidos de hoje estejam no seu limiar.

A transição de uma dinâmica populacional de altas taxas de mortalidade e fertilidade, que caracterizou milhões da história da humanidade e criou condições premonitórias e condições difíceis de modificar, para uma dinâmica populacional de baixas taxas de mortalidade e de fertilidade, como a que hoje existe nos países industrializados, não está ocorrendo simetricamente em ambos os termos da equação.

O desequilíbrio foi introduzido pela rápida redução das taxas de mortalidade e pela manutenção das elevadas taxas de fertilidade. Nos países atualmente industrializados os dois elementos tiveram uma defasagem de alguns decênios, a diminuição das taxas de mortalidade correspondendo, algum tempo depois, a uma queda nos coeficientes de natalidade. Mas este fenômeno ocorreu a taxas bem mais baixas que as prevalentes nos dias atuais.

As diferenças nas taxas de mortalidade dos países industrializados e dos países subdesenvolvidos são quase insignificantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, a mortalidade é de 9,4 por mil, no Brasil é entre 10 e 13, na Argentina é 8,3, na Dinamarca é 10,1, no Chile é 11,2, na França é 11,1, na Japão é 7,9, e no México, 9,5.

Mas, as taxas de mortalidade apresentam quadro completamente diferente. Vejamos os mesmos países: Nos Estados Unidos a taxa de mortalidade é 19,4 por mil habitantes, no Brasil de 40 a 44. Na Argentina é de 21,8, na Dinamarca 18, no Chile 32,8, na França 17,7, na Jamaica de 30,4 e no México 45,3.

As taxas de mortalidade se equiparam entre os países. As taxas de natalidade são duas ou três vezes mais elevadas nos países subdesenvolvidos. A redução das taxas de mortalidade dos países subdesenvolvidos é processo que durou pouco mais de duas décadas. Quantas décadas serão necessárias para que suas taxas de fertilidade se nivelem às dos países adiantados? Será que se reduzirão espontaneamente, como decorrência do desenvolvimento econômico? Haverá uma transição demográfica naqueles países, sem uma política populacional explicitamente definida e executada?

A própria análise da maneira como se processou a transição demográfica nos países hoje industrializados leva a crer que a história não se repetirá, pois naqueles países a transição demográfica se fez no curso de mais de um século, enquanto as magnitudes populacionais dos países subdesenvolvidos e suas elevadas taxas de multiplicação não darão à humanidade tão longo período de espera. A taxa de mortalidade da população mundial na Argélia em 1946-47 foi maior do que a da Suécia no período de 1771-89, ou seja, um século e meio antes. Mas, no período 1947-1955, em oito anos apenas, a queda da mortalidade na Argélia foi superior à da Suécia no século transcorrido entre 1775 e 1875.

A verdade é que, na dinâmica da transição demográfica, a redução da mortalidade é desejada e aceita por todos, sem discussão. A redução das taxas de fertilidade — o outro termo da equação, é, no entanto, objeto de controvérsia religiosa, política e ideológica, e se presta a toda sorte de discussões e debates de fundo ético, social, demográfico e religioso, nos lares e no âmbito de toda a comunidade. Mas há inevitável necessidade de conciliar e de equilibrar os componentes da equação populacional.

III — CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RÁPIDO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

O rápido aumento da população acarreta consequências econômicas de grande profundidade. É corrente aparecer neste tipo de discussão o espectro malthusiano da fome, devido à suposição de que a população cresce em progressão geométrica, enquanto os produtos agrícolas aumentam em progressão aritmética. Esse tipo de argumento perdeu muito prestígio com o advento da agricultura moderna, que, em alguns países, tem levado à produção e acumulação de volumosos excedentes agrícolas, os quais, no entanto, vêm diminuindo nos últimos anos.

Esta preocupação, por outro lado, não é fácil de ser conciliada com outra mais em voga nos países subdesenvolvidos, qual seja a deterioração secular dos termos de intercâmbio entre produtos primários, principalmente agrícolas, e produtos industriais. Se a humanidade, dentro de algum tempo, vai passar fome, como poderá a agricultura mundial produzir tantos alimentos e matérias-primas agrícolas que seus preços relativos continuem se aviltando?

Para alimentar o bilhão de seres humanos que virão ao mundo nos próximos 14 anos, os agricultores deverão aumentar a produção em cerca de 130 milhões de toneladas de cereais e aproximadamente 140 milhões de toneladas de produtos animais, para manter os atuais níveis dietéticos, que já são extremamente baixos em muitos países.

Mas, o problema não é apenas alimentar a humanidade, embora a situação da Índia e de outros países de muito o que refletir. O rápido crescimento demográfico acarreta a formação de uma população jovem, que requer seja alimentada, vestida e educada e, posteriormente, empregada. Nos países em rápido crescimento demográfico da América Central e da África, 44% da população têm menos de 15 anos de idade, na América do Sul, 41% estão naquela condição; na Ásia, a proporção é a mesma. Os países industrializados têm muito menor parcela de população jovem: os Estados Unidos têm 31%, a Europa Ocidental 23%, a Oceânia 31%, a Rússia também 31%. Assim, os países mais ricos, que dispõem de melhores recursos para educação, os empregam para benefício de parcela que corresponde a entre 1/4 e 1/3 da sua população total. Os países subdesenvolvidos, de escassos recursos, são obrigados a pulverizá-los na educação insuficiente e inadequada de entre 2/5 e quase metade de sua população.

É evidente que essa carga demográfica pesada obriga a que nos países subdesenvolvidos, onde não há escola para todas as crianças e adolescentes, desde cedo os jovens busquem trabalho. Mas ocupações remuneradas exigem investimento de capital que a necessidade de sustentar população inativa tão grande torna difícil e problemático. O crescimento populacional elevado exige também recursos para a construção de habitações, para o provimento de água e esgotos e de meios de transporte, para serviços de saúde e para toda a gama de capital social necessário ao bom funcionamento de uma sociedade moderna.

O rápido crescimento populacional acelera, por exemplo, as migrações dos campos para as cidades, agravando os problemas de emprego, serviço, habitação, educação e outros. As taxas de crescimento das grandes cidades brasileiras são da ordem de 5% ao ano e mais. Isto significa que, se continuarem as tendências atuais, duplicarão suas populações em pouco mais de uma década. Alguém já imaginou como será o Rio de Janeiro, daqui a 15 anos, com mais de dez milhões de habitantes?

A migração dos campos para a cidade merece atenção especial. O processo de urbanização está intimamente relacionado com o desenvolvimento econômico. As populações rurais de todos os países desenvolvidos são hoje parcela muito menor da população total do que eram, digamos, há 20 anos. O Brasil não é exceção.

Mas, nos países altamente industrializados, a força de trabalho rural começou a diminuir em números absolutos em certo estágio do seu desenvolvimento, tendência essa que vem persistindo até o presente.

Vejamos, por exemplo, o caso dos Estados Unidos. O número de pessoas empregadas na agricultura americana aumentou de 4.900 mil em 1850, para 10.900 mil em 1900, atingindo o máximo de 11.600 mil em 1910 e 1920, para começar a declinar a partir da década de 1930, caindo a apenas 4.700 mil pessoas empregadas na agricultura em 1955, ou seja, número menor do que em 1850. A produção agrícola aumentou dez vezes naquele período.

Em nosso País, apesar da rápida migração dos campos para as cidades — às vezes chamada emocionalmente de "êxodo rural" — a população empregada na agricultura continua aumentando em números absolutos. As 64 milhões de pessoas que trabalhavam no setor agrícola em 1920 aumentaram para 9,7 milhões, em 1940, para 10,3 milhões em 1950 e para 12,3 milhões em 1960. Já havíamos atingido em 1960 uma população economicamente ativa na agricultura, superior a dos Estados Unidos em qualquer momento de sua história. E em 1960 o Brasil tinha 71 milhões de habitantes, enquanto os Estados Unidos de 1910 tinham pouco mais de 90 milhões.

A pergunta fundamental é, no entanto, quando começará a diminuir força-trabalho agrícola do nosso País? Mais profunda é ainda a questão de, se a uma taxa de crescimento demográfico de mais de 3% ao ano, será possível aquela redução? Isto implicaria em as cidades absorverem toda a mão-de-obra rural que cada ano deve entrar no mercado de trabalho, além do aumento da mão-de-obra urbana. Teria tal dinamismo o processo de industrialização e a expansão dos serviços do Brasil para absorver mais de um milhão de trabalhadores por ano?

Resposta negativa significa que levaremos ainda tempo considerável para modernizar nossa agricultura, o que exigirá basear o crescimento da produção mais no aumento da produtividade do trabalho e no incremento dos rendimentos do que na incorporação de novas terras e no aumento do número de braços nos trabalhos agrícolas, como será inevitável.

vel se as taxas de expansão demográfica persistirem tão altas. A opção com que se detronta o País é a de repetir o modelo das economias industrializadas — capitalistas ou socialistas — utilizando cada vez menos mão-de-obra na agricultura e ao mesmo tempo aumentando a produção agrícola; ou seguir o caminho da economia da Índia, cuja agricultura tradicional emprega um número tão elevado de trabalhadores, que visualizar sua modernização é um desafio à imaginação.

É óbvio que não devemos conscientemente indianizar a economia brasileira. Poderemos fazê-lo por omissão se não nos apercebermos a tempo da inexorável influência de rápidas taxas de crescimento demográfico sobre as magnitudes econômico-sociais. Não devemos perder de vista que para a população do Brasil chegar aos 500 milhões de habitantes que a Índia tem, necessitamos, de apenas 60 anos, ou seja atingiremos aquela imensa população por volta do ano 2027. Isto se mantivermos a política populacional do presente, que é natalista, ou pelo menos, neutra.

Poderia citar muitas outras estatísticas e dados relacionados com o rápido crescimento demográfico. Vejamos apenas alguns.

É fato conhecido de todos que em nosso País não há, na prática, controle oficial sobre a produção e venda de contraceptivos. Na verdade, são muitas as famílias das classes média e alta das cidades que restringem a natalidade. Mas as famílias rurais e as famílias de mais baixa renda das cidades não dispõem de informação ou de meios para planejar o número de filhos que desejam ter. Isso ocorre que aquelas que podem melhor alimentar, educar e preparar seus descendentes para a vida, têm famílias menos numerosas.

O efeito desse fato sobre a composição da população é que o número de pessoas que nascem e vivem em condições menos favoráveis aumenta proporcionalmente mais do que os que têm melhores oportunidades, daí resultando constante deterioração na composição populacional. Isto é igualmente verdadeiro em escala mundial. Apesar da prosperidade sem precedentes na história da humanidade que os povos vêm experimentando depois da Segunda Guerra Mundial, a população dos países subdesenvolvidos cresce de tal maneira que a porcentagem de pessoas de baixa renda aumenta em relação à população total do mundo. Neste sentido particular, o mundo involui.

Outros aspectos humanos e dolorosos relacionam-se com o crescente número de abortos provocados e com o aumento da marginalidade social, nos grandes centros urbanos.

Sobre este aspecto, permito-me transcrever trecho da pungente mensagem que o Presidente Carlos Lacerda Restrepo enviou no Congresso da Colômbia, no dia 7 de agosto de 1967. "Já examinei o alarmante caso do crescimento demográfico colombiano, antes de tudo como gerador de causas do marginalismo social. A divisão e subdivisão de terras que reduziu ao mínimo; a incapacidade das propriedades agrícolas assim reduzidas para sustentar as famílias camponesas, os efeitos de uma exploração demasiado intensa sobre a destruição dos solos; a emigração a regiões insalubres ou as cidades, às quais chegam as populações rurais sem as condições nem os conhecimentos que lhes permitiriam encontrar ocupação produtiva; o excesso de oferta de mão-de-obra sobre as oportunidades de emprego, são fatores de marginalidade intimamente relacionados com o crescimento demográfico. E, ademais, a insuficiência dos serviços essenciais frente a uma demanda de tal maneira aumentada; falta de escolas e de professores competentes; falta dos serviços de assistência e saúde pública; e o trágico problema da habitação, com suas sequelas de insalubridade e promiscuidade; enfim, o problema da alimentação. Com renda familiar que não pode aumentar no compasso do crescimento do número de filhos, se deteriora a dieta alimentar e sobrepõem fadiga, retardamentos ao desenvolvimento físico e mental. Dentro de uma população que cresce à taxa que aqui se registra, pessoas em número crescente não acham maneira de ter uma existência própria de seres humanos. Não podem ter acesso, obviamente, aos altos prazeres do espírito; à arte, à cultura e serão mínimas suas possibilidades de recreação; a vida diária será árdua e monótona, na aglomeração dos tugúrios, não poderá senão rebaixar-se física e moralmente. Por que estranhar, portanto, que uma sociedade que cresce assim, manifeste tantos fatos de dissolução moral e tanta amargura?"

A situação em nosso País pode não ser tão trágica quanto a da Colômbia. Mas recente Relatório da Presidente da Legião Brasileira de Assistência, D. Iolanda Costa e Silva, à Comissão de Saúde da Câmara Federal, diz: "A questão da procriação à maternidade e à infância e à adolescência no Brasil, no momento atual, é dos mais graves, considerando não só a baixa renda per capita, como também a explosão demográfica agravada pela deficiente produção de alimentos e inadequada assistência médica e educacional. E se não formos tomadas medidas energéticas, eficientes e práticas, nesse momento decisivo que atravessamos, a situação dentro de 5 anos adquirirá tal volume em profundidade que será absolutamente insustentável, como está acontecendo nesse momento, em alguns países da Ásia". Conclui o relatório da Primeira Dama do País, mostrando que dos 12.900 mil crianças de 2 a 6 anos que o Brasil tem, apenas cerca de 200 mil estão sendo atendidas em jardins de infância e escolas maternais, verificando-se um déficit de atendimento a 12.700 mil crianças, que "se não abandonadas totalmente, não estão recebendo a devida educação".

IV — SUGESTÃO DE UMA POLÍTICA POPULACIONAL PARA O BRASIL

Apesar das nossas dificuldades, a verdade é que o Brasil ainda é um país privilegiado no que toca a recursos naturais para o seu desenvolvimento.

A agricultura brasileira, não obstante o que de negativo se tem dito e escrito a seu respeito, ainda é uma das que mais crescem no mundo. Nossa produção agrícola, tomando-se como índice 100 a produção dos anos 32-34, passou de um índice 73 nos anos 1935-39, para o índice 150 em 1962, isto é dobrou a produção total em 25 anos. Apenas o México apresenta índices superiores, naquele período. No que toca, porém, ao crescimento per capita da produção agrícola, o Brasil passou do índice 106 para 116 naquele período (1953 = 100), enquanto o Japão passou de 102 a 146, o México de 70 para 176, Israel de 113 para 153. A maioria dos demais países para os quais existem estatísticas disponíveis registaram declínio na produção agrícola per capita, naquele quarto de século, o que indica situação muito mais séria que a do nosso País.

O Brasil ainda dispõe de muitas terras a incorporar ao processo produtivo e deve colonizar os milhões de quilômetros quadrados de Amazônia. Mas, para fazê-lo, não é condição essencial ou necessária que a população duplique cada 23 anos, como ora está ocorrendo. Bem poucos dos 35 milhões de brasileiros que aumentaram nossa população depois de 1950 têm mostrado inclinação para enfrentar a Amazônia. Tem, na verdade, aumentado as populações das grandes cidades e da costa, onde existem possibilidades ou esperança de emprego, de assistência médica e de educação, por precárias que sejam.

A ocupação da Amazônia e do centro-oeste não pode ser postulada em termos de uma solução para o crescente problema demográfico. Tem que ser equacionada em termos econômicos, de serviços de infra-estrutura, de estradas de penetração e de segurança nacional. Seria um trágico erro pensar que nossa afirmação em vastas áreas do território brasileiro justifica uma política populacional neutra ou expansionista. Um rápido crescimento demográfico, pelo contrário, retardará a colonização da Amazônia, pois exigirá recursos para investimentos em atividades de natureza consuntiva (habitação, escolas, serviços médicos etc.) nas zonas urbanas, que poderiam ser utilizados para os investimentos indispensáveis ao desenvolvimento daquela Região.

Recente declaração dos Chefes de Estado da Índia, Iugoslávia, Finlândia, Coreia, Malásia, Marrocos, Nepal, Cingapura, Suécia, República Árabe Unida e Tunísia, sobre o problema mundial de população, diz: "Cremos que o problema do crescimento populacional deve ser reconhecido como elemento principal no planejamento nacional a longo prazo, para que dessa maneira os Governos possam lograr suas metas econômicas e realizar as aspirações dos seus povos".

A política demográfica como parte integral das políticas nacionais de desenvolvimento foi aceita, em recente reunião de técnicos das Américas em Caracas, como condição essencial para um enfoque correto dos problemas de crescimento da população. E, como disse o Sr. George Woods, Presidente do Banco Mundial, na reunião do Fundo Monetário e do Banco Mundial, no Rio, os problemas de desenvolvimento não serão resolvidos apenas com a pilula e com fertilizantes químicos. Muito mais é necessário.

Uma adequada política demográfica deve reconhecer como premissa fundamental que é um direito básico de família decidir quantos filhos deseja ter, e qual o intervalo que deve mediar entre eles. Esse direito deve ser exercido sem coação, pressões psicológicas ou outras do Estado, ou de qualquer entidade pública ou privada.

Para que esse direito tenha qualquer significação prática, é necessário que o poder público e organizações privadas nacionais facilitem a necessária informação e os serviços indispensáveis. De outra forma, será um direito apenas no papel.

O crescimento da população deve ser introduzido como variável importante nas metas dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social. A eventual redução do ritmo de crescimento populacional não pode, entretanto, servir de justificativa para diminuição dos esforços para a realização de reforma agrária profunda e justa ou para redução dos esforços de redistribuição da renda e da riqueza e da melhoria das condições de vida da população em geral.

A meta de crescimento populacional deve ser aquela que permita maximizar a utilização dos recursos humanos, do capital e dos recursos naturais e tecnológicos de que dispõe o País. Em outras palavras, deve ser meta ajustada às conveniências e necessidades do povo brasileiro nos seus anseios de progresso e de justiça social.

Objetivos e políticas demográficas que consultem os mais altos interesses nacionais devem ser objeto de debate amplo, franco e responsável. A questão dos métodos anticoncepcionais deve ser deixada para solução entre o casal, seu médico e seu confessor.

para investir na

NOVA BAHIA

conte com os nossos serviços especializados:

★ INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

Colocamos à sua disposição os resultados dos levantamentos, análises e estudos que permanentemente realizamos, para coletar informações básicas, sobretudo no que se refere à conjuntura econômico-financeira, problemas fiscais, financeiros, de mercado, de mão-de-obra, de matéria-prima, de infra-estrutura etc.

Nos últimos dez meses, já atendemos a 205 consultas de investidores.

★ ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Estamos aptos a elaborar projetos para financiamentos e obtenção de benefícios e incentivos fiscais, bem como a prestar assistência financeira e realizar estudos de mercado.

Desde que começamos a operar nesta área, já elaboramos 50 projetos de financiamento.

★ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Também estamos aptos a promover seleção, recrutamento e treinamento de mão-de-obra e a assessorar as empresas que se instalam na Bahia, na implantação de novos métodos de produtividade.

Mais de 100 empresas já contaram com nossos serviços de assistência técnica.

Para capacitar-se a prestar estes serviços, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia foi completamente reestruturada, mobilizou uma equipe profissional de alto nível técnico e trabalha em íntima colaboração com os poderes públicos.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

DO ESTADO DA BAHIA

AVENIDA DA FRANÇA, 409 — 8.º ANDAR

Endereço Telegráfico: "Fieba" — Salvador — Bahia



OBRAS EM MACAU PERMITIRÃO ACERTAR ESCOAMENTO DO SAL

A irregularidade do escoamento da produção brasileira está com seus dias contados: o Governo federal assinou um protocolo pelo qual a Companhia Comércio e Navegação terá todas as facilidades para, a partir de março de 1968, iniciar as obras de ampliação das salinas de Macau, no Rio Grande do Norte, em investimento que ultrapassará a quantia de NCR\$ 40 milhões.

O aumento de 106% na produção do sal, a construção de um porto teleférico que possibilitará, em breve, a implantação de uma indústria química são dois aspectos importantes da obra, com reflexos imediatos na redução do preço do sal, na economia de divisas do País e na mão-de-obra do Nordeste, especialmente na do Rio Grande do Norte.

PROJETO ANTIGO

O projeto apresentado pela empresa com vistas à ampliação das salinas de Macau já estava há algum tempo sendo analisado pela SUDENE, que o considerou prioritário. Mostra, com detalhes, a posição atual do Brasil com relação ao mercado do sal:

1 — Em relação ao consumo:

a) expansão acentuada de emprego do sal na indústria de álcalis, como consequência do desenvolvimento verificado nesse setor químico, devendo ser salientado, nesse particular, não somente a entrada em operação, em 1960, da fábrica de barrilha da Companhia Nacional de Álcalis, como também o crescimento da produção interna de soda cáustica, realizada por número cada vez maior de empresas privadas;

b) aumento do consumo em outras atividades industriais, como decorrência do desenvolvimento registrado nesses setores;

c) incremento do consumo pela população, como resultado não apenas do próprio crescimento demográfico do País, mas, também, do crescente processo de urbanização nas diversas regiões brasileiras;

d) elevado grau de subconsumo na atividade agropastoril, devido a problemas de diversas naturezas, que se acumulam e agravam com o passar dos dias.

2 — Em relação à oferta:

a) desenvolvimento pouco expressivo da produção nacional de sal, realizada, ainda em grande parcela, mediante o emprego de processos rotineiros, antiquados e antieconômicos;

b) redução e prejuízos na produção em alguns problemas relativos ao transporte das zonas produtoras para os mercados consumidores, constituindo-se em fator desestimulante ao aumento mais acentuado da produção de sal no País.

A produção brasileira de sal é realizada, na sua quase totalidade, pelo processo de evaporação solar. Mesmo dispondo o País, principalmente no Nordeste, de condições naturais para a produção do sal em grande escala através desse processo, a oferta interna tem enfrentado obstáculos da maior significação ao seu desenvolvimento mais acelerado. Os problemas são: as perturbações climáticas; as condições antieconômicas de extração do sal presentes na maioria das salinas e os problemas de embarque e transporte do sal, que contribuem para dificultar a oferta e onerar sensivelmente o seu custo.

SUBSÍDIOS

A ampliação das salinas de Macau, cuja capacidade seria aumentar de 350 mil para 720 mil toneladas/ano de sal, constava do projeto da Companhia Comércio e Navegação, que, na época, ofereceu as seguintes sugestões:

a) Seção de captação de água do mar: aumento da capacidade de captação da água do mar para o nível de 43,2 milhões de metros cúbicos/safra, mediante a instalação, na Casa de Bombas, de uma nova eletrobomba e de suas instalações complementares. A instalação se justifica pela necessidade de manter duas unidades em funcionamento e uma de reserva;

b) Seção de evaporação: ampliação da área de evaporação da salina, de 16 milhões para 36,9 milhões de metros quadrados. O aumento da área de evaporação compreenderá obras civis diversas, como sejam, a construção de um canal, dos paredões e chicanas, a implantação de três novas Casas de Bombas;

c) Seção de cristalização: aumento para 16 do número de cristalizadores, com a implantação de oito novas unidades, idênticas às existentes, com as dimensões 400m x 400m x 0,80m, que serão localizadas ao lado dos cristalizadores em operação;

d) Seção de colheita: expansão da capacidade de colheita do sal, mediante a instalação de conjunto de equipamentos destinados à mecanização das operações de colheita dos novos cristalizadores;

e) Seção de embarque: ampliação da capacidade de embarque do sal a granel pelos transportes marítimo, ferroviário e rodoviário, através da aquisição de vários veículos próprios;

f) Seção de distribuição de energia elétrica: reforma e ampliação desses serviços, com vistas ao aumento da capacidade de salina, incluindo: substituição de linhas de transmissão e instalação de novas linhas de alta e baixa tensão; instalação de estações transformadoras para as novas Casas de Bombas de grau médio, e de uma subestação transformadora para a nova seção de colheita; construção de cabinas de comando e distribuição, guaritas etc.

g) Seção de movimentação da terra: para a execução de diversas obras civis constantes desse projeto, principalmente na implantação da nova área de evaporação, está prevista a aquisição do equipamento necessário, compreendendo caminhões basculantes a gasolina e dois tratores de esteira.

Já em 1958, ao ser concedido o aval para a Companhia Comércio e Navegação importar os equipamentos destinados à mecanização das salinas, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ressaltou alguns aspectos que contribuíam para a concessão de prioridade do empreendimento.

Assim é que a atividade salina foi enquadrada como básica ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro, tendo em vista:

a) as condições de estrutura econômica do País;

b) a importância específica da atividade salina para o desenvolvimento da região Nordeste e, principalmente, do Rio Grande do Norte;

c) a posição do sal relativamente à extensão e grau de essencialidade de sua utilização, quer como produto de consumo direto generalizado e básico, pelas populações e na pecuária, quer como produto de larga aplicação nas indústrias químicas e na industrialização de variada gama de bens de consumo e intermediários.

A atribuição de prioridade ao projeto teve por base, entre outros, os seguintes fatores:

a) a importância capital da atividade salina para a economia do Estado do Rio Grande do Norte;

b) a importância do sal como alimento humano e animal e como matéria-prima para a indústria;

c) efeitos diretos e indiretos de modernização da salina, destacando-se do custo de produção e da movimentação do sal até as barcaças;

d) criação de condições para a futura implantação de indústrias químicas que utilizam o sal e as salmouras (águas-mães), disponíveis em uma salina de grande porte.

A EMPRESA E O MERCADO

A Companhia Comércio e Navegação situa-se entre as principais produtoras de sal no País, com uma participação expressiva no conjunto da oferta interna desse produto. De acordo com uma estatística do BNDE, a demanda brasileira de sal crescerá para 2,4 milhões de toneladas nos próximos dois anos. O mesmo estudo informa que, por volta de 1970, a capacidade nominal de produção do sal do País será de 3,7 milhões de toneladas.

Com a implantação dos terminais das salinas de Macau, a produção aumentará em 106%, ou seja, de 350 mil para 720 mil toneladas, com repercussão imediata para:

a) a economia de divisas do País;

b) o mercado de empresas do Nordeste;

c) a indústria química regional e nacional;

d) arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais;

e) o mercado brasileiro de sal.

A Salina Unidos, localizada em Macau, é o maior empreendimento industrial do gênero e está situada em terreno apropriado à produção de sal pelo processo de evaporação solar. A produção da salina é escoada para os centros consumidores da região Centro-Sul do País por via marítima, ferroviária e rodoviária. O aumento de sua produção poderá ser atendido pelo sistema de transporte atual, com as melhorias em curso.

O custo do transporte marítimo, embora inferior aos demais meios, é ainda elevado face ao processo de embarque. O transporte rápido e regular do sal será alcançado com a construção do porto teleférico.

Tendo em vista a expansão do mercado consumidor e considerando que a atual capacidade da indústria salina se mostra insuficiente para satisfazer a demanda prevista para os próximos anos, não é mais provável que o País tenha de continuar realizando importações de sal, com repercussões desfavoráveis no seu balanço de pagamentos.

O projeto da empresa, aprovado recentemente pelo Governo através de um protocolo, apresenta importância singular, podendo sua execução representar, futuramente, apreciável economia de divisas do País.

A execução desse projeto possibilitará a colocação, no mercado interno, de encomendas para aquisição de equipamentos e materiais nacionais no montante de quatro bilhões de cruzeiros antigos.

Além do mais, o aumento da produção constituirá fator de estímulo para a implantação de um complexo químico-industrial, cujas matérias-primas básicas, disponíveis em grande volume, serão o sal e as salmouras residuais, concorrendo, assim, para o desenvolvimento industrial do Nordeste e do Estado.

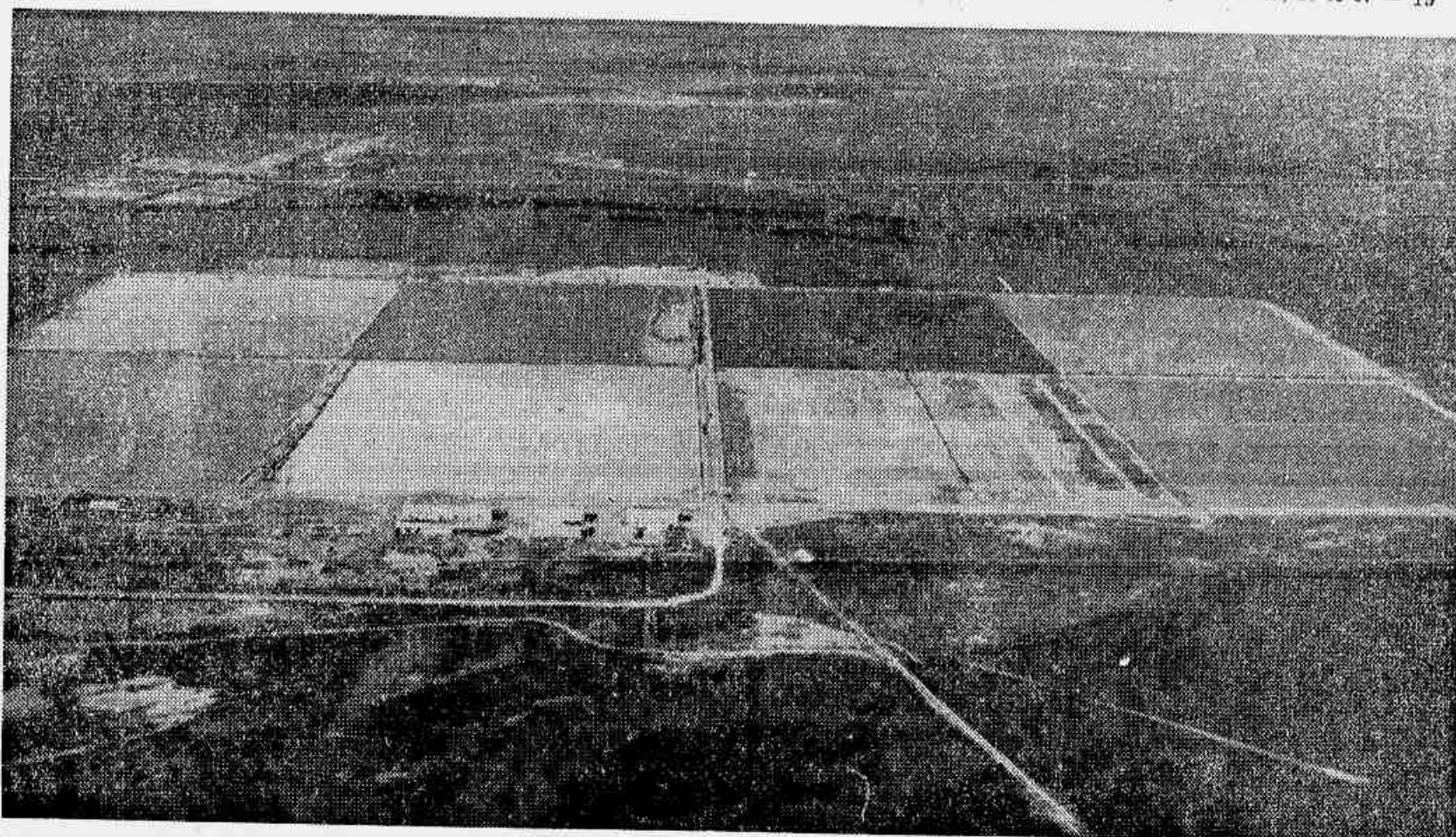
O FUTURO DE MACAU

Macau é um pequeno ponto no pequeno Estado do Rio Grande do Norte, com cerca de 20 mil habitantes. Há mais de meio século — a Companhia Comércio e Navegação iniciou suas atividades em 1905 — que a população se dedica ao trabalho nas salinas. De lá para cá a empresa já realizou uma série de melhoramentos, com a introdução de modernas técnicas, mas só agora o povo de Macau começa a sentir que, em breve, o lugar crescerá junto, e com ele sua situação econômica.

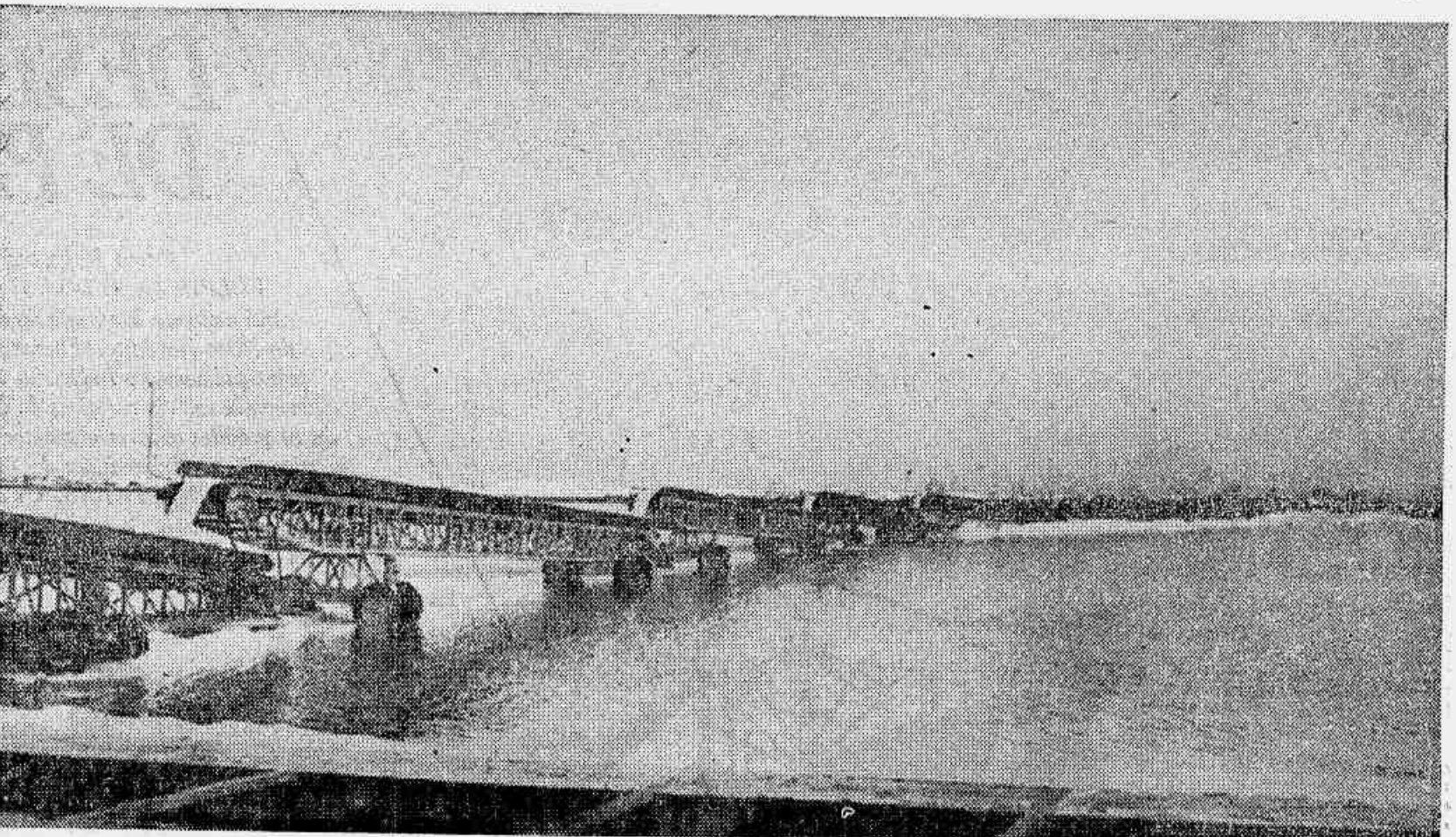
A Companhia Comércio e Navegação, que hoje mobiliza mais de quatro mil empregados, surgiu como resultado da fusão de várias empresas, que se dedicavam à exploração e ao comércio do sal e a atividade do transporte marítimo. Em razão dos problemas decorrentes do desenvolvimento da comercialização do sal produzido pela empresa, ela ampliou suas atividades.

No período de 1905 a 1967 efetuou diversas incorporações e executou programas de expansão de suas atividades, tanto nos setores de extração, beneficiamento e comércio do sal quanto na indústria de reparos e construções navais.

Em 1958 a empresa foi atendida em sua solicitação de aval do BNDE para uma parte da operação de crédito firmado na Alemanha. A mecanização da primeira parte da Salina Unidos (foi modernizada em 1953), permitindo a produção normal de 350 mil toneladas/ano, teve em vista: a) maior rendimento por área de cristalização e garantia de duas colheitas por safra; b) utilização de máquinas de colheita com maior rendimento pela construção de cristalizadores de 400m x 400m em substituição aos de 40m x 70m; c) retirada do sal, diretamente das pilhas de embarque, para as embarcações, através do processo mecânico; d) centralização das áreas de cristalização em uma só área, em substituição às antigas unidades de cristalização disseminadas e descontínuas; e) redução dos custos de produção; f) condições para a futura implantação de indústrias químicas do sal, mediante a concentração de grandes volumes de águas-mães.



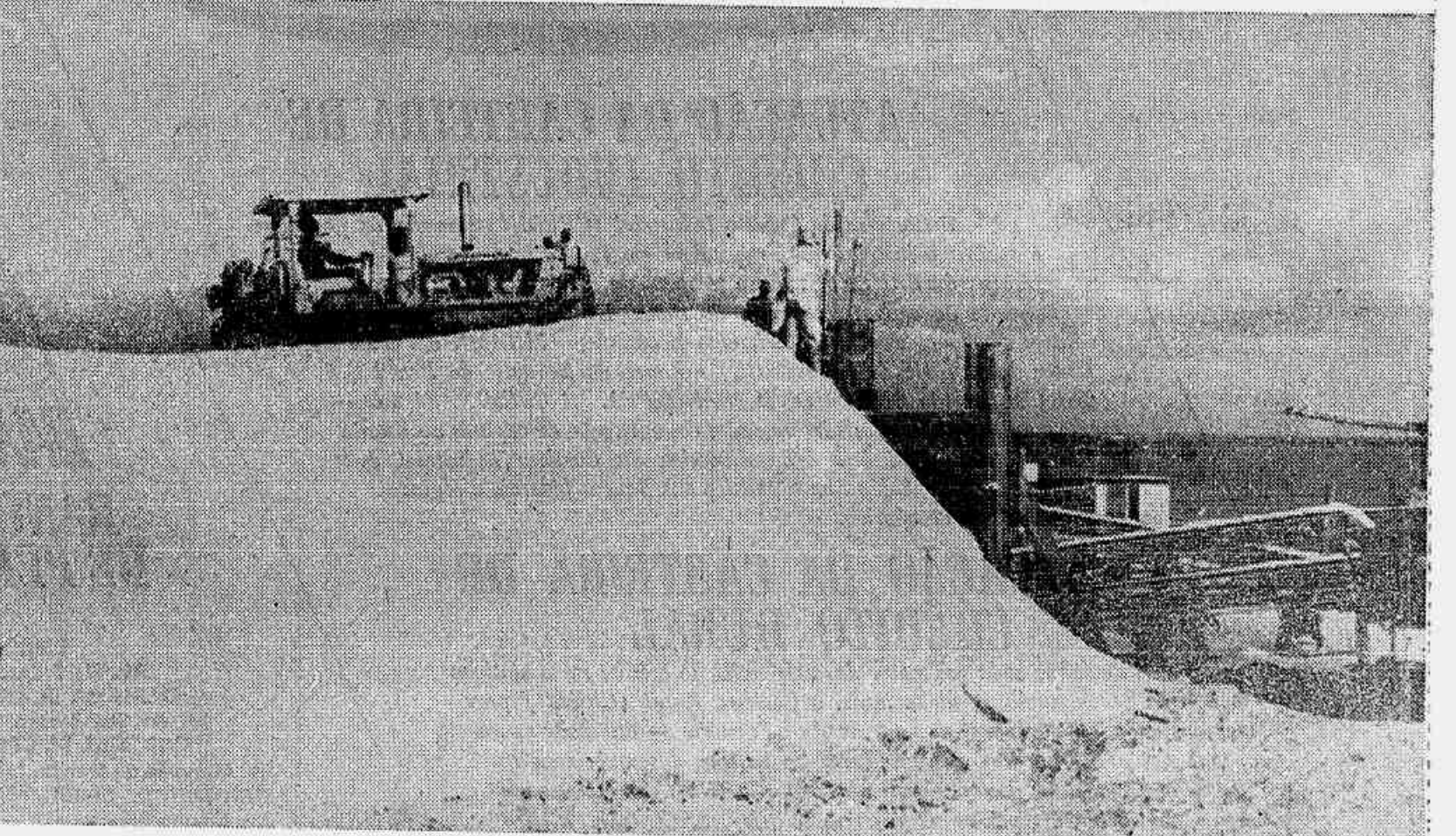
A HORA DA ESPERA — Em quadriláteros, o sal aguarda o transporte



A HORA DO TRANSPORTE — Correios móveis trabalham na retirada do sal dos cristalizadores



A HORA DO ESTOQUE — Depois de lavado e pesado, o sal é conduzido para as áreas de estocagem



A HORA DO EMBARQUE — Pronto para o embarque, o sal é colocado em montes, após a operação denominada de recheio

*Se, ao ligar
o seu gravador,
RQ 113 S,
V. ouvir Angi, Angi, Angi...*

O manêjo do Gravador National RQ 113 S, é tão fácil que qualquer criança "trabalha" com ele. O preço é extremamente favorável. E a qualidade é National.

- Até 2 horas de gravação.
- Exclusivo sistema "Voice matic".
- Botão de avanço rápido.
- Microfone com controle remoto.
- * (controle automático do nível de gravação)

A venda nas boas casas do ramo. NCr\$ 332.00

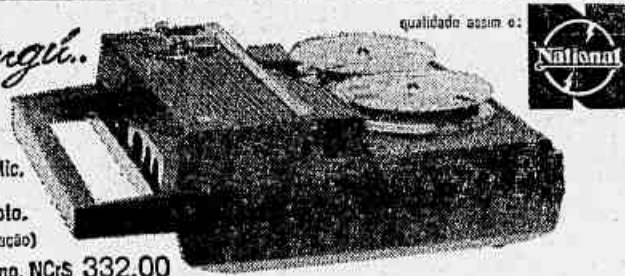
MATSUSHITA ELECTRIC

A maior indústria de Aparelhos Eletrônicos e Eletrodomésticos do Brasil.

Representantes exclusivos:

K. JOYIMA & CIA. LTDA

Garantia de 2 meses e assistência técnica permanente.



A ITALCABLE

TORNA O RECIFE

MAIS PERTO DAS OUTRAS CIDADES

DO BRASIL E DO MUNDO

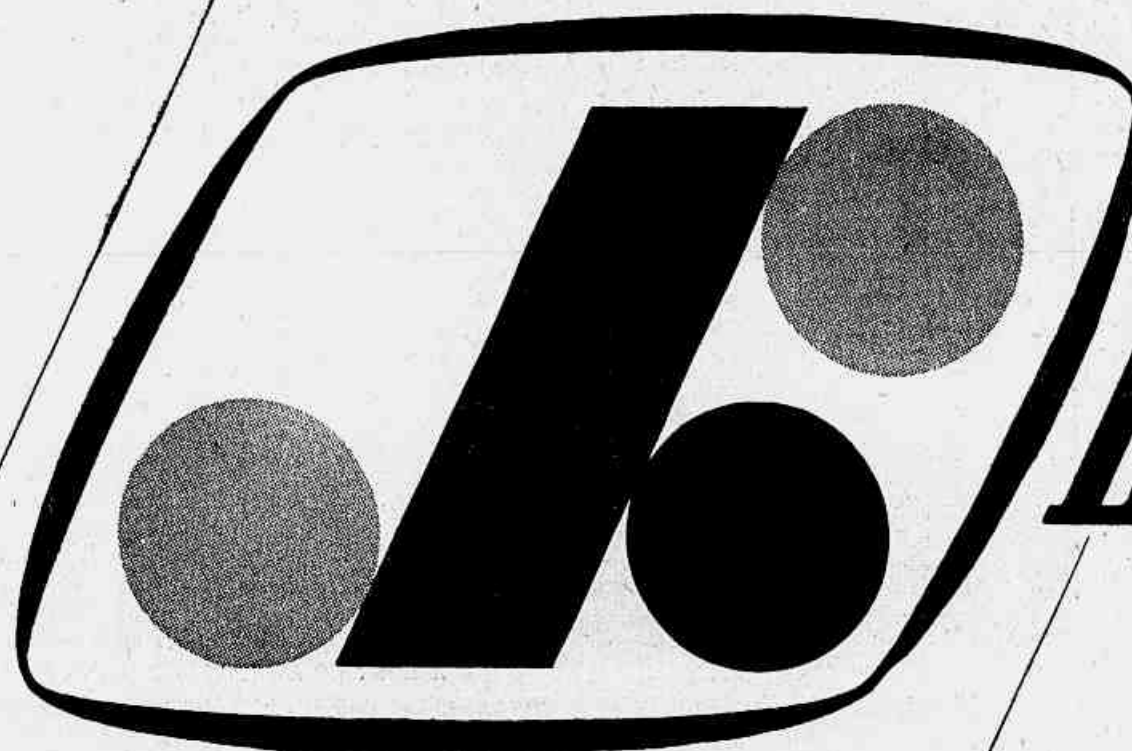
TELEGRAFE VIA

ITALCABLE

RIO - RECIFE - SÃO PAULO - SANTOS

UMA PRESENÇA MARCANTE NO DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO

Como Instrumento de Crédito do Governo o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. (BANDEPE), está intimamente integrado no desenvolvimento do Estado que mais cresce dentro do Novo Nordeste. Financiando o Comércio, a Agricultura, a Pecuária e, principalmente, a Indústria, o BANDEPE possibilita o desenvolvimento de Pernambuco. As carteiras de Crédito Industrial e Crédito Rural têm apoiado os grandes empreendimentos que surgem no Estado, sob o respaldo da política desenvolvimentista do Governo Federal, exercida através dos incentivos da SUDENE e BNB. Os empresários em Pernambuco não contam, portanto, somente com a gama de estímulos federais e estaduais, mas, também, com o apoio marcante do BANDEPE.



BANDEPE

ATUAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO INDUSTRIAL

A Carteira de Crédito Industrial (CREDIN) financia as pequenas e médias indústrias que se instalam em Pernambuco, através de recursos próprios do BANDEPE, como também de diversos fundos de repasse na qualidade de agente financeiro do Banco Central (FUNAGRI e BID), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (FINAME e FIPEME), Banco do Brasil S.A. (FUNDECE) e Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) (Convênio BNB/SUDENE/BANDEPE). A CREDIN, dá atendimento a todos os industriais interessados em aplicação de capitais no Estado de Pernambuco. Esta é a ação dinâmica da Carteira Industrial do BANDEPE, em consonância com a política dos Bancos federais e regionais de desenvolvimento econômico.

ATUAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

A demanda cada vez maior das exigências do crédito rural motivou o BANDEPE a atualizar, ainda mais, a Carteira Rural (CERUR) para atendimento aos investidores no setor da Agro-Pecuária — atividade agora enquadrada no mesmo plano de incentivos da política desenvolvimentista empregada pelo Governo para a industrialização. A CERUR está funcionando com recursos próprios e outros provenientes do BID/BANCO CENTRAL.

Sr. empresário, como se vê existe uma conjugação de esforços entre os órgãos de desenvolvimento federais, estaduais e o BANDEPE, no sentido de facilitar sua aplicação de capitais em Pernambuco. Procure-nos!



BANDEPE

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.

DIREÇÃO GERAL

Av. Rio Branco, 23 — 1º andar

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

Av. Rio Branco, 23 — 1º andar

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

Av. Marquês de Olinda, 191 — 2º andar

CARTEIRA DE CRÉDITO INDUSTRIAL

Av. Dantas Barreto, 512 — 10º andar

AGÊNCIAS NO RECIFE

Agência Centro — Av. Rio Branco, 23

Agência Santo Antônio — Praça da Independência

NO INTERIOR

Nazaré da Mata — Belo Jardim — Limoeiro

Garanhuns — Petrolina — Araripe — Cabrobó

Belém de São Francisco e Timbaúba

Em instalação

Vitória de Santo Antão e Palmares

PERNAMBUCO OFERECE AS MAIORES VANTAGENS PARA O INVESTIMENTO

Por que dos 431 projetos industriais aprovados pela SUDENE, 131 se estabeleceram em Pernambuco? A resposta é simples: Pernambuco oferece, além de maiores e melhores incentivos fiscais e ajuda financeira, condições de infra-estrutura não encontradas em outro Estado da Região. Isso sem falar na assistência tecnológica total.

O empresário que vem do Sul não encontra em Pernambuco nenhuma espécie de bitolamento ou preconceito: instala sua indústria onde quiser. Estradas, água, luz, telefone, vilas populares em toda área do grande Recife (são os distritos industriais nos arredores da Capital do Estado, todos a menos de uma hora do Centro).

ROTEIRO

O industrial vem do Rio de Janeiro ou de São Paulo, por exemplo. Chega ao Recife com a idéia de montar uma fábrica. Seu primeiro passo vai ser procurar o Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco (ITEP), que faz os estudos desde a sondagem do terreno onde a fábrica vai ser implantada às pesquisas sobre a qualidade das matérias-primas que o empresário pretende utilizar na sua indústria.

O ITEP é um Instituto com 25 anos de existência e experiência no setor (comemorados este mês) e já expediu certificado de análise de solos e produtos químicos de número 20 mil. Atua em convênio com os Institutos similares da Universidade Federal de Pernambuco e com a SUDENE. O empresário vê logo que Pernambuco é o único Estado do Nordeste que oferece esse tipo de ajuda, facilitando, assim, o critério de escolha do local onde a fábrica deverá ser instalada, do terreno, que poderá ser financiado pela COMPER.

De posse desses dados, o empresário procurará a Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco: Crédito, Financiamento e Investimento (COMPER). Na COMPER ele encontrará o apoio financeiro indispensável à dinamização do processo de industrialização do Estado, de que se servirá para instalar sua fábrica.

A COMPER oferece ao industrial uma segurança de NCr\$ 20 milhões (seu capital

autorizado) de que se beneficiará, recebendo financiamentos com penhor de títulos de crédito; com alienação fiduciária em garantia; para elaboração do projeto da fábrica; para investimentos mediante participação societária; em aceite de letras de câmbio e na garantia de subscrição de ações.

Constituída com a finalidade de colaborar na execução da política de desenvolvimento econômico e social de Pernambuco, a COMPER é uma sociedade de economia mista (o Governo do Estado possui cerca de 99,9% das ações de seu capital social) que dá ao industrial a ajuda financeira necessária para a implantação da fábrica, financiando até o terreno, que o ITEP se encarrega de estudar.

E depois? Quais os favores fiscais que o empresário tem do Estado? — Ele se pode dirigir ao Conselho do Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) que, além de prestar colaboração técnica na elaboração do projeto do empresário, promove, a requerimento da empresa, a concessão dos incentivos fiscais assegurados pela legislação estadual.

Esses favores fiscais compreendem a dedução de 60% sobre o valor do ICM efetivamente recolhido; o crédito fiscal equivalente ao total do ICM que tenha sido incluído no preço de aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos destinados a integrar o ativo fixo da empresa; além de favores fiscais equivalentes aos anteriormente atribuídos a empreendimentos que se dediquem à fabricação de produtos idênticos no Estado.

Com esses favores e incentivos fiscais, com os financiamentos já adquiridos e com todo o estudo tecnológico pronto, ao industrial só resta, agora, beneficiar-se com as condições de infra-estrutura que Pernambuco oferece e instalar a indústria. Onde ele quiser, pois é facultado ao empresário a localização de sua fábrica (diferente, portanto, de alguns Estados da Região). Depois, é só ganhar dinheiro, seguindo o exemplo das 131 indústrias instaladas em Pernambuco com a SUDENE, das 431 por ela aprovadas para o Nordeste, nos seus sete anos de existência.



O Distrito Industrial do Cabo, onde está a COMPER tem ainda muitos lotes vagos para quem quiser investir em Pernambuco.

AJUDA DESDE A ELABORAÇÃO DO PROJETO

Pernambuco também oferece as melhores e maiores facilidades de financiamento. Desde a elaboração do projeto, o Estado participa da vida da empresa, através do sistema de ajuda financeira da COMPER e do Banco do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE), órgãos criados com a finalidade de colaborar com o seu desenvolvimento social e econômico.

Assim, além dos financiamentos exclusivos do BANDEPE (com abertura de créditos especiais e gerais para indústrias estabelecidas e a se estabelecer no Estado), os empresários que pretendam instalar, ampliar ou modernizar unidades agrícolas ou industriais em Pernambuco e que não disponham de recursos suficientes para contratar a elaboração dos projetos (visando à obtenção de recursos da SUDENE e de outros órgãos financiadores da Região), poderão beneficiar-se com o Financiamento para a Elaboração de Projetos, da Companhia do Desenvolvimento de Pernambuco: Crédito, Financiamento e Investimento (COMPER).

Esse tipo de financiamento é o primeiro que o empresário pode-se beneficiar, constituindo sua indústria e se candidatando para obter outros recursos fora dos oferecidos pelo Estado. Depois, financiado o projeto, o empresário poderá complementar seus próprios recursos, através de outro tipo de financiamento da COMPER — Investimento Mediante Participação Societária — ampliando sua capacidade de absorção de meios financeiros, como, por exemplo, os Artigos 34/18 da SUDENE.

Além disso, Pernambuco se interessa em antecipar a capitalização das empresas estabelecidas no Estado, subcrendo ações correspondentes ao valor dos recursos constantes da avaliação do projeto, ainda não apropriados. Dentro dos critérios de prioridades da COMPER, as empresas se beneficiarão com esse tipo de financiamento (Garantia de subscrição de ações), além do Financiamento com penhor de títulos de crédito, Financiamento com alienação fiduciária em garantia e Aceite de letras de câmbio, que completam o esquema de ajuda financeira que Pernambuco possui e oferece ao industrial, integrando-se cada vez mais no processo de industrialização da Região, da qual é o maior e mais importante exemplo.

Do Financiamento com penhor de títulos de crédito poder-se-ão beneficiar as empresas que distribuem máquinas, equipamentos e implementos para a indústria ou agricultura, pois se destina a ajudar as atividades que ampliam a produção do Estado, com melhoria dos índices de produ-

tividade, nas pequenas e médias unidades industriais e rurais, já existentes ou em processo de implantação.

Com esse tipo de financiamento, Pernambuco facilita a aquisição de máquinas e implementos normalmente vendidos a prazos comerciais muito curtos aquelas empresas instaladas ou em instalação, através de contrato de abertura de crédito, com penhor de títulos representativos de bens duráveis.

Visando à antecipação do valor de produtos industriais estoques e aliviando a situação financeira das indústrias, principalmente aquelas de produção sazonal na fase situadas entre o acúmulo progressivo de estoques e a sua comercialização, a COMPER ainda põe à disposição do empresário sediado em Pernambuco o Financiamento com Alienação Fiduciária em garantia.

Para se candidatar a esse tipo de financiamento, as indústrias deverão ter condições de manter um estoque médio de produtos acabados, correspondente a 25% do valor financiado e, prioritariamente, explorar os setores metalúrgico, de material elétrico e de comunicações, fertilizantes e corretivos, fungicidas e inseticidas, papel e papéis, artefatos de borracha, plásticos e derivados, couros e peles e outros ainda que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento do Estado.

Completando o conjunto do sistema de incentivos financeiros que o industrial pode encontrar no se estabelecer em Pernambuco, o Aceite de Letras de Câmbio, que visa à dinamização do processo rotativo de crédito no Estado. O aceite de letras de câmbio pela COMPER e a sua colocação por distribuidora certa, propiciará ao beneficiário uma operação quase idêntica à do desconto direto.

Poderão candidatar-se a esse tipo de operação as empresas sediadas em Pernambuco que transacionem com máquinas, equipamentos industriais, implementos agrícolas, bens de consumo duráveis e outras utilidades impercíveis.

Todo esse conjunto de financiamento e ajuda financeira dá ao industrial a certeza de progresso e a confiança de que em Pernambuco ele instala sua indústria com todas as facilidades, participando do processo de desenvolvimento do Nordeste. Isso porque Pernambuco realmente participa da vida da empresa instalada no Estado, desde a elaboração do projeto, não a largando mais, levando-a pelas mãos para dar ao seu povo bens de consumo e utilidades produzidos com todo esforço de desenvolvimento.

GARANTIA DE ASSISTENCIA TECNOLÓGICA

Paralelamente às suas condições infra-estruturais — que dá ao industrial do Sul a certeza de progresso e de confiança no escoamento de sua produção para os outros Estados da Região — Pernambuco dispõe de um Instituto Tecnológico montado, atendendo aos mais modernos requisitos de pesquisa química e física, para oferecer ao empresário todas as facilidades de conhecimento perfeito do solo que vai utilizar; dos materiais de construção a serem usados na empresa; dos metais indispensáveis ao funcionamento da indústria; das substâncias químicas empregadas na produção da empresa; e também, dos requisitos de qualidade de seu produto final.

A assistência do ITEP ao industrial de Pernambuco começa com a realização de estudos sobre a natureza do terreno onde vai ser implantado o projeto da fábrica. Segue-se o controle da qualidade do concreto utilizado na construção da obra, pelo Serviço de Materiais de Construção.

ENSAIOS

Para as indústrias metalúrgicas e outras similares, o Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, através de seu Serviço de Metais — agora passando por um processo de ampliação — realiza ensaios mecânicos e físicos, com a análise metalográfica e ensaios de tratamento térmico e termoquímico de peças metálicas.

O Serviço de Química Industrial, composto de duas seções, de Análise Química e de Tecnologia Química (e mais um setor destinado ao estudo de óleos, tintas e vernizes), executa de modo geral análises e ensaios sobre matérias-primas minerais, vegetais e animais, como também em materiais metálicos e produtos destinados à alimentação animal.

O ITEP montou, para atender a numerosos pedidos vindos de toda a Região nordestina, um novo laboratório de águas, que atende especialmente à realização de análises e ensaios de águas para fins industriais, de potabilidade, de irrigação e pecuária.

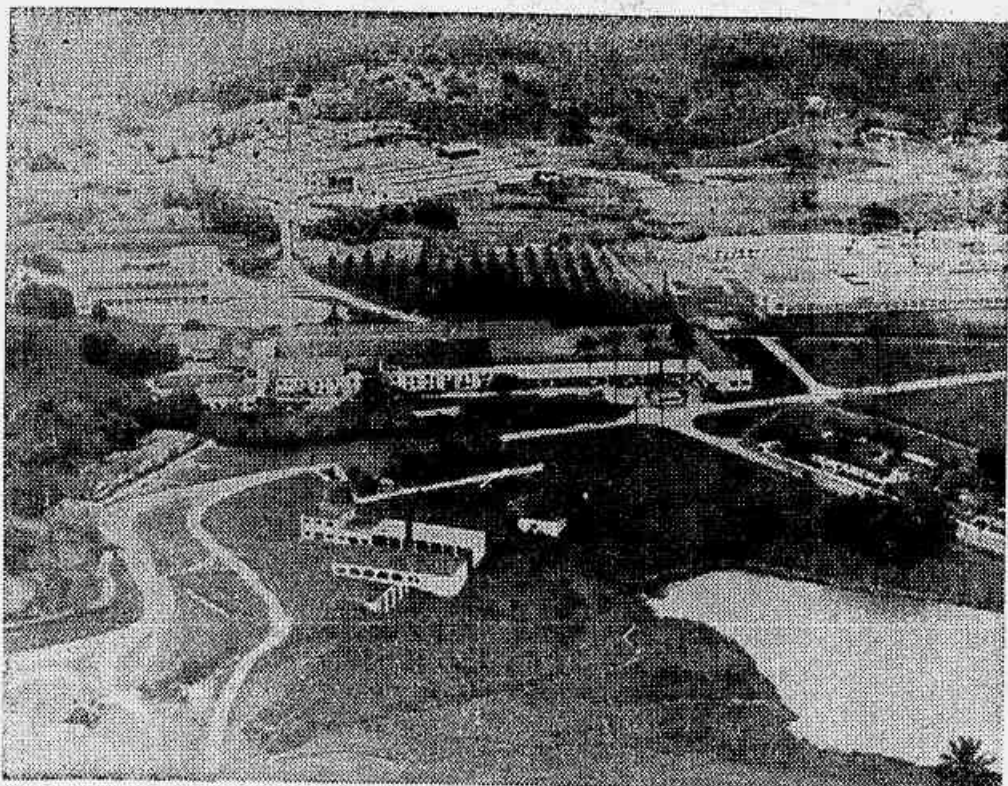
Os estudos e ensaios tecnológicos são realizados através da Seção de Tecnologia Química, do Serviço de Química Industrial, com ênfase nas substâncias empregadas na pavimentação e impermeabilização, caracterizando e qualificando os materiais que compõem as misturas betuminosas e sua dosagem racional.

Dentro deste setor ainda são realizadas determinações em óleos lubrificantes, seu uso industrial, estudo sobre combustíveis de contaminação aquosa em gasolina e óleos e ensaios em matérias argilosas com vistas ao seu aproveitamento como matéria-prima na indústria de cerâmica e construção civil.

O Setor de Óleos do ITEP executa determinação de teores oleoginosos em algodão, mamona, oiticica, babaçu, côco, amendoim, girassol, gergelim e castanha de caju, indica seu aproveitamento industrial e analisa os resíduos de matérias-primas empregadas por outras empresas no Estado.

Se não fosse levada em conta a participação do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco no desenvolvimento do Nordeste (ele atua colaborando com os outros Estados da Região, na implantação de indústrias), só em Pernambuco ele pode ser considerado como ponto de partida para o processo de soerguimento do Estado, oferecendo ao industrial toda essa série de atividades, indispensáveis ao perfeito conhecimento do terreno, das matérias-primas a serem utilizadas na produção e na construção da empresa, além do seu produto final.

O industrial pode implantar seu projeto noutro Estado do Nordeste. Mas em qualquer deles não será encontrado esse tipo de assistência. Para se orientar, através de conhecimento tecnológico das condições do Estado em que se for estabelecer, terá de vir a Pernambuco, utilizar-se dos serviços do ITEP. E, então, por que não preferir logo Pernambuco e participar do seu desenvolvimento?



Espaço e infra-estrutura são características das áreas industriais pernambucanas.

INCENTIVOS FISCAIS INIGUALAVEIS

O Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) é o órgão responsável pelo pronunciamento a respeito dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado aos empreendimentos industriais instalados ou em instalação em Pernambuco.

Depois de receber toda a série de ajudas tecnológicas e financeiras oferecidas pelo ITEP e pela COMPER, o industrial poderá, então, através do CONDEPE, se beneficiar com os incentivos fiscais e operar, ajudando o crescimento de Pernambuco.

Desses incentivos ressalta a dedução da quantia correspondente ao percentual de 60% sobre o valor do ICM efetivamente recolhido e destinada à investimento ou reinvestimento; a utilização do crédito fiscal decorrente do ICM recolhido no ato de aquisição de máquinas, aparelhos ou equipamentos destinados a integrar o ativo fixo das respectivas empresas e os favores fiscais equivalentes aos atribuídos a empreendimentos já existentes no Estado e que se dediquem à fabricação de idênticos produtos.

Com relação à dedução de 60% do Imposto sobre Circula-

ção de Mercadorias para investimento ou reinvestimento poderão se utilizar as empresas cujos novos empreendimentos se destinem a produzir bens sem similar no Estado. A utilização, pela empresa depositária, do percentual recolhido, poderá ainda ser autorizada para reinvestimento no próprio empreendimento a que ele estiver vinculado.

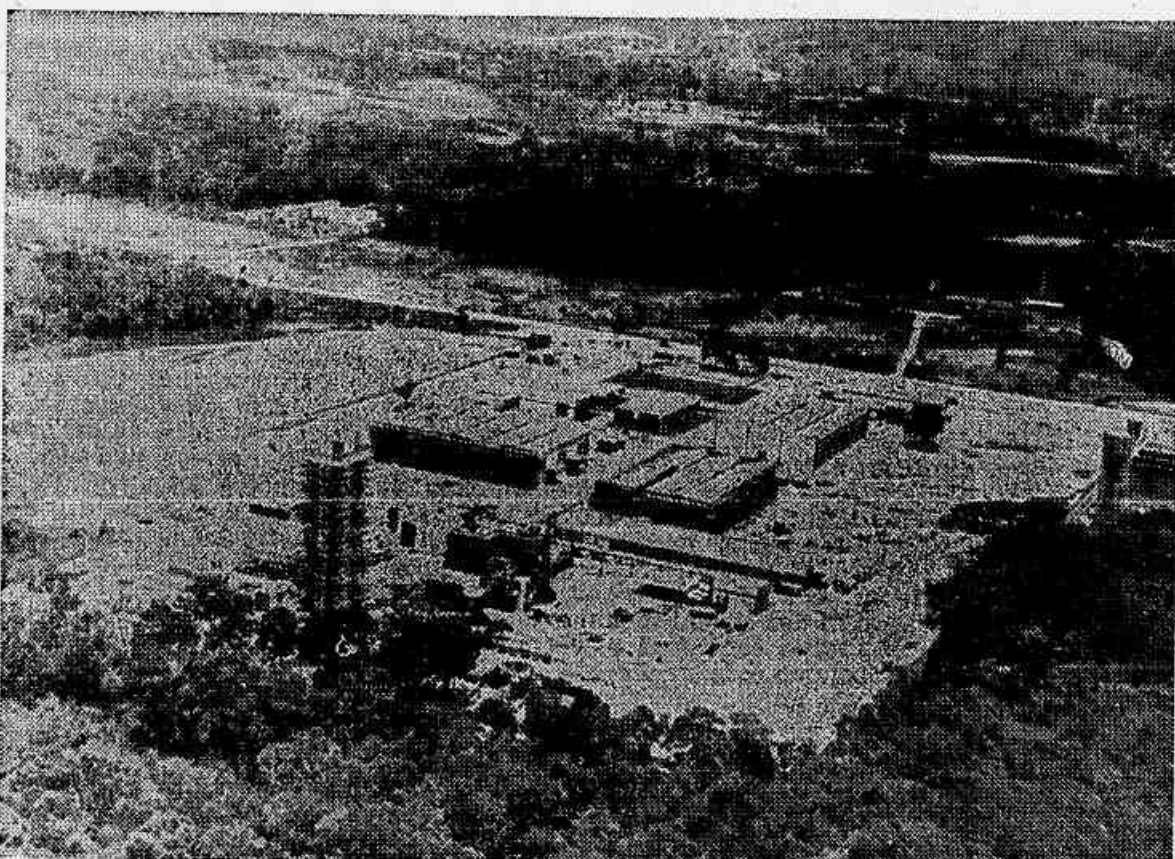
Ainda com relação aos incentivos decorrentes do abatimento do ICM, as empresas industriais estabelecidas no Estado de Pernambuco poderão creditar-se para aquele fim, quando da aquisição de máquinas, aparelhos ou equipamentos novos destinados a integrar o seu ativo fixo. Além do mais, esse crédito poderá ser utilizado em parcelas iguais e sucessivas durante vinte períodos fiscais, a partir da data em que for concedido o incentivo.

As máquinas, aparelhos ou equipamentos destinados a integrar o ativo fixo das empresas, que pretendem se beneficiar com este incentivo, deverão ser novas, encontrar-se instaladas e operando normalmente, e permanecer em operação, no Estado, em estabelecimento da empresa beneficiada, durante o prazo de sua vida útil.

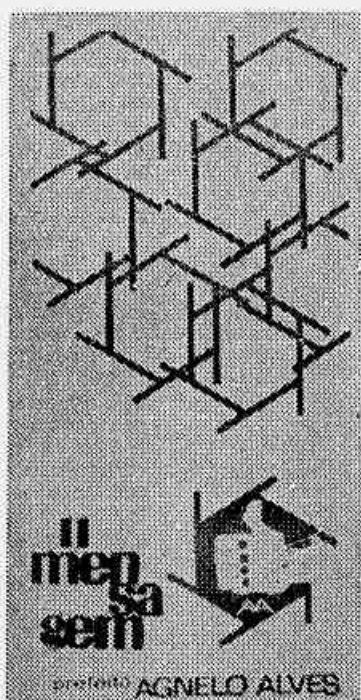
Por outro lado, facilitando ainda mais o processo de incentivos fiscais às empresas do Estado, o CONDEPE concede os mesmos estímulos estabelecidos para as indústrias de qualquer dos Estados vizinhos de Pernambuco, desde que as empresas pernambucanas se situem em municípios limítrofes. Esse tipo de incentivo visa a, principalmente, dar todas as possibilidades de concorrência no mercado dos Estados vizinhos às empresas pernambucanas.

Poderá ser, ainda, dependendo dos critérios de prioridades do CONDEPE, concedido aos novos empreendimentos que vierem a produzir bens já beneficiados pelos incentivos fiscais, o mesmo tratamento dispensado à empresa pioneira.

Em Pernambuco, os incentivos fiscais são concedidos, em relação a cada empreendimento beneficiário, pelo prazo de cinco anos, contados a partir da operação do mesmo empreendimento. Com tudo isso, Pernambuco pode se orgulhar de ser o Estado do Nordeste que oferece mais, recebendo das indústrias estabelecidas e das futuras apenas o incentivo para seu desenvolvimento acelerado, que o torna o Estado líder da Região.



As novas fábricas que se instalam em Pernambuco têm muitas opções para localização.



Esta é a capa da mensagem de Agnelo Alves à Câmara Municipal de Natal, contendo a imagem simbólica que ele adotou para "A Nova Dimensão".

Agnelo Alves, a visão do futuro

O jornalista Agnelo Alves — um dos mais jovens homens públicos do País — realiza atualmente um trabalho da maior importância para o desenvolvimento de Natal. Cidade que administra com espírito empreendedor e de renovação:

A Nova Dimensão — como ele próprio chamou seu Plano Diretor — propõe-se a transformar Natal numa Cidade racional e humana, onde o progresso e o bem-estar de seus habitantes se conjuguem harmoniosamente.

Inspirado em administradores ilustres — entre os quais Pierre George (francês), José Franco (cubano) e Diogo Lordello de Melo (brasileiro) —, o Prefeito Agnelo Alves quer acabar com o empirismo administrativo, baseado no exemplo empreendedor do ex-Presidente John Kennedy.

Jornalista dos mais competentes — destacou-se sobretudo na cobertura e análise de assuntos políticos — e técnico com know-how conquistado no trabalho (organizou o programa habitacional do Rio Grande do Norte), o Prefeito Agnelo Alves — irmão do ex-Governador Aluísio Alves — mostra em artigo especial para o JORNAL DO BRASIL como será a nova Cidade de Natal.



Jornalista Agnelo Alves, um dos mais jovens homens públicos do Brasil

URBANISMO, PROBLEMA ADMINISTRATIVO

AGNELO ALVES
(Prefeito de Natal)

Muitas vezes tem sido dito: o ritmo de urbanização cresce cada ano e nos países latino-americanos é o mais acelerado do mundo. Esta observação conduz à necessidade de racionalizar a administração, eliminando o imprevisto e a improvisação.

Do mesmo modo, já não se pode administrar em termos de quinquênios, quadriênios, ou mandatos tarifados. Mais se acentua o incremento da urbanização, mais se impõe a visão do futuro. O administrador já não administra só para os que o elegeram, mas para os descendentes de seus eleitores.

O fato urbano projetou-se bruscamente, "quase brutal", diz um especialista e representa "um dos epifenômenos da revolução industrial". (Panorama do Mundo Atual). Em outra obra sua, o prof. Pierre George, ao examinar a estrutura das cidades dos países de economia subdesenvolvida, assinala o traço que a distingue das cidades dos países industrializados, de economia capitalista ou de economia socialista.

Não são apenas diferenças funcionais decorrentes da penúria da indústria nacional, mas a herança das formas de existência nascidas de um nível de vida extremamente baixo, de um conjunto de necessidades radicalmente diverso daquele dos habitantes das cidades industriais.

Resultam daí — comenta ainda Pierre George — características morfológicas particulares e formas originais de expansão. "En pays sous-développé la géographie régionale reprend le pas sur la géographie générale (Géografia Urbana)".

A capital norte-riograndense não escapa ao incremento demográfico que peculiariza as cidades latino-americanas. Na segunda mensagem que dirige à Câmara Municipal assinalava este fato, bem como o crescimento anormal da cidade.

Desdobrando-se em novas aglomerações espontâneas, a que não foi estranha uma irracional política de loteamento. O plano Agache, elaborado há mais de trinta anos, já está ultrapassado, tanto nas concepções do urbanismo então vigentes, como na previsão da área de crescimento da cidade. Felizmente o problema das favelas não aparece aqui com a agressividade com que eclodiu no Recife, na Guanabara, ou em Belo Horizonte. Quase poderá dizer-se que não existe.

Como na exata observação de Pierre George, também aqui a geografia regional tomou a frente da geografia geral. A localização de Natal condiciona-lhe o desenvolvimento e singulariza sua urbanização.

Situada na meseta que a aperta entre as dunas (cuja movimentação a imaginosa e fecunda inteligência de Manoel Dantas, um geógrafo regional, qualificou de "perigo iminente") e a riba do Rio Potengi, fechando-lhe o desenvolvimento no ângulo estreito da foz, no Atlântico (exatamente onde ficava sua porta de segurança, o Forte dos Reis Magos, nos recuados tempos da artilharia de pólvora seca) — Natal terá que desenvolver-se numa só direção.

As cidades mais próximas: Ceará-Mirim, com sua economia canavieira; Macaíba, misto de sertão e agreste; Parnamirim, base militar; São José de Mipibu, sem economia própria, e São Gonçalo do Amarante, tornada mais distante pelas dificuldades do acesso, assim tão diversificadas, não possibilitam a formação de uma política regional. Difícilmente dar-se-á o encontro dessas cidades menores com o centro metropolitano. Talvez a capital potiguar não venha a conhecer, senão em futuro muito remoto, o fenômeno da conurbação.

Possivelmente não chegemos a conhecer nos próximos cem anos aquele estranho fenômeno da megalópolis, da nebulosa urbana que cobre uma superfície de 500 quilômetros entre Boston e Filadélfia, com uma população de quase trinta milhões de habitantes, que acabará por confundir a cidade com a própria região, ainda me servindo de observação de Pierre George num terceiro livro (Géografia Social do Mundo).

A fixação de áreas habitacionais, a delimitação de distritos industriais, o estabelecimento do setor bancário, são problemas que reclamam desde logo a atenção do administrador. Mais do que a atenção: providências imediatas.

Para esse desdobramento da administração, posta no presente com as vistas no futuro, muitos especialistas terão uma palavra a dizer, uma orientação a impor, uma política a sugerir.

Geógrafos urbanistas, sociólogos, arquitetos, economistas e juristas encontrar-se-ão nesse *interdisciplinary-field*. Não se estranhe a co-

locação do jurista nessa reunião de técnicos: a regulamentação da vida futura reclama sua palavra e exige seu trabalho.

Temos de convir que poucas cidades brasileiras estão tecnicamente equipadas para esta visão projetiva do futuro. Despreparadas muitas delas para os próprios problemas do momento, a estrutura administrativa, moldada na burocracia da primeira década, não vê além do imediato.

Entretanto, alguns desses problemas já começam a gritar: resolva-me. O da circulação viária, por exemplo. Nossas ruas foram abertas para a circulação pedestre. Enquanto o automóvel não nos tomou a rua, não existia o problema, pois "a espécie automóvel roubou a rua da espécie humana", como diz em livro de aguda visão prospectiva Jean Fourastié. Hoje mais do que nunca — diz o autor de *As 40 000 Horas* — o automóvel matou a cidade tradicional e exige um urbanismo totalmente novo.

Não é apenas o espaço de estacionamento. Não é somente o risco da vida humana. São muitos outros os problemas: a poluição do ar pelos gases de escapamento, a emissão de fumaça, o ruído em seu redor, tudo isto se acumula para compor um quadro da circulação do automóvel na cidade e lançar o problema impaciente.

Brasília, ao lado de sua arquitetura revolucionária, que a faz até certo ponto uma cidade desumana, oferece esboço de soluções válidas para cidades novas, mas inadaptáveis às cidades antigas, de ruas também inadaptáveis. Uma racionalização do tráfego urbano, que convocará muitos cuidados das administrações futuras, reduziria a brutal estatística das vidas esmagadas e atenuaria o atordoante ruído das cidades, agente de neuroses e psicoses.

Dos muitos problemas urbanos que podem ser objeto de estudos e controvérsias, um não tem sido bastante considerado entre nós: o zoneamento. O *zoning* está, porém, na perspectiva imediata dos arquitetos europeus e norte-americanos. A restauração de cidades devastadas pelas duas guerras ensinou o encaminhamento desse problema na Europa. Para alguma coisa serviu o mal.

Ilustre administrador municipal cubano, José Franco, em monografia de preciosa leitura, aborda esse aspecto do urbanismo e preconiza a necessidade absoluta de métodos novos nas concepções da arquitetura (*Urbanismo*). Há mesmo quem transporte o critério de região do plano puramente local para o plano moral.

"É inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalo ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares (...). Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma região moral. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião." (Robert Park). Adotada essa terminologia, poder-se-ia dizer que em Natal, com Jiqui-Cidade-Campestre, criou-se uma região moral, sob os auspícios do Governo Aluísio Alves.

Assistimos hoje, na Capital norte-riograndense, à expansão da zona comercial no Centro da Cidade, empurrando as residências familiares para a periferia. As ruas centrais vão sendo rapidamente invadidas pelo comércio varejista, casas de moda, joalherias etc., ocasionando uma supervalorização imobiliária, não comparável com nenhum outro bairro da Cidade.

O comércio natalense, aliás, não se acomodou ecologicamente. Há um estrangulamento das áreas comerciais, a do Centro da Cidade e a do Bairro do Alecrim, esta com características bastante acentuadas no sentido da menor especialização e melhor adaptação à demanda e às preferências de pessoas que retornam para o interior. O fato aqui assinalado demonstra a imprevisão dos administradores, porque a sociologia urbana condiciona o desenvolvimento ocupacional que pode ser previsto e controlado, sem prejuízo do desenvolvimento. A teoria do crescimento das cidades em zonas concêntricas formulada por Burgess não é de todo inválida, a despeito das críticas que lhe foram dirigidas. Conhecido isto, a mobilidade pode ser dirigida, e representa o melhor índice de *metabolismo* da Cidade.

A Constituição de 24 de janeiro, como a Constituição do Rio Grande do Norte, prevê

a formação de áreas metropolitanas, partindo o legislador de uma realidade econômica e sociológica já constatada. Vamos ter assim as grandes regiões, como já existe o Grande Recife. Como já existe o Grande São Paulo. Como já se projeta o Grande Rio.

E aqui voltamos à observação de Pierre George, agora e mobra de parceria: "Tal como a Geografia, o urbanismo é um encontro de problemas, de experiências e de reflexões, comportando além disso uma responsabilidade, porque implica escolha e ação." Nasce daqui o diálogo de urbanistas, geógrafos, paisagistas, sociólogos e economistas.

O desenvolvimento urbana, consequência direta do desenvolvimento da economia industrial, conduz as duas grandes séries de ações entre si solidárias:

- Adaptação daquilo que pode e deve ser aproveitado da herança dos períodos precedentes às necessidades da vida urbana, tais como hoje se exprimem, e tais como podem ser imaginadas para um futuro imediato.
- Organização de novos espaços urbanos e sua integração num complexo vivo. (*Geografia Ativa*).

Em nossa mensagem já referida esposamos estas idéias, postas sob a filosofia do que chamamos *A Nova Dimensão*. Com estes propósitos e sob a consciência dessa realidade, a administração que estamos realizando se acomoda às duas séries de ações propostas por Pierre George. A criação de um parque arborizado, o respeito às praças (pulmões da cidade), a criação de novas áreas, a avenida de contorno como solução parcial ao problema do tráfego, o rigoroso planejamento da melhoria a ser introduzida nas vias de mais intensa circulação pedestre ou viária.

A nosso ver estamos vivendo os últimos dias do empirismo administrativo. A tarefa de administrar, cada vez mais absorvente, cada vez mais exigente, cada vez mais solicitante, repugna o administrador improvisado, pedindo resposta para suas interrogações e soluções para os seus problemas. Do grito dessas angústias, do grito que ecoa nos gabinetes, clamam as vozes dos que estão por vir: não esqueçam que chegaremos. Preparem também a cidade para nós.

Diogo Lordello de Mello, especialista brasileiro em administração local, com título obtido na Escola de Administração Pública da Universidade da Califórnia do Sul, publicou há algum tempo, em edição da série Cadernos de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, uma monografia que merecia mais ampla difusão. Duas interrogações são aí formuladas:

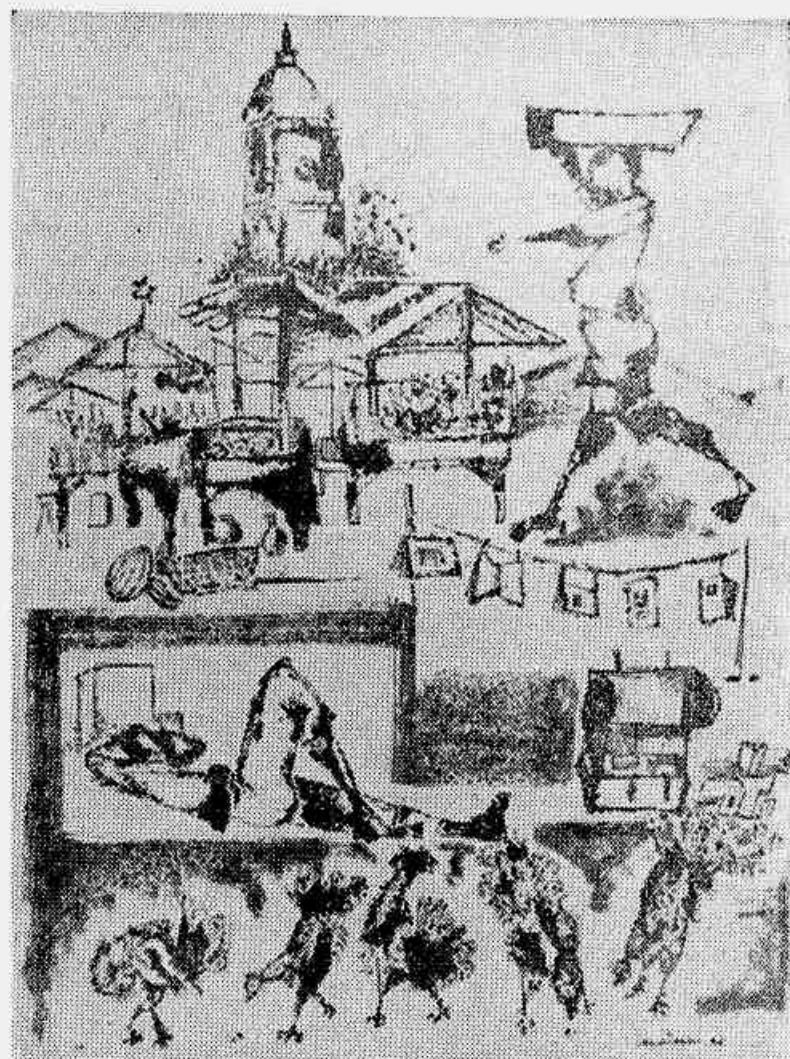
- será necessário um administrador profissional para dirigir as atividades administrativas do município brasileiro?
- admitida a afirmativa será o plano do administrador-chefe a solução e problema?

Em resumo, nossa realidade política já permite o prefeito de carreira? O autor não fugiu à nossa realidade emergente.

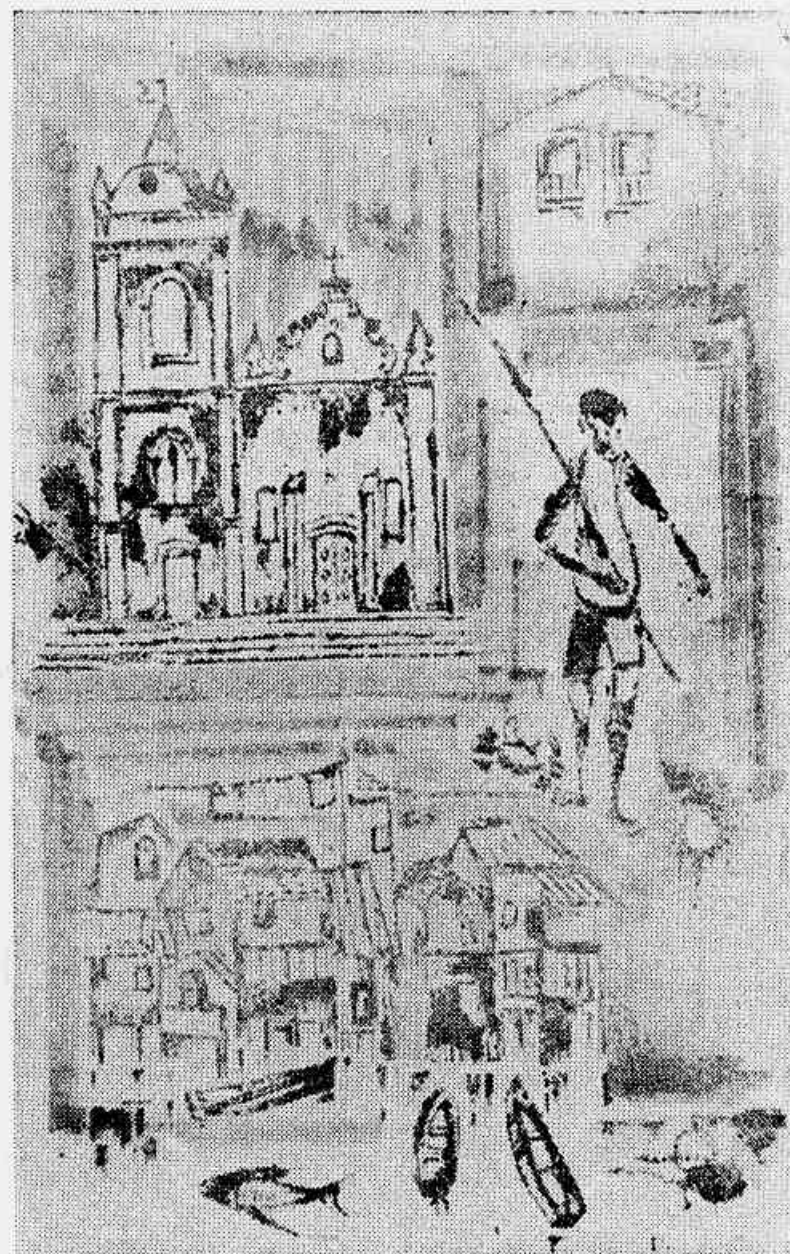
O prefeito profissional, ainda que técnico, não bastaria a atender por si só à crescente complexidade da administração local. Por isto, será preferível o prefeito-líder político, que tenha a visão larga e a liderança positiva, para efetuar aquela caça aos talentos que o Presidente Kennedy empreendeu para compor sua equipe de Governo. Por outro lado, nosso sistema político não permite a profissionalização da administração local, sujeita à escolha dos eleitores mediante eleição direta.

Nem por isto, porém, o técnico, o especialista, deve ser dispensado. Algumas barreiras criam obstáculos ao arejamento da rotina administrativa: o baixo nível de remuneração, a rigidez do sistema de investidura, a burocracia emperrante e rotineira.

Nesta tentativa de colocar alguns problemas da administração local sob uma perspectiva urbanística, não temos a pretensão de dizer tudo certo. Menos ainda de aproveitar o ensejo para o vitupério do auto-elogio. Fica feita uma tentativa, só. São esboçadas algumas faces de um conjunto de problemas, com ênfase maior para o do urbanismo, que envolve tantos outros. O que aí fica, um pouco de experiência ainda nova e um pouco de leituras nas fontes de que pude me aproximar, sem pretensões de especialista, nem autoridade de magistério. Tudo dito como venho fazendo. Tudo exposto como venho administrando e pretendo prosseguir.



Paisagem tradicional da Cidade, a Feira do Alecrim ganhou nova dimensão com a realização do Plano Diretor da Natal



Em outro quadro de Newton Navarro, a velha Igreja do Rosário e o Canto do Mangue, que também serão modificados pelo Plano Diretor do Prefeito Agnelo Alves



Rocas, o mais antigo bairro de Natal, projetado pela pena de Newton Navarro, sofrerá uma transformação urbanística

CHAMINÉS SUBSTITUEM COQUEIROS NO CENÁRIO DO NORDESTE, MAS A LUTA DO HOMEM AINDA PROSSEGUE

Jorge Neto
(Da Sucursal do JB no Nordeste)

Cenário tradicional de coqueiros e praias belíssimas, o Nordeste hoje modificou seu secular cenário: chaminés, tratores, máquinas pesadas e gigantescos edifícios tomaram o lugar do pescador e sua jangada difundidos em fotos pelo resto do Brasil.

Um terço dos brasileiros vive nessa Região — antes classificada de "explosiva" e hoje apontada como a de crescimento mais rápido do País —, onde o Governo e o povo conjugam seus esforços pelo desenvolvimento e pela industrialização.

Apesar da mudança de cenário, do avanço da tecnologia e do progresso, em todas as frentes, o Nordeste permanece, até certo ponto, estagnado em seu lado humano. O homem, principal objetivo de todos os esforços, ainda vive em condições atrasadas, morrendo cedo e com uma alimentação deficiente.

Isto porque o Nordeste não é constituído apenas dos grandes centros urbanos — entre eles Recife, Fortaleza e Natal —, mas sim de sua massa do campo, que ainda não experimentou praticamente os benefícios do progresso.

E principalmente para combater essa desigualdade que a SUDENE envia esforços, à procura de uma integração campo-cidade, a fim de evitar a migração desordenada e o êxodo desesperado do trabalhador agrícola.

Os técnicos do Governo se alarmam com a frieza das estatísticas: 26% da Zona Rural vive de subemprego; a mão-de-obra cresce num percentual de 4,9% ao ano, contra apenas 3% de novas oportunidades de emprego; o homem do Nordeste consome apenas 1.900 calorias por dia, contra 2.700 de seu irmão da Região Centro-Sul.

Mas todos sabem onde está a causa do problema: a terra improdutiva, mantida ao longo dos anos nas mãos de uns poucos, enquanto toda a população luta para encontrar algum lugar para plantar.

Cerca de 35,7% das terras do Nordeste estão nas mãos de apenas 1,2% de seus habitantes. Destas grandes áreas de terras, 57% não têm qualquer aproveitamento, são devolutas.

Apesar de tudo, o Nordeste cresce. Cresce e se desenvolve pela força de seu trabalho e pela extraordinária tenacidade do homem. Hoje o coeficiente de mortalidade por tuberculose é de apenas 50 por cada mil habitantes, percentual otimista se voltarmos ao ano de 1952, quando 422 em cada 1.000 nordestinos morriam daquela doença.

A MARCHA

Assim, pois, marcha a região: há desenvolvimento econômico inegável e acelerado, mas os seus frutos são divididos entre a classe alta e pequena parcela da classe média. A grande maioria, portanto, demora a ter vez no processo, que agora encerra uma grave ameaça: a modernização industrial e do setor agrícola dispensará mais mão-de-obra, reduzindo suas esperanças de promoção humana e social.

E a saída é complicada, porque as cidades não dão oportunidades e o campo muito menos. Ali a estrutura agrária permanece intocada, presa a métodos rotineiros de cultivo, o latifúndio predomina e milhares de camponeses são impedidos de participar dos bens do desenvolvimento.

O OTIMISMO

O Nordeste iniciou há sete anos o seu processo de desenvolvimento sob um clima de exagerado otimismo. A implantação de indústrias, por si só, salvaria a região. Além de deter a transferência de rendas para o Centro-Sul, daria emprego à mão-de-obra ociosa, elevaria os níveis de vida e provocaria o crescimento rápido da agricultura.

Era uma solução final, definitiva. Só que se traduziu pela substituição de importações, diminuição da transferência de rendas e elevação da taxa de crescimento econômico, que em 5% em 1960 e hoje atinge aproximadamente 7%. Tais avanços não beneficiaram entretanto a maioria da população, já que houve intensa concentração da renda e do patrimônio.

E no fundamental a industrialização não dinamizou a agricultura — o crescimento foi puramente extensivo — e nem atenuou o crescimento do desemprego e do subemprego, que foi em frente, apesar das buscas, tentativas, esforços.

A ESTATÍSTICA

Os dados da questão: a industrialização deu 400 mil empregos no Nordeste nos últimos anos. Do total, 100 mil aproximadamente são diretos e estáveis e 300 mil relativos ao setor de serviços. Quanto aos primeiros, se tem certeza, mas dos últimos se faz apenas uma ideia. Porque, na verdade, eles se baseiam no pressuposto de que cada emprego direto criou três indiretos.

Nessa hipótese, a industrialização reduziu o impacto do desemprego na Zona Rural, estimado em 220 mil em Pernambuco, e absorveu parte da mão-de-obra dispensada pela modernização e crise de algumas indústrias, estimado em 20 mil. O saldo seria, portanto, de 160 mil empregos, sem levar em conta o subemprego existente.

Mas sem esses dados otimistas a situação pode ser outra: cada emprego direto gerou apenas 1,6 indiretos (estimativa de Celso Furtado para 1956/62), totalizando 256 mil, e normalmente a contribuição foi mínima para a solução do problema. Isto porque o número de subempregados nas grandes cidades subiu de 700 mil para 1 milhão e 82 mil em 1960, de acordo com projeções da Divisão de Análise Econômica da SUDENE.

Mais: mesmo obstruindo o subemprego, os casos de Pernambuco e Maranhão mostram a gravidade da situação. Em Pernambuco, a industrialização criou 25 mil empregos diretos, que podem ter-se multiplicado à base de um por três totalizando 100 mil. A Zona Rural entretanto desempregou 220 mil. No Maranhão, o processo criou três mil empregos, enquanto a crise liberou mais de 10 mil trabalhadores.

A INSEGURANÇA

Ninguém tem segurança quanto aos dados reais da situação. Um exemplo: a estimativa do pessoal subempregado partiu de estatísticas em que não admitia a existência de subemprego no Centro-Sul. Assim, concluiu-se que o número de subempregados era de 512 em 1956, 700 mil em 1960 e 1 milhão e 82 mil em 1966.

Os resultados, contudo, são idênticos aos obtidos pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que estimou em 145 mil o número de subempregados no Recife, partindo do exame da situação de 300 mil pessoas que residem em alagados e mocambos.

O total representa 40% da população em idade de trabalhar no ano de 1965, quando o Instituto calculou em cerca de 1 milhão a população do Recife. Juntando-se esse número nos de Fortaleza (150 mil), Maceió (70 mil) e de outras capitais, com percentuais em torno de 20%, conclui-se que os dados estão aproximados da realidade.

ESTACA ZERO

As projeções mostram que a população subempregada continuará a aumentar na Região, apesar dos investimentos públicos terem crescido à taxa de 9% ao ano e as atividades industriais à taxa aproximada de 7%. O ritmo também não diminuiu, pois o crescimento anual no período 1960/66 (mais de 54 mil) foi maior que no período 1956/60 (37 mil e 600), que leva a desvantagem de registrar uma seca (1958).

Segundo o técnico Leonardo Guimarães, da SUDENE, essa elevação tem suas causas no crescimento reduzido das oportunidades de emprego e no aumento da população urbana, em consequência do incremento vegetativo e das migrações rurais-urbanas.

A par disso, no conjunto, o processo industrial foi limitado por uma estrutura agrária tradicional e rígida, por indústrias débeis e de tecnologia primitiva, além de um setor terciário de reduzida produtividade.

PROCESSO

O processo de industrialização do Nordeste concentrou-se em Pernambuco, Bahia e Ceará, onde as secas, aidez das terras, a estrutura agrária secular e o atraso da agricultura agravaram as condições sociais. Pernambuco lidera as inversões, mas nem por isso desfruta de posição privilegiada na meta de vencer o desemprego e o subemprego urbanos.

O governador Nilo Coelho manifestava o seu espanto ante essa realidade em seu discurso de posse (Janeiro de 1957): "Pernambuco cresce economicamente, mas a maioria dos pernambucanos não está sendo incorporada à riqueza que se forma. O número de marginalizados em vez de diminuir, aumenta."

"Dois quadros antagônicos identificam as causas do desemprego: de um lado, a força de trabalho cresce à taxa de 4% ao ano; de outro, uma industrialização onde a participação do fator trabalho é insignificante". E mais adiante: "As indústrias se multiplicam, mas se acentua o desnível entre a cidade e o campo."

Esses desnível eleva a tensão social no Estado. E a Zona da Mata, presa à monocultura do açúcar, é uma fonte permanente de desemprego. Ali, 220 mil pessoas ficaram sem trabalho nos últimos anos, segundo dados do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco — SORPE. A fome, em consequência, aumentou e tangeu os camponeses para as cidades.

A solução da crise implicará em mais desemprego, já que a modernização da agroindústria do açúcar deixará sem trabalho mais 100 mil pessoas. O GERAN — Grupo Especial para a Reformulação da Economia Canavieira — o órgão encarregado da tarefa, que incluirá a liberação de terras e cessão aos camponeses.

A VELHA HISTÓRIA

O plano é ambicioso, mas as esperanças de funcionamento efetivo são remotas. A razão: as usinas e engenhos querem mo-

derizar-se, aumentar a produtividade, mas reagem à ideia de entregar aos camponeses as terras a serem libertadas. A resistência de agora vem de longe. Dos idos de 1846.

Naquele ano, o socialista Antônio Pedro de Figueiredo mostrava a situação na revista O Progresso: "Todas as terras pertencem a um grande número de proprietários, que delas mal cultivam uma pequena parte e se recusam a vender o resto".

E o Governo da Província fazia em 1891 um apelo que ainda não teve resultado: "Os ex-senhores fazem contrato com os escravos para permitir a cultura da pequena lavoura".

O problema perdura. E o GERAN sustenta que não há saída para absorver a mão-de-obra a ser liberada com a modernização da agroindústria do açúcar. Ela deve ser incorporada às terras disponíveis. E terras disponíveis há em toda a Zona da Mata, cuja área total é de 1.359.164 hectares.

Do total, 870.757 têm influência de cana, mas o cultivo só atinge 347.609 hectares. Assim, sobram 523.148 hectares na área da cana e 488.407 de outras áreas, que no conjunto estão subutilizadas ou ociosas. A utilização dessas terras e a reformulação da economia canavieira modificariam o panorama atual da Zona da Mata.

A área conta com nível de renda baixo, tecnologia primitiva, índice de natalidade alto e alta porcentagem de população jovem em face do tempo de vida curto. E mais, praticamente ali não existe classe média, os níveis de vida são extremamente desiguais e a educação e a saúde registram taxas chocantes.

Assim: 85% da população é infestada de verminoses e parasitoses, a educação só dá vez a 31% das crianças em idade escolar e o homem consome apenas 1.200 calorias, quando o mínimo necessário é de três mil calorias diárias.

MUDANÇAS

Momentaneamente não há perspectiva de modificar o quadro do Nordeste. Os proprietários reagem ao GERAN e querem a reforma sem que haja cessão de terras, alegando inclusive que nada está sobrando. O temor se justifica pelo apelo à terra, a mania de poder e a possibilidade de restrição do campo de manobra para obter vantagens tornadas institucionais no longo dos anos.

Até agora, portanto, somente a Usina São José teve visão ampla do problema, pois o seu projeto de modernização prevê a liberação de terras, beneficiadas por estradas, para cessão aos trabalhadores que serão dispensados. Naquelas áreas, eles implantarão a lavoura de subsistência.

E enquanto não se libera a terra, discute-se a forma de distribuí-la. Uns indicam propriedades com 150 hectares, outros sustentam que o ideal é de 10 ou 12 hectares. O Diretor do SORPE, Padre Paulo Crespo, defende a constituição de pequenas propriedades para evitar novos latifúndios. E assegura: com 150 hectares a história se repete e a exploração irá adiante, perpetuando a miséria.

O líder camponês Padre Melo dá a explicação desse receio: o camponês da Zona da Mata tende a ser usineiro. Os 400 anos de latifúndio terminaram por indicar o usineiro como um tipo padrão, com nível de vida desejável. E, apesar das lutas salariais, a condenação nunca foi para valer. Mesmo no Governo Ayras, com toda pregação ideológica, o camponês queria era ter grandes propriedades, poder, força econômica como o usineiro.

ÁREA MAIOR

A área maior compreende todo o Nordeste, incluindo Bahia, Ceará, Paraíba, Alagoas, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, nos quais, tal como em Pernambuco, o crescimento das oportunidades de emprego foi insatisfatório. Tanto nas atividades industriais como nas atividades urbanas em geral.

A característica do desenvolvimento é invariável: o econômico sobrepõe o social, as cidades se enchem de gente, o campo não dá condições de fixação à terra. No conjunto, a estrutura agrária impede o equilíbrio, gera crises, fome e miséria.

Apesar do esforço de mudança, das experiências no campo, Padre Melo vê o latifúndio crescendo, perpetuando-se, batendo, prendendo e matando numa extensão de milhares de quilômetros. E impedindo o camponês de atingir uma condição mais humana e garantir no campo mercado para as novas indústrias.

Assim, o homem do campo tem seu horizonte limitado e só vê o caminho das cidades como solução dos seus problemas. Faz a marcha para o Eldorado e, ao chegar, vai morar num mocambo, casebre ou palafita e apanhar caranguejo na lama, ser ambulante, biscoiteiro, cantador de feira ou apanhador de papel. Depois transfere suas aspirações para os filhos, que a cidade dá também uma promessa nova: eles estudam, logo mais se formam, serão doutores e a velhice tranquila estará assegurada.

A verdade quase sempre não é essa, de mil se tira um, e a realidade é a que se vê: meninos abandonados, perambulando pelas ruas, roubando e até matando.

A TERRA, A TERRA

A terra limita o esforço de desenvolvimento no Nordeste e constitui a raiz dos problemas sociais de hoje, segundo conclusão de alunos e professores do último curso da CEPAL-BNDE, realizado este ano em Fortaleza, Ceará.

A atual estrutura da propriedade — agrava o problema do emprego e do subemprego no Nordeste, que não terá saída definitiva enquanto não se fizer uma reforma e corrigir a distribuição injusta da terra.

Isto posto, argumentam: o campo tem 71% dos seus trabalhadores sem proteção trabalhista efetiva, ou seja, que vivem ao nível de subsistência. Os dados são do Comitê Interamericano do Desenvolvimento Agrícola — CIDA — e se aproximam da avaliação do IBRA, que estimou em 1965 um total de 1 milhão, 221 mil empregados flutuantes ou sazonais no campo, ou seja 70,8% do pessoal ocupado em propriedades nordestinas.

Com base nesses dados e adotando a mesma metodologia do CIDA, os alunos da CEPAL estimaram o subemprego na zona rural em 26% da população total da Região, ou seja 2 milhões 723 mil em 1960, que serão 3 milhões, 506 mil em 1980. Isto quer dizer que a Região teria necessidade de criar no campo anualmente 175 mil empregos diretos para impedir a migração para as cidades.

Ou apenas 80 mil oportunidades anuais, desde que se admita um erro de 0,5% nos dados. A estimativa, entretanto, de empregos na Zona Rural não vai além de dois mil nos últimos anos.

ESTRUTURA

A estrutura agrária condiciona o subemprego ao nível de subsistência e, em consequência, as cidades funcionam como motor permanente, saída que leva o camponês apenas a transferir o centro de sua situação difícil.

Segundo conclusões dos alunos da CEPAL, a estrutura social-freia ligeiras modificações, mas no fundamental permanece assim: o minifúndio engloba 45,2% das propriedades e detém apenas 2,3% da área total dos imóveis, enquanto 35,7% estão nas mãos de 1,2% de proprietários. E há casos como este: em Caxias, no Maranhão, um latifundiário detém 160 mil hectares de terras, mas não as cultiva.

A média da área inaproveitável de cada imóvel gira em torno de 14% e o minifúndio deixa ociosa 18% da área explorável, enquanto o latifúndio eleva essa porcentagem a 56%. O latifúndio investe menos que o minifúndio e a propriedade média, embora gere alta renda ao proprietário.

De acordo com as áreas médias dessas propriedades, um imóvel tamanho familiar tem 3 vezes mais terra que o minifúndio, a propriedade média 70 vezes e o latifúndio entre 554 e 4.847 vezes mais que a propriedade minifúndio.

VISAO

A dimensão do problema pode ser resumida assim: a mão-de-obra cresce à taxa de 4,9% ao ano e as oportunidades de emprego à taxa de 3%, tida como otimista, já que no período 1963/64 a indústria de transformação registrou uma taxa de apenas 0,8%. O desequilíbrio é evidente e se agrava com as migrações rurais-urbanas.

O combate à distorção requer, portanto, a integração cada vez maior entre a cidade e o campo, que a SUDENE busca a cada ano, com empenho, mas ainda tateando no escuro.

O ex-Superintendente da SUDENE, Sr. Rubens Costa, examinou a questão em 1966 e concluiu: o problema do desemprego e do subemprego ainda está sem resposta, mas sem a SUDENE a situação seria evidentemente pior. Ela está em busca da resposta e todo o seu esforço visa integrar a maioria da população no desenvolvimento.

BUSCA E CAMINHOS

Integrar é a palavra de ordem, sem dúvida. Mas como? Eis a questão. Por enquanto está comprovado que a industrialização é apenas uma alternativa. E ninguém tem ilusões sobre o que vai acontecer dentro de poucos anos. Logo mais — admitem técnicos da SUDENE — a industrialização não absorverá mão-de-obra no ritmo de hoje.

Cabe então uma indagação: é possível implantar indústrias no Nordeste que se voltem para a meta de empregar mais gente? A opinião geral é que não. Menos mão-de-obra é condição fundamental para que a indústria da região tenha condições de competir com a do Centro-Sul. Mais: a única forma de evitar mais tarde "desemprego de forma repentina e aguda", porque a concorrência do Centro-Sul levaria as novas indústrias a essa situação.

Diante do impasse surgem os caminhos: levar a empresa ao campo ou reformular de vez a estrutura agrária da Região. A primeira tese parte do princípio de que não há condições para modificações profundas na estrutura agrária, e a segunda de que sem mexer no latifúndio o campo não sairá do atraso secular.

Assim, os partidários da empresa agrícola no campo entendem que ela não é a melhor saída, mas é a viável agora, podendo gerar novas riquezas e aumentar a demanda de bens industriais e as oportunidades de emprego, já que criará novas necessidades.

Os adversários são radicais: a medida perpetua o latifúndio, pois o empresário de hoje é o fazendeiro de sempre, o latifundiário de todos os tempos, apenas preocupado em ganhar mais. Dai caminhar para a pecuária, empregando pouca gente, tendo menos problemas e maiores rendas. Tal como no século XVII, quando um vaqueiro cuidava de 250 cabeças de gado.

Dentro dessa ordem de ideias, só a liberação da terra, para posse e uso pelos trabalhadores rurais, contribuirá para resolver o problema social. O ex-Coordenador do Plano Diretor da SUDENE, Sr. Joaquim Itapary, sustentava em 1965:

"O desenvolvimento industrial não tem condições de absorver a mão-de-obra desocupada no Nordeste. Não se pode negar: as indústrias geram rendas que são apropriadas por uns poucos, como à época do apogeu do açúcar, e o problema da terra entrava o progresso. Sem mudar a atual estrutura agrária é ilusório pensar em mudanças significativas para já."

As duas teses dividem a região e a SUDENE. A primeira está em andamento sob orientação da SUDENE. A segunda foi ensaiada pelo IBRA, cuja reforma agrária "é pura tapinação e não disse ainda a que veio", segundo Padre Melo. E mais: a tentativa na Usina Caxangá, em Pernambuco, é um negócio agrário, pois o órgão leve que pagar NCRs 3 mil por um acervo que ele mesmo avaliou em menos de NCRs 1 mil.

NA BERLINDA

Apesar de todos apontarem a estrutura agrária como a grande responsável pelos desequilíbrios atuais, a industrialização que se faz motiva protestos e advertências. Por isso: o desenvolvimento econômico não implica no desenvolvimento social, numa Região que precisa promover suas populações marginalizadas para torná-las úteis no progresso.

O Arcebispo de Recife e Olinda, Padre Hélder Câmara, é incisivo: "o caminho atual deixa o homem comum à margem. O Nordeste constrói assim pirâmides no deserto. E é necessário fazer desenvolvimento com justiça, levar os seus benefícios à maioria dos humildes, que permanecem estagnados. Essa condição é básica para a região não fracassar na experiência que faz e libertar-se do atraso e da miséria."

Como Padre Hélder, outros líderes da região reagem: nos rumos atuais da industrialização, às vezes com atos. Assim: o Prefeito de Maceió, Sr. Divaldo Surunji, discordou da industrialização do sururu para evitar o agravamento do problema social na Cidade.

As razões: Maceió tem 70 mil subempregados (30% da população), cuja alimentação básica é o sururu. A industrialização, por mais benefícios que trouxesse, não evitaria a fome total para aquela gente, que retira o sururu da Lagoa de Mundau e tem de pagar a alimentação diária.

Além disso, fala, há outros que mostram a tendência de colocar o econômico acima do social. Alguns mesmo tem o exemplo típico: ali será implantado o maior projeto já aprovado no Nordeste, com inversões de NCRs 110 milhões, dos quais NCRs 80 milhões de recursos da SUDENE. A empresa, que explorará as reservas de sal-gema do Estado, dará apenas 358 empregos diretos, embora o investimento social represente 20% do que a SUDENE investiu nos últimos sete anos.

PANORAMA

O desenvolvimento do Nordeste, entretanto, registra aspectos positivos, apesar de ter praticamente deixado à margem a garantia de trabalho efetivo para o homem comum. Dentro do contexto muitas etapas foram vencidas: o homem da região tem uma expectativa de vida média de 48 anos (era de 27, há 15 anos), aumentou a oferta de alimentos, de energia elétrica, saneamento básico e a assistência médica.

A agricultura cresceu à taxa de 4,7% ao ano, de modo extensivo, é verdade, mas de qualquer forma ocupando mais gente e atenuando, em alguns pontos, o crescimento das migrações para as cidades. E o caso do Maranhão, com o deslocamento de populações para o Vale do Pindaré.

Mas há discrepâncias aqui também: a oferta de alimentos foi maior, porém não atendeu às exigências da demanda. Assim, a produção de mandioca — alimento mais consumido — não acompanhou o ritmo de crescimento da população, o que se verificou com o feijão, cujos preços impediram sua aquisição pela maioria dos habitantes da Região.

A oferta de energia elétrica, por seu turno, registra situações como a de Serrinha, na fronteira de Pernambuco com a Paraíba. Ali, onde as mulheres trabalham enquanto os homens descançam a maior parte do ano, a energia elétrica chegou com lâmpadas de mercúrio, mas a população usa mesmo a iluminação a querosene. E mais barata e está ao nível de suas rendas. Mas: a energia não ajudou a pequena fábrica de fio do município, que continua empregando três operários.

A assistência médica, por enquanto, traduz os resultados mais positivos, pelo menos para os humildes, que constituem a maioria. Graças a ela e aos progressos terapêuticos os índices de mortalidade diminuíram em toda a região e o nordestino não morre mais de doenças facilmente curáveis.

Os coeficientes de mortalidade por tuberculose, por exemplo, hoje não atingem 50 pessoas em cada grupo de 100 mil habitantes, contra 422 em 1952. A par disso, as verminoses, as endemias, combatidas também pelo saneamento básico, a desnutrição infantil e determinadas doenças infecciosas já não matam mais como no passado.

A sobrevivência, contudo, ainda é precária, porque a sua dieta se constitui de apenas 1.900 calorias diárias e de 37 gramas de proteínas, contra a média no Brasil de 2.700 calorias e 63 gramas de proteínas. Para ir além disso, a região tem de vencer as causas determinantes da alimentação pobre de sua gente.

Segundo o Diretor do Instituto de Higiene do Nordeste, Sr. Orlando Parahim, a atual situação se deve à estrutura agrária intocada, à penúria dos meios de transporte e estocagem, esgotamento das terras e falta de fertilizantes e inseticidas.

Esse conjunto provoca não só a escassez mas o encarecimento dos gêneros, a baixa produtividade, as rendas baixas no campo, o predomínio dos intermediários e o consequente agravamento das condições alimentares e sociais da região. Dai recomenda como remédio energético a mudança da estrutura agrária da região.

SOLUÇÕES OFICIAIS

"Para modificar a estrutura ocupacional da região e elevar efetivamente o padrão de vida será necessário atacar em duas frentes: a industrialização, para absorver os excedentes urbanos, e o deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura."

Essa é a linha básica da ação da SUDENE agora, mas sua formulação vem desde o I Plano Diretor. Ela faz parte inclusive do documento que deu origem à SUDENE (Uma Política para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, 1959).

Com base nessa formulação, o IV Plano Diretor da SUDENE terá como meta principal eliminar as atuais distorções, equilibrar o crescimento entre a Cidade e o campo e perseguir mais de perto a solução do problema do desemprego e do subemprego.

Sem repetir "aquela inconsistência entre a importância conferida ao problema no plano das análises e seu tratamento ao longo dos programas efetivos da SUDENE", segundo análise do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDE.

O Superintendente da SUDENE, General Euler Bentes, insiste agora na necessidade de integrar os setores rurais e urbanos marginalizados, e tenta, através da industrialização e dos incentivos ao setor agrícola, alcançar essa meta.

O órgão procura dar impulso, na frente agrícola, ao programa de irrigação de terras nos Vales do Jaguaribe, São Francisco e no Piauí, enquanto persegue no setor industrial uma solução capaz de dar maior consequência à política de absorção de mão-de-obra.

Paralelamente, o deslocamento da fronteira agrícola para os vales úmidos do Maranhão está sendo objeto de estudos para estabelecimento de um programa racional, de modo a evitar o povoamento empírico e a exploração desordenada das terras.

Dentro do conjunto de medidas, o cooperativismo será outro instrumento a ser usado pela SUDENE. Através de mais de 70 cooperativas, localizadas em zonas tradicionais produtoras, serão combatidos os estrangulamentos na comercialização da produção agrícola e pecuária e a rigidez e inadequação da estrutura da propriedade da terra.

SOLUÇÕES ALHEIAS

Os alunos do último curso da CEPAL recomendaram em Fortaleza "medidas válidas para enfrentar o problema do subemprego e do desemprego no Nordeste". Basicamente: a Reforma da Estrutura Agrária, seguida de um programa de obras públicas de infra-estrutura e de indústrias rurais.

E argumentaram: a Reforma deve ser feita já, é fundamental e viável do ponto-de-vista legal e financeiro. Apesar da velha aristocracia rural, deve ser efetivada, antes que se conclua que dentro do atual sistema econômico não há solução para o problema social.

COMPANHIA QUÍMICA DO RECÔNCAVO

oferece:

SODA CÁUSTICA CLORO LÍQUIDO ÁCIDO CLORÍDRICO HIPOCLORITO DE SÓDIO HIDROGÊNIO

Dotada de moderno equipamento, com alto índice de automatização, a Companhia Química do Recôncavo assegura a seus produtos:

GARANTIA DE QUALIDADE • PREÇOS COMPETITIVOS • ENTREGA PONTUAL

Para maiores informações, queira dirigir-se à

COMPANHIA QUÍMICA DO RECÔNCAVO

Rua da Grécia, 8 - 8.º andar - Salvador - Bahia.

Empreendimento apoiado pelo

Banco do Nordeste do Brasil

A PRESENÇA DO BANCO DO BRASIL NO NORDESTE

O Banco do Brasil registra sua presença no Nordeste, através de 141 Agências espalhadas pelos 9 Estados da Região e onde trabalham cerca de 7.000 servidores. Sua atuação se estende tanto no setor privado, como ao setor oficial, na qualidade de executor da política econômico-financeira do Governo, revestindo-se de grande expressão em todos os ramos de atividade da vida nordestina.

Os dados do quadro abaixo dão idéia de como o Banco exerce sua função pioneira e propulsora do desenvolvimento do Nordeste, disseminando suas filiais por todos os Estados, nas principais zonas produtoras e localidades de influência econômica:

	1962	1966	Em instalação
Maranhão	5	13	
Piauí	9	13	
Ceará	15	19	3
R. G. do Norte	6	7	2
Pernambuco	11	18	3
Alagoas	6	8	
Sergipe	6	7	
Bahia	29	42	4

Mais doze dependências estarão, em breve, em pleno funcionamento, além das 141 atualmente existentes, prestando assistência creditícia ao comércio e à produção nordestinas. Sempre alerta, ontem como hoje, na sua função financeira, social e civilizadora em prol do interesse nacional, nunca deixou o Banco de atender aos justos reclamos de instalar-se nos lugares onde realmente sua presença se faça mister. As vezes, sem medir prejuízos, nem sacrifícios, pelas insuperáveis dificuldades de comunicações ou transporte, pela falta de conforto e de assistência médico-hospitalar de que muitas localidades ainda se ressentem, tornando mesmo árdua, em todos os sentidos, a missão de seus funcionários.

Presentemente, apenas duas grandes capitais do Norte — Salvador e Recife — contam com 2 Agências, cada uma, devendo em Fortaleza ser também aberta uma segunda, proximamente. Isso mostra a preocupação do Banco, não de lucro imediato — ante a perspectiva de operar e captar recursos — mas de tornar sua assistência o mais possível difundida e extensiva. Assim, cumprindo o dever de estabelecimento semi-oficial, de levar o crédito e prestar seus serviços às zonas de produção, mesmo subdesenvolvidas, às localidades na hinterlândia atrasada mas carecida de nosso concurso, foi que o Banco do Brasil instalou algumas dependências na Região, como por exemplo em Carolina e Imperatriz — lá nas barrancas do Tocantins — em Bom Jesus e Corrente, no Sul do Piauí, em Barreiras e Santa Maria da Vitória, no oeste da Bahia.

E, há trinta e tantos anos quando as suas filiais eram somente em número de 90, e nenhuma delas existindo em muitas das grandes cidades do Sul e do Centro do País, já o Banco do Brasil estava presente e funcionando, desde muito, em pequenas cidades do interior nordestino, tais como: Caxias (MA), Parnaíba, Camocim, Crato, Mossoró, Cajazeiras, Garanhuns, Penedo, Juazeiro (BA), Cachoeira e outras.

Das 141 Agências situadas no Nordeste, 51 estão instaladas em prédios próprios, e já se encontram em fase de construção mais 10 edifícios e projetados outros 13.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

De longa data vem o Banco prestando valiosa colaboração ao Governo, autarquias e sociedades de economia mista. De muito maior relevância, todavia, adquire-se sua assistência ao setor privado.

E de grande e expressiva significação o apoio do Banco do Brasil na economia do Nordeste, como se infere das cifras e percentagens abaixo indicadas, em data de 4-8-67, que bem expressam a sua participação creditícia juntamente com as demais entidades bancárias:

APLICAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO

Discriminação	NCR\$ 1.000	% em relação ao total
Banco do Brasil	628.549 (*)	38,7
Banco do Nordeste	289.491	24,0
Outros Bancos	606.715	37,3
Total	1.624.755	100,0

(*) Inclusive operações com o I.A.A. no Nordeste.

Quanto às atividades rurais, tinha o Banco do Brasil aplicados no Nordeste NCR\$ 317.017.000,00, em data de 5-9-67, sendo:

- Na lavoura NCR\$ 242.661.000,00
- Na pecuária NCR\$ 74.356.000,00

Para fazer face às necessidades e solicitações da indústria regional, havia o Banco despendido, na mesma data, NCR\$ 127.010.000,00 — e NCR\$ 75.268.000,00 em suprimento ao comércio.

Esta a situação presente. O papel desempenhado pelo Banco do Brasil, ao longo dos anos, torna-se ainda mais significativo. Na última década, ou seja, a partir do ano de 1958 para cá, vem ele conservando e até ampliando o nível de seus investimentos ao setor privado da Região, nada obstante a afluência de novas entidades financeiras (como o Banco do Nordeste do Brasil-BNB, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE etc.). Veja-se o quadro a seguir, que registra as variações percentuais, confrontados os empréstimos totais do



O edifício do Banco do Brasil no Recife

Banco com os realizados na área em foco, evidenciando o pico de 17,88% em agosto do corrente ano:

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO

Saldo em fim de ano 1958/1967

A N O	NCR\$ 1.000.000		
	Brasil	Nordeste	NE/Brasil
1958	116,0	13,4	11,55
9	134,0	18,3	13,66
60	184,0	26,1	14,18
1	280,0	41,3	16,52
2	461,0	78,2	15,84
3	742,0	126,6	17,06
4	1.283,0	216,9	16,90
5	1.844,0	311,8	16,91
6	2.673,0	466,8	16,72
7 (*)	2.937,0	525,1	17,88

(*) Até agosto

POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

Até bem pouco tempo, a política governamental de preços mínimos em amparo de produtos básicos regionais, ainda que traçada para todo o território nacional, encontrava aplicação quase que exclusivamente nas regiões central e meridional do País, em virtude da inexistência de condições para sua execução nas demais zonas geo-econômicas. Como a safra em curso se apresentava com perspectivas de abundância, os vários organismos ligados a essa política conjugarão esforços visando a implantá-la também no Nordeste, de forma ampla e definitiva, tendo em vista, especialmente, a quantidade de produtos da Região — algodão, feijão, milho, arroz, farinha, sisal, café, cana-de-açúcar etc. — carecedores do amparo da política de sustentação de preços.

Além disso, o Banco do Brasil, na qualidade de executor da referida política de preços mínimos, coube a importante tarefa de criar condições para essa implantação. Nesse sentido, entre outras providências de cunho objetivo, designou diversos Coordenadores para o Nordeste, cujo trabalho tem sido dos mais positivos, seja no tocante à orientação direta às Filiais, seja no concernente à eliminação de óbices que vinham dificultando as operações em referência.

Cabe ressaltar, a propósito, o espírito de compreensão e máximo interesse demonstrado pelas autoridades dos Estados do

Nordeste, que adotaram, de pronto, todas as medidas ao seu alcance para o bom êxito dos trabalhos. Entre elas, é de assinalar a redução de 18 para 15% do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM, incidente sobre os produtos amparados pela mesma política, bem como a aquisição de sacaria para fornecimentos aos agricultores proponentes das operações. Merece destaque, aqui, a inestimável colaboração da Força Aérea Brasileira — FAB, que transportou para os Estados da Região volumoso estoque de sacos depositados em Uberlândia.

Em decorrência dessa conjugação de esforços, foram obtidos em pouco tempo (as operações, por força de disposições legais, tiveram início em 1º de julho p. p.), resultados deveras significativos, espelhados em 1.303 empréstimos no valor de NCR\$ 7.156.286,00, cobrindo 24.493 toneladas de diversos produtos. A atuação do Banco, nesse particular, impediu o aviltamento dos preços nas fontes de produção, assegurando o escoamento dos produtos para os centros de consumo e conquistando a confiança dos agricultores, com a perspectiva de incremento da produção nas próximas safras.

Quando da comercialização dos produtos agrícolas, as nossas Agências estão desacomodando, pela Carteira de Crédito Geral, em condições amplamente facilitadas e extralimite, as notas promissórias e duplicatas rurais apresentadas diretamente pelos produtores, ou por cooperativas.

FACILIDADES AOS PRODUTORES RURAIS

A fim de simplificar e baratear os financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, resolveu o Banco incrementar o uso preferencial das chamadas cédulas de crédito rural, de que trata o Decreto-Lei nº 167, de 14-2-67, dispensando de garantias reais os créditos de valor até 50 vezes o maior salário mínimo vigente do País (o teto anterior era apenas de NCR\$ 400,00), e de certidões e outros documentos nos empréstimos até 100 vezes, deixando a critério das Agências a exigência de outros comprovantes em contratos de maior valor. Tais medidas aproveitaram muito aos pequenos e médios produtores de inúmeras áreas agrícolas do Nordeste, pois, segundo informação da Confederação Nacional da Agricultura, 45% das propriedades rurais do País têm menos de 10 hectares.

Cabe ressaltar que as Agências em geral podem deferir empréstimos para a construção de silos, armazéns, câmaras de frio e instalações congêneres, utensílios e equipamentos, sem quaisquer restrições quanto a limites de operação; conceder financiamento integral para a aquisição de animais de boa linhagem — reprodutores e matrizes — destinado a pecuaristas da Região, para substituir o gado crioulo em zonas de criação rotineira (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia etc.), ou para aprimorar o padrão racial.

IRRIGAÇÃO E ADUBOS

Outro particular que mereceu a melhor atenção do Banco, no tocante à região nordestina, são os investimentos destinados

“Vim demonstrar-vos a viabilidade das diretrizes traçadas no nosso programa estratégico, do qual o Nordeste é a principal e constante aspiração. Salvar o Nordeste é salvar o Brasil; resolver o problema nordestino é dar solução ao problema nacional.

Cinco dias de contato direto fizeram crescer em mim a fé no homem que superou os fenômenos climáticos e suportou o flagelo de governos insensatos, para preservar, como se conscientemente guardasse um tesouro, os traços mais definidores da civilização brasileira”.

Presidente Arthur da Costa e Silva

A irrigação intensiva e racional de terras — especialmente localizadas à jusante e às margens dos grandes rios — que devam ser incorporadas ao processo produtivo, bem como à abertura de poços tubulares e uso de motobombas. As operações poderão ser contratadas mesmo na eventual falta de disponibilidades de limite operacional da Agência, dando-se preferência as propostas que incluam contratos para abertura de poços, com cláusula de vazão garantida, firmados por empresas perfuradoras. No sentido de serem incrementados tais empréstimos, foram transmitidas às Agências daquela zona, em julho último, as competentes instruções circulares.

Maiores facilidades são concedidas aos pretendentes a empréstimos para a compra de fertilizantes, corretivos e suplementos minerais, para o que foi criada uma linha de crédito especial, com utilização dos subsídios proporcionados pelo FUNPER-TIL (Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes), por conta do qual correm os juros e despesas bancárias, ficando exonerados das mesmas o agricultor ou pecuarista. Todas estas medidas estão em consonância com o plano estratégico do Governo, empenhado em executar um vasto programa de fortalecimento das atividades rurais, encareando o desenvolvimento da economia nordestina como meta prioritária.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

A agro-indústria do açúcar do Nordeste, sujeita como é a crises periódicas, continua ressentindo-se da que, nos últimos anos, por motivos conjunturais e de estrutura, atingiu toda a indústria nacional do gênero. O Banco do Brasil, aprovando créditos num total de NCR\$ 93,7 milhões, aproximadamente, para o financiamento da warrantagem do açúcar cristal relativo à safra 1967/68, presta, assim, a essa atividade industrial, valioso apoio, conjugando seus esforços com a política do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Entre este e o Banco acaba de ser firmado contrato, na importância de NCR\$ 210.960 mil, que permitirá à autarquia açucareira a aquisição de 12 milhões de sacos de açúcar demerara, destinados à exportação, sendo os recursos fornecidos através da Carteira de Comércio Exterior, conforme normas traçadas pelo Conselho Monetário Nacional.

OUTRAS INDÚSTRIAS

A indústria têxtil e de produtos alimentícios têm especial significação na economia do Nordeste. A primeira atingida por crise decorrente, em grande parte, dos processos de saneamento econômico aplicados pelas autoridades governamentais, procura ajustar-se à realidade dos sistemas empresariais. Bem ampla foi a assistência creditícia que lhe prestou o Banco em 1966, fornecendo-lhe capital de trabalho equivalente a 20% do total dos suprimentos da espécie proporcionados ao setor industrial, em conjunto.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial vem dispensando à Indústria de gêneros alimentícios especial atenção, considerada a necessidade de abastecer os importantes centros consumidores da Região. Daí, ter este setor registrado destacada expansão em 1966 e absorvido montante superior a 1/3 dos empréstimos industriais efetuados pela CREA.

COMÉRCIO EM GERAL

A assistência prestada pelo Banco ao comércio se exerce, também, sob a forma de adiantamento sobre contratos de câmbio, comercialização da produção agropecuária e extrativa, financiamentos para aquisição de adubos e fertilizantes, comercialização de produtos industriais, financiamentos para importação de papel e outros produtos não especificados. Em 5-9-67, o saldo dos suprimentos do Banco ao comércio nordestino expressava-se por NCR\$ 75 milhões, equivalente a 21% do montante registrado em todo o País, sob essa rubrica.

DIRETORES PARA A REGIÃO NORTE/NORDESTE

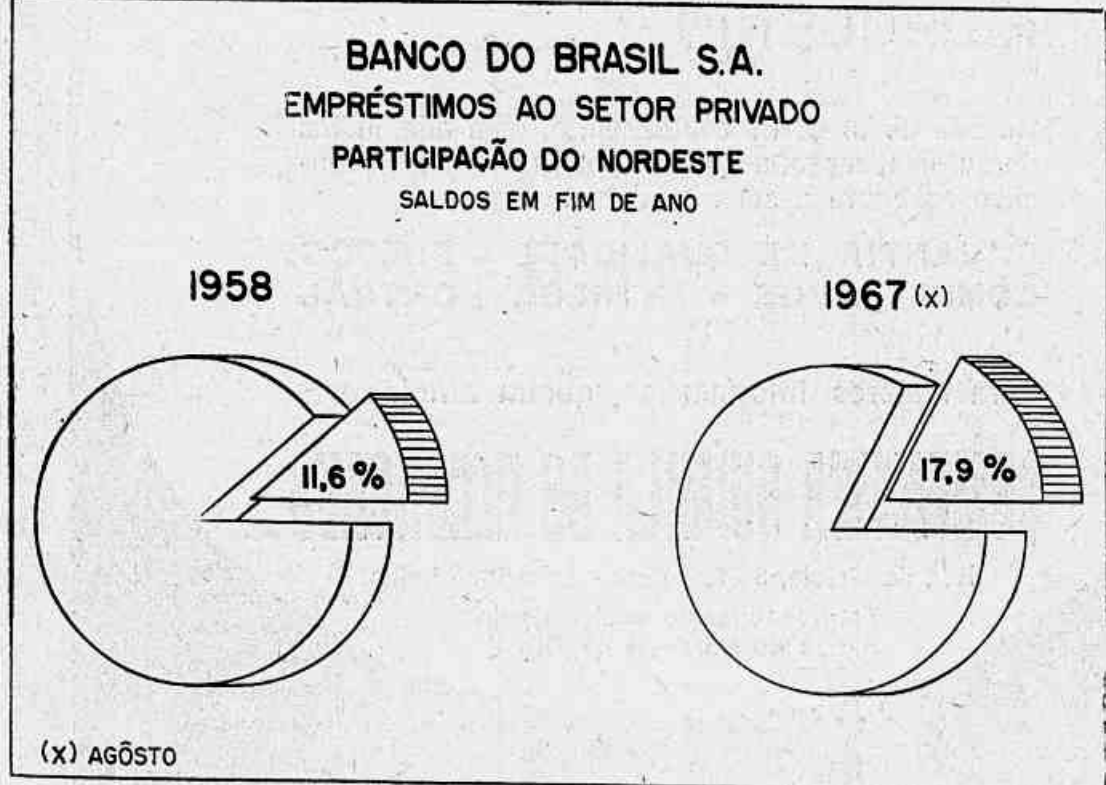
Na reestruturação recentemente processada no Banco do Brasil, sob o critério de regionalização dos serviços e operações, teve o Presidente Nestor Jost a preocupação de dotar a Região Norte/Nordeste de Diretoria própria, tanto na Carteira de Crédito Geral, como na Agrícola e Industrial. Apresentada a competente proposta, que mereceu aprovação em Assembleia Geral de Acolistas, realizada em 20-4-67, foi eleito para titular da CREA o Dr. Ivan Macedo Melo, engenheiro e ex-Diretor do Banco do Nordeste do Brasil; e, na CREGE, continuou o Dr. Cláudio Pacheco Brasil, jurista e advogado pertencente ao quadro do Contencioso do Banco.

Esta medida, na prática, vem alcançando os melhores resultados. Com a descentralização e celeridade dos serviços e assuntos ligados aos créditos das duas Carteiras, dá o Banco do Brasil melhor atendimento a seus clientes. Ademais, é um passo no sentido da dinâmica e modernização que está imprimindo às rotinas operacionais do Estabelecimento.

TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS

Para a consecução de melhores índices de eficiência de seu pessoal, com vistas à minimização dos custos operacionais e consequente aumento da produtividade global, inclusive na região nordestina, o Banco, através de seu Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal (DESED), vem realizando inúmeros cursos de treinamento e aperfeiçoamento de seus funcionários, tais como: Cursos Intensivos para Administradores, Cursos de Crédito Rural e Industrial, Cursos de Mecanização e 35 Cursos de Caixa Executiva.

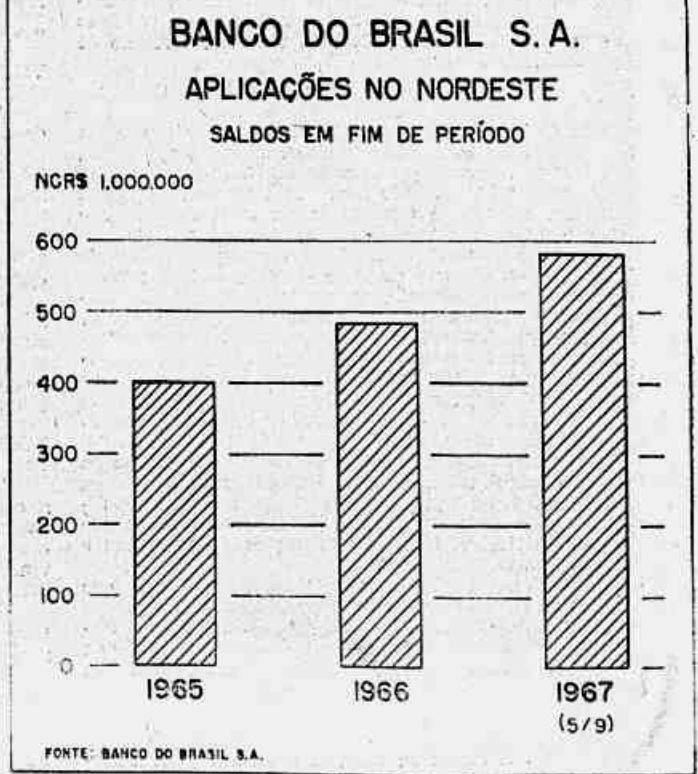
Pelo alcance e significação, que terá para o Nordeste, merece destaque especial o II Curso de Crédito Rural e Industrial, nele se transmitindo ensinamentos sobre modernas técnicas creditícias aos setores rural e industrial, além da projeção de filmes alusivos à Organização e Métodos, sendo professor, ainda, várias conferências sobre Política de Preços Mínimos. É de salientar que, não só os funcionários do Banco foram treinados por nossos técnicos, mas também os pertencentes a estabelecimentos congêneres, oficiais e privados, e a instituições governamentais.



BANCO DO BRASIL S/A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial Créditos Concedidos - Nordeste Principais Produtos Agrícolas JAN/AGO/67

Especificação	Número de Contratos	Valor em NCR\$
Algodão arbóreo.....	23 910	22 959 065
Algodão herbáceo.....	3 308	2 838 996
Agave ou Sisal.....	267	601 495
Arroz irrigador.....	278	985 658
Arroz não irrigado.....	2 107	1 548 223
Cacau.....	2 715	12 310 784
Cana-fornecedores.....	792	10 127 114
Cana-rapadura.....	455	791 135
Cana usina e álcool.....	56	32 651 269
Feijão.....	7 448	8 114 289
Mandioca.....	6 495	4 367 921
Milho.....	3 713	7 965 802
Babaçu.....	48	125 950
Cera de Carnaúba.....	117	221 464

Fonte: Banco do Brasil S.A.-CREAI-





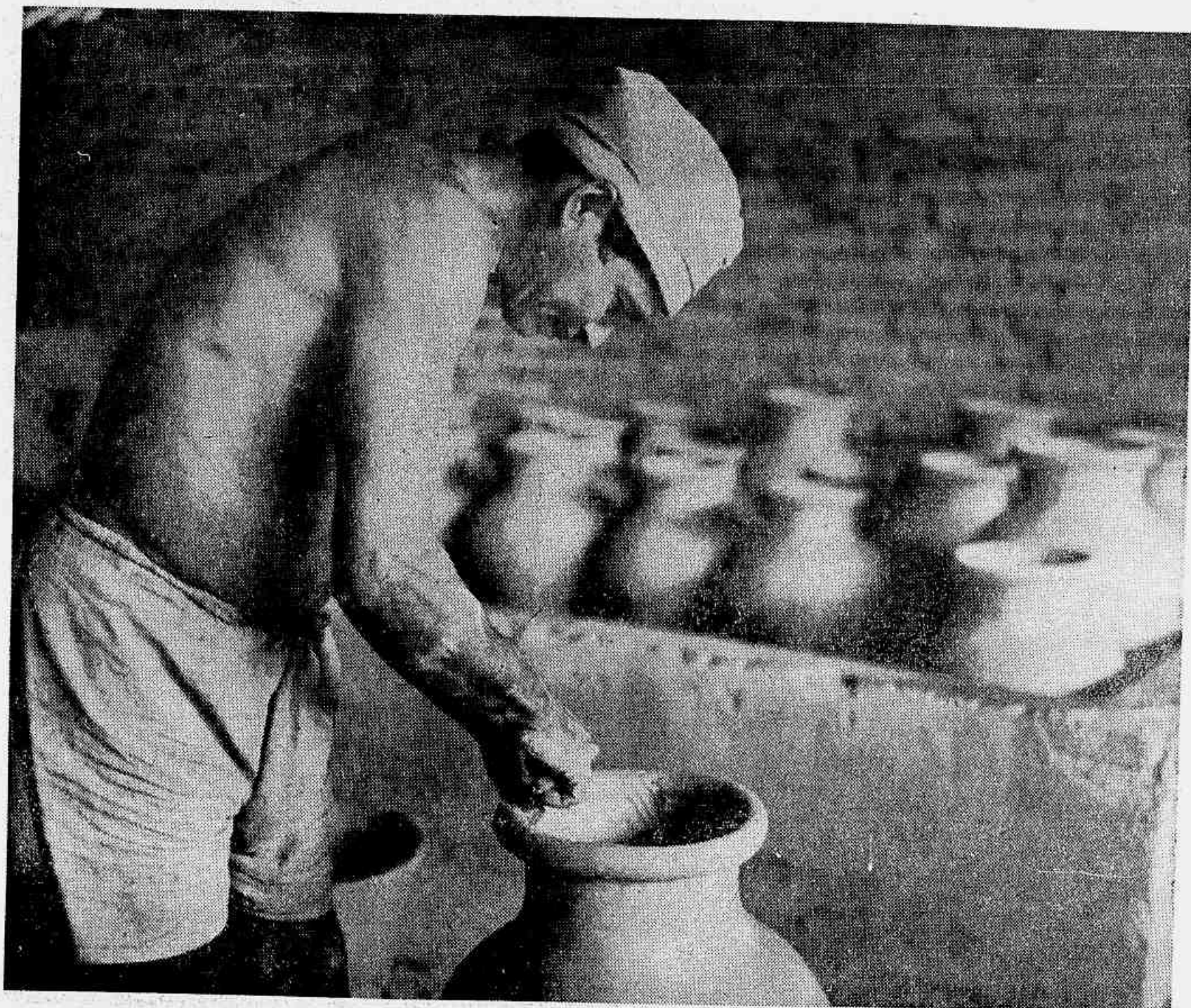
Cerca de 400 mil nordestinos dependem destas bonecas para viver

ARTESANATO

PODE SER

FONTE

DE DIVISAS



Apesar de inculto, o artesão nordestino é talentoso e perito em sua arte

Recife (Sudene) — O artesanato nordestino, considerado o mais característico do Brasil, poderá transformar-se num importante aliado da interiorização do desenvolvimento, preconizada pela SUDENE, e fator de promoção social dos 400 mil nordestinos que dependem da arte popular para sua manutenção.

Para atingir esses objetivos, precisam ser tomadas medidas que transmitam ao artista a segurança de que ele poderá produzir sem as pressões dos intermediários, pois há mercados inexplorados no País e intensa procura desses artigos no exterior.

DESPREPARO

Em dias de agosto de 1965, um cargueiro internacional recebeu em Salvador três toneladas de uma mercadoria cujo embarque provocara debates nos meios fiscais. Eram talhas de Jacarandá, produzidas por artesãos baianos, destinadas ao mercado norte-americano de decoração, mas o fisco não sabia como classificar para efeito de taxa aduaneira.

Esse fato, que evidenciava a descoberta de um novo produto para a pauta de exportações no Nordeste, revelava também o problema principal do artesanato na região: seu despreparo para atender às solicitações do mercado externo e o erro de enfoque do problema pela ARTENE (Artesanato do Nordeste S/A), que incentivou a comercialização sem atuar decisivamente no campo da produção.

DECEPÇÕES

Decepções maiores vieram a seguir. Incentivados pela publicidade que o artesanato recebia da imprensa nacional, outros importadores dirigiram-se àquela empresa, dispostos a abrir o mercado internacional para a arte popular nordestina. As condições, entretanto, não podiam ser aceitas: exigiam-se grande quantidade de produtos, uniformes, coloridos, bem acabados.

Houve pedidos de até 500 mil chapéus de palha por mês que, a preços da época, representava o ingresso de NCr\$ 1 milhão mensais nas áreas mais pobres do Nordeste: a zona da mata pernambucana, o meio agreste da Paraíba e o litoral do Rio Grande do Norte e Ceará.

Da Itália foram solicitadas 80 mil bolsas de palha de carnaúba e agave, mensalmente. Esses pedidos foram polidamente rejeitados por impossibilidade em tempo e quantidade exigidos pelos importadores.

Hoje, existem nos arquivos da ARTENE dezenas de solicitações de amostras, catálogos, preços e condições de remessa, procedentes de

diversos países — especialmente Estados Unidos, França e Alemanha — sem possibilidade de atendimento a curto prazo.

O MITO

Tradicionalmente, o trabalho em artesanato é para o nordestino do interior uma atividade suplementar à sua renda minguada na agricultura. Jamais foi tido como ocupação exclusiva, permanente. Exceção apenas para os chamados artesãos de serviços (consertadores, remendões) como os armeiros de Campina Grande ou Ceará que, por isso mesmo, têm seus dias contados: não resistirão à investida da indústria que enquanto se desenvolve marginaliza este tipo de atividade.

Nessa avalanche já sucumbiram os antigos produtores e vendedores ambulantes de espalhadores, rapa-cocos, grelhas e outros objetos de utilidades domésticas, cujos pregões rimados e ritmados são hoje recordados, apenas, nos registros dos folcloristas da Região. O destino dos remanescentes é o mesmo, não há lugar para eles na economia de escala.

Por força da tradição, ainda, o artesanato é considerado pelo malito nordestino como trabalho de mulher. Deste mito beneficia-se o intermediário, que regateia nas discussões sobre preços com as mulheres. A rendeira ou chapeleira ludibriada vinga-se, oferecendo um produto de qualidade inferior, o que repercute danosamente sobre o artesanato, como um todo. Isso em relação ao artesanato utilitário: bolsas, chapéus, rendas, bordados, panelas de barro e outros utensílios.

Se naqueles setores prevalecia tal situação, o chamado artesanato artístico (cerâmica, adornos em madeira ou metal) vivia em função dos seus grandes mestres, como Vitalino, de Caruaru, Severino, de Tracunhaém, em Pernambuco, Chico Santeiro, no Rio Grande do Norte, e mestre Nosa, no Ceará.

Os pernambucanos, apesar de consagrados como legítimos representantes da arte popular, morreram na miséria. Suas peças são hoje raridades em museus e coleções particulares internacionais, mas as suas famílias vivem à míngua, desassistidas e no mesmo ofício.

Vitalino surpreendeu os meios médicos, morrendo de varíola a poucos metros de um hospital público de sua querida Caruaru, e Severino ampliou as estatísticas das vítimas do shtistosoma mansoni, como indigente num hospital recifense.

Em situação idêntica morreu, também, outro importante expoente da arte popular nordestina, de quem o Presidente John Kennedy guardava imagem talhada a canivete em ma-

deira, Chico Santeiro, místico modelador de emburana que transformava em belíssimas e quase sempre esquiladas madonas. Dos grandes e infelizes mestres artesãos resta o internacionalmente conhecido mestre Nosa, do Ceará, que vive na Cidade de Joãozeiro do Norte, dando glória ao "padim Cico" e modelando facas "cabo de embuá" e punhais disfarçados em rebenques.

A SAÍDA

Se, colocada à horizontal a situação do artesanato nordestino aparece tão pouco lisonjeira, ele poderá evoluir e transformar-se num gerador de renda para a região, de acordo com o técnico Edésio Rangel, atual Chefe da Divisão de Artesanato do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE.

A autarquia pôs em execução em 1962 um programa de melhoria da situação de penúria em que vivia o artesanato nordestino, envolvido num sistema de produção que beneficiava apenas os intermediários.

Naquele ano, a SUDENE decidiu intervir nos meios artesanais, criando uma divisão especialmente dedicada ao equacionamento do problema. No mesmo ano, e ainda na área da SUDENE, foi criada a ARTENE (Artesanato do Nordeste S/A), com o objetivo de facilitar as operações a salvo da burocracia que cerca as verbas oficiais.

Nos estatutos da empresa era determinada a ação no mercado artesanal e a assistência ao artista, quer do ponto-de-vista técnico, financeiro ou estimulando a nucleação em cooperativas, para maior distribuição da renda entre os 400 mil dependentes dessa produção.

Em suas primeiras operações a ARTENE pôs em evidência a comercialização e estabeleceu-se com lojas de varejo em João Pessoa, Campina Grande e Recife, incursionando, debilmente, no sistema de produção propriamente dito.

Em cinco anos, aplicou NCr\$ 332 mil e teve retorno de NCr\$ 122 mil através de suas vendas. Mais ganharia se tivesse cuidado do problema básico da produção. Em seu programa pioneiro (hoje em revisão), a ARTENE realizou mostras artesanais em São Paulo e nas capitais nordestinas e incentivou a criação das primeiras cooperativas.

No ano passado, entretanto, após uma crise interna, sua diretoria foi substituída e iniciado um processo de revisão do seu programa. Nessa função está o técnico (Curso CEPAL) Edésio Rangel, que acredita na possibilidade do artesanato desempenhar importante papel no processo de produção rural da região, funcionando como parcial absorvedor de mão-de-obra liberada no setor primário da economia nordestina.



Chico Santeiro, artesão cujo trabalho é apreciado no mundo inteiro, morreu quase à míngua. Seus seguidores agora têm futuro assegurado

NORDESTE INTERIORIZA DESENVOLVIMENTO UTILIZANDO OS RECURSOS DE SEUS VALES

Tarcísio Baltar da Rocha
Da Sucursal do JB no Recife

Quando os técnicos da Sudene chegaram ao Vale do São Francisco, em 1962, foram recebidos com desconfiança pelo sertanejo. Fizeram milagres com a terra, mas a desconfiança continuava. Depois, iniciaram as experimentações pecuárias. E o boi, que, criado sóto, precisava de dez hectares, por cabeça, para engordar, passou a necessitar de 1/16 de hectare, confinado em áreas irrigadas dentro das modernas técnicas.

Foi assim que o matuto começou a confiar na Sudene e se aproximar dos seus técnicos. Ele, que sempre se dedicara à criação de gado, sua principal fonte de renda, viu no boi gordo novos horizontes: a vitória do homem sobre a natureza e a certeza de um progresso futuro no interior da região, tendo como ponto de partida os Vales do São Francisco, Jaguaribe e Parnaíba.

De Delmiro Gouveia, em 1914, com sua fábrica de linhas no São Francisco, aproveitando o potencial energético de Paulo Afonso, à implantação da Hidrelétrica da Boa Esperança, entre o Maranhão e o Piauí, e a irrigação do Jaguaribe, está escrito o primeiro capítulo da interiorização do desenvolvimento nordestino.

São os três grandes Vales da Região — dos Rios São Francisco, Jaguaribe e Parnaíba — que com seus imensos potenciais de recursos naturais oferecem condições à continuação da marcha do progresso rumo ao sertão. E ali já brotam uva e trigo de solos sempre castigados pelas secas.

O COMEÇO

Tudo começou com Delmiro Gouveia, industrial cearense que, em 1913, utilizou o Rio São Francisco para montar sua fábrica de linhas de costura, na cidade alagoana de Pedra, movida pela eletricidade originária do grande rio. O pequeno município teve suas casas e ruas iluminadas antes mesmo do Recife. Era o desluzido do sertão e o início do fim da civilização do chapéu de coco. Hoje todos já acreditam no grande passo que a região dá, consubstanciada nas experiências bem sucedidas de irrigação, em larga escala, com o aproveitamento das águas do Rio São Francisco e no levantamento dos recursos naturais do Vale do Jaguaribe.

Depois de Delmiro veio a CHESF — Companhia Hidrelétrica do São Francisco —, criada em 1945 pelo ex-Presidente Eurico Dutra, que acreditou no futuro do Nordeste. Em 1948 começava a construção da barragem que daria origem às águas do rio e em 1955 as primeiras turbinas, movidas pela força da cachoeira de Paulo Afonso, começaram a gerar a eletricidade que, para o Vale, atingirá 80% da região. Com a água do São Francisco e o seu próprio potencial energético, descobriu-se, então, a grande verdade: a zona semi-árida do Nordeste tinha em seu solo recursos naturais para sobreviver e progredir e, além disso, distribuir energia elétrica para toda a região. E se fez os açudes de Orós e Banabui, no Vale do Jaguaribe — o maior rio seco do mundo. Depois vieram as Hidrelétricas de Três Marias, em Minas, e da Boa Esperança, na fronteira do Maranhão com o Piauí.

O GRANDE SÃO FRANCISCO

O Vale do São Francisco nasce com o rio chapada de Diamantina, próximo a Belo Horizonte, e termina no litoral sergipiano. Ao todo são 703 mil quilômetros quadrados, onde vivem cerca de seis milhões de pessoas, em 401 municípios dos Estados de Minas, Bahia, Goiás, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Se divide em Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, e está quase todo na região do Polígono das Secas.

Por enquanto é quase que somente aproveitado para a agricultura nas zonas das alturas trazidas pelas águas do rio, mas a SUDENE já provou, com sua irrigação em larga escala — dez mil hectares em diante —, que os municípios gemêos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), se os solos mais distantes das margens se prestam muito bem ao plantio até de uvas das melhores castas européias.

Recebendo a colaboração financeira e técnica do Fundo Especial das Nações Unidas, a SUDENE fez um levantamento inicial de 26 mil quilômetros quadrados do submédio São Francisco, verificando que cerca de 20% da área estudada era irrigável. Em seguida, fez outro levantamento, desta vez semidetalhado, de 378 mil hectares, dos quais 118 mil necessitam condições para a irrigação. E foi ali que concentrou seu trabalho pioneiro, com a criação de duas estações experimentais — a de Juazeiro e a de Petrolina —, que apresentaram resultados diferentes. A primeira, o chamado grumoso, argiloso, montado num platô de calcário, e a segunda o latossolo, ácido leve. Ambos com bom suporte físico para a agricultura e onde se dão muito bem o algodão, o amendoim, o sorgo, a alfafa, o arroz, a batata inglesa, o girassol, o trigo e a uva, além de muitos outros, como o capim elefante, o mamão e a laranja.

Pode assim o sertanejo daquela zona — 300 mil na área levantada semidetalhadamente — verificar que o homem não se dobra à força da natureza, que é dominada, dá frutos que ele nunca esperou. Onde a natureza apresentava uma esterilidade eterna, se viu o verde dos campos cultivados. E o gado que, criado sóto, precisava de dez hectares por cabeça para viver, passou a necessitar de apenas 1/16 de hectare de solo irrigado, para engordar.

O ESTRANHO RELAÇÕES PÚBLICAS

O matuto sempre foi meio desconfiado com tudo que é novidade. A irrigação, por si só, não o fez acreditar no trabalho da SUDENE. Mas o boi gordo, confinado em vez de sóto, precisando de muito menos que um hectare para viver, foi o chamariz, serviu mesmo de relações públicas entre o sertanejo e os técnicos do órgão. Isso se explica: o gado sempre foi fonte de renda na região e para ele se voltam todas as atenções. A confiança da população foi ganha e agora a SUDENE se volta para o treinamento de pessoal às novas técnicas. Em meados deste mês foram iniciadas no aprendizado da moderna irrigação 21 famílias, escolhidas dentre 108 que já trabalhavam com o órgão, para que ganhem uma visão geral do assunto e depois se entrossem com as outras famílias, que aceitarão com mais facilidade os seus ensinamentos que os dos estranhos, dos "doutores", que vieram do Recife, ou dos "gringos", que chegaram do estrangeiro.

EDUCAÇÃO POR FAZER

O potencial natural do Vale já é conhecido e suplantado as expectativas. Mas a educação para a utilização da riqueza que ali está por ser feita. O surto da cebola é a síntese de tudo. Quando, em 1959 e 60, a cultura deste produto atingiu expansão nunca esperada nas ilhas próximas à Cabrobó e nas terras ribeirinhas do município, o enriquecimento repentino de alguns agricultores — chegou-se até a plantar cebola no quintal de casa —, levou-os a desperdiçar que despertaram a atenção dos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco, hoje transformada em Superintendência. Assim, um cebolheiro comprou um chapéu por NCr\$ 2,00 e, por ter dinheiro de sobra, encomendou mais um, do mesmo estilo, tamanho e qualidade, por NCr\$ 6,00; outro, após receber NCr\$ 600,00 pela sua produção, desistiu dos NCr\$ 200,00 restantes, porque havia recebido mais do que pensara. Por fim, quando a onda da cebola acabou, com a súbita queda dos preços, muitos dos novos ricos não tinham sequer um tostão para começar outra cultura.

SUVALE

É a Superintendência do Vale do São Francisco — SUVALE —, fundada pelo Governo Federal em 1948, que tem a função de educar a população do Vale. Os seis milhões de habitantes da região, até 1955, viviam de métodos os mais antiquados, apesar dos esforços do órgão. Mas a partir daquele ano veio a eletricidade da CHESF e, depois, de Três Marias, em Minas. O Vale começou a se eletrificar aos poucos. Com a luz nasceram as possibilidades de técnicas mais modernas para a exploração das riquezas, principalmente as do solo, através da irrigação. E o matuto, que é teimoso mas não é burro, vai aprendendo devagar, a melhor maneira de se trabalhar a terra, de torná-la fértil. Antes, a partir de 1948, a água do rio era tirada através das rodas d'água, o velho processo egípcio utilizado no Nilo desde a época dos faraós. Depois vieram as bombas elétricas acionadas a gasolina. As experiências da SUVALE, no entanto, não abrangem as grandes áreas irrigáveis e, sim, poucos hectares. De qualquer modo, o sertanejo já começou a copiar e alargar o sucesso vencendo individualmente a natureza semi-árida da região.

Mas as coisas tendem a melhorar. A partir do próximo ano a SUVALE vai-se transformar, em face da reforma administrativa implantada pelo Governo Castelo Branco, num órgão executor dos planos da SUDENE, entidade mais nova e, portanto, com menos vícios, que visa mais o geral e social que o particular e assistencial. Por enquanto o trabalho da SUVALE pode ser dividido em quatro partes distintas: estudos gerais e levantamentos; regularização fluvial, energia, transportes, irrigação e drenagem; saúde e desenvolvimento cultural e desenvolvimento da produção.

Para a execução de suas tarefas, o órgão mantém cinco distritos ao longo do rio: o primeiro em Belo Horizonte; o segundo em Pirapora (MG); o terceiro em Bom Jesus da Lapa (BA), o quarto em Juazeiro (também na Bahia) e o quinto em Penedo (AL), cada um deles mantendo distritos de obras, residências agrícolas, postos de veterinária e irrigação, e colônias agrícolas.

O QUE É BOM

Apesar das deficiências, não se pode negar que a SUVALE fez e faz um trabalho útil às margens do São Francisco. Nos seus 16 anos de existência criou 80 hospitais e maternidades, 250 entidades escolares, incrementou a criação do gado de raça, fundando no setor da agropecuária 19 residências agrícolas, oito postos de assistência à irrigação, um projeto-piloto de eletrificação rural, um posto de piscicultura e uma fazenda-escola. Mantém, ainda, uma carteira de revenda, com a finalidade de facilitar aos agricultores a aquisição de máquinas, ferramentas, inseticidas, sementes e reprodutores, tudo a prazo e a preço de custo.

A MAIOR OBRA

Mas é na Barragem de Três Marias, em Minas, que está o orgulho da SUVALE. Obra de importância internacional, classificada entre as cinco maiores do mundo, Três Marias tem 2 700 metros de extensão por 70 de altura, e permite o armazenamento bruto de 22 bilhões de metros cúbicos d'água — o que representa sete vezes o volume da Baía da Guanabara —, com capacidade máxima prevista de 520 mil KV.

A grande barragem tomou definitivamente o São Francisco, contribuindo, sobretudo, para o sequestro econômico do Vale. Suas comportas acabaram com as grandes enchentes a que estavam sujeitas as zonas ribeirinhas, facultaram o escoamento constante das águas, garantindo a navegabilidade em todas as épocas do ano, e deram condições ao início do saneamento rural.

A SUVALE construiu, ainda, aproveitando o potencial energético do grande rio, as hidrelétricas de Pandeiro, também em Minas, com capacidade para 4 200 KW; e a de Correntina, na Bahia, com oito mil KW.

ESFORÇO CONCENTRADO

O grande esforço da SUVALE, no setor agrícola, está sendo feito em Penedo (AL). Ali o órgão tem um plano ambicioso e com ele pretende demonstrar a sua supremacia diante da natureza do Vale. O município, situado a 200 quilômetros da Cachoeira de Paulo Afonso, foi dos primeiros a receber a energia da CHESF e pôde modernizar as suas 15 indústrias de beneficiamento de arroz, plantado nas lagoas deixadas pela subida das águas, no inverno.

Do produto dependem cerca de 100 mil pessoas e a SUVALE, aproveitando a concentração demográfica para explorar toda a riqueza do solo daquela zona, instalou um distrito, entre os cinco que mantém ao longo do rio, uma residência, das 11 do Vale, um serviço de abastecimento d'água, para os 16 que está construindo em outras cidades, um hospital entre os outros 19 construídos e uma unidade sanitária para as 41 existentes. E agora vai partir para aumentar o número de tratores e de hectares de terras agrícolas, a fim de que a produção de arroz ultrapasse as 60 mil toneladas anuais, correspondentes a um milhão de sacas.

E ainda em Penedo, nas terras um pouco acima das margens e da zona alagada pelo rio, que se localiza o centro da bacia leiteira de Alagoas. Ali a palma forrageira é o principal alimento do gado, dos mais bem cuidados do Nordeste. Esta é mais uma razão para o esforço da SUVALE naquela zona, que vai ter, dentro em breve, uma fábrica de laticínios Santa Maria. E a experiência da SUDENE, em Juazeiro — muito acima, no submédio São Francisco —, criando o gado confinado, já está servindo de exemplo aos fazendeiros de Alagoas.

O MILAGRE DO SÃO FRANCISCO

Só a uva, o trigo e o melão que brotam na terra seca do sertão são o bastante para justificar o trabalho da SUVALE e da SUDENE. O homem sofredor do Vale pôde ter a cer-

teza de que o solo rachado em que sempre pisou, e do qual muitas vezes foi obrigado a fugir, garantirá, um dia, a ascensão econômico-social de todo um povo que ainda considerava um castigo a falta de chuvas.

Mas a verdade é que o campo de uvas da Cinzano está a flor todos os anos, já se fez pão com o trigo do Nordeste e já se oferece condições de infra-estrutura para a implantação de indústrias nas entranhas, antes sem esperanças, da região.

A ÁGUA DO RIO SECO

O Jaguaribe, o maior rio seco do mundo, tem nos Açudes Orós e Banabui, ambos no Ceará, água que dá para irrigar todo o solo daquele Estado. A pergunta é: existe esta quantidade de terras em condições rentáveis de serem beneficiadas pelos dois reservatórios? A SUDENE diz que não, afirmando que apenas 10,3% de todo o Vale do Jaguaribe são irrigáveis. Para responder a indagação, o órgão faz um trabalho pioneiro no País: o levantamento de todos os recursos naturais do Vale, situado no Ceará, ocupando uma área de 80 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 52% da área daquela unidade da Federação.

Ali vivem apenas 1,5 milhão de pessoas, que têm uma renda média anual de NCr\$ 238,00, das mais baixas do mundo. Todo o Vale localiza-se na zona semi-árida do Nordeste, em pleno sertão, mas a fertilidade de parte de suas terras será o ponto de partida para o seu sequestro.

Análise das potencialidades e condicionantes do Vale do Jaguaribe evidencia que ali chove pouco e irregularmente. E é desta chuva que se armazenam os 5,5 milhões de metros cúbicos de água, nos mals de nove mil açudes do Governo e de particulares. No Jaguaribe não há lençóis de águas subterrâneas que vingam uma irrigação deste tipo.

Segundo a SUDENE, 754,7 mil hectares do Vale — 10,3% de sua área — se prestam à irrigação; 3 933 mil hectares — 54% da área — oferecem condições para uma agricultura seca, e 2 585,7 mil hectares — 34,7% de toda a zona — só servem para a criação extensiva do gado.

SOLOS IRRIGÁVEIS

Levantando primeiro os recursos naturais e humanos, para depois coordenar uma ação objetiva de desenvolvimento, a SUDENE considerou irrigáveis não só os solos potencialmente férteis, mas que também apresentassem condições topográficas razoáveis ao recebimento da água provida dos açudes. Constatou que nêles se cultivam, atualmente, os carnaúbas nativos, cuja cera tem preço inteiramente superado nos mercados interno e externo. E o desperdício da riqueza da terra, até bem pouco totalmente desconhecida.

Mais da metade do Vale é formada pelos solos de agricultura seca, a mais comum no sertão. Em toda esta zona domina o algodão arbóreo, que se mistura às culturas do milho e feijão. A falta de motorização nas relações de trabalho, aliada ao problema da comercialização — principalmente das duas últimas culturas —, deixa os agricultores à disposição das secas, cujos períodos efêlicos são de cerca de dez anos. Resta ainda do Vale uma área de 35% impréstatível à agricultura. Ali só a pecuária extensiva tem lugar. E o gado criado sóto nas caatingas talvez seja o único fato tradicional, em toda a região do Jaguaribe, que atenda a princípios econômicos razoáveis. O resto está por fazer.

O HOMEM NA SECA

Dos cerca de 1,5 milhão de habitantes do Vale do Jaguaribe, 450 mil formam a população economicamente ativa, 85% da qual se ocupam em atividades primárias, contra 4% ocupada em atividades industriais — sobretudo beneficiamento de algodão —, e 11% em atividades terciárias.

O baixo nível econômico do homem do Jaguaribe reflete-se na sua situação sócio-cultural: apenas 3% das famílias do Vale têm jornal. A grande maioria está inteiramente afastada do mundo e gasta 70% do que ganha em alimentação. Por fim, aquela população não tem, ainda, confiança no futuro do Vale. Mas a SUDENE está ali por isso, e já sabendo que a região tem um potencial de riquezas que promoverá a todos,

Com uma vantagem: está planejando o desenvolvimento desde o início, primeiro levantando todos os recursos naturais e humanos, para, depois, entrar na fase de coordenação das obras de infra-estrutura.

O VALE AINDA POBRE

O estoque de capital do Vale do Jaguaribe foi calculado, para este ano, em NCr\$ 500 milhões, tomando-se por base a estimativa do produto territorial bruto e o coeficiente de capital, estimado em 0,72. Este coeficiente traduz a baixa utilização do fator capital por unidade de produto, típica das regiões subdesenvolvidas. Historicamente o esforço de acumulação citado foi possível, sobretudo, face aos grandes investimentos de infra-estrutura, realizados pelo setor público, tendo em vista a diminuta capacidade de poupança do setor privado, determinada, mesmo, pelo baixo nível de sua renda per capita.

Dentre os grandes esforços do Governo estão os Açudes de Orós e Banabui, o primeiro com capacidade para armazenar 4 200 milhões de metros cúbicos d'água e o segundo podendo receber 1,5 bilhão de metros cúbicos. Ambos garantindo a futura irrigação das terras do Vale. Há, ainda, no Jaguaribe, quase dez mil pequenos e médios açudes. Todos, como os dois maiores, guardando para o verão e as secas as águas que correm pelo rio, no inverno e nos anos bons. E a terra, quase todo o tempo fendida pelo calor, será, um dia, fértil, com o aproveitamento racional de todo este potencial. E é o que garante a SUDENE e sonha o sertanejo.

AS DIFICULDADES DA MISSÃO

Mas nem tudo são esperanças no Vale do Jaguaribe. A SUDENE, em sua missão pioneira, tem encontrado sérias dificuldades. Entre elas, a atrasada estrutura agrária da região, tanto no que diz respeito ao sistema fundiário, como no que se refere às relações de trabalho. Outros entraves são a deficiência técnica do próprio pessoal do órgão, a de dados estatísticos e experimentais — o que, muitas vezes, prejudica as decisões dos técnicos —, e o baixo nível sócio-cultural do homem da região, impossibilitado de ser atingido pela comunicação escrita e oferecendo resistência às inovações tecnológicas.

Tarcísio (folha 11)

Por outro lado, além do levantamento — em fase de conclusão — dos recursos naturais do Vale, a SUDENE já começou um trabalho prático: entre outras coisas, conseguiu da Prefeitura de Aracati a cessão de terras para um campo experimental de coqueiros, e das de Limoeiro e Jaguaribe o empréstimo de máquinas agrícolas; fez acordos para a eletrificação das zonas experimentais com a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste e com a Companhia de Eletrificação do Ceará; e convidou técnicos especializados em citricultura, bananicultura, mecanização agrícola e nutrição animal, para que cooperem com o sequestro do Vale.

Quem ganhará, com tudo isso, é o Nordeste, e particularmente, o Ceará, um Estado quase todo incrustado no sertão, mas com a sorte de ter o Rio Jaguaribe, cujas águas periódicas são o suficiente para irrigar e fazer florir uma região que ainda vive sob o estigma da seca. Mas, para se chegar a esse ponto, terá de se fazer muita força e se ganhar a confiança do homem do Jaguaribe, um descrente pelos séculos em que dependeu, exclusivamente, da chuva.

A BOA ESPERANÇA

No Vale do Parnaíba, que, como o rio — de 1 200 quilômetros —, acompanha toda a área da fronteira do Maranhão com o Piauí, está nascendo uma hidrelétrica, a da Boa Esperança, que eletrificará o Nordeste ocidental — aqueles dois Estados e mais o Norte do Ceará. São os 20% de toda a Região que não serão atingidos pelo sistema CHESF.

Assim, é de novo de um Vale que surge o potencial energético para toda uma zona de-

mográfica carente de industrialização e de modernos métodos agrícolas. E o nome do empreendimento, Boa Esperança, traduz a boa nova que correu célere por toda a região do Parnaíba, de cerca de 160 mil quilômetros quadrados e quase 50 municípios: dentro em breve todo o Vale e mais o Maranhão e o Piauí terão luz elétrica originária do grande rio, navegável na totalidade do seu curso e do qual estão sob a influência cerca de 450 mil habitantes.

A Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança começou a ser construída sua barragem, localizada no médio-Parnaíba, proximidades da Vila que lhe deu o nome, em julho de 1964. Está quase pronta, com os seus cinco mil quilômetros de extensão, e gerará 220 mil KW. Ela, no dizer do Presidente da COHEBE — Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança —, General César Cals, "tem a finalidade de desenvolver a região mais subdesenvolvida do País".

Foi baseada nesta filosofia que a empresa deixou de se dedicar, apenas, à eletrificação, para lutar pelo progresso de uma área: o Vale do Parnaíba. Partiu, então, para a política habitacional dirigida, visando recolocar, de modo humano, cerca de dez mil pessoas que vivem ou viviam na zona a ser inundada pela barragem. Primeiro tratou-se da mudança dos habitantes de Guadalupe, no Piauí, transferidos para Nova Guadalupe, recém-construída dentro das técnicas as mais modernas. Agora são os de Nova Iorque, no Maranhão, que esperam sua vez de se transferir para a nova Nova Iorque, em fase de construção. E o certo é que nenhuma daquelas pessoas das duas cidades pensou em residir em casas tão modernas e bonitas como as que a COHEBE construiu, numa localidade com água, luz e esgoto, o que é novidade naquelas bandas.

No setor de agricultura, a Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança vem-se empenhando em preparar os moradores da região que será inundada pelo grande lago de 200 metros de comprimento, formado pela barragem. A empresa oferece-lhes duas opções: cultivar as terras em redor do lago — divididas em dez hectares por família —, recebendo a assistência de agrônomos, assistentes sociais e técnicos em educação; ou ir para o campo de colonização de Barra da Corda, criação por um convênio INDACOHEBE. Cuida também do problema da navegação no rio, ainda muito atrasada, mas que pretende modernizar em breve tempo.

UMA EXPERIÊNCIA ESTADUAL

O Governo de Pernambuco, também defendendo a tese da interiorização do desenvolvimento, começou, no ano passado, um plano ambicioso para deixar, em 1970, os alicerces de uma infra-estrutura razoável no Vale do Rio Siriri, uma das regiões mais férteis do Nordeste e na qual estão incluídos 12 municípios da zona da Mata e do Agreste do Estado, e onde vivem cerca de 350 mil pessoas.

Primeiro tratou das rodovias: a despeito de sua privilegiada localização em relação aos grandes centros consumidores de Recife, João Pessoa e Campina Grande, o Vale vê-se desestimulado, na época das chuvas pela inexistência de um sistema rodoviário que assegure o escoamento dos bens ali produzidos. Esta foi a razão pela qual os técnicos voltados para o desenvolvimento daquela região deram prioridade absoluta à construção, até 1970, de 68 quilômetros de novas rodovias e a pavimentação de 87 outros.

No setor de eletrificação rural o Governo organizou uma cooperativa — atualmente, com 200 sócios —, que objetivará, a médio prazo, a instalação de eletricidade em cerca de mil propriedades. Neste programa serão dispendidos NCr\$ 3 070 mil, enquanto os gastos para o setor rodoviário foram calculados em NCr\$ 16 590 mil.

O saneamento básico faz, também, parte dos planos e, para ele, serão destinados verbas no montante de NCr\$ 2 600 mil, com aplicação prevista para novos sistemas de abastecimento de cinco municípios e a ampliação das redes de outros quatro.

O bom exemplo do Governo de Pernambuco já está para ser imitado pelos Estados do Nordeste. Todos pretendendo levar o desenvolvimento para o interior. E o fim do complexo brasileiro de que o progresso não tem condições de se expandir além do litoral. São as Bandeiras e Entradas modernas, que se caracterizam por sua função social de aproveitamento coletivo das riquezas naturais.

VALORIZAÇÃO DO PARNAÍBA UM IMPERATIVO NACIONAL

Alberoni Lemos
Correspondente do JB no Piauí

A bacia hidrográfica do Rio Parnaíba e seus afluentes cobrem uma área de 327 107 km². Essa imensa área, que corresponde a um pouco menos dos territórios da Dinamarca, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Austrália, Portugal e Suíça reunidos, possui uma população de cerca de 2 787 mil habitantes embora não seja fácil conhecer uma taxa de crescimento devido a imigração que aumenta quando do flagelo das secas acarreta a vinda de levadas de pessoas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e outros.

No Piauí a taxa geométrica de crescimento vem diminuindo de forma sensível nos últimos 25 anos. A saída da mão-de-obra contrasta com o aumento percentual da população de menos de dez anos. A população ativa no setor primário aumenta gradativamente, o que demonstra que as atividades agropecuárias são fundamentais na região. As atividades secundárias e terciárias vêm baixando anualmente, chamando a atenção das autoridades para o incremento de indústrias.

INTERESSE

A valorização do Vale do Rio Parnaíba deve ser encarada pelo Governo da União com o maior dos interesses. Pois a região de influa densidade demográfica e com um potencial agrícola da mais alta valia pela facilidade de irrigação, dentro de algum tempo despertará o interesse de superpotências detentoras de alto índice populacional e de reduzida área territorial.

Vale a pena ressaltar que no Governo Castelo Branco foi criado um Grupo de Trabalho subordinado ao Ministério Extraordinário Para a Coordenação dos Organismos Regionais, para estudar as diretrizes visando o aproveitamento integrado do Vale do Rio Parnaíba e da área de influência da Usina da Boa Esperança. Esse Grupo de Trabalho, que era composto de representantes da SUDENE, da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança, da ELETROBRAS, do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, do DNOCS e dos Governos do Piauí e do Maranhão, em bem elaborado trabalho, sugeriu a criação de um órgão denominado Comissão de Valorização do Vale do Rio Parnaíba com a finalidade de elaborar o diagnóstico socioeconômico da área, realizado o levantamento dos recursos naturais da área, sobretudo do solo e água subterrânea, implantar estações experimentais; dar assistência técnica às atividades agropecuárias, para melhoria da produtividade; promover a introdução de novos tipos de cultura, adaptadas às condições ecológicas locais, com a finalidade de diversificar a produção agrícola; fomentar, por todos os meios e estímulos, instalações de indústrias, tendo em vista as disponibilidades futuras de energia e água doce abundante; estudar e projetar tipos de embarcações modernas e adequadas ao Rio Parnaíba, para se obter uma melhoria tecnológica de equipamento flutuante.

PISCICULTURA

Além de uma produção agropecuária capaz de não só abastecer as populações da área, como também destinada a outros centros consumidores, o Vale do Rio Parnaíba tem condições de manter uma piscicultura moderna, com a introdução de novas espécies de grande rendimento e que sejam adaptadas ao clima brasileiro.

Dos últimos 20 anos do século passado, até os últimos anos da década de 40 do atual século, a navegação do Rio Parnaíba foi o grande propulsor de riquezas do vale. Dotada de navios, muitos dos quais construídos na Inglaterra e na Alemanha, rebocadores de grande força e numerosa frota de barcas (alvarengas), a navegação do rio sofreu nos últimos 25 anos colapso total.

Com o advento do caminhão e da abertura de inúmeras rodovias, acrescida de uma legislação trabalhista onerosa que exige dos armadores condições insuportáveis, a navegação do Parnaíba tornou-se antieconômica, sem poder competir com o transporte rodoviário, que recebe mercadorias nas fontes produtoras, entregando-as na porta do comprador. Outra causa do desmoronamento da navegação foi a má conservação do leito do rio. O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis tem-se limitado a construir ancoradouros e cais, cuja única finalidade é proteger as margens do rio nas cidades ribeirinhas. Desobstrução e conservação do leito são trabalhos que não preocupam aquele órgão. Uma única e pequena draga, insuficiente para um serviço de centenas de quilômetros, vive parada, sem nenhuma serventia e entregue à ação destruidora da ferrugem.

Outro fator que contribuiu para a decadência da navegação foi a estiva, que sempre custou elevado preço, ao mesmo tempo em que oferecia péssima qualidade de serviço.

Sobre a onerosa legislação trabalhista no setor fluvial, é bom citar o que diz o relatório do Grupo de Trabalho no Vale do Rio Parnaíba: "Uma política altamente perniciosa relativa ao pessoal que lida com a navegação e com os portos, mantida e incentivada durante vários anos, e que pode ser resumida em excesso de tripulação, salários privilegiados e funções parasitárias, tornou a navegação não só ineficiente, mas antieconômica, invertendo todos os postulados universalmente reconhecidos sobre custos de transportes".

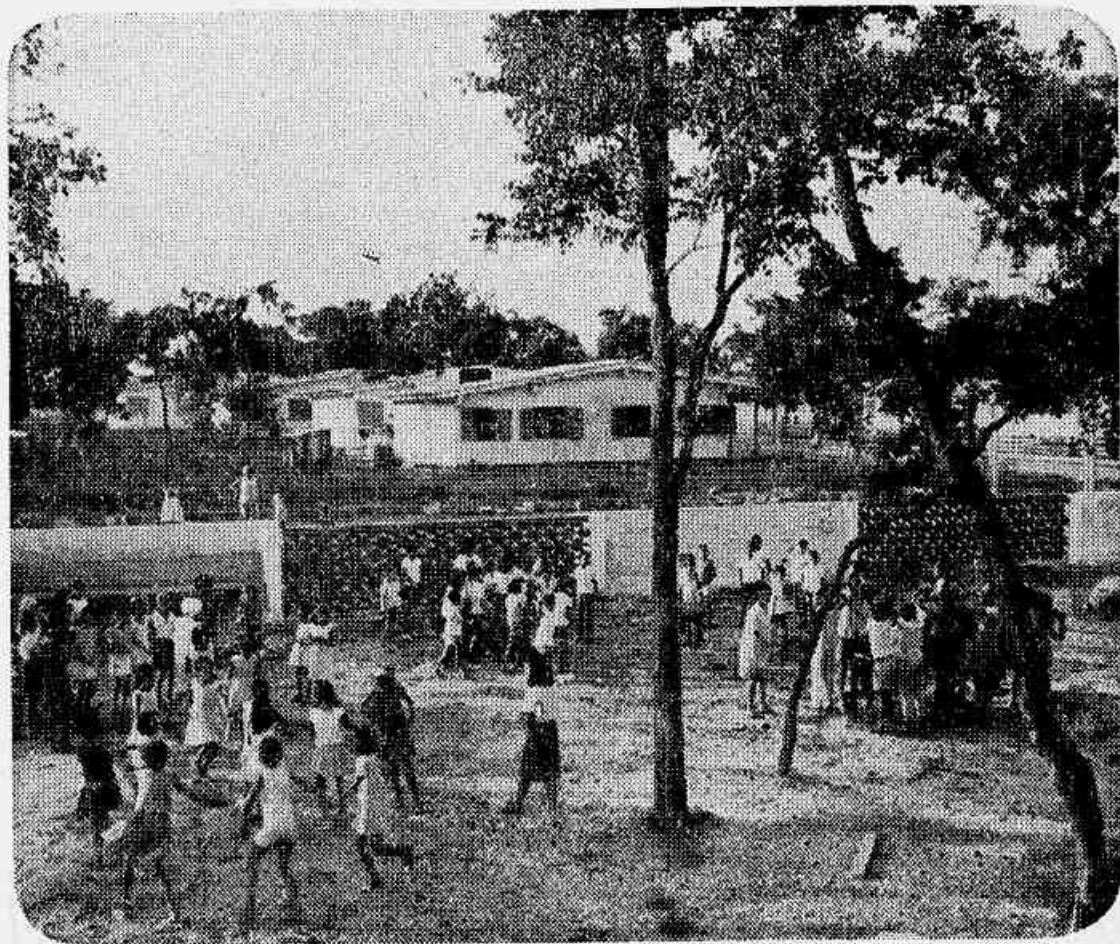
Enquanto na Europa há navios fluviais de 500 toneladas, trafegando 14 horas por dia, com apenas dois tripulantes, no Brasil um pequeno "galois" de 300 toneladas é equipado com uma tripulação de 35 homens. E isto para não citar exemplos como no Rio Congo, na África, onde um comboio fluvial de 4 500 toneladas, viajando 24 horas por dia, emprega apenas oito homens na tripulação.

E sabido que a navegação fluvial é a forma mais econômica para transporte de mercadorias e de equipamento menos custoso em relação à capacidade e aos serviços de manutenção. Enquanto um caminhão, numa tonela, desloca 700 quilos de peso morto, um barco desloca apenas 350 quilos. Nas rodovias um caminhão exige 1 CV para transportar cerca de 150 quilos, enquanto sobre água 1 CV desloca 4 000 quilos.

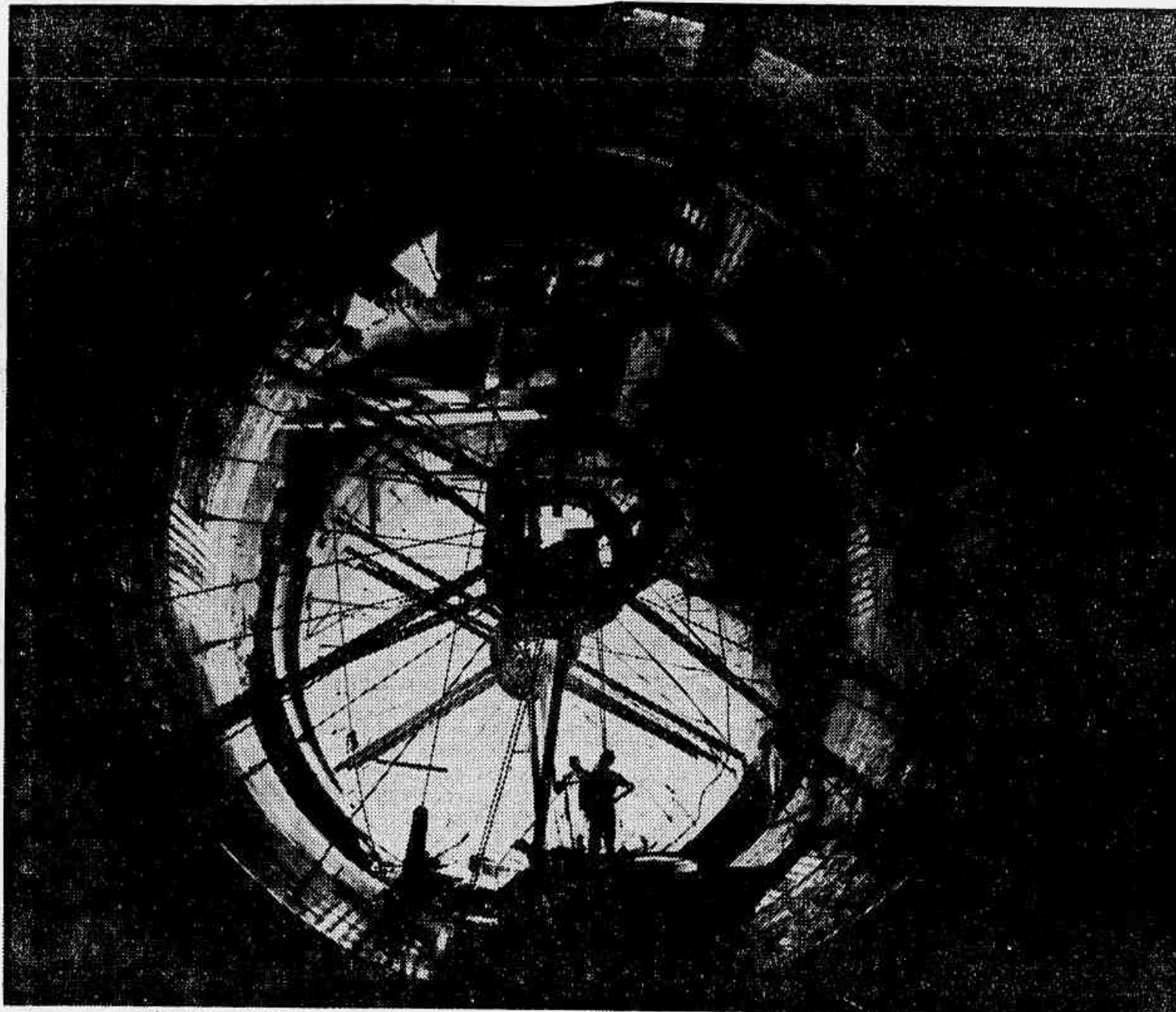
São óbvias as vantagens que a navegação fluvial oferece, principalmente, no Rio Parnaíba com o advento da Barragem da Boa Esperança, quando o represamento de cinco bilhões de metros cúbicos de água, e a construção de eclusas que permitirão a navegabilidade em mais de 1 200 quilômetros num leito de nível constante, adequado a barcos de fundo chato e destinados ao transporte de variada produção de gêneros aos centros consumidores ribeirinhos.

Servindo uma área de futuro promissor, já pela potencialidade latente como polo intercâmbio comercial das áreas adjacentes, levando mercadorias e produtos agropecuários e da indústria extrativa, a navegação do Rio Parnaíba precisa ser restabelecida, pois tem à sua disposição uma estrada natural e uma população ávida de progresso.

No momento em que o Governo federal volta as vistas para o desenvolvimento do Nordeste, o Vale do Rio Parnaíba não pode ser relegado ao segundo plano.



UM PASSO PARA O FUTURO — Uma das escolas mantidas pela COHEBE, dentro de seu plano de assistência social



O GRANDE OBJETIVO — Durante 22 horas por dia operários e técnicos da COHEBE trabalham para concluir a Usina da Boa Esperança

BOA ESPERANÇA DARÁ SEIS VÊZES MAIS ENERGIA AO MARANHÃO E PIAUÍ E EM 1968 COMEÇARÁ A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS ENERGÉTICOS DO NORDESTE

Recife (Sucursal) — Quando, em agosto de 1968, a Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança — COHEBE —, colocar em ação a sua etapa inicial, de 108 mil quilowatts, o Maranhão e o Piauí receberão seis vezes mais energia que a soma de todas as potências das usinas elétricas em funcionamento nos dois Estados.

Ao mesmo tempo, estará iniciada a integração dos sistemas CHESF-COHEBE, para a eletrificação total do Nordeste: a primeira empresa, extraindo do Rio São Francisco o potencial energético para a zona ocidental da região, e a segunda, utilizando o Rio Parnaíba para iluminar toda a parte oriental, justamente a mais subdesenvolvida.

MISSÃO DUPLA

Baseado nessa verdade, a COHEBE deixou de ser uma simples empresa de eletrificação, para estender seu raio de ação ao campo sócio-econômico: já começou a construir, às margens do Parnaíba próximas à barragem, uma infra-estrutura básica que o Maranhão e o Piauí nunca viram.

Mas as coisas não pararam aí. A COHEBE, com a sua energia e a sua função de desenvolver uma das regiões mais subdesenvolvidas, segundo as palavras do seu Presidente, o engenheiro César Cals, será o passo inicial para o aproveitamento integrado de todo o Vale do Parnaíba, de mais de 300 mil quilômetros quadrados. Tanto que a SUDENE, a própria COHEBE e os Governos do Maranhão e Piauí já vêm estudando, desde 1965, o aproveitamento das riquezas do Vale.

NOVO RITMO

Um trabalho diário de 22 horas por dia, iniciado em 1964, num ritmo antes desconhecido no Nordeste, levará a COHEBE a distribuir, em agosto de 1968, energia elétrica para 15 cidades do Maranhão e sete do Piauí. Depois virá a segunda etapa, que dará à região mais 108 mil quilowatts, num total de 216 mil quilowatts, com as redes de transmissão da empresa penetrando, também, pelo Norte do Ceará.

O total da obra, que beneficiará uma área superior a 600 mil quilômetros quadrados, onde vivem 4,5 milhões de brasileiros, está orçado em cerca de NCr\$ 170 milhões, com recursos da SUDENE, DNOCS e mais quase US\$ 10 milhões da USAID-Nordeste.

A GRANDE REPRÉSA

A represa da COHEBE, cuja barragem tem cinco quilômetros de extensão, situa-se no médio Parnaíba, próxima à Vila da Boa

Esperança. Armazenará cinco milhões de metros cúbicos de água, equivalentes a duas vezes a Baía de Guanabara, e inundará, quando começar a encher — no início do próximo ano —, os locais onde hoje se situam as Cidades de Nova Iorque e Guadalupe.

Para abrigar os habitantes das duas cidades, a empresa dedicou-se a um profundo trabalho sócio-econômico. Construiu uma nova Guadalupe e uma nova Nova Iorque — a primeira no Maranhão, a segunda no Piauí —, e deu casa própria a quem já as tinha e está vendendo a quem não as tem. Todas modernas, com água, luz e esgoto, o que é novidade naquela zona. E cerca de cinco mil habitantes já estão na nova Guadalupe, enquanto os de Nova Iorque, também cinco mil, estão aguardando sua vez.

No setor de agricultura a Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança vem-se empenhando em preparar para a mudança os moradores da zona rural que será inundada, oferecendo-lhes duas opções: cultivar as terras em redor do lago — divididas em dez hectares por família —, com a assistência de agrônomos, assistentes sociais e técnicos em educação; ou ir para o campo de colonização de Barra de Corda, criado por um convênio INDA-COHEBE.

Outra preocupação da COHEBE, na sua função sócio-econômica, é modernizar a navegação do Rio Parnaíba, que, em seu curso, percorre toda a fronteira do Maranhão com o Piauí — de Goiás ao Atlântico. Para tanto, a empresa assinou convênio com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, visando a construção de um sistema de eclusas que perenizarão o rio.

O OUTRO VALOR DAS OBRAS

Quando os serviços de Boa Esperança começaram a tomar vulto, com cerca de três mil operários de todo o Nordeste trabalhando 22 horas por dia, entrou a circular, no canteiro de obras e proximidades, uma quantidade de dinheiro que nunca existira no Maranhão e Piauí: eram os NCr\$ 5 milhões mensais de gastos da COHEBE, equivalentes à metade da arrecadação anual do último Estado.

Então, ao lado da Vila de Coqueiros, onde vivem os operários da empresa, em terrenos por ela desapropriados e vendidos por preços baixíssimos, nasceu a Vila de Macacos, construída pela miséria das populações ribeirinhas, que vieram ser periferia da Boa Esperança, um novo entreposto comercial, criado da noite para o dia.

E de Coqueiros, com suas casas de madeira, erigidas dentro das modernas técnicas urbanísticas, a Macacos, uma gigantesca

favela, está a diferença entre o presente dos dois Estados e o futuro, que começará com a COHEBE.

A Hidrelétrica da Boa Esperança era a "menina dos olhos" do ex-Presidente Castelo Branco. Foi ele quem ordenou a rapidez, quase impossível, de sua implantação. E, por sua vez, o atual Governo do Presidente Costa e Silva, sensibilizado pelo estado de subdesenvolvimento das populações daquela área e pelo papel pioneiro da COHEBE, não só determinou a continuação do ritmo inicial das obras, como assegurou todos os recursos para este fim. Assim, Boa Esperança passou a ser a Boa Certa, conforme as palavras do próprio Marechal Artur da Costa e Silva.

Mas o regime de urgência da construção da COHEBE, longe de prejudicá-la, está sendo um incentivo aos seus operários, técnicos e diretores. O cronograma dos trabalhos vem sendo seguido à risca. No ano passado a empresa, com sua estrutura consolidada, pôde cumprir todas as suas metas específicas e avançar nas programações setoriais, sempre coerente ao princípio de realizar uma obra dentro dos mais rigorosos objetivos técnicos, sem, todavia, esquecer os objetivos sociais, necessários ao desenvolvimento harmônico de sua área de influências.

Como uma empresa produtora de energia elétrica, ela desenvolveu uma política agressiva de mercados: promoveu o levantamento de perfis industriais realistas, através de convênios com entidades desenvolvimentistas e universitárias, detectando maiores oportunidades para a demanda de energia elétrica. Assim, procura, desde agora, assegurar posição econômica estável, indispensável a uma operação eficiente.

O SENTIDO DA BOA ESPERANÇA

O sistema hidrelétrico da Boa Esperança será a segunda fonte alimentadora do Nordeste. Basicamente, eletrificará todo o Maranhão e o Piauí e o Norte do Ceará. Com a utilização de todo o seu potencial, 216 mil quilowatts, se interligará ao sistema CHESF-Companhia Hidrelétrica do São Francisco —, que, com os seus futuros 12 milhões de quilowatts, fornecerá eletricidade para os demais Estados da região.

E, além disso, Boa Esperança poderá figurar, com o passar dos anos, como o elemento intermediário, ponto de interligação, entre o potencial do São Francisco e o de rios da Região Norte: Gurupi, Tocantins e outros. Por isso a COHEBE já é uma nova e boa esperança para o nordestino do Leste, do Meio-Norte e até para o nordesta da Amazônia, podendo representar para o País o rompimento das fronteiras do subdesenvolvimento, acima das da Geografia.

HISTÓRICO

A COHEBE foi criada em 1963, com o apoio da SUDENE, ELETROBRAS e DNOCS. Em junho de 1964 a empresa passou a comandar as obras da Hidrelétrica. Foi aí que o ritmo de trabalho cresceu vertiginosamente, com o início da construção da barragem, do sangradouro e do circuito hidráulico principal. Dois anos depois já tinham sido escavados, da fundação para a barragem, 420 819 metros cúbicos, enquanto a compactação da mesma obra atingia 1 873 522 metros cúbicos. Em igual período, foram escavados, do sangradouro, 841 572 metros cúbicos; do canal de acesso, 212 831 metros cúbicos; dos túneis, 37 metros; e da casa de força e do canal de fuga, 403 872 metros cúbicos.

Em agosto do ano passado, começou a fase de concretagem das obras, com um total previsto de cerca de 14 mil metros cúbicos de concreto, trabalho que está quase no fim, enquanto os geradores e turbinas da primeira etapa (duas unidades de 54 mW de potência unitária), já foram fabricados, os primeiros no Brasil e os segundos nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a COHEBE constrói, desde março, 1 500 quilômetros de linhas de 230 kV e 69 kV, bem como 14 subestações abaixadoras. Tudo para ser concluído em fins de agosto de 1968.

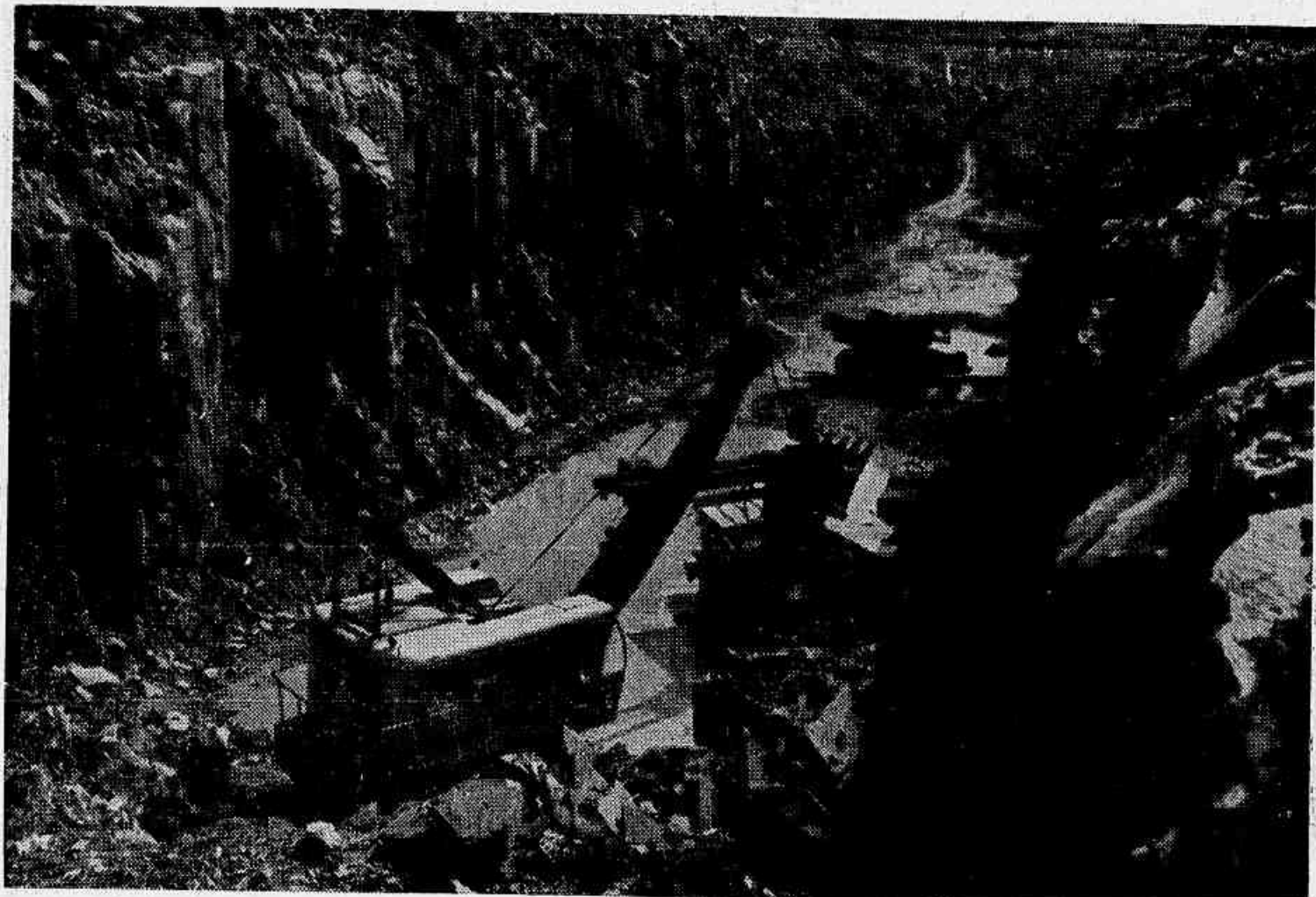
Este ano, seguindo ao pé-da-letra o seu plano de trabalhos, a empresa iniciou, em fevereiro, a montagem do equipamento dos sangradores — que ficaram totalmente concluídos no mês em curso —, e, em março, a construção da casa de força. Em maio fez o segundo desvio do Rio Parnaíba. Em novembro pretende iniciar o represamento das águas e, em dezembro, terminar a construção da barragem.

O PRIMEIRO PASSO DO PROGRESSO

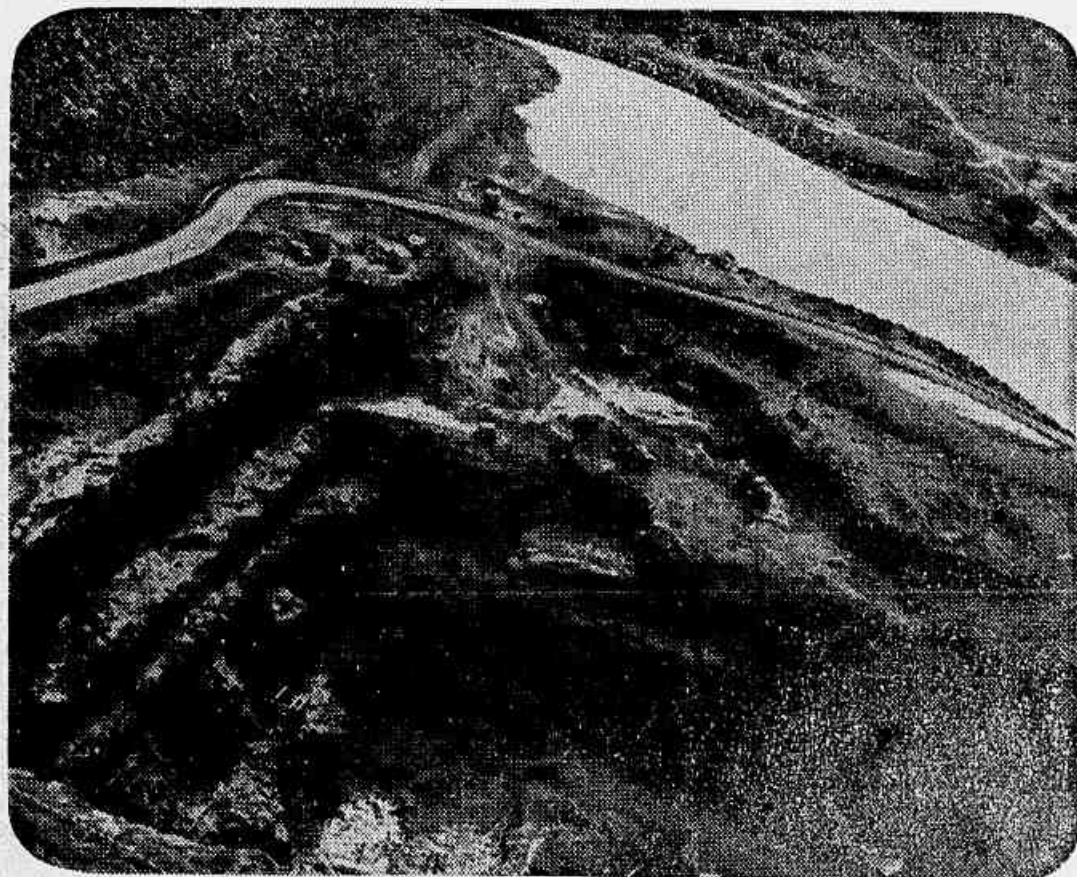
Quando colocar em funcionamento a sua primeira etapa, de 108 mil quilowatts, a COHEBE eletrificará 15 cidades do Maranhão e sete do Piauí, beneficiando 568 730 habitantes, que, segundo as estimativas da empresa, consumirão 163 380 Kwh por 100.

Do Maranhão serão, inicialmente, eletrificadas as cidades de São Luís, Bacabal, Caxias, Codó, Timon, Pedreiras, Coroatá, Rosário, Morros, Icatu, Barão de Grajaú, IPIXUNA, Timbiras, Axixá e Peritoró. Do Piauí as cidades de Teresina, Floriano, Campo Maior, Oeiras, Altos, União e José de Freitas.

Todas elas já se apressam para receber o progresso através das linhas de transmissão da COHEBE, que lhes dará a base para a partida rumo ao desenvolvimento. E, para isto, é que foi criada a empresa, o sonho de um Presidente e a boa esperança para um povo.



O RITMO DA ESPERANÇA — A construção dos sangradores estará totalmente concluída ainda este mês



UMA VITÓRIA A MAIS — A conclusão dos túneis de acesso à usina já está à vista, pois falta muito pouco coisa

MARANHÃO, O ESTADO QUE SE LIVROU DO ATRASO E CRESCE PARA O FUTURO

O Maranhão está vivendo uma transformação impressionante. Quem o visitou há um ano e o visita agora não consegue ainda identificar o que está acontecendo ali. Há um ano, era o primeiro dia da criação; hoje, ninguém fala mais em "Maranhão, carro atolado", uma expressão do ex-Presidente Vargas, mas o Maranhão Novo, que é entusiasmo e vontade de crescer, recuperando o tempo perdido e acompanhando o desenvolvimento do Nordeste.

O Maranhão de hoje não fala somente de sua tradição intelectual nem da legendaria fertilidade de seu solo, de seus vales úmidos, refúgio de retirantes das secas. O Maranhão de hoje fala de coisas concretas que estão nascendo, surgindo a olhos vistos, quebrando aquele pessimismo e criando uma nova imagem do Estado. Para isso contribuiu como fato marcante a eleição de um jovem político, deputado combativo e hoje Governador sem direito a descanso: José Sarnei. Mas o Governador não é tudo. Ele mesmo afirma que é apenas uma peça da equipe, uma expressão desse sentimento que é de estudantes, operários, homens de empresas e das forças vivas do Estado. No Maranhão que era o Estado mais politiquês do Nordeste, pode-se registrar hoje a colaboração das forças da oposição com o Governo. Velhos processos acabaram, estruturas ruíram e a revolução do Maranhão foi uma verdadeira revolução.

OS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO

Visando criar essa nova mentalidade de progresso, o Governo implanta no Estado cursos, seminários, simpósios, ciclos de conferências, congressos e centros de treinamento. É necessário criar uma nova mentalidade empresarial e política. Em 1966 foram feitos seminários sobre rodovia, pesca, energia e transporte. Cursos para líderes empresariais, sobre Análise, Estatística, Perfil, Avaliação e Métodos, treinamento de professores rurais e 32 cursos em todo o Estado para mão-de-obra especializada.

A Capital e o interior se transformam. Em São Luís, os velhos e gastos paralelepípedos receberam asfalto em 70% de sua área urbana. Reservatórios gigantes foram construídos em tempo recorde. O problema do abastecimento foi resolvido com elencos de obras de apoio: a barragem do Batatan, reservatório para acumulação, estação de tratamento e estações de bombeamento, num projeto integrado que custou mais de NCr\$ 6 milhões.

A CAEMA — Companhia de Água e Esgotos do Maranhão —, organizada pelo Governo atual, está executando com sucesso o programa de construção de 400 poços, com bebedouros e lavanderias públicas, em pequenas comunidades, para enfrentar o problema sanitário. Já construiu mais de 50 e o programa SAPO (Saneamento para o Povo) prossegue. A TELMA — Telecomunicação do Maranhão —, já teve o seu plano diretor aprovado pelo CONTEL e abriu concorrência para a compra do material necessário a fim de que o Estado, dentro de mais alguns meses, tenha em funcionamento

uma linha-tronco de micro-ondas e várias estações SSB, todo interligado através de telefones.

Visando criar um órgão de planejamento global e de controle da execução do Plano de Governo, foi fundada a SUDEMA (Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão), com divisões de recursos humanos, recursos naturais, infra-estrutura, indústria e comércio. Incentivos fiscais foram dados, assessoria técnica e facilidade de crédito para atrair investidores.

ABRINDO ESTRADAS E DANDO ENERGIA

As estradas voltaram a ser abertas. O asfaltamento da Rodovia São Luís—Teresina foi iniciado e faz-se um quilômetro e meio de estrada por dia. O porto do Itaqui foi reiniciado irreversivelmente, e dentro de oito meses nele deve atracar o primeiro navio.

O Departamento de Estradas de Rodagem fez o projeto da viabilidade técnica da travessia do Rio Bacanga e a Estrada Itaqui—São Luís foi aberta em 60 dias. No interior, máquinas, conseguidas com a SUDENE e USAID, asseguraram o programa Campanha da Produção, para escoar a safra deste ano.

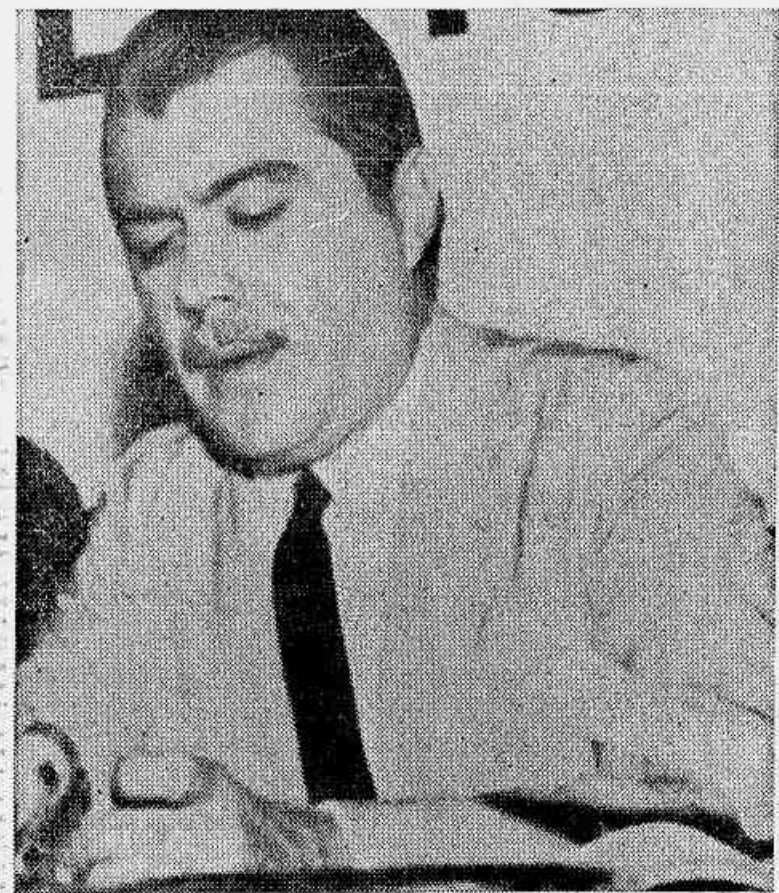
A pavimentação da Rodovia São Luís—Teresina foi delegada pelo Governo federal ao Governo do Maranhão, e se constitui na obra mais importante para a integração nacional. Inicialmente, constava do Plano Quadrienal Rodoviário do Governo Federal apenas a metade da rodovia, isto é, o trecho São Luís—Pitoró, que já está sendo trabalhado pelo DER maranhense. Agora, o Governador José Sarnei obteve do Presidente Costa e Silva e do Ministro Mário Andreazza a inclusão no Plano Nacional de toda a estrada, numa extensão de mais de 400 quilômetros. Até 1970 a Rodovia São Luís—Teresina estará totalmente pavimentada pelo DER do Maranhão.

A parte relativa à energia é a grande certeza da Boa Esperança. A CEMAR — Centrais Elétricas do Maranhão —, dirigida pelo Presidente da COHEBE, engenheiro César Cals, restaurou suas finanças, duplicou a capacidade de São Luís, está concluindo a reforma da rede de distribuição de São Luís, concluiu as obras da Hidrelétrica de Carolina, reiniciou a construção da Hidrelétrica de Barra do Corda, elaborou um plano para eletrificação da Baixada Maranhense, bem como de redes de distribuição para o sistema da Boa Esperança.

O PETRÓLEO E A SORTE DO MARANHÃO

Ao lado dessa febre de progresso existem o solo fértil do Maranhão, as terras boas, os vales úmidos, o verde de todo ano, refúgio dos nordestinos banidos pela seca, o Maranhão de tradições de inteligência. O único lugar do Maranhão em que a constante não era o verde, mas as dunas quase desérticas, era a faixa litorânea de Barreirinhas, onde a Petrobrás surpreendeu "um mar de petróleo".

O Maranhão entra definitivamente no espaço do progresso.



CONDUTOR DO PROGRESSO — O Governador José Sarnei assessorado por uma equipe de jovens, levou o progresso ao Maranhão

O MARANHÃO NÔVO

Visitar o Maranhão de hoje é ver a transformação viva de um Estado. Boa Esperança passou a ser uma realidade. Os alicerces das estações distribuidoras e as linhas de transmissão já surgem. O Governo federal anuncia ao Brasil a descoberta do mar de petróleo do Maranhão.

É criada a Universidade Federal, e ao mesmo tempo o Governador José Sarnei funda a Escola de Engenharia e a Escola de Administração Pública, para a formação rápida de quadros capazes de operar essa transformação desenvolvimentista.

Toda uma infra-estrutura vem sendo criada para possibilitar o futuro de uma região. A transformação que ocorre no Maranhão fez renascer as esperanças de uma terra abandonada. Marca a presença de homens de empresas, grupos econômicos, industriais empreendedores, que passam a olhar o Maranhão pelo aspecto dos bons negócios.

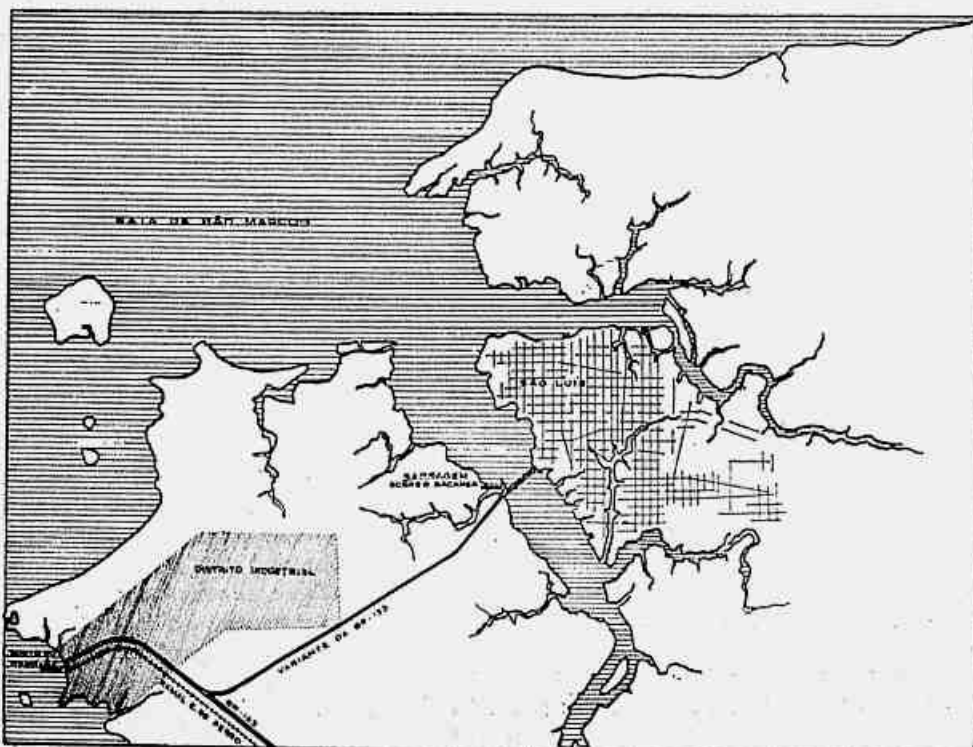
A ação da SUDEMA — Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão, com a sua jovem equipe de técnicos — é um traço de união entre o Governo e os investidores, dando confiança aos novos empreendimentos industriais, obedecendo ao critério moderno dos diagnósticos, perfis e oportunidades pesquisadas de mercado. A nova consciência dos homens da indústria maranhense possibilita a promoção econômica de um Estado potencialmente rico e que desperta para o futuro.

Para satisfação dos economistas, a indústria maranhense parte, a passos largos, para uma diversificação de produção. Os produtos básicos da terra, o aproveitamento do óleo de babaçu e os extensos arrozais continuam garantindo o surgimento de novos projetos industriais de custo elevado, com rentabilidade garantida.

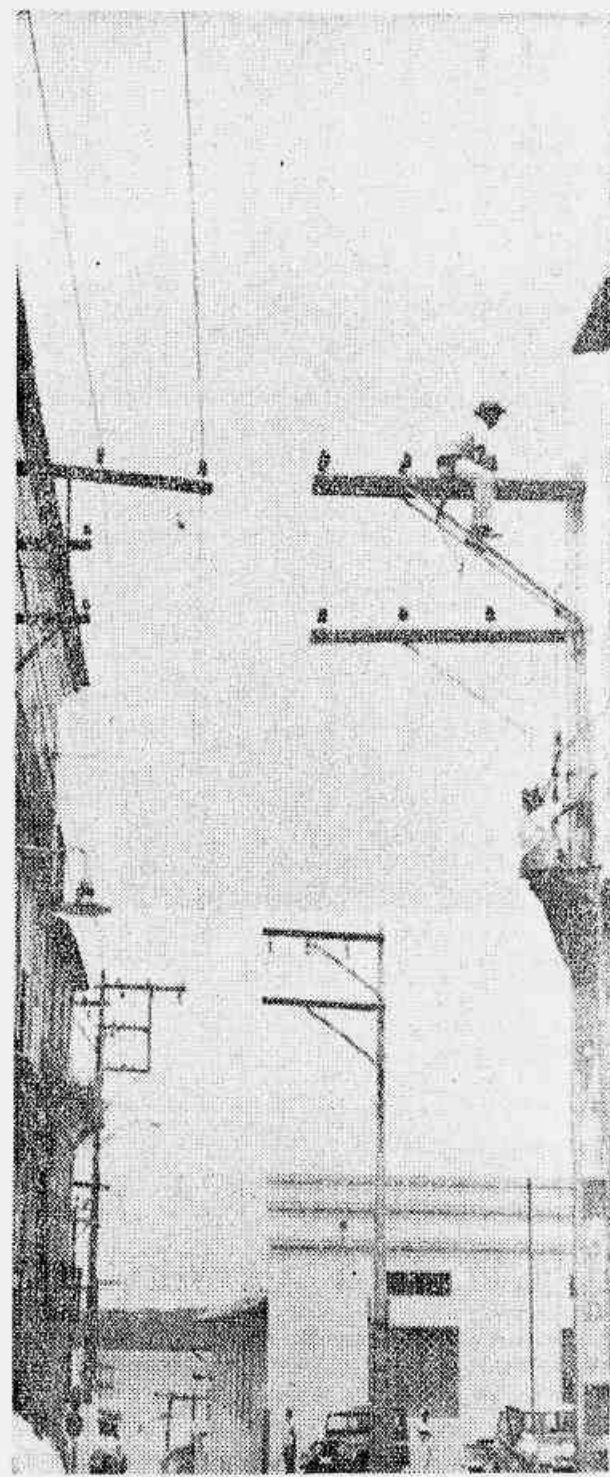
Em agosto, a SUDAM aprovou um projeto de NCr\$ 8 milhões nesse setor. A SUDENE já aprovou vários outros e, juntamente com o Instituto de Pesquisas Agronômicas do Maranhão, iniciou estudos sobre arroz e formação de pastagens para melhorar a produção agrícola e pecuária.

Sementes selecionadas são transportadas do Sul do País para restaurar a produção algodoeira. Há uma febre de trabalho em toda parte, um sentido de equipe e de responsabilidade coletiva.

A SUDENE acaba de aprovar um audacioso projeto para a implantação de uma grande fábrica de cimento no Maranhão, com custos calculados em NCr\$ 20 milhões.



Mapa do Distrito Industrial do Itaqui, localizado na zona onde está sendo construído o porto, vendo-se também a variante da BR-155, Rodovia São Luís—Teresina, e a futura Barragem do Bacanga, que ligará o porto e o Distrito de Itaqui a São Luís



PARA RECEBER NOVA LUZ — O Governo do Maranhão reforma a rede elétrica de São Luís, para receber a energia da Usina da Boa Esperança

GOVÊRO MUDA RÊDE ELÉTRICA DE SÃO LUÍS

A Rede de Distribuição de São Luís teve seu projeto inicial modificado quanto à adoção de condutores de alumínio, ao invés de condutores de cobre, e as tensões secundárias, especificadas no projeto original, eram de 220/120 volts, passaram para 300/220 volts, permitindo uma economia de NCr\$ 900 mil.

Foram ampliadas as zonas de atendimento aos consumidores, com a inclusão das áreas abrangidas pelos Bairros de Anil, Aurora, Olho D'Água e Tiririca. A primeira etapa da reforma abrange o Centro de São Luís, que significa a fase mais difícil dos trabalhos.

Esta etapa prevê a instalação de vários postes de concreto e 60 transformadores, dos quais já foram implantados os seguintes: postes levantados, 1 200; postes equipados na baixa tensão, 900; postes equipados na alta tensão, 280; condutores lançados, 510, e transformadores instalados, 20.



A NOVA PAISAGEM — O Conjunto Residencial de Anil, em construção pela Companhia Habitacional do Maranhão, com financiamento do Banco Nacional de Habitação, já tem 300 casas cobertas e em fase de acabamento. Outras obras dessa importância já fazem parte da paisagem maranhense

GOVÊRNO SARNEY JÁ FIXOU DIRETRIZES PARA DAR MAIS AO POVO DO MARANHÃO

O grande desafio que o Governador José Sarney recebeu ao assumir o Governo, em janeiro de 1966, depois de ter colhido na campanha uma extraordinária demonstração de entusiasmo e confiança, e ter podido sentir no contato com centenas de milhares de maranhenses em todos os quadrantes do Estado sua firme decisão de progresso, foi o de conseguir modificar a terrível paisagem de um povo pobre, vivendo em condições quase subumanas, sobre um solo e subsolo de imensa riqueza potencial. A tarefa se apresentava sobremodo difícil porque o novo Governo recebia dos anteriores a triste herança da inércia administrativa, uma máquina burocrática despreparada para as tarefas a acometer, e um orçamento que destinava a investimentos exatamente o valor de déficit do orçamento para 1966: NCr\$ 5 milhões. No primeiro ano da atual administração, a arrecadação do Estado não atingiu sequer os NCr\$ 20 milhões.

Gracias a uma criteriosa contenção das despesas não essenciais, pôde o Governo, cuja capacidade de reivindicação junto à União e aos organismos de desenvolvimento se tornou efetiva, cumprir um programa de investimentos significativo em termos de construção rodoviária, melhoria do sistema energético, construções escolares, saneamento, saúde e fomento agrícola.

Firmemente decidido a cumprir suas metas de desenvolvimento socialmente justo, o Governador Sarney, integrado por uma equipe respeitável e capaz, em que predominam os elementos jovens como o próprio Governador, decidiu-se desde a primeira hora pela necessidade imperiosa de imprimir os rumos do planejamento e da programação à administração estadual, a fim de que pudessem obter o melhor rendimento econômico-social os recursos possíveis de captação por um Estado que figurava entre os mais subdesenvolvidos do País. Sob a orientação direta do Governador, os técnicos da SUDEMA elaboraram o I Programa de Governo do Estado do Maranhão, cujas diretrizes, em execução desde o corrente ano, significam o resultado da decisão de dotar o Estado das condições de infra-estrutura econômica e social para o desenvolvimento.

Do exame da problemática maranhense e das potencialidades do Estado, resultou a fixação dos objetivos do Programa de Governo, que visa a obtenção da máxima rentabilidade dos fatores positivos, como: recursos naturais potencialmente utilizáveis ou mal utilizados; população com taxa dinâmica de crescimento demográfico para adensamento em áreas definidas (4,6% ao ano no decênio 1950/60); grande vocação para a diversificação das atividades produtivas; posição geo-econômica altamente favorável do território estadual; vias sub-regionais de transporte de fácil interligação; sistema energético em construção (Boa Esperança, com 108 mil KW em 1968); porto em construção de gabarito internacional (Itaqui); criação e instalação da Universidade Federal, para o fornecimento de técnicos; quadros políticos e administrativos em processo de renovação, e consciência coletiva despertada para o desenvolvimento sócio-econômico. A constatação da existência desse elenco de potencialidades positivas levou a fixar os grandes objetivos do Programa de Governo:

I — Elevar a produtividade dos fatos (agropecuária, indústria e serviços); II — Integrar setorial e especialmente a economia estadual; III — Criar numerosas novas oportunidades de emprego e, IV — Melhorar a distribuição da riqueza social.

Desses grandes objetivos, o Programa de Governo desce à fixação das diretrizes gerais: dimensionar e avaliar os recursos naturais e integrá-los ao processo produtivo; capacitar mão-de-obra para melhor utilização dos instrumentos de produção; selecionar as melhores alternativas para a aplicação de capital; diversificar a produção do setor primário para mercado, e incentivar a criação de indústria de bens de consumo final; criar condições de polarização e hegemonia para São Luís; distribuir geograficamente os investimentos de infra-estrutura para a criação de centros mais dinâmicos de polarização; incentivar a implantação de indústrias e serviços que deem prevalência à utilização de mão-de-obra; estabelecer correlação positiva entre a tecnologia dos serviços do setor público e a mão-de-obra disponível; participar da política nacional de distribuição da propriedade fundiária; incorporar a população à vida econômica e social do Estado; ampliar os serviços de utilidade pública e melhorar as condições de vida comunitária e atuar no sentido de obter melhor qualificação da mão-de-obra.

Dimensionados os recursos passíveis de obtenção, fixou o Governador Sarney, para seu programa, os seguintes quantitativos, que obedecem aos critérios de prioridades e reprodutividade dos investimentos:

CUSTO TOTAL DO PROGRAMA 1967/71		NCr\$ 594.877.200
I — Da Criação da Infra-estrutura		NCr\$ 335.131.200
a) Transporte	233.000.000	
b) Energia	33.082.000	
c) Comunicações	15.899.200	
d) Saneamento	35.650.000	
e) Urbanismo	17.500.000	
II — Do Estimulo à Produção		NCr\$ 107.036.000
a) Dos Recursos Naturais	3.865.000	
b) Agropecuária	62.171.000	
c) Industrialização	30.000.000	
d) Serviços	10.000.000	
e) Cooperativismo	1.000.000	
III — Da Adequação dos Recursos		NCr\$ 99.710.000
a) Educação e Cultura	85.610.000	
b) Saúde	14.100.000	
IV — Da Promoção da Justiça Social		NCr\$ 40.000.000
a) Habitação	30.000.000	
b) Previdência Social	5.000.000	
c) Ação Comunitária	5.000.000	
V — Da Mobilização Administrativa		NCr\$ 13.000.000
a) Administração	10.000.000	
b) Estatística	1.000.000	
c) Municipalismo	2.000.000	

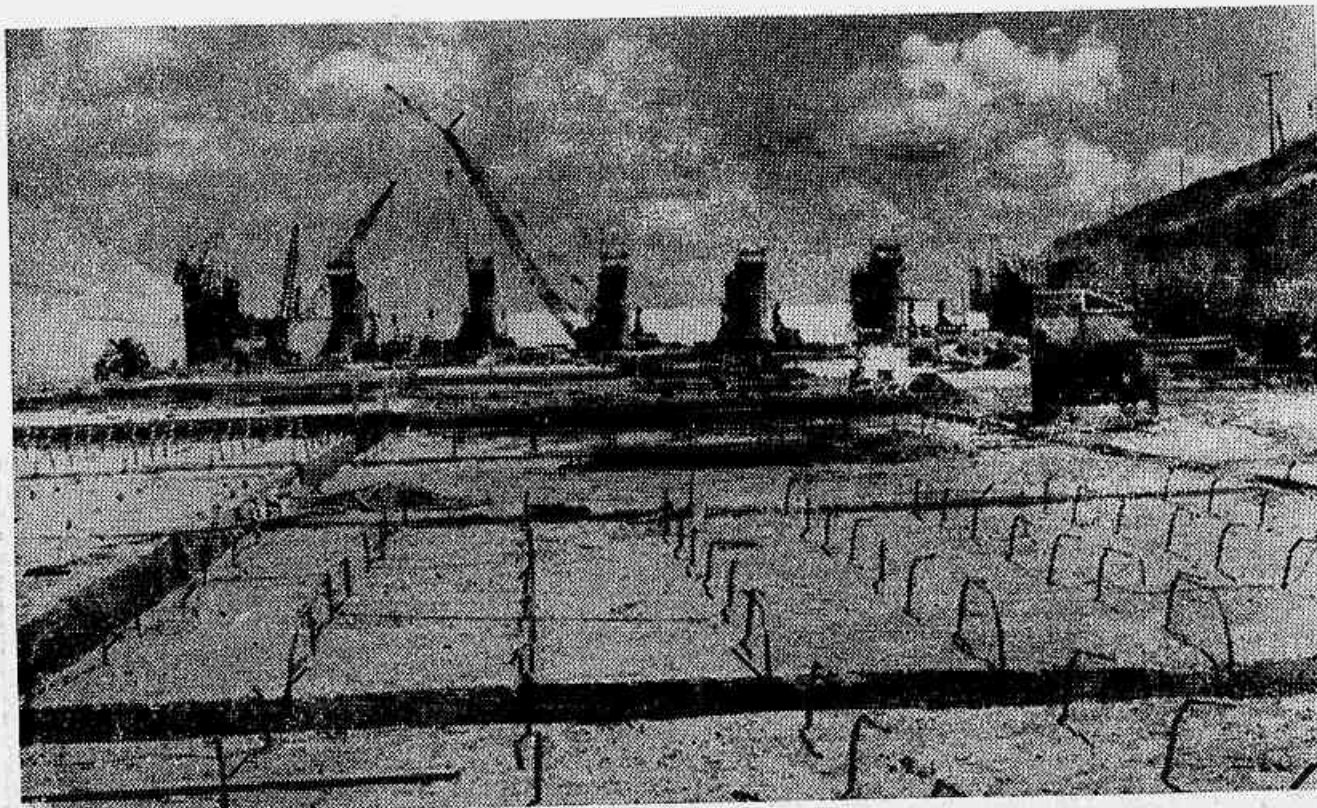
A soma de recursos necessários será obtida das fontes descritas no seguinte quadro de Fontes e Usos:

QUADRO DE FONTES E USOS

USOS	NCR\$	FONTES	NCR\$
Criação da Infra-Estrutura	335.131.200,00	Fundo Rodoviário Nacional	50.000.000,00
Estimulos à Produção	107.036.000,00	Fundo de Eletricificação	10.000.000,00
Adequações dos Recursos Humanos	99.710.000,00	Fundo de Participação dos Estados	250.000.000,00
Promoções da Justiça Social	40.000.000,00	Recursos Federais já assegurados	126.500.000,00
Mobilização Administrativa	13.000.000,00	Sub-Total	436.500.000,00
TOTAL	594.877.200,00	Deficit a cobrir com recursos federais, municipais, SUDAM/SUDENE e empréstimos	158.377.200,00
		TOTAL	594.877.200,00

Da exequibilidade do Programa de Governo, falam não apenas o extraordinário conjunto de obras que o Governador Sarney vem realizando, mas o êxito obtido na execução orçamentária do corrente ano, em que se aplicam 52,5% do orçamento em investimentos, e a fixação desse percentual em mais de 58% no Orçamento do Estado para

1968, em que a despesa com pessoal sequer atinge 30% do total de despesas. Pode, efetivamente, afirmar-se que nenhum Estado do País está conseguindo elevar a tais níveis as despesas de capital: NCr\$ 76 milhões para um produto interno bruto estimado em cerca de 550 milhões.



A ESPERANÇA DO MARANHÃO — Para o Maranhão, a Usina de Boa Esperança, que deverá estar concluída em agosto de 1968, representa a grande obra de sua redenção



Os trabalhos de melhoramentos e ampliação da BR-135 foram realizados numa média de 1km por dia, e em dezembro estarão concluídos

UMA NOVA ESTRADA



O trecho entre Estreito dos Mosquitos e Perizes, da Rodovia São Luís—Teresina, com 19km de extensão, já tem 8km asfaltados

QUEM QUISER INVESTIR NO MARANHÃO TEM INCENTIVOS DA SUDENE E SUDAM

Privilegiadamente situado entre o Nordeste e a Amazônia, o Maranhão se constitui em autêntico mediterrâneo da integração nacional. Sobre tudo a partir dos últimos anos da década de 50, mudou o sentido do fluxo dos excedentes de mão-de-obra nordestinos, a quem ofereceu a opção das terras devolutas e férteis dos Vales do Mearim e Pindaré. E, já hoje, em grande parte, o autêntico celeiro do Nordeste: o arroz, a farinha, o feijão, o milho, a carne-seca e o peixe do Maranhão abastecem, em dezenas e dezenas de milhares de toneladas, os mercados nordestinos. E o Governador José Sarney se prepara para rasgar ao povoamento de maranhenses e brasileiros de todos os rincões ainda outras novas fronteiras, como as que foram abertas pelas rodovias federais de interligações Nordeste-Amazônia, com a construção das rodovias Santa Luzia — Assailândia, — uma frente de floresta tropical de 200 quilômetros —, e Pedreiras — Nari — Barra do Corda, onde a administração estadual, em convênio com o INDA/IBRA, criará condições à localização de 200 mil lavradores.

Se, porém, as perspectivas no campo da agricultura são muito grandes, é verdade também que elas não esgotam o imenso estoque de oportunidades de progresso que o Maranhão de hoje oferece aos investidores — a quantos desejem incorporar-se a uma paisagem nova que está sendo tenazmente construída: o Novo Maranhão. Industrializar é também uma palavra de ordem neste Estado que tem no poder uma administração jovem, competente e dinâmica, no exato momento em que a integração se torna palavra de ordem para o Governo da República, e o Estado se soma à União na tarefa de criar condições infra-estruturais adequadas a um grande surto industrial.

A partir de 1968, a Hidrelétrica de Boa Esperança estará fornecendo ao Maranhão (e Piauí) 108 mil kw de energia — o que significa multiplicar por sete vezes o potencial energético atualmente instalado. O Porto de Itaqui, na foz do Mearim, e apenas a oito quilômetros da Capital, cuja construção segue em ritmo satisfatório, permitirá também no último trimestre de 1968 a operação com navios de qualquer tonelagem. A Rodovia São Luís-Teresina está sendo asfaltada, e o complexo rodoviário do Estado orienta-se para um perfeito sistema integrador das grandes regiões produtoras. Do mesmo passo o Governador Sarney implanta, na área contígua ao Porto do Itaqui, um distrito industrial de 300 hectares, cujas áreas, urbanizadas e com sistema de abastecimento de água e energia, serão cedidas a quem se proponha implantar novas indústrias, preferentemente beneficiadoras de matéria-prima de produção regional e criadoras de empregos.

O Distrito Industrial do Itaqui, vizinho ao porto, será também servido pela rodovia federal BR-135 e pela Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que são os grandes eixos de circulação de riqueza do Maranhão (servindo a mais de 2 dos 3,5 milhões de habitantes do Estado, e algumas das principais regiões produtoras). Ficará esse Distrito igualmente à margem da foz dos Rios Mearim, Pin-

daré e Itapecuru, escoa-douros da produção dos vales desses três grandes rios.

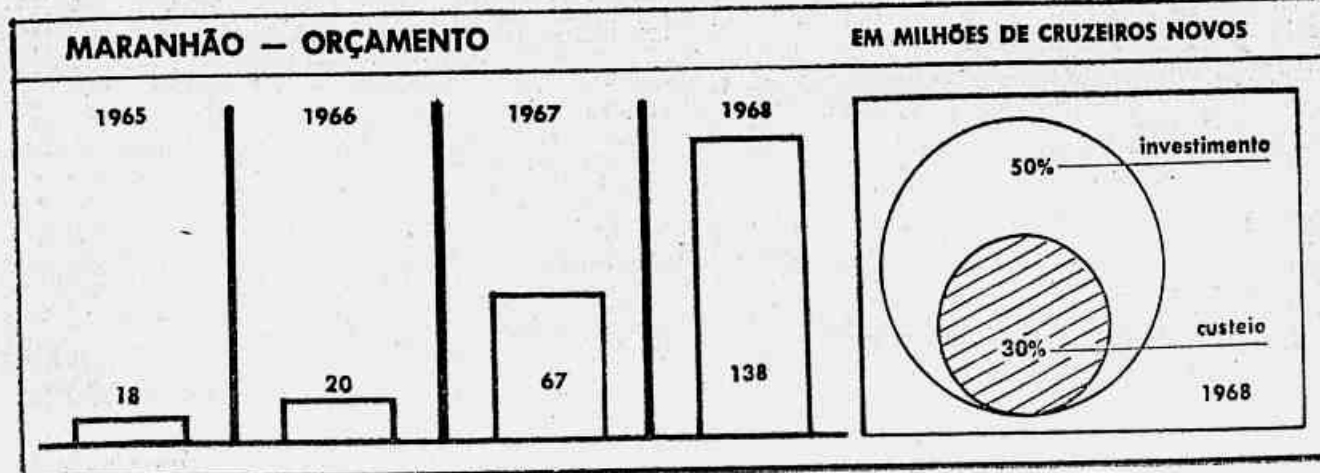
Um mercado regional de cerca de dez milhões de consumidores do meio — norte e Amazônia, e as condições excepcionais para a exportação ao mercado internacional — principalmente da Europa e América do Norte, através do porto do Itaqui — completam as grandes perspectivas industriais do Maranhão. Madeiras de excepcionais qualidades, frutas industrializáveis, carne, produtos de pesca, oleaginosas (entre as quais o babaçu é um universo de riqueza com as perspectivas de aproveitamento integral), palmito, celulose, amêndoas, amido, pirolenhosos, sal, calcários, níquel, cobre, enxofre e bauxita inscrevem-se no elenco da industrialização oferecido pelo Maranhão.

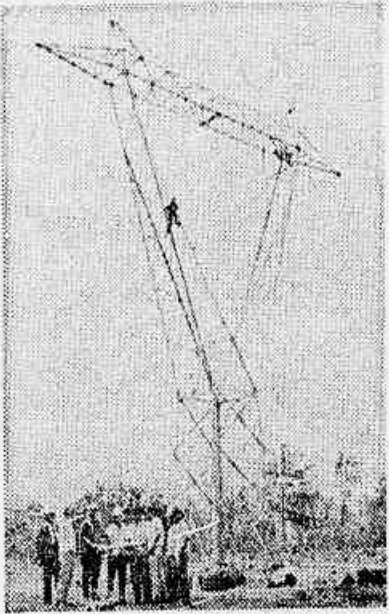
Há que acrescentar, ainda, à grande perspectiva industrial do Estado, os incentivos fiscais de que poderá o investidor beneficiar-se: regionais e estaduais. É o Maranhão a única unidade federativa que se inclui, simultaneamente, nos benefícios fiscais da SUDENE (todo o território) e SUDAM (cerca de 2/3 de sua área): participação do FIDENE e FIDAM e recursos das isenções dos artigos 34/18 poderão ser obtidos pelos projetos de investimento industrial (e agropecuário). E ainda os diversos Fundos (FIPEME, FINAME, FUNDECE) de que o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Maranhão são repassadores. Os investimentos pioneiros são ainda isentos de pagamento de Imposto de Renda nos termos da legislação de estímulos para o Nordeste e Amazônia.

Aos investidores industriais concede ainda o Maranhão: crédito tributário de valor correspondente aos impostos pagos na aquisição de maquinaria; dedução no Imposto de Circulação de Mercadorias correspondente ao que já gozarem empreendimento semelhante e a opção de converterem 60% desse imposto devido em depósito ao Banco do Estado para investimentos nos empreendimentos considerados prioritários pela Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão — SUDEMA —, (inclusive a ampliação dos estabelecimentos industriais dos próprios depositantes).

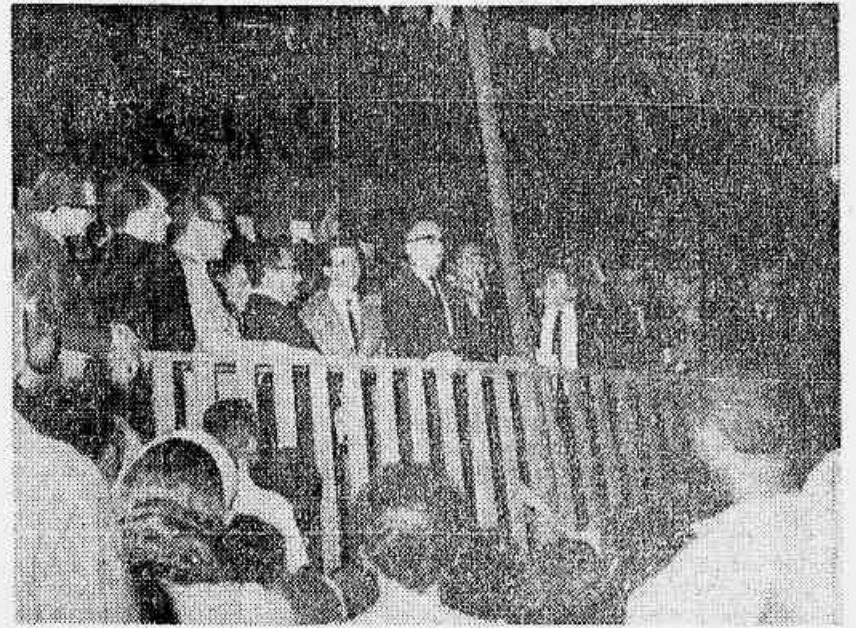
A SUDEMA, em seu Departamento de Indústria, possui equipe perfeitamente habilitada à elaboração de projetos de pequena e média indústria, que serão fornecidos sem ônus ao investidor e está financiando o levantamento das riquezas minerais do Estado. Essa autarquia de planejamento estadual poderá ainda, quando o projeto de grandes empresas for considerado de relevante interesse para o desenvolvimento industrial do Estado, financiar os projetos e mesmo participar do investimento através do Fundo de Desenvolvimento do Maranhão.

Na verdade, e graças a essa soma de oportunidades e incentivos, nenhum outro Estado do Nordeste e Amazônia oferece hoje ao investidor na indústria tantas possibilidades de se associar a uma empresa, que tem que ser o grande objetivo dos brasileiros: a integração nacional pelo desenvolvimento econômico.





CEPISA DÁ ENERGIA PARA DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ



Quando da quinta aniversário da fundação da CEPISA, celebrado em agosto último, o Ministro Costa Cavalcante presidiu com sua presença as solenidades que se realizaram em Teresina

Centrais Elétricas do Piauí S.A. — CEPISA — é uma sociedade de economia mista, estadual, com sede em Teresina. A CEPISA, fundada em 8 de agosto de 1962, foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal, N.º 52.994, de 26 de novembro de 1963 e é concessionária para produção e distribuição de energia elétrica pelo Decreto Federal N.º 57.860, de 25 de fevereiro de 1966.

A CEPISA substituiu o Instituto de Água e Energia Elétrica, órgão do Governo do Estado, antigo concessionário em Teresina, cidade com cerca de 160.000 habitantes, atualmente.

A CEPISA tem por finalidade realizar estudos, projetos, construções e operação de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, além de promover a manutenção desses sistemas, exercer o comércio de energia, elaborar e manter atualizado o Plano Estadual de Eletrificação.

Atualmente a CEPISA é concessionária de produção e distribuição de energia elétrica em Teresina e Floriano, terceira cidade do Estado, podendo, no futuro, vir a assumir a concessão em outros municípios, onde venha a concluir obras do Plano de Eletrificação.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CEPISA é de NCr\$ 2.203.447,00. Dêla participam o Governo do Estado do Piauí, maior acionista, a SUDENE, a ELETROBRAS, a União Federal e particulares. O Estado do Piauí já antecipou NCr\$ 3.676.000,00 para subscrição nos futuros aumentos de capital.

O capital inicial da CEPISA, em 1962, era de NCr\$ 600.000,00. Em 1965, o capital atingia NCr\$ 900.000,00. Em 1966 foi elevado ao valor atual.

RECURSOS RECEBIDOS E RECEITA

Para a execução de obras e custeio de operação, a CEPISA vem recebendo recursos do Governo do Estado do Piauí, Ministério das Minas e Energia, SUDENE, ELETROBRAS, além de sua própria receita de exploração.

Com a execução do Plano de Eletrificação do Estado, deverão ser recebidos recursos dos municípios beneficiados com as novas obras de eletrificação.

O Banco do Nordeste do Brasil concedeu ao Estado do Piauí, em 1966, um financiamento de NCr\$ 2,5 milhões para subscrição de ações do capital da CEPISA.

Esse financiamento garantiu recursos próprios do Estado em montante igual ao recebido das cotas do imposto único, nas obras de eletrificação, durante os anos de 1966 e 1967 e a normal e contínua execução das obras do Plano de Eletrificação, nos prazos previstos.

Foram recebidos pela CEPISA, incluída sua receita, NCr\$ 104 mil, em 1962; NCr\$ 267 mil em 1963; NCr\$ 801 mil em 1964; NCr\$ 2.929 mil em 1965 e NCr\$ 5.992 mil em 1966. No corrente ano de 1967, a previsão do recebimento (convênios já assinados e verbais consignados) é de NCr\$ 12.000 mil.

A CEPISA recebeu em 1962 uma usina a vapor, de 4.200 kW de capacidade, instalada em 1960 em Teresina, constando de três turbogeneradores de 1.400 kW cada e três caldeiras de 9.220 kg de vapor por hora cada, usando lenha como combustível. A capacidade firme de fornecimento de energia estava reduzida a 2.800 kW devido à elevada temperatura ambiente, ao desgaste do material e manutenção deficiente.

RAÇIONAMENTO

Devido ao número da demanda, desde instalada a Usina, foi necessário, em 1958, estabelecer permanente racionamento de luz e força alternado entre os circuitos alimentadores da cidade, além de redução da voltagem gerada na usina, à cerca de 70% da nominal nas horas de maior demanda, a fim de limitá-la.

Em 1963, a CEPISA aumentou a capacidade instalada com um turbogenerador de 2.800 kW e duas caldeiras a lenha, com capacidade de 8.500 kg de vapor por hora, cada. Esse equipamento, adquirido após anos de uso, apresentava pequeno rendimento. Em face das condições locais já referidas, a capacidade efetiva de fornecimento da usina resultou aumentada em apenas 1.700 kW. Ao final da ampliação, a usina ficou com 6.700 kW de capacidade instalada e 4.500 kW de capacidade firme de fornecimento. A produção em 1963 foi de 9.630 kWh.

Em 1964 foi desmontada uma das caldeiras para montagem de outra de maior capacidade. Como a nova caldeira deveria usar óleo pesado como combustível e devido à dificuldade de sua obtenção em Teresina, a ideia de sua instalação foi eliminada. Em vista da retirada da caldeira anteriormente referida, a capacidade firme de fornecimento foi reduzida para 3.750 kW, o que implicou em aumento do racionamento. Em 1964 a CEPISA produziu 12.180.000 KWH e em 1965, 13.482.000 KWH.

EXTINÇÃO DO RAÇIONAMENTO

Em 1966, a CEPISA executou diversos melhoramentos na usina a vapor, incluindo a ampliação da capacidade de fornecimento da subestação elevadora, de 5.500 KVA para 7.500 KVA. Ainda em 1966, inaugurou uma nova usina, a óleo diesel, com capacidade para fornecimento de 2.880 KW, constando de um grupo gerador estacionário de 880 KW e 2 grupos geradores móveis de 1.000 KW cada. Esses últimos foram adquiridos em 1966 e o primeiro em 1964, quando foram contratadas a construção do prédio para abrigá-lo e a sua montagem, obras parcialmente concluídas em 1965.

Em maio de 1966, com o aumento da capacidade efetiva de fornecimento da usina a vapor, de 3.750 KW para 4.000 KW foi eliminado o racionamento durante as manhãs.

Em agosto de 1966, com o funcionamento da Usina Diesel como parte das festividades do IV aniversário da CEPISA, foi oficialmente extinto o racionamento de energia em Teresina.

ATENDIMENTO DA DEMANDA

Visando atender ao aumento de demanda até a chegada da energia de Boa Esperança, foi posta em funcionamento, na usina a vapor, em março de 1967, uma nova caldeira a lenha, de 14.000 kg de vapor por hora, aumentando a capacidade firme de fornecimento da usina, de 4.000 KW para 5.800 KW.

Diversas obras complementares foram concluídas ou estão sendo executadas nesta usina, no corrente ano de 1967.

Deverá ser instalada uma outra unidade geradora móvel, de 1.000 KW, na usina diesel, cuja subestação elevadora já tem capacidade de atendimento para até 8.000 KVA.

A CEPISA está atualmente negociando com a ELETROBRAS, a compra desse novo grupo gerador.

Todas as obras executadas pela CEPISA desde o segundo semestre de 1965, no setor de geração de energia em Teresina, foram e estão a cargo das equipes técnicas da Empresa, que receberam assistência da ELETROBRAS, na montagem e operação inicial da Usina Diesel.

EM FLORIANO

A CEPISA iniciou em abril de 1967, os serviços de produção e distribuição de energia elétrica na Cidade de Floriano, inaugurando uma usina diesel com capacidade de 1.054 KW, constando de dois grupos geradores móveis de 527 KW cada. A nova usina substituiu um antigo grupo gerador, a gás pobre, de cerca de 300 KW, com mais de 25 anos de uso e que funcionava apenas algumas horas da noite, desde muitos anos, agora os longos períodos de desligação por defeito. Diversas indústrias tinham adquirido geradores próprios que, em alguns casos, serviam às residências próximas.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A rede distribuidora de Teresina, recebida pela CEPISA em agosto de 1962, de implantação antiga, estava obsoleta, com cerca de 5.000 postes de madeira, trilhão, ferro tubular de pequeno diâmetro ou concreto moldado no local, muitos já seriamente danificados com o correr dos anos. O sistema consistia de três alimentadores, 6.600 Volts na alta tensão e 220/127 Volts na baixa, com isolamentos precários devido à depreciação e a existência de numerosas extensões feitas sem projeto, sem con-

trole e sem obediência aos preceitos da técnica. Não havia mais iluminação pública senão num ou noutro ponto da Cidade. Devido ao racionamento haviam sido executadas diversas instalações em paralelo, nas redes, visando levar a um mesmo consumidor, energia de dois alimentadores diferentes.

Todos esses fatos reunidos, tinham criado uma situação de total irregularidade e ineficiência do fornecimento, chegando a voltagem a cair até 40% da nominal, frequentemente, e sempre nas horas de maior consumo. Registravam-se sobrecargas de até 300% nos transformadores, os quais, em sua maioria, estavam sem proteção adequada. As perdas atingiam cerca de 50%. Os ramos de serviços dos consumidores estavam quase todos sem proteção e isolamento e mais de 60% dos consumidores não tinham medidor por falta de instalações para recebê-los. Eram frequentes as interrupções do fornecimento, às vezes, por várias ocasiões durante o dia, fora o período de racionamento de seis horas diárias, no mínimo. Não havia plantas do sistema existente e nem planta cadastral da Cidade.

No segundo semestre de 1965, a CEPISA contratou o levantamento aerofotogramétrico da Cidade e iniciou os estudos e projetos visando a construção de uma nova e moderna rede distribuidora em Teresina, já adaptada ao futuro recebimento da energia de Boa Esperança.

Em fins de 1965, foram definidos seus padrões e especificações e adquiridos os primeiros materiais.

Em maio de 1966, a obra foi iniciada com a implantação do primeiro poste. Os estudos, projetos e construção foram entregues às próprias equipes técnicas da CEPISA, através de um Grupo de Obras, em nível administrativo do Departamento, criado com aquela finalidade.

A nova rede de Teresina, totalmente padronizada, é constituída de cinco alimentadores devidamente interligados, com cerca de 40 Km de extensão, todos partindo da futura subestação recebedora da energia de Boa Esperança. São utilizados postes de concreto vibrado de seção duplo T, de 8 a 12 metros, em número previsto de 8 mil, condutores de alumínio, cruzetas de concreto e metálicas, luminárias em todos os postes, situadas a cada quarenta metros, sendo usadas luminárias a vapor de mercúrio nas praças e principais artérias e relés fotoelétricos no comando da iluminação pública. A alta tensão está já adaptada para 130 volts, da futura energia de Boa Esperança e a baixa tensão é de 330/220 volts.

Na execução da obra, a CEPISA estabeleceu e vem mantendo diversas normas e princípios que podem ser considerados peculiares e inéditos na região e no País, em obras do gênero. Esses procedimentos objetivam todos a minimização dos efeitos da execução da obra na interrupção do fornecimento de energia aos consumidores e a maximização do aproveitamento do novo sistema construído, através da regularização e modernização das instalações consumidoras. Entre essas normas citamos:

- Execução do projeto e montagens simultaneamente em várias áreas da Cidade, tanto periféricas quanto centrais;
- Construção da nova rede simultaneamente com o funcionamento da rede antiga e isolamento elétrico perfeito entre as duas redes de modo que as mesmas — a nova, em 330/220 V e a antiga, em 220/127 V — funcionam simultaneamente durante 90 dias antes do desligamento definitivo da rede velha, a fim de dar tempo aos consumidores de adaptarem suas instalações internas e rurais, para ligação à nova rede;
- Adaptação adequada de todas as instalações consumidoras e padronização dos respectivos ramais de serviços, de acordo com a ABNT, antes da ligação à nova rede;
- Utilização de caixas metálicas para medidores, disjuntores termomagnéticos de proteção e medidores em todas as ligações;

— Não alimentação de qualquer trecho de alta ou baixa voltagem, da rede velha, através da rede nova, a fim de melhor preservar o bom funcionamento desta;

— Utilização exclusiva de conectores à compressão nas ligações de cobre com alumínio;

— Padronização das bitolas dos cabos com limitação das áreas de transição da rede aérea pública em 75 KVA e eliminação de qualquer estai ou contra-poste;

— Modificação de voltagem secundária de 220/127 V para 330/220 V.

O ritmo da obra em 1966 foi de 150 postes por mês e em 1967, desde janeiro, atingiu a 350 postes mensais.

E a seguinte a posição da obra, em agosto de 1967:

Postes em funcionamento	3.600
Postes em construção	500
Postes projetados	700
Postes em projeto	1.100
TOTAL	6.200

Já foram efetuadas quatro solenidades de inauguração de trechos da nova rede em cinco diferentes bairros e no centro da Cidade. Nas festividades de quinto aniversário da CEPISA foram inauguradas mais 1.200 postes em três bairros e no Centro da Cidade. Em dezembro de 1968 a obra estará concluída.

EM FLORIANO

Em 1967 a CEPISA fez o acondicionamento da atual rede distribuidora de Floriano, para uso da energia da nova usina que inaugurou em 26 de março. Em julho do mesmo ano, deu início à construção da nova rede da Cidade, com cerca de 1.400 postes, nos mesmos padrões adotados em Teresina e também em execução direta. A obra deverá estar concluída em dezembro de 1968.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO ESTADO

Em fevereiro de 1966, a CEPISA entregou ao Governador o Primeiro Plano de Eletrificação do Piauí, posteriormente aprovado pelo Ministro das Minas e Energia.

O Plano prevê a extensão da energia da Boa Esperança a todas as áreas do Estado, através da construção de 3.063 km de linhas de transmissão, sendo 539 km em 230 KV, 1.968 km em 69 KV e 508 km em 13,8 KV. 28 subestações com um total de 79 MVA e redes de distribuição em cinquenta e três cidades atendendo a uma população urbana e suburbana de 329.463 habitantes, estando aí incluídas todas as cidades de mais de mil habitantes do Estado.

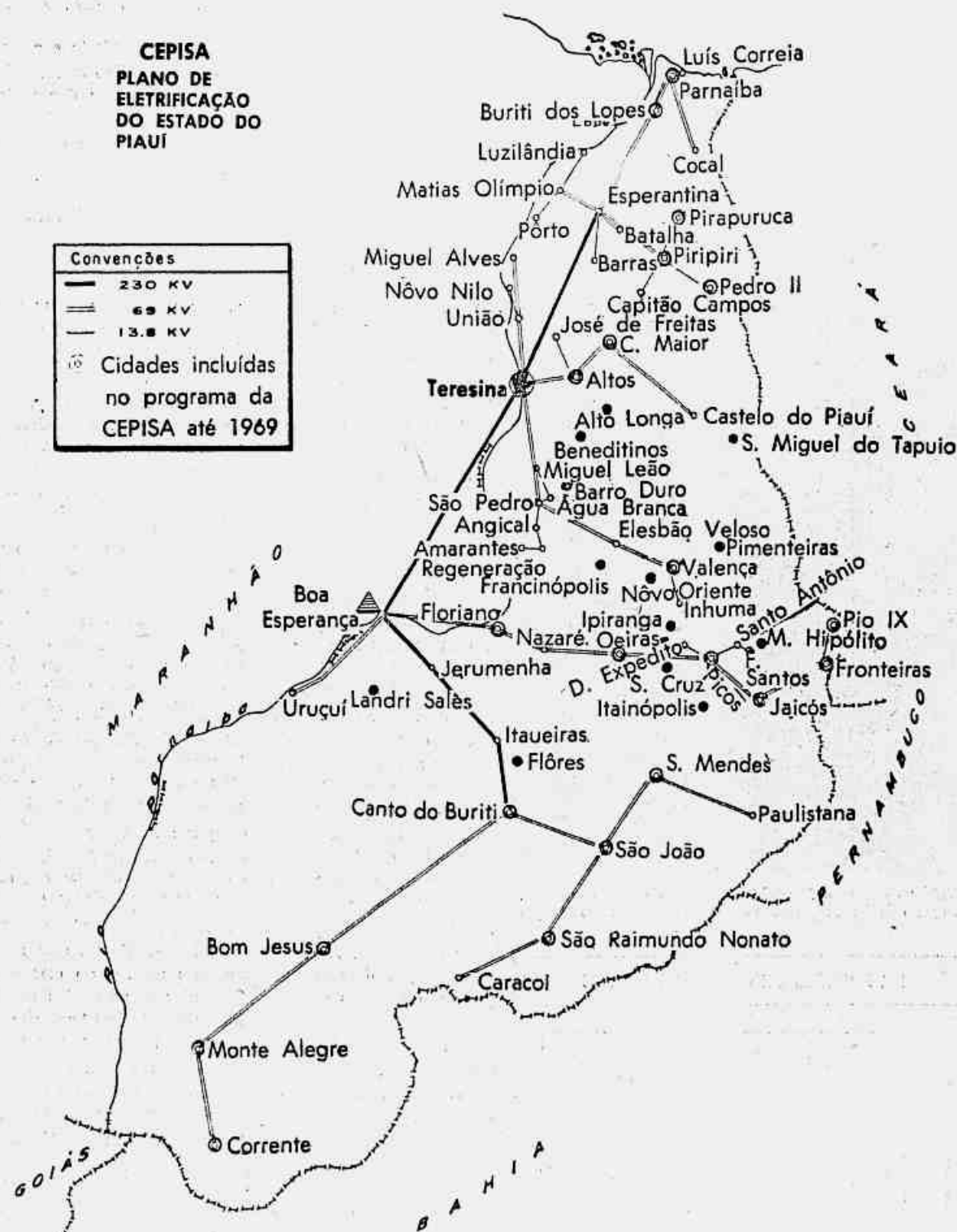
PROGRAMAS DE OBRAS DA CEPISA ATÉ 1969

Na execução do Plano de Eletrificação do Estado, estão programadas pela CEPISA as construções das seguintes redes de distribuição até 1969, além das de Teresina e Floriano, já iniciadas:

- Altos, de setembro de 1967 a julho de 1968;
- Campo-Maior, de setembro de 1967 a dezembro de 1968;
- Picos, Piripiri, Oeiras e Piracuruca, de novembro de 1967 a dezembro de 1968;
- Parnaíba, de dezembro de 1967 a julho de 1969;
- Monte Alegre, Corrente, Valença do Piauí, Simplicio Mendes, São Raimundo, Nenoto, Canto do Buriti, Bom Jesus, Jacó, Pedro II, Buriti dos Lopes, São João do Piauí, Pio IX e Fronteiras, de março de 1968 a março de 1969.

CEPISA PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

Convenções
— 230 KV
— 69 KV
— 13,8 KV
○ Cidades incluídas no programa da CEPISA até 1969



Para todas estas obras a CEPISA está adquirindo a totalidade do material necessário e pelas já aplicou NCr\$ 5,5 milhões, devendo ainda aplicar NCr\$ 11,5 milhões.

DIRETORIA

Durante a organização da CEPISA, o IABE, órgão estadual por ela substituído nos serviços elétricos de Teresina, foi administrado pela SUDENE, através de convênio firmado com o Governo do Estado do Piauí, em 25 de outubro de 1961. Dirigi-o IABE, nesse período, o Engenheiro César Cals de Oliveira Filho. Com a constituição da CEPISA, em 8 de agosto de 1962, assumiu a sua presidência, o Engenheiro Norman Barbosa Cals, da SUDENE, que renunciou ao cargo, em 22-10-1962, tendo posteriormente ocupado a presidência da CEPISA, os Engenheiros da SUDENE, Pedro Neri da Silva Pereira, de 22-10-1962 a 23-6-1963 e Desidério Melo Filho de 23-6-1963 a 3-12-1964. Em 3-12-1964 com a renúncia do titular, assumiu a Presidência Interimamente o Diretor Edson Pires, que em 8-8-65 foi substituído com a eleição do Engenheiro Carlos Francisco Livino de Carvalho, da ELETROBRAS, atual Presidente.

Os dois demais cargos da Diretoria foram ocupados por diversos titulares, sucessivamente reconduzidos, sendo atualmente ocupados pelos cargos, o Engenheiro Jader Diniz Junior, da SUDENE, eleito a 1.º de outubro de 1966 e Sayd Jose Guedes, eleito a 30 de abril de 1966.

No transcurso do 5.º aniversário da CEPISA, nova Diretoria está sendo eleita para a gestão 1967-1970.

RESULTADO FINANCEIRO

Após ser constituída a CEPISA, os serviços de fornecimento de energia elétrica à Teresina, por ela recebidos do IABE, eram deficitários, situação que permaneceu até 1965, quando o prejuízo da Empresa, acumulado, atingia 735 mil cruzeiros novos.

O prejuízo da Empresa mereceu da Diretoria a melhor atenção, tendo, no segundo semestre de 1965, a CEPISA encaminhado ao Ministério das Minas e Energia, pedido de autorização para tarifas experimentais em processo que tomou o número DAQ-5 525/65, com base no qual foi feito o reajuste tarifário em 1966, no mesmo tempo em que eram mecanizadas os serviços de emissão de contas pelo processo de cartões perfurados e com uso de computadores. Por outro lado, eram auferidos pela CEPISA os benefícios da Lei 4.676, de 1965. A redução da velha rede de distribuição e a redução de consumidores sem medição de energia permitiram à CEPISA, já em 1966, atingir o equilíbrio financeiro, apropriando NCr\$ 284 mil aos Fundos de Reserva.

CONVENIOS

Visando à execução de suas obras e programas, a CEPISA assinou com a SUDENE, nos seus cinco primeiros anos de atividades, 11 convênios no valor total de NCr\$ 2.703 mil, sendo 1 em 1962, no valor de NCr\$ 75 mil, três em 1963 no valor de NCr\$ 470 mil, três em 1965 no valor de NCr\$ 602 mil, três em 1966 no valor de NCr\$ 806 mil e um em 1967, até julho, no valor de NCr\$ 650 mil.

Com o Ministério de Minas e Energia foram assinados pela CEPISA sete convênios no valor total de NCr\$ 9.598 mil, sendo dois em 1965 em agosto e dezembro no valor de NCr\$ 550 mil, quatro em 1966, no valor de NCr\$ 1.548 mil e um em 1967, até julho no valor de NCr\$ 7.500 mil.

Des convênios assinados com o Ministério, em 1966, NCr\$ 610 mil destinaram-se à aquisição de pequenos grupos diesel geradores e material de rede de distribuição destinados a treze Municípios do Estado do Piauí.

ORGANIZAÇÃO

No segundo semestre de 1965 foram elaborados e aprovados pela Diretoria o Regulamento Interno e o Regulamento do Pessoal da Empresa, sendo feita na ocasião a devolução ao Estado de oitenta e cinco funcionários públicos egressos do IABE, que vinham sendo pagos pela CEPISA, desde 1962 e que resultaram excedentes quando da fixação dos quadros de pessoal.

A partir do segundo semestre de 1965 foi implantado o sistema de cotas de preços e emissão sistematizada de Ordens de Compras ou de Serviço para a aquisição de materiais e equipamentos ou contratação de trabalhos incluindo mão-de-obra. Passou a ser utilizado o sistema Kardex para controle do estoque e a emissão de notas de entradas e saídas para movimento de materiais nos Almoxarifados.

Desde então foram realizadas até julho de 1967, 870 cotas de preços, emitidas 3.010 Ordens de Compras, no valor total de NCr\$ 7.014 mil e 302 Ordens de Serviços no valor de NCr\$ 399 mil. Visando à execução das obras, a CEPISA adquiriu, a partir do segundo semestre de 1965, seis caminhões, dez camionetas, sendo uma fechada, três guindastes e um compressor.

Foram transferidas às instalações dos Escritórios da Empresa, em 1965 e 1966, para local convenientemente preparado, mais amplo e central, na Cidade de Teresina.

Para formação de suas equipes técnicas e administrativas, a CEPISA instituiu no segundo semestre de 1965, sistemas de testes públicos, coletivos de seleção e entrevistas com os classificados, tendo recrutado pessoal técnico especializado em outras regiões do País e enviado seu pessoal para treinamento em Minas Gerais e Parnaíba, além de admitir estagiários de Escolas de Engenharia da Guanabara, Minas Gerais e Pernambuco.

Nas festividades de 5.º aniversário da CEPISA, foi instalado um Grupo de Trabalho da empresa, de alto nível, incumbido de adequar os sistemas e registros de Contabilidade e do Controle financeiro ao crescimento e atual fase de dinamização da Companhia.

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

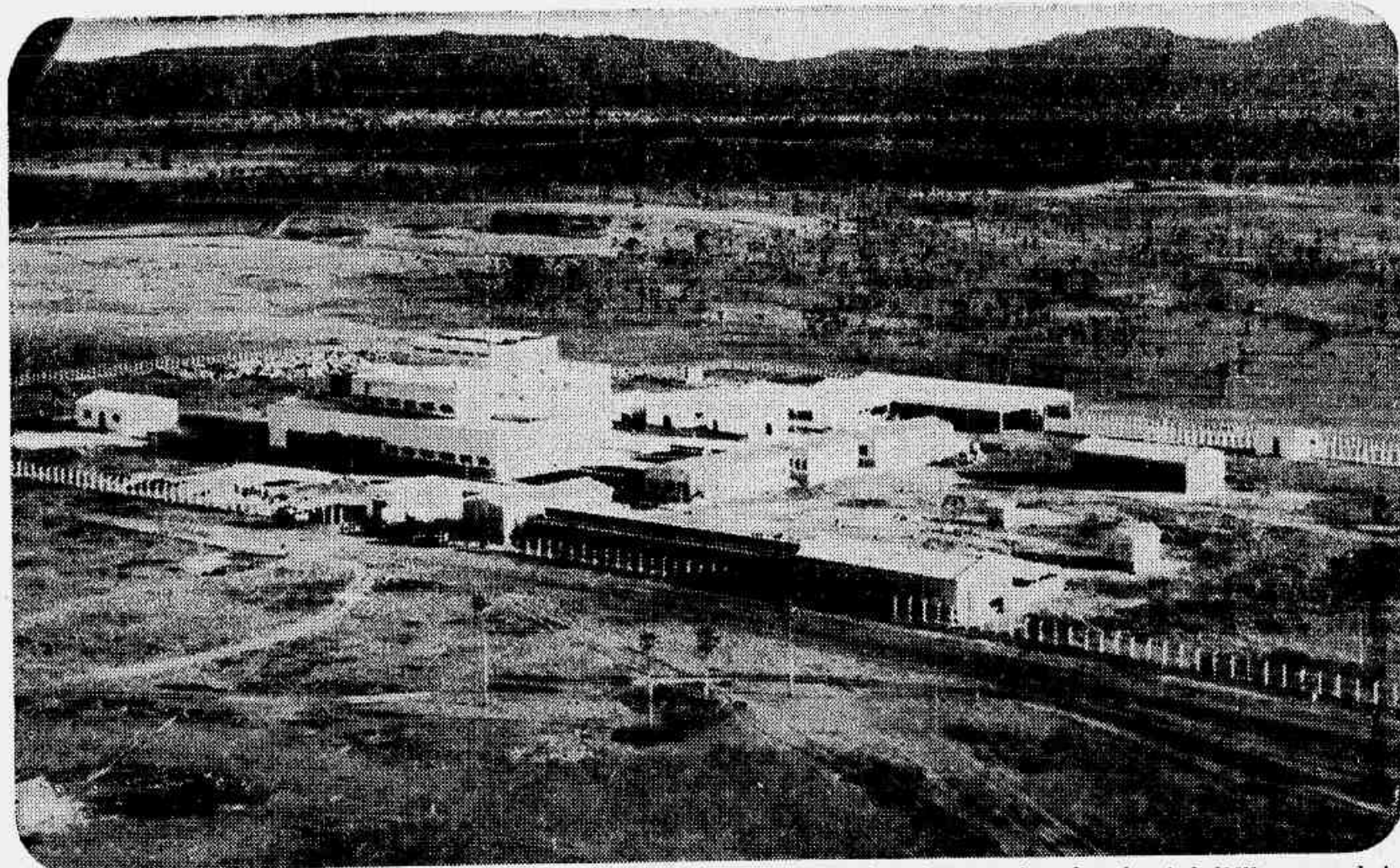
No setor de benefícios e assistência, aos empregados, a CEPISA vem recolhendo desde agosto de 1965 suas contribuições previdenciárias em dia. Em 1966 foi instalado Ambulatório Médico dos empregados e foram criados a Escola e Clube dos mesmos e seus filhos, cujas instalações definitivas foram postas em funcionamento nos festejos do quinto aniversário da Empresa. Foi criado no segundo semestre de 1965, o Fundo Rotativo dos funcionários, que faculta aos mesmos receberem antecipadamente 25% dos seus salários. E mantido convênio com cooperativa de abastecimento de víveres em Teresina, dando crédito aos empregados da CEPISA para suas compras. Nos festejos de fim de ano, em 1966, foram distribuídos presentes aos filhos dos funcionários. Foram feitos financiamentos para complementação de construção de casas próprias dos empregados e para ajuda em caso de doença de seus dependentes. Aos consumidores pobres está sendo concedido financiamento para regularização de suas instalações e ligação à rede nova.

ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

A CEPISA, sendo o único órgão estadual do Piauí especificamente encarregado de encaminhar as análises técnicas e soluções de problemas no setor de eletrificação, vem prestando assistência a vários municípios do Estado, tendo adquirido e entregue a nove municípios em 1966 e 1967 grupos geradores de 100 KVA a 300 KVA e material padronizado para rede de distribuição. Diversos municípios foram beneficiados com a elaboração de estudos, projetos, planos de aplicação de recursos etc., tudo relativo a serviços elétricos. Entre os municípios atendidos estão alguns dos maiores do Estado, como Campo-Maior, Oeiras, Picos, Piracuruca, Altos e Valença do Piauí.

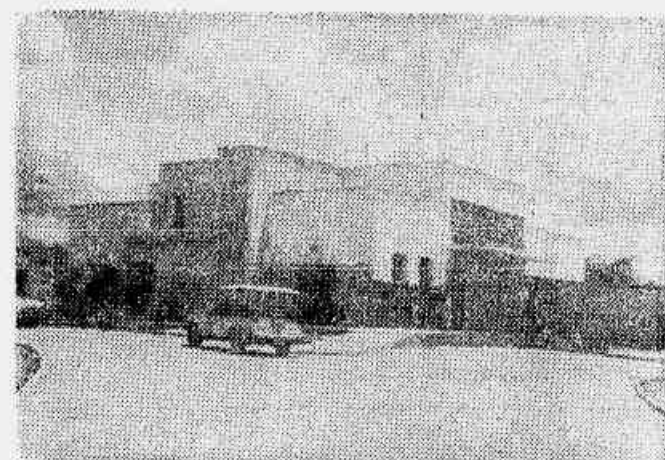
APOIO RECEBIDO

Após concluir estas notas sobre a CEPISA, nos seus cinco primeiros anos de atividades, não poderíamos deixar de mencionar o apoio e ajuda recebidos do Governo do Estado do Piauí, em especial dos Governadores Petrônio Portella Nunes e Helvídio Nunes de Barros, do Superintendente da SUDENE, Gen. Euler Bentes Monteiro, dos Ministros Mauro Thibau e Costa Cavalcante, das Diretorias da ELETROBRAS e de seus Presidentes, notadamente Otávio Marcondes Ferraz e Mário Penna Bhering, do Banco do Nordeste do Brasil e de todos os órgãos e setores pertencentes a cada uma das entidades citadas, de seus diretores, chefes e técnicos, com que a CEPISA manteve contato nestes seus cinco anos de existência, bem como ainda de todos os que com ela mantiveram ligação no período, pois, sem esse apoio e ajuda, não lograria a CEPISA atingir os seus objetivos a serviço do público e pelo progresso do Piauí, do Nordeste e do Brasil.



Vista aérea do conjunto matadouro-frigorífico da FRIPISA, instalado em Campo-Maior, com área coberta de mais de 12 000 metros quadrados

TERRA DO BOI, O PIAUÍ É O ESTADO QUE ABASTECE GRANDE PARTE DO NORDESTE



Fachada do entreposto do FRIPISA, em Teresina

Há 100 anos, o Piauí era conhecido como a Terra do Boi. Em seus campos pastavam quatro milhões de cabeças que abasteciam os mercados e engenhos de Pernambuco, Bahia e Ceará. Vieram, porém, as secas e o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, e a Civilização do Couro começou a decair. Seus rebanhos viram-se reduzidos a um terço, o que se deu, ainda, em virtude do incessante êxodo verificado até hoje.

Embora seja, ainda, o Piauí, dentre os Estados do Nordeste brasileiro, o que possui a maior relação boi/habitante, seu rebanho é constituído, na grande maioria, por gado crioulo — "pé-duro", como é chamado na região — de baixa produtividade e pouco valor comercial, porém rústico e muito resistente às secas.

Não obstante, o Piauí contribui para abastecer outros Estados, pois aqui, em virtude do pequeno consumo, decorrente do baixo poder aquisitivo do povo, não há vantagem para o criador em comercializar, o que o leva a tentar melhores mercados em outras paragens, acarretando grande prejuízo para a já debilitada economia piauiense.

Em 5 de novembro de 1957 — então Governador o General Jacob Manoel Gayoso e Almendra — foi criado, pela Lei estadual n.º 1626, o Frigorífico do Piauí S. A. — FRIPISA, sociedade de economia mista, da qual era maior acionista o Governo do Estado.

Entre as várias finalidades do FRIPISA, citamos:

1 — Produção de carne congelada, conservas e demais subprodutos, com o integral aproveitamento do animal;

2 — Garantir o abastecimento em qualquer época do ano, mesmo na entressafra, quando o gado se apresenta magro e de baixo rendimento;

3 — Proporcionar aos criadores melhores vantagens, adquirindo o gado a preço superior ao que seria obtido fora e evitando trabalho e despesas com o transporte e eventuais prejuízos na viagem, causados por morte e extravio de reses;

4 — Estimular os pecuaristas a melhorarem o seu plantel, com aquisição de gado de raça, de maior rendimento, e a adotarem métodos modernos de criação, para o que o Governo vem proporcionando financiamentos e assistência técnica, através dos órgãos competentes.

O capital do FRIPISA é, atualmente, de NCr\$ 2 290 942,00, assim distribuídos:

Governo do Estado	NCr\$	882 334,00
Prefeitura de Teresina ..	NCr\$	30 140,00
Diversos	NCr\$	19 526,00
SUDENE	NCr\$	198 000,00
Art. 34/18	NCr\$	1 160 942,00

Além do capital social, foram aplicados na execução do projeto NCr\$ 1 000 000,00 de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e NCr\$ 45 000,00 de subvenção ordinária da União.

O FRIPISA conta com um matadouro-frigorífico situado no Município de Campo-Maior, a 90 km de Teresina, e um entreposto para distribuição de carne na Capital, anexo ao qual funciona a Diretoria da empresa.

O matadouro de Campo-Maior possui 14 câmaras frigoríficas, tem capacidade para abater 200 bovinos e 200 suínos, diariamente, e pode estocar até 5 000 carcaças ou 700 toneladas de carne. O conjunto ocupa uma área coberta superior a 12 000 m².

O entreposto de Teresina é dotado de três câmaras com capacidade para 30 toneladas de carne, e uma para 15 toneladas de peixe, além de uma fábrica de gelo capaz de produzir 10 000 kg por dia.

Além da produção de carne, o frigorífico apresenta a seguinte linha de industrialização:

- 1 — Salsichas
- 2 — Linguiças
- 3 — Charques
- 4 — Mortadelas
- 5 — Presuntos
- 6 — Banhas
- 7 — Graxa industrial
- 8 — Bólitas concentrada
- 9 — Couros
- 10 — Geléias
- 11 — Colas
- 12 — Farinhas
- 13 — Miúdos

Inicialmente, o campo de ação do Frigorífico limitar-se-á a Teresina, Campo-Maior e Altos, estendendo-se depois a Parnaíba e Fortaleza.

A par das atividades desenvolvidas pelo FRIPISA, o Governo do Estado adotará as seguintes medidas, visando aproveitar ao máximo as vantagens que o mesmo pode proporcionar:

1 — Adoção de uma política de financiamento, a longo prazo, para aquisição de produtores e matrizes;

2 — Promoção de campanhas de esclarecimento das classes criadoras, com a realização de simpósios nos diferentes centros produtores do Estado;

3 — Estudos e levantamentos de dados técnicos objetivando a criação de zonas prioritárias para criação de gado;

4 — Promoção de campanha de assistência técnica e veterinária direta, de modo a assegurar melhores condições aos rebanhos;

5 — Financiamento para criação de pastagens e aguadas.

É particularmente expressiva a parcela do capital obtido pela SUDENE através dos Artigos 34/18, que constitui a maior parte do capital da empresa. No mês de agosto último, segundo mês de atividades do FRIPISA, este faturou quantia superior a trezentos mil cruzeiros novos, o que corresponde a 15% da sua capacidade de comercialização, numa demonstração do quanto pode fazer o capital privado, quando aliado à iniciativa e orientação governamental.

Diretor-Presidente:

Dr. Francisco das Chagas Mendes

Diretor Comercial:

José Nelson Coutinho

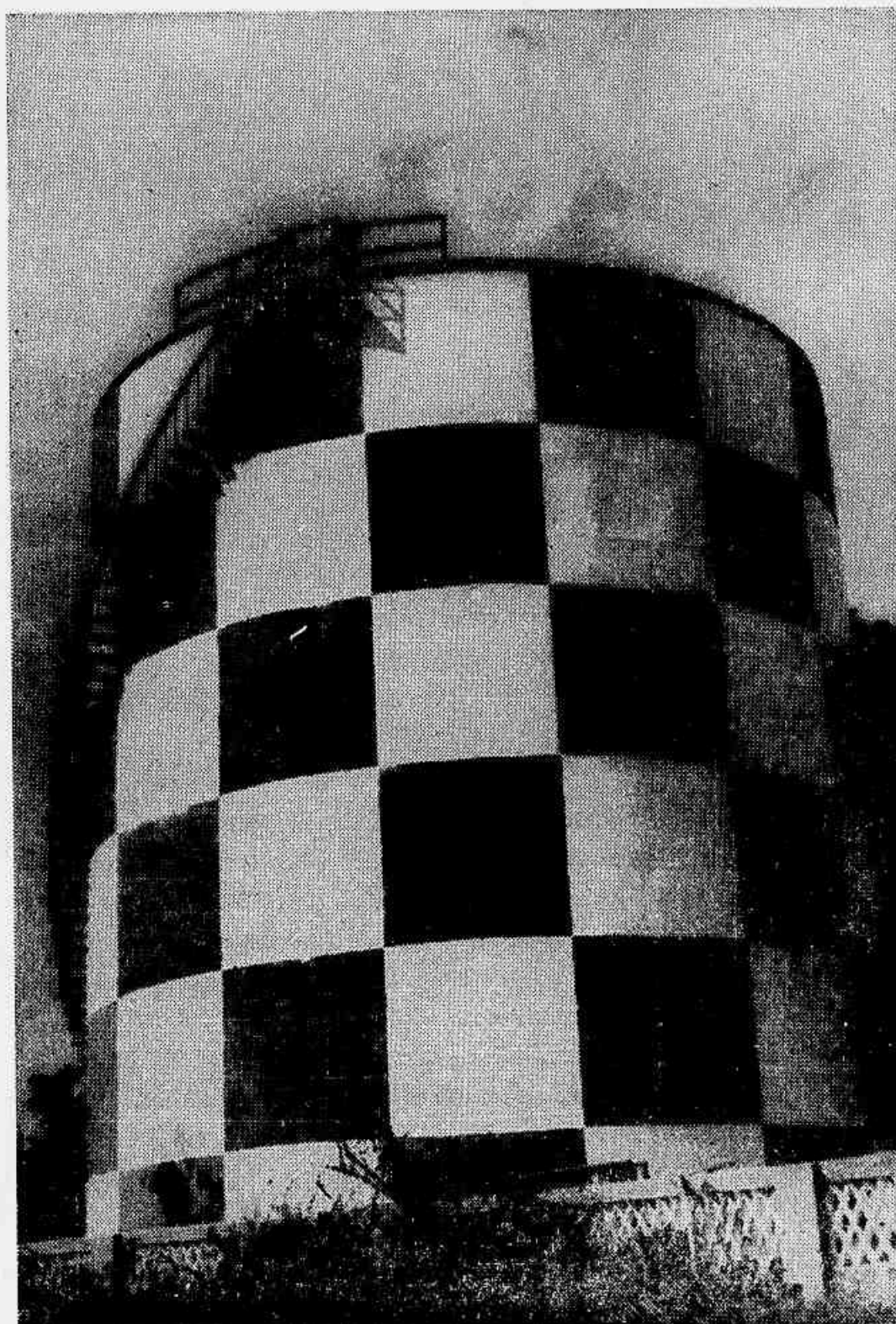
Escritório em Teresina:

Praça Demóstenes Avelino — Teleg. FRIPISA
Caixa Postal 49

Matadouro Industrial:

Cidade de Campo-Maior — Piauí

PIAUÍ ORGANIZA-SE PARA O DESENVOLVIMENTO



ÁGUA EM ABUNDÂNCIA — O habitante de Teresina tem água pura e abundante, graças ao trabalho planejado e dinâmico do seu Governo

O Governo do Estado do Piauí realiza, presentemente, extraordinário esforço com o objetivo de arrancar a terra de Mafrense da estagnação. Trata-se de área em que a população cresce em ritmo superior à renda. Por outro lado, predomina a economia de subsistência. A maior parte da produção se destina ao auto-consumo. Além disso, não dispõe de recursos naturais em abundância. A maioria dos Estados nordestinos possuem vantagens comparativas. Só resta uma saída para o Piauí: organizar-se para o desenvolvimento. E esta é a filosofia de ação do Governador Helvídio Nunes de Barros.

O órgão que tem a responsabilidade de realizar essa tarefa é a Comissão de Desenvolvimento Econômico-CODESE, supervisionado pelo Secretário Extraordinário para Assuntos de Planejamento e Coordenação Econômica, Prof. R. N. Monteiro de Santana, catedrático da Cadeira de Economia Política da Faculdade Federal de Direito do Piauí e de História Econômica Geral e do Brasil da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e todas as suas atividades são marcadas pelo pioneirismo. Fundou o Centro de Estudos Piauienses, o Centro de Pesquisas do Piauí, a Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual do Piauí e preside o Movimento de Renovação Cultural do Piauí. Seus livros principais são: "Evolução Histórica da Economia Piauiense" e "Perspectiva Histórica do Piauí". É cevalino. Estruturalista, tem sido o homem-chave do Governo no setor do planejamento público, preocupado sempre em ativar o setor privado da economia.

É através da CODESE que o Governo promove as atividades concernentes à elaboração, atualização e controle do Plano Diretor do Estado. Desde a sua posse, o Governador Helvídio Nunes de Barros vem executando o II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja meta prioritária é a Reforma Administrativa. Entretanto, por se tratar de documento integrado, no Plano são previstas medidas de promoção

agro-pecuária, de desenvolvimento industrial, de infra-estrutura e, com destaque especial, de melhoria das condições humanas.

A CODESE tem em seu Conselho de Desenvolvimento o órgão que traça as diretrizes e, em sua Secretaria Executiva, a estrutura que elaborou o II Plano e que coordena a sua execução.

Cabe, de modo especial, à Divisão de Estudos e Projetos a responsabilidade de coordenação dos estudos e meios necessários à elaboração do Plano. Mas toda a CODESE coopera, bem como os técnicos das Secretarias de Estado, das autarquias, das sociedades de economia mista. Dispõe, assim, o Governo de uma verdadeira equipe. A CODESE apenas coordena. Na verdade, todos os auxiliares do Governo participam da elaboração do Plano.

No esforço de organização, o Governo, através da CODESE e com a colaboração técnica do Instituto de Serviço Público da Universidade Federal da Bahia, está implantando a reforma administrativa dos serviços públicos estaduais. Promoveu seminários de políticas governamentais, levantou e analisou dados visando à elaboração dos textos legais de modo a atender à realidade local. A Assessoria Geral de Programação e Orçamento, entretanto, já foi implantada, cujas atividades são exercidas, de modo sistemático, por todos os níveis da Administração Estadual, vinculadas às diretrizes e metas estabelecidas pelo planejamento econômico e social do Estado. Seu Coordenador Geral é o Secretário Executivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Outro programa de grande interesse e fundamental para o Estado vem sendo realizado pela Divisão de Cursos e Treinamento da CODESE. Refere-se ao treinamento, à capacitação, à formação e ao aperfeiçoamento do funcionalismo público estadual.

Vale salientar que a CODESE também presta assistência técnica aos municípios, e é responsável, ainda, pela assistência ao

cooperativismo e organização rural. Até junho do próximo ano, todos os municípios piauienses estarão reestruturados administrativamente e reorganizados os seus serviços financeiros.

Finalmente a CODESE está prestando sua colaboração técnica aos municípios, no setor do planejamento local integrado. Para tanto, dividiu o Estado em nove áreas-programa, identificando, nove polos estratégicos de desenvolvimento: Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos, Campo Maior, São Raimundo Nonato, Valença, Corrente e Bom Jesus. Realiza Encontros em cada polo estratégico de crescimento. Inicialmente, o Prof. R. N. Monteiro de Santana, realiza conferência, ao alcance popular, nas quais apresenta os seguintes aspectos: Organização para o Planejamento, etapas da elaboração do Plano, sua aprovação, divulgação e execução, acompanhamento e controle, revisão periódica e atualização do plano, na presença de prefeitos, vereadores, funcionários federais, estaduais e municipais, agentes de estatística, lideranças políticas, religiosas e culturais, enfim, pessoas de todas as camadas da população. São utilizados os processos audiovisuais para esse fim. Secretários de Estado presentes e técnicos da CODESE, em reuniões subsequentes, levantam, praticamente, todos os elementos necessários ao balanço das necessidades. Os dados são coletados segundo área de interesse. Determinadas as fontes de financiamento, passa-se à formulação dos programas, os quais são compatibilizados em um Plano Global.

O Governador Helvídio Nunes de Barros prossegue com determinação em sua política de organização do Estado, visando ao desenvolvimento econômico e ao progresso social. Seus objetivos básicos são: arrancar o Piauí da estagnação, alargar a faixa monetária da economia, aumentar a renda per capita, combater os privilégios e assegurar a igualdade de oportunidades para todos de modo a assegurar a integração econômica do Estado e sua participação efetiva no mercado regional e na economia brasileira.



O Prof. R. N. Monteiro de Santana quando falava ao JB sobre as finalidades da Comissão de Desenvolvimento Econômico

PIAUI:

PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Manoel Emilio Burlamaqui de Oliveira, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Piauí.

GERVÁSIO COSTA S. A.

Produtos "GECOSA"

Gordura "DICOCO"

Óleo NÔVO NILO"

Sabões: "DICOCO"

"NÔVO NILO"

"COSTA"

GERVÁSIO COSTA S. A.

Nôvo Nilo — União — Piauí

Se entendermos que uma economia, em relação ao destino da sua produção, pode ser considerada em três aspectos — Setor Subsistência, Setor Mercado Interno e Setor Exportação —, eu diria que o Piauí se caracteriza, neste campo, pela predominância absoluta da Economia de Subsistência.

Sei, naturalmente, que exportamos cêra de carnaúba e amêndoas de babaçu e tucum, assim como fornecemos carne a diversos Estados nordestinos. Mas, a atividade predominante, seja pela concentração de elevada percentagem de mão-de-obra (população ativa), seja pela quase inexistência de empresas organizadas, é, essencialmente, aquela que tem como objetivo produzir para o autoconsumo.

Talvez isto pareça estranho a quem observa que, no meu Estado, a população pecuária de grande e médio porte é maior que a população humana, e que, ali, se concentram cerca de 50% dos carnaúba do Nordeste. Entretanto, se tal fato é verdadeiro, também se leve em conta que é devido mais às condições naturais da região que ao interesse econômico empresarial.

A estrutura agrária se assenta em torno da fazenda de gado e é, ainda, sob sua influência que se processa a evolução econômica, social e política do Estado.

A História nos diz que o homem veio ao Piauí trazendo o boi, este em busca de novos pastos, aquele implantando novas fazendas. Nossas primeiras comunidades se fixaram nos vales férteis do Canindé e seus afluentes, estendendo-se às margens do Parnaíba. A colonização teve como motivação a criação de gado e o povoamento foi uma consequência do aumento populacional.

Foram implantadas, então, as sementes do nosso sistema econômico, cujo centro era a fazenda, para onde tudo convergia e da qual tudo dependia. A relação homem-terra, dir-se-ia melhor, homem-fazenda, passou a caracterizar as relações de trabalho na região. O homem, que já não podia ser vaqueiro, tornou-se um agregado da fazenda.

Crustalizou-se, aí, a lavoura de subsistência, com o plantio de milho, feijão, arroz e mandioca, que, com a carne, constituiu-se no complexo alimentar básico do piauiense.

A medida que o gado se foi multiplicando, outras áreas foram incorporadas e as fazendas cresceram e se disseminaram. Áreas que não eram ricas apenas em pastagens e águas, mas que traziam nelas um outro tipo de vegetação, que mais tarde daria alento à economia piauiense — os palmeirais de carnaúba e babaçu.

A demanda da cêra de carnaúba, entretanto, não a estrutura do sistema. A exploração da carnaúba, e, mais tarde, do babaçu, foi deixada, da mesma maneira que a cultura de gêneros alimentícios, às mãos do agregado. Não foram os fazendeiros que passaram a produzir a cêra e o óleo ou a exportá-los juntamente com a amêndoa, mas os comerciantes que se transformaram em produtores e exportadores, tornando a Cidade Marítima de Parnaíba no maior centro de progresso do Estado. Apenas a extração do produto, por métodos manuais, ficou com a fazenda.

Quanto ao rebanho pecuário, obviamente fator principal da existência do sistema, é visto mais como um patrimônio que uma atividade econômica. A sua exploração é feita em função do abastecimento das

O futuro do Piauí é amplo e imensurável: o Estado ultrapassa a fase de pedir. Ele, agora, oferece. E constitui a área ideal para empresas que pretendam produzir para o mercado interno.

populações locais, sendo os animais vendidos a outros mercados (Nordeste), apenas em determinada época, em que se consideram o peso e a possibilidade de desfrute.

A principal característica dessa economia, assim, é a inexistência de investimentos capazes de modificar a sua estrutura pré-capitalista. A agricultura tradicional não requer inversões de maior repercussão, mormente quando ela é praticada, de maneira geral, pelos agregados, que não possuem o domínio e posse da terra em que trabalham. Da mesma maneira, o extrativismo vegetal, financiado, quase sempre, pelo industrial ou exportador, não exigiu, até agora, inovações tecnológicas que impliquem em investimentos nas operações de colheita e transporte, executadas, ainda aqui, pelos mesmos agregados que exploram a lavoura.

Enfim, a própria pecuária, criada de maneira extensiva, situa o seu rebanho de pequeno e médio portes (caprinos, suínos, ovinos, aves) em torno da subsistência — a criação pertence ao agregado —, enquanto o rebanho nobre (bovinos) pertencente às fazendas, condiciona o status social e econômico do seu possuidor, sem, no entanto, conseguir transformá-las em empresas organizadas.

Poder-se-ia pensar que esta realidade é motivo de vergonha, ou de desânimo, para nós, piauienses. Certamente que o é, para aqueles que, desconhecendo de como se processa a evolução econômica e social de um povo ou de uma região, simplificam os problemas atirando sobre os governos, ou às autoridades, a responsabilidade e a culpa pelo subdesenvolvimento que nos sufoca. Porém, o número dos que assim pensam se reduz dia-a-dia, aumentando o daqueles que encaram nossa estrutura como condicionada por determinantes históricas e políticas de que se não pode fugir.

Por isso, não me sinto tolhido ao falar da realidade do meu Estado. Ao contrário, é motivo de orgulho o verificar de sua autenticidade, que não diminui, mas que dignifica o homem que, aqui, sobrevive e luta.

O futuro do Piauí é amplo e imensurável. A região ultrapassou a fase de pedir. Ela, agora, oferece.

A energia de Boa Esperança, com a hidroelétrica do Rio Parnaíba, já é chavão quando se fala no desenvolvimento do Estado; as estradas que o cortam de Norte a Sul e de Leste a Oeste, ligando-o ao resto do País, servem de escoamento aos mercados, à produção, notadamente, do Maranhão, Norte de Goiás e do próprio Piauí e já se começam a assaltar; a navegabilidade do Rio Parnaíba, desde suas cabeceiras até a foz, já está assegurada, e a consequência natural da construção das eclusas na Barragem de Boa Esperança é o porto marítimo para o único Estado que não o possui; a infra-estrutura básica fica, consequentemente, implantada. Ajuntem-se a isto os distritos industriais de Teresina e Par-

naíba, em estudo para construção, e os empresários de fora não se negarão a investir no meu Estado.

Mas, se o nosso próprio empresariado encontra-se em fase de afirmação, o Governo não se tem descuidado do aproveitamento de nossos recursos econômicos, seja participando diretamente de empreendimentos, como o Frigorífico do Piauí S.A., já funcionando, que dá novo impulso à pecuária e impõe a uma organização empresarial os nossos fazendeiros, seja incentivando a iniciativa privada, financiando a elaboração de projetos agrícolas e industriais, como no caso da industrialização da celulose da carnaúba, que colocará a sua cêra como subproduto e aumentará a renda interna do Piauí e Ceará, ou ainda, trazendo para cá, dentro das diretrizes da SUDENE e sob seus auspícios, projetos de mais alta repercussão econômica e social, como o de irrigação por poços tubulares, a ser executado pela Missão de Israel, que transformará uma região semi-árida em produtora de alimentos para o consumo interno da região e do País.

Ao lado disso, a infra-estrutura social não é descuidada. A rede de escolas primárias se estende a todos os recantos; ginásios e colégios multiplicam-se no Estado. E a Universidade, peça imprescindível para o progresso de um povo, será instalada em início de 1969.

Quanto à Saúde, a Secretaria de Saúde, ao tempo em que apresenta ao Nordeste um plano que tem merecido elogio de todas as esferas, executa o seu programa de interiorização da saúde pública, levando ao homem do meio rural a assistência, preventiva e curativa, que lhe permita participar, com toda a sua força, do sistema produtivo do Estado.

Eis porque a realidade dos números que falam de renda interna e renda per capita não me abate.

Entretanto, algo mais o Piauí tem a oferecer, em termos de fatores econômicos, para o seu desenvolvimento: a terra e a mão-de-obra menos custosas da região.

Efetivamente, com o hectare de terras ao preço médio de NCr\$ 10,00, e uma população ativa disposta a trabalhar ao nível de nosso salário mínimo (NCr\$ 60,00 mensais), consequência da pequena oferta de empregos, o meu Estado, localizado, hoje, privilegiadamente, (ligando o Nordeste e o resto do País ao Maranhão e Norte do Brasil), torna-se a região ideal para empresas que pretendam produzir para o nosso mercado interno. Acrescente-se, por cima disso, os incentivos da SUDENE, através dos Artigos 34/18, que permitem obtenção de capital, até 75% do total necessário para implantação de projetos novos, diferente do Nordeste Oriental, que fica em 50%.

Nós, no Piauí, não possuímos uma costa como a Bahia e Pernambuco, propícia à monocultura de exportação. Não foi aqui que se explorou o sal, em larga escala. Nem as secas nos assolaram, em termos de despertar o Brasil e o mundo para nossos problemas. Não sofremos, tão pouco, a influência de outras culturas, senão a portuguesa, pois holandeses e franceses aqui não vieram. A duras penas conseguimos chegar ao estágio atual, que, se muito longe está do que desejamos, pelo menos, está mais próximo de um desenvolvimento integrado e harmônico.

Precisamos, hoje, acima de tudo, aproveitar os nossos recursos econômicos, aliando a liderança empresarial e ao capital do Sul os nossos conhecimentos da terra e do povo, integrando-nos, definitivamente, no processo de desenvolvimento econômico que domina o Brasil.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ S. A. (COHAB-PI)

Antes da fundação do Banco Nacional da Habitação, o Estado do Piauí já havia criado a empresa Habitação Popular do Piauí S.A. (HABIPOPI), que foi instalada em 16-3-64, em cumprimento da Lei estadual 2.545, de 9-11-63. Esta empresa construiu os conjuntos Tabuleta, com 118 casas; São Raimundo, com 48 casas e Stand de Tiro, com 40 casas.

Com a criação do Banco Nacional da Habitação, foi sancionada a Lei 2.655, de 8-7-65, que transformou a HABIPOPI na atual Companhia de Habitação do Piauí S.A. (COHAB-PI), tendo sido constituída em 31-8-65 passando a integrar o sistema BNH. Ao patrimônio da COHAB-PI foi transferido todo o acervo da Habitação Popular do Piauí S.A.

Em março de 1966 a COHAB-PI iniciou a construção do primeiro conjunto com financiamento do BNH, de 50 casas, no Bairro Primavera, em Teresina. Em 90 dias terminou a construção. Esse prazo passou a vigorar em todos os contratos da empresa. Em seguida, no mesmo bairro, foram construídas mais 137 casas e, simultaneamente, 50 em Campo-Maior, 50 em Floriano e 90 em Parnaíba. Após o término dessas construções a COHAB-PI lançou mais dois conjuntos: Teresina, no Bairro Monte Castelo, 302 casas; e Parnaíba, com 92 casas.



CONJUNTO "MONTE CASTELO" — 302 casas — construído em noventa dias. Já totalmente habitado



CONJUNTO "PARQUE PIAUÍ", com 300 casas. A primeira etapa está na fase de entrega, e foi construída em 82 dias. Neste conjunto estão sendo construídas mais 450 casas

Em 1966 a COHAB-PI aplicou do BNH NCr\$ 1.730.780,75, dispendendo com gastos gerais apenas NCr\$ 16.665,64. Em 1967 firmou novo convênio com o Banco Nacional da Habitação no valor de NCr\$ 1.803.104,80 já tendo executado obras no valor de NCr\$ 706.810,10, e assinou contrato na importância de NCr\$ 1.160.854,02. Atualmente está sendo feito um aditivo a este contrato para continuação de obras no valor aproximado de NCr\$ 800 mil. Esses recursos estão sendo aplicados no Parque Piauí, que é a área residencial do I Distrito Industrial do Piauí. Os conjuntos residenciais de Teresina já estão totalmente habitados e são servidos por Centros Sociais, Grupos Escolares etc. No corrente exercício os gastos gerais não ultrapassarão NCr\$ 50 mil.

CAPITAL INICIAL: NCr\$ 20.000,00
CAPITAL EM 1967: NCr\$ 200.000,00

DIRETORIA:

Diretor-Presidente:	DR. OSVALDO SOARES DO NASCIMENTO
Diretor-Técnico:	Dr. Adalberto Alexandrino Correia Lima
Diretor Administrativo:	Dr. Adelman de Barros Villa

PIAUI COMEÇA A MUDAR SEU DESTINO

R. N. Monteiro de Santana

Na fase atual de sua história, o Piauí continua atrasado, mas a dinâmica do sistema nacional o atinge, o que assegura condições de um novo desempenho.

Persistem elementos próprios da estrutura tradicional, nos diversos setores. No econômico, há ausência da acumulação. Sociologicamente, inexistente povo, pelo menos, no conjunto. No campo cultural, a minoria dominante não é criadora. E, politicamente, a dominância pertence aos manipuladores dos aparelhos extraterritoriais de produção. O clientelismo político permanece, em parte. O serviço público exerce, de certo modo, papel compensatório e o aparelho administrativo continua, do ponto-de-vista global, desvinculado do desempenho efetivo das funções a que se destina. Os partidos ficam inativos nas entrelinhas eleitorais. Contudo, esfacela-se a política de oligarquia. As derrubadas não se operam como antigamente.

Por outro lado, a presença do nacional no estadual, as classes em emergência, a formação de grupos de pressão, a introdução de modernos processos de manipulação da opinião pública, o aparecimento da faixa ideológica permitem antever novo destino para o Piauí.

Realmente, algumas fazendas estão voltadas para o comércio nordestino e se quebra o complexo rural que as dominava. As rodovias e o caminho abrem-lhes perspectivas de mercado mais amplo. Germinativamente começa o impacto da estratificação das classes. De modo menos acentuado que no País, se operam divisões em cada classe e se acentua a diferença de interesses dos setores urbano e rural.

No campo, a antiga aristocracia dos fazendeiros criadores de gado perde importância em face da formação de proprietários produtores de gêneros alimentícios para o mercado nordestino. Entre estes se vai constituindo, aliás, certa mentalidade capitalista. Com a industrialização prevista no setor pecuário, a tendência é alterar-se o comportamento dos próprios criadores.

Na cidade, nos centros principais, não há apenas exportadores de produtos extrativos, de couros e peles e importadores de bens acabados, provenientes do estrangeiro. O comércio de gêneros alimentícios se desenvolve cada vez mais; multiplicam-se as casas de distribuição dos produtos da indústria nacional; aumentam as agências bancárias e difunde-se o crédito; proliferam os lojistas; na indústria, alguns empreendedores projetam a montagem de empresas modernas, marchando para a diversificação de suas atividades, graças à procura do mercado em crescimento, isso em Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo-Maior e Picos, mas sobretudo na Capital.

A própria classe intermediária se constitui apresentando algumas peculiaridades. No campo, onde se opera a concentração da propriedade, perde o status anterior, sem ganhar os elementos tecnológicos e gerenciais de que precisa.

A burocracia urbana é formada, parcialmente, pelos funcionários públicos, civis e militares, e pela maioria dos profissionais liberais. Dela parti-

cipam elementos da pequena burguesia mercantil. Contudo, estão surgindo alguns técnicos e há, nas empresas privadas, procura de gerentes. O poder público e a iniciativa particular reclamam profissionais liberais especializados. Surgem ofícios técnicos e industriais, pelo que se multiplicam as oportunidades de emprego.

O número de operários é pequeno. Nesse estrato, a dinâmica do sistema nacional assegura suporte ideológico à classe trabalhadora, compensando a sua falta de homogeneidade e a persistência de idéias e preconceitos próprios dos grupos não proletários de que provém. Sua origem se prende ao piauiense pobre, que se proletariza, em caso de extrema miséria, por falta de instrução ou condições para ingresso no funcionalismo público ou no comércio. Por isso, a mentalidade tradicional se conserva, em parte. A maioria dos operários aspira a tornar-se empregado público. Apenas em Parnaíba, Teresina, Floriano e Campo-Maior alguns trabalhadores da indústria nascente suscitam a formação de associações e sindicatos que exprimem, de modo impreciso, os interesses da classe em conjunto.

No campo, predominam os agregados e os moradores, pois é larga a faixa da economia de subsistência. São poucos os operários agrícolas. Mas se formam grupos cada vez mais amplos que começam a compreender que executam as mais árduas tarefas da sociedade e que têm direito a uma maior participação na distribuição da renda social, em virtude da penetração dos ideais ocidentais de afirmação da liberdade e da dignidade humana.

A própria problemática do Poder apresenta sinais visíveis de mudança. A atuação de alguns políticos testemunha essa situação. Ao institucionalizar-se o Poder, em 1845, no Piauí, o Império se fazia presente através de seus representantes no Governo Provincial. Na atualidade, os políticos piauienses mais representativos discutem os problemas locais dentro de perspectiva eminentemente nacional. Não lhes interessa prestígio pessoal, procuram projetar-se nacionalmente. Alguns descobriram que a realidade piauiense é uma componente da realidade nacional, percebendo, ainda, que as particularidades locais não se alçam em valores suficientes para impedir as modificações impostas pelo desenvolvimento brasileiro.

Além das rodovias e do caminho, outros fatores concorrem para intensificar as relações com a sociedade brasileira. As influências perderam caráter episódico e ganham certa permanência. O rádio, principalmente o rádio a pilha, vai servindo para politizar a população. A própria aviação comercial concorre para a modificação do ambiente anterior, assegurando contato de pessoas, incorporando novas mercadorias aos hábitos de consumo dos habitantes, trazendo jornais e revistas com as notícias mais recentes. A disseminação do ensino, primário e secundário, a criação de faculdades contribuem decisivamente para esse processo.

Sob certos aspectos, também se operam diferenças internas. O crescimento vegetativo da população é relativamente grande. Elevou-se a densidade demográfica do Estado. Verificou-se incremento da população urbana, da ordem de 75% no último decênio. Nas sedes municipais há quase 300 mil habitantes, segundo dados de 1960. E são pelo menos oito as localidades de características urbanas acentuadas.

Finalmente adquire foros de conduta coletiva a preocupação da maioria dos piauienses de desfrutar de prestígio e importância no quadro mais amplo da sociedade brasileira.

ÁGUA NÃO É PROBLEMA EM TERESINA

O primeiro sistema de abastecimento d'água do Piauí foi construído em Teresina, nos idos de 1904. Embora tendo sofrido várias ampliações, estava já completamente obsoleto, não mais satisfazendo às necessidades decorrentes do crescimento da Cidade, que passou a sofrer as agruras da escassez do precioso líquido. Apenas o Centro da Cidade era servido, até 1965, de modo precário, pelo sistema que, além de ineficiente, constituía um permanente risco à saúde da população, pela má qualidade das águas utilizadas — de rio —, com elevado índice de poluição.

COLABORAÇÃO

Com a colaboração da SUDENE e do DNOCS, a empresa ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S. A. — AGESPISA —, elaborou novo e moderno projeto para abastecimento d'água da Capital piauiense, e a sua execução foi confiada ao DNOCS e custeada pelo orçamento da União.

Em virtude da precariedade dos recursos, as obras se desenrolavam de modo vagaroso. Apesar disso, o DNOCS chegou a construir três reservatórios com a capacidade total de 5 250 m³ e perflu-

rar oito poços, dos quais seis abastecem as zonas Norte e Sul da Cidade.

DIFICULDADE

Dada a dificuldade em conseguir dotações orçamentárias, a SUDENE tomou a seu encargo obter um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para construção de sistemas de abastecimento d'água em oito cidades do Nordeste, inclusive Teresina. Graças a esse financiamento foi possível à AGESPISA adquirir grande quantidade de material hidráulico e contratar firmas especializadas para o prosseguimento das obras. Foi, assim, concluído o assentamento da rede de distribuição da zona Centro, estando o serviço, hoje, em pleno funcionamento.

ÁGUA

A água consumida pelo teresinense é pura e abundante, e disponível durante 24 horas por dia. Faltam, entretanto, várias ruas a serem beneficiadas pela nova rede, para o que a AGESPISA está adotando imediatas providências. Esse problema é agravado pelo vertiginoso crescimento da Cidade, pois, muitos

bairros que não existiam quando foi elaborado o projeto, apresentam hoje grande índice populacional.

AMPLIAÇÃO

A ampliação do sistema está em pleno andamento. Serão construídos, com recursos da SUDENE, mais três reservatórios, duplicando, assim, a atual capacidade. Serão, igualmente, assentados 40 quilômetros de rede em ruas novas e um sistema independente no novo Bairro Jôquei Clube.

ATIVIDADES

As atividades da AGESPISA restringem-se, atualmente, à Capital do Estado, mas deverão se estender ao interior, com a elaboração e execução de pequenos projetos de abastecimento d'água.

Ao contrário do que ocorre com as repartições oficiais, a AGESPISA vem apresentando satisfatórios resultados financeiros, dando lucro e distribuindo dividendos. Os exercícios de 1965 e 1966 foram encerrados com resultados altamente animadores, prevendo-se o mesmo para o presente exercício.

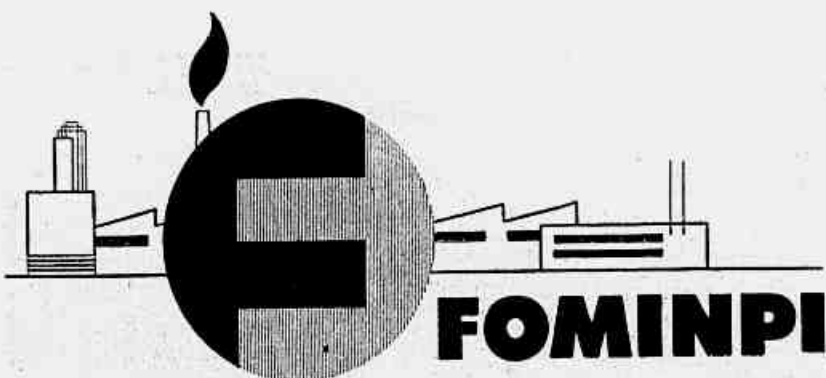
DIRETORIA

A empresa é administrada por três Diretores: Engenheiro José Edvaldo Soares Leal, o Presidente; Diretor Comercial, o advogado Raimundo Portela Basilio, e o Diretor Técnico, o engenheiro Marcos Coelho de Araújo.

O atual Presidente da AGESPISA, em apenas dois meses de mandato, auxiliado pelos seus colegas de Diretoria, implantou profundas reformas na administração da empresa, visando dinamizá-la, dando-lhe uma nova estrutura, compatível com as exigências do progresso e desenvolvimento do Piauí.

A principal meta da AGESPISA a ser atingida em curto prazo é a construção das redes de esgotos de Teresina e Parnaíba. O projeto de Teresina já se acha elaborado, inclusive o de viabilidade econômica.

Foi solicitado ao BID um financiamento, havendo boas perspectivas de atendimento. A SUDENE, por sua vez, já liberou recursos da ordem de R\$ 230 mil, que serão aplicados na compra do material necessário. Dentro de 60 dias deverá ser dado início à execução das obras.



"Fomento Industrial do Piauí S.A. é uma sociedade de economia mista, destinada a promover o desenvolvimento industrial do Piauí através de assistência e orientação aos empresários e organização de distritos industriais.

I DISTRITO INDUSTRIAL DO PIAUÍ

Área: 115 hectares
Distância do Centro da Cidade: 6 quilômetros
Vias de acesso: Rodovia BR-316, Teresina-Sul do País, Rodovia Estadual PI-3, Teresina-Palmeiras, Ramal ferroviário — Rio Parnaíba.

Energia: Termoelétrica. A partir de 1968, hidrelétrica, a ser fornecida pela Usina de Boa Esperança. O I Distrito Industrial do Piauí dispõe de 2 600 metros de margens do Rio Parnaíba que é navegável, e 2 200 metros à margem de rodovias.

Área residencial: 1 050 casas em construção e 1 200 projetadas; Grupo Escolar; Mercado; Centro Social; Ginásio Industrial do SENAI; Estacionamento Parking; Praça Esportiva, etc.

VISITE O PIAUÍ E CONHEÇA O I DISTRITO INDUSTRIAL, OU PEÇA INFORMAÇÕES AO "FOMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ S.A." — FOMINPI

VOCÊ PODERÁ FAZER UM BOM NEGÓCIO

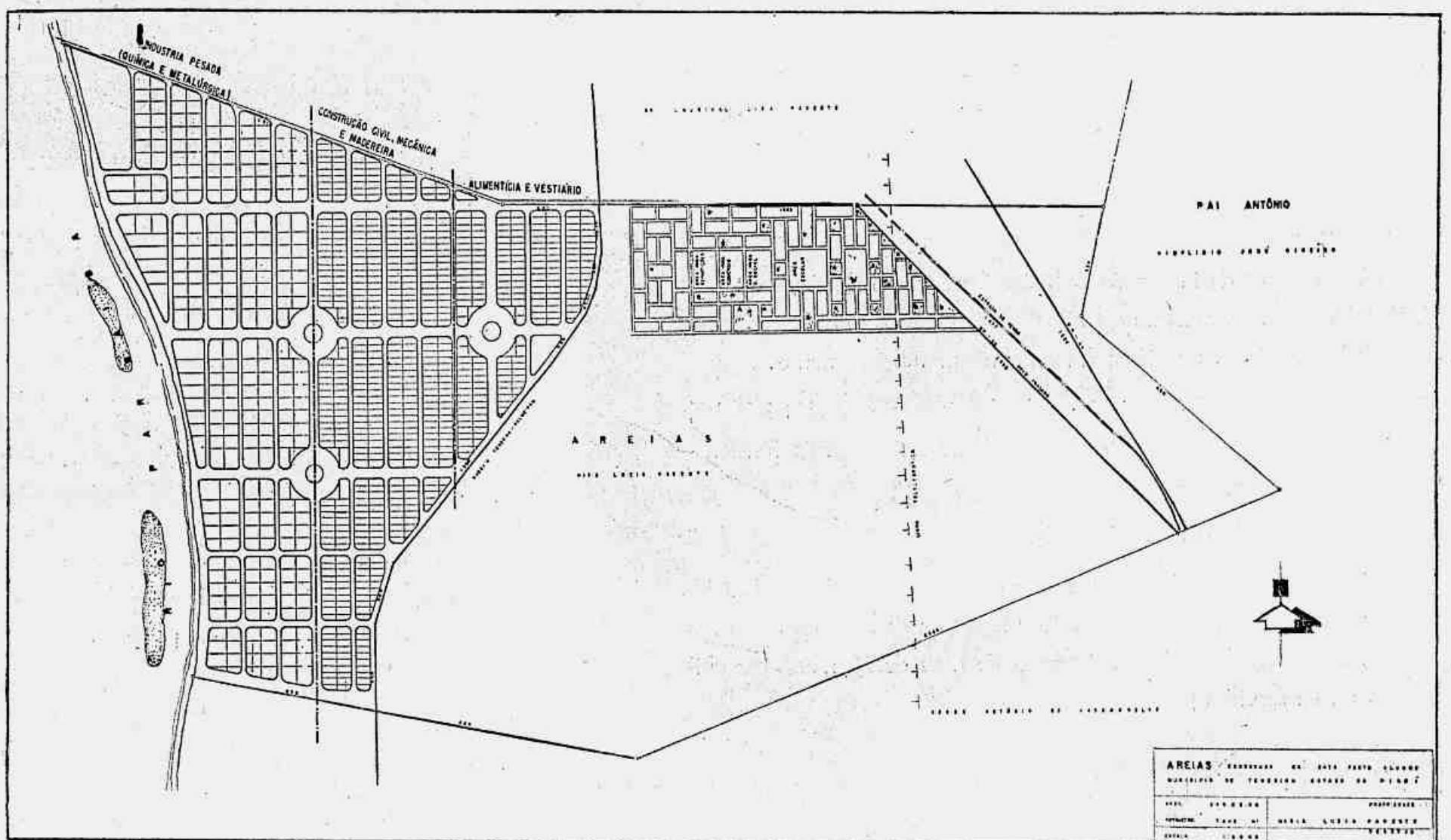
FOMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ S. A.
FOMINPI

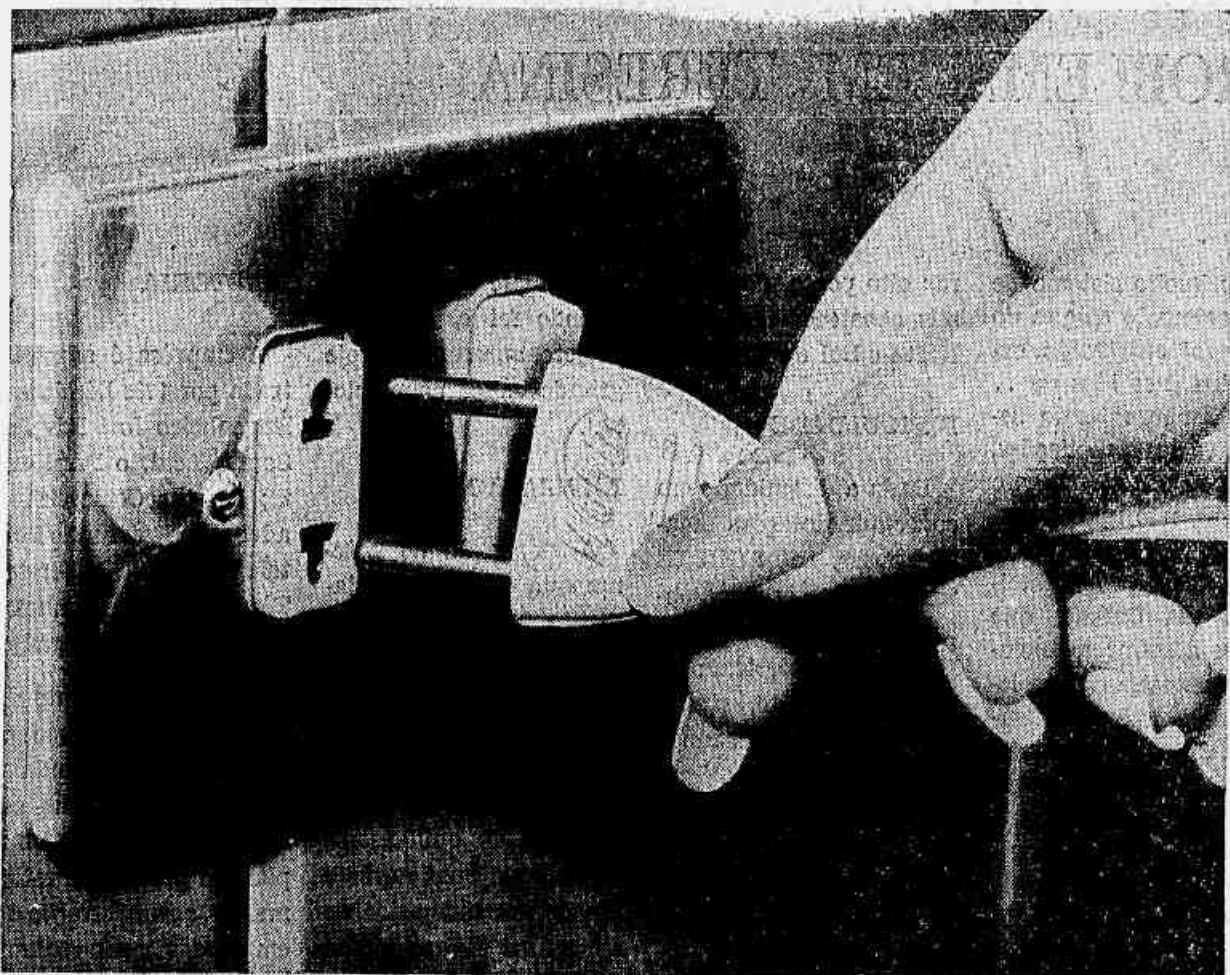
Praça João Luís Ferreira — Teresina — Piauí

Diretor-Presidente:
DR. OSVALDO SOARES DO NASCIMENTO

INVESTIR NO NORDESTE JÁ É BOM NEGÓCIO INVESTIR NO PIAUÍ É MELHOR NEGÓCIO AINDA

Além de todos os incentivos já conhecidos para inversões no Nordeste, o Piauí oferece-lhe mais:
1 — Área industrial; 2 — Financiamento para elaboração de projetos; 3 — Orientação e assistência aos empresários em toda a fase de implantação da indústria; 4 — Participação acionária sem controle da empresa; 5 — Mercado em grande expansão compreendendo toda a área central do Piauí e Maranhão.





Há 28 anos tudo começou a ficar mais simples

Foi em 1939 que uma indústria de aparelhos eletrodomésticos surgiu entre nós para dar uma nova dimensão ao conceito de conforto e bem-estar nos lares brasileiros. Nesses 28 anos, sua marca tem sido verdadeiro sinônimo de alta qualidade. São liquidificadores, enceradeiras, bateadeiras, ferros de engomar, aspiradores de pó, exaustores, enfim, toda uma linha de aparelhos elétricos para uso doméstico, cuja excelência de fabricação tornou WALITA reconhecida como marca de qualidade até mesmo fora de nossas fronteiras. Indiscutivelmente, a Eletro-Indústria WALITA é uma das maiores e mais modernas fábricas de aparelhos eletrodomésticos da América Latina, verdadeiro orgulho da indústria nacional. Nós, do Banco de Boston, nos sentimos orgulhosos em ter colaborado na evolução da WALITA por todos estes anos, através de nossos serviços nos setores

de operações bancárias. Aquela Cliente que se desenvolveu em ritmo de progresso sempre crescente, que marcou decisivamente um novo conceito de conforto em todos os lares brasileiros, é hoje mais um nosso velho amigo, ao qual oferecemos sempre a precisão, o rigor, a pontualidade e o toque pessoal dos nossos serviços.



BANCO de BOSTON
The First National Bank of Boston
Um Banco Tradicional, uma Tradição de Progresso

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • CAMPINAS • SANTOS

O BABAÇU E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Apesar de o Maranhão aproveitar apenas 4,80% da produção estimada para os seus babaçuais, ou seja, 3 744 mil toneladas, o produto constitui hoje a base mais expressiva de sua economia. E sua participação na economia do Estado tende a melhorar diante da atual orientação do Ministério das Relações Exteriores.

A afirmação é da Associação Comercial do Maranhão, que elaborou para o Caderno Nordeste-67 um extenso trabalho sobre a economia do Estado, do qual foi extraída a informação sobre o babaçu.



A DUPLA UTILIDADE — O babaçu não é só paisagem no Maranhão; é uma das fontes de renda do Estado

Quando se tiver a noção exata da importância dos palmeiros de babaçu do Nordeste do Brasil, a região sofrerá uma transformação tão radical, que em pouco tempo a Terra das Palmeiras deixará de ser um exemplo de região inculta, para ser um dos pontos de maior significação econômica do País.

Assim Silvio Fróis de Abreu via há anos os imensos babaçuais do Maranhão, que somam mais de 800 milhões de palmeiras produtivas, distribuídas em cinco a meio milhões de hectares de terras do Estado, que agora são aproveitadas, constituindo a mais expressiva base de sua economia e um dos principais produtos de exportação.

GARANTIA

O babaçu garante ao Maranhão em desenvolvimento, que começa a explorar seu petróleo, a inexistência de fome na sua expressão de flagelo humano, tal como se constata em outras áreas da região nordestina. Isto por que, a par da lavra em terras férteis, o produto proporciona ao homem rural meios de subsistência enquanto lava a terra para a próxima colheita agrícola.

PALMEIRAIS

Essa imensa riqueza do Maranhão concentra-se em suas regiões principais — Vales do Itapecuru, Parnaíba, Mearim e Pindaré —, e em menor escala se distribui pelas regiões do litoral nordestino, dos Altos Vales — Parnaíba, Itapecuru e Mearim — e Vales do Grajaú e Tocantins. Nessas regiões, tomando-se por base a produção média de

200 frutos anuais por cacho, ou 400 côcos para cada palmeira, obtém-se a elevada quantidade de 320 bilhões de côcos.

O côco, em média, pesa 130 gramas com cerca de 9% de amêndoas, o que equivale dizer que 320 bilhões de frutos deverão produzir aproximadamente 3 744 mil toneladas de amêndoas. Partindo dos dados sobre amêndoas exportadas e esmagadas em 1966, num total de 180 mil toneladas, chega-se à conclusão de que esse montante corresponde a 4,80% da produção avaliada para os babaçuais do Maranhão, ou seja 3 744 mil toneladas.

O fato revela que apesar do esforço realizado, do Estado já ter a noção exata de que falava Silvio Fróis de Abreu, ainda há baixa produção de amêndoas nas zonas de palmeirais do Maranhão, fato que se deve à ausência de preço compensativo para aquisição de amêndoas nas fontes de produção.

Em consequência do aviltamento dos preços não há estímulo à melhor produção de amêndoas, que são extraídas através de um processo penoso. O trabalho se desenvolve assim: as mulheres e crianças (homens raramente quebram côco) se embrenham na mata pela manhã, caminham horas inteiras até encontrar uma palmeira com muito côco. Ali mesmo começa a extrair a amêndoa, que representa apenas 9% do côco inteiro.

Ao fim do dia, a mulher, usando um machado cujo cabo é apoiado sobre o chão enquanto o côco fica em posição vertical, extrai cinco quilos de amêndoas, o que significa a quebra de 60 quilos de côco. A dificuldade no caso é agravada

da pela seleção do côco, porquanto o epicarpo, de fibras resistentes, e o endocarpo, lenhoso e duro, exigem muito esforço.

IMPORTANCIA

Apesar dessas dificuldades, não há dúvida de que o babaçu é o produto básico da economia maranhense, com qualidades excepcionais no setor de óleos vegetais, o que responde por sua superioridade entre os demais óleos nacionais. Por força dessa situação privilegiada na economia do Estado, vez por outra provoca crises, agravando o problema social à medida que determina a queda de rendas das populações.

De acordo com a Associação Comercial do Maranhão, tais crises poderão ser atenuadas à medida que se ataque, em caráter de emergência, o problema da desvalorização do óleo nos mercados do Sul do País na ocasião de plantação das safras de produtos similares, fato que acarreta a imediata queda do preço da amêndoa e a consequente baixa de produção no meio rural.

A Associação Comercial sustenta que tal medida deve ser tomada levando em conta que as coincidências de safras de cecílias não significam auto-suficiência do mercado nacional. Apenas uma situação transitória, momentânea, frequentemente com um montante de produção insuficiente para abastecer as indústrias nacionais no período das entressafras.

IMPLICAÇÕES

A indústria extrativa do babaçu não provoca a redução das atividades agrícolas, no Ma-

ranhão, já que as oscilações do índice de produção das lavras decorrem das precipitações pluviométricas, das pragas e insetos nocivos. A quebra do babaçu ocupa somente mulheres e crianças, pois é pejorativo ao homem rural, válido, quebrar babaçu.

Além disso, não há no Maranhão agricultura mecânica e nem adubação de solo, para torná-la intensiva em produção. Está restrita exclusivamente ao limite do esforço humano do lavrador. A indústria extrativa do babaçu, portanto, é uma atividade supletiva, uma substancial ajuda aos poucos lucros do trabalho agrícola.

PERSPECTIVAS

A situação do mercado internacional para o babaçu tende a melhorar diante da atual orientação do Ministério das Relações Exteriores. Através de sua ação, o Maranhão melhorará a comercialização da amêndoa e da torta oleaginosa, cujas exportações quadruplicaram-se a partir de 1962, constituindo uma fonte de divisas para o País.

Com efeito, o Maranhão exportou em 1966 para os Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Holanda 5 575 toneladas de babaçu, e para a Alemanha e Holanda 34 258 toneladas de torta oleaginosa.

No mesmo ano, exportou para os diversos Estados brasileiros cerca de 50 milhões de quilos, que representaram NC\$ 37 milhões para o Estado. As exportações foram feitas pelo Porto de São Luís e proveniente das 51 usinas que trabalham com 137 prensas e uma capacidade de esmagamento, em 24 horas, de 601 toneladas de amêndoas.

TELEFONES DO PIAUÍ S. A. (TELEPISA)

Concessionária dos serviços telefônicos de Teresina e de Campo-Maior, TELEFONES DO PIAUÍ S.A. (TELEPISA) — é uma sociedade de economia mista com 1 700 linhas em funcionamento na Capital e 100 na segunda Cidade citada. Até meados de 1968 os serviços serão ampliados em mais mil linhas em Teresina e 100 em Campo-Maior.

A TELEPISA já está ultimando os estudos para encampação dos serviços telefônicos das Cidades de Piripiri, Piracuruca, Parnaíba, Floriano, Picos e Oeiras.

SISTEMA DE MICROONDAS

Objetivando manter um serviço interurbano da mais alta eficiência, a TELEPISA pretende inaugurar durante o próximo ano moderno sistema de microondas, que permitirá a ligação entre si de todas as cidades piauienses que já possuem telefones automáticos. Esse sistema de microondas será construído nos moldes apropriados à ligação com os futuros troncos da EMBRTEL.

Mesmo antes da instalação da EMBRTEL para o Nordeste do Brasil, já a TELEPISA brevemente estará fazendo ligação com Fortaleza e outras cidades do Ceará que já se encontram em funcionamento.

Instalada em edifício próprio onde funciona a central telefônica, dentro em breve a TELEPISA construirá moderno edifício onde funcionarão os escritórios da empresa.

TELEFONES EM NOVAS CIDADES DO PIAUÍ

Já se acham em fase avançada os estudos para instalação de telefones automáticos em todas as cidades piauienses de mais de 3 mil habitantes, o que significa o beneficiamento de mais de 20 novas comunidades a serem servidas pela



PIAUI TERA MICROONDAS — Durante o próximo ano, a TELEPISA — Telefones do Piauí S/A pretende inaugurar um serviço interurbano da mais alta eficiência, com o moderno sistema de microondas, que permitirá a ligação com todas as Cidades do Estado dotadas de telefones automáticos. Na foto, a sede da TELEPISA

TELEFONES DO PIAUÍ S. A. — TELEPISA

AVENIDA ANTONINO FREIRE N.º 1 473

Diretor-Presidente: DR. PAULO MARTINS DE DEUS



a união faz a força

A Ford foi a primeira indústria automobilística que se instalou no Brasil. Está aqui desde 1919.

A Willys também é pioneira. Fabricou o primeiro veículo brasileiro - o famoso "Jeep" lançado em 1954.

A Ford lançou o primeiro trator e o primeiro caminhão brasileiros e com o Gálexie colocou o Brasil em dia com os mais modernos padrões automobilísticos mundiais.

A Willys sempre teve a mais completa linha de veículos no Brasil. Já produziu aqui mais de 450.000 utilitários e carros de passeio.

Como você vê, Ford e Willys são duas empresas muito ligadas ao Brasil. Separadas, fizeram muito. Imagine o que vão fazer agora, trabalhando de mãos dadas.

O novo complexo industrial formado pela Ford e a Willys reúne a experiência brasileira da Willys à avançada tecnologia da Ford. Continuará produzindo os caminhões, os tratores e o Gálexie, da linha Ford. Os utilitários e os automóveis Willys, com a qualidade Ford. E lançará novos modelos. A união faz a força e traz benefícios para todos.

Ford Motor do Brasil S.A.



Willys-Overland do Brasil S.A.



PARTICIPAÇÃO DA CPE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA

Na Bahia os investidores contam com um experimentado dispositivo de instituições públicas e privadas aptas a prestar assistência nos contatos e estudos preliminares, no planejamento, financiamento, na implantação e no funcionamento de seus empreendimentos.

No campo das instituições que o Governo do Estado põe à disposição dos investidores, destaca-se a Fundação Comissão de Planejamento Econômico (CPE), que dá ao investidor toda a assistência necessária para estudos técnicos, de projetos e orientação no sentido de obter as facilidades proporcionadas por órgãos federais, estaduais e municipais, e, em alguns casos, ajuda internacional.

A CPE tem sede na Cidade de Salvador, funcionando à Praça da Inglaterra, 6, Edifício BIG, 8.º e 9.º andares, telefones 2-3088 e 2-3089. Possui escritório na Guanabara, à Rua São José, 90, conjunto 805.

A CPE tem sido o órgão planejador da economia baiana e como tal, tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento do Estado, inclusive criando uma nova mentalidade na administração pública e no setor privado. A sua Secretaria-Geral, a cargo do Dr. Ernesto Simões de Sá, é apoiada em quatro órgãos executivos: A) Serviço de Administração, que responde pela organização e funcionamento da estrutura da Fundação; B) Departamento de Programação, responsável pelo planejamento global e setorial do Estado; C) Departamento de Projetos, que se dedica à elaboração de projetos e D) Setor de Implantação de Indústrias, cuja finalidade é

atrair novos investimentos para o Estado através dos meios de informação.

A CPE reúne aspectos de planejamento global. Neste sentido, incumbem-se de realização de uma série de estudos, entre os quais o de mercado e o de levantamento de recursos naturais e matérias primas, para definição de oportunidades industriais e uma série de informações básicas para os investidores, particularmente no tocante à infra-estrutura.

A CPE poderá financiar o pré-investimento com a elaboração do projeto. O investidor poderá pagar apenas 10% dos gastos preliminares, ao efetuar o contrato, desembolsando o restante depois de aprovado o respectivo projeto de financiamento pelo órgão de crédito correspondente, havendo liberdade de serem estabelecidas outras condições.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA BAHIA

Na gestão do Presidente Renato Simões e do Secretário-Geral, engenheiro Ernesto Simões de Sá, foi executado o plano de trabalho visando ao estudo do desenvolvimento industrial da Bahia, através da Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda., com a missão de engenheiros da Sociedade Francesa SERETE e um grupo de trabalho da CPE.

Para tanto, o Governo da Bahia, através da Fundação Comissão de Planejamento Econômico e a ASMIC — Association Pour l'Organisation des Missions de Coopération Technique — prestou valiosa colaboração financeira, com o objetivo primordial de conhecer a realidade econômica baiana e o con-

seqüente aceleramento do seu processo de industrialização.

A CPE já tem em seu poder, e já iniciou a distribuição entre as instituições e interessados, os mapas das ocorrências minerais do Estado da Bahia e os mapas índices demonstrativos das diversas áreas topográficas e geológicas e da cobertura para fotografia aérea do território.

Essas cartas foram elaboradas pelo geólogo Wolfgang Mahrholz e impressas na Alemanha.

O referido geólogo, depois de ter acompanhado os serviços de revisão e impressão deste trabalho, voltou a prestar a sua colaboração à CPE, através da identificação de ocorrências minerais de importância econômica nos municípios de Jeremoabo, Paripiranga, São Félix, Correntina, Glória, Tucano e Macururé.

ESTUDOS QUE DETERMINAM O CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS NA BAHIA

No intuito de oferecer aos interessados na implantação e expansão de fábricas de produtos industriais, ou de *insumos* necessários à sua fabricação, as informações básicas sobre o consumo de bens industriais, a Fundação Comissão de Planejamento Econômico — CPE, em convenio com o Banco do Nordeste do Brasil S/A — dentro do programa global deste último em apoio ao setor secundário do Nordeste —, vem efetuando pesquisas sobre o consumo de produtos industriais nas principais cidades baianas.

Essas pesquisas visam ao conhecimento de oportunidades que a área oferece, em face da deficiência ou inexistência de estatística sobre o assunto, notadamente as referentes ao comércio por vias internas, o que vem dificultando a realização de maior número de estudos, projetos, programas, e constituindo-se em fator imperativo de uma análise mais profunda do mercado de cada produto isolado, principalmente quando se trata de bens de consumo final.

É uma experiência pioneira no Nordeste, na qual se vem estimando, através de amostragem probabilística estratificada para cada cidade pesquisada, o mercado de, aproximadamente, 200 produtos, com o objetivo de:

- determinar e descrever o consumo de produtos industriais;
- avaliar o comportamento da procura de bens industriais;
- estimar a demanda dos produtos pesquisados até 1971;
- mostrar a procedência e os meios de suprimento dos produtos industriais e
- interpretar o problema de consumo tanto sob o aspecto demográfico, quanto geo-econômico.

Já em fase final de impressão encontra-se a pesquisa realizada na Cidade do Salvador, estando em revisão as realizadas nas Cidades de Feira de Santana e Alagoinhas, e prevista ainda pesquisas para as Cidades de Ilhéus, Itabuna, Jequié, Vitória da Conquista e Juazeiro.

PROJETOS ELABORADOS PELA CPE

Já elaborados e encaminhados às agências de financiamentos e em fase de elaboração para entrega, às respectivas empresas: *Projetos elaborados* — Jequié Pregos e Artefatos S/A, (Financiamento pelo Banco do Brasil); Frigorífico Everaldo Sousa Baccelar, Salvador (Finame); Fábrica de Biscoito Antônio Carlos Pereira, Madre de Deus (Banco do Brasil); Matos & Cia., Alagoinhas (Fundece); Incomar — Ind. e Com. de Mármores Ltda., Juazeiro (Fipeme); Bahama Veículos e Máquinas, Salvador, (Fipeme); Indústria de Sisal Santa Helena Ltda. — SISALENA —, Tucano (Fipeme); Indústria Alimentícia Nacy Ltda., Conceição de Almeida, (Fipeme); Indústria de Sabão Valéria Ltda., Salvador (Fipeme); Serraria Lençóis Ltda., Lençóis (Fipeme); Indústrias Oleaginosas, Juazeiro (Fipeme); Imbessa — Indústria de Detergentes da Bahia Ltda., Salvador (Fipeme); FAMAB — Fábrica de Arames e Molos de Aço da Bahia Ltda., Salvador (Fipeme); INCOBAL — Indústria de Compensados e Laminados Ltda., Ubaita (SUDENE); MANDINSA — Com. e Ind. de Madeira e Agricultura Ltda., Buerarema (SUDENE); FRISUBA — Frigorífico Sudoeste, (Atualização do Projeto), Jequié (SUDENE); Mineração Planalto, Caetitê, (SUDENE); COCO — Cortume Conceição Ltda., (Expansão da empresa), Itabuna (Fipeme); CLIBA — Cia. Industrial de Laticínios Ltda., Itapetinga (SUDENE); CELANESE — Tecelagem do Brasil S/A, Salvador (SUDENE); Industrial de Irecê, S/A, Salvador (SUDENE); SISALENA — Indústria de Sisal Santa Helena Ltda., (expansão), Tucano, (Fipeme).

PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Agropecuária Roça Grande, Morro do Chapéu (SUDENE); Sociedade Agropecuária Ipoema Ltda., Santa Inês (SUDENE); Irmãos Nascimento Ltda., Itambé (SUDENE); Nicodemus Barreto Agropecuária Ind. Com. S/A, Itabuna (SUDENE); Sociedade Agropecuária Carvalho Ltda., Vitória da Conquista (SUDENE); Moderato S. Cardoso, Vitória da Conquista, (SUDENE); Múcio F.C. Cavalcante, Vitória da Conquista (SUDENE) Everaldo Baccelar, Salvador (SUDENE).

OUTROS TRABALHOS ELABORADOS PELA EQUIPE DA CPE

Dentre os diversos trabalhos elaborados pela equipe da CPE, de 1966 a 1967, destacamos:

- previsão da Receita do Estado para o exercício de 1967;
- estudo da infra-estrutura no Estado da Bahia, abrangendo análise do consumo nas cidades servidas por energia hidráulica, projeção da demanda e produção das usinas da COELBA;
- monografias específicas sobre: algodão, caju, fumo, arroz, mamona, piçaba, cera de ouricuri, cera de carnaúba, tomate e seringueira;

- estudos climáticos e gráficos pluviométricos mensais dos diversos postos baianos;
- tentativa de organização de um modelo de planejamento educacional para a Bahia;
- análise e documento sobre planejamento integral de educação, principalmente nas etapas de diagnóstico e programação;
- reelaboração das monografias sobre o ensino primário, médio e superior, como subsídio ao diagnóstico da situação educacional;
- programação global na educação na Bahia (em fase de elaboração e levantamento de dados);
- visão macro-econômica do setor agrícola;
- significação da renda agrícola interna;
- análise dos fatores de produção do setor primário;
- estudo preliminar sobre financiamento agropecuário;
- estudo preliminar sobre comercialização de produtos agropecuários;
- levantamentos iniciais para determinação do consumo aparente de produtos agropecuários;
- estimativa do intercâmbio comercial por vias internas e
- tentativa de determinação, por amostragem, da dieta alimentar no meio rural.

TRABALHO PROMOCIONAL

A CPE mantém uma política agressiva promocional, no sentido de divulgar as possibilidades econômicas da Bahia, fazendo chegar ao Centro-Sul do País notícias do extenso potencial do Estado, apto a receber investimentos como rendosos frutos em futuro próximo.

Participou em várias conferências e encontros com investidores fora da Bahia, como o Business International, a Associação Comercial do Rio de Janeiro etc. São bastante significativas as gestões com os grupos White Martins e Ribeiro Coutinho, do que estão resultando a implantação de dois complexos industriais altamente germinativos: as fábricas de eletrodos de grafita e anidrido ftálico, investimentos que orçam em NCr\$ 33 mil e NCr\$ 15 mil, aproximadamente.

Até a imprensa falada e escrita do Rio e São Paulo, o Dr. Renato Simões, quando Presidente, fez vários pronunciamentos e reportagens, dentre as quais se destacam: *O que a Bahia Tem a Dizer a São Paulo e ao Brasil*, publicada no suplemento especial da *Fôlha de São Paulo*, edição de 21 de agosto de 1966, e *Venha Investir na Bahia*, ampla reportagem publicada na edição n.º 233 da *Revista de Engenharia Militar*.

O Dr. Renato Simões divulgou, amplamente, também no Brasil e no exterior, os livros: *Bahia — Recursos para o seu Desenvolvimento*, Cidade do Salvador; *Informações Sócio-Econômicas* (orientação para um bom investidor), *Economia Baiana, Setor Agrícola* (diagnóstico preliminar); *Coleção de Dados para Investigação Geológica e Exploração Mineral no Estado da Bahia, Brasil*, elaborados pelos técnicos da CPE. Mantém o *Boletim CPE*, com matéria sempre nova para os investidores, quer do ponto-de-vista econômico, quer do ponto-de-vista da legislação específica.

OUTRAS ATIVIDADES

A CPE participou, através do Setor de Implantação de Indústrias, da I Convenção Industrial do Rio de Janeiro, do I Simpósio sobre a Iniciativa Privada no Desenvolvimento do Nordeste, realizado em São Paulo; do Encontro do Nordeste, realizado em Campina Grande, Paraíba; do I Encontro de Investidores do Nordeste, realizado em Fortaleza; do Congresso de Integração Nacional, patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; do I Congresso Brasileiro do Cacau, e manteve contatos com os membros da Missão Norte-Americana de Desenvolvimento Comercial, de 22 a 27 de abril de 1967, Recife.

Para efeito de especialização nos mais diversos setores a CPE proporciona Bolsas-de-Estudos aos seus técnicos no Brasil e no Exterior.

A CPE E OS MINERAIS

A fim de facilitar os futuros estudos geológicos e a exploração mineral no Estado da Bahia, a Comissão de Planejamento Econômico — CPE — contratou, em 1963, com o geólogo Wolfgang W. Mahrholz, o trabalho: *Coleção de Dados para Investigação Geológica e Exploração Mineral no Estado da Bahia, Brasil*. Trata-se de um estudo metódico, fundamentado em pesquisas "in-loco", concluído na gestão do Presidente Renato Simões e do Secretário-Geral Ernesto Simões de Sá.

A CPE tem a satisfação de apresentar às autoridades governamentais, aos meios universitários, às classes produtoras e os estudiosos, em geral, do problema mineralógico, tão importante trabalho, substanciado num conjunto de oito mapas topográficos de base, impressos na Alemanha, bem como documentos elucidativos que os acompanham, incluídos nos mapas de 1 a 5.

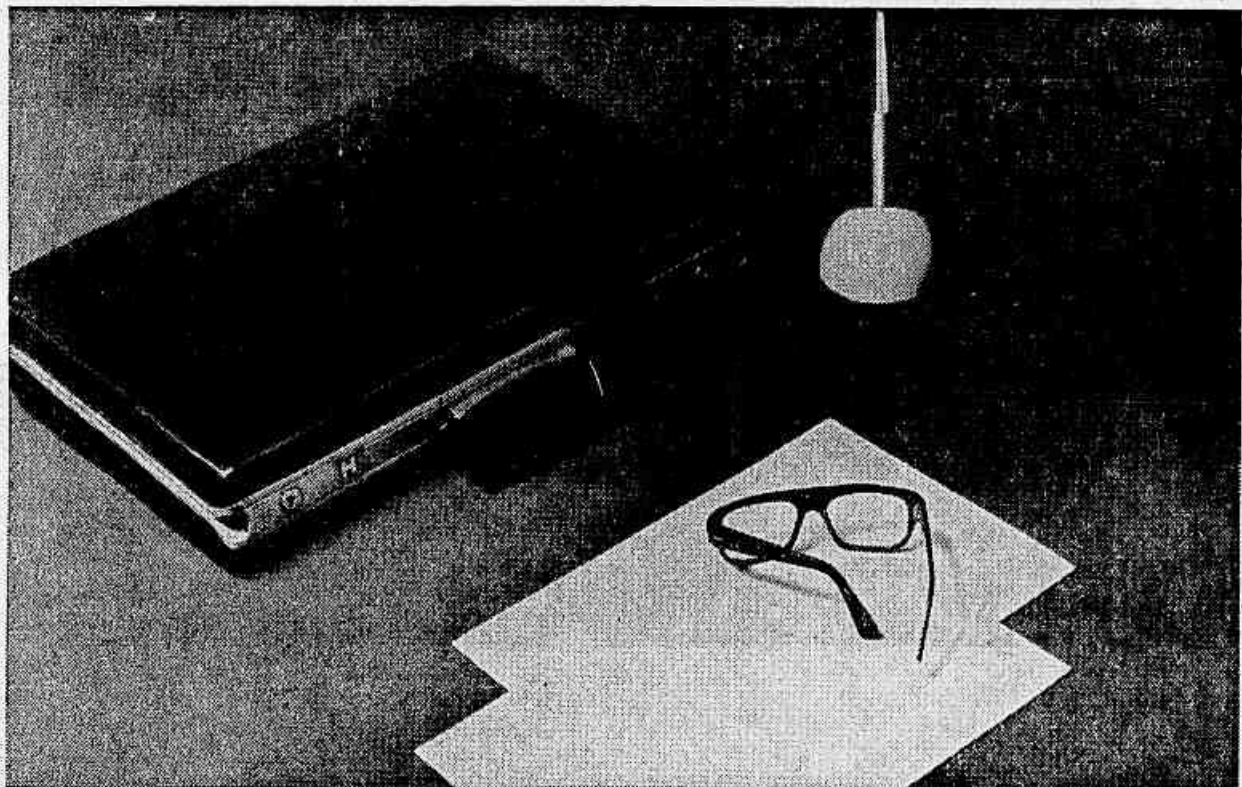
As ocorrências minerais são expostas numa escala de 1:1.000.000 com um intervalo de contorno de 100 metros, e as fontes elucidativas são baseadas num exame dos mapas de matéria existente, índices de fotografia aérea e de mapas topográficos, e na vasta Bibliografia Geológica do Brasil, de Dolores Inglesia.

Os dados do mapeamento topográfico são fundamentais em catálogos de mapas do CNG, publicados ou não, e no exame dos mapas já publicados do Estado da Bahia. O conjunto de cobertura aerofotográfica é baseado nos catálogos da Cruzeiro do Sul, LASA — Petrobrás e Prospec — assim como em elementos formados pela Missão USAID-USGS do Brasil.

As fontes relativas a energia elétrica e do sistema de distribuição de energia foram fornecidas pela COELBA e pela SUDENE.

Na apresentação dos dados, figuram os comentários sobre o uso dos mapas: a — estado atual dos mapas topográficos; b — estado atual das fotografias aéreas; c — estado atual do mapeamento geológico; d — distribuição e localização das ocorrências minerais conhecidas, de importância econômica; e — bibliografia de literatura geológica do Estado da Bahia.

Este trabalho, que vem tendo larga repercussão entre os estudiosos de mineralogia, representa mais um marco da CPE no campo do desenvolvimento regional e da identificação de novas riquezas na Bahia oferecendo instrumentos informativos no setor da investigação geológica do território baiano.



Mais uma razão para você investir na Bahia: além de todos os incentivos, o apoio do Banco do Estado da Bahia

Mais de cinquenta empresas já assinaram carta de opção para instalação de suas fábricas no Centro Industrial de Aratú. Isso representa confiança num mercado em constante expansão e a certeza de um investimento seguro, graças à infra-estrutura dos 140 Km² do CIA: estradas, comunicações, energia, água, mão-de-obra, etc, tudo planejado para atender às necessidades de qualquer indústria.

E existem, também, os incentivos fiscais que tornam ainda mais fácil e econômica a implantação de sua indústria no CIA. Além de todas essas vantagens, as novas indústrias

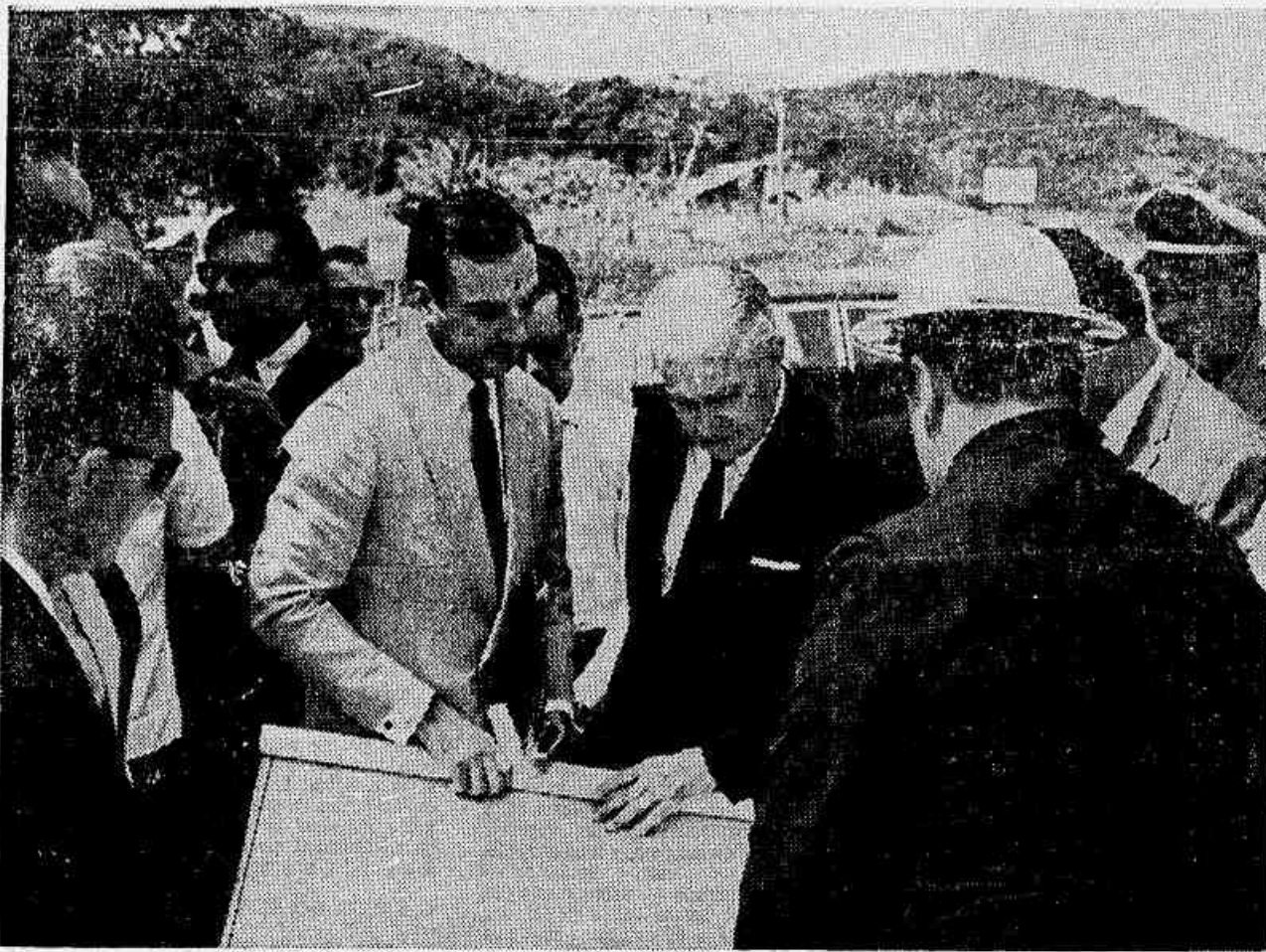
que se instalam na Bahia contam com o apoio do Banco do Estado da Bahia, para as suas operações de cobranças, descontos, financiamento de máquinas e equipamentos nacionais ou importados, ou qualquer outra operação bancária. 52 agências localizadas nas principais cidades baianas, no Rio e em São Paulo, garantem ao BANEBA uma atuação rápida e eficiente, o que representa melhores serviços para você. Então, você ainda tem dúvidas sobre as vantagens de investir na Bahia?

Para maiores informações sobre a Bahia, procure

Banco do Estado da Bahia s.a.
Rua da Assembléia, 83 - Rio
Av. Ypiranga, esq. de 24 de Maio - São Paulo



Centro Industrial de Aratú
Av. Estados Unidos, Ed. BANEBA - Salvador



INTERESSE OFICIAL — O Governador Luiz Viana Filho examina, com o Secretário de Indústria e Comércio, Engenheiro Angelo de Sá, e com o Superintendente do CIA, Engenheiro Rivaldo Guimarães, uma das plantas do Centro Industrial de Aratu

VANTAGENS QUE ARATU OFERECE PARA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Numa área de 140 quilômetros quadrados, junto à Baía de Aratu, a uma distância média de 16 quilômetros de Salvador, o Governo Luiz Viana Filho está implantando, à base de um planejamento global e de um rigor técnico absoluto, o maior complexo industrial do Norte-Nordeste do País: o Centro Industrial de Aratu.

A área destinada ao Centro Industrial de Aratu foi declarada de interesse social, para fins de desapropriação, em novembro de 1964. Um grupo técnico baiano — Empreendimentos da Bahia — foi incumbido de elaborar o seu Plano Diretor de Implantação, oficialmente entregue ao Governo da Bahia a 5 de abril deste ano. Em tão curto prazo, menos de um semestre decorrido, o Centro Industrial de Aratu já representa vultuosos investimentos realizados pelo Estado, na construção de rodovias, barragens, etc. O que antes era uma região, já se apresenta como realidade, com mais de 50 indústrias formalmente comprometidas a se instalarem na sua área, representando conjuntamente investimento superior a Cr\$ 600 milhões, muitas delas já executando obras de instalação, e algumas com inauguração e início de funcionamento programados ainda para o corrente ano.

VANTAGENS

Quais as vantagens e facilidades que o Centro Industrial de Aratu oferece aos empresários brasileiros ou estrangeiros, interessados em instalar novas indústrias?

Em primeiro lugar o terreno. Uma área de 14 mil hectares, de boa condição geológica para construção de indústrias leves, médias ou pesadas, foi declarada de interesse social pelo Governo baiano, para fins de desapropriação, e seus terrenos desse modo estão à salvo da especulação inflacionária. Esses terrenos são vendidos aos empresários interessados a preços realistas e acessíveis. A única contrapartida exigida é que sua destinação obedea aos projetos industriais respectivos. Com a execução do Plano Diretor de Implantação do Centro Industrial de Aratu, esses terrenos são devidamente equipados com todos os serviços industriais básicos.

A água é outra vantagem. A região conta com reservas con-

sideráveis de água de superfície e subterrânea. O Centro Industrial de Aratu assegura, a cada indústria que lá se instalar, o abastecimento de água, nos limites de seu terreno, e conforme o volume previsto no projeto respectivo. Já está construída a barragem de Guipé, com capacidade para 400 milhões de litros. Em dezembro estará concluída a barragem do Guipé, com capacidade para 3 milhões e 500 mil metros cúbicos de água. O Plano Diretor prevê, ainda, o aproveitamento de outros cursos de água, como o Matão, Ipitanga, Poljaca, Cotegipe e Jacaracanga, somente este com uma vazão diária de 35 litros por segundo. Além disso, já foi iniciado o programa de perfuração de poços para aproveitamento de água subterrânea. Estima-se que o lençol de água da Formação São Sebastião tem uma espessura de até 800 metros, e que seu aproveitamento possibilitará a produção de 20 mil litros por segundo numa área de mil quilômetros quadrados. A médio prazo, a construção de uma adutora de oito quilômetros de extensão, através de convênio com a SAER, permitirá a adução, para as indústrias de Aratu, de sete milhões 500 mil litros diários de água. E, como objetivo de longo prazo, já foram iniciados os estudos preliminares para elaboração do projeto da segunda barragem do Rio Joazeiro, cuja vazão total será elevada para 3 mil litros por segundo, suficiente para atender a Salvador e à zona de indústrias pesadas de Aratu. O programa de água subterrânea orienta-se, igualmente, para o atendimento a indústrias pesadas que requerem água com características especiais.

A energia é outra vantagem. A Eletrobrás assumiu responsabilidade total pelas obras de eletrificação no Centro Industrial de Aratu. Uma linha de 3 mil KVA, levando até Aratu a energia de Paulo Afonso, já foi instalada pela CEEB, para atendimento imediato às indústrias em instalação. Está sendo elaborado o projeto da rede de distribuição de eletricidade na área do Centro.

O transporte vem logo depois. A área do Centro Industrial de Aratu é cortada pela rodovia tronco Salvador-Feira de Santana, que se comunica, para o Centro-Sul e para o Norte-Nordeste, através da

BR-116; pelas linhas férreas da Leste Brasileira, que se integram no sistema da Central do Brasil, em Minas Gerais, e da Rede Ferroviária do Nordeste, em Pernambuco; e ainda por extensa rede de outras rodovias. Para acesso direto às indústrias em implantação, o CIA construiu cerca de sete quilômetros de rodovias secundárias. Construiu também a estrada pavimentada ligando a Baía de Aratu à rodovia Salvador-Feira de Santana, e que, proximamente, será estendida até o Aeroporto Dois de Julho. Com isso, alcançar-se-á a integração dos transportes marítimo, rodoviário e aéreo. Para as indústrias pesadas que requerem transporte de cargas pesadas a longa distância, o CIA compromete-se a construir os necessários ramais ferroviários.

O porto: uma firma holandesa de reputação internacional, a Netherlands Engineering Consultants (NEDECO), incumbida de estudar e projetar as instalações portuárias de Aratu, já forneceu os elementos informativos, diretrizes e especificações técnicas para a construção de um grande porto em Aratu, com acesso para navios de grande calado.

Para atender às indústrias em instalação no CIA, por força de convênio já firmado com a Telefones da Bahia S. A. (TEBASA), será instalado até o fim de janeiro de 1968 um sistema de micro-ondas, dispondo de 12 canais com capacidade para 100 ligações. O sistema completo de telecomunicações terá capacidade para mil ligações, pondo as indústrias de Aratu em comunicação com qualquer parte do País ou do exterior. As indústrias em Aratu serão servidas, igualmente, por dois canais de Telex.

Esgoto e lixo: o Plano Diretor prevê a execução da rede de escoamento de águas pluviais, esgotos sanitários e esgotos industriais. O tratamento será realizado, inicialmente, pelo sistema das lagoas de clarificação e estabilização, até que as necessidades crescentes exijam a instalação de uma estação de tratamento. O problema do lixo será solucionado inicialmente através de grandes aterros sanitários. O cumprimento das normas contra poluição da atmosfera e das águas na região é rigorosa exigência do Plano Diretor.

A habitação: com a estrada ligando o porto de Aratu ao

Aeroporto 2 de Julho, colocando o aprazível Bairro de Ilapô a menos de 20 minutos por rodovia asfaltada da cidade industrial, as residências de administradores e técnicos qualificados poderão localizar-se na orla marítima ao Norte de Salvador. O Plano Diretor prevê, na própria área do Centro, a localização de zonas habitacionais, para atender a uma nova e numerosa comunidade. Estão em andamento negociações com o Banco Nacional de Habitação para construção inicial de 750 residências de tipo popular.

A mão-de-obra: em coordenação com a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, está sendo executado um programa de preparação, cadastramento e orientação de mão-de-obra. O CIA poderá fornecer, a qualquer indústria interessada, indicações precisas sobre o mercado local de mão-de-obra, qualificada ou não-qualificada.

● Serviços urbanos: a proximidade de Salvador assegura, à comunidade industrial de Aratu, a prestação imediata dos serviços sociais indispensáveis em qualquer centro urbano, tais como assistência médico-hospitalar, educação, diversões, etc. Independente disso, o Plano Diretor prevê a implantação desses serviços na própria área do Centro, à medida em que a nova comunidade se desenvolver, assegurando-lhe condições de autonomia urbana. O programa de saúde do Centro a cargo da Secretaria de Saúde já está em elaboração, definindo a rede de assistência médica-co-hospitalar na região, partindo, como providência imediata, da instalação de um pronto-socorro e ambulatório, que funcionarão junto à sede de campo do CIA, e será mantido pelo INPS.

● Administração: para executar as obras de implantação do Centro e administrar seu funcionamento, foi constituída uma autarquia, subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio, com a denominação de Centro Industrial de Aratu (CIA). O empenho pessoal do Governador Luiz Viana Filho e a ação do engenheiro Angelo Sá, Secretário de Indústria e Comércio, e do engenheiro Rivaldo Guimarães, Superintendente do CIA, coordenam e impulsionam os trabalhos de construção da cidade industrial baiana.

BAHIA CONSTRÓI, EM ARATU, O MAIOR COMPLEXO INDUSTRIAL DO NORTE-NORDESTE DO PAÍS

A implantação do Centro Industrial de Aratu, planejado para tornar-se, em breve prazo, o maior complexo industrial do Norte-Nordeste do País, representa o coroamento natural da política de industrialização e desenvolvimento sócio-econômico elaborada e posta em prática pelo Governo da Bahia.

Essa política caracteriza-se pela responsabilidade plena assumida pelo Estado de seus deveres de fomentar e orientar o desenvolvimento e o progresso. Caracteriza-se pela capacidade do Estado de planejar racionalmente esse processo, a curto e longo prazo, criando um sistema de instrumentos eficientes, de ação econômica e financeira, para sua execução. Caracteriza-se, ainda, pela harmonia com que poder público e iniciativa privada se incorporam, em esforço comum, para concretização das aspirações comuns de progresso.

A Bahia, integrada na região geo-econômica do Nordeste brasileiro, beneficia-se do mais poderoso sistema de incentivos ao desenvolvimento atualmente em vigor, no mundo Ocidental. A SUDENE, com seus incentivos fiscais (artigos 34/18) e seu programa de investimentos infra-estruturais; o Banco do Nordeste do Brasil assegurando ao empresário privado recursos de baixo custo e longo prazo; o fornecimento de energia elétrica abundante pela CHESF; a facilidade de comunicação com o Centro-Sul através da BR-116 (Rio-Bahia Interiores); e, proximamente, também pela BR-101 (Rio-Bahia Litorânea), formam, em conjunto, uma constelação de fatores propícios aos desenvolvimento e à industrialização.

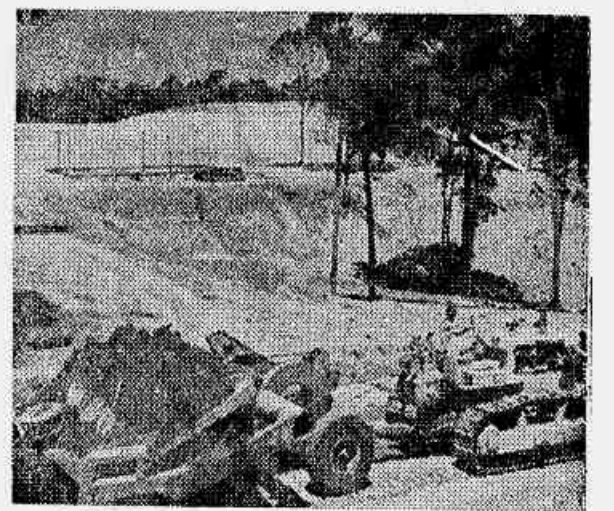
Contudo, os resultados seriam forçosamente minimizados se não houvesse um esforço local, tanto governamental quanto privado, para responder positivamente a esses incentivos e fatores favoráveis. A criação da Comissão de Planejamento Econômico, em 1955, experiência pioneira no planejamento do desenvolvimento em âmbito regional, e a estruturação do Sistema Fundagro, orientando empresas de economia mista para a organização da economia agrícola e do abastecimento, representaram marcos iniciais desse esforço. No plano financeiro, a Bahia aparelhou-se, através do Banco do Estado da Bahia, e, mais recentemente, do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia. Recursos maciços e crescentes foram aplicados, ao longo dos últimos anos, para implantar uma sólida infra-estrutura econômica, construindo milhares de quilômetros de novas rodovias, novos sistemas de eletrificação, de abastecimento de água, etc. O próprio Estado buscou aparelhar a sua máquina administrativa, modernizando-a, racionalizando-a, assegurando condições de maior eficiência e produtividade de seus serviços e investimentos, através da Reforma Administrativa. A Bahia passou a desenvolver, paralelamente, uma atividade promocional mais intensa, mesmo agressiva, identificando oportunidades para inversões de alta rentabilidade e atraindo investidores interessados, em outras regiões do País como no exterior. A Secretaria da Indústria e Comércio, criada pela Reforma Administrativa, assumiu as funções de coordenação e orientação do processo de desenvolvimento industrial, não só na área da Grande Salvador e na zona do Recôncavo, como em outras regiões do interior baiano, através dos Comitês de Desenvolvimento e de outras iniciativas.

Obviamente, a promoção desenvolvida para atrair investidores e empresários teria que centralizar-se nas vantagens que a Bahia oferece, de localização industrial. Essas vantagens, num plano de macroeconomia, manifestavam-se, naturalmente, pela própria posição geográfica da Bahia, como o Estado nordestino mais próximo e com maiores facilidades de comunicação com o Centro-Sul. No tocante aos interesses específicos de cada empresa, de cada indústria, contudo, isto não seria bastante. Daí a formulação, como meta prioritária da política de industrialização, do Centro Industrial de Aratu, representando, para os investidores, a oferta de terrenos de baixo custo e devidamente equipados com serviços industriais.

Entende-se por Cidade, Centro ou Distrito Industrial, um complexo de considerável envergadura de indústrias pesadas, médias e leves, assegurando economicidade e produtividade às inversões do poder público em economias externas, como redução de investimentos e custos operacionais para as próprias indústrias. É isto, precisamente, o que está sendo construído em Aratu, oferecendo, aos investidores interessados, terrenos a preços acessíveis, com serviços de energia elétrica, acessos rodoviários — ou ferroviários, quando necessários — e abastecimento de água nos limites do terreno, mercado de mão-de-obra, comunicações, abastecimento alimentar, além do apoio dos serviços sociais e urbanos representado pela proximidade de Salvador.

Graças a essa política, a Bahia assumiu, firmemente, a liderança nos investimentos industriais, no Nordeste. A participação da Bahia no montante de investimentos autorizados pela SUDENE, para projetos industriais na região Nordeste, foi de 22% em 1963, crescendo para 48% já em 1966. Essa participação destacada mantém-se em 1967, conforme ficou comprovado na recente reunião realizada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, em Montes Claros, Minas Gerais, quando os projetos balanços representaram 45% das novas inversões aprovadas. Mesmo fora dos limites do Centro Industrial de Aratu, os projetos industriais em implantação representam inversões superiores a Cr\$ 100 milhões, incluindo empreendimentos de grande envergadura, como a Companhia Química do Recôncavo, já em funcionamento, ou a Cia. de Carbonos Coloidais, em fase de conclusão. Municípios como Feira de Santana, Conquista, Jequié, Ilhéus-Itabuna, Juazeiro, Jacobina e outros mais, evidenciam condições de autênticos polos de desenvolvimento industrial. Em Aratu, o montante de investimentos industriais já assegurado, em tão curto período, eleva-se a mais de 600 milhões de cruzados novos. A Bahia, mais especificamente a Grande Salvador e o Recôncavo, conforme assinala a missão do BID que, a convite do Governador Luiz Viana Filho, veio planejar o desenvolvimento integrado dessa região, marcha para transformar-se num dos centros dinâmicos da industrialização brasileira.

O Governador Luiz Viana Filho vem empenhando o máximo de esforços e recursos, de potencial administrativo como de prestígio político, para consolidar o Centro Industrial de Aratu como realidade irreversível, desenvolvendo uma política de industrialização que potencializa as possibilidades de progresso do Estado da Bahia, integrando-o numa nova e brilhante realidade.



O PRIMEIRO PASSO — Tratores concluem as obras de terraplenagem da parte onde a MABASA se instalará

NOVAS INDÚSTRIAS EM ARATU

Menos de um semestre decorrido desde a entrega oficial, ao Governo da Bahia, do Plano Diretor de Implantação do Centro Industrial de Aratu, já 51 indústrias, representando investimento global da ordem de Cr\$ 649 milhões, estão formalmente comprometidas a se instalar na região, com terrenos adquiridos ou cartas de opção assinadas, reservando áreas para execução de seus projetos. Dessas 51 indústrias, pelo menos 11 já iniciaram obras de implantação, algumas com inauguração programada ainda para este ano. O vulto dos investimentos industriais que se erguem, junto às obras de infra-estrutura que o Governo vem executando, como também o afluxo incessante de empresários e investidores interessados, buscando informações, examinando terrenos, encaminhando projetos, evidenciam a envergadura que já assumiu o Centro Industrial de Aratu, ainda na sua fase inicial.

Relacionamos, em seguida, as indústrias em instalação ou comprometidas a se instalar em Aratu, especificando montante de investimentos, linhas de produção e situação de cada projeto:

1. ACINBRA — Artefatos de Cimento Nordeste Brasileiro S. A. — Cr\$ 300 mil, artefatos de cimento.
2. Aços do Brasil S. A. — Cr\$ 10 milhões, laminação a frio, projeto tramitando na SUDENE, obras iniciadas.
3. Agro-Refinações Indústria e Comércio S. A. — REFINA — Cr\$ 2 milhões, beneficiamento de cereais, em instalação.
4. ALCAN — Alumínios do Brasil S. A. — Cr\$ 8 200 000,00, projeto de instalação tramitando na SUDENE — cabos de alumínio.
5. Alfred Nordeste S. A. — Cr\$ 2 milhões, indústria de vestuário.
6. Allis Chalmers Meg Company — Cr\$ 8 100 000,00, sistema rodante de tratores.
7. Asfaltos Emulsionados da Bahia S. A. — Cr\$ 700 mil,

emulsão asfáltica, aditivo para betão, inibidores de corrosão.

8. BATOR — Cia. Baiana de Motores S. A. — Cr\$ 2 milhões, motores diesel.

9. Brastemp do Nordeste S. A. — Cr\$ 4 milhões, refrigeração comercial.

10. CAREL — Indústria e Comércio de Melas Ltda. — Cr\$ 8 milhões, melas para homens e senhoras.

11. Celanese Tecelegem do Brasil S. A. — Cr\$ 1 700 000,00, tecidos e fios de nylon, projeto aprovado na SUDENE.

12. Cia. Brasileira de Produtos Químicos, Cr\$ 400 mil, produtos químicos.

13. Cia. de Cimento Uatã da Bahia, Cr\$ 30 milhões, cimento Portland.

14. Cia. Industrial de Filmes Dufil, Cr\$ 13 milhões, filmes virgens.

15. Cia. Industrial Novopan, Cr\$ 6 milhões, conglomerados de madeira, em instalação.

16. Cia. de Painéis e Fibras do Nordeste, Cr\$ 1 700 000,00, painéis e fibras de cimento, projeto tramitando na SUDENE.

17. Concreto Premix da Bahia S. A. — Cr\$ 300 mil, concreto pré-misturado.

18. Consolidated Eletrônicos, Cr\$ 8 milhões, equipamentos eletrônicos.

19. Cyanamid Química do Nordeste S. A. — Cr\$ 60 milhões, inseticidas, laminados plásticos e papel decorativo.

20. ESPREC S. A. — Estruturas pré-moldadas, Cr\$ 1 500 000,00, produtos de concreto centrifugado e protendido, em instalação e com produção já iniciada.

21. FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S. A. — Cr\$ 40 milhões, fibras sintéticas.

22. Gatnor S. A. — Cr\$ 500 mil, calçados infantis, projeto aprovado pela SUDENE.

23. Icesa S. A. — Cr\$ 2 025 000,00, mármore e derivados.

24. Indústria Campineira de Cerâmica S. A. — Cr\$ 5 milhões, casas pré-fabricadas.

25. Indústria Automotora do Nordeste S. A. — Fábrica de Chassis, Magirus Deutz, — Cr\$ 17 500 000,00, chassis para ônibus, obras em fase de conclusão.

26. Indústria de Parafusos Eloko S. A. — Cr\$ 2 milhões, parafusos em geral.

27. Indústria e Comércio de Aparelhos de Precisão 3-G, — Cr\$ 250 mil, aparelhos de precisão.

28. INQUINOR — Indústria Químicas do Nordeste Ltda. — Cr\$ 300 mil, fitas para máquinas de escrever e calcular, em instalação.

29. Instalux Nordeste S. A. — Cr\$ 3 100 000,00, luminárias, ferragens, material elétrico, torções para linhas de transmissão.

30. J. Alves Veríssimo S. A. — Indústria, Comércio e Importação, Cr\$ 2 milhões, pilhas elétricas.

31. MABASA — Madeiras da Bahia S. A. — Cr\$ 3 600 000,00, laminados de madeira de lei, em instalação.

32. Madeplan do Nordeste S. A. — Cr\$ 7 500 000,00, conglomerados de madeira, projeto tramitando na SUDENE.

33. Magnotape S. A. — Cr\$ 1 300 000,00, fitas áudio-vídeo.

34. METALIN — Metalúrgica Independência, Cr\$ 400 mil, fundição, máquinas, furadeiras, prensas, esmeris etc.

35. NAPEL — Napes e Pêles, Cr\$ 1 milhão, napas e peles.

36. NORDISA — Nordeste Industrial S. A. — Cr\$ 11 milhões, fioção e tecelagem de popeline crua, em instalação.

37. NORSPARK — Indústrias Reunidas S. A. — Cr\$ 1 200 000,00, montagem de rádios Telespark.

38. OIAMETA — Organização Industrial e Artefatos Metálicos S. A. — Cr\$ 1 milhão, artefatos metálicos.

39. PAN — Produtos Alimentícios do Nordeste S. A. — Cr\$ 5 milhões, beneficiamento de cereais.

40. Paskin S. A. — Cr\$ 30 milhões, produtos petroquímicos, projeto aprovado pela SUDENE.

41. Postes do Nordeste S. A. — Cr\$ 1 400 000,00, postes e artefatos de cimento, obras em fase de conclusão e produção já iniciada.

42. PROFERTIL — Empresa de Produtos Químicos e Fertilizantes, Cr\$ 2 500 000,00, ácido sulfúrico e fertilizantes.

43. REIVAX — Indústria de Plásticos, Cr\$ 500 mil, calçados plásticos.

44. Robert Bosch do Brasil Ltda. — Cr\$ 6 milhões, autopeças.

45. Safron S. A. — Cr\$ 37 412 000,00, fibras sintéticas, polyester, projeto aprovado pela SUDENE.

46. SIBRA S. A. — Eletro-siderúrgica Brasileira, Cr\$ 20 milhões, ligas de aços especiais, em instalação.

47. Termoliga — Termoligas Metalúrgicas, Cr\$ 3 200 000,00, ferragens especiais, em instalação.

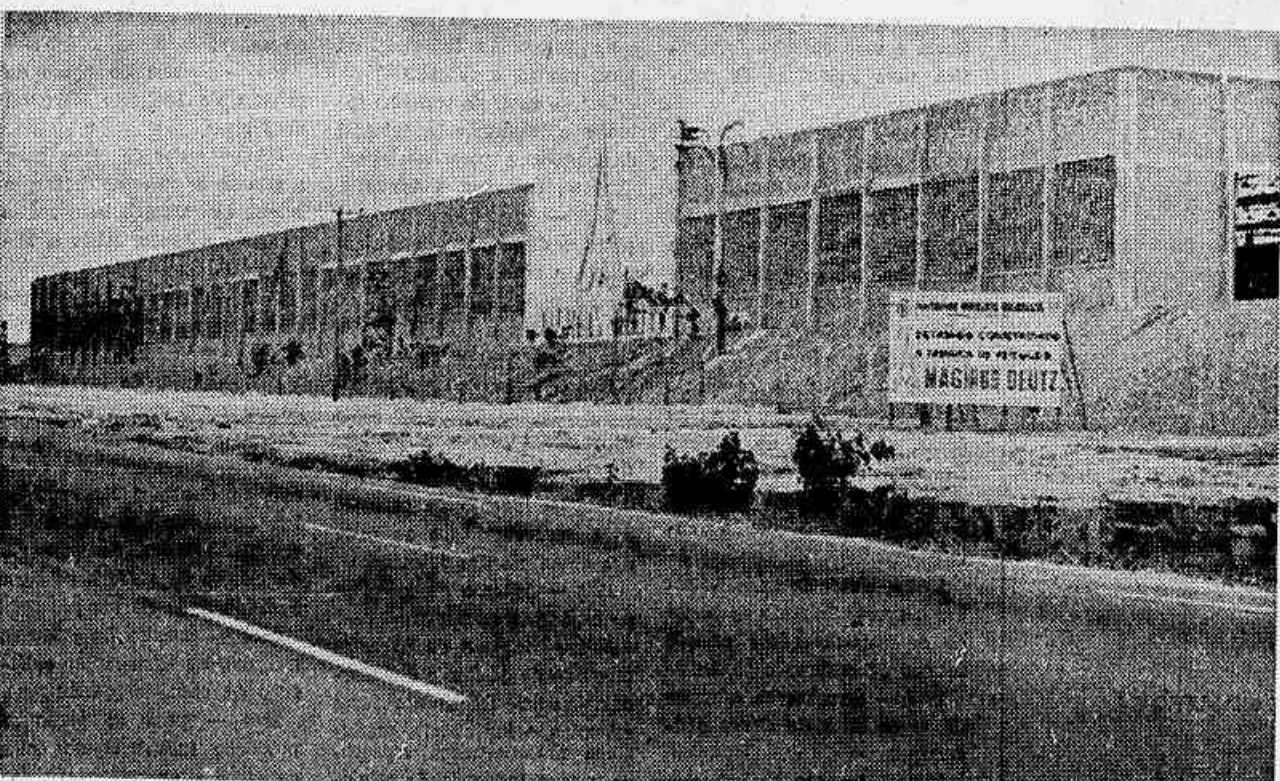
48. TUPERBA — Tubos Perfurados da Bahia S. A. — Cr\$ 3 400 000,00, tubos galvanizados, projeto aprovado pela SUDENE.

49. USIBA — Usina Siderúrgica da Bahia S. A. — Cr\$ 175 milhões, laminados planos, projeto liberado pela SUDENE.

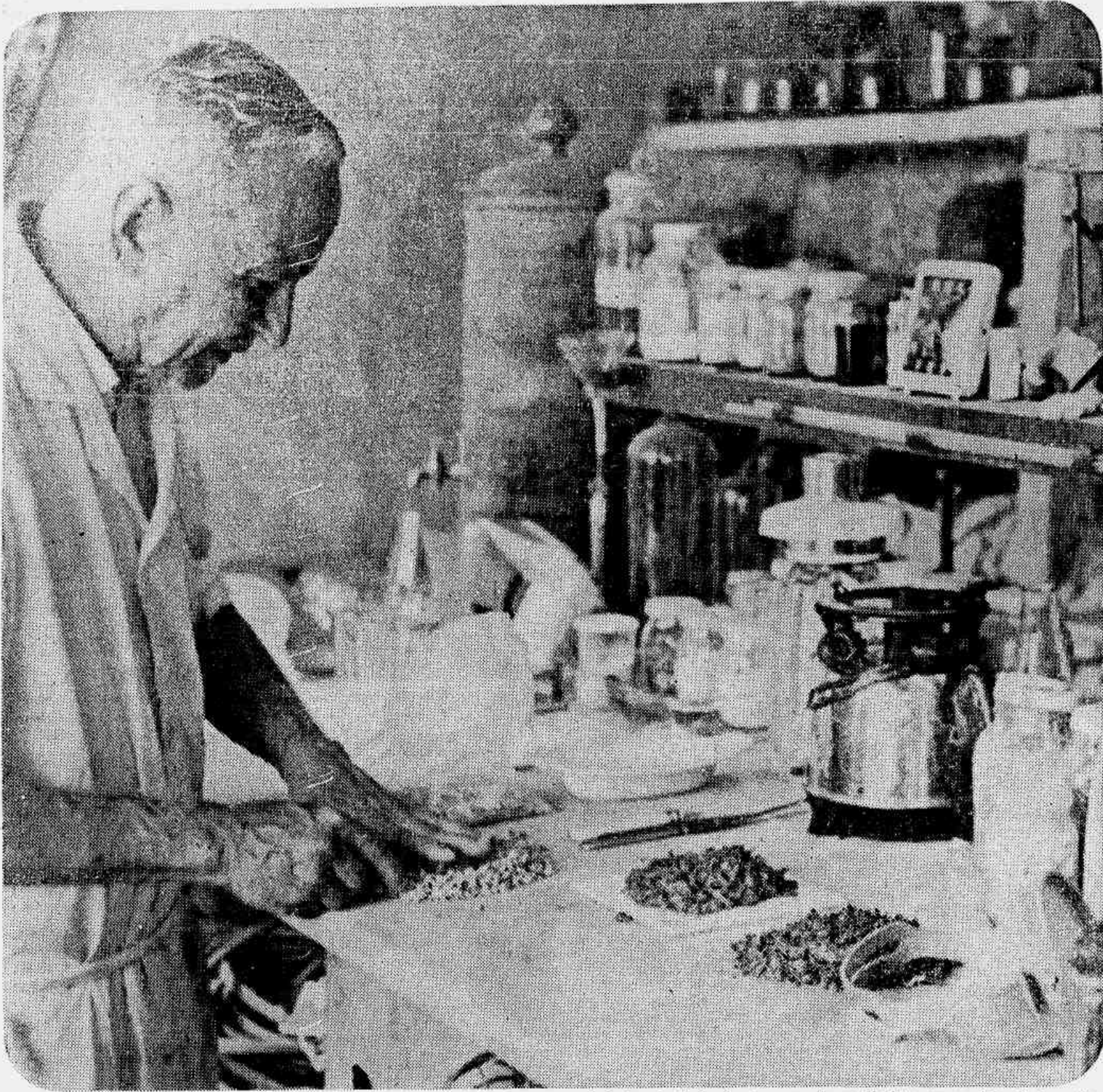
50. Vigorelli do Nordeste S. A. — Cr\$ 650 mil, máquinas de costura, projeto aprovado pela SUDENE.

51. Work S. A. — Cr\$ 8 milhões, medidores de água e luz.

52. SIGMA S. A. — Indústria de Metalurgia e Caldeafiação — Fornos Industriais.



O BOM EXEMPLO — A instalação da Indústria de Automotores do Nordeste S/A na CIA já está em fase de conclusão



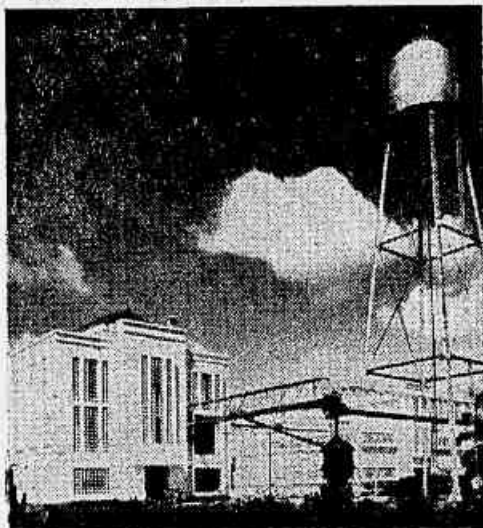
José Augusto Farias inventa pensando no Nordeste em seu laboratório modesto

“Nós Também Somos Paisagem do Nordeste”

Povo e solo do nordeste na vida da SANBRA estão, meio século de lutas sisal, mamona, algodão. Desde o ano dezanove esta terra é nosso chão e cada trabalhador do nordeste, nosso irmão.

Desde o Rio Grande do Norte Pernambuco e Ceará Paraíba e mais Bahia o nome da SANBRA está. Somos unidos no nome e no esforço pioneiro - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

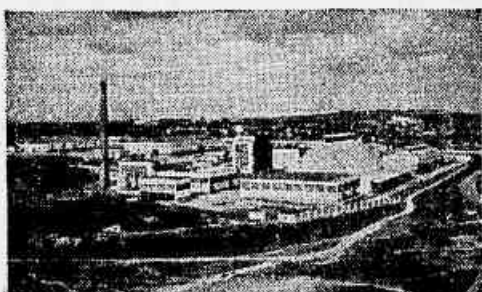
Usina de Ararias, Recife



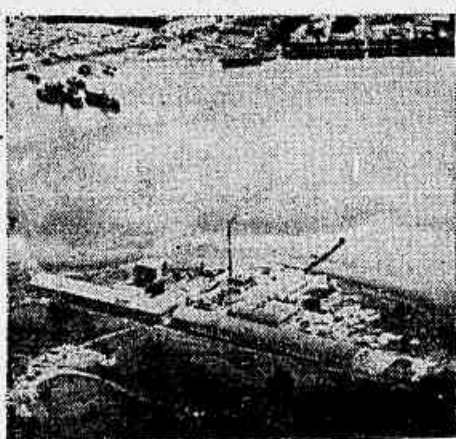
Plantação de sisal



Usina de Campina Grande, Pb



Cultura do Algodão Usina de Lobato, Salvador



SANBRA
SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S.A.

AOS OLHOS DE SEU INVENTOR O NORDESTE NADARÁ EM OURO COM CELULOSE ADUBO E RAÇÃO

Recife (Sucurs) — O desenvolvimento do Nordeste tem o seu apóstolo: José Augusto de Farias, 67 anos, funcionário modesto do Ministério da Agricultura, inventor e pesquisador. Ele, há mais de 40 anos, que fez de sua vida uma luta pelo aproveitamento dos vegetais da região no fabrico de celulose, adubo e ração. E na defesa de suas teses, o Professor — como gosta de ser chamado —, prova o que diz. No seu laboratório já foram feitos papel das fibras de caroi, agave e macambira; madeira sintética até do abacaxi e da banana; e adubo e ração de qualquer um dos vegetais xerófilos que dominam a paisagem do sertão.

O VALOR DO OURO

— Meu filho — frisa José Augusto — o Nordeste pode virar ouro. Sua vegetação fará do Brasil o maior produtor de celulose do Mundo. O potencial está aqui, só basta ser aproveitado. Por enquanto o negócio é meio difícil, porque há muitos grupos interessados em que continuemos esquecidos.

Mas o Professor, que é um homem teimoso, não se curva diante dos obstáculos. Já em 1936 ele se contrapôs ao Plano Mundial de Madeiras Têxteis; em trabalho publicado pelo Governo Getúlio Vargas, pregava que no Brasil a planta dos vegetais fibrosos devia ser feita no sentido horizontal, e não vertical, como determinava o Plano.

E explicava: — o nosso País, principalmente no Nordeste, tem vastas áreas livres, onde florescem muitos dos vegetais propícios ao fabrico de celulose, que não passam de arbustos. Sendo assim, é mais que normal que os usamos, ocupando estas áreas inaproveitadas, em contraposição ao Plano para as áreas fibrosas de outras regiões, que como o pinheiro e outros vegetais suntuosos, ocupam espaço horizontal e devem ter restritas as suas áreas de plantação.

O VALOR DA LUTA

Hoje ele ainda continua lutando por suas teses, ao mesmo tempo em que vai fazendo inventos e descobrindo novidades. Agora mesmo acaba de inventar uma máquina de descorticar o feijão maciço — feijão-de-corda — cuja proteína, que isolou, vai ser utilizada, pelo Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, na alimentação de crianças.

E, há bem pouco tempo, recebeu da SUDENE, como prêmio pelos seus esforços, o modelo-piloto da máquina, que planeja, de desfiar caules, folhas e refugos agrícolas e industriais de vegetais, para a extração da matéria-prima da celulose e papel.

A máquina foi considerada como uma das mais completas no seu ramo, pois corta o vegetal, esmaga, desfiar e separa a fibra destinada à celulose dos elementos parenquimatosos e líquidos, que se prestam ao fabrico de forragem e de adubo. Nela se consubstancia o sonho do Professor: a extração paralela da celulose, da forragem e do adubo, tendo por matéria-prima os arbustos nordestinos, principalmente os do Sertão.

O VALOR DO HOMEM

As dezenas de inventos e pesquisas de José Augusto de Farias caíram no domínio público. Nada ficou para ele, que se sente feliz em doar os seus trabalhos à população. E quem quiser que os aproveite. E o que já está sendo feito. Já há no Nordeste algumas fábricas de papel cujos princípios de extração da celulose são baseados nos estudos do Professor.

Mas, apesar disso, o velho inventor anda um pouco triste, porque a Prefeitura do Recife prometeu melhorar o seu pequeno laboratório e, até agora, nada foi feito. O problema é que não há acomodações razoáveis para os técnicos e industriais estrangeiros que o visitem frequentemente. E o Professor fica meio chateado em receber aquelas altas figuras em ambiente tão modesto.

Ele mora no próprio laboratório desde abril do ano passado, quando sua mulher morreu, depois de 42 anos de vida em comum. Para isso ajeitou uma água-furtada — entre o fóro e o telhado — de 3 x 3 metros, onde tem sua cama e alguns livros. A noite, com saudades de sua companheira, se lembra três a quatro vezes. Apela, então, para as pesquisas, o que lhe abrandava a dor.

O resto da casa, no bairro popular de Engenho do Meio, — o laboratório fica nos fun-

dos — entregou à filha casada, pois não consegue passar muito tempo ali, sem recordar, com tristeza, que Dona Eulália partiu. A sua alegria, agora, são seus netos, que brincam com os inventos, mexem em tudo e se interessam pelas pesquisas do avô. Tanto os do Recife, como os de Curururu, pois o Professor tem outra filha casada que mora naquele Município.

O VALOR DO ESFORÇO

José Augusto de Farias casou, em 1922, com Dona Eulália Falcão — sobrinha da mulher de Delmiro Gouveia, o pioneiro da industrialização do Nordeste — fixando residência em Pesqueira, onde instalou, um ano depois, o seu primeiro laboratório. Ali fez os seus primeiros inventos, entre os quais uma objetiva fotográfica e uma retícula, construídas de modo original, que permitiram a construção econômica e eficiente de máquinas destinadas à fotogravura. Logo ficou conhecido na Cidade e, em 1925, já era Procurador-Geral do Município, embora só tivesse como título o curso secundário. Em 1930 passou a dirigir a seção técnica da Usina Termoeletrica de Pesqueira, cargo que ocupou durante nove anos, quando passou a ser funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, após elevar-se, em todo o Nordeste, com o invento da primeira máquina de desfiar caroi no Brasil.

Um novo invento, a máquina de despachar fibras, que veio solucionar o problema do amarelamento do caroi e de outras fibras nacionais, lhe valeu um contrato, em 1945, no Ministério da Agricultura, como técnico especializado no beneficiamento de fibras de caroi. Aquela altura o Professor já havia sido premiado duas vezes pela Presidência da República. A primeira, em 1939, com NCr\$ 10.000, como uma homenagem do Governo Vargas pelo invento da máquina de desfiar caroi. A segunda, em 1945, com NCr\$ 40.000 — “era dinheiro que não acabava mais” — pela sua máquina de despachar fibras. Na época comandava a Nação o General Eurico Gaspar Dutra, hoje Marechal.

O VALOR DAS FIBRAS

Agora as dezenas de outros inventos — a maioria realizada no Recife, onde passou a morar em 1940 — José Augusto de Farias promoveu e realizou várias campanhas de caráter nacional pelo aproveitamento das fibras vegetais do Nordeste, inclusive a do avelós africano, planta que, atualmente, só tem uma finalidade: servir de cerca em quase todas as propriedades rurais do Agreste e do Sertão.

E do avelós o Professor extraiu 41 produtos, entre os quais a soma-rezina, grandemente procurada no mundo da indústria, e a matéria-prima para o fabrico de borracha sintética, o que é viável, segundo opinião do Prêmio Nobel de Química, de 1964, Dr. Herman Mark. O mesmo material serve, ainda, de acordo com as pesquisas do inventor, para a campanha de reflorestamento do País, “pois, podendo ser usada como lenha combustível, deixará de lado a utilização das grandes árvores e, portanto, evitará a causa da devastação das nossas florestas.

No Recife, o Professor elaborou a tese sobre Celulose de Plantas Têxteis e Outras do Brasil, em que garante o fabrico de papel de imprensa mais forte e de melhor qualidade que os importados, com o emprego de uma composição de fibras de cana-de-açúcar e sisal. Fez, ainda dezenas de outros trabalhos e inventos, inclusive a máquina de desfiar caules, folhas e refugos agrícolas e industriais de vegetais, mandada construir pela SUDENE.

Agora o Professor José Augusto de Farias — um velhinho sorridente, de voz rouca — está se dedicando ao fabrico experimental de madeira sintética, com o aproveitamento de plantas xerófilas do Sertão. Apesar disso tudo, do seu empenho e esforço, ele continua a ser funcionário nível 12 do Instituto de Pesquisas e Experiências Agrícolas do Nordeste, repartição do Ministério da Agricultura. Mas não desanima: para dar prosseguimento aos seus trabalhos, conseguiu, até, vencer a cegueira traumática que lhe dominou após a morte da mulher, a cuja memória, hoje, dedica toda a sua luta, uma batalha quase despercebida, embora gigantesca, pelo desenvolvimento da Região. Nos seus 67 anos, José Augusto é um jovem alegre quando fala no progresso e um viúvo triste quando se recorda de sua companheira, Dona Eulália Falcão Farias.

HISTÓRIA

De 1923 a 1967, o Professor José Augusto, que dedicou sua vida ao desenvolvimento do Nordeste, realizou os seguintes trabalhos:

- 1923 — invento de uma retícula e uma objetiva fotográfica para máquinas de fotogravura;
- 1924 — invento de inversão de princípios cinematográficos;
- 1936 — autor de trabalho sobre aproveitamento do avelós africano, para celulose, pópa mecânica, tanino e forragem;
- 1936 — autor de tese sobre celulose de plantas têxteis e outras do Brasil;
- 1936 — autor de tese pelo aproveitamento de grandes áreas, no cultivo de vegetais fibrosos, contrapondo-se aos princípios divulgados pelo Plano Mundial de Madeiras Têxteis;
- 1938 — autor de trabalho sobre o aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar para o fabrico de celulose e papel;
- 1938 — descobre as propriedades do látex do avelós africano;
- 1939 — invento da primeira máquina de desfiar caroi, no Brasil;
- 1943 — invento do processo

- de desidratção e caramelização da cana-de-açúcar;
- 1945 — invento de processo para a serragem de granito, mármore e arenito;
- 1945 — autor de tese sobre o aproveitamento industrial da jacá, manga e abacaxi;
- 1945 — autor de trabalho sobre o aproveitamento integral da banana para tecelagem, celulose, forragem e adubo;
- 1946 — invento de processo pioneiro de separar, mecanicamente, a bucha fibrosa do agave, do parênquima e seiva do vegetal, para o fabrico de celulose, forragem e adubo;
- 1946 — autor de trabalho sobre o aproveitamento de todos os resíduos sólidos e líquidos dos curtiúmes;
- 1946 — invento de processo para aproveitamento do calor das chaminés das fábricas;
- 1948 — invento da máquina de espachar fibras;
- 1951 — invento da primeira máquina de desfiar e desmedular caules, folhas e refugos agrícolas e industriais, produzindo matéria-prima específica para a indústria de celulose e papel (modelo-piloto mandado construir, no ano passado, pela SUDENE);

- 1951 — pioneiro na utilização do processo de produção da fibra do agave e de outras fibras duras;
- 1953 — autor de trabalho sobre o aproveitamento integral do agave;
- 1955 — autor do plano de criação do Instituto Nacional de Fibras;
- 1956 — autor de plano para a criação de veículos de tração mista, elétrico-diesel, hoje muito usados no Japão, Itália e Estados Unidos;
- 1956 — autor do plano nacional de eletrificação das rodovias;
- 1956 — autor do trabalho O Avelós como Subsídio ao Reflorestamento do Nordeste;
- 1957 — autor de plano, enviado ao Conselho Nacional de Pesquisas, sobre o emprego da energia atômica na extração de cloreto de sódio e de água doce da água do mar;
- 1962 — invento da primeira máquina de desmedular o bagaço da cana-de-açúcar;
- 1964 — autor do plano de produção industrial do caldo de carne vitaminado;
- 1966 — invento da primeira máquina de descorticar feijão maciço e outro

CODEC FAZ OS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

Mais de 30 perfis de oportunidades industriais, dos quais nove já foram transformados em projetos, representando investimento total de NCr\$ 11 milhões, 393 mil e 970, e oferta de emprego estável para 465 trabalhadores, já foram elaborados pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará (CODEC).

A informação prestada pelo Superintendente da CODEC, engenheiro Raul Cobral Sâ, acrescenta que, ao mesmo tempo, a Companhia tem participado do esforço de desenvolvimento industrial do Ceará, subscritendo ações de 17 empreendimentos industriais, canalizando NCr\$ 1 milhão, 256 mil, 426, para um investimento global de NCr\$ 14 milhões, 760 mil e 38, que proporcionou a criação de 1.856 novos empregos no Estado.

No setor de auxílio ao desenvolvimento da pequena e média empresa, a CODEC efetua, através de sua subsidiária, a CODECIP, 126 contratos de assistência financeira no valor total de NCr\$ 2 milhões, 214 mil e 478, segundo esquema de trabalho que permite às empresas de pequeno e médio porte a superação das dificuldades naturais que encontram para se beneficiar dos incentivos oferecidos pelo poder público para o desenvolvimento do Nordeste.

Estes dados revelam apenas uma parcela das atividades da CODEC no incentivo ao desenvolvimento econômico do Ceará, pois amplos esforços têm sido realizados pela Companhia que foi criada com vistas a atingir três objetivos básicos: a) identificar oportunidades industriais e convertê-las em projetos para implantação de novas indústrias ou ampliação das existentes; b) prestar assistência financeira através de esquemas de investimento e financiamento; e c) criar condições infra-estruturais, através da implantação de áreas industriais.

OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

Os perfis elaborados pela CODEC destinam-se a fornecer ao investidor privado os elementos básicos indispensáveis à escolha do ramo industrial adequado. Cada perfil demonstra a exequibilidade do empreendimento através da defini-

ção dos diversos fatores locais, determinando ainda as condições de atendimento às necessidades relacionadas com matéria-prima, mão-de-obra, mercado consumidor e produtor, tecnologia, volume de investimento, esquema de fontes e usos de recursos e rentabilidade.

Os 30 perfis levantados pela CODEC, dos quais nove já são projetos implantados ou em fase de implantação, localizam oportunidades industriais no Ceará distribuídas pelos seguintes setores da indústria: alimentos, curtume de couro, curtume de peles, malhas de nylon para bancas, rega balanceada, industrialização da mandioca, borracha para recapagem de pneus, sacos de papel, fertilizantes, soda cáustica, fiação de fios grossos, fiação e tecelagem de fios finos, acumuladores elétricos, papel de embalagem, carrocerias metálicas para veículos, inseticidas, sacos plásticos, cimento, extrusão de alumínio, implementos agrícolas, cutelaria, parafusos, fechaduras e dobradiças, roupas brancas, sucos de frutas, zipeta e industrialização da cal.

EMPRESA	INVEST. TOTAL	ART. 34-B	CODEC EMPREGOS
MECESA	2.192.100	580.000	100.000
PROTECTO	1.220.944	540.000	100.000
FINURA	145.000		40.000
CILA	1.400.000	515.000	132.500
LUMAX	750.000	160.000	70.000
CARIRI	1.265.000	1.028.000	118.000
CINPELCO	3.200.000	1.275.000	175.000
IPLAC	420.000	110.000	50.000
SOCIL	800.926	400.000	63.000
TOTAIS:	11.393.970	4.608.000	848.500

PARTICIPACAO ACIONARIA

Dentro do esquema e participação acionária, a CODEC já participou de 17 empreendimentos industriais com a parcela de NCr\$ 1 milhão, 256 mil e 426 para um investimento global de NCr\$ 14 milhões, 760 mil e 38, proporcionando 1.856 novos empregos.

Obedecendo à mesma sistemática de ação, os setores es-

NOVAS INDUSTRIAS

As novas unidades fabris do Estado, oriundas dos projetos da CODEC, representam um investimento total de NCr\$ 11 milhões, 393 mil e 970, dos quais a participação com recursos dos artigos 34/18 da SUDENE atinge NCr\$ 1 milhão e 608 mil, cabendo à CODEC participar dos empreendimentos com NCr\$ 848 mil.

Os projetos da CODEC de nova ordem são as seguintes empresas: Metalgráfica Cearense S.A.; Protecto S.A. (tintas e vernizes); Finura (fábrica de dentes); Cia. Industrial de Latifícios do Ceará (Cila); ERA-SILIT — Cia. Cearense de Produtos de Cimento Amianto; LUMAX — Plásticos S.A.; Cariri Industrial de Óleos S.A.; Cia. Industrial de Pó e Corros (CINPELCO); Indústria Plástica Cearense S.A. (IPLAC) e Cia. Cearense de Rações (SOCIL).

O quadro abaixo demonstra o total do investimento de cada empresa, os recursos oriundos dos artigos 34/18 e a participação da CODEC no empreendimento, bem como, os empregos novos criados.

mais 2.872 empregos estáveis no Ceará.

CODECIP GARANTE PEQUENA EMPRESA

A CODECIP, subsidiária da CODEC que exerce ação supletiva em relação ao esquema geral de assistência financeira às empresas, já firmou 126 contratos de financiamento a pequenas e médias empresas num valor total de NCr\$ 2 milhões, 214 mil e 478, utilizando, até agora, uma linha de crédito formada apenas com recursos próprios.

A CODEC — Investimentos e Financiamentos S.A. exerce a atuação da CODEC no campo do financiamento assistido a formar capital de trabalho permanente das empresas, empréstimos para financiar ativo fixo de indústrias em instalação ou ampliação e concessão de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos industriais.

As atividades da CODECIP visam possibilitar à pequena e média empresa o acesso às fontes de financiamento industrial atuando como organismo de nível intermediário de assistência às indústrias de pequeno e médio portes.

Através do Diagnóstico de Gestão Identifica as anomalias técnicas responsáveis por deficiências econômicas ou tecnológicas nas empresas, aponta as soluções e se transforma, assim, num instrumento capaz de facilitar a ação impulsionalizadora da iniciativa privada no setor industrial.

UM DISTRITO SÓ PARA INDUSTRIA

Em Mondubim, nas proximidades de Fortaleza, a CODEC localizou a área mais adequada para a implantação do I Distrito Industrial do Ceará, reunindo condições especiais para a concentração de novas indústrias. O Distrito, obra de significativa importância para a economia do Estado, tem merecido a orientação de todas as esforços da Diretoria da CODEC e, particularmente, de seu Superintendente, engenheiro Raul Cobral Sâ.

Atualmente o Distrito apresenta um avançado estágio,

com expressivas realizações, especialmente relacionadas com energia elétrica, pavimentação, comunicações telefônicas, aviação de comércio, financiamento de mil unidades habitacionais e indenizações das áreas desapropriadas.

A subestação com capacidade para 10 mil kVA já se encontra instalada, e foi pavimentada uma área de 100 mil m², dos 130 mil projetados para a primeira etapa de implantação do Distrito. Dez novos empregos já selecionaram reservas de área no Distrito, abrangendo 33.570m² e revelando o significado econômico e a aceitação do mais importante empreendimento da ... CODEC. No presente exercício, a CODEC vai investir ainda NCr\$ 847 mil em obras de implantação do Distrito.

CODEC E O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

Ao analisar os resultados alcançados pela CODEC, seu Superintendente, Sr. Raul Cobral Sâ, afirmou que "o desenvolvimento econômico do Estado não atingiu ainda condições de auto-sustentação. Todavia a ação da CODEC, conjugada a outros esforços, proporcionou ao Estado os pré-requisitos necessários para permitir que os fatores dinâmicos até agora gerados pelo desenvolvimento do sistema sirvam de apoio à continuidade do processo", e salientou que o dever da CODEC é "fortalecer as posições alcançadas, estimulando, através da crescente diversificação, o desenvolvimento industrial".

Chamou a atenção para a alta expressividade das reais vantagens locais do Ceará e dos incentivos financeiros e fiscais proporcionados através da CODEC, que, na qualidade de agência estadual de desenvolvimento, tem alcançado sucessos que se traduzem numa posição irreversível e suficiente para assegurar ao Estado maior capacidade de decisão nos destinos de sua economia, proporcionando "melhoria de padrão material e de cultura para a vida da população desejosa de trabalhar e vencer".



HARMONIA DE DIRIGENTES — O Ministro dos Transportes, Coronel Múrio Andreazza, e o Presidente da Companhia Docas do Ceará, engenheiro Raul Cobral Sâ, durante um encontro em Fortaleza

DOCAS DO CEARÁ MELHORA O PÔRTO DE FORTALEZA

A Companhia Docas do Ceará, empresa de economia mista, está executando, com a ajuda do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, várias obras para ampliar o Pôrto de Fortaleza (Mucuripe), de modo a adaptá-lo às exigências do progresso do Nordeste e assegurar maior e melhor atendimento aos usuários.

Os trabalhos visando a melhoria do Pôrto compreendem o alargamento do canal, a construção de novos armazéns e de uma estação de passageiros, a desobstrução do canal de acesso, o prolongamento das linhas férreas de acesso rodoviárias e a instalação de mais guindastes, empilhadeiras e de um sugador de grãos sólidos.

MEDIDAS

As obras em execução fazem parte das medidas adotadas até agora pela Companhia Docas do Ceará, que passou a administrar o Pôrto de Mucuripe em 1965, e a lutar para que fosse melhor equipado e tivesse capacidade de participar mais ativamente do esforço de desenvolvimento do Nordeste.

A par da ação da Companhia Docas do Ceará, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis executa no momento as seguintes obras: construção da Estação de Passagem, orçada em NCr\$ 420 mil; Armazém A-3, orçada em NCr\$ 320 mil; Armazém A-4, orçada em NCr\$ 320 mil e construção de 160 metros de calis acostável, orçada em NCr\$ 1.950 mil.

Para executar tais melhorias, além da ação da Companhia Docas do Ceará, o Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Almirante Luis Clóvis de Oliveira, teve atuação destacada, empenhando-se para a mobilização de recursos e o pleno andamento dos serviços.

E contando com a sua atuação, a Companhia Docas do Ceará levará adiante o plano de expansão do pôrto, que compreende serviços a curto, médio e longo prazo, todos dentro de um critério racional, que visa tornar o pôrto cearense um dos melhores da região.

PLANO

O plano de expansão do Pôrto de Mucuripe, organizado pela Companhia Docas do Ceará, compreende os seguintes itens:

Serviços em Andamento: construção de mais 160 metros de calis acostável com calado de 33 pés; construção de mais dois armazéns internos, com área total de 12 mil m²; desobstrução do canal de acesso com a retirada da draga San Pedro; instalação de um sugador para grãos sólidos; aparelhamento com guindaste com capacidade de 25 toneladas; aquisição de dois rebocadores; aparelhamento com duas empilhadeiras, com capacidade, cada uma, de dez mil libras e aparelhamento portuário geral.

Obras a Curto Prazo: construção da esta-

ção rebaxadora; construção da rede elétrica; construção do pier petroleiro; prolongamento de linhas férreas; prolongamento de acessos rodoviários; serviços de dragagem; construção de dois armazéns de 1.^a linha, com área de 12 mil m²; aparelhamento com dez guindastes; aparelhamento com tratores sobre rodas e carretas; aparelhamento com caminhões de grande capacidade; construção de um cais pesqueiro, com frigorífico e parque industrial correpondente; construção e instalação do Corpo de Bombeiros e do parque ferroviário.

Obras a Longo Prazo: construção de mais 390 metros de calis acostável; construção do parque de minérios; construção de oito armazéns internos; construção de pátios de armazenamento; aparelhamento com cabrea de 50 toneladas; aparelhamento com guindastes de pórtico e de alta tonelagem; construção de armazéns externos; aparelhamento com veículos de transporte e dragagem permanente.

IMPORTANCIA

Com a execução desse Plano de Expansão, a Companhia Docas do Ceará pretende fazer crescer a importância do Pôrto de Mucuripe, cuja movimentação de carga até junho de 1967 atingiu um total de 487 mil toneladas, sendo 392 relativas à importação e 95 relativas à exportação.

Essa movimentação em 1966 atingiu um total de 758 toneladas, sendo 613 relativas à importação e 145 à exportação. Em 1965, o total foi de apenas 582 mil toneladas — 479 importação e 103 exportação —, dado que serve para revelar o crescimento da capacidade de atendimento no Pôrto de Mucuripe.

A frequência de navios foi a seguinte: 1965, 516; 1966, 563 e 1967, 332. No período, o fluxo de tráfego foi o seguinte: 1965 (agosto a dezembro), carga geral: 50 mil toneladas; sacaria: 51 mil toneladas; granel líquido: 125 mil toneladas e granel sólido: 31 mil toneladas.

1966 (janeiro a dezembro), carga geral: 149.090 toneladas; sacaria: 116.853 toneladas; granel líquido: 360.170 toneladas e granel sólido: 132.839 toneladas.

1967 (até junho), carga geral: 74.797 toneladas; sacaria: 88.202 toneladas; granel líquido: 166.103 toneladas e granel sólido: 95.804 toneladas.

A movimentação no Pôrto de Mucuripe no período de 1965/67 se realizou dentro das seguintes condições de acesso marítimo: a) regime de ventos soprando na direção Leste-Sudeste em m/s; b) correntes: variação máxima 0,64 m/s; variação média: 0,25 m/se vento fresco SW nascente; c) amplitude da maré, 2,7m e média 1,83m; dados da barra: canal de acesso: largura, 150m, comprimento 1.000m e profundidade mais ou menos 7 metros; d) bacía da evolução: largura 300m, profundidade 7 metros.

COHAB DO CEARÁ ENFRENTA O PROBLEMA HABITACIONAL

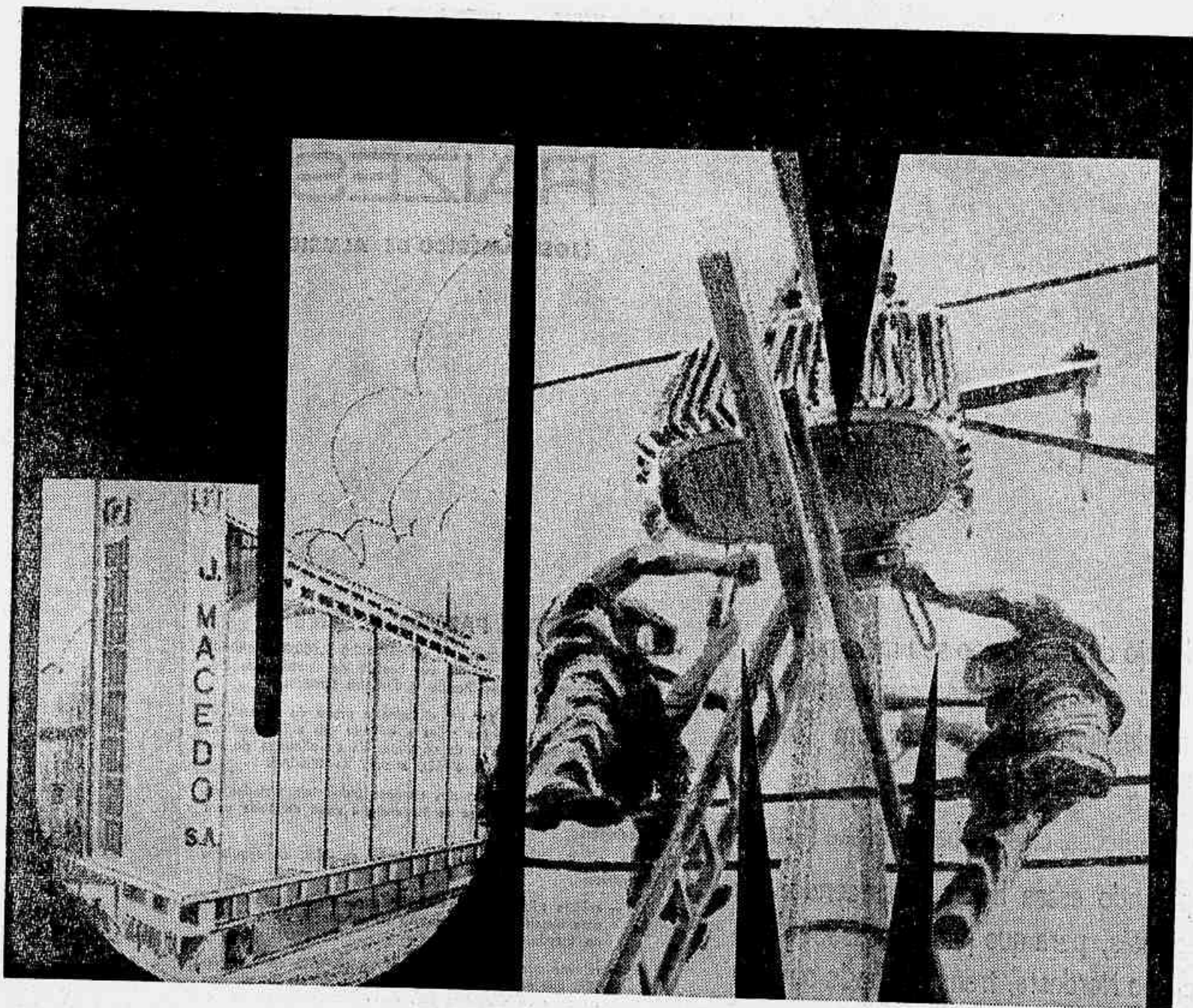
A Companhia de Habitação do Ceará — COHAB — está decidida a superar o problema habitacional do Estado, de acordo com declaração prestada pelo seu Presidente, Sr. José do Nascimento, que acrescentou que dentro dessa disposição estão sendo carreados recursos do Banco Nacional da Habitação, da USAID-Nordeste e da SUDENE, visando a dinamização dos programas de construção de casas populares em Fortaleza e no interior.

Assim é que já se acha em plena execução o programa de construção de 230 casas no Bairro de Monte Castelo, a serem entregues no dia 14 de março próximo e onde a COHAB aplicará NCr\$ 1

milhão e 276 mil, em concorrência ganha pela INCOSA. No Bairro do Pirambu, através de convênio com o BNH, estão sendo construídas 218 casas, enquanto que um levantamento completo das necessidades habitacionais do Estado está em fase de execução, especialmente abrangendo as principais cidades do hinterland cearense, ou seja, Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Crato. Segundo informação do Diretor Técnico da COHAB, Sr. Clóvis Fontenele, aquela companhia está se habilitando para atender a todos os pedidos de construção de casas populares no interior cearense, em convênio com as prefeituras municipais. A Diretoria de Administração

da COHAB, Sra. Regina Simões, por outro lado, revelou que está em fase de conclusão um convênio assinado com a USAID e a SUDENE, que será dividido em duas etapas: a primeira de 218 casas, e a segunda, com a aplicação de NCr\$ 230 mil na construção de 172 casas, complementando o plano previsto para o Bairro do Pirambu.

A realidade é que a COHAB, através do incentivo recebido no Plano de Ação Integrada do Governo Plácido Castelo, se propõe a atacar a questão habitacional em termos realistas, dentro do espírito e da filosofia do Governo Costa e Silva, representado pelo Banco Nacional de Habitação.



pão...cerveja...e progresso!

Somos uma empresa genuinamente cearense. E que investe os seus lucros no Ceará. Exemplo? o Moinho Fortaleza — o maior do norte; a CEMEC — fábrica de transformadores de alta tensão; a QUIMINDÚSTRIA — fábrica de tintas solúveis em água; a COFINORTE — empresa de financiamento; a FÁBRICA DE


TECIDOS DE MARANGUAPE e a CERVEJARIA ASTRA. Gerando novas riquezas, criando novos empregos, forjando novas indústrias, somos também o maior consumidor de energia elétrica no Estado, o maior cliente do Pôrto do Mucuripe, em Fortaleza, o maior usuário da Rede de Viação Cearense e o maior

contribuinte de impostos municipais, estaduais e federais, no Ceará. Por isso, nos orgulhamos de dizer que o nosso principal negócio é o progresso. Progresso que gera riquezas, progresso que multiplica as oportunidades, progresso que aprimora a mão-de-obra. Progresso que dá lucros a Você, ao Estado, à Nação.

MOINHO FORTALEZA

Produtos do Trigo e do Milho. CEMEC — transformadores de alta-tensão. QUIMINDÚSTRIA — tintas solúveis em água. COFINORTE — financiamento, investimento. CERVEJARIA ASTRA — (em construção), investimento de 11 milhões de cruzeiros novos. FÁBRICA DE TECIDOS DE MARANGUAPE — tecidos e sacaria de algodão. FUNDAÇÃO DR. ANTONIO DIAS DE MACEDO — amparando a centenas de famílias.

J. MACEDO SA
COMÉRCIO
INDÚSTRIA
E AGRICULTURA



“ESSA
GENTE
É APEGADA
À TERRA.
O PE
NO CHÃO
CRIA
RAIZES”

(JOSE AMÉRICO DE ALMEIDA)

O apêgo do homem à terra, o seu desejo de fixar-se ao seu meio próprio, **onde criou raízes**, enfrentando tôdas as vicissitudes, representam a maior prova da vontade do povo nordestino em construir um futuro que lhe propicie melhores condições de bem-estar.

Cabe aos Governos oferecer essas condições, criar as bases dêsse futuro.

E o Governo da Paraíba está preparando essas bases, oferecendo aos investidores oportunidades excepcionais, para que juntos possam modificar a fisionomia sócio-econômica do Nordeste, transformando-o numa das regiões mais desenvolvidas do País.

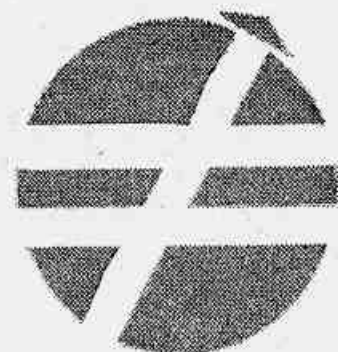
**SEJA UM DOS CONSTRUTORES DO NOVO
NORDESTE, INVESTINDO NA PARAÍBA**

O QUE PARAÍBA OFERECE

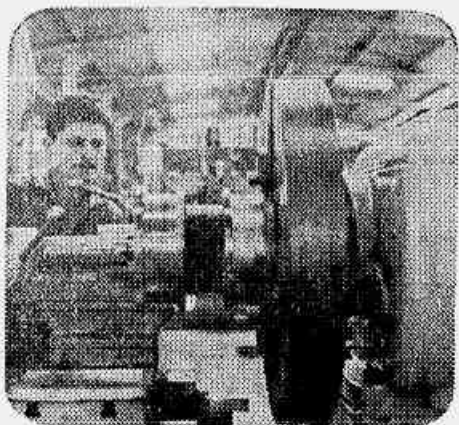
- na Paraíba, você adquire por apenas NCr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros novos), um hectare de terreno nos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande.
- mas não precisa pagar em dinheiro o preço do terreno. O Estado recebe o preço em ações e o valor das ações emitidas em favor do Estado serve de contrapartida a aplicações do imposto de renda (arts. 34 e 18), através da SUDENE.
- na Paraíba você dispõe dos terrenos industriais, dotados de infra-estrutura, mais baratos do Nordeste e nada dispende para adquiri-los.
- A Paraíba lhe oferece, em relação ao ICM, os seguintes incentivos:
 - crédito tributário pelo imposto pago sobre equipamentos para instalação, modernização ou ampliação de indústrias no Estado.
 - reinvestimento, durante cinco anos, de 60% do valor do ICM que sua indústria tiver de pagar, se ela for pioneira ou tiver de concorrer com outra pioneira.
 - reinvestimento, também por cinco anos, de 30% do valor do ICM que sua indústria tiver de pagar, se ela for pioneira e se suas similares no Estado não estiverem no gozo de maior favor.
 - para você reinvestir o imposto, depositará o mesmo no Banco do Estado da Paraíba para liberação mediante simples plano de aplicação aprovado pela Secretaria do Planejamento.
 - O ICM que você reinvestir vale como contrapartida para aplicações do imposto de renda (arts. 34 e 18).

ADMINISTRAÇÃO JOÃO AGRIPINO

UM GOVÊRNO DIFERENTE



MÃO-DE OBRA A BAIXO CUSTO



Entre outras vantagens de se investir na Paraíba inclui-se o custo da mão-de-obra, que é mais baixo que no Sul

A PARAÍBA
E O NÔVO
NORDESTE

João Pessoa (Correspondente) — O Governador João Agripino, fazendo uma análise da posição da Paraíba em face do Novo Nordeste, considerou que o desenvolvimento do Nordeste nasceu com a SUDENE, e que o primeiro obstáculo que aquele órgão teve a vencer foi o da mentalidade do nordestino.

— Para muitos, a SUDENE era apenas um órgão que devia substituir o Departamento de Obras Contra as Secas, um órgão encarregado de combater os efeitos das secas.

Frisou que alguns anos levou a SUDENE nessa tarefa de compreensão e injustiças nas críticas que lhe foram feitas por muitos homens dos mais responsáveis do Nordeste.

A NOVA ERA

— Hoje, porém — acentua Agripino — creio que ninguém se levantará para formular as mesmas críticas à SUDENE sem o risco de perceber que já a opinião pública sabe distinguir entre o que significa uma mera tática de combate aos efeitos da seca, na tradição do DNOCS, ou um planejamento para anular os efeitos da seca através de um desenvolvimento programado.

O Sr. João Agripino ressalva que "desenvolvimento poderia se resumir em um só fator preponderante: o fator humano. Tudo nele depende do homem e nada nele é possível sem o homem", para destacar que a SUDENE começou com o essencial que "foi o de fazer ouvir a voz e a tática de crítica para preparar dentro do seu seio o material humano que seria indispensável ao planejamento do desenvolvimento do Nordeste".

— A SUDENE conseguiu reunir dentro de si própria a melhor equipe técnica que qualquer órgão público neste País já obteve. E, graças a essa equipe de técnicos, a SUDENE partiu para o desenvolvimento do Nordeste em termos tais, que hoje ninguém pode duvidar que essa região, dentro de algum tempo, não muito remoto, terá uma fisionomia inteiramente diferente e há de ser uma das regiões do País, desenvolvida. O desenvolvimento do Nordeste tornou-se mais rápido à medida que se encontrou na mentalidade dos povos, residentes em cada unidade da Federação, campo próprio. Os Estados da Bahia e Pernambuco estavam, em muitos anos, adiantados aos demais Estados do Nordeste, em mentalidade, na construção da infra-estrutura (que é essencial ao desenvolvimento) e no setor privado.

AVANÇOS E RECUSOS

O Governador João Agripino lembra que, em 1932, há mais de 30 anos, portanto, Pernambuco construiu a rodovia em concreto ligando Recife a João Pessoa, chegando à fronteira da Paraíba no ano em que, o nosso Estado, não havia sequer um metro de estrada pavimentada. Pode-se medir o adiantamento da Paraíba por esse fator. E há de se concluir que Pernambuco, em termos de visão, de desenvolvimento, de mentalidade e de crescimento se antecipa à Paraíba em muitos anos, seguramente, em pelo menos, vinte anos.

— A Paraíba é hoje um Estado que conta apenas com cerca de duzentos quilômetros de estrada pavimentada, sendo que, nesta quilômetros, há de se incluir o trecho João Pessoa—Campina Grande que muito tem ainda a desejar em reparos em mais da metade do seu percurso. No setor de comunicações, Pernambuco se antecipa por muito à Paraíba, pois se ainda não tem um serviço ideal de telecomunicações com o Sul, pelo menos se adiantou em alguns anos ao nosso Estado, que ainda não tem um serviço de telecomunicações perfeito com o Sul do País. No setor de educação, Pernambuco possui uma tradição universitária e só recentemente a Paraíba caminhou para o ensino universitário.

— Dizendo isso — prossegue Agripino — quero significar que a Paraíba não deve se queixar do fato de Pernambuco e Bahia terem crescido rapidamente a partir do instante em que a SUDENE instituiu o desenvolvimento no Nordeste. E que, dirigidos daqueles Estados, antes da criação da SUDENE, já haviam antevisto o Nordeste, sobretudo as áreas de seus Estados, em termos de futuro e haviam cuidado da infra-estrutura que seria indispensável ao desenvolvimento que veio em forma de planejamento. Quando falta aos homens públicos a visão do desenvolvimento, o povo, nas suas regiões, padece o atraso por tempo que não é previsível, até que novas gerações possam acordar para a realidade e despertar a população para aquilo que realmente se torne viável ou possível.

— A descrença, a falta de fé, o pessimismo, são características de uma mentalidade retrógrada — observa Agripino. Ninguém consegue nada, absolutamente nada, quer no setor público, quer no setor privado, se não tiver obstinação, se não souber querer, ou como quer. Não adianta pretendermos obter a lua se estivermos tão distantes da lua e se é impossível atingirmos a lua. E preciso, portanto, saber querer e, se aquilo que se quer é possível obter, devemos combater com veemência a descrença, o pessimismo, que são traços predominantes dos vencidos ou dos que já não têm ambição. E a descrença do homem que não tem ambição. A ambição é inerente à própria inteligência. E como se a própria inteligência tivesse evoluído a ponto de fazer-lhe transformar, de criatura humana, em um simples ser vivente sobre a terra.

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Prosegue Agripino em sua análise sobre a Paraíba e o Novo Nordeste acentuando:

— A Paraíba se distanciou muito de Pernambuco e da Bahia no setor de desenvolvimento. Precisamos recuperar o tempo perdido. Como fazer? Temos um campo próprio à cultura do material humano, que temos providos de uma Universidade; e o ensino médio, na Paraíba, hoje um dos melhores dos Estados nordestinos. No ensino primário, a Paraíba também se adiantou aos outros Estados da região. Entre os fatores promotores do desenvolvimento situa-se, em primeiro lugar, a infra-estrutura. E dentro desses fatores, a energia elétrica constitui ponto primordial.

A Paraíba, hoje, tem uma situação privilegiada no que diz respeito à energia elétrica. A energia de Paulo Afonso chega a João Pessoa por dois pontos diferentes: chega a Campina Grande por uma rede apenas, mas a CHESF já iniciou a construção de uma segunda rede. Encontramos o Estado com 42 cidades eletrificadas, 61 localidades computando-se vilas e cidades. A Paraíba tem 172 cidades. Programamos a energização de todas até 1970. O ano passado, levamos a energia a 32 municípios e programamos a eletrificação de 34 cidades no corrente ano. Até 1970, todo o Estado estará energizado, todas as sedes de municípios eletrificadas.

No setor de rodovia, a Paraíba tem apenas cerca de 200 quilômetros de estradas pavimentadas. E preciso que concentremos nossos esforços na pavimentação de nossas rodovias. Consideramos a pavimentação fator essencial à circulação da riqueza e à atração de investidores do Sul do País.

Programamos a estrada Campina Grande—Cajazeiras, com 275 quilômetros. Sabemos que até hoje poucos acreditavam na possibilidade de realização dessa obra e essa descrença me dava a impressão de que estávamos vivendo uma mentalidade retrógrada ao desenvolvimento e parecia que somente eu é que desejava a construção dessa estrada como fator de consolidação da vida econômica do Estado. Mas toda a Paraíba nela acredita como uma das maiores realidades do meu Governo.

Pretendemos executar também a pavimentação do que denominamos o Anel do Brejo, a rodovia que, partindo de Campina Grande, alcança as cidades de Esperança, Remígio, Arara, Bananeiras, Piraí, Guarabira, Cuité, Alagoinha, Alagoa Grande, Areia e se interliga com a BR-230, no trecho que liga Guarabira via Juazeiro Távora. Essa estrada representa cerca de 180 quilômetros e será iniciada à medida que formos recebendo os resultados dos estudos.

Já construímos 15 quilômetros de pavimentação na estrada João Pessoa—Cabedelo, faltando três quilômetros para completá-la. Três quilômetros já foram construídos na estrada de acesso ao aeroporto de Santa Rita; 4,7 quilômetros serão construídos na rodovia que liga Campina Grande ao seu aeroporto, e 84 quilômetros estão sendo construídos pelo Grupamento de Engenharia na estrada BR-101, ligando João Pessoa a Natal, com final previsto para os fins do próximo ano. Já foi aberta a concorrência para a construção de 33 quilômetros de asfalto na rodovia Mari-Guarabira.

Este é o programa de pavimentação rodoviária no Estado da Paraíba. Algumas estradas já em construção, outras concluídas, outras planejadas. Ao todo, serão 390 quilômetros de estrada pavimentada. Se os paraibanos tiverem fé e quiserem acreditar nas nossas possibilidades e forças, espero em Deus que possamos, até o começo de 1971, ter todo esse percurso concluído, contra 200 quilômetros construídos desde a fundação da Paraíba até 1965.

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

No setor de comunicações — continua Agripino — foi decidido em Recife, por ocasião da visita do Presidente da República àquele Estado, antecipar o programa da EMBRATEL para que, até 1969, a primeira etapa do programa de telecomunicações entre o Sul, o Norte e o Nordeste, que representa a construção do tronco Norte-Nordeste, esteja concluída, em sua primeira etapa, e a segunda até 1970. Desta forma, João Pessoa poderá falar com qualquer parte do Centro ou do Sul do País com a mesma facilidade com que se intercomunicam nas cidades localizadas nas regiões desenvolvidas do Centro-Sul.

Não é possível obter-se o desenvolvimento de um Estado como a Paraíba sem que tenhamos material humano capacitado a receber o investimento privado, desde a formação de gerente de empresa à formação de operário especializado.

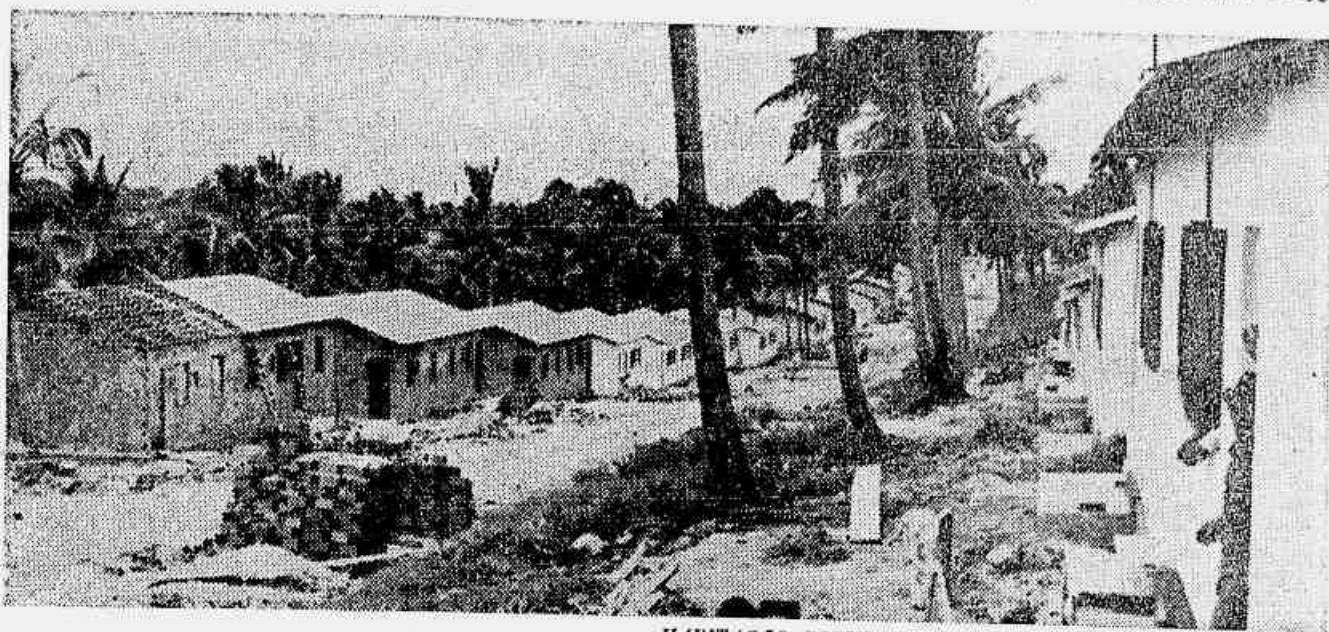
Na Paraíba, programamos duas unidades integradas de assistência social; uma em João Pessoa e outra em Campina Grande com cursos de especialização ou formação de mão-de-obra. São realizados cursos intensivos que devem preparar o adulto ao manejo de máquinas ou determinadas atividades profissionais dentro do mercado de trabalho regional. Desta forma, ao chegar à indústria, o operário já tem condições de ser nela admitido com alguns conhecimentos, pelo menos elementares, aquilo que lhe deva ser atribuído como função no funcionamento da indústria.

— A par disso, o Estado, em convênio com o Ministério da Educação e SUDENE, promoveu o equipamento dos Colegios Estaduais para transformá-los em unidades de ensino técnico, ou ginásios profissionais, de modo que o aluno, ao aprender cultura geral própria de nível médio, tenha oportunidade de aprender, pelo menos, inicialmente, uma profissão determinada. E aqueles que não tiveram condições de ingressar no Universidade poderão sair do ginásio com uma aptidão profissional.

No setor de habitação popular, a Paraíba iniciou, em 1966, um programa que constitui, hoje, exemplo de melhoria habitacional em que fomos pioneiros e que serviu de padrão para Pernambuco. E o próprio BNH tem solicitado os nossos projetos de melhoria habitacional para aplicação em Belém do Pará e outros Estados com condições semelhantes ao nosso.

O programa de Habitação Popular na Paraíba, a despeito de ser muito recente, prevê a construção em diversas cidades do Estado e na Capital, em número da ordem de 10 a 15 mil residências até 1970. Em João Pessoa, ao lado do Distrito Industrial, está previsto um núcleo de habitação popular da ordem de 900 casas. O mesmo pretendemos fazer em Campina Grande.

Esta síntese do seu Governo, o Governador João Agripino, no fim, em conferência que realizou na Cidade de Campina Grande, em dias da semana passada, sobre A Paraíba e o Novo Nordeste.



HABITAÇÃO POPULAR — O programa de habitação popular do Governo da Paraíba prevê a construção de mais de 10 mil casas, até 1970

JOÃO AGRIPIÑO EXECUTA NA PARAÍBA UMA
POLÍTICA AGRESSIVA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

João Pessoa (Correspondente) — Nenhum Governador nordestino vem dando tanta ênfase ao problema da industrialização do Nordeste e, particularmente, do seu Estado, como o Governador João Agripino, da Paraíba. Apesar de não ter estabelecido nenhuma meta prioritária de governo, por considerar que todos os problemas devem ter solução englobadamente, o Governador João Agripino coloca a industrialização como fator decisivo para a modificação da estrutura socio-econômica do Nordeste e, principalmente, dos Estados de menor índice de desenvolvimento, entre os quais a Paraíba.

— É necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

— E necessário — acha Agripino — apoiar vivamente a industrialização do Estado como forma de absorver a mão-de-obra liberada da agricultura e elevar os padrões de bem-estar dos paraibanos. As indústrias devem surgir ou expandir-se graças à iniciativa privada, com a qual o Governo não concorrerá e para a qual vem criando estímulos os mais diversos, visando a fortalecê-la e ampliá-la.

se crescimento represente anular, reduzir ou destruir o desenvolvimento de São Paulo, da Guanabara ou de qualquer outro Estado do País. Por isso — acentua — tenho lutado muito, sobretudo nas conversações que tenho mantido com industriais do Sul para que compreendam que não nos interessa apenas o dinheiro do investidor sulista no Banco do Nordeste. E para ser mais claro, direi que isto é o que menos interessa. O que nos interessa realmente é a capacidade empresarial do homem do Sul. E é fácil explicar as razões: uma delas, é porque somos conscientes de que nossa capacidade empresarial ainda não atingiu a altura da capacidade empresarial do Sul. A mentalidade do industrial nordestino não é idêntica à do industrial sulista; a técnica utilizada nas indústrias do Sul é muito mais avançada que nas do Nordeste. A concepção do custo da produção é também diferente entre uma região e outra.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

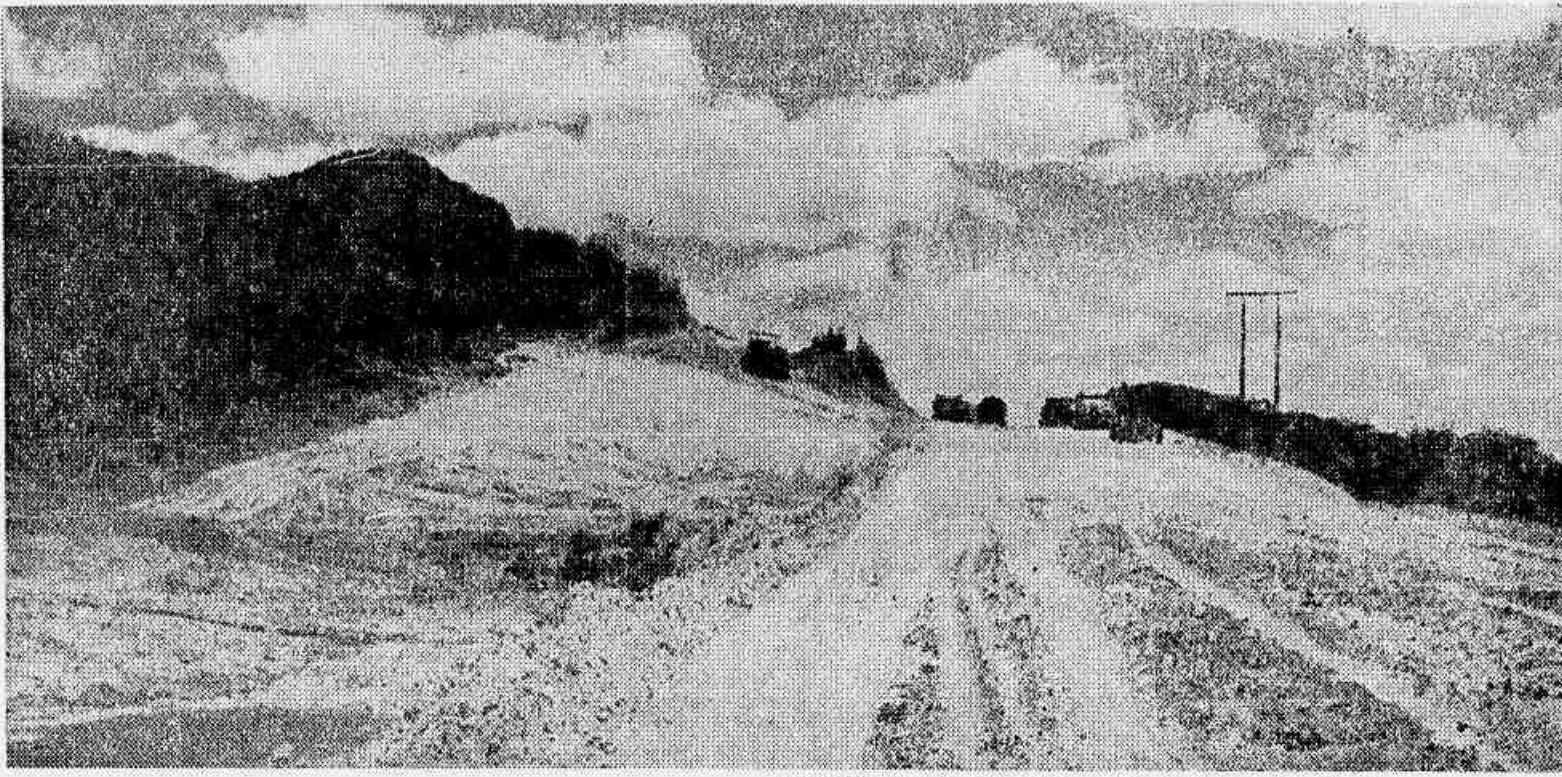
Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.

Por essas e outras razões, o Governador João Agripino tem reafirmado que interessa trazer, além do capital empresarial, o homem do Sul com sua experiência e capacidade de dirigente. "Interessa-nos que o industrial sulista esteja presente ao desenvolvimento do Nordeste com capital e administração" — frisa o governante paraibano.



A BR-232 integrará o Nordeste ao Sul do País, conduzindo riquezas e progresso

Recife (Sucursal) — Com a conclusão, em 1969, da BR-232, Pernambuco aumentará sua rede de rodovias pavimentadas e o Nordeste dará um grande passo no sentido da integração nacional visada pelo Ministério dos Transportes. É que a BR-232 facilitará a ligação da Região com o Centro-Sul e a marcha rumo à Amazônia.

A BR-232, executada pelo DNER (4.º Distrito Rodoviário), além de sua importância para Pernambuco, liga-se com a BR-116, que conduz ao Ceará e ao Sul do País, e com a BR-316, que atinge o Piauí e o Maranhão, de onde se parte para a floresta amazônica, visando deslocar para suas áreas a fronteira agrícola do Nordeste.

IMPORTANCIA

A BR-232, rodovia tronco de Pernambuco, cuja pavimentação é uma exigência do progresso e da política de integração, detém na direção Leste-Oeste a mais importante zona de influência sócio-econômica do País, e tem sua prioridade justificada pelo fato de ligar o Recife a todo o interior nordestino.

Com efeito, o Recife, cidade de maior concentração industrial e populacional da região, tem na BR-232 a principal via de penetração para o interior, integrando assim o mercado regional, já que contribuirá para o escoamento de gêneros e mercadorias do seu Porto.

Afora essa condição, a BR-232 serve às áreas e centros econômicos mais distantes da Cidade e do Porto do Recife, tais como o complexo Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (Bahia) e as Cidades de Petrolândia e Cabrobó, no sertão de Pernambuco (zona do submédio São Francisco). A BR-232 atinge ainda a parte central do Estado do Piauí, que se estende, a Oeste, aos limites do Estado do Maranhão e a Leste penetra no Estado do Ceará.

A penetração no Estado do Ceará se faz através da BR-116, rodovia também executada pelo DNER (4.º Distrito Rodoviário) e que liga também o Nordeste ao Sul do País. A BR-116, conhecida como *transnordestina*, se estende, juntamente com a BR-101, na direção norte-sul, e corta com ela a zona de maior densidade demográfica, une os principais centros de produção e consumo do Nordeste e possibilita a integração de região com o eixo Rio—São Paulo.

SÃO FRANCISCO

A BR-232 atinge a Zona do Rio São Francisco que compreende uma área em pleno desenvolvimento e onde já se conseguiu, com a irrigação, produzir trigo em caráter experimental, e comprovar que são boas as perspectivas de produção de alfafa, milho e algodão em termos racionais. Naquela zona, cuja agricultura está em pleno crescimento, a BR-232 significará melhores condições de escoamento da produção.

Além de sua importância para o Vale do

São Francisco, a BR-232 atinge Salgueiro, no sertão pernambucano, cruza com a BR-116 e leva ao Ceará depois de atravessar zonas de importância social e econômica. Permite ainda o acesso ao Piauí, através da BR-316, estrada que faz conexão com a BR-232, em Pernamirim, a 52 quilômetros a oeste de Salgueiro.

PERNAMBUCO

No Estado de Pernambuco, a BR-232 corta Salgueiro (entroncamento com a BR-116), Bom Nome, Serra Talhada, Custódia, Cruzeiro do Nordeste (entroncamento com a BR-110), Arcoverde, Pesqueira, Sanhará, Belo Jardim, São Caetano (entroncamento com a BR-234), Caruaru (entroncamento com a BR-104) e atinge Petrolina e Cabrobó, através de ligação com a PE-82.

Assim, a BR-232, cujos serviços de pavimentação andam em ritmo acelerado, une as três zonas fisiográficas do Estado — mata, agreste e sertão — e liga diretamente Recife e Caruaru a centros como Belo Jardim, Pesqueira, Arcoverde, Serra Talhada e Salgueiro, além de suas ramificações atingirem outras áreas de produção de Pernambuco e do Nordeste.

FESTA

Quando o Ministro dos Transportes, Sr. Mário David Andreazza, lançou na Cidade de Salgueiro a segunda frente de pavimentação da BR-232, todo o sertão festejou o acontecimento.

A cerimônia coroava todo um trabalho que vinha sendo orientado pelo engenheiro Eliseu Resende que, à frente do DNER, efetuou a sua dinamização, convocando técnicos e organizando uma equipe, a fim de que as metas do Governo Costa e Silva, dentro das diretrizes traçadas pelo Ministro Mário Andreazza, tivessem o devido cumprimento.

A BR-232 vai passar de um sonho que os nordestinos há tantos anos acalentavam para o terreno da realidade, graças ao empenho e às medidas administrativas que vêm sendo tomadas em obediência à política de desenvolvimento econômico e social do Governo Costa e Silva.

META

A meta principal do Ministério dos Transportes é a integração nacional, a fim de que o interior do País, principalmente o Nordeste, possa libertar-se do atraso e das condições precárias em que ainda vivem as populações, e passe ao estágio de progresso.

Dentro dessa orientação, o DNER, em todo o País, vem executando o seu vasto programa de obras, abrindo estradas que o Brasil necessita desenvolver-se.

Em Pernambuco, o DNER, através do 4.º Distrito Rodoviário, dirigido pelo engenheiro José

Marcillo Anacleto Porto, vem realizando uma tarefa das mais importantes, não só para Pernambuco, mas para toda a região nordestina. Tanto a BR-232 (trecho Recife e Salgueiro) como a BR-116 (trecho compreendido entre as divisas dos Estados do Ceará e Bahia) são da maior significação no sistema rodoviário regional e federal.

CRITÉRIOS

De acordo com tais critérios, foram atacados os subtrechos São Caetano—Mimoso, com 92 quilômetros concluídos; Mimoso—Arcoverde, com 15 quilômetros concluídos; Arcoverde—Custódia, com 53,5 quilômetros concluídos; Custódia—Serra Talhada, com 62 quilômetros prontos, e São Caetano—Salgueiro, com 275,7 quilômetros concluídos.

Dentro do cronograma de obras, até dezembro deste ano serão pavimentados os subtrechos Mimoso—Arcoverde e Arcoverde—Custódia, enquanto será terraplenado o subtrecho São Caetano—Salgueiro, com uma extensão de 310 quilômetros.

Os serviços de pavimentação e terraplenagem estão sendo executados pelas construtoras Queiroz Galvão S.A. e COENGE S.A. — Engenharia e Construções.

FRENTES

Este mês foi aberta nova frente de pavimentação, atestando a rapidez com que o DNER (4.º Distrito Rodoviário) ataca o trabalho de conclusão dos serviços na BR-232. A frente compreende o trecho Serra Talhada—Bom Nome, com uma extensão de 14 quilômetros.

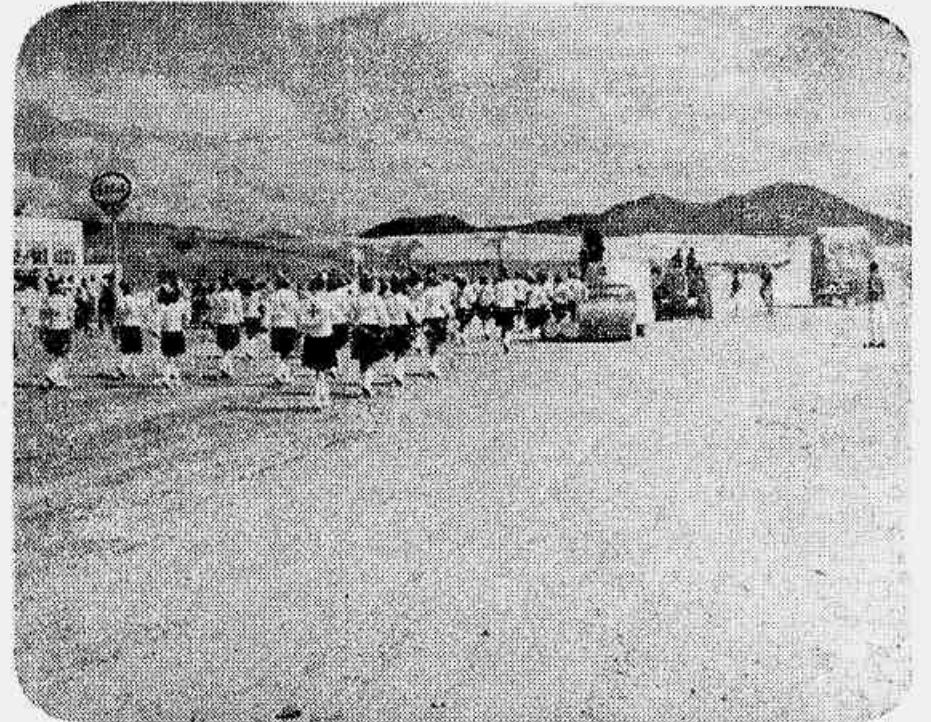
Além dessas frentes, o DNER cuidará da realização de obras de arte especiais, alargando 20 pontes, com um total de 754 metros de vão, e construindo cinco outras, que somam um total de 200 metros de vão. Para execução desse trabalho, o DNER abrirá concorrência pública ainda este ano.

Ao lado dos trabalhos de terraplenagem e pavimentação da BR-232 e da BR-116, o DNER realiza ainda em Pernambuco a terraplenagem da estrada substitutiva do ramal ferroviário antieconômico Ribeirão—Cortês. A terraplenagem estará concluída em dezembro, comprometendo recursos de NCr\$ 2 300 mil.

O trecho, que será atacado dentro do Plano de Erradicação dos Ramais Ferroviários Antieconômicos, compreende 26 quilômetros e se acha ligado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco.

BR-232

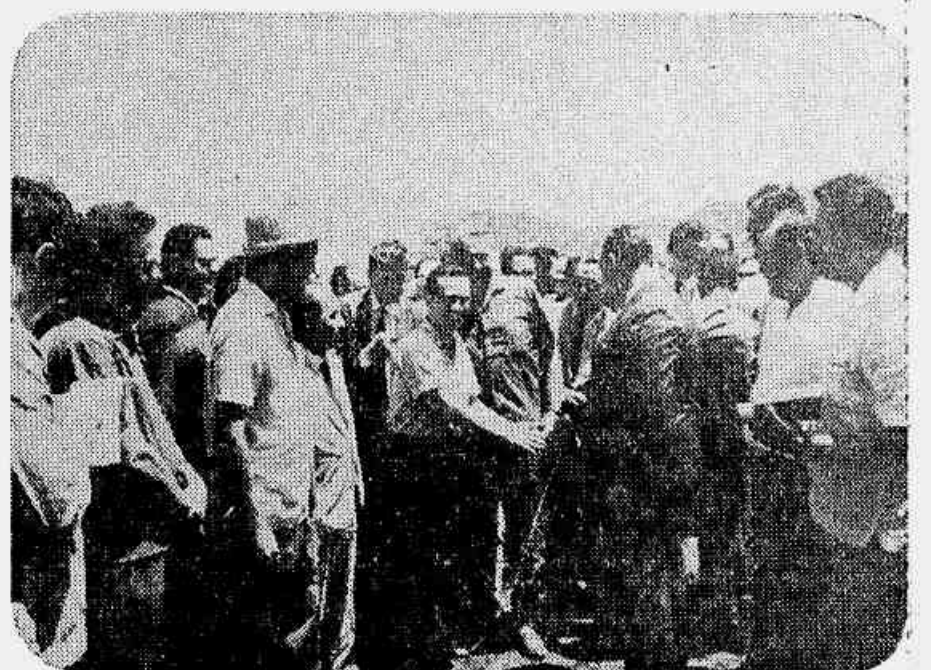
PASSO IMPORTANTE DE INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA



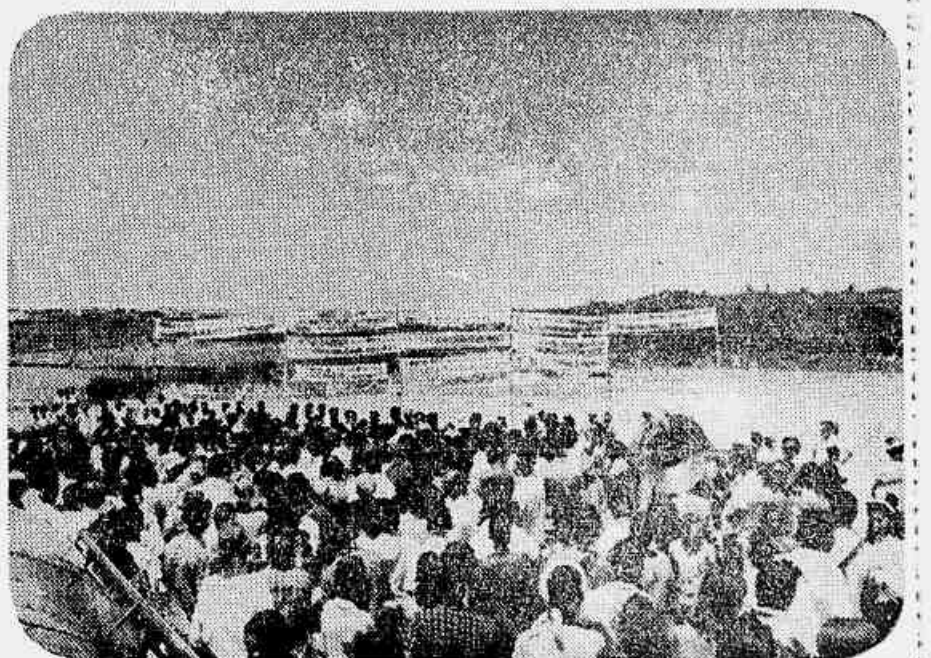
A inauguração de um novo trecho da BR-232 foi uma festa no sertão pernambucano



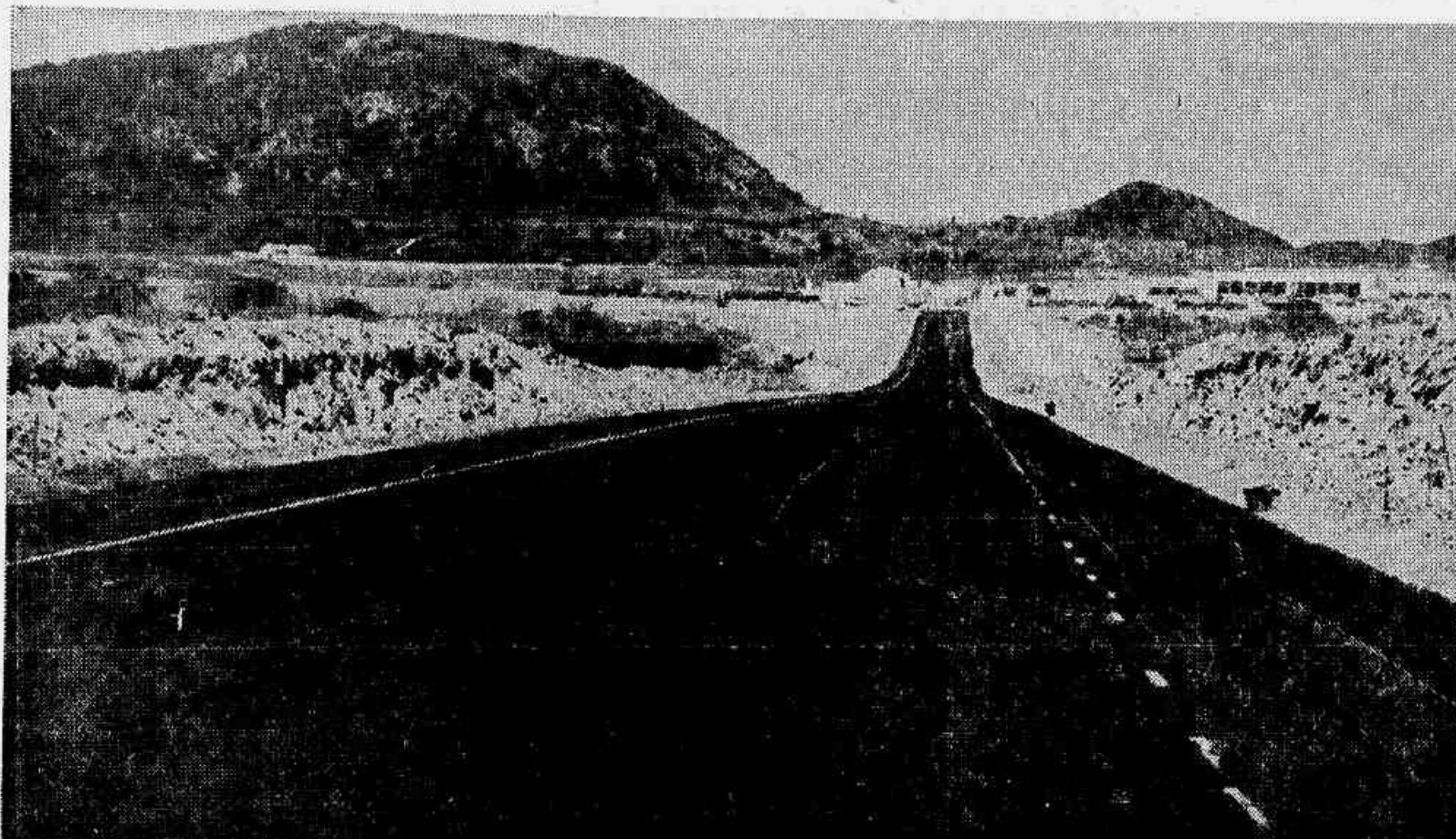
O começo do asfalto traduz a esperança do nordestino no progresso da Região



O Ministro Mário Andreazza, o Diretor do DNER, Eliseu Resende, e o Governador Nilo Coelho na solenidade de Salgueiro, em Pernambuco



A Cidade de Salgueiro se engalanou e recebeu o Ministro Mário Andreazza com faixas, em regozijo pela nova estrada



Rodovia-tronco de Pernambuco, essa estrada é uma exigência da política de integração do Governo Costa e Silva

NORDESTINO JÁ VIVE MAIS E SOFRE MENOS PORQUE INFRA-ESTRUTURA DA REGIÃO MUDOU

A nova realidade pode ser medida pelos seguintes dados: o Nordeste ganhou nos últimos dez anos 700 quilômetros de estradas pavimentadas, eletrificação para 550 comunidades com um total de 6 600 mil habitantes e água e esgotos para outras 199, nas quais se distribuem mais de um milhão de pessoas.

Os aumentos contribuíram para modificar a antiga face da região, que dependeu durante

muito tempo da caximba, do candeieiro e do tropeiro, componentes de sua infra-estrutura econômica tradicional e elementos do seu progresso pontilhado de sacrifícios. E fizeram surgir a figura do herói no Nordeste, do homem que vence todas as adversidades e agora ainda enfrenta dificuldades mas começa a se beneficiar do seu trabalho, lutar menos e gozar mais dos bens da civilização.

Recife (Sucursal) — Há menos de dez anos, a caximba, o candeieiro, a vereda e o tropeiro, que tanger burros e jumentos transportando gêneros e mercadorias, ainda marcavam a maioria das comunidades do Nordeste. Hoje, começam a ser simples reminiscências e a região constrói o progresso com rapidez e menos sacrifícios para sua gente.

A nova realidade resulta dos avanços registrados no setor de infra-estrutura, com a consequente ampliação da oferta de energia, estradas e saneamento básico. Assim, nos últimos sete anos foram implantados 700 km de estradas e pavimentados 520, eletrificadas cerca de 550 comunidades e 199 beneficiadas com água e esgotos.

PROGRESSO

Quase tudo, pois, que marcou a civilização do passado no Nordeste e ainda permanece, há cerca de uma década, atestando o atraso de grandes e pequenas comunidades, agora cede lugar aos novos elementos do progresso, implicando a melhoria das condições de vida de milhões de nordestinos.

E em consequência a água encanada e os serviços de esgotos surgem em lugar das encimbras e fossas, as estradas largas e pavimentadas substituem as antigas veredas, a energia da CHESF (logo mais também a de Boa Esperança) encosta definitivamente o candeieiro e o motorista conduz pesados caminhões pondo fora do panorama da região o tropeiro com seus burros e jumentos.

A CARGA DE SAL

Antes de tais mudanças, o Nordeste forjava o seu acanhado desenvolvimento com imensos sacrifícios para sua população, castigada pela adversidade do clima, penúria dos transportes, do abastecimento de água e ausência de estradas e energia para a maioria das comunidades, embora fossem importantes do ponto-de-vista econômico e demográfico.

O episódio da carga de sal, ocorrido em 1958, no interior do Maranhão, ilustra bem a situação da época. Um tropeiro imprudente fez com que se perdesse toda uma partida de sal que ia de Pedreiras para Dom Pedro, prejudicando o comerciante e o abastecimento da população.

A coisa se passou assim: um erro de cálculo levou o tropeiro a tanger os seus 15 burros, cada um levando 120 quilos de sal, sobre um igarapé cheio. Os animais não venceram a força das águas e foram levados pela correnteza, obrigando-o a adotar o recurso mais apropriado na ocasião.

Cuidou, pois, de amarrar os burros nas árvores próximas, para depois tirá-los do igarapé, cujas águas aumentavam de volume rapidamente. E quando mais tarde conseguiu salvar os animais, viu que as águas levaram quase todo sal, restando apenas os sacos praticamente vazios.

Naquele tempo, Pedreiras e Dom Pedro, centros produtores de arroz e banana, eram ligadas por estradas de terra batida, abertas por cassacos no início do verão. As estradas, estreitas e esburacadas, feitas a picareta, só serviam ao tráfego de caminhões até os primeiros dias do inverno, quando os motoristas imprevidentes tinham de recorrer a carros-de-boi para retirar seus veículos dos atoleiros.

Os tropeiros, então, tangeram com sacrifícios os seus burros e jumentos, levando o progresso às duas cidades, que hoje são ligadas por estradas feitas à base de pissara, cuja conservação é tarefa de modernos tratores em vez dos cassacos com suas mo-festas picaretas.

REFLEXO

O fato ocorrido no Maranhão — onde também uma partida de cimento virou pedra do dia para a noite — não é isolado e reflete a situação de centenas de comunidades do Nordeste no se-

tor transportes, cuja penúria se estendia aos setores de abastecimento de água e energia elétrica. Para exemplo basta citar que a água, em algumas delas, era transportada de lugares distantes até dez léguas, através de carros-de-boi, burros e jumentos.

A energia elétrica, por sua vez, registrava fatos como este: quem possuía rádio (antes da pilha) e morava num lugar onde não havia motor-de-luz era obrigado a levar duas baterias para as cidades com um acanhado serviço de iluminação.

As duas baterias eram carregadas, funcionavam duas ou três semanas, tinham de voltar à cidade emombo de burros, até que o proprietário cansava e adotava uma saída pior: ia carregá-las numa casa-de-farinha, onde quatro a cinco homens suavam ao pé de uma roda por mais de doze horas para conseguir uma carga que não agüentava dois dias.

AVANÇOS

No ano de 1960, a pequena Cidade de Catolé do Rocha, na Paraíba, era carente de tudo no setor de infra-estrutura. A água era difícil, as estradas péssimas e a luz um sonho de toda a população, que só contava com o projeto de um ginásio e dependia sempre de Campina Grande e outros centros maiores de que era satélite.

A energia, entretanto, de repente chegou, assim como a melhoria do serviço de abastecimento de água, das estradas e o ginásio, que foi logo além da sua meta inicial: passou a ser técnico e a formar mão-de-obra qualificada em marcenaria, mecânica e outros ramos fundamentais ao desenvolvimento da região.

E tal como em Catolé do Rocha, a energia da CHESF chegou para 800 comunidades, beneficiando mais de seis milhões de nordestinos, cuja grande maioria encestou seus candeieiros, petromuxs, aladins e rádios à pilha.

COMO FOI

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF —, criada em 1945, foi a grande responsável pelo aumento da oferta de energia elétrica no Nordeste. A sua história pode ser resumida assim: a potência instalada na Usina de Paulo Afonso manteve-se em torno de 180 mil KW no período 1955-60, quando estavam em operação três unidades de 60 mil KW cada.

No período 1961-62, a CHESF pôs em funcionamento mais duas unidades, elevando a potência para 310 mil KW, que somadas aos 20 mil da Usina de Cotegipe, na Bahia, perfaziam um total de 330 mil KW, com o qual o sistema de Paulo Afonso atendeu a região até 1963.

A partir de 1964, o sistema passou a contar com um total de 395 mil KW, que em 1965 elevou-se a 421 mil KW e no final deste ano totalizara 661 mil KW, oriundos da Usina de Paulo Afonso, das Usinas de Cotegipe, na Bahia, e Diesel em Fortaleza, Ceará, ora em fase de conclusão, com potências de 26 MW.

IMPLICAÇÕES

Para elevar a oferta de energia ao Nordeste de 180 mil KW para 421 mil KW em 1965 (ou 535 mil até agora, segundo estimativas extra-oficiais), a CHESF realizou um grande esforço. As linhas de transmissão, que se estendiam por 3 836 km em 1962, hoje atingem 8 233 km, nos quais se distribuem 558 comunidades. O tamanho dessas linhas corresponde a mais duas vezes a distância que vai do Olapoque ao Chulí.

Esse aumento da oferta à região pode melhor ser aferido pelos dados seguintes sobre as comunidades beneficiadas em cada Estado: Pernambuco, 213; Bahia, 85; Paraíba, 77; Sergipe, 66; Alagoas, 65; Ceará, 27 e Rio Grande do Norte, 25.

Além das vantagens para as populações de cada uma dessas comunidades, a região com o aumento registra hoje a mais elevada taxa cumulativa anual de crescimento do consumo de ener-

gia elétrica no País (22%) e tem assegurado o seu desenvolvimento, através do qual persegue a substituição de importações, a eliminação da transferência de rendas para o Centro-Sul e a superação de outros obstáculos à sua integração na economia nacional.

DEMANDA

De acordo com a Divisão de Energia da SUDENE a demanda máxima conjunta e coincidente do sistema de Paulo Afonso totalizou 419,6 MW em 1966, acusando um aumento de 11% sobre a de 1965, que foi da ordem de 378 MW. Agora o mercado consumidor crescerá à taxa média cumulativa de 12,5% ao ano e as previsões indicam que em 1970, quando o sistema será duplicado (1 215 mil KW) a demanda máxima atingirá um total de 700 MW.

A estimativa da Divisão de Energia tem por base a perspectiva de implantação de inúmeras indústrias em Pernambuco, a exploração de sal-gema em Alagoas e a instalação da indústria petroquímica na Bahia.

EM FRENTE

Apesar do extraordinário crescimento da oferta de energia ao Nordeste, as necessidades da região aumentam com ritmo acelerado e a CHESF estuda agora o aproveitamento múltiplo do Rio São Francisco, com a construção de hidrelétricas em outros locais — Sobradinho, Ico, Itaparica etc. — de modo a garantir o atendimento do mercado consumidor tanto a curto como a longo prazo.

A SUDENE também trabalha para elevar o potencial e dinamizar a Companhia de Eletrificação Rural — CERNE — e a sua política de ajuda à Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança — COHEE — com condições de atender todo o Nordeste Ocidental (Maranhão, Piauí e Norte do Ceará).

A Usina da COHEE, em Boa Esperança, na divisa do Maranhão com o Piauí, entrará em funcionamento, com duas unidades de 54 MW, em fins de 1968. O seu potencial é da ordem de 216 MW, suficientes para atender à demanda naquela área.

ESTRADAS

Tal como no setor de energia, o de estradas vai vencendo as dificuldades que eram uma rotina há cerca de dez anos. Aquela época, o inverno martirizava as empresas transportadoras e os viajantes, que passavam dias inteiros lutando para sair de atoleiros surgidos ao longo das estradas de terra batida.

Palmeiras, troncos de árvores, palhas, tudo fazia parte dos instrumentos comuns para enfrentar os obstáculos nas estradas, que apesar de ligarem centros importantes eram frágeis e de repente, com as primeiras chuvas, limitavam o progresso e causavam prejuízos.

Mas a situação mudou e a imagem agora é outra. Segundo a SUDENE, o Nordeste ganhou nos últimos anos 700 quilômetros de estradas pissarradas e 520 pavimentados, que somados à pequena rede existente contribuíram para levar o progresso a comunidades que na década 1950-60 ainda permaneciam presas no atraso.

O aumento da rede rodoviária beneficiou principalmente o Grande Nordeste — Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte — mas estendeu-se aos demais Estados, inclusive Maranhão e Piauí, que foram integrados ao mercado nordestino.

Segundo o economista Raimundo Santana, do Piauí, depois de 1960, não permaneceu tão isolado como no passado e intensificou suas relações com o Nordeste e com o resto do País, o que implicou a mudança de comportamento de sua sociedade. Inúmeras fazendas voltaram-se para o comércio nordestino e quebraram o complexo rural que as dominava; o comércio de gêneros se desenvolve; multiplicam-se as casas de distribuição de produtos industrializados, as casas bancárias e os projetos de implantação de modernas indústrias.

Essa mudança de perspectiva da sociedade do Estado menos desenvolvido da região serve para mostrar o impulso que experimentou todo o Nordeste face às melhorias introduzidas no sistema rodoviário, que abriu também o sistema ferroviário.

A rede atual será ampliada até 1970 com a implantação de mais 962 km, a pavimentação de 2 132 km e a melhoria de 677 km.

O programa de ação, a ser executado por vários órgãos, compreende a pavimentação da BR-101, ligando capitais de Estados, desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, com o Sul do País, através da BR-116 (Rio-Bahia); a implantação e pavimentação da BR-304, ligando Natal a Fortaleza; implantação e revestimento primário do trecho Santa Inês/Picos, da BR-316, com revestimento parcial, e implantação e pavimentação do trecho São Luís—Porto, da BR-135.

Ainda se incluem como metas a pavimentação da BR-232, em Pernambuco, a implantação da BR-230, na Paraíba, a implantação e pavimentação parcial da BR-116, no Ceará, que se liga às BR-230 e 232 e a implantação e revestimento primário do trecho Picos no Piauí e Petrolina em Pernambuco.

Para execução desse programa os diversos órgãos farão investimentos da ordem de R\$ 530 milhões.

FERROVIA

Ainda dentro do esforço para melhorar os transportes e sistema ferroviário será atacado também, porque atualmente é inadequado às necessidades presentes e futuras da região, ape-

sar da eliminação de alguns ramais deficitários que prejudicavam o atendimento aos usuários.

De acordo com o Superintendente da Rede Ferroviária do Nordeste, Sr. Emerson Leal, os aumentos precedentes de transporte ferroviário no Nordeste, em termos de toneladas simples, atingiram em 1971 25% sobre os níveis verificados em 1965.

Para atender a esse aumento, a Rede perseguirá a dieselização total até 1971, quando 40 novas locomotivas estarão em atividade na região. Do mesmo modo se construirão três variantes a fim de encurtar o caminho para o Sul do País, com o qual a região já se liga através de um ferry-boat que também encurta a distância entre Sergipe e Bahia.

As variantes — Florestal—Barra do Canhot, Branguiha—Capricho, Capricho—Arapiraca — compreenderão 140 km, reduzindo a linha atual em 173 km distribuídos nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Além das providências nos setores de rodovias e ferrovias, serão tomadas medidas para melhorar ainda mais o transporte marítimo. Através delas o Porto do Recife será modernizado, construídos os terminais salinares de Macau e Areia Branca no Rio Grande do Norte, o Porto de Itaquí, no Maranhão, e ampliação dos outros ancoradouros na região.

SANEAMENTO

Dentro do esforço integrado da região para melhorar a infra-estrutura econômica, o setor de saneamento básico constitui um capítulo da maior importância.

A avaliação do setor há poucos anos revelava que seis milhões de pessoas, distribuídas em 1 600 comunidades, não contavam com serviços de abastecimento de água, enquanto dez milhões em 2 200 cidades, vilas e povoados, não dispunham de esgotos sanitários.

O quadro respondia pela incidência de inúmeras doenças hidricas, dificuldades e limitações no progresso à medida que a água era fundamental para ajudar a produção, como na bacia leiteira de Alagoas, onde as estiagens matabam rebanhos inteiros.

A liquidação dos rebanhos implicava desemprego, êxodo rural. Em Jacaré dos Homens, cidade da bacia leiteira, cada estiagem registrava uma grande queda na arrecadação e somente os fazendeiros, com imensos sacrifícios, resistiam e enfrentavam a seca, trazendo de lugares distantes água em carros-de-boi para consumo animal e humano.

O quadro de Alagoas, com algumas variantes, podia ser observado no interior de outros Estados do Nordeste, onde os serviços de abastecimento de água e esgotos, ou a inexistência deles e da própria água, agravavam as condições de vida das populações.

A Divisão de Saneamento Básico da SUDENE começou então a atuar e já serviu diretamente 199 comunidades, com um total de 1 milhão de pessoas, que agora contam com serviços de água e esgotos. Além disso, os Departamentos de Água e Esgotos dos Estados tiveram condições de melhorar os seus serviços nas capitais e nos centros mais populosos, contribuindo para modificar radicalmente o aspecto da região nesse setor.

Segundo o Diretor da Divisão de Saneamento Básico, Sr. Domingos Lavigne, quando o órgão começou a atuar em 1961 a situação se caracterizava pela pulverização de recursos, ausência de critérios de prioridades e falta de planejamento de acordo com a realidade, além da paralisação de obras ou execução desmiolada lenta.

Agora há critérios de prioridades, investe-se em ritmo acelerado e a verba liberada em 1964 foi 300 vezes maior que a de 1961. E naquele ano até 1966 a SUDENE destinou para água e esgotos um total de R\$ 49 milhões, nos quais o órgão desembolsou 63,11% e o BID e a USAID NE 36,89%.

A SUDENE atua também indiretamente, através da Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste — CAENE — e Companhia Nordeste de Saneamento e Perfuração — CONESP — para equilibrar os serviços e aumentar a oferta de água e esgotos aos nordestinos.

A CAENE ajuda os Departamentos de Saneamento dos Estados a introduzirem novas técnicas de serviços, substituindo os métodos antiquados e antieconômicos, e a CONESP perfura o cristalino, tira a gua da pedra e leva até as vilas e povoados que tinham no seu abastecimento um problema secular.

ADIANTE

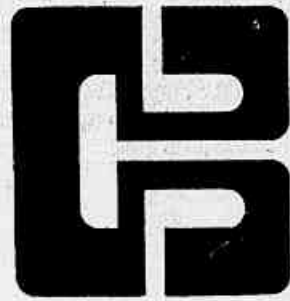
Este ano a rede de saneamento será aumentada com a implantação de serviços de água e esgotos em 61 comunidades e em 1963 mais 74 perfazendo um total de 135 comunidades. Até 1970 outras 28 comunidades, médias e grandes, serão beneficiadas elevando o total para 163, que no conjunto somam uma população de 1 400 mil habitantes.

A execução desse programa requererá investimentos da ordem de R\$ 110 milhões, dos quais 25% provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O Nordeste marcha, portanto, para vencer as limitações no seu desenvolvimento em todos os setores e melhorar mais as condições de vida de sua gente, que agora sofre menos e vive mais e cada dia luta por preservar as suas conquistas e construir o progresso recebendo em contrapartida os seus bens.

A SUDENE DESEJA A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E NÓS ACHAMOS QUE ISTO É UM BOM NEGÓCIO

COMPANHIA DE CIMENTO SÃO FRANCISCO
(CISAFRA) CIMENTO BONFIM



* É no município de Campo Formoso, a 143 quilômetros de Petrolina-Joazeiro, que localizaremos nossa fábrica, um investimento total de 17 milhões de cruzeiros novos.

** A partir de 1969, estaremos produzindo 100 000 toneladas anuais de cimento portland, para atender aos mercados de toda a região sanfranciscana, grande parte do interior da Bahia, sertão de Pernambuco e sul do Piauí.

*** Graças à redução das despesas de transporte e aos baixos custos de produção (processo tecnológico KRUPP, via seca), o cimento Bonfim será vendido na região aos mesmos preços que prevalecem no litoral.

Pesquisas de mercado e projeto econômico
a cargo do GAP — Grupo de Assessoria e Planejamento
Av. Cande da Boa Vista, 85/603. End. tel.: GAPLAN



A PLANISA NA OPINIÃO DOS SEUS CLIENTES

Dr. Jairo Ramalho, Diretor das Indústrias Romi do Nordeste, do Grupo Romi de São Paulo S/A:

— A PLANISA elaborou o projeto de nossa indústria no Nordeste, garantindo o sucesso junto às equipes de análise da SUDENE e facilitando nosso objetivo de implantar na região uma empresa capaz de contribuir para a industrialização da região e consequentemente promover o seu desenvolvimento.

Sr. José Bernardino Santos, do Grupo João Santos:

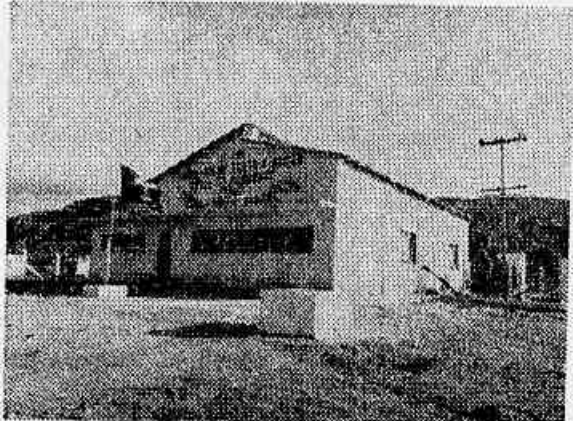
— Confiamos à PLANISA os projetos de implantação e ampliação de indústrias de nossa Empresa, baseados na sua reputação moral e técnica. Assim colhemos os melhores resultados como atestam a realidade de nossas fábricas Itapetinga e Itapeturu, bem como a marcha da Itapessecas, a um passo de sua conversão na mais moderna indústria de cimento da América do Sul.

As opiniões do Dr. Jairo Ramalho e do Sr. José Bernardino Santos, construtores da grandeza do novo Nordeste, são também as de outros clientes da PLANISA.

E podem ser conseguidas pelo empresário que acredita e quer investir no Nordeste, junto a Empresas como Madepan do Nordeste S/A, Nif r o s i n Nordeste S/A, Companhia Agro-Fábrica Mercantil S/A, Companhia Industrial Pernambucana, Companhia Cearense de Cimento Portland, Sociedade Indústria Minerva S/A, Eureka Artefatos de Borracha, Curtume Campelo, Fundação Lucena S/A, Nestlé — Companhia Comercial e Industrial Brasileira, Curtume Sousa Irmãos e Siderúrgica Aço Norte, entre outras.



PLANISA — Planojamentos Industriais e Serviços de Assessoria
Av. Dantas Barreto, 191 - Edifício São Antonio - 5.º andar
End. Telefônico: PLANISA - Fones: 41-688 - 45-484 - Recife

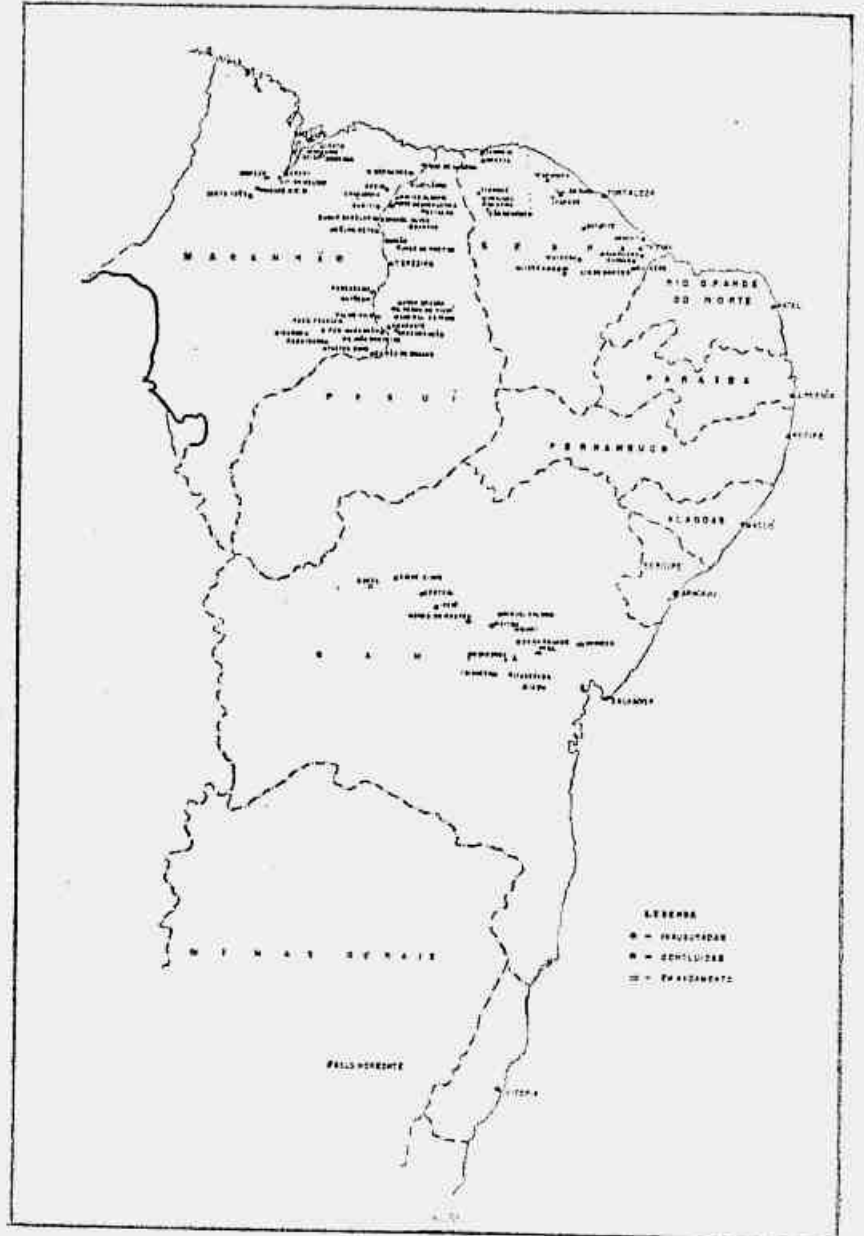


O PROGRESSO AO CAMPO — A CERNE, subsidiária da SUDENE, atua em programas de eletrificação rural e de pequenas comunidades

CERNE LEVA ENERGIA E PROGRESSO A PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS



O GRANDE PRESENTE — Dentro do seu programa de eletrificar pequenas e grandes cidades e a zona rural, a presença da CERNE já proporcionou alegria a muitas pessoas que, embora sabendo que a luz existia, tinham muito pouca esperança de um dia tê-la em casa



A EXTENSÃO DA LUZ — De Iacuí, na Bahia, a Icatu, no Maranhão, a CERNE abriu várias frentes de serviço para tornar a eletricidade ao alcance de todos

A Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste — CERNE —, uma das empresas de economia mista subsidiárias da SUDENE, destina-se a atuar na zona de ação desta, em programas de eletrificação rural e de pequenas e médias comunidades. Foi planejada para a luta contra o subdesenvolvimento em áreas de economia incipiente, que não poderiam desenvolver-se sem uma infra-estrutura adequada.

A atual programação da CERNE tem por base o atendimento às cidades mais significativas, especialmente onde o crescimento demográfico anual seja superior a 3%, o atendimento às cidades cuja concessão de distribuição de energia elétrica já fora destinada à CERNE através do órgão competente (MME), e o atendimento às cidades que estejam dentro das programações prioritárias dos Governos estaduais, bem como da COHEBE e da CHESF.

A recuperação econômica do Nordeste vem exigindo a aplicação maciça de recursos no setor da energia elétrica, oriundos de várias fontes. Recentemente o INDA entrou no campo da eletrificação rural específica, estando a CERNE executando levantamentos sócio-econômicos em alguns municípios de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, para a implantação de sistemas elétricos rurais.

Na eletrificação urbana, a CERNE vem operando nas cidades de A. Branca, São Pedro do Piauí, Angical do Piauí, Regeneração, Amarante, José de Freitas, Barras, Esperantina, Luzilândia, Miguel Alves, Matias Olímpio, Batalha, União no Estado do Piauí; A.ri, Vitória do Mearim, Barão de Grajaú, Rosário, Pastos Bons, Brejo, Buriti, Passagem Franca, Coelho Neto, Pindaré-Mirim, Sta. Inês, Duque Barcelar, Paraibano, S. Fco. do Maranhão e S. João dos Patos, no Estado do Maranhão. No Ceará se encontram em funcionamento as cidades de Itapagé e Itapipoca (sistemas isolados); Aracati, Itacaba e Jaguaruana (sistema interligado), Russas, Quixerê e Limoeiro do Norte (sistema interligado). Na Bahia as 10 usinas termelétricas serão inauguradas no início do próximo ano.

Neste ano, 14 sistemas de geração e distribuição foram inaugurados, três ficaram prontos e 15 estão com as obras em andamento, totalizando como beneficiários diretos 250 mil habitantes das mais longínquas regiões do Nordeste.

Outro êxito marcante obtido em 1967 pela CERNE foi sua adaptação a uma política econômica do Governo no sentido de conseguir o seu equilíbrio financeiro da operação, pela incrementação do consumo e pela aplicação de tarifas mais realistas.

No setor da eletrificação rural (cooperativas), a CERNE iniciou suas atividades no Nordeste Ocidental em fins de 65, com a fundação de cooperativas naquela região. Atualmente, encontram-se em pleno funcionamento 11 cooperativas elétricas distribuídas nas seguintes cidades: José de Freitas, Barras, Esperantina, Luzilândia, Água Branca/São Paulo do Pi, Regeneração/Angical do Pi, Amarante/S. Fco. do Maranhão, no Estado do Piauí; Barão de Grajaú, S. João dos Patos, Pindaré-Mirim/Sta. Inês e Brejo/Buriti, no Estado do Maranhão.

A atuação da CERNE no setor cooperativista fundamenta-se na necessidade básica de incorporar áreas crescentes da região ao processo de desenvolvimento, não apenas pela oferta de eletricidade como bem de consumo a novos contingentes de população, mas sobretudo pela possibilidade de difusão de emprego da energia como fator de produção e aumento de produtividade nas zonas urbanas ou rurais. Tendo em vista que o último objetivo do desenvolvimento econômico não é outro senão a melhoria dos níveis de vida (tanto mais ele será benéfico quando maior massa humana atingir), a CERNE não visa apenas beneficiar pequenas comunidades urbanas, mas também áreas rurais, introduzindo a energia elétrica como instrumento de desenvolvimento dessas áreas.

Assim, em virtude de Convênios firmados com a SUDENE, INDA e MME, a CERNE já concluiu levantamentos sócio-econômicos nos Municípios de Surubim (Pe), Barbalha (Ce), Canguaretama e Ceará-Mirim (RN), estando em fase final ditos levantamentos em S. Benito do Una (Pe) e iniciados em Juazeiro do Norte (Ce), Açú e Ipanguaçu (RN), tendo por objetivo a implantação de cooperativas. Encontram-se, ainda, no programa energético-rural de curto prazo da CERNE os Municípios de Lagoa e Jurema (Pe), Palmeira dos Índios (Al), Crato (Ce), Vale das Piranhas, no RGN, compreendendo os Municípios de Açú, Ipanguaçu, Carnaubais, S. Rafael, Alto do Rodrigues e Pendências; Mossoró, Governador Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra e Itaú, no Vale do Apodi, (RGN), além do Município de Ipiatã, na Bahia, cujos estudos serão procedidos este ano por várias equipes técnicas.

A experiência obtida pela CERNE na eletrificação rural abre-lhe um campo promissor para grandes realizações. As perspectivas de assinatura de novos convênios com o INDA são elevadas.

Para o próximo ano, a CERNE espera energizar cerca de 20 a 30 novas cidades, além de executar em torno de 600km de linhas de transmissão em 13,8 e 69kV.

Lembra daquele tabu de que caminhão Diesel não serve para cidade?

Veja como o "Mercedes" acaba com êle.

"Diesel é muito grandalhão para cidade."

É aqui que o tabu começa, mas não vai longe.

Ele termina assim que se dirige um "Mercedes" por algumas ruas bem estreitas.

Dá para fazer curvas mais fechadas do que se poderia pensar, porque o raio de curva também é menor do que se costuma pensar.

E a direção é de uma maciez exclusiva, graças a um sistema exclusivo de esferas circulantes.

Outro engano é pensar que o "Mercedes" é muito comprido.

Só a carroceria é que é maior, porque o "Mercedes" é o único caminhão nacional médio que tem cabina avançada ou semi-avançada.

Se não fosse semi-avançada a cabina viria até aqui.



E essa cabina é mais larga: se o seu problema for levar um motorista e dois ajudantes, há um modelo "Mercedes" que faz isso comodamente.

A carroceria maior traz ainda uma vantagem formidável: o "Mercedes" leva 1/3 mais de volume de carga que um caminhão convencional.

Sem ser grandalhão.

"Diesel não serve para serviços em que o caminhão anda e pára, anda e pára, anda e pára..."

Esse é um tabu maior ainda. Pois o "Mercedes" é justamente o caminhão mais indicado para esses serviços de liga-e-desliga.

Ele sempre pega na hora, graças ao seu exclusivo sistema de combustão.

Sem precisar de excesso de combustível na mistura, que dilui o lubrificante das paredes dos cilindros e desgasta o motor.

Além disso, existe ainda uma outra solução para o problema do liga-estaciona-desliga-estaciona-desliga: é não desligar.

Porque trabalhando em marcha lenta o motor do "Mercedes" consome tão pouco, tão pouco... que nem vale a pena falar.

Outra coisa: o motor Diesel é muito mais simples.

Por isso os problemas de manutenção que o seu pessoal vai ter com êle, também vão ser muito mais simples.

E não existe sistema de ignição.

Por isso também não existem todos aqueles problemas de ignição elétrica, tão comuns nos caminhões convencionais.

Principalmente nos serviços de anda e pára, anda e pára, anda e pára...

"Os caminhões Diesel são muito caros."

Perdão, mas isso é outro tabu.

É verdade que um "Mercedes" tem preço maior que um caminhão convencional (afinal, a qualidade do "Mercedes" também é muito maior).

Mas basta pensar em termos de investimento em frota, para que essa questão de custo fique bem diferente.

Primeiro, porque com caminhões "Mercedes" a frota vai ser bem menor: um "Mercedes" leva 1/3 mais de volume de carga, assim com 3 "Mercedes" já dá para levar tanto quanto com 4 caminhões convencionais.



36 "Mercedes" = 48 dos outros.

Isso já significa economizar um caminhão inteiro, e mais aquelas despesas decorrentes: motorista, ajudantes, pneus, combustível, área para estacionamento, manutenção, seguro etc. etc.

(Imagine a economia que dá para fazer, por exemplo, usando 36 "Mercedes" em vez de 48 caminhões convencionais.)

Segundo, porque o "Mercedes" dura mais.

É reconhecidamente mais robusto, trabalha praticamente o dobro de tempo que um caminhão convencional.

E isso dobra também o prazo de renovação da frota.

Terceiro, porque na hora de renovar, menos dinheiro vai ser desembolsado: o caminhão "Mercedes" é o que tem mais alto valor de revenda.



Na hora de vender, se não for Mercedes, veja o que pode acontecer com o seu dinheiro.

(Basta ver as cotações de preço nas publicações especializadas.)

Por tudo isso, acontece uma coisa muito interessante: os custos por unidade transportada ficam menores.

E outra coisa, mais interessante ainda: os lucros ficam maiores.

Tão grandes, que logo fazem sumir um velho tabu.

Aquêle de que os caminhões "Mercedes" são caros.

"Eu não acredito em tabus, mas também não acredito em caminhão Diesel na cidade."

Ótimo. Nós temos feito material sobre caminhões "Mercedes" nos serviços urbanos.

Teremos o máximo prazer em lhe prestar esclarecimentos, seja qual for o seu tipo de transporte de carga.

Disponha.

(Mesmo que v. acredite só um pouquinho em tabus...)



UMA POLÍTICA FERROVIÁRIA PARA O NORDESTE

Engenheiro Emerson L. Jatobá
Superintendente da Rede Ferroviária do Nordeste

Abordaremos o tema sob o título acima, mas entendemos que uma política ferroviária regional não pode estar divorciada da política nacional, uma vez que o transporte tem cada vez mais um caráter de integração, sobretudo depois do ferry-boat ou das vésperas da construção da ponte rodoviária sobre o rio São Francisco. Há peculiaridades regionais que justificam tratamento diferente, da forma como existem os incentivos da SUDENE, mas a orientação geral e os objetivos são os mesmos: conseguir o desenvolvimento.

O estabelecimento de uma política para a estrada de ferro, sério senso, tem que levar em conta a nova tecnologia desse modo de transporte, de forma a localizá-lo e dimensioná-lo dentro de parâmetros, fora dos quais funcionaria como uma usina de açúcar empacotada para produzir um milhão de sacos por safra, mas situação no alto e adusto sério.

Os traçados restritos, o lastro de terra, o trilho leve e cortado de juntas, as estações em cada 5 a 10 km, a locomotiva a vapor, enfim, aquela tecnologia pioneira e monopolista da época do engenho de açúcar é que está ultrapassada.

A ferrovia moderna é adequada para o transporte pesado e de grandes quantidades, a longa distância, alta velocidade e baixo custo. Certas economias ou certas zonas não comportam, assim, a nova tecnologia ferroviária, de alta capacidade, sob pena de operar ociosamente e a custos elevados.

Daí o dilema que apresentam certas linhas denominadas antieconômicas, em que os novos investimentos para a melhoria e eficiência seriam muito superiores ao mercado e ao nível de desenvolvimento da área, ou a manutenção do status quo obrigaria o poder público a realizar despesas de exploração vultosas, sem a contrapartida de um bom serviço prestado.

O nosso sistema ferroviário cresceu e se interligou por partes isoladas, no tempo e no espaço, atendendo a situações e interesses que se vêm modificando ao correr de um século, vindo o qual revelou-se inadequado ao desenvolvimento industrial dos últimos anos e aos

novos fluxos do mercado interno nacional; e por ironia foi relegado, quando é um modo de transporte insubstituível, nas regiões altamente industrializadas ou em pleno progresso.

O Nordeste é a região que apresenta no País maior taxa de incremento do produto nacional. A industrialização se processa aceleradamente, os centros de produção e consumo, sobretudo as Capitais dos Estados, notadamente Fortaleza, Salvador e o chamado Grande Recife, já começam a apresentar problemas sérios de transporte, interna e externamente no intercâmbio com o Sul, fazendo-se necessário considerar a ferrovia dentro da problemática geral dos transportes da região, além de condicionada à política ferroviária nacional.

CUSTOS DE OPERAÇÃO

Como passo inicial será imprescindível um projeto específico de melhoria de traçados e da linha atual, entre Recife e Belo Horizonte, a fim de permitir o tráfego de trens com as seguintes características: Velocidade máxima: 100km/hora;

Lotação mínima com uma locomotiva de 1 000 H.P.: mil toneladas.

O funcionamento do ferry-boat no Rio São Francisco, entre Alagoas e Sergipe, pôs fim ao isolamento das linhas férreas do Nordeste, e baixou consideravelmente os fretes. As repercussões sobre o custo de vida são evidentes. Em breve, a ponte em substituição do ferry-boat produzirá maior redução de custos.

Paralelamente à melhoria da ligação férrea com o Sul, deve-se projetar o transporte em contêineres, que virá resolver em definitivo o problema do porta-a-porta, resultando em mais uma parcela no abatimento de custos de operação.

Com todos os estrangulamentos e deficiências que a ligação ferroviária com o Sul ainda apresenta, nestes seis meses iniciais de movimento, o número de vagões em trânsito pelo ferry-boat foi de quase mil, com uma tonalidade total superior a 28 mil. As perspecti-

vas de incremento do transporte revelam-se bastante animadoras. Em agosto último chegou ao Nordeste um trem denominado da integração nacional, com 500 toneladas procedentes de vários Estados: café do Paraná, mercadorias diversas de São Paulo, laminados e barras de Volta Redonda, cimento do Espírito Santo, tubos de Minas Gerais; uma carga correspondente a 50 caminhões pesados. Em contrapartida, o Nordeste tem escoado para o Sul grande quantidade de açúcar, sal, gesso, mármore, e outros produtos. O frete do açúcar de Pernambuco e Alagoas para a Bahia caiu de 50%.

Um programa de modernização da ferrovia, entretanto, não pode ser levado a efeito sem ações de ordem legislativa, administrativa e comercial, com o objetivo de atingir os fins colimados, aumentar o transporte que vem sendo realizado, melhorar os serviços prestados, aumentar a velocidade dos trens, diminuir os custos e o déficit de gestão.

O incremento real dos recursos para investimentos é o meio básico indispensável para a consecução dos objetivos que se tem em vista.

Em seguida, alinhar-se-iam as seguintes providências:

a) Programação de investimentos subordinada à preferência que deve ser dada às linhas de maior densidade de tráfego;

b) Obras de remodelação da via permanente e dos pátios;

c) Eliminação total da tração a vapor;

d) Conversão total do sistema de freios para ar comprimido;

e) Motomecanização dos serviços de conservação da via permanente;

f) Melhoria dos traçados com a construção de variantes;

g) Melhoria do sistema de telecomunicações e sinalização;

h) Estabelecimento do uso de contêineres;

i) Melhoria dos processos de carga e descarga;

j) Direito de aplicar desvios aos padrões tarifários oficiais, desde que exigidos pelas peculiaridades do mercado regional;

k) Ação comercial agressiva e baseada no conhecimento do mercado; estudo permanente dos custos de transporte;

l) Eliminação de linhas antieconômicas e fechamento de estações superabundantes;

m) Redução do número total de empregados, e incentivo ao treinamento e à seleção profissional.

EMPREGO

A condução correta de uma política de pessoal tem uma importância básica nos planos de recuperação da ferrovia. Não apenas a modernização levará a uma redução da mão-de-obra, como também o excessivo número de servidores atualmente existentes, amontoados ao longo de vários anos pela pressão empregatista que o subdesenvolvimento gerou, sobre a quase única grande empresa do velho Nordeste. Medite-se que 80% da despesa total corresponde a pessoal. Se por hipótese a estrada de ferro surgisse agora, construída e organizada sob uma tecnologia nova, nós afirmamos que o dimensionamento do pessoal necessário corresponderia a 50%. Invez, do montante ora existente. E seria um estrondoso acontecimento a abertura de oportunidade para dois mil empregados novos. A hipótese não implica numa redução tão grande de pessoal, depois de executados os planos aconselháveis; uma diminuição de uns 30% seria a taxa considerada aceitável e viável a longo prazo. Os desligamentos, contudo, devem realizar-se pelo processo natural: aposentadorias, falecimentos (apesar disso), e outras causas.

A empresa, porém, não pode deixar de preencher algumas vagas imprescindíveis, de modo que a capacidade de oferecer emprego às forças de trabalho nascentes será sempre considerável, uma vez que anualmente o número de desligamentos é superior a 300.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

De outro lado, o programa de investimentos na ferrovia daria empregos de forma indireta, pois a recuperação ferroviária é das atividades que solicita maior quantidade de atividades outas.

mero de empregados esbarra na imagem do déficit financeiro, como uma pesada cruz lançada na cara do diabo.

O déficit financeiro tem sido apreciado só por um ângulo, o que tanto tem prejudicado a ferrovia.

O mal das ferrovias brasileiras é que na sua contabilidade registram-se despesas que não lhes pertencem na qualidade de empresas exploradoras de transporte, senão encargos que lhes impõe o Estado, ou que noutros modos de transporte não são contabilizados, cabendo àquele os gastos com a conservação das infra-estruturas, sem a classificação de déficit.

Assim é que em França, como em mais de duas dezenas de países, o poder público contribui para as ferrovias com uma indenização compensadora da desigualdade que se verifica, nas condições contábeis, com os outros modos de transporte. Faz-se uma normalização de contas, separando o déficit de gestão propriamente dito, das subvenções recebidas, em igualdade de condições com outros meios de transporte. Desse modo os custos empresariais são da responsabilidade das gerências, enquanto os custos sociais passam à responsabilidade do Estado, como já o são aqueles que ele destina aos outros modos de transporte.

Concebida a normalização de contas como uma operação indispensável à coordenação, tem ela a vantagem de tornar iguais as condições de tratamento entre os diversos meios de transportes, para que se alcance uma sadia competição.

Na França, as estradas de ferro recebem uma contribuição do Estado para a manutenção da infra-estrutura correspondente a 80% das despesas; os 40% restantes são retirados diretamente do usuário, ou representará um déficit da responsabilidade da administração, se for o caso.

Na Rede Ferroviária do Nordeste, em 1966, o gasto com a conservação da via permanente correspondeu a 23% da despesa global. Noutros modos de transporte, tanto a União quanto os Estados gastam muito mais, em valores absolutos, na conservação das suas infra-

estruturas, e no entanto não aparece a imagem do déficit, mas aceita-se como um dispêndio arcado pelo usuário e pela coletividade que paga imposto.

O déficit ferroviário não pode ser combatido com soluções simplistas ou tratamento emocional, mas deve ser enfrentado com uma normalização contábil justa, uma política de pessoal de valorização do homem que trabalha e afastada das injunções eleitorais, um programa de investimentos maciços para a modernização do sistema.

Desse modo uma administração competente, dedicada, dotada de instrumentos legais e financeiros que lhe assegurem poder de execução e desenvolvimento, porém responsável perante o Ministro dos Transportes, e recebendo, como os outros modos de transporte, os ponderáveis recursos de investimentos de que necessita para modernizar-se, poderá atenuar o déficit falso das ferrovias, o qual tanto lhes corrói o prestígio perante o público, a confiança e boa vontade perante os governantes, o espírito idealista e empreendedor de seu pessoal de todos os níveis.

INVESTIMENTOS

Há muito tempo se discute, com base em situações superadas, se vale a pena investir em ferrovia no Nordeste, enquanto os problemas se acumulam e muito dinheiro se gasta na sua manutenção, de forma inevitável e inelutável.

Será mais inteligente reformular conceitos, evitar preconceitos, e perguntar se vale a pena não investir na sua modernização. Acreditamos que o nível de desenvolvimento já alcançado pelos principais polos econômicos da área e as projeções alvissareiras que se concretizam, justificam uma mudança de posição. Através de investimentos maciços em projetos específicos e de outras medidas mencionadas em largos traços, neste artigo, a ferrovia poderá rapidamente completar a recuperação que já se vem processando e contribuir de forma definitiva e mais ativa, para o progresso do Nordeste, e do Brasil.

BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A.

(Sociedade de economia mista)

O banco que vem dinamizando a economia piaulense

Situação em 5 de setembro de 1967:

Capital: NCr\$ 1.000.000,00

Reservas: NCr\$ 585.641,48

Depósitos: NCr\$ 9.111.596,84

Aplicações: ... NCr\$ 11.471.658,19

O BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S/A, durante o 1.º semestre de 1967, subiu 33 pontos na classificação dos depósitos, entre os demais bancos do País, sendo, proporcionalmente, o que mais cresceu em todo o Brasil, neste setor.

AGÊNCIAS:

Teresina (Centro), Teresina (Sul), Boa Esperança, Barras, Campo-Maior, Canto do Buriti, Floriano, José de Freitas, Parnaíba, Picos, São Raimundo Nonato. Em instalação: Piri-piri e Oeiras.

DIRETORIA:

Dr. Ocílio Pereira do Lago — Diretor-Presidente

Bernardino Soares Viana — Diretor-Gerente

José Patrício Franco — Diretor Assistente (Gerente Substituto)

Dr. Inácio Soares da Silva — Diretor Assistente (Carteira de Crédito Rural/Industrial)

João Leite Sobrinho — Diretor Assistente (Serviços Mecanizados)

“FERRY-BOAT” APRESSA MODERNIZAÇÃO FERROVIÁRIA NO NORDESTE

As ferrovias do Nordeste ganham nova fisionomia e participam do desenvolvimento da região, transportando agora à longa distância. Vagões do Paraná, com madeira e café, produtos diversos de São Paulo, laminados e barras de Volta Redonda, tubos de Minas Gerais e mercadorias em geral, vêm sendo transportados para a região nordestina. Em troca, o Nordeste tem escoado para o Sul, em vagões lotados, açúcar para a Bahia, sal para Minas e Goiás, mármore e outros produtos para diversos Estados.

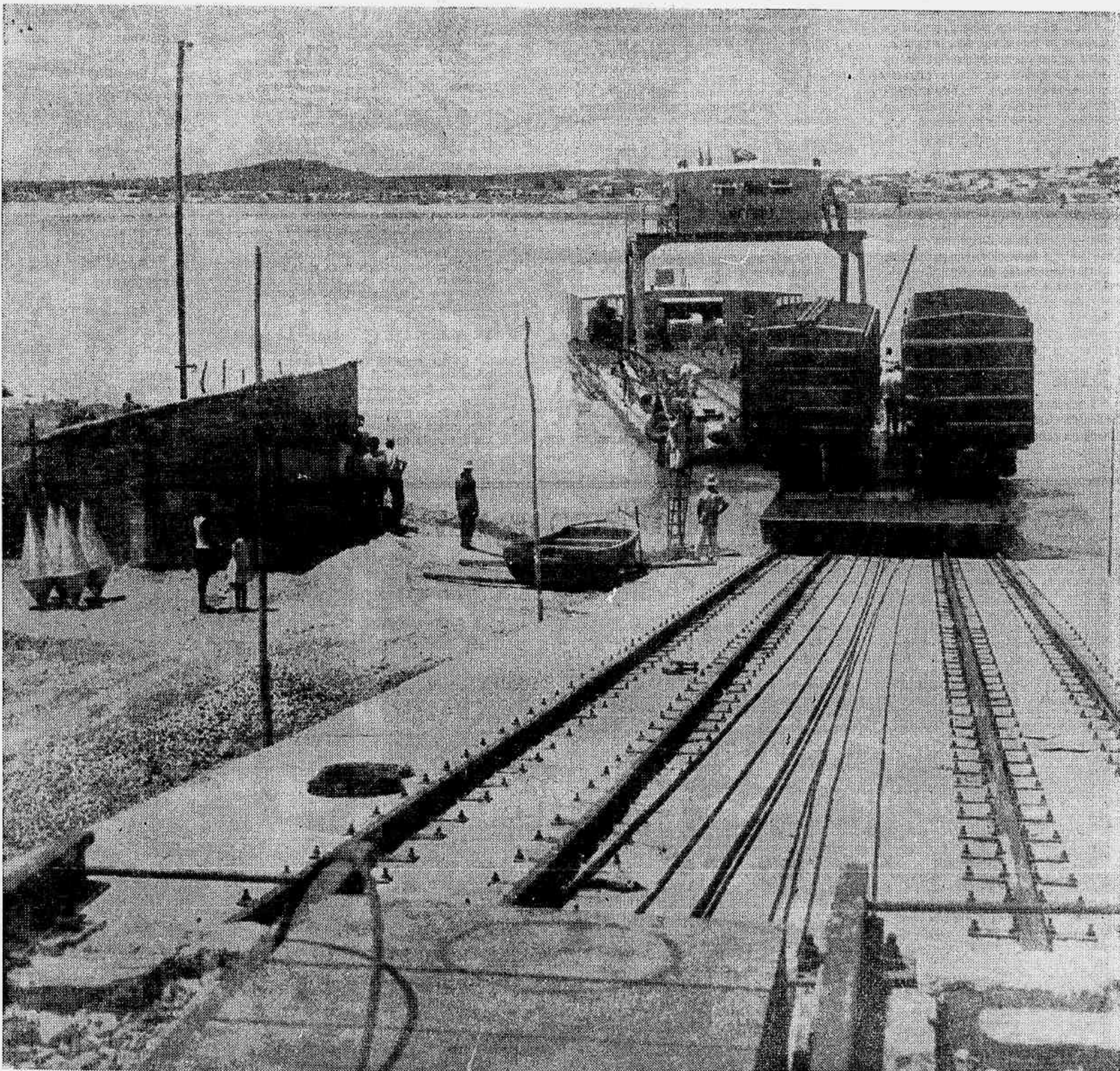
Um programa de ação e modernização da Estrada de Ferro que liga o Nordeste ao Sul do País, através do Ferry-Boat, restitui aos trilhos o antigo prestígio.

O Ministro Mário Andreazza, por ocasião da instalação do Governo da República no Recife, em agosto deste ano, assim se expressou: “Precisamos modernizar a nossa rede ferroviária e isto faremos sem dúvida. Pretendemos resolver os problemas das ferrovias no Brasil, realizando investimentos maciços, investimentos que já estão sendo estudados, de maneira que a partir do próximo ano possamos realmente satisfazer as aspirações dos ferroviários e usuários que encontramos em várias partes.”

MEIO ADEQUADO

A SUDENE passou a considerar a ferrovia um meio de transporte adequado ao nível de desenvolvimento já alcançado pela região e um indicio seguro de que o Nordeste arrancou mesmo para o grande progresso, já que a nova tecnologia ferroviária tem melhor uso e aplicação em áreas ou países altamente industrializados, para transportes pesados, à longa distância, alta velocidade e baixo custo.

A ligação do Grande Recife Industrializado com o Sul do País, por uma linha férrea moderna, e que permita uma alta velocidade, é a grande meta do Ferry-Boat.



CAMINHO MAIS CURTO — Ferry-Boat, sobre o Rio São Francisco entre Alagoas e Sergipe, permitiu que os trens corresse do Norte a Sul do País, distribuindo a riqueza produzida

A maior demonstração de que o trabalho do Banco do Nordeste do Brasil e da SUDENE exemplifica uma forma vitoriosa da ação do Governo que, conscientemente, procura influenciar, de determinado modo, a vida econômica de uma região, com vistas à consecução de fins especiais — melhoria das condições de vida do povo nordestino — é o resultado do investimento que possibilitou a instalação e o desenvolvimento da produção da única refinaria de sal existente no Nordeste: a da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte — CIRNE — constituída em 1963 e instalada em Macau.

Produzindo o *Sal Marlin*, produto que já se tornou conhecido nas regiões nordestina e centro-sul — Fortaleza, Natal, Recife, São Luís, João Pessoa, Maceió, interior de Minas Gerais e agora também na Guanabara — a CIRNE, com capacidade para abastecer, gradativamente, a outros mercados, pretende demonstrar que o êxito da política de desenvolvimento no Nordeste deve-se à ação conjugada do Banco do Nordeste Brasileiro com a SUDENE, pela estratégia correta e bem executada que vêm adotando, não só pela coordenação dos investimentos federais na região, como também pela criação de um elenco de incentivos fiscais, creditícios e cambiais para o setor privado.

MATÉRIA-PRIMA

Consideram os dirigentes da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte que o projeto que deu origem à constituição da CIRNE e à implantação da indústria de refino de sal no Nordeste — considerado prioritário para o desenvolvimento daquela região e que passou a contar com recursos de incentivos fiscais e outras vantagens concedidas pela legislação em vigor — é mais um atestado autêntico do acerto da política governamental de canalizar os incentivos fiscais para os pontos menos desenvolvidos do País, no sentido de reduzir as disparidades de renda e de riqueza, utilizando a capacidade de decisão, os conhecimentos técnicos e o estímulo do lucro da iniciativa privada, em conjugação com investimentos federais em obras prioritárias da infra-estrutura e em capital social.

A iniciativa de estabelecer uma refinaria de sal em Macau foi determinada — segundo os dirigentes da empresa — por esses objetivos patrióticos e pela proximidade da matéria-prima, "cujo abastecimento permanente e em condições econômicas ficou assegurado preliminarmente". Nesse sentido, destacam-se as salinas de propriedade da Companhia Comércio e Navegação, próximas às instalações da CIRNE, sua subsidiária.

Lembram, ainda, que a atividade básica da CIRNE é o refino do sal destinado ao consumo humano e à indús-

tria de alimentos. E que, além da industrialização e da comercialização do produto básico, a empresa programou a futura ampliação da sua linha industrial, através da instalação de diversas unidades de indústria química, tendo o sal como principal insumo.

PRODUTO

O sal refinado produzido pela Companhia Industrial do Rio Grande do Norte já se encontra nos mercados do Nordeste e Centro-Sul, em embalagens de um e trinta quilos, acondicionado em plástico e rotulado sob o nome de *Sal Marlin*. Tendo alcançado excelente receptividade dos consumidores dessas regiões, planejam, agora, os homens da empresa levá-lo a mercados mais distantes, "uma vez que a refinaria, a par de suas excelentes condições técnicas, tem capacidade para abastecer outras praças". Em etapa subsequente, a CIRNE produzirá blocos de sal, acrescentando compostos minerais e vitamínicos a serem utilizados como coadjuvante na alimentação do gado.

Com suas instalações modernas e bem equipadas, a empresa está produzindo um sal mais puro, seco, de melhor granulometria, esterilizado e isento das bactérias comumente causadoras da deterioração dos alimentos.

MERCADO

Afirmam os dirigentes da CIRNE, que o sal, como bem de consumo forçado, tem assegurado um mercado permanente e em franco desenvolvimento.

E acrescentam:

"A inexistência de uma refinaria de sal na região nordestina foi um dos fatores que estimulou a implantação

da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte, garantindo também todas as vantagens concedidas pelos Governos federal e estadual às iniciativas pioneiras no Nordeste. O pequeno consumo de sal refinado em todo o Nordeste — até o recente surgimento da refinaria de sal da CIRNE — tem como origem seu alto preço, o que decorre das grandes distâncias que separam as poucas refinarias existentes de suas fontes de abastecimento."

TÉCNICA

O sistema de refinação adotado pela empresa representa o que de mais moderno existe na técnica salineira mundial, tendo sido — no dizer dos dirigentes do CIRNE — realizado com "know-how" adquirido ao grupo francês "Salins du Midi", líder europeu no setor. A refinaria de Macau incorpora, em seu equipamento, os elementos para obtenção de um produto de especificações internacionais, ao alcance do consumidor brasileiro.

O tratamento inicial do sal bruto, sua centrifugação e secagem, a adição de produtos químicos, o ensacamento automático do produto final são operações realizadas por maquinaria especialmente projetada para cada finalidade, capazes de assegurar alto rendimento e absoluta isenção de contaminação.

TRANSPORTE

Outro aspecto que demonstra a utilidade industrial do investimento realizado é a redução do onus que recai sobre o transporte da matéria-prima da fonte produtora até a refinaria, bem como os custos decorrentes da manipulação de carga e descarga.

Essa economia coloca a empresa em condições de comercializar o produto em bases mais acessíveis para o consumidor do Nordeste e também em posição de disputar, com preços altamente competitivos, os mercados do Centro-Sul.

A produção da "Salina Unidos" de propriedade da Companhia Comércio e Navegação, ora em fase de ampliação pela implantação de um sistema altamente mecanizado, e que atingirá a 720 mil toneladas por ano, garante o abastecimento permanente da CIRNE, com grandes sobras, instalada que se acha, exatamente ali, naquela salina, a refinaria da CIRNE.

Subsidiária da CCN, encontra-se a Companhia Industrial do Rio Grande do Norte ligada a um dos maiores complexos industriais do País, representados pelas atividades da Companhia Comércio e Navegação: construção e reparos navais; indústria, comércio e exportação de sal e produtos químicos; fertilizantes e inseticidas, e navegação portuária e correlatos. Teve, assim, a CIRNE, em sua constituição, o respaldo de outra empresa diretamente ligada ao desenvolvimento da indústria salineira no Brasil, aliado a uma extensa experiência nesse setor.

AMPLIAÇÃO

Executado o plano inicial de implantação, a CIRNE obteve novos enquadramentos, dentro do Terceiro Plano-Diretor da SUDENE, através dos quais os custos totais, capital de trabalho, fator inflacionário etc. foram atualizados e, conseqüentemente, concedidos novos favores. E isso não acontece apenas com a CIRNE. Numa demonstração de que o processo de industrialização do Nordeste dificilmente

te baixará esse ritmo de aceleração, basta dizer que, no ano passado, a SUDENE aprovou 41 projetos de implantação de indústrias com um investimento programado de NCr\$ 155 milhões — menos de NCr\$ 3,8 milhões por indústria — comprometendo recursos de incentivos fiscais no valor de 200 milhões, criando mais de 8 mil empregos diretos e estáveis, isto é, criando, aproximadamente, um total de 40 mil empregos (estima-se a relação de quatro empregos indiretos por emprego direto e estável), beneficiando a mais de 200 mil pessoas.

INSTALAÇÕES

Além da sede e instalações de Macau, possui a CIRNE uma filial na Guanabara, onde se localiza a administração central. Com uma área total de 2 704 metros quadrados, as instalações da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte estão assim distribuídas: 1 955 metros quadrados de área construída coberta — 425 metros quadrados de instalações industriais e 1 570 metros quadrados de armazéns e serviços auxiliares. Tem, ainda, uma área construída descoberta de 749 metros quadrados.

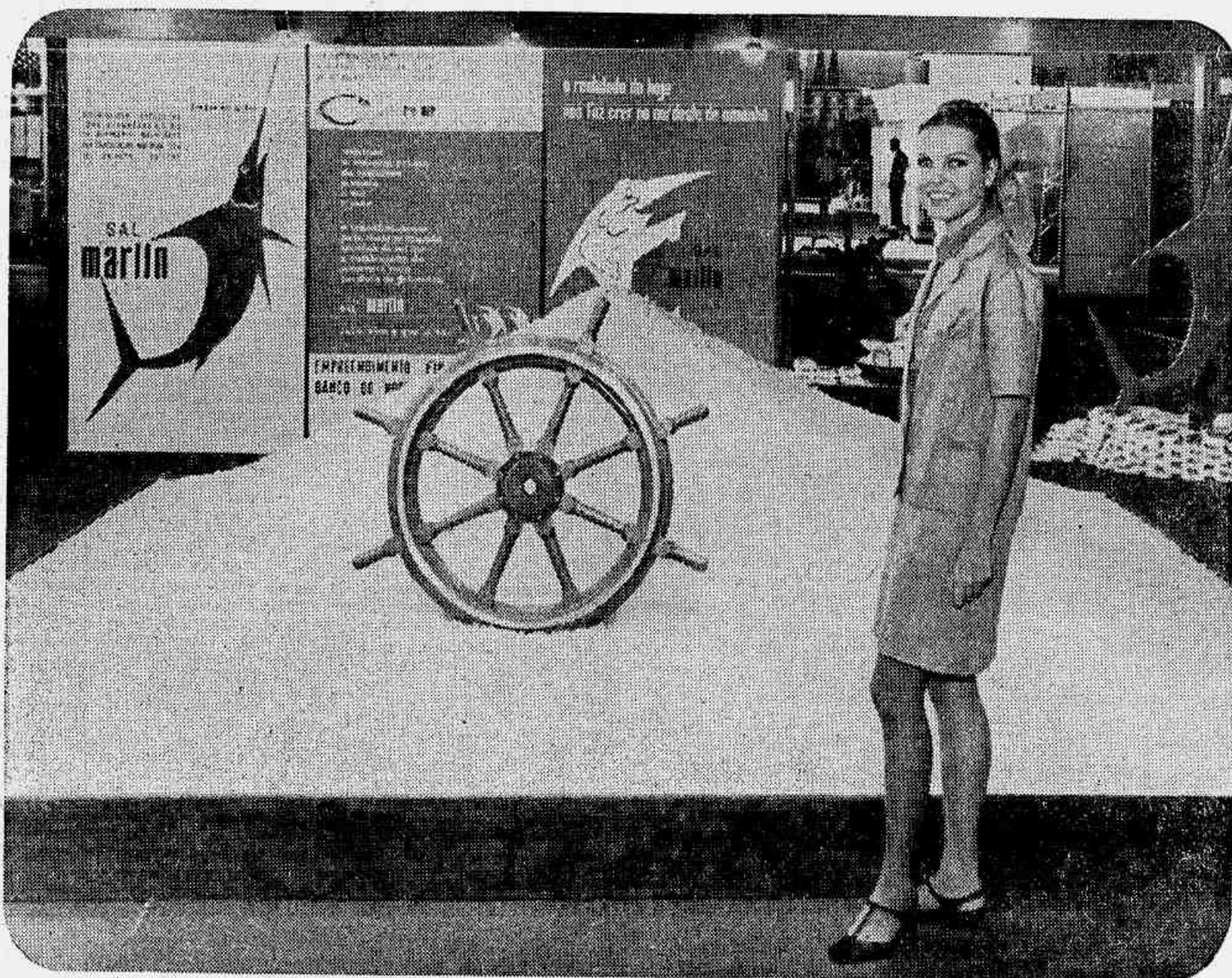
MÉRITO ECONÔMICO

A CIRNE vem apropriando, dentro de seu programa de expansão, recursos derivados do Imposto de Renda, que serão aplicados sob a forma de participação acionária, sendo as ações divididas em grupos iguais de ordinárias e preferenciais.

O empreendimento apresentou, entre outras, as seguintes vantagens:

1. Aproveitamento de matéria-prima local;
2. Criação de novas oportunidades de emprego;
3. Estímulo ao desenvolvimento químico-industrial da região;
4. Instalação de indústria pioneira na região;
5. Abastecimento de sal refinado à população do Nordeste e da região Centro-Sul.

Concluem os dirigentes da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte afirmando que o IV Plano-Diretor da SUDENE, com os recursos do Banco do Nordeste do Brasil, significará um grande passo para a ação, em forma integrada, dos órgãos das três esferas governamentais — União, Estados e Municípios — que atuam na região nordestina, e que passarão a participar, juntamente com entidades não governamentais, do esforço de desenvolvimento econômico e social. E essa integração da política regional e nacional é — no entender dos dirigentes da CIRNE — um requisito básico para a superação do atraso econômico e a integração do Nordeste no sistema econômico nacional.



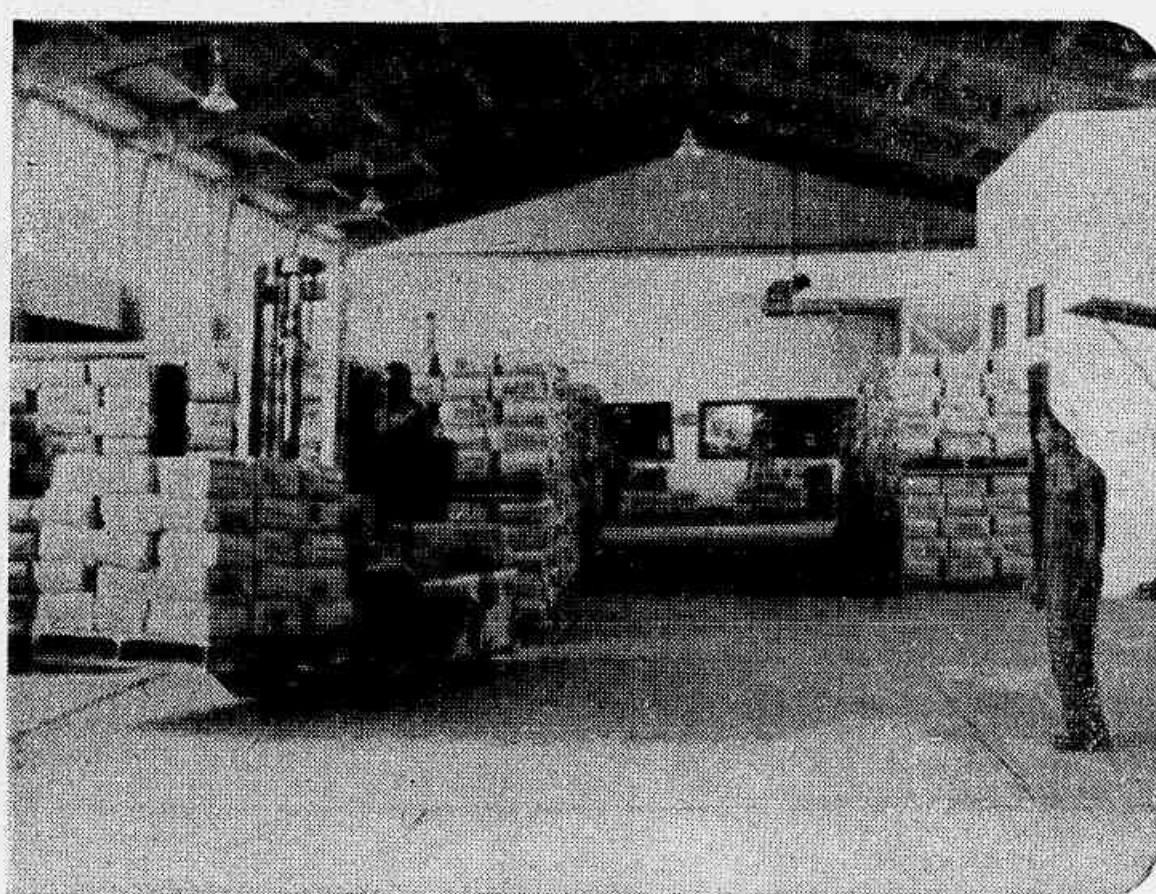
O pre-lançamento do Sal Marlin na Feira do Atlântico, no Rio, fez sucesso

MACAU — PLATAFORMA DO PROGRESSO

ONDE É PRODUZIDO E REFINADO O MELHOR SAL DO BRASIL



O Sal Marlin é mais puro, seco, esterilizado e isento de bactérias



O Sal Marlin já é conhecido em toda o Nordeste e Centro-Sul, mas ainda vai expandir-se mais

PESCA VENCE FASE DAS JANGADAS E SAVEIROS



Os saveiros ficarão apenas nas músicas do caçoneiro popular, porque a tecnologia os substituirá por modernas embarcações

É comum ver-se agora nas praias do Nordeste jangadas equipadas com motor. É o fato se explica assim: transição no setor de pesca e tentativa de sobrevivência das jangadas, que, como os saveiros e barcos a vela, sofrem a concorrência cada vez maior dos barcos modernos.

E apesar da tentativa, a pesca na Região caminha para substituir suas antigas embarcações por outras modernas e rápidas e desse modo introduzir técnicas avançadas de pesca e garantir o progresso do setor. O Nordeste, pois, começa a perder em colorido e poesia nas suas praias para ganhar maior produção e maiores rendimentos.

Recife (Socursal) — Jangadas, barcos a vela e saveiros desaparecem aos poucos da paisagem do Nordeste. E os barcos modernos, com técnicas avançadas, tomam os seus lugares, substituindo a antiga imagem poética pela de progresso na pesca da região, que agora cuida de aproveitar ao máximo suas riquezas nesse setor.

Assim, a pesca no Nordeste moderniza-se rapidamente, ganha novos métodos e intensifica a exploração de toda a riqueza piscícola da região. A meta é vencer já os obstáculos atuais, aumentar a produção e elevar a rentabilidade de sua exploração, que será feita de modo racional para evitar estrangulamentos.

QUADRO

O Nordeste até bem pouco tempo limitava-se às suas jangadas, barcos a vela e saveiros, que davam todas as tardes colorido e beleza às suas praias, mas praticamente não tinham consequência na sua vida econômica. Essas pequenas e belas embarcações utilizavam métodos antiquados, invariáveis desde a época colonial.

A jangada, o barco à vela, o saveiro, variando entre sete e nove metros de convés, geralmente com uma tripulação de três a cinco homens, operavam e ainda operam com uma ou duas linhas de corso, com um anzol cada uma. Por força disso, o resultado se traduz por uma produção inexpressiva, que se reflete no abastecimento precário de pescado.

Para modificar esse quadro, a região está armada de nova política, através da qual persegue a modernização da frota e da tecnologia e a eliminação de distorções que caracterizam a exploração de algumas espécies com boa cotação no mercado nacional e internacional.

LAGOSTA

Dentro da atual conjuntura pesqueira do Nordeste, a lagosta, que já foi pescada em larga escala por jangadas, constitui o objetivo prioritário da política dos órgãos de pesca da região — SUDEPE e PENESA —, já que desde o início de sua exploração, há seis anos, vem sendo atingida por uma grave crise.

A crise se reflete na queda das exportações, que atingiram em 1962 um total de 1 690 380 libras-peso, enquanto em 1966 não foi além de 512 mil libras, com repercussões negativas para a indústria pesqueira, para a região e para o grande contingente de mão-de-obra que se ocupa dessa atividade.

Segundo a SUDENE, as causas se prendem à queda de produção das unidades produtoras — botes motorizados —, das armadilhas (côvo) e principalmente à diminuição do tamanho das lagostas capturadas, o que indica que os pesqueiros estão exauridos.

Essa exaustão, por sua vez, significa que a pesca da lagosta no Nordeste é exercida durante todos os meses do ano, sem levar-se em conta o período da desova, o que normalmente implica no baixo índice de produtividade de hoje — 1,2k por côvo contra 2,1k em 1962.

A queda foi observada pelo Grupo Coordenador de Desenvolvimento da Pesca da SUDENE, principalmente nas praias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Aquela região viu também como resultante da baixa o pequeno raio de ação dos barcos pesqueiros, que se tornaram obsoletos como unidades básicas de produção.

Diante da situação atual, a meta básica agora é desenvolver racionalmente a indústria da pesca da lagosta, adotando, a um só tempo, a modernização da frota e da tecnologia, a proibição da pesca de lagostas jovens ou ovadas, a defesa dos santuários, que serão fechados por um período de três meses cada ano, e a concessão de maiores financiamentos às empresas para melhoria de equipamentos.

Paralelamente, as empresas serão estimuladas a diversificar suas atividades, com a pesca do peixe voador — conhecido também como holandês —, para o que será necessário o emprego de redes de superfície. A pesca do voador é a melhor alternativa para a frota lagosteira, formada de barcos pequenos e de médio porte, que não têm condições de optar pela do pargo ou atum como atividade acessória.

Com esse conjunto de medidas, será possível evitar o esgotamento dos santuários, como em Ponta das Pedras, em Pernambuco, onde se pescam diariamente 400 quilos de lagostinhas, que pesam em média 20 gramas por unidade, representando um total de 20 mil lagostas jovens.

O equilíbrio na indústria da pesca da lagosta terá como complemento outras medidas de profundidade para aproveitar o atum, o pargo, a albacorinha e o peixe voador, que constituem grande riqueza na região.

PARGO

Com situação excelente em relação à pesca da lagosta, a exploração do pargo no Nordeste vem-se desenvolvendo de maneira

satisfatória através de uma frota de barcos com capacidade entre 10 e 180 toneladas. A tecnologia nesse setor foi melhorada com a introdução de molinetes mecânicos, do tipo bicicleta, embora ainda seja na maioria dos casos feita com características artesanais.

Um total de 15 barcos está em ação na região produzindo em média 988 toneladas e registrando uma descarga mensal de 700 toneladas. Além disso, há boas condições de incrementar a produção atual, embora o aumento necessariamente exija efetivo controle para evitar o abarrotamento do mercado e o aviltamento dos preços.

O desenvolvimento da pesca do pargo, segundo a SUDEPE, deverá voltar-se para o mercado externo, já que o produto tem boa aceitação na América do Norte. Nesse caso, o abastecimento da população será perseguido com a exploração de outras qualidades de pescado, cujos preços são mais acessíveis.

Para atingir a meta de exportação, a SUDEPE recomenda a dinamização do financiamento para construção de novos barcos pesqueiros, isenção do ICM sobre o pescado fresco ou congelado e industrialização do pargo, processando a sua filetagem e aproveitamento dos resíduos.

ATUM

Além da lagosta e do pargo, o atum é outra riqueza nordestina, cuja exploração será racionalizada e intensificada, dinamizando o esforço que marca a pesca na região nos últimos anos. O Nordeste conta com grandes cardumes de atuns, que são peixes velozes, chegando a desenvolver até 20 milhas por hora.

Eles vivem em mar aberto, desovam no início da primavera, geralmente ao Sul da rota migratória, de onde partem para o Norte até encontrar arenques ou cardumes de outros peixes. No Nordeste, eles se encontram em Fernando de Noronha, possibilitando uma produção média de 16 toneladas por anzóis.

A produção de atum caiu bastante nos últimos anos em consequência da proibição de exportação para o exterior e da exigência de nacionalização dos barcos. Momentaneamente, as atividades no setor estão praticamente paralisadas, segundo a SUDEPE.

A recuperação dessa atividade na região requer a concessão de recursos para a constituição de novas empresas, financiamento para capital de giro, liberdade na comercialização e maior flexibilidade na nacionalização dos barcos, de modo a atrair frotas pesqueiras estrangeiras.

ALBACORINHA

A atual situação da pesca do atum tem seu reverso na da albacorinha — também encontrada em grandes cardumes —, que experimenta a cada dia maior incremento. A sua modernização, entretanto, com a introdução de botes motorizados, dotados de pás de surriola e maior número de linhas e anzóis, implicará a elevação da produtividade e o aumento da renda dos pescadores.

A modernização será acompanhada de um conjunto de medidas, tais como a abertura de um Pósto de Revenda de Material de Pesca em Baía Formosa, no Rio Grande do Norte, organização de uma Cooperativa Artesanal e isenção do ICM sobre o pescado.

PEIXE VOADOR

Na nova política de pesca do Nordeste, o peixe voador, que registra grandes ocorrências no Rio Grande do Norte, tem prioridade para efeito de exploração em bases industriais, possibilitando o desenvolvimento de sua pesca na região. O peixe voador — que atinge mais de 50 metros de altura quando pula para fora da água — tem boa parte de sua produção desperdiçada nos atuais centros pesqueiros.

De acordo com a SUDENE, as perdas se verificaram em virtude de em determinados dias ser grande a quantidade desembarcada nas Praias de Caiçaras e Baía Formosa, no Rio Grande do Norte, sendo impossível o seu beneficiamento em tempo útil.

Naqueles dias, a produção de um barco à vela, que emprega o jerejé como aparelho de pesca, chega a obter até 12 milhares de peixes em 12 horas. Levando em conta essa quantidade e a ocorrência do voador também na Paraíba e em Pernambuco, a SUDENE admitiu a sua exploração em termos industriais.

Com base nessas conclusões, a SUDENE está estimulando a modernização da atividade, a organização de cooperativas e a implantação de uma salga piloto em Caiçaras.



A pesca individual, feita com métodos primitivos, não deixa de ser um espetáculo bonito. Mas sua baixa rentabilidade impede o progresso da Região

A ALBA TAMBÉM ESTÁ PRESENTE NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO NORDESTE, DISTRIBUINDO PRODUTOS PARA AS SEGUINTE INDÚSTRIAS:

Indústria Metalúrgica

Indústria de Abrasivos, Lixas e Rebolos

Indústria de Material de Fricção, Lonas de Freio e Discos de Fricção

Indústria de Tecidos Industriais de Plásticos Laminados

Indústria de Produtos Químicos e Farmacêuticos

Indústria de Construção Civil

Indústria de Móveis e Compensados

Indústria de Embalagem, Cartonagem e Rotulagem

Indústria de Couro e Cortumes

Indústria Automobilística

Indústria de Tintas e Vernizes

Indústria de Papéis

Indústria de Plásticos

Indústria de Artigos de Borracha

ALBA NORDESTE S/A — INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Depósito: BR-101 — Km. 19 — Paulista (Pernambuco)

Escritório: Av. Conde da Boa Vista, 45 — Bloco C — Sala 608

Caixa Postal: 2795 — End. Telegráfico: ANORSA

Recife — Pernambuco

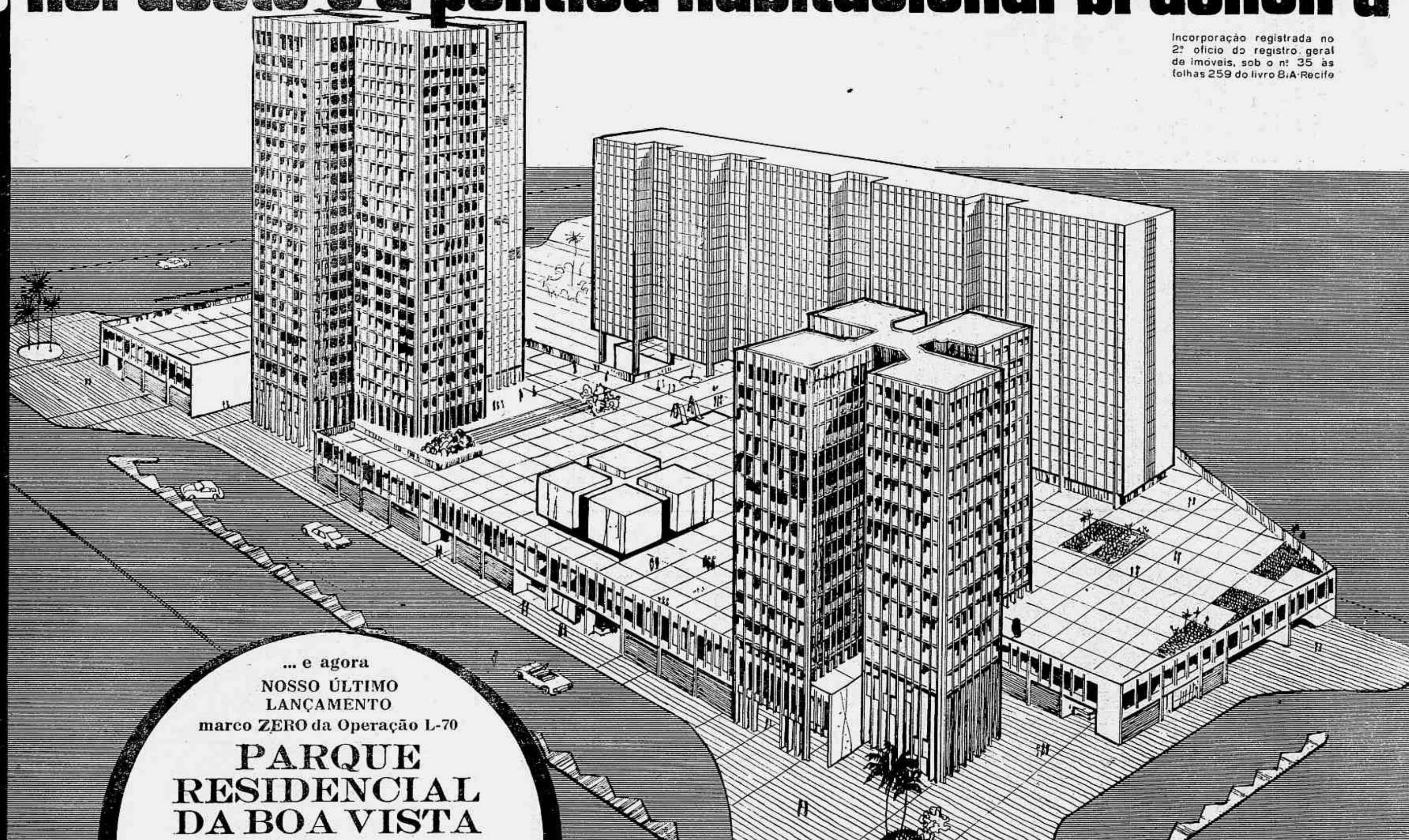


Nós, o novo nordeste e a política habitacional brasileira

Nos orgulhamos em contribuir para o desenvolvimento do Novo Nordeste com nossas realizações

Já incorporamos:

Edif. Agra
Edif. Regis
Edif. Suzana
Edif. Eldorado
Edif. Arpoador
Edif. Luziadas
Edif. Guanabara
Edif. Itamaraty
Edif. Corcovado
Edif. Esplanada
Edif. Arco-Iris
Edif. Presidente
Edif. Monte Sinai
Edif. Lygia
Uchôa de Medeiros
Conj. Residencial Lygia
Novo-Recife
Super - Centro - Comercial



... e agora
NOSSO ÚLTIMO
LANÇAMENTO
marco ZERO da Operação L-70

PARQUE RESIDENCIAL DA BOA VISTA

276 apartamentos, sendo 48 de 4 quartos,
84 de 3 quartos e 144 de 2 quartos,
todos com demais dependências.
42.000 m² de área construída, sendo
26.000 de habitação e 16.000 de lojas
perfeitamente separadas da
parte habitacional.
.. mais área de Garagem,
Escola, Teatro, Jardins,
Play Ground e Parque
de diversão

Com nosso último lançamento - PARQUE
RESIDENCIAL DA BOA VISTA, lançamos também
para todo o Nordeste a OPERAÇÃO L-70, que será nossa
meta de contribuição à política habitacional brasileira - pro-
duziremos 1.970 unidades imobiliárias até 1970

OPERAÇÃO L70

Financiado pela
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE PERNAMBUCO
BNH - BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
Refinanciamento do
Incorporadora
LYNALDO UCHÔA DE MEDEIROS
— uma tradição feita degráu a degráu
através de realizações!

Imperador Pedro II, 289 - 11º
fones 4-4339 - 4-1249

Incorporação registrada no
2º ofício do registro geral
de imóveis, sob o nº 35 às
folhas 259 do livro B/A-Recife